

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL

Eugênio Vargas Garcia

3ª edição, revista, ampliada e atualizada até 2016

Arquivo de referência com base no livro
Cronologia das Relações Internacionais do Brasil, 3ª edição.
Rio de Janeiro, Contraponto Editora, 2018.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL

© Eugênio Vargas Garcia

SUMÁRIO

SOBRE A OBRA	3
SOBRE O AUTOR	4
NOTA À 3ª EDIÇÃO	5
NOTA À 2ª EDIÇÃO	6
NOTA INTRODUTÓRIA	7
CRONOLOGIA	10
ÍNDICE REMISSIVO	254
BIBLIOGRAFIA	278

SOBRE A OBRA

Nesta *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil* estão compilados os principais fatos que marcaram a história das relações internacionais do Brasil, desde a época dos descobrimentos até os dias de hoje, complementados pelos eventos mais importantes ocorridos tanto no plano interno quanto no cenário mundial. Dado o seu enorme sucesso entre o público leitor, além de ser atualizada até o ano de 2016, esta terceira edição foi totalmente revista e ampliada para incluir novas informações, cobrir lacunas e aperfeiçoar o tratamento de inúmeras entradas em praticamente todos os anos cobertos pela cronologia.

De grande interesse para estudantes, pesquisadores e professores das áreas de relações internacionais, história e diplomacia, trata-se de uma fonte indispensável de estudo para provas e concursos e uma ferramenta útil de pesquisa tanto para quem está iniciando seu contato com a matéria quanto para aqueles que desejam consolidar seu conhecimento ou tirar dúvidas sobre questões pontuais.

Assim como o livro *Diplomacia Brasileira e Política Externa – Documentos Históricos*, também editado pela Contraponto, o leitor interessado no tema tem à sua disposição um dos mais completos materiais de referência sobre a história da política externa brasileira.

SOBRE O AUTOR

(versão 2020)

Eugênio Vargas Garcia é diplomata, pesquisador e Assessor Sênior do Presidente da 74ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova York. Formou-se em diplomacia pelo Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores (1994). Posteriormente serviu nas Embaixadas do Brasil em Londres, Cidade do México e Assunção, assim como na Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York. Entre outras funções em Brasília, trabalhou na Secretaria de Planejamento Diplomático do Itamaraty, foi assessor do Ministro das Relações Exteriores (2005-2009) e do Secretário-Geral (2014-2015), e Chefe da Divisão das Nações Unidas (2015-2018), Atualmente é Ministro de Segunda Classe temporariamente cedido à ONU. É Doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Além de professor titular do Instituto Rio Branco, foi pesquisador visitante associado junto ao Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford (1999-2000) e professor no Colégio de Estudos Latino-Americanos da UNAM – Universidade Nacional Autônoma do México (2004-2005). Nascido em 1967 e ex-campeão brasileiro juvenil de xadrez, fala os idiomas português, inglês, espanhol e francês. Foi condecorado com a Ordem de Rio Branco e a Ordem do Mérito Aeronáutico. Possui sete livros publicados sobre temas internacionais e política externa. Atuais interesses de pesquisa: impacto das novas tecnologias na segurança internacional, inteligência artificial e o papel das organizações multilaterais na governança mundial.

Outros livros do Autor:

Trajetória internacional do Brasil: artigos selecionados

O sexto membro permanente: o Brasil e a criação da ONU

Conselho de Segurança das Nações Unidas

Diplomacia brasileira e política externa - documentos históricos, 1493-2008

Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920

O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): vencer ou não perder

E-mail para contato: eugenio.garcia@itamaraty.gov.br

NOTA À 3ª EDIÇÃO

Para esta terceira edição da *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*, o período coberto pela obra foi estendido até 2016 e inúmeras modificações e inclusões foram feitas ao longo do texto, sempre com o objetivo de apresentar um resultado final o mais satisfatório possível. Embora sua estrutura básica de apresentação permaneça relativamente inalterada, foram introduzidos aperfeiçoamentos em quase todos os períodos históricos. Lacunas foram preenchidas e diversas entradas receberam tratamento mais abrangente.

Muito se tem avançado em termos de pesquisa histórica no país. É natural que diferentes interpretações surjam em decorrência de novas análises e abordagens. Acompanhando essa tendência, permanece tão importante quanto sempre foi o diálogo entre os autores de ontem e de hoje. Fazer jus ao conhecimento que se produz na disciplina, em quantidade e qualidade cada vez mais significativas, constitui um desafio permanente que, no fundo, nunca se pode dizer que terá enfim terminado.

As cronologias são essencialmente obras de referência e, como tal, têm muitas utilidades. Uma delas é observar o crescendo que determinada evolução dos fatos vai produzindo, com consequências visíveis e imediata repercussão no comportamento dos atores (a escalada de um conflito, por exemplo). Outra é permitir ao leitor que desenvolva a habilidade de fazer conexões entre acontecimentos próximos no tempo, mas que em geral são estudados separadamente (eventos paralelos de política interna e externa, por exemplo, ou entre fatos ocorridos no exterior). Detectar essas inter-relações ajuda a compreender melhor as razões de certos desdobramentos e sua contextualização sob a ótica dos contemporâneos, ou seja, aqueles que testemunharam ou viveram tais experiências e que, por isso mesmo, davam como certo e evidente o que para o historiador demandaria um esforço adicional de investigação e compreensão do passado.

Sou grato a todos os leitores, estudantes, professores e amigos que, com seus comentários e incentivos, deram o impulso necessário para que esta nova edição viesse à luz. Juntamente com o livro *Diplomacia Brasileira e Política Externa – Documentos Históricos*, igualmente lançado pela Contraponto, o público interessado tem a seu dispor duas obras que cobrem o fundamental da matéria estudada e que, esperamos, possam ser utilizadas com proveito nos seus estudos sobre as relações internacionais do Brasil.

Brasília, 10 de janeiro de 2017

NOTA À 2ª EDIÇÃO

Em uma época na qual os eventos no exterior têm impacto cada vez maior sobre o nosso dia a dia e nosso futuro, é fundamental ter presente a crônica dos acontecimentos que compõem a história internacional do país, condição prévia para qualquer esforço interpretativo de maior envergadura.

A nova edição da *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil* que ora vem a público foi inteiramente revista, ampliada e atualizada até 2004 para incorporar os últimos fatos que marcaram a política externa brasileira e o cenário internacional neste conturbado início do século XXI. Como reflexo do avanço do conhecimento, a cobertura de diversos anos foi consideravelmente expandida. As inúmeras modificações e inclusões realizadas procuraram tornar a obra mais precisa e mais completa, a fim de melhor atender a sua finalidade didática como instrumento de referência e pesquisa.

A decisão de promover esta segunda edição reflete o grande êxito alcançado pela *Cronologia* junto a estudantes, professores e pesquisadores da história nacional, no Brasil e no exterior. Agradeço de modo muito especial o inestimável apoio do secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, da presidente da Fundação Alexandre de Gusmão, embaixadora Maria Stela Pompeu Brasil Frota, da Contraponto Editora, na pessoa de seu editor, César Benjamin, e do ministro Carlos Henrique Cardim, um incansável promotor da cultura e da excelência acadêmica. É nossa esperança que este livro continue a prestar sua modesta contribuição para o estudo das relações internacionais do Brasil.

Brasília, 27 de agosto de 2005

NOTA INTRODUTÓRIA

O estudo da história das relações internacionais do Brasil vem experimentando significativa evolução nos últimos tempos, tanto em termos de conteúdo e qualidade quanto de volume da produção historiográfica. Houve um momento, porém, para o martírio dos estudantes, em que se acreditava suficiente o desfile de nomes e datas para a compreensão da história internacional do país, com pouca ou nenhuma atenção aos condicionamentos estruturais e às contradições políticas, ideológicas, econômicas, sociais e culturais inerentes às relações internacionais. Muitas obras importantes da tradicional história diplomática do Brasil refletiram essa percepção.

Felizmente hoje, para nós, já não se concebe a tarefa do historiador sem um esforço de interpretação de alcance mais longo, voltado para os fundamentos, as causalidades e as forças que envolvem a ação dos múltiplos atores que participam do jogo internacional. Assim, para que o relato histórico não se veja reduzido a mero exercício de *histoire événementielle*, faz-se mister interpretar e colocar em perspectiva os acontecimentos, abrindo caminho para, no dizer de Jacques Le Goff, a “história-problema, a história aberta para as outras ciências sociais, a história que não se encerra na narrativa”.¹ Com base nesse entendimento da história, conseguimos avançar sobre terrenos até então pouco explorados e, de forma muito positiva, as gerações mais novas se beneficiaram dessa profícua mudança de orientação.

No entanto, alguns excessos ocorreram ao longo do percurso e registrou-se uma tendência, em alguns casos, de elaborar fórmulas de argumentação à revelia dos fatos históricos ou até mesmo contra o rigor cronológico. Algumas elaborações teóricas específicas, no afã de buscar no “reservatório de experiências” da história a comprovação de suas hipóteses, construídas a partir de modelos abstratos, chegaram a distorcer e manipular o passado, conscientemente ou não, tendo como resultado ensinamentos errôneos, cuja permanência e reprodução somente o peso da inércia poderia explicar. Os estudantes, às vezes, tinham boa compreensão das grandes linhas de força do processo histórico, mas desconheciam dados primários para o exato enquadramento dessas ideias no plano real do que efetivamente ocorreu na história. Não devemos perder de vista que a base factual é necessária, em todos os sentidos, como matéria-prima do historiador, pois, como observa Jean-Baptiste Duroselle, “não há história sem fatos”.² Restabelecer corretamente os fatos, portanto, é condição básica para que deles se possa inferir qualquer interpretação.

Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo reunir em um único e pequeno volume os principais acontecimentos que marcaram a história das relações internacionais do Brasil, do Tratado de Tordesilhas aos dias de hoje, tomando por referência o estágio atual do conhecimento histórico acumulado sobre a matéria. Para tanto, foram consultadas obras escritas por autores nacionais e estrangeiros, listadas na bibliografia ao final, que englobam um espectro bastante variado da produção acadêmica sobre relações internacionais do Brasil, desde clássicos da historiografia até novidades recém-publicadas no país. Adicionalmente, foram utilizados textos de base sobre história mundial e diversas cronologias, efemérides, atlas históricos, manuais e obras de referência. A prioridade foi dada aos fatos de interesse para as relações exteriores do Brasil (ou,

¹ LE GOFF, Jacques. *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 6.

² DUROSELLE, J.-B. *Tout empire périra: théorie des relations internationales*. Paris: Armand Colin, 1992, p. 19.

no caso do período colonial, para a formação do que viria a ser a política externa do Brasil independente), complementados pelas necessárias citações dos fatos mais importantes ocorridos tanto no plano interno quanto no cenário internacional. As datas se referem, sempre quando possível, ao dia, mês e ano do acontecimento em pauta. Uma minuciosa revisão final foi feita para corrigir eventuais equívocos, risco que permeou a todo instante a pesquisa conduzida para esta cronologia. Evitá-los talvez tenha-se tornado o principal desafio a ser vencido pelo autor, embora caiba ao leitor julgar se nisso houve algum êxito.

A informação constante neste trabalho não pretende ser completa, pois, de acordo com a metodologia adotada, está ligada à ideia de *relevância* histórica. Seria tarefa para mais do que um historiador isolado o levantamento exaustivo de todos os fatos atinentes às relações internacionais do Brasil no período de 1492 a 1998, dos primórdios da formação territorial brasileira aos complexos meandros da diplomacia econômica contemporânea. O problema é particularmente agravado no período recente, caracterizado pela profusão de fatos e iniciativas, nos âmbitos bilateral e multilateral, incluindo inúmeras visitas realizadas e recebidas, acordos e tratados, reuniões e conferências especializadas, entre outros eventos que apenas corroboram a complexidade e universalização crescentes da atividade diplomática na segunda metade do século XX. A própria análise histórica do período contemporâneo ainda não se encontra consolidada ou é inexistente. Assim, optou-se aqui por registrar tão-somente os fatos relevantes que, com base na bibliografia compulsada, constituem o pano de fundo cronológico considerado indispensável, conforme o tratamento que tiveram na historiografia.

Em benefício da continuidade cronológica *strictu sensu*, e com o intuito de preservar minimamente a complexidade intrínseca ao processo histórico, os acontecimentos se encontram listados seguindo a linha do tempo em que tiveram lugar, ou seja, sem que estejam divididos em períodos ou seções de política externa, política interna e de política internacional, como é comum em outras cronologias. A criação de compartimentos estanques, a meu ver, prende-se a uma falsa concepção que, a pretexto de finalidade didática, pressupõe haver uma distinção entre política externa e interna, entre o que se passa no interior das fronteiras dos Estados e fora delas, como se tudo não fizesse parte do mesmo *continuum* histórico e mundial.

No que se refere às limitações deste trabalho, cumpre ressaltar que qualquer cronologia padece de três males essenciais: a) factualismo de origem, uma vez que uma sequência cronológica não trata de outra coisa senão de fatos históricos; b) arbitrariedade do autor na seleção e ordenamento dos fatos e assuntos tratados; e c) simplificação inevitável, pelo espaço reduzido, nas análises eventuais ou interpretações acessórias que acompanham certos fatos. Sobre este último ponto, os comentários adicionais foram propositadamente reduzidos ao mínimo, tanto por motivo de espaço quanto para evitar áreas de controvérsia historiográfica, cuja superação demandaria muito mais do que o escopo limitado de uma cronologia poderia abarcar.

Tais limitações não diminuem, todavia, o mérito da cronologia como instrumento ágil de referência e consulta para acontecimentos singulares no tempo ou mesmo para dirimir dúvidas acerca do encadeamento dos fatos em determinado período. A utilidade de uma cronologia especializada pode ser medida pelo uso que possa vir a ter por parte do público a que se destina, composto no caso basicamente por estudantes, pesquisadores e profissionais da área de relações internacionais e política externa brasileira, que poderão tirar maior proveito do manancial informativo aqui disponibilizado, seja como fonte de estudo seja como ferramenta de pesquisa em tópicos específicos. As cronologias, para aqueles que delas desejam

extrair informação útil, não são uma ode ao primado do factual e à esterilidade do conhecimento. Ao contrário, são instrumento de liberdade, pois preenchem um requisito inescapável que, uma vez superado, serve de trampolim para vôos mais altos, permitindo ao historiador diligente lançar-se com vigor à verdadeira causa da interpretação, finalidade última e razão de ser de seu próprio ofício.

Finalmente, gostaria de registrar meus agradecimentos ao ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Luiz Felipe Lampreia, pelo valioso estímulo às minhas atividades acadêmicas, ao embaixador Álvaro da Costa Franco e ao professor Amado Luiz Cervo, por apoiarem a publicação deste trabalho, ao professor Francisco Monteoliva Doratioto, pela leitura atenta e comentários à primeira versão do texto, e a todos os colegas e amigos do Itamaraty e da Universidade de Brasília.

Brasília, 20 de julho de 1999

CRONOLOGIA

- 1492** Buscando a rota para as Índias, o navegador genovês Cristóvão Colombo, a serviço do Reino de Castela, chega ao continente americano e aporta na Ilha de San Salvador, nas Bahamas (12 out). O **descobrimento da América**, marco das grandes navegações, abre uma disputa entre as duas potências que então lideravam as explorações ultramarinas: Espanha e Portugal.
- 1493** O papa Alexandre VI, em sua **bula *Inter Coetera***, dada em Roma, concede aos reis católicos da Espanha, Isabel de Castela e Fernando de Aragão, "para a propagação da fé cristã", todas as terras do Novo Mundo a oeste de um meridiano localizado a 100 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde (4 maio). Portugal rejeita a bula por entender que não haveria novas terras a serem descobertas na parte que lhe caberia na "divisão do mundo".
- 1494** O **Tratado de Tordesilhas**, ou Capitulação da Partição do Mar Oceano, substitui a arbitragem pontifícia pela negociação direta entre D. João II de Portugal e os reis espanhóis, Isabel de Castela e Fernando de Aragão, definindo novo meridiano divisor ("uma raia ou linha direta de polo a polo") a 370 léguas a oeste de Cabo Verde (7 jun). O acordo, no entanto, é omissivo quanto à definição de qual ilha do arquipélago deveria partir a medição e que tipo de légua seria a empregada (omissão depois descrita como "ambiguidade construtiva"). O Tratado não será jamais reconhecido pelas demais potências colonialistas europeias.
- 1498** O navegador português Vasco da Gama chega a Calicute, na Índia (20 maio).
- Duarte Pacheco Pereira, sob instruções secretas de D. Manuel I, realiza viagem à costa norte do Brasil, com o propósito de demarcar a linha de Tordesilhas (nov-dez).
- 1499** Expedições espanholas à América do Sul conduzidas por Vicente Yañez Pinzón, Diego de Lepe e Alonso de Hojeda. O navegador Pinzón chegou a explorar a entrada do Rio Amazonas, que chamou de "Mar Dulce".
- 1500** O fidalgo português Pedro Álvares Cabral, à frente de uma frota de 12 caravelas a caminho das Índias, chega a Porto Seguro, na Bahia (22 abr), data oficial do **descobrimento do Brasil**. Cerca de quatro milhões de **índios** habitavam então as terras brasileiras, pertencentes a mais de 100 grupos étnicos e linguísticos distintos.
- 1501** Expedição de Gaspar de Lemos pela costa brasileira, a serviço da Coroa portuguesa, da qual também faz parte o navegante italiano Américo Vespúcio. Na época, todavia, o interesse maior de Portugal não estava no Brasil, e sim nas Índias Orientais.
- Descoberta a Ilha da Trindade, no Atlântico Sul, pelo navegador português João da Nova.
- 1503** Parte de Lisboa a expedição de Gonçalo Coelho em nova viagem exploratória ao Brasil, acompanhado por Américo Vespúcio, que faz o reconhecimento do litoral brasileiro (10 jun). Começa a exploração do **pau-brasil**, usado na tintura de tecidos.

- 1504** O navio francês *L'Espoir*, capitaneado por Binot Paulmier de Gonneville, realiza a primeira incursão na costa do Brasil (5 jan). Os franceses iniciam ativo comércio de escambo com os indígenas, que irá continuar por todo o século XVI.
- 1506** Bula do papa Júlio II confirma a validade do Tratado de Tordesilhas, de 1494 (26 jan).
- 1511** Afonso de Albuquerque, fundador do Império Português do Oriente, com sede em Goa, conquista Malaca, no Sudeste da Ásia (24 ago).
- 1515** Tem início na Espanha a viagem exploratória ao Rio da Prata de Juan Díaz de Solís, a serviço de Castela (8 out).
- 1516** A presença de navios franceses preocupa Portugal, que despacha uma expedição guarda-costas, chefiada por Cristóvão Jacques, para a defesa do litoral brasileiro (21 jun). A expedição alcança até o Rio da Prata.
- 1517** Martinho Lutero dá início à **Reforma protestante** na Europa (31 out).
- 1519** Carlos V, da casa de Habsburgo espanhola, torna-se imperador do Sacro Império Romano (28 jun).
- 1521** O navegador português Fernão de Magalhães chega às Filipinas na primeira viagem de circum-navegação do globo (15 mar), que será concluída por Sebastião d'Elcano no ano seguinte. Coloca-se a questão do "contrameridiano" na Ásia para regular as disputas de território entre Portugal e Espanha nos mares orientais.
- Em nome da Coroa espanhola, Hernán Cortés conquista Tenochtitlan, capital do império azteca, no México (13 ago).
- A exemplo de outros corsários, o francês Hughes Roger realiza expedição pelo litoral brasileiro.
- 1527** A segunda expedição de Cristóvão Jacques ao litoral brasileiro chega a Pernambuco (maio), com o propósito de contra-arrestar as atividades dos franceses.
- 1529** O **Tratado de Saragoça**, entre Espanha e Portugal, divide as terras do Pacífico entre os dois países e define o "outro lado" de Tordesilhas (22 abr). Pelo Tratado, mediante indenização de 350 mil ducados de ouro, caberia aos portugueses a posse das Ilhas Molucas, incluindo as Filipinas, Timor e Solor.
- 1530** Portugal envia ao Brasil uma expedição colonizadora chefiada por Martim Afonso de Souza (3 dez). O território brasileiro é dividido pelo rei D. João III em **capitanias hereditárias**, a fim de que os donatários procedam à colonização das novas terras. A farta distribuição de sesmarias favorecerá o predomínio dos latifúndios como base do sistema colonial.
- Primeira expedição inglesa ao Brasil, comandada por William Hawkins, a bordo do navio *Paul of Plymouth*.
- 1531** Expedição portuguesa de Martim Afonso e seu irmão Pero Lopes de Souza ao Rio da Prata.

- 1532 Fundada, em São Vicente, litoral paulista, a primeira vila do Brasil (22 jan).
- 1533 Francisco Pizarro apodera-se de Cuzco, capital do império inca, no Peru (15 nov).
- 1535 Início do cultivo da **cana-de-açúcar** no Nordeste do Brasil. De fácil adaptação em regiões tropicais, havia grande demanda pelo produto no mercado europeu. O açúcar brasileiro dominará o comércio mundial até fins do século XVII. A *plantation* típica se caracterizava pelo latifúndio, mão de obra escrava e monocultura para exportação.
- 1536 Primeira tentativa frustrada de fundação de Buenos Aires por Pedro de Mendoza no estuário do Rio da Prata (3 fev).
- Bula papal autoriza o estabelecimento da Inquisição em Portugal (23 maio).
- 1538 Chega ao Brasil a primeira leva de escravos oriundos da África, cujo comércio é monopolizado por Lisboa. Entre os principais grupos étnicos de **negros africanos** que serão trazidos para o Brasil incluem-se os sudaneses (originários da Nigéria, Daomé e Costa do Ouro), os bantos (de Angola, Congo e Moçambique), e os malês (sudaneses islamizados). Entre 1550 e 1855, cerca de 4 milhões de escravos entrarão nos portos brasileiros, a uma taxa de mortalidade de 30% durante a travessia do Atlântico, chamada de "passagem do meio".
- 1541 O espanhol Francisco de Orellana inicia viagem a jusante pelo Rio Amazonas, partindo do Rio Napo, no atual Equador (26 dez). A prioridade espanhola, no entanto, não estava na Amazônia, mas sim nas regiões andinas da costa do Pacífico.
- 1542 O espanhol Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca empreende viagem por terra da Ilha de Santa Catarina até chegar à vila de Assunção, no Rio Paraguai (mar).
- 1543 Os portugueses atingem o Japão, onde irão manter um entreposto comercial em Nagasaki (23 set).
- 1545 Tem início o Concílio de Trento, que lança as bases da **Contra-Reforma** da Igreja Católica (13 dez).
- Descobertas pelos espanhóis grandes reservas de prata em Potosí, atual Bolívia, cujo escoamento será feito sobretudo pelo Rio da Prata.
- 1548 Com o pouco êxito do sistema de capitanias hereditárias, é criado o **Governo-Geral**, cuja administração no Brasil será regulada pelo Regimento de Tomé de Souza (17 dez). O poder centralizado da Coroa, porém, tinha alcance apenas difuso no vasto território inexplorado.
- 1549 Tomé de Souza, primeiro governador-geral da América portuguesa, chega à Bahia e funda a cidade de **Salvador**, a primeira capital do Brasil (29 mar). O povoamento no interior continuará muito rarefeito e, até o início do século XVIII, a colonização será basicamente litorânea ("caranguejos arranhando as costas", segundo frei Vicente do Salvador).
- 1553 Duarte da Costa torna-se o segundo governador-geral do Brasil (13 jul).
- 1554 O padre Manoel da Nóbrega e outros jesuítas, entre eles o padre Anchieta, fundam o Colégio de São Paulo, núcleo da atual cidade de São Paulo (25 jan).

Confederação dos Tamoios: na região litorânea paulista e fluminense, os tupinambás e outros grupos indígenas irão formar uma aliança de caciques, sob o comando de Cunhambebe e Aimberê, para lutar contra as violências cometidas pelos portugueses.

1555 Paz religiosa de Augsburgo entre católicos e protestantes na Alemanha (25 set).

Ocupação francesa da Baía de Guanabara, liderada por Gaspar de Coligny e Nicolas Duran de Villegaignon (10 nov), na tentativa de criar uma colônia calvinista no Brasil, a "França Antártica", com apoio indígena (tamoios). Francisco I, rei da França, não reconhecia o Tratado de Tordesilhas e ironizava a respeito da existência da "cláusula do testamento de Adão" que teria dividido o mundo entre Portugal e Espanha. Tal era o comércio clandestino ao longo da costa, que havia dúvidas se o Brasil seria de fato português ou francês no século XVI.

1557 Terceiro governador-geral do Brasil, Mem de Sá chega à Bahia para assumir o cargo (28 dez).

1559 Fim da guerra entre França e Espanha: a **Paz de Cateau-Cambrésis** marca o início da hegemonia dos Habsburgos espanhóis, sob o reinado de Filipe II (3 abr).

Holandeses percorrem o Rio Amazonas e erguem os fortes de Orange e Nassau, no Rio Xingu.

1560 Os franceses, atacados por Mem de Sá, são forçados a abandonar o Forte de Coligny (16 mar), por eles construído na Ilha de Serigipe, na Baía de Guanabara.

1563 Concluída na região de Ubatuba, litoral paulista, a **Paz de Iperoig** entre os portugueses e os índios da Confederação dos Tamoios (14 set). A trégua, mediada por padres jesuítas, permitiu aos lusitanos se reorganizarem para depois derrotar os tupinambás, com o apoio de outras tribos do litoral.

1565 Estácio de Sá funda a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (1º mar), como ponto de apoio no combate à presença francesa remanescente em Uruçumirim (praia do Flamengo) e Paranapecuí (Ilha do Governador).

1567 Os franceses são definitivamente expulsos da região do Rio de Janeiro (20 jan).

1570 Os espanhóis tomam as Filipinas e fundam a cidade de Manila (24 maio), ação que para os portugueses constitui uma violação dos Tratados de Tordesilhas e Saragoça.

1571 Forças navais da Liga Santa (Veneza, Espanha e outros) vencem os turcos otomanos na Batalha de Lepanto, na Grécia, detendo a expansão muçulmana no Mediterrâneo (7 out).

Sebastião I, rei de Portugal, decreta que somente navios portugueses poderão transportar mercadorias para o Brasil e demais colônias do ultramar (30 nov).

1572 Instituídos dois Governos-Gerais no Brasil, medida que subsiste apenas até 1577 (10 dez).

1578 Morte de Sebastião I na Batalha de Alcácer-Quibir contra o exército muçulmano no norte da África (4 ago).

- 1579** Os holandeses, sob a liderança de Guilherme de Orange, se declaram independentes da Espanha e proclamam a União de Utrecht, formando as Províncias Unidas dos Países Baixos (23 jan).
- 1580** Segunda fundação de Buenos Aires, desta vez por Juan de Garay (11 jun).
- Após a morte do rei Henrique (31 jan) e o fim da dinastia de Avis, tropas espanholas ocupam Portugal (28 jun) e Filipe II da Espanha assume o trono português, estabelecendo a **União Ibérica** (ou União Peninsular). Com a união das Coroas, Portugal permanecerá sob domínio filipino até 1640 e o Brasil sofrerá ataques dos inimigos da Espanha.
- 1581** Por juramento às Cortes de Tomar, Filipe II se compromete a tratar Portugal como "Reino Unido" e não como território conquistado (16 abr).
- 1587** Corsários ingleses, a mando da rainha Elizabeth I, são instruídos a atacar os domínios da Espanha de Felipe II, incluindo as colônias americanas. Piratas ingleses, comandados por Robert Withrington e Christopher Lister, atacam Salvador, na Bahia (21 abr).
- 1588** Derrota da Invencível Armada espanhola para os ingleses no Canal da Mancha salva a Inglaterra de uma invasão (8 ago).
- 1591** Diante dos constantes **ataques de corsários e piratas**, Portugal fecha os portos brasileiros a navios estrangeiros que não tivessem licença prévia da Coroa (9 fev). Portugal tentará controlar o movimento nos portos brasileiros tanto por questões de defesa quanto para proteger o exclusivo colonial (alta demanda na Europa por açúcar bruto, melão e pau-brasil).
- O capitão inglês Thomas Cavendish ocupa e saqueia a vila de São Vicente (25 dez).
- 1595** O corsário inglês James Lancaster e o holandês Johan Vanner atacam e saqueiam as cidades de Olinda e Recife (mar-abr). Na mesma época, os ingleses começam a estabelecer diversos postos de comércio e feitorias na Amazônia, destinados ao contrabando de especiarias. A região era descrita por viajantes como um Eldorado de riquezas e possibilidades.
- 1602** Criação por empresários holandeses da Companhia das Índias Orientais (VOC, da sigla em holandês) (20 mar). Os Países Baixos enfrentam o embargo de Filipe II, que proíbe o comércio com as colônias espanholas. Na mesma época, mercadores e contrabandistas holandeses também atuam na região amazônica (fortes de Orange e Nassau).
- 1603** Publicadas as **Ordenações Filipinas**, compilação das leis do reino que continuará em vigor no Brasil por mais de 300 anos (11 jan).
- 1605** O Regimento do Pau-Brasil regula a exploração do produto, com penas severas para os cortes ilegais (12 dez). O pau-brasil ficará sob monopólio do Estado de 1637 até 1859.

Proibido por carta régia portuguesa qualquer comércio da colônia brasileira com franceses, ingleses ou holandeses, sob pena de morte para os estrangeiros que navegassem em mares brasileiros. Os países ibéricos se amparavam na doutrina dos direitos exclusivos (*mare clausum*), contestada pelas demais potências europeias, que defendiam o princípio da liberdade dos mares (*mare liberum*).

- 1609** A Espanha e os Países Baixos acordam uma suspensão temporária das hostilidades (9 abr). A trégua durará até 1621. Durante esse período, 50 mil caixas de açúcar sairão do Brasil com destino aos Países Baixos, sem contar outras toneladas que seguiram contrabandeadas.
- 1612** Após diversas tentativas de se estabelecerem em pontos no Nordeste brasileiro, os **franceses ocupam o Maranhão** e fundam o Forte de São Luís (6 ago), a fim de ali criar a "França Equinocial", sob o comando de Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière.
- 1614** Os franceses são derrotados na Batalha de Guaxenduba, no Maranhão, por uma força combinada portuguesa-espanhola (19 nov).
- 1615** Os franceses capitulam e são definitivamente expulsos de São Luís (2 nov).
- 1616** A fundação do Forte do Presépio, atual Belém do Pará, por Francisco Caldeira Castelo Branco, marca o início da ocupação portuguesa da Amazônia (12 jan).
- 1618** A Defenestração de Praga precipita a **Guerra dos Trinta Anos** na Europa (23 maio). Sob inspiração da política absolutista do cardeal Richelieu, a França buscará meios para minar o poder dos Habsburgos.
- 1620** Colonos ingleses chegam à costa norte-americana a bordo do *Mayflower* e fundam a Nova Inglaterra (16 dez).
- 1621** Com o fim da trégua de 12 anos entre a Espanha e os Países Baixos, a rivalidade entre os dois países é transferida também para o vasto império colonial português. Os holandeses criam a **Companhia das Índias Ocidentais** (WIC, da sigla em holandês), tendo em vista o grande interesse na cana-de-açúcar brasileira (3 jun). Amsterdã era o maior centro financeiro da época e os bancos holandeses financiavam a produção dos engenhos no Nordeste brasileiro. Os holandeses dominavam, ainda, o refino, o transporte e a comercialização do açúcar na Europa.
- Criado o Estado do Maranhão, separado do Estado do Brasil, subordinado diretamente a Lisboa e com jurisdição sobre todo o vale amazônico (13 jun). A nova unidade administrativa será depois renomeada Estado do Grão-Pará e Maranhão e dissolvida em 1774.
- 1623** **Disputa pela Amazônia:** com a tomada de Gurupá (Mariocai) e a construção de novo forte no local, os portugueses começam a desalojar os ingleses e holandeses de suas posições na região amazônica. Ainda que não tivessem sido descobertos metais preciosos em quantidade na floresta tropical, havia interesse das potências europeias no comércio das "drogas do sertão" (cacau, cravo, castanha-do-pará, guaraná, urucu, sementes oleaginosas, raízes, resinas), além de madeira, pescado e outros produtos.
- 1624** Os holandeses, comandados pelo almirante Jacob Willekens e por Johan van Dorf, ocupam Salvador (9 maio).
- 1625** Uma forte esquadra ibérica, conhecida como Jornada dos Vassalos, força a retirada dos holandeses de Salvador (22 mar).

O holandês Hugo Grotius publica *Do Direito da guerra e da paz*, cujas ideias irão conformar uma tradição "grotiana" de análise das relações internacionais, definidas como uma "sociedade de Estados" com interesse comum em cooperar na instituição de normas internacionais e regras de convivência.

- 1627 Uma esquadra holandesa, comandada pelo corsário Pieter Heyn, a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, realiza incursões na costa da Bahia (mar). Heyn irá capturar no Caribe um rico comboio espanhol a caminho da Europa (a "frota da prata"), cujo butim ajudará a financiar uma nova invasão do Brasil.
- 1628 Ataques de bandeirantes paulistas às reduções jesuítas espanholas da província de Guairá. Por lei, os índios poderiam ser capturados em caso de "guerra justa".
- 1630 Com uma esquadra de 67 navios e 7 mil homens, comandada por Hendrick Lonck, os holandeses atacam e conquistam Recife e Olinda, em Pernambuco, então a mais rica região açucareira do mundo (14 fev). Início da **ocupação holandesa do Nordeste brasileiro**, que na sua extensão máxima irá abranger capitanias do Sergipe até São Luís do Maranhão.
- 1632 Deserção a favor dos holandeses do combatente Domingos Fernandes Calabar, profundo conhecedor da região pernambucana (20 abr).
- 1637 O príncipe Johan Maurits van Nassau chega ao Recife e torna-se governador do Brasil Holandês (23 jan). Nassau irá empreender uma política de acomodação para obter a simpatia da aristocracia canavieira local, além de realizar diversas obras e favorecer a vinda ao Brasil de artistas e intelectuais, como os pintores Frans Post e Albert Eckhout, o cientista Jorge Macgravy, e o médico Willem Piso.

A região do Amapá é doada ao português Bento Manuel Parente, com o nome de capitania da Costa do Cabo Norte.

- 1638 Organizada pelo governador do Pará, a **expedição de Pedro Teixeira** pelo Rio Amazonas alcança Quito, hoje Equador (out). Em seu retorno, é fundado em 1639 o povoado de Franciscana na confluência do Rio Napo com o Aguarico (16 ago). A viagem será depois usada por Portugal para reclamar territórios na região amazônica, reconhecidos pelo Tratado de Madri de 1750.
- 1640 A esquadra espanhola do conde da Torre (Fernando Mascarenhas), enviada contra os holandeses, é derrotada na costa de Itamaracá, ao norte de Pernambuco (12 jan).

Apoiado pelos franceses, o duque de Bragança é aclamado, como D. João IV, novo rei de Portugal (1º dez). A **Restauração portuguesa** põe fim à União Ibérica, após 60 anos de dominação espanhola. Houve grande expansão territorial dos portugueses no Brasil durante a união das Coroas, por meio de entradas e bandeiras, uma vez que o Tratado de Tordesilhas, que nunca chegou a ser efetivamente demarcado, esteve na prática temporariamente suspenso.

- 1641 Bandeirantes paulistas são derrotados por guaranis, com apoio dos jesuítas, na **Batalha de Mbororé**, no território que corresponde hoje à província argentina de Misiones (11 mar). O resultado do embate irá interromper a penetração portuguesa na região de Guairá.

Firmado Tratado de aliança entre a França e Portugal, que necessitava de apoio externo nas guerras da Restauração (1º jun). A luta portuguesa pela total independência da Espanha durará até 1668.

Primeiro Tratado da Haia: unindo-se contra a Espanha em aliança ofensiva e defensiva, Portugal e os Países Baixos acordam uma trégua de dez anos, cuja abrangência na prática ficará restrita ao continente europeu (12 jun). Além do Recife, os holandeses já haviam expandido sua presença a outras áreas do Nordeste brasileiro (Nova Holanda) e ocupado, na costa africana, São Tomé e Príncipe e os fortes de São Jorge da Mina e Arguim.

Malaca, no Sudeste asiático, cai sob domínio holandês após cinco meses de luta com os portugueses (14 jul).

Uma expedição holandesa despachada do Recife ocupa São Paulo de Luanda, em Angola, a fim de assegurar o suprimento de mão de obra escrava para os engenhos de açúcar brasileiros (25 ago). A ação holandesa ameaça as redes de comércio que sustentavam o sistema econômico escravista luso-brasileiro.

Tropas holandesas enviadas por Nassau desembarcam em São Luís do Maranhão (25 nov).

- 1642** No contexto da Guerra dos Trinta Anos e da Restauração portuguesa contra a Espanha, é celebrado, em Londres, o **primeiro Tratado de aliança entre Portugal e a Inglaterra** de Carlos Stuart I (29 jan). O Tratado estipula, entre outras coisas, a tolerância religiosa e a imunidade das leis portuguesas aos súditos ingleses residentes em Portugal, por meio do estabelecimento do **juiz conservador da nação inglesa**. Em cláusula secreta, os dois países se comprometem a não consentir nem aderir a "guerra alguma, conselho, ou tratados, em prejuízo do outro". A aliança anglo-portuguesa será uma constante na política europeia e terá no futuro importantes reflexos para o Brasil.

Criação, em Lisboa, do **Conselho Ultramarino**, órgão centralizador para as relações entre Portugal e suas colônias, adaptado do antigo Conselho da Índia (14 jul).

- 1643** Um ano antes de retornar à Europa, Nassau conclui no Recife a chamada Cidade Maurícia (28 fev).
- 1644** O Conselho Ultramarino decide que escoltas armadas deveriam acompanhar os navios mercantes que fizessem a Carreira do Brasil (24 jan).

Queda da dinastia Ming e domínio da China pelos Manchus (26 maio).

- 1645** Início da insurreição luso-brasileira em Pernambuco contra os holandeses (15 maio).
- 1646** O **padre Antonio Vieira** é enviado por D. João IV a Paris e à Haia, onde auxilia o diplomata Francisco de Sousa Coutinho em negociações com os holandeses sobre as disputas no ultramar (1º fev). Os portugueses se dividiam entre os "valentões", que desejavam a manutenção do Nordeste a qualquer custo, e os "judas", que admitiam renunciar ao território em troca de compensações. No chamado Papel Forte, Vieira defenderá a cessão do Nordeste aos Países Baixos. Portugal irá oferecer solução amigável mediante pagamento de indenização pela restituição do Brasil Holandês.
- 1647** Antônio Raposo Tavares inicia viagem de São Paulo até Belém, a chamada "bandeira dos limites". O bandeirismo, a pecuária, a mineração, o extrativismo e as missões católicas são elementos que

concorrem para a conquista do interior. Paralelamente, o **mito da Ilha-Brasil** servia para acalentar a ideia de que o país possuía fronteiras naturais bem definidas, do Amazonas ao Prata.

- 1648** Francisco Barreto, na primeira **Batalha dos Guararapes**, derrota os holandeses, já agora confinados apenas ao Recife (19 abr). O movimento nativista contra a ocupação holandesa é uma das manifestações do sentimento de **brasilidade** que começa a existir na colônia.

Reconquista de Angola: com o objetivo principal de restaurar o fluxo do tráfico negreiro, uma esquadra armada no Rio de Janeiro, liderada pelo governador Salvador Correia de Sá e Benevides, toma de volta Angola, em poder dos holandeses desde 1641 (15 ago). Essa foi a primeira força-tarefa naval a zarpar do Novo Mundo para uma ação de grande envergadura extracontinental.

Os Habsburgos são vencidos pela aliança anti-hegemônica liderada pela França e a **Paz de Westfália** (Tratados de Münster e Osnabrück) põe fim à Guerra dos Trinta Anos (24 out). A autoridade central do Sacro Império Romano é suprimida e o reconhecimento da soberania de vários territórios pela Paz de Westfália será visto posteriormente como um marco das relações internacionais, assinalando o advento de um sistema "westfaliano" de Estados soberanos.

- 1649** Instituída a Companhia Geral de Comércio do Brasil, com monopólio do comércio de vinho, bacalhau, azeite e farinha de trigo (6 fev). Ganhará impulso a **Carreira do Brasil**: sistema de comboios, com frotas que poderiam ultrapassar 200 navios, ligando a metrópole à Colônia. A outrora lucrativa Carreira da Índia, por sua vez, dedicada ao comércio da pimenta do Oriente à Europa, começa a entrar em decadência.

Os holandeses sofrem pesada derrota contra as forças luso-brasileiras na segunda Batalha dos Guararapes (19 fev).

- 1651** O Parlamento inglês aprova a Lei de Navegação, obrigando que a importação de bens na Inglaterra seja feita somente por navios ingleses ou pertencentes ao mesmo país onde esses bens foram produzidos (9 out). A medida, prejudicial ao comércio marítimo holandês, irá precipitar no ano seguinte a primeira Guerra Anglo-Holandesa.

- 1653** Oliver Cromwell se torna Lorde Protetor na Inglaterra (16 dez). O apoio português à dinastia Stuart na guerra civil inglesa levará a contenciosos entre Portugal e novo regime de Cromwell.

- 1654** Os holandeses são definitivamente expulsos do Recife (26 jan), dirigindo-se a partir daí para as Antilhas, onde continuarão a produzir açúcar, concorrente do brasileiro. A guerra dos Países Baixos com a Inglaterra impede o envio de reforços holandeses para eventual retomada do Nordeste.

A primeira Guerra Anglo-Holandesa termina com vantagem para os ingleses (5 abr).

Assinado o **Tratado de Westminster** de paz e aliança entre Portugal e a Inglaterra sob o protetorado de Oliver Cromwell (10 jul). Pelo Tratado, também conhecido por "Carta de Privilégios Ingleses", mercadores ingleses recebem o direito de comerciar com as colônias lusas, incluindo o Brasil, desde que acompanhados por navios portugueses e com exceção de alguns poucos produtos (farinha, peixe, vinho, azeite e pau-brasil). A aliança com a Inglaterra era vista como fundamental para que Portugal pudesse enfrentar a luta com os Países Baixos.

- 1656 Sob ameaça da esquadra inglesa, surta no Tejo, Cromwell exige a ratificação por Portugal do Tratado de Westminster de 1654 (9 maio).
- 1657 Estado de guerra entre Portugal e os Países Baixos por disputas ultramarinas. A armada holandesa chega a bloquear a foz do Tejo por três meses, ameaçando atacar Lisboa.
- 1659 A **Paz dos Pirineus** põe fim à guerra entre Espanha e França e encerra em definitivo a tentativa de domínio dos Habsburgos na Europa (7 nov).
- 1661 Início do reinado de **Luís XIV** na França (10 mar). O período do "rei sol" será marcado pela supremacia francesa na política internacional europeia.

Restaurada a monarquia inglesa, é firmado o **Tratado de Whitehall** entre Portugal e a Inglaterra, pelo qual os ingleses se comprometem a defender a independência de Portugal como reino separado da Espanha, assim como proteger a integridade das colônias portuguesas (23 jun). A aliança dinástica será selada com o casamento do rei Carlos Stuart II com a infanta Catarina de Bragança, cujo dote incluía a cessão aos ingleses dos portos de Tânger, no Marrocos, e Bombaim, na Índia, além de 2 milhões de cruzados. No mesmo ano, Portugal dará permissão para que comerciantes ingleses, holandeses e franceses residam na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Segundo Tratado da Haia: celebrada a **paz entre os Países Baixos e Portugal** (6 ago). Os holandeses reconhecem formalmente a perda de suas possessões no Brasil e na África portuguesa em troca de indenização de 4 milhões de cruzados e vantagens comerciais, incluindo privilégios fiscais, pessoais e jurisdicionais aos comerciantes batavos. Portugal cede os territórios orientais já conquistados pelos holandeses na Índia e no Ceilão. As perdas no Oriente aumentam a feição atlântica do império marítimo português. Um segundo acordo será celebrado em 1669 para rever as cláusulas de indenização e sua forma de pagamento.

- 1664 Na Guiana, os holandeses, que desde 1659 ocupavam Caiena, são desalojados de lá pelos franceses (15 maio).
- 1665 Início da segunda Guerra Anglo-Holandesa (4 mar), que durará dois anos. A rivalidade comercial entre Inglaterra e Países Baixos levará ainda a uma terceira guerra em 1672.
- 1668 Celebrado, em Lisboa, com mediação inglesa, o Tratado de paz entre Carlos II da Espanha e Afonso VI de Portugal, que marca o **fim das guerras da Restauração portuguesa** (13 fev). Portugal tem sua independência reconhecida, mas a praça de Ceuta, no Marrocos, permanecerá com a Espanha.
- 1669 Construído o Forte de São José do Rio Negro, onde hoje se localiza Manaus.
- 1671 Decreto português permite a entrada de navios estrangeiros em portos brasileiros (13 fev). No século XVII, se tornou habitual o recurso a escalas da Carreira da Índia na costa brasileira, sobretudo na Bahia, para completar o carregamento das naus e fazer negócios que tornassem mais rentáveis as viagens pela rota do Cabo.
- 1673 Chegam ao Pará os primeiros açorianos recrutados pela Coroa portuguesa para a "colonização por casais" do Brasil.

- 1674** Parte de São Paulo, à procura de esmeraldas no interior, a expedição bandeirante de Fernão Dias Pais (21 jul).
- 1676** Bula do papa Inocêncio XI cria a Diocese do Rio de Janeiro, cuja jurisdição alcançará até o Rio da Prata, como desejava Portugal (16 nov).
- 1680** O governador do Rio de Janeiro, Manuel Lobo, organiza expedição para a **fundação da Colônia do Sacramento**, na margem oriental do Rio da Prata, na tentativa dos portugueses de estabelecer uma cunha de penetração na região e eventualmente conquistar Buenos Aires (26 jan). A praça-forte, contudo, é logo em seguida atacada pelos espanhóis, que a ocupam militarmente (7 ago).
- 1681** Tratado Provisional entre Portugal e Espanha sobre a posse portuguesa da Colônia do Sacramento (7 maio), que se tornará importante centro de comércio lícito e de contrabando, sobretudo de escravos, couro, charque e prata das minas de Potosí. Comerciantes portugueses do Rio de Janeiro (chamados de peruleiros) vendiam gêneros alimentícios e manufaturas para os mercados do Rio da Prata.

Alcança 1 milhão o número de escravos negros trazidos de Angola, cujo principal centro fornecedor é a praça de São Paulo de Luanda. O intenso **comércio luso-brasileiro no Atlântico Sul** envolve a exportação de cachaça, tabaco, pólvora e alimentos em troca de escravos, marfim e outros produtos provenientes da África. Impulsionado pelo sistema escravista, esse espaço econômico luso-brasileiro é comparado a uma *Pax Lusitana* no Atlântico (Luiz Felipe de Alencastro).

- 1683** A cidade de Viena é sitiada pelos turcos otomanos por dois meses (jul-set).
- 1684** Revolta de Beckman, em São Luís, contra a política colonial portuguesa de conceder privilégios à Companhia do Comércio do Estado do Maranhão (23 fev).

Incursão de franceses, vindos de Caiena, até as imediações do Forte Gurupá, no Rio Amazonas, a pretexto de apresamento de índios. Em função dessa ameaça, os portugueses irão construir quatro novos fortes na região.

- 1686** Formada a Liga de Augsburg contra o expansionismo francês na Europa (9 jul).
- 1687** Estimulados pelos espanhóis, padres jesuítas fundam os **Sete Povos das Missões** e introduzem o gado na Vacaria dos Pinhais, atualmente no Rio Grande do Sul (2 fev). A língua geral derivada do tupi (*nheengatu*) será o idioma predominante em várias regiões até o início do século XIX.
- 1688** A França declara guerra à Liga de Augsburg, também chamada de Grande Aliança (24 set). O conflito durará nove anos.

A **Revolução Gloriosa** na Inglaterra confere maiores poderes ao Parlamento inglês e põe termo à monarquia absoluta naquele país (18 dez).

Alvará da Coroa portuguesa determina que os navios mercantes viajem apenas em frotas, como medida de defesa contra o ataque de corsários.

1694 Descobertas as primeiras jazidas de **ouro em Minas Gerais**. O ciclo da mineração atrairá grande fluxo populacional para aquela região, ajudando a integrar as "ilhas" de povoamento (arquipélago mercantil) e incentivando a vida urbana na colônia. A exploração de metais preciosos era um dos objetivos permanentes da política mercantilista de Portugal e, entre 1700 e 1801, a produção total de ouro no Brasil será estimada em 983 toneladas.

1695 Morte do líder negro Zumbi (20 nov) e destruição de Palmares pelas tropas do bandeirante Domingos Jorge Velho. O **quilombo de Palmares**, então situado na capitania de Pernambuco, chegou a ter até 35 mil habitantes no seu apogeu e resistiu por 65 anos.

1697 Os franceses, comandados pelo marquês de Ferrolles, governador de Caiena, tomam o Forte de Macapá, no Amapá, mas são desalojados em seguida por tropas luso-brasileiras (28 jun).

Termina a guerra da Liga de Augsburgo contra a França de Luís XIV (30 set).

1700 Tratado provisório entre Portugal e a França (4 mar) declara indefinida a posse das terras entre o Forte de Macapá e o Rio Oiapoque (ou Vicente Pinzón).

O rei Carlos II da Espanha morre sem deixar herdeiros (1º nov). O duque de Anjou, neto de Luís XIV, é indicado para assumir o trono espanhol, mas encontrará resistências.

1701 Início da **Guerra de Sucessão da Espanha**, que durará até 1713 (7 set). Contra a França e a Espanha, forma-se a Grande Aliança entre Inglaterra, Países Baixos, Áustria, Hannover e Prússia.

1702 Regimento relativo à mineração nas colônias cria a Intendência das Minas (19 abr).

1703 São Petersburgo é fundada pelo czar Pedro o Grande, nas costas do Báltico, para ser a nova capital do Império Russo (16 maio).

Portugal se afasta da França e alia-se aos ingleses, austríacos e holandeses por meio de tratados ofensivos e defensivos (16 maio). Os portos portugueses serão usados pela Marinha inglesa como base para operações navais na Guerra de Sucessão da Espanha.

O **Tratado de Methuen** sobre as relações comerciais entre a Inglaterra e Portugal (em referência a John Methuen, representante inglês em Lisboa) estabelece, em caráter perpétuo, a compra por Portugal de tecidos ingleses em troca da venda de vinhos portugueses para a Inglaterra a taxas de importação mais baixas (27 dez). O vinho figurava entre as principais exportações de Portugal, mas, no longo prazo, o Tratado irá agravar ainda mais a dependência econômica portuguesa.

1704 Depois de interromper as relações diplomáticas com a Espanha, Portugal também rompe com a França (8 mar). Em virtude do estado de guerra, espanhóis e franceses irão atacar posições portuguesas na América.

1706 A Colônia do Sacramento é capturada mais uma vez pelos espanhóis, que ali permanecerão até 1715.

1707 Morte do imperador Aurangzeb e início da desintegração do Império Mogol na Índia (3 mar).

Ato de União entre a Inglaterra e a Escócia unifica a Grã-Bretanha (26 mar).

- 1708** Guerra dos Emboabas entre paulistas e recém-chegados à região das Minas Gerais.
- 1710** Guerra dos Mascates, em Pernambuco, entre comerciantes do Recife e senhores de engenho de Olinda (fev).
- Cumprindo as determinações de Luís XIV, contra a participação de Portugal na guerra ao lado da Grande Aliança, o francês Jean François Duclerc ataca o Rio de Janeiro (19 set), mas é derrotado e morto alguns meses depois.
- 1711** Navios estrangeiros são novamente proibidos de aportarem no Brasil, a não ser que participantes de frotas portuguesas ou em caso de tempestade ou falta de mantimentos (8 fev).
- Em represália pelo ocorrido a Duclerc, poderosa esquadra francesa, sob o comando do corsário René Duguay-Trouin, ataca e saqueia o Rio de Janeiro (12 set). Os franceses só deixam o Rio após o pagamento de resgate pela cidade (4 nov).
- 1713** A vitória da Grande Aliança sobre a França de Luís XIV é reconhecida com a assinatura do **Tratado de Utrecht** (11 abr). Com apoio britânico, Portugal obtém, pelo artigo 8º do Tratado, que a França desista de suas pretensões às terras do Cabo Norte e que o Rio Oiapoque passe a ser a fronteira entre a Guiana Francesa e o Brasil. Após a Guerra de Sucessão da Espanha, Portugal ficará cada vez mais ligado à aliança com a Grã-Bretanha, ao passo que a Espanha buscará a proteção da França borbônica. Esse sistema de alianças permitirá às duas metrópoles ibéricas a manutenção de suas colônias em meio à rivalidade franco-britânica no século XVIII.
- 1715** Pelo segundo Tratado de Utrecht, que encerra o conflito luso-espanhol, a Espanha devolve a Colônia do Sacramento a Portugal (6 fev). No entanto, na interpretação espanhola do Tratado, o limite de Sacramento seria o de um tiro de canhão e, por conseguinte, os territórios da Banda Oriental e do sul do Brasil deveriam pertencer à Espanha.
- 1719** A tributação do ouro é fixada em um quinto e são criadas Casas de Fundição para cobrar o imposto (11 fev). No apogeu das minas, eram importados da África 80 mil escravos por ano. O pagamento era feito com tabaco, cachaça, açúcar, ouro, couros e tecidos.
- 1720** Todos os governadores-gerais do Brasil passam a receber o título de vice-reis, mas seus poderes eram limitados ao nível de capitania.
- 1722** Descoberto ouro de aluvião na região de Cuiabá, fato que irá aumentar o número das monções fluviais para o Mato Grosso.
- 1724** Como parte das disputas pelo Prata, os espanhóis fundam Montevidéu para servir de fortaleza militar naquela região (14 fev).
- 1725** A expedição de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, descobre ouro no sertão goiano.
- 1729** Portugal envia ao Brasil a missão dos "padres matemáticos", os astrônomos Diogo Soares e Domingos Capassi, a fim de realizar estudos cartográficos detalhados da América portuguesa (nov).

1734 O diplomata **Alexandre de Gusmão**, nascido em Santos, é encarregado em Portugal dos despachos da Secretaria de Estado do Brasil.

1735 Os espanhóis atacam novamente e sitiaram a Colônia do Sacramento (3 out), que, isolada da região sul do Brasil, tem de ser a custo mantida pelos portugueses.

O diplomata português Luís da Cunha propõe que o rei de Portugal se mude para o "imenso continente do Brasil" para ali tomar o título de "imperador do Ocidente", transferindo a capital do império colonial para o Rio de Janeiro.

1736 Alvará de D. João V cria dentro do governo português a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (28 jul).

Em sua Grande Instrução, Alexandre de Gusmão defende um plano de aproximação de Portugal com a França para contrabalançar a tutela britânica sobre o país.

1737 Os portugueses fundam a colônia de Rio Grande de São Pedro, na entrada da Lagoa dos Patos, para aumentar sua presença no sul, ainda muito despovoado (19 fev).

Assinado armistício entre Portugal e Espanha em torno da Colônia do Sacramento (2 set).

1743 Alexandre de Gusmão, já como secretário particular do rei D. João V, é designado membro do Conselho Ultramarino (23 set).

1746 Começam as negociações entre Portugal e Espanha para concluir um tratado de limites entre suas possessões coloniais. Tomás da Silva Teles, visconde de Vila Nova de Cerveira, será o negociador português em Madri, sob instruções de Alexandre de Gusmão.

1748 O Tratado de Aix-la-Chapelle, após a Guerra de Sucessão da Áustria, marca trégua temporária entre a Grã-Bretanha e a França, em acirrada competição colonial (18 out).

1749 Elaborado pelos portugueses o "Mapa dos confins do Brasil com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional", conhecido como **Mapa das Cortes**, aceito pelos espanhóis como base negociadora. O mapa, todavia, não era geograficamente preciso (a localização de Cuiabá, por exemplo, apresentava um erro de 9 graus de longitude).

1750 Aproveitando o bom momento nas relações entre as duas Coroas, Portugal e Espanha assinam o **Tratado de Madri** sobre os limites de suas respectivas colônias na América do Sul (13 jan). Conforme defendido por Alexandre de Gusmão, o reconhecimento da ocupação efetiva pela aplicação do **princípio do *uti possidetis*** (instituto de direito privado romano), usando rios e montanhas para demarcar os limites, significou o abandono do meridiano de Tordesilhas, também desrespeitado pela Espanha na Ásia (Filipinas). Em troca da Colônia do Sacramento, cedida à Espanha, Portugal receberia as reduções jesuítas espanholas dos Sete Povos das Missões. Segundo o Tratado, se houvesse rompimento entre as duas Coroas, os vassalos de ambas na América Meridional continuariam em paz, "vivendo, uns e outros, como se não houvera tal guerra entre os soberanos, sem fazer-se a menor hostilidade, nem por si sós nem junto com os seus aliados" (artigo 21). A entrega de Sacramento será objetada por opositores ao Tratado em Portugal.

D. José I sucede a D. João V no trono português e nomeia secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro **marquês de Pombal**, que terá papel político destacado como primeiro-ministro do Reino e representante do despotismo esclarecido característico do século XVIII (7 set).

- 1752 Os portugueses trazem famílias de colonos dos Açores para fundar a vila de Porto dos Casais (jan), atual Porto Alegre, e dar impulso à colonização do Rio Grande do Sul.
- 1754 Os índios guaranis, apoiados pelos jesuítas espanhóis, reagem ao êxodo forçado na região das Missões (aldeias de Santo Angelo, São Borja, São João, São Lourenço, São Luís Gonzaga, São Miguel e São Nicolau, cedidas pelo Tratado de Madri). Tem início a **Guerra Guaranítica**.
- 1755 O terremoto de Lisboa destrói a capital portuguesa e mata 30 mil pessoas (1º nov).
- 1756 As forças luso-espanholas vencem a resistência dos guaranis na Batalha de Caiboaté, na qual 1.500 índios são mortos (10 fev). Termina a Guerra Guaranítica.

Início da **Guerra dos Sete Anos** na Europa (29 ago). A rivalidade colonial entre a França e a Grã-Bretanha estenderá a luta às suas respectivas possessões de além-mar. Inicialmente, Espanha e Portugal se mantêm neutros.

- 1757 Na Batalha de Plassey, os britânicos conquistam Calcutá, base de sua expansão na Índia (23 jun).
- 1759 Os padres da Companhia de Jesus, considerada um "Estado dentro do Estado", são expulsos do Brasil por Pombal (21 jul).

Ascensão ao trono espanhol de Carlos III (10 ago). As Coroas portuguesa e espanhola entrarão em acordo para rever os termos do Tratado de Madri de 1750.

- 1761 O **Tratado de El Pardo** entre Portugal e Espanha anula o Tratado de Madri e deixa em suspenso as questões de limites no Brasil (12 fev). Na linguagem utilizada, os atos estipulados em 1750 eram dados por "cancelados, cassados e anulados como se nunca houvessem existido, nem houvessem sido executados". Colaborou, para tanto, o fato de que o próprio marquês de Pombal era contra a cessão da Colônia do Sacramento, que não havia sido ainda entregue à Espanha. Era também forte a resistência dos jesuítas e indígenas na região das Missões e havia grandes dificuldades demarcatórias a serem vencidas, tanto no sul como no norte.

O Pacto de Família une os Bourbons da França e da Espanha (15 ago). A aliança irá provocar a entrada de Portugal na Guerra dos Sete Anos, ao lado da Grã-Bretanha.

Decretada por Pombal a **abolição da escravidão em Portugal** e a proibição do tráfico de escravos para aquele país (19 set). A medida força o direcionamento dos escravos ao trabalho nas colônias.

Com vistas a romper o comércio triangular Brasil-África-Ásia e a preservar o exclusivo colonial, decreto português proíbe às embarcações provenientes da Índia de aportarem no Brasil, a não ser por necessidade urgente (17 nov).

- 1762 Forças combinadas franco-espanholas invadem Portugal, na chamada **Guerra Fantástica** (9 maio). Em resposta, um exército luso-britânico, comandado pelo conde de Lippe, fará a defesa de Lisboa.

Colocados Espanha e Portugal mais uma vez em campos opostos na guerra franco-britânica, os espanhóis, liderados por Pedro de Cevallos, governador de Buenos Aires, atacam pela quarta vez a Colônia do Sacramento (5-29 out). Após um armistício na Europa entre as potências em guerra (1º dez), Colônia será devolvida aos portugueses no ano seguinte.

- 1763** A capital do Brasil é transferida de Salvador para o **Rio de Janeiro** (27 jan). Antonio Alves da Cunha é nomeado vice-rei e capitão-geral de mar e terra do Estado do Brasil. Em função do deslocamento do eixo econômico do país para o centro-sul, o Rio de Janeiro se converte no principal porto da Colônia.

O **Tratado de Paris** põe fim à Guerra dos Sete Anos (10 fev). A França cede à Grã-Bretanha as terras do Canadá, o vale do Ohio e a margem esquerda do Mississipi, além de abdicar de qualquer pretensão na Índia. A Espanha cede a Flórida aos britânicos e restitui a Portugal a Colônia de Sacramento. O Tratado de Paris é tido como ponto de partida para o predomínio marítimo e colonial da Grã-Bretanha.

Partindo da Colônia de Sacramento, Pedro de Cevallos ocupa a vila de Rio Grande (24 abr). A luta contra a presença espanhola no sul do Brasil prosseguirá por diversos anos a seguir.

- 1765** A invenção da máquina a vapor por James Watt (maio) acelera o processo de **Revolução Industrial** na Inglaterra, em grande medida financiado pelo ouro do Brasil que para lá seguia, via Portugal, a título de pagamentos de empréstimos e importações de produtos britânicos ou como contrabando.

Finda a guerra na Europa, é restabelecida a livre navegação para o Brasil, sem que os navios participassem de comboios ou frotas (10 set).

Instituída por Pombal a derrama para a cobrança de impostos atrasados e acumulados nas zonas de mineração no Brasil.

- 1773** Abolição definitiva da escravatura no Reino de Portugal (16 jan). No Brasil, a escravidão só será abolida em 1888.
- 1774** Extinto o Estado do Grão-Pará e Maranhão, que é unificado ao Estado do Brasil, subordinado ao vice-rei no Rio de Janeiro, a fim de centralizar o controle colonial (7 jul).
- 1775** Criada a Legião dos Voluntários Reais da Companhia de São Paulo para combater os espanhóis no sul do Brasil (27 maio). Sob o comando do tenente-general Henrique Böhn, são reforçadas as tropas do Exército do Sul.
- 1776** Forças luso-brasileiras reconquistam a vila de Rio Grande, ocupada pelos espanhóis em 1763 (1º abr). Como retaliação pelas derrotas sofridas, a Espanha enviará ao Brasil uma poderosa força militar, comandada novamente por Pedro de Cevallos, com 116 navios e 10 mil soldados.

Iniciada a construção do forte Príncipe da Beira, às margens do Rio Guaporé, em Rondônia (2 jun). No período pombalino, diversas fortalezas começaram a ser erigidas em áreas remotas, com o intuito de assinalar o domínio territorial da Coroa portuguesa, como os fortes de São Joaquim

(Roraima), Marabitanas, São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga (Alto Amazonas), e Coimbra (este último no Rio Paraguai).

O Congresso Continental das 13 colônias norte-americanas, na Filadélfia, rebela-se contra a Grã-Bretanha e aprova a declaração de **independência dos Estados Unidos da América** (4 jul).

O rei espanhol Carlos III cria o Vice-Reinado do Rio da Prata, com capital em Buenos Aires (1º ago). Essa nova unidade administrativa do império espanhol inclui territórios que iam da Patagônia até as intendências de La Paz, Charcas, Potosí, Cochabamba e Paraguai, além da Banda Oriental e das missões guaranis.

- 1777** As forças de **Pedro de Cevallos** se apoderam da Ilha de Santa Catarina, porto estratégico de ligação entre o Rio de Janeiro e o Prata, usado por navegantes como escala para descanso e reabastecimento de água e víveres (23 fev). Em seguida, Cevallos toma novamente a Colônia de Sacramento e ordena a demolição das instalações militares portuguesas (3 jun).

Após a morte de D. José I, em Portugal (24 fev), D. Maria assume o trono e promove a **Viradeira** contra as políticas implementadas pelo marquês de Pombal, que cai em desgraça, sendo demitido e desterrado. Iniciam-se entendimentos para um acordo com a Espanha para o conflito no sul do Brasil.

Assinado o **Tratado de Santo Ildefonso** entre Portugal e Espanha sobre os limites do Brasil (1º out). O Tratado mantém em linhas gerais as fronteiras acordadas pelo Tratado de Madri ao norte e a oeste, respeitado o *uti possidetis*. Mas, no sul, onde os espanhóis gozavam de posição militar superior, além da cessão de Sacramento e da exclusividade da navegação do Rio de Prata, os Sete Povos das Missões também retornam à soberania espanhola como compensação pela devolução da Ilha de Santa Catarina a Portugal.

- 1781** Entrada em vigor nos EUA dos Artigos da Confederação (1º mar). No mesmo ano, os norte-americanos, com a ajuda da França, vencem a batalha decisiva contra os britânicos em Yorktown (19 out). A Grã-Bretanha, juntamente com Portugal, só reconhecerá de fato a independência dos EUA em 1783.

A Grã-Bretanha ocupa a Ilha da Trindade para utilizá-la como base para navios em trânsito pelo Atlântico Sul (out).

- 1782** Diante dos protestos portugueses pela ocupação britânica da Ilha da Trindade, o Almirantado britânico ordena a desocupação daquela ilha (22 ago).

Durante o final do século XVIII, a diminuição da produção norte-americana e a grande demanda pelo produto na Europa, sobretudo na Grã-Bretanha, irão estimular um surto de desenvolvimento do **cultivo de algodão** no Maranhão. Os embarques de algodão brasileiro de Portugal para a Grã-Bretanha duplicam nas décadas de 1780 e 1790, totalizando quase 8 milhões de libras por ano.

- 1784** Começam os trabalhos de demarcação do Tratado de Santo Ildefonso, que enfrentam grandes dificuldades práticas para avançar.

- 1785** Alvará régio de D. Maria I manda proibir a produção de todas as fábricas e manufaturas no Brasil (5 jan). Portugal, na época, já se encontra dependente economicamente da colônia brasileira, que exporta para a metrópole ouro, diamantes, açúcar, tabaco e pau-brasil, enquanto importa escravos e manufaturas rudimentares. O esgotamento do ciclo da mineração, entre outros fatores, irá agravar a situação de **dupla dependência portuguesa da Inglaterra e do Brasil**, os dois pilares de sustentação da política externa de Portugal na virada do século XVIII.
- 1787** Encontro na França, em Nîmes, entre o estudante José Joaquim Maia e Barbalho (que usava o pseudônimo Vendek) e o ministro norte-americano, Thomas Jefferson, sobre a possibilidade de auxílio estrangeiro a um levante nativista republicano contra o domínio português no Brasil (maio).
- 1788** Os britânicos iniciam a colonização da Austrália com a chegada da Primeira Frota (18 jan), que havia antes feito escala no Rio de Janeiro para abastecimento.
- 1789** O movimento da **Inconfidência Mineira**, em Vila Rica, atual Ouro Preto, é denunciado (15 mar) e reprimido pela Coroa portuguesa, que prende seus principais líderes.

Com a entrada em vigor da Constituição norte-americana, George Washington toma posse como o primeiro presidente dos EUA (30 abr).

A tomada da Bastilha, símbolo da tirania absolutista, dá início ao processo de contestação do Antigo Regime pela **Revolução Francesa** (14 jul). A Assembleia Nacional Constituinte francesa adota a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, pela qual todos os indivíduos passam a ser iguais perante a lei (26 ago).

- 1792** Protesto português junto à França por um alegado estabelecimento francês ao sul do Cabo Norte, no Amapá (1º abr).

O alferes Joaquim José da Silva Xavier, o **Tiradentes**, é enforcado por seu envolvimento na Inconfidência Mineira (21 abr).

Áustria e Prússia invadem a França, onde será abolida a monarquia constitucional e proclamada a República (22 set). O período das **Guerras Revolucionárias francesas** irá estender-se até a paz de Amiens, em 1802.

- 1793** Luís XVI é guillotinado na França (21 jan). O regime do terror do jacobino Robespierre será marcado por grande número de execuções contra os "inimigos" da Revolução.

Início da Campanha do Rossilhão contra a França revolucionária (7 mar). Portugal participará da luta ao lado da Espanha e da Grã-Bretanha.

Portugal assina novo Tratado com a Grã-Bretanha, pelo qual se compromete a apoiar aquele país na guerra contra a França (26 set). Por muitos anos a seguir, o governo britânico cobrará fidelidade de Portugal, que sofrerá pressão contrária por parte da França.

- 1794** Grã-Bretanha e EUA concluem, em Londres, Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, conhecido como Tratado Jay (19 nov). As partes concordam em levar algumas de suas controvérsias à arbitragem, uma novidade para a época.

1795 Pelo Tratado de Basileia, é encerrada com vitória francesa a Campanha do Rossilhão (22 jul).

Reação Termidoriana: é implantado o regime do Diretório na França, controlado pelos girondinos, representantes da alta burguesia (26 out).

1796 Decreto de neutralidade a observar-se nos portos portugueses face ao conflito europeu (17 set).

Em seu discurso de despedida, o presidente George Washington sustenta que os EUA deveriam evitar envolver-se em disputas políticas na Europa (19 set).

Os padres Cipriano Pires Sardinha e Vicente Ferreira Pires, da Bahia, são enviados pelo governo português em missão diplomática especial ao Daomé, atual Benin, lugar de origem da maioria dos escravos trazidos para Salvador.

1797 Firmado, em Paris, Tratado de paz entre Portugal e o governo do Diretório francês (10 ago). Muito desfavorável a Portugal, por impor pesadas indenizações e restringir o comércio com a Grã-Bretanha, o Tratado sofrerá críticas britânicas e não será ratificado por Lisboa.

1798 Expedição francesa sob o comando de Napoleão Bonaparte invade o Egito e vence os mamelucos na Batalha das Pirâmides (21 jul). Inicia-se nova era de intromissão do Ocidente no mundo muçulmano, que até o século XX cairá quase todo sob controle europeu.

Reprimida a **Conjuração Baiana** (ou Revolta dos Alfaiates), de base popular, influenciada pelas ideias da Revolução Francesa (25 ago). Cipriano Barata fora um dos líderes do movimento.

1799 Devido à demência de Maria I, D. João torna-se oficialmente príncipe regente de Portugal (15 jul).

Alexander von Humboldt, cientista alemão, inicia expedição pelo Rio Orenoco (jul), mas é proibido de entrar no Brasil para seguir viagem pelo Rio Amazonas.

O Golpe do 18 Brumário leva ao poder **Napoleão Bonaparte**, comandante-em-chefe do Exército francês, iniciando o regime do Consulado (19 nov).

1801 Ato de União incorpora a Irlanda ao Reino da Grã-Bretanha (1º jan).

Guerra das Laranjas: em Madri, a França napoleônica e a Espanha (primeiro-ministro Manuel Godoy) chegam a um acordo para pressionar Portugal a cumprir diversas exigências, entre elas pagar indenizações e abandonar sua aliança com a Grã-Bretanha (29 jan). O rei Carlos IV da Espanha declara guerra a Portugal (27 fev), que será invadido por forças espanholas, com apoio francês (20 maio). A Espanha irá tomar Olivença e outras localidades portuguesas. Ao chegar a notícia da guerra ao Rio Grande do Sul, forças militares luso-brasileiras atacam o território dos Sete Povos das Missões.

A guerra na península ibérica termina com a assinatura do **Tratado de Badajoz** entre Portugal e Espanha, coligada com a França (6 jun). Portugal é obrigado a fazer reparações de guerra e a interditar seus portos aos navios britânicos. As povoações ocupadas no Alentejo são devolvidas, com exceção da vila de Olivença, que continuou sob domínio espanhol. O Tratado, contudo, era

silente quanto à situação na América do Sul, onde as hostilidades continuaram. Como Badajoz não revalidou o Tratado de Santo Ildefonso de 1777 nem mandou restabelecer o *status quo ante bellum*, esse fato será depois utilizado por autores hispano-americanos para fazer uma distinção entre o *uti possidetis de facto* (posse "mansa e pacífica"), em oposição ao *uti possidetis juris* (o direito à soberania sobre o território deve basear-se em títulos jurídicos, e não na simples posse).

Portugal celebra em separado o Tratado de Madri com a França, pelo qual são reiterados termos acordados em Badajoz e estipuladas novas indenizações a Napoleão (29 set). Portugal também fará concessões que afetam a fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa.

- 1802** **Tratado de Amiens** entre a Grã-Bretanha, de um lado, e a França, Espanha e República Batava (Países Baixos) de outro, para pôr fim à guerra na Europa e pactuar questões relativas a territórios coloniais (27 mar). A fronteira da Guiana Francesa é fixada no Rio Araguari à revelia de Portugal, que não era parte do Tratado. A paz, contudo, durará apenas um ano.

Reflexo da importância econômica da sua colônia sul-americana, mais de 80% de tudo o que Portugal importa de seu império ultramarino é proveniente do Brasil. Nessa época, todavia, menos de 5% do território brasileiro havia sido efetivamente ocupado pelos portugueses.

- 1803** Os EUA compram a Louisiana da França e duplicam seu território (30 abr).

A Grã-Bretanha une-se à Áustria e à Rússia, em luta contra a França de Napoleão Bonaparte (16 maio). Durante o período das **Guerras Napoleônicas na Europa**, Portugal tentará com dificuldade manter-se neutro no conflito.

A expedição russa de Krusenstern conduz pesquisas em Santa Catarina (20 dez).

- 1804** Como resultado de revolta de escravos, iniciada por Toussaint l'Ouverture contra o domínio francês em Santo Domingo, o Haiti torna-se independente (1º jan).

A França reconhece mediante Convenção a neutralidade portuguesa na guerra e Portugal concede facilidades de importação a produtos franceses (19 mar).

Napoleão Bonaparte é coroado imperador dos franceses, em Paris, pelo papa Pio VII (2 dez).

As forças luso-brasileiras avançam além das Missões e chegam até o Rio Quaraí, na atual fronteira com o Uruguai, e o Rio Jaguarão, no limite extremo do Rio Grande. O *status quo* territorial de 1804 será mantido no sul, uma vez que os espanhóis voltarão suas atenções para as invasões britânicas no Rio da Prata, em 1806 e 1807, entre outros desdobramentos causados pelas Guerras Napoleônicas.

- 1805** Navios britânicos sob o comando do almirante Nelson vencem as forças navais franco-espanholas na Batalha de Trafalgar (21 out). Beneficiando-se de sua superioridade marítima, a Grã-Bretanha volta a utilizar os portos portugueses e restabelece seu controle sobre as rotas comerciais no Atlântico e no Mediterrâneo.

Napoleão derrota as forças austríacas e russas na Batalha de Austerlitz (2 dez).

- 1806** Expedição militar britânica se apodera de Buenos Aires (27 jul), mas é em seguida derrotada pelas forças argentinas de Santiago de Liniers.

Lorde Rosslyn, enviado de Londres em missão especial a Lisboa, oferece ajuda britânica caso Portugal decida enfim romper sua neutralidade em relação à França (ago).

Decretado por Napoleão, em Berlim, o **Bloqueio Continental** contra a Grã-Bretanha (21 nov). O mercado europeu significava então a metade do total das exportações britânicas ao exterior. A Grã-Bretanha irá retaliar proibindo o comércio marítimo dos países neutros com a França e seus aliados.

- 1807** Com base em lei proposta pelo abolicionista William Wilberforce, a Grã-Bretanha suprime o tráfico de escravos em seus domínios coloniais (25 mar). Até o século XVIII, a Grã-Bretanha havia sido a grande beneficiária do tráfico transatlântico, fornecendo escravos da África para as colônias europeias no continente americano. A escravidão nas colônias britânicas será abolida somente em 1833.

Nova tentativa britânica de tomar Buenos Aires (28 jun-5 jul), igualmente fracassada.

Portugal recebe um ultimato da França para aderir ao Bloqueio Continental e fechar seus portos à Grã-Bretanha (12 ago). O governo português se recusa a prender súditos britânicos ou confiscar-lhes os bens.

Bombardeio britânico à cidade de Copenhague, com o objetivo de capturar a frota dinamarquesa e assim evitar que caísse nas mãos de Napoleão (2-5 set).

Napoleão continua a pressionar Portugal a tomar uma posição na guerra europeia, mas o príncipe regente D. João hesita, persuadido por lorde Strangford, representante britânico em Lisboa. Diante do dilema de como salvar a dinastia dos Braganças, é assinada, em Londres, **Convenção Secreta entre Grã-Bretanha e Portugal** sobre a transferência da corte portuguesa para o Brasil em troca da ocupação temporária da Ilha da Madeira por tropas britânicas, da concessão de um porto franco em Santa Catarina, e da celebração de novo tratado de comércio (22 out). Portugal também promete não ceder sua marinha a qualquer outra potência. Uma frota britânica, sob o comando do almirante Sidney-Smith, entra no Tejo para cumprir os termos da Convenção, com instruções para tomar medidas de força em caso de antagonismo.

A França e a Espanha assinam o **Tratado de Fontainebleau**, com vistas à invasão e partilha de Portugal e divisão de suas colônias entre os dois países (27 out). Cerca de 28 mil soldados franceses recebem autorização para passar por território espanhol.

Partida da família real portuguesa para o Brasil: diante da chegada iminente das tropas francesas do general Junot, a corte de D. João e cerca de 15 mil pessoas abandonam Lisboa, com apoio britânico (29 nov). Strangford registra em comunicação ao Foreign Office que a Grã-Bretanha ficará em posição de estabelecer com "os Brasis" uma relação de "soberano e súdito" e de exigir "obediência a ser paga como preço pela proteção".

- 1808** A corte portuguesa chega à Bahia (22 jan). A elite baiana tenta em vão convencer o príncipe regente a permanecer em Salvador e não seguir viagem ao Rio de Janeiro.

Expedida, em Salvador, a carta régia de **abertura dos portos às nações amigas**, decretando o fim do exclusivo colonial (28 jan). Os direitos aduaneiros são reduzidos de 48% para 24% em relação a todas as mercadorias importadas em navios portugueses ou de nações aliadas, ficando livre também a exportação de todos os produtos brasileiros, com exceção do pau-brasil. Com esse ato, o comércio direto entre o Brasil e a Grã-Bretanha irá aumentar em quatro vezes ao longo do ano de 1808. O baiano José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, influenciado pelas ideias de Adam Smith, será um dos grandes defensores do livre comércio.

O príncipe regente **D. João chega ao Rio de Janeiro** (7 mar), que ficará sendo a sede da monarquia portuguesa até 1821. Pela primeira vez, a capital de uma metrópole é instalada em uma de suas colônias. Portugal pretende vender a ideia do surgimento de um novo "Império luso-brasileiro" nos dois lados do Atlântico. Em 1808, dois terços da população brasileira de 2,5 milhões de habitantes eram então de negros, mulatos ou mestiços.

Estabelecimento, no Brasil, da **Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra** (11 mar). O diplomata anglófilo Rodrigo de Sousa Coutinho, logo feito conde de Linhares, é nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros (13 mar), em substituição a António de Araújo de Azevedo, futuro conde da Barca, de inclinações pró-francesas. Por carta datada do mesmo dia, Sousa Coutinho propõe uma "união comercial" com Buenos Aires, oferecendo a "proteção" da monarquia portuguesa e de sua esquadra recém-chegada da Europa. A sugestão causa estranheza e é recusada pelos argentinos.

Revogado o alvará de 1785 que proibia indústrias manufatureiras no Brasil (1º abr).

D. João declara **guerra à França** e considera "nulos e de nenhum efeito" todos os tratados que havia sido obrigado a assinar sob coação (1º maio). Afirmar, em manifesto, que "a corte de Portugal levantará a sua voz do seio do novo Império que vai criar", jurando não depor "jamais" as armas contra a França, "senão de acordo com o seu antigo e fiel aliado S. M. Britânica".

Criada a Imprensa Régia (13 maio), o Erário Régio (28 jun), e o primeiro Banco do Brasil (12 out). Diversas outras instituições serão instaladas no Rio de Janeiro, tais como: Desembargo do Paço; Casa de Suplicação; Intendência da Polícia; Mesa de Consciência e Ordens; Conselho Real de Fazenda; Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação; Real Academia Militar; Biblioteca Real; Observatório Astronômico; Museu Real; Jardim Botânico; e Academia Real de Belas Artes.

Em Londres, Hipólito José da Costa começa a publicar o *Correio Braziliense*, jornal pró-independência que circulará até 1822 (1º jun).

Napoleão impõe seu irmão José Bonaparte no trono espanhol (20 jul). Estando o rei Fernando VII em cativeiro, sua irmã, **Carlota Joaquina**, esposa de D. João e filha de Carlos IV (Bourbon), entabula negociações a fim de assumir ela mesma a Regência espanhola no Prata. A pretensão de Carlota, porém, não terá êxito devido à oposição britânica (George Canning, secretário do Foreign Office), entre outros fatores.

Desembarque de forças britânicas em Portugal (1º ago). A **Guerra Peninsular** contra a ocupação francesa irá perdurar até 1814.

- 1809** D. João ordena a **ocupação de Caiena** por forças expedicionárias brasileiras que partem do Pará, com o apoio de uma corveta britânica, a título de represália contra a invasão de Portugal pela França (12 jan). O território será mantido até 1817 sob a administração do desembargador João Severiano Maciel da Costa, futuro marquês de Queluz, que ali irá desenvolver o comércio e a agricultura, importar gado de Marajó e organizar os serviços alfandegários.

Guerra Peninsular: os franceses derrotam as forças britânicas na Batalha de Elviña, na Espanha (16 jan). Enquanto isso, as tropas enviadas da Grã-Bretanha, comandadas pelo duque de Wellington, também enfrentam os franceses em solo português e o general britânico William Carr Beresford será nomeado comandante-em-chefe do Exército de Portugal (7 mar).

A Grã-Bretanha concede empréstimo de 600 mil libras esterlinas a Portugal, que dá como garantia o produto da renda do pau-brasil (21 abr).

- 1810** Firmados, no Rio de Janeiro, dois **Tratados entre Portugal e Grã-Bretanha**, de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação (19 fev). Os termos acordados selam a subordinação de Portugal à tutela britânica, como virtual protetorado econômico, estabelecendo, entre outros pontos: reafirmação de tratados anteriores, inclusive o Tratado de Methuen; continuidade da ocupação britânica da Ilha da Madeira e do uso da Ilha de Santa Catarina como porto franco para os britânicos; privilégios alfandegários para os produtos britânicos (taxa de 15% *ad valorem* para a Grã-Bretanha, contra 16% para Portugal e 24% para os demais países); extraterritorialidade judicial para os súditos britânicos no Brasil, sem reciprocidade (estabelecimento do juiz conservador da nação inglesa, instituído em Portugal pela primeira vez em 1642); liberdade religiosa para os protestantes britânicos e proibição da implantação da Inquisição no Brasil; compromisso português de proceder à "gradual abolição" do tráfico de escravos (artigo 10); linha de paquetes ligando o porto inglês de Falmouth e o Rio de Janeiro; e acesso irrestrito de navios de guerra britânicos aos portos portugueses e brasileiros.

A **Revolução de Maio**, em Buenos Aires, derruba o vice-rei e estabelece a Junta do Cabildo Abierto, leal ao rei Fernando VII (25 maio). Movimentos semelhantes ocorrem na Venezuela, Nova Granada (Colômbia) e Chile.

Graças à abertura do comércio, aumenta consideravelmente o movimento no porto do Rio de Janeiro, que já recebe em média 400 navios estrangeiros por ano. Em 1800, esse número era de 70 navios.

- 1811** **Independência do Paraguai**, que declara finda a dominação espanhola no país, desligando-se também de Buenos Aires (15 maio). José Gaspar Rodríguez de Francia governará o Paraguai como "Ditador Perpétuo" até 1840. Inicia-se a dissolução do Vice-Reinado do Rio da Prata.

Na Guerra Peninsular, o general britânico William Beresford, no comando do Exército português, vence os franceses em Albuera (16 maio). Por sua vez, na Espanha, o exército britânico enfrenta as tropas francesas aliado às juntas espanholas leais ao rei cativo Fernando VII.

Buenos Aires tenta impor sua autoridade às províncias do Vice-Reinado, mas Montevideu não reconhece a Junta do Cabildo Abierto e se torna baluarte dos espanhóis no Prata (vice-rei Francisco Javier de Elío, nomeado pelo Conselho de Regência). Ao mesmo tempo, o caudilho José Gervasio Artigas lidera forças revolucionárias no interior da Banda Oriental. A vitória de Artigas contra os

espanhóis na Batalha de Las Piedras (18 maio) é seguida pelo cerco a Montevidéu. A pretexto de resguardar a segurança de sua colônia contra a "anarquia revolucionária", a "subversão republicana" e a revolta antioligárquica conduzida por Artigas, **Portugal intervém na Banda Oriental** e inicia sua ocupação pelas tropas de Diogo de Sousa (jun-jul). Artigas e milhares de seus seguidores são obrigados a deixar o território, no chamado "êxodo do povo oriental" (out).

- 1812** Com o falecimento súbito de Rodrigo de Sousa Coutinho, João de Almeida de Melo e Castro, 4º conde das Galvêas, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (26 jan).

Na Espanha, as Cortes de Cádiz juram a primeira Constituição do país (19 mar).

Diante das pressões britânicas de Strangford, D. João aceita um **armistício na Banda Oriental** e se compromete a retirar de Montevidéu as tropas portuguesas. A Grã-Bretanha pretende preservar o *status quo* platino enquanto a situação na Europa não for definida. O armistício é celebrado, em Buenos Aires, pelo tenente-coronel João Rademaker, como enviado do príncipe regente, e pelo governo provisório das Províncias Unidas do Rio da Prata (26 maio). Artigas, no entanto, prosseguirá sua luta na campanha gaúcha.

Alegando prejuízos com o bloqueio marítimo ao comércio com a Europa continental, os EUA declaram guerra à Grã-Bretanha (18 jun). O conflito irá estender-se até dez 1814.

As tropas de Napoleão invadem a Rússia, mas são forçadas à retirada (jul-nov).

- 1813** Determinação do governo favorece a vinda de colonos açorianos para o Brasil (16 fev).

Revolta de escravos (negros haussás) em Salvador (28 fev) será reprimida pelas forças locais.

O exército francês na Espanha é derrotado pelas forças combinadas da Grã-Bretanha, Portugal e Espanha na Batalha da Vitória (21 jun).

As tropas francesas de Napoleão Bonaparte sofrem importante derrota na Batalha das Nações, em Leipzig, vencida pelos exércitos conjuntos da Rússia, Áustria, Prússia e Suécia (19 out).

- 1814** Fernando José de Portugal e Castro, marquês de Aguiar, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (19 jan).

Os **exércitos aliados tomam Paris** (31 mar), Napoleão Bonaparte é deposto (3 abr) e segue desterrado para a Ilha de Elba. É assinado o armistício que encerra as Guerras Napoleônicas (23 abr). Restauração dos Bourbons no trono francês e de Fernando VII no trono da Espanha. A França também reconhece a vitória das forças aliadas na Guerra Peninsular (17 abr), mas tropas britânicas continuarão estacionadas em Portugal.

Decreto do príncipe regente D. João franqueia a entrada e saída em portos brasileiros a navios de qualquer nacionalidade, medida interpretada como uma segunda abertura dos portos (18 jun).

O Congresso de Viena é convocado para discutir a paz na Europa pós-napoleônica (1º nov).

Uma frota britânica comandada por John Beresford chega ao Rio de Janeiro para levar de volta à

Europa o príncipe regente D. João que, não obstante, decide permanecer no Brasil (28 dez). O episódio é emblemático da progressiva **"americanização" da monarquia portuguesa**, inspirada no *revival* europeu do Antigo Regime pré-Revolução Francesa.

- 1815** No Congresso de Viena, mediante Convenção bilateral com a Grã-Bretanha, Portugal, representado por Pedro de Sousa Holstein, conde de Palmela, concorda em abolir o tráfico de escravos nas costas africanas ao norte da linha do Equador (21 jan). Lorde Castlereagh, representante britânico em Viena, obtém a aprovação da Declaração das Oito Potências, que condena o tráfico de escravos como "repugnante" e reconhece a necessidade de extingui-lo o mais rápido possível (8 fev).

As forças revolucionárias artiguistas tomam Montevidéu (26 fev). Artigas recebe o título de "Protetor dos Povos Livres" e é formada uma Liga Federal entre a Banda Oriental e cinco províncias argentinas.

A Ata final do **Congresso de Viena** encerra oficialmente seus trabalhos (9 jun). Surge um "mundo restaurado" (Henry Kissinger) com base nos princípios da legitimidade (restauração, Talleyrand) e do equilíbrio político (partilha de territórios, Metternich). Portugal desejava obter em Viena a restituição de Olivença e compensações pelo esforço de guerra, mas não teve o apoio que esperava.

Após seu retorno à França (governo dos Cem Dias), Napoleão é definitivamente derrotado na Batalha de Waterloo (18 jun).

"Em nome da Santíssima Trindade", Áustria, Prússia e Rússia formam a **Santa Aliança**, defendendo o "direito à intervenção" para preservar o poder absolutista das dinastias e reprimir ideias liberais ou revolucionárias (26 set). As iniciativas restauradoras do período visam a conter ou mesmo reverter os excessos da Revolução Francesa.

Constituída, em Paris, a Quádrupla Aliança entre Grã-Bretanha, Áustria, Prússia e Rússia (20 nov). As potências europeias também declaram reconhecer e garantir a neutralidade perpétua da Suíça e a inviolabilidade de seu território.

Por recomendação de Charles Maurice de Talleyrand, representante francês no Congresso de Viena, que considerava necessário, pelo princípio da legitimidade dinástica, a recondução a seus reinos dos soberanos destronados por Napoleão, D. João concorda com a **elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves** (16 dez). A carta de lei do príncipe regente assinala a importância dos vastos domínios da América e de seus "preciosos elementos de riqueza". Em termos jurídicos, o Brasil deixa de ser colônia e passa a manter "perfeita união e identidade" com Portugal.

- 1816** Com a morte de D. Maria I, a Louca, o príncipe regente torna-se rei de Portugal, Brasil e Algarves, recebendo o título de **D. João VI** (20 mar). Terminada a guerra na Europa, a diplomacia joanina buscará desenvolver uma política externa de diversificação via reaproximação com a França e outras cortes europeias.

Como sinal das boas relações entre Portugal e a França restaurada, chega ao Brasil a **missão artística francesa**, chefiada por Joachin Lebreton, composta por pintores (Jean-Baptiste Debret, Nicolas Taunay), escultores (Auguste Taunay) e arquitetos (Montigny), à qual irá se juntar o naturalista Auguste de Saint-Hilaire (26 mar).

Chegam ao Rio de Janeiro, chefiados pelo general Carlos Frederico Lecor, 5 mil soldados portugueses que haviam lutado nas Guerras Napoleônicas (30 mar). Denominada "Divisão de voluntários reais", essa força será pouco depois despachada a Montevideu para, com o auxílio de tropas do Rio Grande (marquês de Alegrete), ocupar o território oriental e desbaratar os planos federalistas de Artigas. A despeito da oposição britânica, tem lugar a **segunda intervenção portuguesa na Banda Oriental** (jun). A Espanha, enfrentando revoltas coloniais em todo seu império, tinha poucas condições de reagir, embora tenha havido um intento fracassado de mediação por parte de potências europeias.

Proclamada, no Congresso de Tucumán, a **independência das Províncias Unidas do Rio da Prata**, atual Argentina, sob a liderança de Juan Martín de Pueyrredón (9 jul). As Províncias Unidas eram ainda uma federação instável de mini-Estados com grande autonomia provincial, sem equivalência naquele momento com um "Estado nacional" argentino. Os exércitos argentinos também enfrentavam forças espanholas em várias frentes simultâneas.

Reforçando as relações dinásticas com a Espanha, a infanta Maria Isabel de Bragança, filha de D. João VI, casa-se com seu tio, Fernando VII, em Madri (29 set). Carlos de Bourbon, irmão de Fernando VII, também contrai matrimônio com Maria Francisca de Bragança, irmã menor de Maria Isabel.

Decreto proíbe a navegação de cabotagem no Brasil a navios estrangeiros (23 nov).

Após negociações encetadas pelo marquês de Marialva em Viena, o casamento por procuração do príncipe D. Pedro com Maria Leopoldina, filha de Francisco I, sela uma aliança dinástica entre Portugal e a Áustria (29 nov).

Antônio de Araújo de Azevedo, **conde da Barca**, assume a secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (30 dez).

1817 Tropas do general San Martín atravessam a Cordilheira dos Andes para libertar o Chile e o Peru do domínio espanhol (19 jan-8 fev).

Tropas portuguesas entram em Montevideu, cuja administração será confiada ao general Lecor, futuro barão de Laguna (20 jan). Lutas contra as forças artiguistas no interior prosseguirão até 1820.

Surgem reações locais ao centralismo imposto do Rio de Janeiro, incluindo impostos para sustentar a Corte carioca e financiar intervenções no Prata. A **Revolução Pernambucana**, de índole separatista e republicana, instala um governo provisório (8 mar), que envia Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, à Filadélfia a fim de obter o reconhecimento dos EUA. O governo norte-americano era simpático ao movimento, mas este é sufocado pelas forças portuguesas (20 maio). Após a execução de seu pai durante a Revolução Pernambucana, o militar José Inácio de **Abreu e Lima** deixa o Brasil e ingressa no exército de Simón Bolívar, tornando-se depois um dos heróis das guerras de independência da Venezuela e da Colômbia.

Chega ao Brasil uma **expedição científica austríaca**, da qual fazem parte os naturalistas bávaros Johann von Spix e Friedrich von Martius, além do zoólogo Johann Natterer, entre outros (16 jul).

Em Convenção adicional ao Tratado de 1815, Grã-Bretanha e Portugal concedem-se direito de visita e busca a navios suspeitos de **comércio ilícito de escravos** e são criadas duas comissões mistas de julgamento, uma no Rio de Janeiro e outra em Serra Leoa (28 jul).

Firmado, em Paris, Tratado de restabelecimento da paz entre Portugal e a França de Luís XVIII (28 ago). Mediante Convenção celebrada no mesmo dia, seguindo determinação do Congresso de Viena, **Caiena é restituída à França**, após quase nove anos de ocupação lusa. Os dois países decidem nomear comissários para "fixar definitivamente os limites das Guianas portuguesa e francesa", conforme o artigo 8º do Tratado de Utrecht de 1713.

Formalizado ato de adesão de Portugal ao Tratado da Santa Aliança de 1815 (3 dez).

- 1818** D. João VI é formalmente aclamado rei no Rio de Janeiro, e não em Lisboa (6 fev). A preferência da monarquia portuguesa pelo Novo Mundo gera descontentamento em Portugal, que para muitos parecia ter-se transformado em mera "colônia do Brasil", em posição subalterna dentro do sistema imperial luso-brasileiro.

Com auxílio das forças de San Martín, Bernardo O'Higgins assume a presidência no Chile (12 fev), cuja independência será confirmada na Batalha de Maipú (5 abr).

Alvará equipara no Brasil os produtos portugueses aos britânicos, ambos passando a pagar direitos aduaneiros à taxa de 15% *ad valorem*, medida que corrigia a distorção do Tratado de 1810, que impunha tarifa maior a Portugal (16%) (25 abr).

Inaugurada a fábrica de ferro de São João de Ipanema, em Sorocaba (1º nov).

No Congresso de Aix-la-Chapelle, a França é admitida na Santa Aliança (15 nov).

- 1819** Assinada Convenção entre o cabildo de Montevideu e o general Lecor, chefe das forças portuguesas, sobre a cessão ao Brasil de território na fronteira com a Banda Oriental (30 jan).

A Espanha cede a Flórida aos EUA em troca de compensação de US\$ 5 milhões (22 fev).

A pedido do governo da Suíça, devido à fome de 1817, os primeiros colonos suíços chegam ao Rio de Janeiro (4 jun), a fim de se estabelecerem em Nova Friburgo.

Simón Bolívar é aclamado, pelo Congresso de Angostura, presidente da República da Grã-Colômbia (17 dez). Acelera-se o **processo de independência dos Estados latino-americanos** contra o domínio colonial ibérico.

Trazida de Macau, pelo governo português, uma colônia de cerca de 300 chineses para introduzir a cultura do chá no Rio de Janeiro. Em 1819, o Brasil tinha cerca de 4,6 milhões de habitantes (os brancos eram menos de 30% da população). Minas Gerais era a maior província escravista do país.

- 1820** **Revolução de Cádiz** na Espanha: as tropas comandadas por Rafael del Riego, que seriam enviadas à América, se rebelam contra a Coroa espanhola (1º jan). É abortada a planejada expedição espanhola de reconquista de suas colônias.

Os portugueses derrotam em definitivo as forças revolucionárias de Artigas em Tacuarembó (22 jan). Artigas seguirá exilado para o Paraguai (set).

Com a ascensão do movimento da Regeneração Vintista pelo resgate do prestígio de Portugal, a **Revolução do Porto**, de índole liberal, exige a volta de D. João VI a Portugal e a adoção de uma Constituição que limite os poderes absolutistas do monarca (24 ago). São convocadas eleições para as Cortes Constituintes de Lisboa (assembleia representativa com deputados eleitos em todo o Império português). Nestas, Portugal terá direito ao dobro dos delegados em relação ao Brasil.

Dando seguimento ao chamado "sistema de congressos" na Europa, o princípio da intervenção estrangeira contra movimentos revolucionários é reafirmado no Congresso de Troppau, sob inspiração do chanceler austríaco Klemens von Metternich, a principal figura da diplomacia na época (19 nov). O **Concerto Europeu** resultante do Congresso de Viena irá se enfraquecer a partir das revoluções liberais de 1848 e, sobretudo, após a Guerra da Crimeia (1854-56).

Nomeado em 1817, Pedro de Sousa Holstein, **conde de Palmela**, assume no Rio de Janeiro a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (27 dez).

1821 O México (24 fev) e o Peru (22 jul) se declaram independentes da Espanha.

As Cortes de Lisboa aprovam as bases da nova Constituição, antes mesmo da chegada dos delegados brasileiros (9 mar).

Reconhecimento da independência argentina pelo governo português no Rio de Janeiro, o primeiro a fazê-lo (15 abr). Ainda em 1821, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves também reconhecerá a independência do Chile (11 ago).

Marcos de Noronha e Brito, 8º conde dos Arcos, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (22 abr), em substituição a Silvestre Pinheiro Ferreira.

Levando consigo todo o ouro do Banco do Brasil, **D. João VI retorna a Portugal** (26 abr), deixando no Brasil seu filho, D. Pedro, como príncipe regente. Em seus intentos pela regeneração da metrópole, as Cortes de Lisboa também exigem o retorno de D. Pedro e tomam diversas medidas para que o centro do império luso-brasileiro volte novamente a Portugal. Quase todo o corpo diplomático estrangeiro no Rio de Janeiro deixará o país.

Dentro da estratégia portuguesa de controle territorial da Banda Oriental, D. João VI decide consumir a **anexação da Província Cisplatina**, como forma de impedir o controle do Prata por um único grande bloco espanhol. A incorporação do território é reconhecida por um congresso de 18 representantes das terras uruguaias, reunido por Lecor (16 jul), e oficializada por Tratado firmado em Montevideu (31 jul). O argumento das "fronteiras naturais" é usado como uma das justificativas para a anexação. Havia também vantagens comerciais advindas da posse do porto de Montevideu, atendendo a interesses de comerciantes fluminenses e de proprietários rurais e criadores gaúchos.

À época da Independência, o açúcar respondia por 40% da renda das exportações brasileiras.

1822 Dia do Fico: D. Pedro se recusa a deixar o Brasil (9 jan). A Divisão Auxiliadora é expulsa após agitações pró-Lisboa provocadas pelas tropas portuguesas no Rio de Janeiro. Um novo gabinete é

organizado e **José Bonifácio de Andrada e Silva**, político e homem de ciências, nascido em Santos, assume a pasta dos Negócios Estrangeiros (16 jan). As elites do centro-sul, reunidas em torno do príncipe português, não pretendem permitir um retrocesso na autonomia administrativa alcançada pelo Brasil-Reino e compartilham interesses na preservação da ordem, da unidade territorial e da liberdade do comércio com o exterior.

Assinado decreto que confirma a separação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros da Secretaria da Guerra (2 maio).

Os cônsules portugueses recebem instruções para não permitir o embarque de armamentos para o Brasil (10 maio).

D. Pedro aceita receber o título de Defensor Perpétuo do Brasil (13 maio), quando ainda eram dúbias as ideias de independência política e/ou manutenção dos laços dinásticos com D. João VI (hipótese de uma "monarquia dual"). Na África, movimento em Luanda e Benguela irá propor a união entre o Brasil e Angola, principal fornecedor de mão de obra escrava para a economia brasileira. Em 1822, entraram no porto do Rio de Janeiro 57 navios vindos da Europa e 54 da África, demonstração da magnitude desse comércio africano com o Brasil.

Antonio Manuel Correia da Câmara é enviado ao Rio da Prata, na qualidade de cônsul e agente comercial, com instruções para sondar a possibilidade de uma aliança ofensiva e defensiva (30 maio). A **Missão Correia da Câmara** tratará, entre outros assuntos, da problemática questão da Cisplatina. O Brasil procurava alianças externas, em especial com os países vizinhos, para fazer frente a eventual expedição conjunta luso-espanhola contra a independência. Em 1822, o Brasil era o segundo maior exportador para Buenos Aires, atrás apenas da Grã-Bretanha.

Encontro de Guayaquil entre os libertadores Simón Bolívar e San Martín (26 jul).

No **Manifesto aos Governos e Nações Amigas**, D. Pedro convida-os a "continuarem com o Reino do Brasil as mesmas relações de mútuo interesse e amizade" (6 ago). O Brasil estaria pronto a trocar ministros e agentes diplomáticos e os portos nacionais continuariam a estar abertos a "todas as nações pacíficas e amigas". Os colonos europeus que para aqui emigrassem poderiam contar com "a mais justa proteção neste país rico e hospitaleiro", e os sábios, artistas, capitalistas e empreendedores encontrariam também "a amizade e o acolhimento".

Felisberto Caldeira Brant Pontes, futuro **marquês de Barbacena**, é nomeado encarregado de negócios em Londres e recebe instruções para negociar o reconhecimento da independência, considerando ser a Grã-Bretanha "antiga e fiel aliada da Casa de Bragança" (12 ago). Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa e Luiz Moutinho de Lima Alvares e Silva serão designados encarregados de negócios na França e nos EUA respectivamente. Jorge Antônio von Schaeffer é enviado aos Estados alemães e Antônio Teles da Silva Caminha e Menezes à Áustria. José Bonifácio afirma que "o Brasil se considera tão livre quanto o Reino de Portugal" (14 ago).

Grito do Ipiranga: D. Pedro proclama a **Independência do Brasil** (7 set) e é aclamado imperador em seguida no Campo de Santana (12 out). José Bonifácio é reconfirmado no cargo e se torna o primeiro titular da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros. Inicia-se o **Primeiro Reinado**. Depois de sua aclamação popular, **D. Pedro I** será sagrado e coroado conforme a tradição, em cerimônia ao estilo do Antigo Regime (1º dez).

No Congresso de Verona, a França obtém o aval da Santa Aliança para intervir na Espanha e restaurar o trono de Fernando VII (out-dez). A Grã-Bretanha, que se opôs à medida, irá desligar-se gradualmente de qualquer compromisso com a agenda conservadora da Santa Aliança.

Em resposta a uma nota oficial enviada por Correia da Câmara, o governo argentino emite decreto que reconhece o escudo de armas e a bandeira do Império brasileiro (9 nov).

1823 Lorde **Thomas Cochrane**, mercenário britânico, juntamente com outros oficiais (John Pascoe Grenfell, John Taylor), chega ao Rio de Janeiro, vindo do Chile, para organizar uma força naval brasileira contra as províncias ainda leais a Portugal (13 mar). O Exército brasileiro, por sua vez, conta com a colaboração do general francês Pierre Labatut contra os portugueses.

Criado o **Conselho de Estado**, órgão composto por membros da confiança do imperador para assessoramento em assuntos de governo (25 mar).

Com o golpe **Vilafrancada**, liderado por seu filho D. Miguel, D. João VI readquire seus poderes absolutos em Portugal (27 maio). Palmela será o novo Ministro dos Negócios Estrangeiros e pede ajuda às potências europeias para retardar o reconhecimento da independência ou buscar uma reconciliação (união dinástica) com o Brasil. Ao mesmo tempo, planejava-se uma expedição naval portuguesa contra o Brasil, nunca concretizada.

Países da América Central se desligam do México e formam uma Confederação (1º jul).

Os portugueses, comandados pelo general Madeira de Melo, deixam a Bahia, sob ataque das forças brasileiras (2 jul), e se rendem também em São Luís do Maranhão depois da chegada dos navios de Cochrane (28 jul). No Pará, elementos leais aos portugueses capitulam, em Belém, diante das forças de Grenfell (13 ago).

José Bonifácio é demitido do cargo (15 jul). Seu substituto no Ministério do Reino e dos Negócios Estrangeiros será José Joaquim Carneiro de Campos, depois marquês de Caravelas. A demissão forçada é um revés para o "partido brasileiro" e reforça a **influência do "partido português"** junto ao imperador.

O governo de Buenos Aires envia o clérigo Valentín Gómez ao Rio de Janeiro para tentar persuadir D. Pedro I a desistir da posse da Província Cisplatina (ago).

Enviada ao Brasil sem plenos poderes para reconhecer a independência, a missão portuguesa do **conde de Rio Maior** e de Francisco Vieira de Tovar é convidada a deixar o país (25 set). No mesmo ano, é recebida no Rio de Janeiro Embaixada do Benin, em nome do obá Osemwede e do rei Ajan, de Onim, atual Lagos (Alberto da Costa e Silva).

O rei Fernando VII é restaurado na Espanha, com apoio francês (1º out). Pouco depois, por meio do Memorando Polignac, a Grã-Bretanha (Canning) obtém da França a promessa informal de não intervir nos países hispano-americanos (9 out).

Rechaçado o anteprojeto da Constituição da Mandioca, que limitava os poderes do imperador. Com apoio do "partido português", **D. Pedro I dissolve a Assembleia Constituinte** após a Noite da Agonia (12 nov). Deputados são presos e deportados. José Bonifácio é exilado com seus irmãos.

Decreto separa os Negócios do Reino da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (13 nov). No mesmo dia, Luiz José de Carvalho e Melo, futuro visconde da Cachoeira, assume a pasta dos Negócios Estrangeiros.

Os portugueses são derrotados em Montevidéu e abandonam a Cisplatina, que se mantém sob controle brasileiro (18 nov).

Doutrina Monroe: dada a ameaça de intervenção de potências europeias no Novo Mundo, o presidente dos EUA, James Monroe, faz declaração em defesa da "América para os americanos" (2 dez). O Brasil será o primeiro país da América do Sul a reconhecer a Doutrina Monroe. A hipótese de uma intervenção da Santa Aliança, todavia, era objetada pela Grã-Bretanha, à qual a emancipação latino-americana beneficiava.

1824 Outorgada por D. Pedro I a **Constituição de 1824**, primeira Carta Magna brasileira, que institui o Poder Moderador e vige até 1889 (25 mar). O monarca era inviolável e sagrado, sem poder ser responsabilizado por seus atos. O Conselho de Estado seria integrado por ministros do gabinete e dez conselheiros vitalícios nomeados pelo imperador, com idade mínima de 40 anos e renda não inferior a 800 mil réis. O catolicismo será a religião oficial (padroado). O artigo 102 confere ao imperador, como chefe de Estado, papel preponderante na condução da política externa, cabendo ao Executivo declarar a guerra e a paz, bem como fazer tratados de aliança ofensiva e defensiva, de subsídio e comércio, sem necessidade de ratificação pelo Parlamento.

Os **EUA reconhecem a independência do Brasil** ao receber José Silvestre Rebello como encarregado de negócios em Washington (26 maio). Silvestre Rebello tinha instruções para fazer ver aos EUA que seria de seu interesse conter a influência europeia no continente americano. Condý Raguet será nomeado, no ano seguinte, representante diplomático norte-americano no Brasil.

Contra o centralismo monárquico e a Constituição outorgada, é proclamada por Pais de Andrade, em Pernambuco, a **Confederação do Equador** (2 jul). O movimento, separatista e republicano, simpático aos EUA, representa séria ameaça à unidade nacional e o governo imperial contrata mercenários estrangeiros para reprimir os revolucionários, entre eles novamente lordes Cochrane.

Começam, em Londres, mediadas pela Grã-Bretanha e a Áustria, as conversações entre o Brasil e Portugal para o reconhecimento da independência (12 jul). Caldeira Brant e Gameiro Pessoa negociam ainda, junto à City londrina, o **primeiro empréstimo público externo** assumido pelo Brasil, no valor real de 1 milhão de libras esterlinas, destinado a cobrir os custos com a guerra da independência, daí ser conhecido como "empréstimo português" (13 ago). Uma segunda parte do empréstimo, de 2 milhões, será contraída em 12 jan 1825, junto à casa N. M. Rothschild & Sons, que exercerá virtual monopólio na concessão de empréstimos ao Brasil durante o século XIX.

Imigrantes alemães fundam São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, marco inicial da colonização germânica no país (25 jul).

Um comerciante britânico, Edward Oxenford, obtém a primeira concessão dada a um estrangeiro

para a exploração de minérios no Brasil (16 set).

A Batalha de Ayacucho põe fim à última resistência espanhola no Peru (9 dez). Após essa vitória, o exército de Bolívar se firma como o mais poderoso da América do Sul.

1825 Reconhecimento da independência do Brasil pelo México (9 mar).

Sir **Charles Stuart** é enviado por George Canning, titular do Foreign Office, em missão especial ao Rio de Janeiro, com poderes para negociar o reconhecimento também em nome de Portugal, por onde passou a caminho do Brasil (25 mar). Para Portugal, apelar ao apoio de Londres neste momento representava um retorno à política lusa tradicional, que usualmente via na aliança britânica o garante da conservação do império português.

Liderados por Juan Antonio Lavalleja, 33 uruguaios iniciam cruzada libertadora contra o domínio brasileiro na Banda Oriental (19 abr). Na Cisplatina, predominava o republicanismo e havia forte resistência aos princípios monárquicos sustentados por D. Pedro I.

O Alto Peru proclama sua independência com o nome de República de Bolívar (mais tarde Bolívia), sob a liderança do general Sucre (6 ago). Dias depois, diante da incorporação da província boliviana de Chiquitos, pelo governo provisório do Mato Grosso, Sucre emite um ultimato ao Império e envia um destacamento militar àquela área. A pretensa anexação recebe a desaprovação de D. Pedro I, que declara nulo aquele ato (13 ago) para não se indispor com Bolívar. O **incidente de Chiquitos** demonstra o risco latente de isolamento regional do Império, sob ameaça de abrir uma nova frente de conflito na iminência de uma guerra com Buenos Aires pela Cisplatina.

O Congresso de Florida declara nula a anexação brasileira da Cisplatina e solicita a união da Banda Oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata (25 ago).

Assinado, no Rio de Janeiro, o **Tratado de paz entre o Brasil e Portugal para o reconhecimento da independência**, como resultado da mediação britânica (29 ago). D. João VI cede a soberania sobre o território brasileiro a seu filho D. Pedro, mas retém para si o título de imperador, comprometendo-se o Brasil a não aceitar propostas de união com quaisquer outras colônias. Como o Tratado era silente a respeito, ficava em aberto a possibilidade futura de reunião das Coroas. Pelo artigo 10, a tarifa alfandegária para os produtos dos dois países é estipulada em 15%. Em Convenção adicional, o Brasil concorda ainda em pagar uma indenização de 2 milhões de libras, sendo 1,4 milhão desse montante a título de transferência de dívida portuguesa contraída para a campanha contra a independência brasileira. O Brasil pagará esse valor com o empréstimo assumido junto à Grã-Bretanha. Para José Bonifácio, no exílio, com este Tratado a soberania nacional havia recebido "um coice na boca do estômago".

O barão de Langsdorff, naturalista russo, inicia expedição pelo interior do Brasil (set). Na mesma época, Johann Moritz Rugendas, pintor alemão, faz aquarelas e desenhos sobre o país.

Francisco Vilela Barbosa, visconde de Paranaguá, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (4 out), sendo substituído pouco depois por José Egídio Álvares de Almeida, visconde de Santo Amaro (21 nov).

Reconhecimento da independência pela Grã-Bretanha e assinatura com o Brasil de Tratados de

comércio e abolição do tráfico de escravos (18 out). Ameaçado pela insurreição da província platina, pelas revoltas locais (Nordeste) e pela oposição interna do "partido brasileiro", D. Pedro I via no acordo com a Grã-Bretanha sua chance de consolidar a Coroa e obter legitimação internacional. Canning, porém, rejeita os dois Tratados porque o texto não renovava a figura do juiz conservador da nação inglesa, negava o direito de visita e busca a navios em tempos de guerra, e era suave no tocante a vantagens comerciais. Charles Stuart será substituído por Robert Gordon na negociação de novos tratados com o Brasil.

Reconhecimento da independência do Brasil pela França (26 out). Começam negociações para se concluir um Tratado de amizade entre os dois países.

O Congresso de Buenos Aires proclama a reintegração da Banda Oriental ao território argentino (25 out). As Províncias Unidas do Rio da Prata rompem relações com o Império brasileiro (4 nov), que responde declarando guerra (10 dez) e decretando o bloqueio naval dos portos argentinos (21 dez). Tem início a **Guerra Cisplatina**, que irá durar até 1828.

Portugal solicita ao Foreign Office que a Grã-Bretanha assegure a sucessão da Coroa portuguesa em favor de D. Pedro I, "filho legítimo herdeiro" de D. João VI (7 dez).

Reconhecimento da independência pela Áustria (30 dez), país com o qual o Brasil possuía laços dinásticos (a imperatriz Leopoldina pertencia à casa dos Habsburgos).

1826 Reconhecimento da independência pela Suécia (5 jan), Santa Sé (23 jan), Suíça (30 jan), Países Baixos (15 fev), e Prússia (6 mar).

Firmado, no Rio de Janeiro, Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre o Brasil e a França (8 jan). Fica estabelecido que os súditos dos dois países gozarão "dos mesmos direitos, privilégios, favores e isenções, que são ou forem concedidos aos súditos da nação mais favorecida".

Antônio Luiz Pereira da Cunha, visconde de Inhambupe, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (20 jan).

Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, visconde de Itabaiana, é formalmente recebido pelo governo britânico como ministro brasileiro em Londres (jan).

Bloqueio do Rio da Prata por forças navais brasileiras (fev). A ação prejudica o comércio na região platina e irá resultar em reclamações de outros países (EUA, França). A Grã-Bretanha, a partir de solicitação argentina, passa a atuar em prol da mediação do conflito, sugerindo a cessão da Banda Oriental e sua independência. O bloqueio naval também afetava comerciantes brasileiros que, descontentes, engrossavam o coro de oposição a D. Pedro I.

Com a morte de D. João VI (10 mar), D. Pedro I torna-se também rei de Portugal (como Pedro IV), mas abdica em favor de sua filha **Maria da Glória**, então com 7 anos de idade. A Grã-Bretanha apoia o grupo português em favor de Maria da Glória e irá intervir militarmente despachando a Lisboa o general Clinton, à frente de uma divisão de 600 homens (dez).

A Assembleia Geral do Império é instalada no Rio de Janeiro (6 maio). O Parlamento será a voz da oposição ao imperador, que sofrerá diversas críticas a sua política externa, acusado, por exemplo, de envolver-se em demasia nos assuntos de Portugal e de fracassar na Cisplatina.

Ao final do **Congresso do Panamá**, convocado por Simón Bolívar, os quatro países participantes (Confederação da América Central, Grã-Colômbia, México e Peru) celebram um Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua (15 jul). O Brasil, convidado a participar, chegou a nomear representante (Teodoro José Biancardi), mas não compareceu àquele Congresso Anfictiônico, assim como o Chile e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Nesse contexto, o presidente argentino, Bernardino Rivadavia, interessado em formar uma coalizão antibrasileira, invoca junto aos EUA a Doutrina Monroe contra o Império, que estaria supostamente vinculado aos poderes europeus e à Santa Aliança (24 ago). Os EUA, porém, optam pela neutralidade no conflito cisplatino.

O Brasil assume, mediante **Convenção com a Grã-Bretanha para a abolição do tráfico de escravos** (23 nov), os compromissos portugueses de 1817 e se obriga a cessar o tráfico negreiro em três anos a contar da data de ratificação, isto é, mar 1830. Proprietários rurais e parlamentares criticam duramente a Convenção e a decisão do imperador de comprometer o Brasil nessa matéria.

1827 Reconhecimento da independência do Brasil pela Rússia (14 jan).

João Severiano Maciel da Costa, marquês de Queluz, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (15 jan), substituído depois por João Carlos Augusto Oyenhausen, **marquês de Aracati** (20 nov).

Forças argentinas capturam navios brasileiros na Batalha de Juncal, no Rio Uruguai (9 fev). A despeito do bloqueio naval brasileiro, argentinos e orientais gozam de superioridade em terra e o Brasil também sofre derrota na **Batalha de Passo do Rosário** (ou Ituzaingó para os argentinos) (20 fev). Haverá depois controvérsia entre historiadores a respeito dos "troféus de Ituzaingó" (bandeiras e canhões capturados pelo lado argentino).

Desconfianças recíprocas e incidentes isolados (apresamento do navio *Spark*) levam à **suspensão das relações diplomáticas entre o Brasil e os EUA** (8 mar). Condé Raguet deixa o país. O governo norte-americano era contrário ao bloqueio do Prata e, em termos ideológicos, considerava o Império brasileiro uma "anomalia" na América republicana. Os EUA enviarão novo representante ao Rio de Janeiro em jun 1828.

O Brasil vence as forças argentinas na batalha naval de Monte Santiago (8 abr). Os dois lados têm oficiais britânicos no comando de seus navios, os comandantes James Norton (Brasil) e William Brown (Províncias Unidas), além de parte da tripulação, como se fosse uma "guerra entre ingleses".

Resultado da **Missão Manuel José García** ao Rio de Janeiro, é assinada Convenção preliminar de paz entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata sobre o conflito na Cisplatina (24 maio). O acordo, no entanto, gera indignação popular em Buenos Aires, levando Rivadavia a renunciar à presidência argentina (27 jun). Manuel Dorrego, seu sucessor, aceita negociar a paz sob a premissa de concessão de independência à Banda Oriental.

Assinados Tratados de Comércio e Navegação do Brasil com a Áustria (16 jun) e a Prússia (9 jul).

Celebrado, no Rio de Janeiro, o **Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre o Brasil e a Grã-Bretanha** (17 ago). O Tratado, negociado pelo enviado britânico Robert Gordon, contém dispositivos semelhantes aos acordados em 1810 e renova pelo prazo de 15 anos, a contar da data de ratificação, os privilégios aduaneiros (taxa de 15%), embora preveja a cláusula de nação mais favorecida. A política brasileira de assinatura de instrumentos bilaterais gera críticas internas, sobretudo no Parlamento, ao chamado "sistema dos tratados" (Amado Luiz Cervo).

Firmado pacto com o governador de Buenos Aires, Manuel Dorrego, pelo qual os mercenários alemães a serviço do imperador do Brasil (representados por Federico Bauer) passariam a abraçar "a causa da República Argentina" (3 nov).

Lei estabelece o arcabouço legal básico para a política de endividamento no Brasil (15 nov).

Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e as Cidades Livres e Hanseáticas de Lübeck, Bremen e Hamburgo (17 nov).

1828 Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e a Dinamarca (26 abr).

Desbaratado **motim de mercenários estrangeiros** (alemães e irlandeses) no Rio de Janeiro, parte de uma conspiração que visaria a assassinar D. Pedro I (9-11 jun.).

Regente de Maria da Glória, D. Miguel, irmão de D. Pedro I, toma o poder em Portugal (4 jul). A "usurpação" abre uma disputa pelo trono português, com repercussões no Brasil.

Esquadra francesa de 12 navios, comandada pelo vice-almirante Roussin, chega ao Rio de Janeiro para exigir do Brasil pagamento por reclamações motivadas pelo bloqueio do Prata (12 jul). A questão será resolvida mediante a assinatura de Artigo Adicional ao Tratado de 1826 entre o Brasil e a França e de uma Convenção para indenização de presas de navios franceses pela Marinha imperial (21 ago).

Assinada, no Rio de Janeiro, sob a mediação do ministro britânico, lorde Ponsonby, a **Convenção de Paz** entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata pondo fim à Guerra Cisplatina e formalizando a **independência do Uruguai** (27 ago). Uma Constituição será redigida para o novo país, aprovada dois anos depois tanto por Buenos Aires quanto pelo Brasil. A livre navegação no Prata ficaria garantida por 15 anos, propiciando a estabilidade necessária ao comércio. Ponsonby dirá na ocasião que teria colocado um "algodão entre dois cristais". As tropas brasileiras deixarão definitivamente o território uruguaio no ano seguinte.

Aprovada a primeira organização da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, na gestão de João Carlos Augusto Oyenhausen, marquês de Aracati (15 set). D. Pedro I via o Império brasileiro em posição de igualdade com as monarquias europeias e mantinha o maior serviço exterior da América do Sul, com diplomatas acreditados em 24 capitais, a maior parte na Europa.

Promulgada a **Tarifa Bernardo Pereira de Vasconcelos**, que reduz os direitos alfandegários de quaisquer produtos à taxa de 15% para todos os países, independentemente de tratado bilateral (24 set). A medida, defendida pelo Parlamento, anula na prática os privilégios aduaneiros renovados com a Grã-Bretanha no ano anterior, mas também diminui o ingresso de receita para o Tesouro.

O Brasil e os EUA retomam os contatos diplomáticos e assinam Tratado de Amizade, Navegação e Comércio (12 dez). Tratado similar também será concluído entre o Brasil e os Países Baixos (20 dez).

1829 A Grécia obtém sua independência do Império Otomano (22 mar).

Para saldar dívidas anteriores, o Brasil contrai em Londres novo empréstimo de 400 mil libras, mais tarde chamado de "empréstimo ruinoso", em função de seus termos desfavoráveis para o país (3 jul). É dada como garantia, conforme a praxe da época, a renda da alfândega do Rio de Janeiro.

Decretada a abolição da escravidão no México (15 set). O mesmo já havia acontecido no Chile (1823) e na América Central (1824).

A crise financeira se agrava com a falência do primeiro Banco do Brasil, por inadimplência (23 set).

Miguel Calmon du Pin e Almeida, futuro marquês de Abrantes, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (4 dez).

Juan Manuel de Rosas torna-se governador da província de Buenos Aires (8 dez). Em meio às disputas entre unitários e federais, Rosas procurará compatibilizar o predomínio portenho com a autonomia das províncias. As políticas rosistas serão percebidas na região como uma tentativa de reconstituir o Vice-Reinado do Rio da Prata, que existiu por 34 anos (entre 1776 e 1810).

1830 O marquês de Aracati assume novamente a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (5 abr).

José Egídio Álvares de Almeida, marquês de Santo Amaro, é enviado por D. Pedro I em missão secreta a Londres e Paris (24 abr). A **Missão Santo Amaro** leva instruções para obter apoio na questão da sucessão da Coroa portuguesa em troca da cooperação do Brasil com a política da Santa Aliança para as antigas colônias espanholas, incluindo a proposta de "estabelecer monarquias constitucionais ou representativas nos diferentes Estados que se acham independentes". No entanto, a queda de Carlos X na França (29 jul) enfraquece a Santa Aliança e deixa em suspenso a missão brasileira, que terminará sem alcançar seus objetivos.

O libertador **Simón Bolívar** recebe, em Bogotá, Louis Souza Dias, primeiro enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do imperador do Brasil à Grã-Colômbia (30 mar). Logo depois, a Grã-Colômbia se divide em Equador, Nova Granada e Venezuela (13 maio). No mesmo ano, Bolívar vem a falecer, decepcionado com a política americana (17 dez).

Expedição francesa conquista Argel, primeiro passo da colonização da Argélia pela França (5 jul).

Depois de haver sido ratificada por Brasil e Argentina, é aprovada oficialmente a Constituição uruguaia (18 jul). O general Fructuoso Rivera será o primeiro presidente da República Oriental do Uruguai (6 nov).

Adotada a primeira legislação brasileira relativa a patentes de invenção (28 ago).

Proclamada a independência da Bélgica, que se separa dos Países Baixos (4 out).

O jornalista liberal Líbero Badaró, opositor de D. Pedro I, é assassinado (20 nov). Aumentam as

manifestações populares contra as tendências absolutistas do imperador.

Os Ministros de Estado, incluindo dos Negócios Estrangeiros, ficam obrigados por lei a apresentar ao Parlamento relatórios anuais sobre "o estado dos negócios a cargo de cada Repartição" (15 dez).

Fundada por britânicos a St. John d'el Rey Mining Company, para explorar a mina de ouro de Morro Velho, em Minas Gerais.

- 1831** Firmado Pacto Federal entre as províncias argentinas de Buenos Aires, Entre Ríos, Santa Fé e Corrientes (4 jan).

Dias depois de ser nomeado um Ministério composto apenas por brasileiros, este é substituído pelo "Ministério dos Marqueses", com nobres próximos ao imperador (5 abr). Desgaste político e sentimento anti-lusitano levam à **abdicação de D. Pedro I** (7 abr), que parte em seguida para a Europa, onde lutará contra o irmão absolutista D. Miguel pelos direitos de sua filha, Maria da Glória, ao trono português. Inicia-se o período da **Regência**, época de introspecção nacional e retraimento diplomático devido à instabilidade interna, às rebeliões provinciais e aos movimentos separatistas que ameaçam a unidade territorial do país. O Brasil se afastará dos conflitos no Prata até meados da década de 1840.

Aprovada lei que regulamenta a competência dos regentes e confere ao Parlamento a faculdade de aprovar ou rejeitar tratados internacionais, de qualquer natureza, celebrados pelo Executivo (14 jun). A partir de 1831, os ministros de Estado, incluindo dos Negócios Estrangeiros, ficam obrigados por lei a apresentar ao Parlamento relatórios anuais sobre "o estado dos negócios a cargo de cada repartição".

Regência Trina Permanente (17 jun), tendo Francisco Carneiro de Campos como ministro dos Negócios Estrangeiros. A Abdicação significou a "nacionalização do trono" e a depuração dos elementos lusos incrustados no governo.

É criada a Guarda Nacional, de alistamento obrigatório, pela qual a segurança é confiada aos potentados locais (18 ago). Depois da Guerra da Cisplatina e da Abdicação, o Exército brasileiro, visto como instrumento do radicalismo popular, perderia força e prestígio (recuperados apenas após a Guerra do Paraguai).

Aprova-se **legislação contra o tráfico negreiro** (Lei Feijó), a fim de contemporizar com as pressões britânicas (7 nov). Dada a sua não aplicação (predomínio dos senhores rurais, escravidão como base da economia), o povo a chamará de lei "para inglês ver". O lucrativo tráfico, agora ilegal, continua, inclusive por *clippers* norte-americanos, e a maioria dos navios apreendidos é levada a julgamento no tribunal misto de Serra Leoa. A repressão por cruzadores britânicos, contudo, gera descontentamento no Brasil e as relações com a Grã-Bretanha ficarão mais tensas.

- 1832** O naturalista Charles Darwin aporta no Rio de Janeiro a bordo do *Beagle* (4 abr).

Início da Guerra dos Cabanos, movimento pró-restauração em Pernambuco (maio).

Bento da Silva Lisboa, futuro 2º barão de Cairu, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (13 set). Dada a lentidão dos transportes e das comunicações na época, uma troca de

correspondência diplomática com algum posto na Europa poderia levar até três meses para fazer o percurso de ida e volta atravessando o Atlântico.

Sancionado o primeiro Código de Processo Criminal brasileiro, que confere maiores poderes às províncias e municípios (29 nov). A antiga magistratura era dominada pelos portugueses.

Os principais produtos exportados pelo Brasil na década de 1820 eram o açúcar (30%), algodão (21%), café (18%), e couros e peles (14%). Ao longo do Primeiro Reinado, em virtude do rápido crescimento do setor cafeeiro no Rio de Janeiro, triplicam as **exportações de café** e o produto irá tomar a liderança no comércio exterior.

- 1833** A Grã-Bretanha se apossa das Ilhas Malvinas (2 jan), pertencentes à Argentina, que protesta contra aquele ato. O Brasil reconhece o direito argentino sobre as ilhas.

Estabelecido o *Zollverein*, união aduaneira entre os Estados germânicos (22 mar).

Abolição da escravatura em todas as colônias do Império britânico (1º ago).

Na Espanha, morre Fernando VII, obstinado opositor do reconhecimento da independência dos países latino-americanos, incluindo a do Brasil (29 set).

Em 1833, havia apenas 14 funcionários na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro. A correspondência oficial entre o Rio e Bogotá, por exemplo, se fazia por Nova York ou Londres e demorava até cinco meses para chegar ao seu destino.

- 1834** Tendo Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, 1º visconde de Sepetiba, como ministro dos Negócios Estrangeiros, são aprovados o primeiro Regimento Consular (14 abr) e o primeiro Regimento das Legações (15 maio). O Brasil possuía então dez representações diplomáticas na Europa e apenas quatro no continente americano. A reaproximação com os vizinhos da América, prometida pelo Parlamento no cenário pós-Abdicação, não chegou a se concretizar de fato.

Fim da guerra civil portuguesa com a vitória dos liberais (D. Pedro IV) contra os absolutistas miguelistas (26 maio).

Duarte da Ponte Ribeiro apresenta credenciais como o primeiro representante diplomático do Brasil no México (30 maio).

O **Ato Adicional** à Constituição de 1824 estabelece a Regência Una e extingue o Conselho de Estado, adotando medidas descentralizadoras, como a criação de assembleias legislativas provinciais com maiores poderes (12 ago). As **reformas liberais** no período serão em geral antiabsolutistas, anticentralização e antilusitanas.

Firmado, no Rio de Janeiro, Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e a Bélgica (22 set).

- 1835** Eclode, no Grão-Pará, a Cabanagem, movimento separatista republicano (7 jan). A repressão à revolta irá resultar em milhares de mortos entre a população paraense.

Revolta dos Malês: rebelião de escravos negros islamizados em Salvador contra adeptos de outras religiões (24 jan).

Representação brasileira é recebida em Madri, sendo finalmente formalizado o reconhecimento da independência do Brasil por parte da Espanha (6 fev).

Juan Manuel de Rosas recebe poderes extraordinários e se torna o líder da Confederação Argentina, estado federal responsável pelas relações exteriores do país até 1852 (7 mar). Será aprovada por Rosas a Lei da Aduana, aumentando os impostos a produtos importados.

A colonização alemã no Sul se estende ao Vale do Itajaí, em Santa Catarina (maio). A imigração europeia ao Brasil ainda era incipiente e não se direcionava às áreas produtoras baseadas no trabalho escravo.

Expirado o de 1827, é firmado novo Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e a Áustria (27 jun), que, contudo, não será aprovado pelo Senado brasileiro.

Começa na província de São Pedro do Rio Grande a **Revolução Farroupilha** (ou Guerra dos Farrapos), que irá continuar até 1845 (20 set). O conflito, o mais grave do período regencial, terá ramificações internacionais importantes, em especial nos países vizinhos. Os farroupilhas reivindicam maior autonomia política e tributária em relação ao poder central. Apesar de ser uma província de fronteira, a economia gaúcha estava voltada para o mercado interno (animais de carga, pecuária e charque para consumo no centro-sul). Havia interesse gaúcho em aumentar as tarifas alfandegárias para o charque concorrente, importado de fornecedores platinos.

Regência Una do padre Diogo Antonio Feijó (12 out), tendo como ministro dos Negócios Estrangeiros Manoel Alves Branco, futuro 2º visconde de Caravelas. Feijó havia sido eleito de forma indireta com 2.826 votos (6 mil eleitores ou 0,1% da população brasileira, que era de 4,6 milhões de habitantes). O mandato de quatro anos do regente eleito assemelhava a Regência Una a um sistema parlamentarista "republicano", com traços federalistas.

Tropas francesas ocupam fortim na margem direita do Rio Oiapoque (31 dez).

O geógrafo alemão Robert Hermann Schomburgk, naturalizado britânico, realiza expedição ao Pirara (Guiana Inglesa) sob o patrocínio da Sociedade Real de Geografia de Londres, com o objetivo declarado de fazer investigações zoobotânicas.

1836 Colonos norte-americanos proclamam a República do Texas, independente do México (2 mar).

Missão Barbacena: Felisberto Caldeira Brant Pontes, marquês de Barbacena, é enviado em missão especial a Londres para tratar dos termos do Tratado de Comércio de 1827 com a Grã-Bretanha e discutir questões ligadas ao tráfico de escravos (mar).

O Brasil assina novo Tratado de Comércio e Navegação com Portugal (19 maio), mas o Parlamento brasileiro negará sua ratificação.

Antônio Paulino Limpo de Abreu, futuro visconde de Abaeté, assume pela primeira vez a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (3 jun).

Os gaúchos proclamam em Piratini a **República Rio-Grandense**, prometem uma Constituinte e nomeiam Bento Gonçalves como presidente (6 nov). Os farroupilhas (sobretudo estancieiros da fronteira) obtinham armas e cavalos nas províncias argentinas vizinhas e usavam o porto de Montevideu para comerciar com o exterior, uma vez que o litoral rio-grandense se encontrava bloqueado pela Marinha imperial.

Estabelecida a primeira colônia de agricultores italianos em Santa Catarina.

- 1837** Início do reinado da **rainha Vitória I** na Grã-Bretanha (20 jun). Naquele momento, a Grã-Bretanha era o país-líder da Revolução Industrial no mundo. A era vitoriana, comumente associada à *Pax Britannica*, durará até 1901.

O marquês de Barbacena apresenta projeto no Senado dispondo sobre a proibição da importação pelo Brasil de escravos e negros livres (30 jun). Seu objetivo era responsabilizar os traficantes e isentar os compradores de atividade criminosa. O Brasil era então a **maior economia escravista no mundo** e os proprietários dependiam das importações vindas da África. De 1811 a 1870, 60% dos escravos trazidos para as Américas tinham o Brasil como destino.

Regência Una de Pedro de Araújo Lima, futuro marquês de Olinda (19 set), tendo como ministro dos Negócios Estrangeiros Antonio Peregrino Maciel Monteiro, futuro 2º barão de Itamaracá.

O Chile vai à guerra com a Bolívia e o Peru para evitar a formação de uma confederação entre esses dois países (set).

Revolta da Sabinada, na Bahia, contra o governo central do Rio de Janeiro (7 nov). Os conservadores partidários do **Regresso** defendem a ordem e a centralização política para controlar as inquietações nas províncias, agravadas desde o desaparecimento da figura do monarca em 1831.

Criado, no Rio de Janeiro, o Imperial Colégio de Pedro II (2 dez). O país ideal das elites letradas contrastava com o analfabetismo de mais de 80% da população.

- 1838** Inaugurada a primeira ligação por navio a vapor entre o Rio de Janeiro e Belém (mar).

Concluída, em Piratini, Convenção que prevê cooperação militar entre a República Rio-Grandense e o Uruguai (10 jun). Em Paysandú, no Uruguai, o farroupilha José Mariano de Mattos busca apoio externo contra o Império brasileiro junto a colorados uruguaios e unitários de províncias argentinas rebeldes, entabulando o "compromisso de Cangué" de colaboração mútua (21 ago).

O Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Chile, celebrado em Santiago (18 set), não será ratificado pelo Parlamento brasileiro.

Fundado, no Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (**IHGB**) (21 out).

O Brasil denuncia os Tratados de Comércio e Navegação assinados, em 1827, com a Prússia e as Cidades Hanseáticas, e, em 1828, com a Dinamarca (25 out).

A partir da saída hondurenha (26 out), a Confederação da América Central se desfaz em cinco Repúblicas: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua.

Início da Revolta da Balaiada, no Maranhão, que chegará a instalar uma junta de governo em Caxias (13 dez). O movimento só será debelado em 1841.

- 1839** No Uruguai, o blanco Manuel Oribe refugia-se em Buenos Aires e o colorado Fructuoso Rivera declara guerra a Rosas (24 fev): início da guerra civil uruguaia, chamada de **Guerra Grande**, que durará até 1851. Os blancos tinham sua base no interior, sobretudo proprietários rurais e estancieiros envolvidos em conflitos com o Rio Grande do Sul, ao passo que os colorados eram ligados à burguesia mercantil de Montevideu, concorrente de Buenos Aires, possuindo laços comerciais com Grã-Bretanha e França.

Reestruturada, na Grã-Bretanha, a Sociedade Anti-Escravidão, organização que passa a combater o tráfico de pessoas e a escravidão em todo o mundo (17 abr).

Davi Canabarro e o italiano Giuseppe Garibaldi, que combatia ao lado dos farroupilhas, conquistam Santa Catarina e proclamam a República Juliana (24 jul).

Aprovado projeto de lei (*bill*) proposto por lorde Palmerston, que autoriza navios britânicos a interceptar navios portugueses suspeitos de envolvimento no tráfico de escravos (24 ago). Depois da **Lei Palmerston**, aumentou a participação de norte-americanos no tráfico para o Brasil. Entre 1840 e 1845, 56 navios com a bandeira dos EUA usarão o porto do Rio de Janeiro em viagens à África nos dois sentidos. Portugal concordará em suprimir o tráfico em 1842.

Caetano Maria Lopes Gama, futuro visconde de Maranguape, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (1º set), em substituição a Cândido Batista de Oliveira.

- 1840** A Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834, inspirada pelos regressistas, diminui a autonomia das províncias (12 maio).

Com apoio dos liberais, a **Declaração da Maioridade** eleva ao trono D. Pedro de Alcântara, então com 14 anos (23 jul). Formado novo gabinete ministerial, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, futuro visconde de Sepetiba, será o ministro dos Negócios Estrangeiros. Início do **Segundo Reinado**.

Morre, no Paraguai, o caudilho José Gaspar Rodríguez de Francia (20 set), que será sucedido por Carlos Antonio López. O Paraguai se encontrava até então em situação de isolamento do exterior, afastado das disputas platinas.

Os liberais vencem as "eleições do cacete", pleito marcado por irregularidades e violência (13 out).

Fim do bloqueio do Prata iniciado em 1838 pelos franceses contra Rosas (29 out).

- 1841** Desgastados politicamente, os liberais saem do governo e é constituído novo Ministério, de predomínio conservador, presidido pelo Marquês de Paranaguá (23 mar).

Tratado de Limites entre o Brasil e o Peru, negociado em Lima por **Duarte da Ponte Ribeiro**, que terá papel destacado como "fronteiro-mor do Império" (8 jul). Como os limites amazônicos eram incertos, a delimitação das fronteiras preocupa a diplomacia brasileira, mas não há ainda unidade de doutrina e o Tratado com o Peru não será ratificado pelo Império.

Sagração e coroação de **D. Pedro II** como segundo imperador do Brasil (18 jul).

Restabelecido o **Conselho de Estado**, que havia sido abolido pelo Ato Adicional de 1834, ao qual caberá consultas, entre outras, sobre declaração de guerra, ajustes de paz e negociações com as nações estrangeiras (23 nov). Em 1841, também será restabelecido o Poder Moderador e reformado o Código de Processo Criminal, além de medidas para que a estrutura administrativa e judiciária do Império voltasse ao controle do governo central.

O governo brasileiro é informado da intenção da Grã-Bretanha de ocupar militarmente a região do Pirara, na Guiana Inglesa (10 dez). Uma comissão demarcadora, liderada por Schomburgk, instala marcos fronteiriços à revelia do Brasil, que apresenta reclamações junto ao Foreign Office.

Nas décadas de 1830 e 1840, três produtos (açúcar, algodão e café) representavam 75-80% das exportações do Brasil. O restante da pauta incluía couro, tabaco, cacau e outros produtos.

1842 Primeiro Regulamento da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (26 fev).

O governo imperial, sob Ministério conservador, dissolve a Câmara Federal (1º maio) e revoltas liberais ocorrem em São Paulo e Minas Gerais (17 maio-20 ago).

Luís Alves de Lima e Silva, futuro **duque de Caxias**, assume o comando da guerra contra os farroupilhas no Rio Grande do Sul (8 ago).

Com o término da Guerra do Ópio, o Tratado de Nanquim dá à Grã-Bretanha o domínio de Hong Kong e abre o caminho para a subseqüente partilha da China (26 ago).

O Brasil e a Grã-Bretanha chegam a acordo para declarar como neutro o território litigioso no Pirara, até que se tomasse alguma decisão sobre a fronteira de fato (29 ago).

A Grã-Bretanha envia a **Missão Henry Ellis** ao Rio de Janeiro, com a intenção de negociar novo tratado comercial e persuadir o governo brasileiro a abolir o tráfico negreiro (10 nov). O Brasil entende que o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação de 1827 com a Grã-Bretanha expira em nov 1842, mas, por insistência britânica, aceita prorrogar sua validade até nov 1844. Havia um desequilíbrio nas relações comerciais bilaterais: as tarifas brasileiras para as manufaturas britânicas eram de 15%, mas a Grã-Bretanha impunha altas taxas alfandegárias aos produtos brasileiros, a fim de proteger sua própria produção colonial. A posição do Brasil se baseava na doutrina da "reciprocidade positiva": não aceitar um tratado de comércio sem obter tratamento favorável a seus produtos (açúcar, café e outros).

Carlos Antonio López solicita ao Império brasileiro o reconhecimento da independência do Paraguai (28 dez).

- 1843** Queda do ministro dos Negócios Estrangeiros, Aureliano Coutinho (16 jan), em parte por haver concordado com a extensão até 1844 dos Tratados com a Grã-Bretanha. Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro **marquês de Paraná**, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (20 jan).

No Uruguai, após a vitória de Arroyo Grande, no ano anterior, Manuel Oribe invade o território oriental e inicia o cerco a Montevideu. Frutuoso Rivera, por sua vez, apoiava os farroupilhas da República de Piratini e tinha o projeto de reuni-los em uma federação com o Uruguai, juntamente com as províncias de Entre Ríos, Corrientes e Misiones. Enfrentando a Revolução Farroupilha, e tentando evitar a anexação do Uruguai uma vez Oribe no poder, o Império brasileiro assina um **Tratado de Aliança Ofensiva e Defensiva com a Confederação Argentina**, por ocasião da missão do general argentino Tomás Guido ao Rio de Janeiro (24 mar). Os dois países compartilham o interesse de evitar uma união entre o Rio Grande do Sul e as províncias argentinas. O acordo, porém, não será aceito por Juan Manuel de Rosas e a tentativa de conciliação Brasil-Argentina não irá prosperar.

São interrompidas as negociações do governo imperial com o enviado britânico Henry Ellis, que deixa o Brasil (mar). O ministro britânico no Rio de Janeiro, Hamilton-Hamilton, continua as tratativas após o fracasso da missão especial. As **negociações comerciais anglo-brasileiras** são matéria de capa do primeiro número de revista *The Economist* (2 set). José de Araújo Ribeiro, designado negociador brasileiro em Londres, apresentará dois projetos de tratados com a Grã-Bretanha, sobre comércio e limites, os quais não serão aceitos pelo Foreign Office (3 nov). Em 1843, o Brasil era o quarto maior mercado estrangeiro da Grã-Bretanha e o maior destino dos investimentos britânicos na América Latina.

D. Pedro II casa-se por procuração com Teresa Cristina Maria de Bourbon, princesa das Duas Sicílias, em Nápoles (30 maio).

Paulino José Soares de Souza, futuro visconde do Uruguai, torna-se pela primeira vez ministro dos Negócios Estrangeiros (8 jun). Entre 1831 e 1849, o Ministério dos Negócios Estrangeiros será ocupado por 27 titulares diferentes, reflexo da instabilidade político-institucional do período.

O ministro brasileiro em Montevideu, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, não reconhece o bloqueio rosista àquela cidade, mas é desautorizado pelo governo imperial, que declara seguir "estrita neutralidade" em relação às disputas no Prata (22 set).

Abertura do primeiro Consulado do Brasil na China, em Cantão (Guangzhou).

- 1844** Os liberais (luzias) formam novo gabinete, inaugurando o **Quinquênio Liberal**, ainda que sem forças para mudar o curso regressista dos conservadores (saquaremas). Ernesto Ferreira França, ex-ministro do Brasil em Washington, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (2 fev).

Parecer do Conselho de Estado sobre a política platina sustenta que o Brasil tem o "direito de intervir" caso desapareça a independência do Uruguai (5 jul).

Aprovada a **Tarifa Alves Branco** (ministro da Fazenda), de natureza protecionista, que eleva as taxas alfandegárias sobre as importações de 15% a 30%, para a maioria dos produtos, e até 60% para os produtos com similar nacional (12 ago). A maior parte da receita do governo brasileiro provinha

dos direitos alfandegários. Como seu principal objetivo era aumentar a receita fiscal do Tesouro, a nova tarifa apenas subsidiariamente beneficiava a indústria nacional.

Missão Pimenta Bueno: por intermédio de José Antonio Pimenta Bueno, futuro marquês de São Vicente, o Império brasileiro reconhece formalmente a independência do Paraguai (14 set). O Brasil é o primeiro país a fazer esse gesto. Em seguida, é firmado, em Assunção, um Tratado de Aliança, Comércio e Limites entre os dois países (7 out), que, entretanto, não será ratificado pelo Brasil.

O governo imperial declara abolido o cargo de juiz conservador da nação inglesa, tido como foro especial "privilegiado e inconstitucional" (9 nov). Apesar das pressões britânicas, o Tratado de 1827 não é renovado pelo Brasil e os privilégios concedidos à Grã-Bretanha são definitivamente extintos. A reação brasileira ao predomínio político-econômico britânico aumenta a autoconfiança externa do Império e acordos com outros países também não serão renovados, levando assim ao **fim do "sistema dos tratados"** erigido na década de 1820.

Missão Abrantes: a caminho de Berlim para negociar um acordo comercial com o *Zollverein* germânico, Miguel Calmon du Pin e Almeida, futuro marquês de Abrantes, é enviado a Londres e Paris a fim de pedir a intervenção das potências europeias contra Rosas (nov-dez). No entanto, como condição para entender-se com o Brasil, a Grã-Bretanha desejava um novo tratado comercial, a extinção total do tráfico e a emancipação dos escravos.

1845 Rosas encaminha nota de protesto ao Rio de Janeiro contra o reconhecimento da independência do Paraguai pelo Brasil (21 fev).

Após dez anos de luta, termina a Revolução Farroupilha com a assinatura da **Paz de Poncho Verde** entre o governo imperial e os revoltosos gaúchos, que recebem ampla anistia em troca da deposição das armas (1º mar). O acordo negociado por Caxias aumentou em 25% a tarifa sobre o charque platino e permitiu aos oficiais gaúchos se integrarem ao Exército imperial com a mesma patente, além de serem assumidas pelo Império as dívidas da República de Piratini.

Antônio Paulino Limpo de Abreu, visconde de Abaeté, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (26 maio).

O Brasil comunica à Grã-Bretanha a cessação das Convenções sobre o tráfico de escravos firmadas nos anos de 1817 (12 mar) e 1826 (2 jul). Pouco depois, é sancionado pelo Parlamento britânico projeto de lei (*bill*) de autoria de George Gordon, lorde Aberdeen, titular do Foreign Office (8 ago). Com a aprovação da **Lei Aberdeen**, navios negreiros, independentemente de estarem ou não transportando escravos no momento da abordagem, poderão ser capturados e julgados pelo Alto Tribunal do Almirantado (ou pelos tribunais do Vice-Almirantado nos Domínios), tratamento semelhante ao que recebiam os navios piratas. Por nota assinada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, **visconde de Abaeté**, o Brasil protesta contra aquele ato unilateral, considerando-o "abusivo, injusto e atentatório dos direitos de soberania e independência da nação brasileira" (22 out). No período 1845-50, mais de 400 navios engajados no tráfico serão capturados e levados a julgamento pela Grã-Bretanha. Os riscos maiores aumentam o preço de cada "peça" no mercado. Apesar da repressão, ou por causa dela, há vertiginoso aumento do tráfico até 1850.

Esquadra conjunta da Grã-Bretanha e da França inicia bloqueio do Prata (18 set) em resposta ao fechamento dos rios à navegação internacional decretado por Rosas. A intervenção anglo-francesa

contra Rosas irá durar até 1849.

O Texas é anexado pelos EUA (29 dez), que seguem uma política de expansão territorial baseada na doutrina do "destino manifesto".

- 1846** Bento da Silva Lisboa, 2º barão de Cairu, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (2 maio).

Declaração de **guerra dos EUA contra o México** (13 maio), cujo território é invadido por tropas norte-americanas. O conflito continua até 1848.

A revogação de leis protecionistas na Grã-Bretanha (*Corn Laws*) abre caminho para a plena adesão daquele país aos princípios do livre comércio (15 maio). São também reduzidas as tarifas sobre o açúcar (*Sugar Duties Act*), pondo fim às preferências das Índias Ocidentais Britânicas. A transição britânica do sistema fechado mercantilista ao livre cambismo será consolidada com a abolição da Lei de Navegação em 1849.

A Grã-Bretanha cede aos EUA o território do Oregon na costa do Pacífico (15 jun).

Troca de notas, em Caracas, sobre a remoção de obstáculos ao comércio e a comunicação pela fronteira entre o Brasil e a Venezuela (14 set).

Questão Wise: exigências do ministro norte-americano no Rio de Janeiro, Henry Wise, relacionadas com incidente originado por três marinheiros presos pela polícia carioca, levam o governo imperial a considerá-lo *persona non grata* no país (dez).

- 1847** Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (22 maio).

O Brasil declara insubsistentes os artigos do Tratado de 1825 com Portugal sobre a cláusula da nação mais favorecida e os direitos alfandegários de 15% (25 jun).

Criado o cargo de **presidente do Conselho de Ministros**, a quem caberá a direção do Executivo no Segundo Reinado (20 jul). Mas, no Brasil, era o imperador quem nomeava o "primeiro-ministro" e este formava o gabinete de ministros ("parlamentarismo às avessas"). Foram organizados 37 gabinetes imperiais no período de 1840-89.

Independência da Libéria, colonizada por ex-escravos retornados dos EUA (26 jul). O Brasil irá reconhecer o novo Estado africano e nomear Hermenegildo Frederico Niterói, em 1850, como cônsul geral em Monróvia.

Ante a ameaça de intervenção militar espanhola no Equador, reúne-se a **Conferência de Lima** (1º dez). O Império brasileiro não se faz presente na Conferência, que celebra um tratado defensivo entre os cinco Estados latino-americanos participantes.

O senador Nicolau Vergueiro inicia o sistema de parceria em sua fazenda de Ibicaba, em Limeira, com famílias de trabalhadores imigrantes alemães. A **questão da mão de obra** alternativa ao trabalho escravo será um dos motivos para a promoção da imigração no país.

- 1848** Quatro titulares ocupam a pasta dos Negócios Estrangeiros durante 1848: Pimenta Bueno (29 jan), Limpo de Abreu (8 mar), Bernardo de Souza Franco (31 maio) e Pedro de Araújo Lima (29 set).

Assinado o Tratado de Guadalupe-Hidalgo, que encerra a guerra entre os EUA e o México (2 fev). Pelo Tratado, fica confirmada a cessão aos EUA do Texas, do Novo México e da Alta Califórnia (quase metade do território mexicano).

O governo colorado em Montevideu solicita a intervenção brasileira nos negócios platinos para fazer frente às forças de Oribe (18 abr). Parecer do Conselho de Estado sobre o assunto conclui que o governo imperial deve manter "perfeita neutralidade" naquele conflito (8 maio).

Criado, no Brasil, o cargo de presidente do Conselho de Ministros (20 jul).

Publicação do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels. Revoluções liberais eclodem em diversos países da Europa. Em Pernambuco, tem lugar a **Revolução Praieira**, influenciada pelo socialismo utópico europeu, a última revolta séria das chamadas "pátrias locais" (7 nov). A década de 1840 consolida o Estado monárquico sob bases conservadoras.

Abertura de um Consulado do Brasil em Bombaim, atual Mumbai, na Índia.

- 1849** Assinada, no Rio de Janeiro, Convenção entre o Brasil e os EUA para o pagamento de reclamações norte-americanas motivadas pelo bloqueio do Rio da Prata (27 jan).

Formado o gabinete conservador de José da Costa Carvalho, visconde de Monte Alegre, que contará com a participação da chamada "Trindade saquarema": Eusébio de Queirós, na Justiça; Joaquim José Rodrigues Torres, futuro visconde de Itaboraí, na Fazenda; e Paulino José Soares de Souza, futuro visconde do Uruguai, nos Negócios Estrangeiros (8 out).

Ao assumir pela segunda vez a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza substitui Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda, que era favorável à acomodação com a Argentina. O futuro **visconde do Uruguai**, que permanecerá no cargo até 1853, esboça uma "política americanista" que prevê, de um lado, medidas visando a preparação para eventual confronto com Rosas e, de outro, definição da **doutrina de limites** a ser seguida pelo Império para a defesa do *status quo* territorial: princípio do *uti possidetis*, não validade do Tratado de Santo Ildefonso de 1777 (só usado onde não houvesse ocupação efetiva), negociação bilateral e arbitramento em última instância.

Acordo de paz entre Rosas e a Grã-Bretanha marca o fim da intervenção anglo-francesa iniciada em 1845 (24 nov). Liberados do bloqueio naval a Buenos Aires, navios britânicos são transferidos do Rio da Prata para a costa brasileira a fim de desempenhar funções anti-tráfico, incluindo o apresamento de embarcações suspeitas.

A descoberta de ouro na Califórnia movimenta os portos da América Latina na rota em direção ao Oeste norte-americano.

- 1850** Pelo Tratado Clayton-Bulwer, os EUA e a Grã-Bretanha concordam em cooperar para a futura construção de um canal no istmo centro-americano (19 abr).

Morte de Bernardo Pereira de Vasconcelos, político conservador e defensor do tráfico negreiro e da escravidão, que considerava vitais para a economia brasileira (1º maio).

Promulgado o Código Comercial, regulando a atividade mercantil no Brasil (25 jun).

Navios britânicos, amparados pela Lei Aberdeen, entram em águas territoriais do Brasil em busca de escravos e incidentes são registrados ao longo da costa, como o de Paranaguá, envolvendo a fragata *Cormorant* (1º jul). Sessão do Conselho de Estado discute em regime de urgência a "**questão servil**" (11 jul). No dizer de Paulino José Soares de Souza, a resolução do contencioso com a Grã-Bretanha era vital diante da ameaça de guerra contra Rosas: "*nec Hercules contra duo*".

Em Santa Catarina, colonos alemães fundam a cidade de Blumenau (2 set) e, no ano seguinte, Joinville. De 1824 a 1870, os alemães representaram 93% dos imigrantes recebidos pelo Brasil, instalados sobretudo na região sul.

Aprovada a **Lei Euzébio de Queirós** (ministro da Justiça) de **extinção do tráfico negreiro no Brasil** (4 set). Palmerston, secretário do Exterior britânico, elogia o uso da força contra "governos semicivilizados" que cedem apenas diante do "argumento do porrete" (*argumentum baculinum*). Além da violenta pressão externa, os proprietários brasileiros estavam endividados com os traficantes, em sua maioria estrangeiros. Ao contrário das anteriores, a lei será efetivamente cumprida e traficantes portugueses serão expulsos do país. Não obstante, a escravidão continuou e o fim do tráfico não criou um "mercado consumidor" para os produtos britânicos no país. A presença brasileira na África irá retroceder sensivelmente com a interrupção dos fluxos de troca e navegação baseados no "infame comércio".

Aprovada a Lei de Terras (18 set), que tira do Estado o direito de doar terras devolutas e limita o acesso à propriedade por indivíduos sem grandes posses. A medida favoreceu os grandes proprietários e dificultou a compra de terras por imigrantes estrangeiros que desejassem se estabelecer no país.

Rompidas as relações entre o Brasil e o governo argentino de Rosas, cujo representante no Rio de Janeiro, Tomás Guido, deixa o país (2 out). Justo José Urquiza, governador da província de Entre Ríos, rebela-se contra Rosas e o monopólio da aduana por Buenos Aires. A Grã-Bretanha passa para posição de neutralidade no cenário platino.

Nomeado cônsul geral, Hermenegildo Frederico Niterói é enviado à Libéria para tratar do problema dos escravos introduzidos no Brasil por meios ilícitos que, por força da lei antitráfico de 1831, eram considerados "africanos livres" e deveriam ser reexportados de volta para a África (5 nov).

Missão Bellegarde: como resultado das negociações conduzidas em Assunção por Pedro de Alcântara Bellegarde, enviado especial do Império, é assinado Tratado de Aliança entre o Brasil e o Paraguai (25 dez). A iniciativa brasileira se dá quando já era considerada inevitável a guerra contra Rosas.

1851 Inauguração do serviço postal a vapor entre o Brasil e a Grã-Bretanha, através da Mala Real britânica (*Royal Mail*), a primeira linha de vapores ligando a Europa à América do Sul (9 jan). **Preeminência econômica britânica:** a Grã-Bretanha era então o principal parceiro comercial e o maior credor do

Brasil, respondendo por quase 50% do fornecimento das importações brasileiras. A maior parte do comércio exportador do Brasil era controlado por firmas britânicas baseadas no Rio de Janeiro (Phipps Brothers, Naumann Gepp, Edward Johnston & Co., entre outras). Capitais britânicos também participaram do surto de modernização econômica que depois caracterizará o apogeu do Segundo Reinado.

O industrial Irineu Evangelista de Sousa, futuro barão e **visconde de Mauá**, funda, no Rio de Janeiro, o Banco do Comércio e da Indústria do Brasil (2 mar).

Firmado, em Montevideu, Convênio para uma aliança ofensiva e defensiva anti-rosista entre Brasil, Uruguai e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes, prevendo ações militares conjuntas contra Oribe (29 maio). Pelo Convênio, fica pactuada também a livre navegação do Rio Paraná e seus afluentes. Pouco depois, **Rosas declara guerra ao Império brasileiro** (18 ago).

Primeira organização do Corpo Diplomático Brasileiro, constituído por enviados extraordinários e ministros plenipotenciários, ministros residentes e encarregados de negócios, coadjuvados por secretários e adidos de Legação (22 ago).

Termina o cerco a Montevideu com a rendição de Manuel Oribe às tropas de Urquiza em Cerrito, obtida com apoio do Brasil e dos colorados (set). Em seguida, o ministro uruguaio no Rio de Janeiro, Andrés Lamas, negocia cinco **Tratados entre o Brasil e o Uruguai**: aliança; limites; comércio e navegação; troca de criminosos, desertores e escravos foragidos; e prestação de subsídio ao governo uruguaio (12 out). O Brasil poderia prestar ajuda militar ao país, quando requisitada, e acerta-se, ainda, um empréstimo de 138 mil patações, inaugurando a chamada "diplomacia do patação", referente à atuação do Brasil como credor no Prata. **Missão Honório Hermeto Carneiro Leão**: o futuro marquês de Paraná parte em missão especial ao Rio da Prata, a fim de tratar com aliados platinos da campanha contra Rosas (23 out).

Missão Duarte da Ponte Ribeiro às Repúblicas do Pacífico, que resulta na assinatura de Convenção Especial de Comércio, Navegação e Limites entre o Brasil e o Peru (23 out). O texto da Convenção define a linha Tabatinga-Apapóris, pela aplicação da doutrina do *uti possidetis*, e inclui a concessão de direitos de navegação pelo Rio Amazonas em troca do apoio peruano contra Rosas.

1852 Na **Batalha de Monte Caseros**, Rosas é vencido por Urquiza (3 fev), com apoio do regimento de Manuel Marques de Sousa, futuro conde de Porto Alegre, pertencente ao Exército brasileiro, sob o comando de Caxias. Com a **queda de Rosas**, que segue exilado para a Grã-Bretanha, há um vácuo de poder e o Brasil se torna a principal potência no Prata, beneficiado pela cisão argentina em dois Estados.

Decreto brasileiro concede à Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, do barão de Mauá, o privilégio exclusivo de navegação naquele rio (10 ago). Nos EUA, Matthew Fontaine Maury, tenente da Marinha norte-americana, inicia campanha junto à opinião pública destinada a enviar negros americanos para colonizar o Amazonas, constituindo aí uma "República Amazônica".

O Brasil faz reclamação formal ao governo do Uruguai contra a cobrança de imposto para a passagem de gado em pé pela fronteira (31 ago). Pecuaristas gaúchos possuíam terras em território uruguaio e precisavam constantemente atravessar a fronteira para alcançar suas fazendas no país vizinho.

Divisão territorial da Argentina entre o Estado de Buenos Aires e a Confederação Argentina de Urquiza, com capital na cidade de Paraná, província de Entre Ríos (11 set).

O Brasil e a Venezuela concluem, em Caracas, dois Tratados de amizade, limites e extradição, não ratificados pelo lado venezuelano (25 nov).

- 1853** Acordo secreto entre o ministro da Fazenda do Uruguai e o governo brasileiro para um empréstimo de 84 mil pesos, concedido pelo barão de Mauá, que também figurou como parte daquele instrumento (9 maio).

O comodoro Perry, da Marinha norte-americana, força a abertura dos portos japoneses ao comércio estrangeiro (8 jul).

Como parte da **Missão Miguel Maria Lisboa**, futuro barão de Japurá, à Venezuela, Nova Granada (Colômbia) e Equador, é assinada, em Santa Fé de Bogotá, Convenção sobre navegação fluvial (14 jun) e Tratado de Amizade e Limites entre o Brasil e a Nova Granada (25 jul), ambos rejeitados pelo Parlamento colombiano.

Liberais (luzias) e conservadores (saquaremas) integram o **Ministério da Conciliação**, organizado em torno de Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês de Paraná, para diminuir os conflitos internos entre as elites políticas (6 set). A pasta dos Negócios Estrangeiros fica com Limpo de Abreu, visconde de Abaeté. Sob a Conciliação, a política no Império será dominada na prática pelo **Partido Conservador** até 1862.

Golpe derruba o presidente uruguaio, o blanco Juan Francisco Giró (25 set).

William Trousdale, novo representante dos EUA, apresenta credenciais no Rio de Janeiro com instruções para obter um tratado de comércio e navegação que incluísse o acesso de embarcações norte-americanas ao Rio Amazonas (8 out). Aumentam as **pressões pela abertura do Rio Amazonas**. O Império resiste adotando táticas protelatórias, como a de admitir a concessão de direitos de navegação, mediante convenção, somente aos ribeirinhos superiores, excluindo os países de fora da região.

- 1854** O Rio de Janeiro recebe iluminação a gás (25 mar) e é inaugurada por Mauá, nas proximidades da capital, a primeira estrada de ferro do Brasil (30 abr).

Início da **Guerra da Crimeia**, no Mar Negro, entre a Rússia e o Império Otomano, este último apoiado pela Grã-Bretanha e a França (28 mar). O conflito prossegue até 1856.

O **Brasil intervém no Uruguai** para garantir o cumprimento dos Tratados de 1851 e apoiar o colorado Venancio Flores (3 maio). Em seguida, é assinada Convenção entre os dois países para a prestação de novo subsídio ao Uruguai (1º jun).

A Lei Nabuco de Araújo ratifica a proibição do tráfico negreiro e estabelece maior rigor na fiscalização do contrabando de escravos africanos para o país (5 jul). Não obstante, persiste ressentimento mútuo no relacionamento com a Grã-Bretanha devido ao histórico de "fricção

cumulativa" entre os dois países (Alan Manchester). O Brasil se recusava a assinar novo tratado de comércio enquanto a Lei Aberdeen, de 1845, estivesse em vigor (a Lei só será revogada em 1869).

Carlos Antonio López proíbe a passagem de navios estrangeiros pelo Rio Paraguai e expulsa o encarregado de negócios brasileiro em Assunção, Felipe José Pereira Leal. Em represália, o **Brasil despacha uma força naval ao Paraguai** sob o comando do chefe-de-esquadra Pedro Ferreira de Oliveira (10 dez). A livre navegação no Prata é considerada estratégica pelo Império para assegurar uma via de comunicação com a província de Mato Grosso.

Publicação da *História geral do Brasil* por Francisco Adolfo de Varnhagen, considerado um dos fundadores da historiografia brasileira.

- 1855** Ferreira de Oliveira é recebido em Assunção por Carlos López (15 mar), que admite negociar. É assinado Tratado bilateral sobre os direitos de navegação (27 abr), mas a questão dos limites não é resolvida e o acordo não será ratificado pelo Brasil.

Fundada, no Rio de Janeiro, a Associação Central de Colonização, responsável pela vinda de 20 mil imigrantes para o Brasil (2 abr).

José Maria da Silva Paranhos, futuro **visconde do Rio Branco**, assume pela primeira vez a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (14 jun).

Paulino José Soares de Sousa, visconde do Uruguai, em missão especial junto ao governo de Napoleão III, em Paris, redige memória sobre a disputa de limites entre o Brasil e a Guiana Francesa (15 jun). As conversações com os franceses, no entanto, não chegam a uma solução para a **questão do Amapá**, a ser resolvida por arbitragem somente em 1900.

Por contrato, os **banqueiros Rothschilds** são formalmente nomeados "agentes financeiros" do governo brasileiro em Londres, com autorização para realizar pagamentos, compras e transferências de fundos (20 jun).

Nota de William Trousdale ao governo brasileiro informa sobre a determinação dos EUA em obter "o livre uso do Amazonas para fins comerciais" (24 jul). Conflitos internos entre o Norte e o Sul, porém, desviarão a atenção dos EUA em relação a eventual expansão ou intervenção na Amazônia brasileira.

- 1856** Celebrado, na cidade de Paraná, **Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a Confederação Argentina** (7 mar). Pelo Tratado, fica garantida a livre navegação do Rio da Prata pelos países ribeirinhos e a neutralidade da Ilha de Martim Garcia em tempo de guerra, bem como são reafirmadas pelos dois países as independências do Uruguai e do Paraguai.

O Tratado de Paris põe fim à Guerra da Crimeia, perdida pela Rússia (30 mar). Ao longo do século XIX, a chamada **Questão do Oriente**, isto é, o destino dos Bálcãs face à decadência do Império Otomano ("o homem doente da Europa"), será um tema frequente de discórdia entre as grandes potências europeias.

Firmado, no Rio de Janeiro, **Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Paraguai** (6 abr), pelo qual o Império assegura novo acordo com o governo daquele país para a livre

navegação dos rios Paraguai-Paraná e a garantia do tráfego fluvial ao Mato Grosso, congelando por seis anos a disputa territorial pela área entre os rios Apa e Branco.

Na Conferência de Santiago, Chile, Equador e Peru firmam tratado para a concessão de direitos recíprocos (15 set).

Revolta de colonos suíços e alemães contra o sistema de parceria na fazenda-modelo de Ibicaba, de propriedade do senador Vergueiro (24 dez).

- 1857** O Brasil adere à Declaração de Paris, que estabelece a abolição do corso e regula princípios relativos ao direito marítimo em tempo de guerra (18 mar).

Caetano Maria Lopes Gama, visconde de Maranguape, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (4 maio).

Tem início, na Índia, a Revolta dos Cipayos (nativos integrantes do Exército colonial) contra a dominação britânica (10 maio).

Autorizado o funcionamento, no Uruguai, do Banco Mauá, MacGregor & Cia (1º jul). Com filiais em Buenos Aires e Montevidéu, entre outras cidades argentinas e uruguaias, o **Banco Mauá** terá grande envolvimento nos negócios do Prata.

Aprovada a **Tarifa Souza Franco**, que substitui a Tarifa Alves Branco de 1844 e reduz as taxas alfandegárias para algumas categorias de produtos importados pelo Brasil (28 mar). Em seguida, o ministro da Fazenda João Maurício Wanderley, futuro barão de Cotegipe, ajusta a Tarifa a fim de proteger a agricultura (26 ago).

Assinado, no Rio de Janeiro, Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e o Uruguai (4 set). O Tratado será declarado insubsistente em 1861.

Concluída, na cidade do Paraná, Convenção sobre Navegação Fluvial entre o Brasil e a Confederação Argentina, em complementação às estipulações do Tratado firmado no ano anterior (20 nov). Em seguida, José Maria da Silva Paranhos, em missão especial a caminho do Paraguai, assina pelo Império um Tratado de Limites com a Argentina (14 dez), o qual ficou sem execução por não haver sido ratificado pelo lado argentino.

Início da Guerra da Reforma no México entre liberais e conservadores (17 dez).

- 1858** Celebrado, em Londres, Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Império Otomano (5 fev), considerado o primeiro na história das relações bilaterais com a Turquia.

José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde de Rio Branco, é enviado a Assunção para negociar questões pendentes com o Paraguai. A **Missão Paranhos** reafirma, mediante Convenção bilateral, compromisso junto a Carlos López sobre "a verdadeira inteligência e prática" do Tratado de 1856 entre o Brasil e o Paraguai (12 fev).

Criada uma comissão mista entre o Brasil e a Grã-Bretanha para examinar reclamações pendentes entre os dois países (2 jun). A comissão terá poucos resultados.

Após sufocar a Revolta dos Cipaíes, a Grã-Bretanha incorpora formalmente a Índia aos domínios imperiais da Coroa britânica (2 ago).

Inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro D. Pedro II, futura Central do Brasil (29 set). A ferrovia, cuja construção contou com expressiva contribuição britânica, ligava o Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba. O transporte terrestre era feito antes por cavalos, mulas, coches e diligências.

José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde do Rio Branco, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (1º dez).

1859 Intervenção naval dos EUA no Paraguai (25 jan) por conta do incidente com o navio *Water Witch*, ocorrido em 1855.

Chegam ao Brasil, para trabalhar na agricultura, 300 chineses, procedentes de Singapura, trazidos pelo comerciante Manoel de Almeida Cardoso, proprietário de uma empresa de navegação entre o Brasil e a China (9 fev). O projeto não terá seguimento, a exemplo de outras iniciativas isoladas de imigração asiática na época. No mesmo ano, a Prússia proíbe a emigração para o Brasil devido a denúncias de maus-tratos e imposição de regimes semiescravistas aos trabalhadores estrangeiros.

O Regulamento Paranhos dá nova organização à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e cria o cargo de consultor jurídico (19 fev). O Brasil possuía então oito Legações no continente americano e 13 na Europa.

Felipe José Pereira Leal é enviado em missão a Caracas, onde é assinado **Tratado de Limites e Navegação Fluvial entre o Brasil e a Venezuela** (5 maio), o primeiro na história das relações bilaterais. Os dois países declaram "livres as comunicações entre os seus Estados pela mútua fronteira", respeitados os regulamentos fiscais e de polícia de cada governo (artigo 7º).

Iniciada guerra entre a Confederação Argentina, de Urquiza, e o Estado de Buenos Aires, sob a liderança do general Bartolomé Mitre (20 maio).

Acordo de consolidação da dívida pública do Uruguai com o Banco Mauá (27 jul).

João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, futuro visconde de Sinimbu, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (10 ago).

1860 Criado o Ministério da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas (20 jan).

O arquiduque Ferdinando Maximiliano da Áustria, viajando incógnito, realiza visita ao Brasil e encontra-se com seu primo, D. Pedro II (jan).

Por pressões do comércio importador, controlado pelos britânicos, a **Tarifa Silva Ferraz** reduz as taxas para a importação de ferragens, armas, ferramentas e máquinas, incluindo navios (3 set). A nova tarifa irá prejudicar as atividades da empresa de fundição e do estaleiro de Mauá em Ponta da Areia, Niterói.

Iniciada a construção, pela São Paulo Railway Company (de capital britânico em associação com

Mauá), da **Ferrovia Santos-Jundiaí**, que será depois responsável pela centralização do transporte de café do interior paulista para o porto de Santos (24 nov). **Ascensão da lavoura cafeeira**: graças ao cultivo do café (*coffea arabica*), o Brasil obtém superávit na balança comercial pela primeira vez desde a Independência. O principal centro produtor então se localiza no Vale do Paraíba e o café já representa 48% do total das exportações brasileiras. A expansão ferroviária e a navegação a vapor irão contribuir para o aumento das exportações, assim como o crescimento do consumo mundial de café.

- 1861** Início da **Guerra de Secessão nos EUA** entre o Norte e os confederados do Sul (12 abr). O Brasil declara neutralidade na guerra civil, mas concede direitos de beligerantes a navios confederados, fato que desagrade o governo de Washington. No Rio de Janeiro, o ministro norte-americano, James Watson Webb, irá propor ao governo imperial o envio de ex-escravos negros para o Amazonas.

Antonio Coelho de Sá e Albuquerque assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (21 abr), sendo substituído em seguida por Benevenuto de Magalhães Taques (10 jul).

O navio britânico *Prince of Wales* naufraga no litoral do Rio Grande do Sul e tem sua carga pilhada (8 jun). O ministro britânico no Rio de Janeiro, William Dougal Christie, exige do governo brasileiro o pagamento de 6 mil libras de indenização e a punição das autoridades envolvidas. O assunto dará origem à Questão Christie.

O Brasil reconhece formalmente o governo do Reino da Itália, por meio de carta de D. Pedro II a Victor Emanuel II, soberano italiano (11 nov).

Publicado, em Paris, o livro *L'Oyapoc et l'Amazonie*, de Joaquim Caetano da Silva.

- 1862** Cai o Ministério conservador e o Partido Liberal forma novo gabinete misto, chefiado por Zacarias de Góis e Vasconcelos (24 maio). Miguel Calmon du Pin e Almeida assume a pasta dos Negócios Estrangeiros (30 maio). A fase da chamada **Liga Progressista** (liberal) durará até 1868.

Com a morte de Carlos Antonio López (10 set), seu filho, o general **Francisco Solano López**, assume o poder no Paraguai. Os blancos uruguaios, sob a liderança de Bernardo Berro, buscam aproximar-se do Paraguai, que deseja ter acesso a um porto marítimo alternativo a Buenos Aires. Forma-se o eixo Assunção-Montevidéu.

Autorizada a funcionar a primeira casa bancária estrangeira no Brasil, o London and Brazilian Bank, que abrirá uma agência no Rio de Janeiro (2 out). De 1860 a 1875, cerca de 93% do capital de empresas estrangeiras investido no Brasil virá da Grã-Bretanha.

Reunificação da Argentina: Bartolomé Mitre vence Urquiza na Batalha de Pavón e reunifica o país, sob o nome de República Argentina, tornando-se seu primeiro presidente constitucional (12 out).

Questão Christie: três oficiais da fragata britânica *Forte*, à paisana, causam distúrbios no Rio de Janeiro e são presos por desacato à autoridade, sendo soltos logo depois. O ministro britânico, William Christie, lança um ultimato formal ao governo brasileiro para que o chefe de polícia seja repreendido e que suas exigências de indenização no caso do navio *Prince of Wales*, do ano anterior, sejam cumpridas (5 dez). Em resposta, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Miguel Calmon du Pin

e Almeida, **marquês de Abrantes**, comunica que o governo imperial irá se entender diretamente com o gabinete britânico sobre o assunto (18 dez). Há manifestações populares de desgosto a Christie (31 dez).

1863 Entra em vigor o fim da escravidão nos EUA, decretado pelo presidente Lincoln (1º jan).

Expirado o prazo do ultimato lançado por Christie, navios de guerra britânicos bloqueiam a Baía de Guanabara e, em demonstração de força, cinco navios mercantes brasileiros são capturados (1º-6 jan). O Brasil paga, sob protesto, 3.200 libras pelo *Prince of Wales* (26 fev), mas Christie é forçado a deixar o país. Como a Grã-Bretanha não apresentara pedido de desculpas à sua "agressão de guerra", o ministro brasileiro Francisco Inácio de Carvalho Moreira, futuro barão de Penedo, deixa Londres e são **rompidas as relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha** (25 maio). No caso da fragata *Forte*, levado ao arbitramento do rei Leopoldo I da Bélgica, o laudo é favorável ao governo brasileiro (18 jun).

A partir do impulso dado pelo suíço Henry Dunant, é criado, em Genebra, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), organização humanitária que presta socorro às vítimas de conflitos (8 fev).

O general Venancio Flores e outros colorados invadem o Uruguai, pela Argentina, apoiados por Mitre e pelos liberais brasileiros do Rio Grande do Sul (19 mar). Os blancos (Bernardo Berro) irão buscar aproximar-se do Paraguai, que via com interesse a possibilidade de acesso a um porto marítimo alternativo a Buenos Aires (eixo Assunção-Montevidéu).

Fundado, em Londres, o Brazilian and Portuguese Bank (3 jul), que futuramente passará a chamar-se English Bank of Rio de Janeiro.

O Brasil obtém, na City de Londres, empréstimo com os Rothschilds no valor de 3,8 milhões de libras (8 out).

1864 A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros é ocupada por Francisco Xavier Paes Barreto (15 jan), João Pedro Dias Vieira (31 mar), Carlos Carneiro de Campos (31 ago), e novamente João Pedro Dias Vieira (4 out).

O governo argentino envia a **Missão José Mármol** ao Rio de Janeiro para tratar com o Brasil da disputa entre blancos e colorados no Uruguai (abr). Havia cerca de 30-40 mil brasileiros residentes no Uruguai, donos de 400 fazendas no país vizinho. Os pecuaristas gaúchos não desejavam pagar impostos na passagem do gado em pé pela fronteira uruguaia. Estavam pendentes, ainda, inúmeras queixas e pedidos de indenizações desde a Guerra Grande (1839-51).

Como resultado da intervenção armada francesa, no ano anterior, Napoleão III impõe Maximiliano de Habsburgo como "imperador do México" (10 maio). Maximiliano nomeará um missão diplomática para estabelecer relações com o Império do Brasil (ago), a qual, todavia, será recebida com frieza no Rio de Janeiro.

O Brasil assina, juntamente com França, Itália, Portugal e Haiti, acordo para o estabelecimento de uma linha telegráfica entre a Europa e a América (16 maio).

Portugal se oferece como mediador, por intermédio de seu representante em Londres, conde de Lavradio, para obter a reconciliação diplomática entre o Brasil e a Grã-Bretanha (27 maio).

O Brasil oferece seus bons ofícios e apoio moral ao Chile, no conflito deste país com a Espanha, em nome dos "legítimos interesses" dos Estados sul-americanos (7 jun).

Adotada a primeira Convenção de Genebra, marco inaugural do direito internacional humanitário, que busca regular a conduta dos Estados em conflitos armados (22 ago).

Missão Saraiva: juntamente com a esquadra do vice-almirante Tamandaré, o conselheiro José Antônio Saraiva é enviado ao Uruguai para exigir reparação aos "agravos" sofridos por fazendeiros e pecuaristas do Rio Grande do Sul (maio-jul). Em vista da recusa uruguaia em atender às exigências apresentadas por Saraiva, o Império lança um ultimato ao governo blanco de Atanasio Aguirre (4 ago). Esperando contar com o apoio do Paraguai, Aguirre rompe relações diplomáticas com o Brasil (30 ago). Ao mesmo tempo, Solano López adverte que a independência do Uruguai é necessária para a manutenção do equilíbrio entre os Estados do Prata. Pouco depois, **tropas brasileiras invadem o Uruguai** (12 out). Para o Paraguai, um *casus belli*.

Tendo a esquadra espanhola ocupado as Ilhas Chinha, no Peru, reúne-se a segunda Conferência de Lima (12 nov), na qual seis países latino-americanos assinam convenção sobre defesa da integridade territorial. O Brasil havia aceito participar da Conferência, mas não chegou a enviar representante.

O Paraguai aprisiona o vapor brasileiro *marquês de Olinda* (12 nov), que levava a bordo o novo presidente da província mato-grossense. Em seguida, **López declara guerra ao Império brasileiro** (13 dez) e ordena a invasão terrestre do Mato Grosso (23 dez). Corumbá é saqueada e os paraguaios se apossam de equipamento militar brasileiro. Tem início a **Guerra do Paraguai** (ou Guerra da Tríplice Aliança). Ao invés de uma guerra curta, como muitos esperavam, este será o mais longo e destrutivo conflito da América do Sul no século XIX. O barão de Cotegipe irá depois afirmar a propósito: "Maldita guerra, atrasa-nos meio século" (Francisco Doratioto).

Missão Paranhos: chega a Buenos Aires José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde de Rio Branco, enviado ao Rio da Prata com o objetivo de "pacificar o Uruguai", a fim de permitir ao Império concentrar-se no Paraguai (2 dez). Na mesma época, o general Manuel Osório convence Urquiza a vender 30 mil cavalos de Entre Ríos para uso do Exército imperial, um ativo militar valioso em tempos de guerra.

1865 Criado pelo Brasil o corpo de combatentes dos "Voluntários da Pátria" (7 jan). Começa a mobilização militar. São também convocados 15 mil guardas nacionais como força adicional para o Exército brasileiro (21 jan). Os escravos combatentes chegaram a representar 10% das tropas do Império.

Decretado formalmente o bloqueio do porto de Montevidéu por Tamandaré (2 fev).

Concluído o **Protocolo de Villa Unión**, acordo de paz entre as facções em luta no Uruguai, mediado por José Maria da Silva Paranhos (20 fev). Com apoio brasileiro, os colorados derrotam os blancos e o general Venancio Flores será nomeado presidente uruguaio, adotando uma política pró-Império. Não obstante, por razões de política interna, Paranhos foi exonerado de suas funções pelo governo imperial.

Depois de lhe ter sido negada a permissão para a passagem de tropas paraguaias por território argentino, com destino ao Brasil, Solano López declara guerra à Argentina e invade a província de Corrientes (13 abr). Ao abrir uma nova frente de batalha, López tinha a expectativa de poder contar com o apoio de Urquiza, o que ao final não aconteceu.

Assassinato do presidente Abraham Lincoln (14 abr) no mesmo mês em que termina a Guerra de Secessão nos EUA. Cerca de três mil sulistas ex-confederados irão emigrar para o Brasil até 1868, atraídos por terras férteis e pela subsistência da escravidão.

Argentina, Brasil e Uruguai assinam, em Buenos Aires, o **Tratado da Tríplice Aliança** contra o governo paraguaio de Solano López (1º maio). O Tratado, cujo texto deveria permanecer secreto, estabelece as bases da aliança militar e os requisitos para a celebração da paz, que não deveria ser negociada em separado. Declara-se que a guerra não seria "contra o povo do Paraguai, e sim contra o seu governo" (artigo 7º). Findo o conflito, o Paraguai deveria pagar indenizações de guerra (artigo 14) e ceder territórios aos aliados (artigo 16). Os conservadores no Brasil, contudo, irão criticar o Tratado pelas concessões territoriais excessivas feitas à Argentina (posse de todo o Chaco). Ainda em maio, o Brasil irá conceder empréstimos tanto à Argentina quanto ao Uruguai.

O Paraguai invade o Rio Grande do Sul (10 jun), mas tem sua Marinha arrasada na **Batalha de Riachuelo** (11 jun), vencida pela esquadra imperial sob o comando do vice-almirante Barroso. O Paraguai perde sua única comunicação fluvial com o exterior.

Ocupando interinamente a pasta desde 12 maio, José Antônio Saraiva assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (27 jun).

Tropas paraguaias, sob o comando de Estigarribia, tomam Uruguaiana (5 ago), mas são sitiadas e forçadas a se render pelas forças aliadas (18 set). D. Pedro II, Mitre e Venancio Flores se encontram em Uruguaiana para selar a Tríplice Aliança e, ainda naquela cidade, o novo ministro britânico Edward Thornton apresenta credenciais ao imperador, em gesto que formaliza o **reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha** (22 set). A Grã-Bretanha permanece oficialmente neutra na Guerra do Paraguai, mas fábricas britânicas vendem ao Brasil material de emprego militar e empréstimo adicional é concedido pelos Rothschilds ao governo brasileiro, o maior desde então (quase 7 milhões de libras), usado para a compra de navios e armas para o esforço de guerra.

1866 O governo britânico torna público no Parlamento a íntegra do Tratado da Tríplice Aliança (2 mar). A divulgação das cláusulas secretas do Tratado irá gerar problemas para os aliados.

O governo brasileiro declara sua neutralidade na guerra entre as Repúblicas do Pacífico e a Espanha (10 mar). No entanto, o bombardeio de Valparaíso, no Chile, pela esquadra espanhola, gera protesto formal do Brasil (15 maio).

Tropas aliadas, comandadas pelo **general Osório**, invadem o Paraguai (16 abr). Diversas lutas são travadas, como a batalha campal de Tuiuti (24 maio), mas o avanço das forças aliadas é temporariamente contido após a Batalha de Curupaiti, vencida pelos paraguaios (22 set). Para pôr fim às disputas no comando militar, Luís Alves de Lima e Silva, marquês e futuro **duque de Caxias**, é nomeado comandante-em-chefe das forças brasileiras (10 out).

Vitória militar contra os austríacos consolida o poder da Prússia na Europa (3 jul).

Antonio Coelho de Sá e Albuquerque assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (29 out), em substituição a Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

Decreto prevê alforria aos chamados "escravos da nação" que servissem ao Exército brasileiro (6 nov).

O Brasil decreta, em ato unilateral, a **abertura do Rio Amazonas à navegação internacional** por "navios mercantes de todas as nações", incluindo também o acesso aos rios Tocantins, Tapajós, Madeira, Negro e São Francisco (7 dez). A navegação de cabotagem também será aberta às embarcações estrangeiras.

- 1867** Firmado Protocolo, em Montevideu, para um empréstimo mensal a ser concedido pelo Brasil ao Uruguai, enquanto durasse a guerra com o Paraguai (15 jan). No mesmo ano, será criada pelo Brasil delegacia do Tesouro em Londres para conduzir negociações de empréstimos com a City, anteriormente a cargo da Legação brasileira naquela capital.

Devido as declarações do presidente peruano, coronel Mariano Prado, favoráveis ao Paraguai, o Brasil rompe relações diplomáticas com o Peru (16 fev), somente restabelecidas em 1869.

A Missão Felipe Lopes Neto conclui o **Tratado de La Paz de Ayacucho entre o Brasil e a Bolívia**, sobre Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação (27 mar). O Tratado aproxima os dois países (a Bolívia possuía então saída para o mar, que interessava ao Paraguai) e estabelece a linha Madeira-Javari como base para a futura demarcação da fronteira bilateral. Durante a Guerra do Paraguai, o Império enviará missões diplomáticas a diversos países andinos, com o objetivo de angariar apoio regional.

Os EUA compram o Alasca da Rússia, sob o czar Alexandre II (30 mar).

O governo dos EUA faz gestões por um cessar-fogo na Guerra do Paraguai, mas o Brasil descarta a proposta norte-americana (26 abr).

A coluna brasileira enviada como reforço ao Mato Grosso ataca o território paraguaio, mas é obrigada a recuar na chamada **Retirada da Laguna** (maio-jun). No principal teatro de operações, as forças da Tríplice Aliança não conseguem avançar pelo Rio Paraguai devido ao obstáculo representado pela fortaleza fluvial de Humaitá, núcleo do sistema defensivo paraguaio.

O imperador Maximiliano se rende a Benito Juárez e é fuzilado no México (19 jun).

Joaquim Nascentes de Azambuja é enviado em missão especial a Bogotá para obter da Colômbia, sem êxito, a aprovação do Tratado de Limites de 1853 (nov).

João Lustosa da Cunha Paranaguá assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (9 dez).

- 1868** Caxias recebe o comando do Exército aliado no lugar de Mitre, que parte para reassumir a Presidência na Argentina, onde a situação interna demandava cuidados (14 jan).

Seis navios brasileiros forçam a passagem por Humaitá (19 fev) e dias depois Assunção é evacuada (22 fev).

A Era Meiji, no Japão, substitui o shogunato Tokugawa e dá início a processo de abertura e modernização do país (6 abr).

Como o Prata se encontrava bloqueado, a negativa brasileira em permitir a passagem do navio de guerra norte-americano *Wasb*, que se dirigia a Assunção, gera atritos diplomáticos entre o Brasil e os EUA (jun).

Impasses na condução da guerra com o Paraguai, entre outros fatores, levam à queda dos liberais e à formação de **gabinete conservador** presidido por Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí (16 jul). José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde do Rio Branco, assume novamente a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Após longo cerco por terra e água, as forças aliadas finalmente concluem a **tomada da fortaleza de Humaitá**, que havia sido pouco antes evacuada em segredo pelos paraguaios (25 jul). D. Pedro II rejeita proposta de Caxias de negociar a paz sem a deposição de Solano López e ordena a continuação da guerra.

Cuba inicia dez anos de luta por sua independência da Espanha (10 out).

Na Argentina, Domingo Faustino Sarmiento toma posse como novo presidente (12 out) e adota atitude oposta à política pró-brasileira seguida por Mitre.

Ataques aliados a posições paraguaias nas batalhas de Itororó, Avaí e Lomas Valentinas, em campanha conhecida como **Dezembrada** (dez). O Exército paraguaio é destruído. Solano López escapa ao cerco e foge para o interior, onde continuará a resistência de guerrilha.

Doutrina Calvo: o jurista argentino, Carlos Calvo, formula doutrina segundo a qual as cortes locais são as únicas vias de recurso em casos de litígio envolvendo estrangeiros (investidores, por exemplo), que devem portanto abster-se de apelar à intervenção de seus governos.

1869 Comandadas pelo coronel Hermes da Fonseca, **tropas brasileiras ocupam Assunção**, que já se encontrava deserta (1º jan). A cidade é saqueada. Caxias considera finda a guerra (14 jan).

José Maria da Silva Paranhos parte em missão especial a Buenos Aires e Assunção, a fim de discutir a formação de um governo provisório paraguaio (1º fev). João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe, assumirá interinamente a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros até 30 ago 1870.

Nomeado por D. Pedro II, o príncipe francês Gastão de Orléans, **conde d'Eu**, marido da princesa Isabel, assume o comando da "campanha da cordilheira" no lugar do sexagenário Caxias, que decidira retornar ao Rio de Janeiro alegando motivos de saúde (16 abr).

Chega ao Brasil o conde de Gobineau, ministro da França no Rio de Janeiro, enviado por Napoleão III (abr).

É finalmente revogada a Lei Aberdeen, aprovada pelo Parlamento britânico em 1845 para reprimir o tráfico de escravos no Brasil (abr).

Questão Webb: o ministro dos EUA no Rio de Janeiro, general James Watson Webb, toma a iniciativa de suspender as relações com o Brasil por conta de pedidos de indenizações pelo naufrágio da galera *Canadá* (10 maio). O governo imperial declara sua inconformidade com os atos de um agente que emprega "de preferência a linguagem violenta, o insulto e a ameaça" (12 maio). Um mês depois, a atitude do general Webb será desautorizada pelo novo secretário de Estado norte-americano, Hamilton Fish.

Aprovada a Tarifa Itaboraí, com taxas protecionistas de 30% a 40% (22 maio).

Por ocasião da instalação do governo provisório do Paraguai, José Maria da Silva Paranhos acusa Solano López de haver abusado "horivelmente do seu poder despótico", submetendo a população paraguaia a "verdadeiro suicídio social" (15 ago). No dia seguinte, com forças improvisadas, velhos e crianças, os paraguaios sofrem derrota na Batalha de Campo Grande (ou Acosta Ñu) (16 ago).

Restabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Peru, rompidas em 1867 (2 set).

Inaugurado o Canal de Suez, ligando o Mediterrâneo ao Mar Vermelho (17 nov).

Pretendendo desautorizar Mitre e a Tríplice Aliança, o chanceler argentino Mariano Varela afirma que "a vitória não dá direitos" às nações aliadas para exigir compensações territoriais do Paraguai (21 dez).

1870 Solano López é morto em Cerro Corá (1º mar) e o governo imperial emite circular ao corpo diplomático no Rio de Janeiro participando formalmente o **término da Guerra do Paraguai** (4 abr). A derrota tem resultados desastrosos para o Paraguai, sob todos os aspectos. O Império brasileiro sai vencedor, mas a um custo bastante elevado. A Argentina, ao contrário, se fortalece política e economicamente.

O compositor Carlos Gomes apresenta com sucesso a ópera *O Guarani* no teatro Scala, em Milão (19 mar).

Concluído, em Assunção, **Protocolo preliminar de paz** entre Argentina, Brasil, Uruguai e o governo provisório do Paraguai, pelo qual se reafirma a livre navegação fluvial (20 jun). As questões territoriais permanecem suspensas, aguardando o tratado de paz definitivo entre os aliados e o futuro governo constitucional paraguaio.

Na **Guerra Franco-Prussiana**, os alemães invadem a França e sitiaram Paris (19 set).

José Antonio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (29 set).

O *Risorgimento*, impulsionado pelo Reino do Piemonte, culmina com a tomada de Roma e a unificação da Itália, sob o reinado de Victor Emanuel II (2 out).

Juramento da Constituição do Paraguai, a primeira na história do país (25 nov).

Lançado, no Rio de Janeiro, por um grupo de 60 liberais dissidentes, o **Manifesto Republicano** (3 dez). Na parte referente às relações exteriores, o Manifesto proclama: "Somos da América e queremos ser americanos". Em virtude da forma monárquica de governo, que seria "antinômica e hostil" aos demais Estados americanos, o Brasil poderia "considerar-se um país isolado, não só no seio da América, mas no seio do mundo". Após a Guerra do Paraguai, há maior disseminação das ideias republicanas em âmbito nacional, além de crescer gradativamente a presença do Exército na política.

Em 1870, o café representa cerca de 56% da pauta das exportações brasileiras, vindo a atingir 61% na década de 1880.

- 1871** A fundação do Império alemão, sob Guilherme I, conclui o processo de **unificação da Alemanha**, conduzido pelo chanceler Otto von Bismarck (18 jan). Pelo Tratado de Frankfurt, a França, derrotada, cede a Alsácia-Lorena à Alemanha (10 maio).

Manuel Francisco Corrêa assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros no novo gabinete presidido pelo visconde do Rio Branco (7 mar).

O Brasil concede asilo a alguns dos líderes da malograda Comuna de Paris (maio).

Viagem de D. Pedro II, de caráter particular, a sete países da Europa Ocidental, Ásia Menor, Palestina e Egito: a princesa Isabel assume a Regência na ausência do imperador (25 maio). D. Pedro II irá manter contatos sociais ou semi-oficiais com soberanos e personalidades do mundo artístico e científico. Devido à extensa duração da viagem, que durou até 30 mar 1872, surgem críticas no Brasil a "Sua Majestade Itinerante".

Os governos dos EUA e da Grã-Bretanha fazem convite a D. Pedro II, exprimindo a inteira confiança que depositavam "no espírito de justiça e imparcialidade que distingue Sua Majestade o Imperador do Brasil, amigo comum dos dois Estados", para que fosse indicado um árbitro brasileiro para integrar o tribunal arbitral no **caso do Alabama** entre aqueles dois países (21 ago). Será nomeado, para esse fim, Marcos Antônio de Araújo, visconde de Itajubá, ministro do Brasil em Paris. Concluída no ano seguinte, a arbitragem deu ganho de causa aos EUA nas reclamações contra ataques a navios mercantes norte-americanos durante a Guerra de Secessão.

Em resposta a pressões dos liberais por reformas, o gabinete conservador do visconde de Rio Branco faz promulgar a **Lei do Ventre Livre**, que liberta os filhos de escravas (28 set). As crianças negras declaradas livres ficariam até os oito anos de idade em poder de seus senhores, que então poderiam receber indenização do Estado ou usar os serviços do menor até os 21 anos. Os efeitos práticos da lei foram poucos.

Fracasso das tentativas entre Brasil e Argentina de celebrar um tratado geral de paz com o Paraguai aumenta as tensões no pós-guerra. As negociações do Brasil com o governo paraguaio, a cargo de João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe, passam a ser conduzidas em separado (nov-dez).

- 1872** Assinado, em Assunção, o **Tratado definitivo de paz e amizade perpétua entre o Brasil e o Paraguai**, conhecido como Tratado Cotegipe-Loizaga (9 jan). Na parte relativa a limites, o Brasil garante a posse do território reivindicado entre os rios Apa e Branco. A paz em separado contraria

os termos do Tratado da Tríplice Aliança e há forte reação contrária argentina, ilustrada pela chamada "Nota Ituzaingó" do chanceler Carlos Tejedor (27 mar).

O Brasil conclui, no Rio de Janeiro, Tratados de Extradicação com a Espanha (16 mar), Portugal (10 jun), Itália (12 nov) e Grã-Bretanha (13 nov).

O Congresso norte-americano aprova lei tarifária que elimina o pagamento de taxas para as importações de chá e café de qualquer procedência (6 jun). A medida favorecerá as **vendas de café do Brasil para os EUA**, que gradualmente irá superar a Grã-Bretanha como o primeiro destino das exportações brasileiras.

Missão Mitre: o ex-presidente argentino Bartolomé Mitre é enviado ao Rio de Janeiro para tratar das reivindicações territoriais da Argentina no Paraguai, em especial a questão do Chaco (jun). Após cinco meses de negociações, será concluído um acordo brasileiro-argentino sobre as pendências da paz, incluindo o pagamento de dívida de guerra por parte do Paraguai (19 nov). O Uruguai também adere aos termos do acordo (9 dez). A Argentina assinará Tratado de Paz com o Paraguai em 1876.

Realizado o primeiro censo demográfico nacional (1º ago). Em 1872, o Brasil tinha quase 10 milhões de habitantes, sendo 38% de pardos e mulatos, 38% de brancos, 20% de negros e 4% de indígenas. Os escravos eram 15% da população. O índice de analfabetismo chegava a 80%.

Constituída a primeira casa bancária francesa no Brasil: Banque Brésilienne-Française (28 ago). Além da tradicional presença britânica, os alemães também tinham negócios no Brasil por intermédio do Banco Alemão Brasileiro (Deutsche Brasilianische Bank).

Com a interrupção das relações diplomáticas entre o Chile e a Bolívia, o Brasil passa a representar os interesses bolivianos em Santiago (11 set).

1873 Navio brasileiro, com destino a Assunção, é detido em Buenos Aires (10 jan).

Carlos Carneiro de Campos, visconde de Caravelas, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (28 jan).

Tratado secreto de aliança entre o Peru e a Bolívia (6 fev) leva o Chile a propor uma aliança com o Brasil, que declina por não considerá-la necessária à sua política platina e sul-americana.

Convenção do **Partido Republicano Paulista** em Itu, interior de São Paulo (18 abr). Inicialmente formados por ex-liberais, os partidos republicanos nas províncias criticavam a centralização monárquica e defendiam o federalismo.

Forma-se a Liga dos Três Imperadores (*Dreikaiserbund*), aliança informal entre Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia (6 jun).

Fricções entre a Igreja e a maçonaria, na vigência do padroado, levam à Questão Religiosa envolvendo os Bispos de Olinda, D. Vital Maria de Oliveira, e de Belém, D. Antonio de Macedo Costa, ambos antimaçonícos, que serão presos pelo governo imperial. **Missão Penedo:** Francisco Inácio Carvalho Moreira, barão de Penedo, é enviado a Roma para tratar com a Santa Sé sobre a questão (out).

Assinado, em Assunção, Tratado de paz entre o Paraguai e o Uruguai (13 dez).

O britânico Henry Wickham consegue transportar sementes de borracha (*hevea brasiliensis*) da Amazônia para a Grã-Bretanha, de onde a planta será depois levada para produção na Malásia, Birmânia e Ceilão.

- 1874** Concluído, em Lima, Acordo de limites entre o Brasil e o Peru para a permuta de território na linha do Rio Içá (ou Putumayo) (11 fev).

Firmada, no Rio de Janeiro, Convenção Postal entre o Brasil e a França (30 mar).

Aprovada a **Tarifa Rio Branco**, reforma aduaneira proposta pelo visconde do Rio Branco que uniformiza os direitos adicionais em 40% e concede isenção geral para máquinas e insumos utilizados em atividades agrícolas (31 mar)

Lançado por Mauá o primeiro **cabo submarino transatlântico** entre o Brasil e a Europa (3 jun). D. Pedro II envia mensagens por telégrafo ao papa Pio IX, à rainha Vitória da Grã-Bretanha e a outras personalidades europeias.

- 1875** Inaugurada linha de vapores ligando Manaus e Liverpool, na Inglaterra (25 jan).

O **fechamento do Banco Mauá**, no Uruguai (23 fev), encerra os negócios de Irineu Evangelista de Sousa naquele país e inicia o processo de falência de suas empresas.

Argentina e Paraguai chegam a um entendimento, formalizado no Tratado Sosa-Tejedor, a respeito dos termos definitivos da paz, incluindo as questões territoriais (20 maio). O Tratado, porém, não será ratificado pelo governo paraguaio devido às pressões do Brasil, que ainda mantinha forças de ocupação em Assunção.

João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (25 jun).

Questão Religiosa: o governo imperial concede anistia aos Bispos de Olinda e do Pará (17 set).

A economia mundial é afetada pela primeira Grande Depressão, que perdura até 1895. Nas finanças internacionais, vigora o **padrão-ouro**, ancorado na libra esterlina como padrão de troca (emissão de moeda lastreada e conversibilidade com o ouro).

- 1876** Celebrado o Tratado de Paz entre o Paraguai e a Argentina (3 fev), que renuncia à posse do Chaco Boreal (também disputado pela Bolívia), mas detém Misiones e a área entre os rios Pilcomayo e Bermejo, atual província de Formosa. Uma área remanescente do Chaco será levada à arbitragem do presidente dos EUA. As últimas tropas "protetoras" brasileiras começam a deixar o Paraguai pouco depois (13 maio).

D. Pedro II parte em sua segunda viagem particular a países da Europa (quase toda a Europa Ocidental, Escandinávia, Rússia e Grécia) e ao Oriente Próximo (25 mar), incluindo desta vez uma passagem pelos EUA, onde participa da Exposição do Centenário da Independência, na Filadélfia.

Na ocasião, o imperador brasileiro conversa por telefone com o inventor Graham Bell. A **visita de D. Pedro II aos EUA**, a primeira de um monarca estrangeiro àquele país, marca a melhoria das relações do Império brasileiro com os EUA, já então o maior comprador de café do Brasil, absorvendo 75% da exportação brasileira.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, futuro barão do Rio Branco, é nomeado cônsul do Brasil em Liverpool, onde servirá até 1893 (27 maio).

O general Porfirio Díaz torna-se presidente do México, dando início ao longo período do Porfiriato (26 nov).

- 1877** Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, futuro visconde de Cavalcante, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (15 fev).

Com a fundação da colônia Nova Itália (22 abr), intensifica-se a corrente imigratória italiana para o Brasil, que ficará concentrada sobretudo em São Paulo.

O Brasil adere à União Telegráfica Internacional, criada em 1865, precursora da atual União Internacional das Telecomunicações (UIT), com sede em Genebra (16 jul).

O **Protocolo de Montevideu**, entre Argentina, Brasil e Uruguai, confere garantia coletiva à independência, soberania e integridade territorial do Paraguai (30 jul). Resolvidas as principais questões do pós-guerra na região, as relações com os países vizinhos irão entrar em fase de acomodação. Além do Rio da Prata, o Império continua a manter-se relativamente distante dos países andinos e ainda persistem desconfianças recíprocas com relação aos EUA.

D. Pedro II retorna de sua viagem ao exterior e reassume o trono (25 set).

Defensor da interiorização da capital do Brasil, Francisco Adolfo de Varnhagen empreende viagem exploratória ao interior de Goiás.

- 1878** Domingos de Souza Leão, barão de Vila Bela, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (7 fev).

O Brasil adere à União Postal Universal (UPU), criada em 1874, com sede em Berna (1º set).

Laudo arbitral do presidente dos EUA, Rutherford Hayes, concede ao Paraguai a área disputada com a Argentina entre o Rio Pilcomayo e o Arroyo Verde (12 nov). O resultado agrada a diplomacia brasileira, que se opunha à posse argentina da totalidade do Chaco.

Conferência de juriconsultos, em Lima, para a codificação do direito internacional privado (9 dez). O Brasil não participa por entender que o assunto já vinha sendo adequadamente tratado pelo Instituto de Direito Internacional, em Paris.

- 1879** Tem início a **Guerra do Pacífico**, envolvendo o Chile contra o Peru e a Bolívia, em torno das reservas de salitre (nitrato) no deserto do Atacama (14 fev). O Brasil declara que irá manter-se "na mais estrita neutralidade" (27 maio). A guerra durará até 1883.

Antonio Moreira de Barros assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (4 jun).

Concluída a Aliança Dual, pacto secreto de apoio mútuo entre a Alemanha e a Áustria-Hungria (7 out).

A Tarifa Assis Figueiredo reduz direitos de importações nas fronteiras do sul a fim de diminuir o contrabando (22 nov).

Missão brasileira à China, chefiada por Artur Silveira da Mota, barão de Jaceguai, tenta trazer imigrantes chineses ao Brasil como alternativa para o fornecimento externo de mão de obra agrícola. A missão enfrentará fortes resistências internas, sobretudo no Parlamento (Joaquim Nabuco, Afonso Pena, entre outros).

1880 Pedro Luiz Pereira de Souza assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (28 mar).

Nomeado por D. Pedro II, a convite do governo francês, Tomás Fortunato de Brito, barão de Arinos, ministro do Brasil em Bruxelas, como um dos árbitros nas reclamações pendentes entre a França e os EUA (25 ago). Apesar do aparente prestígio conferido por essas nomeações, o Império se mantém afastado politicamente da Europa, que é vista essencialmente como provedora de capitais, referência cultural e fonte de imigrantes "desejáveis" para substituir o trabalho escravo no Brasil.

Celebrado, em Tientsin, o **Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a China** (5 set), o primeiro na história do relacionamento bilateral. O texto do Tratado, porém, será modificado em 3 out 1881.

A fundação da Minas Gerais & Rio Railway Company dá início a uma série de investimentos britânicos no setor ferroviário brasileiro. No Nordeste, o investimento mais expressivo será na Great Western of Brazil Railway. Em 1880, os capitais britânicos investidos no Brasil representavam cerca de 45% do total aplicado na América Latina. Naquela época, a produção industrial dos EUA já se igualava à alcançada pela Grã-Bretanha.

1881 Reforma eleitoral é introduzida pela **Lei Saraiva**, que estabeleceu eleições diretas para o Legislativo, proibiu o voto aos analfabetos (restrição que perdurou até 1985), aumentou as exigências de renda para votar e tornou o voto facultativo (9 jan). A lei reduziu a participação eleitoral, que caiu de 1,1 milhão em 1872 para 117 mil em 1886. As fraudes eram comuns e o eleitorado representava pouco mais de 1,5% da população do país.

O Paraguai denuncia o Tratado Cotegipe-Loizaga de 1872 com o Brasil (5 mar).

A França institui um protetorado na Tunísia (12 maio). A colonização francesa no continente irá abarcar boa parte da África ocidental e central, do Senegal ao Chade.

Concluída a segunda Liga dos Três Imperadores entre Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia, similar à aliança de 1873 (18 jun). A diplomacia europeia gira em torno do **sistema bismarckiano**, concebido pelo chanceler alemão Otto von Bismarck.

Por tratado de limites, o Chile cede a Patagônia à Argentina (23 jul) em troca da sua neutralidade na Guerra do Pacífico, mas o litígio continuará até 1902.

Novo texto revisto do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a China, celebrado no ano anterior (3 out). Os dois países acordam trocar representantes diplomáticos, nomear agentes consulares, receber viajantes de parte a parte e incentivar o comércio.

Franklin Américo de Menezes Dória, futuro barão de Loreto, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (13 nov).

James Blaine, secretário de Estado norte-americano, propõe sediar em Washington uma Conferência dos países americanos e formula convites nesse sentido (nov). A iniciativa, porém, é abortada até ser novamente retomada em 1889.

Adotada a **Tarifa Saraiva**, promovendo alterações próximas aos níveis vigentes pela Tarifa Rio Branco de 1874 (31 dez).

- 1882** O Brasil aceita o convite dos EUA para tomar parte na projetada Conferência dos países americanos (8 fev). A Conferência, porém, teve de ser adiada e só veio a concretizar-se em 1889.

Lançado ao mar o cruzador *Almirante Barroso*, totalmente feito no Brasil (17 abr).

O Brasil celebra Tratado com a Bolívia concedendo àquele país o uso da estrada de ferro à margem dos rios Madeira e Mamoré (15 maio). No mesmo ano, é inaugurada, no Nordeste, a ferrovia Great Western of Brazil, de propriedade britânica.

Assinado, em Viena, o Tratado da Tríplice Aliança entre Alemanha, Áustria-Hungria e Itália, coligadas contra eventual ataque da França (20 maio).

Lourenço Cavalcante de Albuquerque assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (3 jul), em substituição a Felipe Franco de Sá.

A Grã-Bretanha esmaga revolta no Egito, que irá tornar-se um protetorado (13 set). O sentido norte-sul do colonialismo britânico na África dará azo ao projeto de Cecil Rhodes (nunca concretizado) de construir uma ferrovia "do Cairo à Cidade do Cabo".

Formada a New York Exchange, bolsa de negócios para o mercado internacional do café, por onde passa a ser negociada 60% da produção cafeeira do Brasil. Graças ao cultivo de café nas áreas de terra roxa do oeste paulista, o **Estado de São Paulo** se torna o maior produtor nacional (área dinâmica de expansão capitalista, mais investimentos e melhorias técnicas, trabalho imigrante, fazendas especializadas com maior ligação com os centros urbanos), suplantando a decadente região do Vale do Paraíba (baixa produtividade, métodos antiquados, trabalho escravo, fazendas autossuficientes voltadas para a vida rural). Ainda em 1882, a **borracha** passa a ocupar o 3º lugar entre os produtos de exportação do Brasil.

- 1883** São estabelecidas ligações telegráficas entre o Brasil e a Argentina (18 mar).

O Brasil é um dos países signatários da Convenção de Paris sobre Proteção da Propriedade Industrial, primeiro acordo internacional sobre temas de propriedade intelectual (20 mar).

Francisco de Carvalho Soares Brandão assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (24 maio).

Novo Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Paraguai substitui o Tratado de paz de 1872 (7 jun).

O **Tratado de Ancón** põe fim à Guerra do Pacífico (20 out). O Chile se torna nova potência regional e anexa Antofagasta-Tarapacá do Peru (incluindo Tacna e Arica) e o Atacama da Bolívia, que perde sua saída para o mar.

Joaquim Nabuco publica seu livro *O abolicionismo*, que terá grande repercussão.

Criado novo Consulado-Geral do Brasil na China, com sede em Xangai.

1884 O Brasil assina a Convenção internacional para a proteção dos cabos submarinos, concluída em Paris (14 mar).

O Ceará declara a abolição da escravidão naquela província (25 mar).

Nomeado por D. Pedro II, a convite das partes interessadas, Felipe Lopes Neto, ministro do Brasil em Washington, como árbitro nas reclamações de alguns países europeus contra o Chile (12 abr). Lopes Neto será substituído no ano seguinte por Lafaiete Rodrigues Pereira.

João da Matta Machado assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (6 jun), sendo depois substituído por Manuel Pinto de Souza Dantas (22 dez).

A primeira **Questão Militar** (Sena Madureira), causada pela proibição de manifestações públicas, aumenta a animosidade do Exército contra a monarquia.

1885 O Peru denuncia o Tratado assinado em 1851 com o Brasil (24 abr).

João Maurício Wanderley, **barão de Cotegipe**, assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (20 ago), em substituição a João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Promulgada a Lei Saraiva-Cotegipe, ou Lei dos Sexagenários, que liberta os poucos escravos idosos com mais de 60 anos (28 set). De pouco efeito prático, a lei buscava esfriar a intensa **campanha abolicionista**, com destaque para o papel de Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e André Rebouças, entre outros. Irão aumentar os casos de fugas de escravos e formação de quilombos em todo o país.

Firmado, em Buenos Aires, Tratado entre o Brasil e a Argentina, relativo ao território de Palmas, para o reconhecimento dos rios Peperi-Guaçu, Santo Antonio, Chapecó e Chopim, que delimitam a área em litígio (28 set).

A **Conferência de Berlim**, iniciada no ano anterior, trata da partilha da África entre as potências colonialistas europeias, segundo o **imperialismo** prevalecente na época. O Brasil reconhece a criação do Estado neutro do Congo, colocado sob a soberania do rei Leopoldo II da Bélgica (10 nov).

- 1886** Fundada, em São Paulo, a Sociedade Promotora de Imigração (2 jul). O maior estímulo governamental à vinda de imigrantes, sobretudo da Europa, reflete o fracasso dos sistemas anteriores de colonato (pequenas propriedades cedidas aos imigrantes) e parceria (regime de semi-servidão e maus-tratos). Aumenta o **fluxo migratório estrangeiro para o Brasil** e, até 1913, cerca de 2,7 milhões de trabalhadores chegarão ao país. O Brasil será o terceiro maior receptor de imigrantes no mundo, atrás dos EUA e da Argentina.

Proclamada, na área litigiosa do Amapá, a "República do Cunani", tendo como presidente o geógrafo e aventureiro francês Jules Gros (23 jul). O próprio governo da França, no ano seguinte, considerará nulo o ato.

Concluída a Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas, que estabelece o reconhecimento do direito de autor entre os Estados (9 set). O Brasil irá aderir à Convenção somente em 1975.

Fundada, no Rio de Janeiro, a Flour Mills and Granaries Ltd., que será o maior estabelecimento fabril britânico no Brasil, conhecida popularmente como Moinho Inglês (11 dez).

A segunda Questão Militar (Cunha Matos) opõe novamente o Trono ao Exército, que defendia a liberdade de expressão nas casernas e a honra militar.

- 1887** Aprovada a **Tarifa Belisário de Souza**, que promove uma revisão completa da classificação dos artigos e valores das mercadorias (22 abr).

Concluído secretamente o Tratado de Resseguro entre a Alemanha e a Rússia (18 jun). Diante do jogo das alianças na Europa, a Grã-Bretanha segue uma política denominada de "esplêndido isolamento".

Em sua terceira viagem ao exterior, **D. Pedro II parte para a Europa** por motivo de tratamento de saúde (30 jun). O monarca brasileiro retornará ao Rio de Janeiro em 21 ago 1888. As três viagens do imperador (1871-72, 1876-77 e 1887-88), realizadas sobretudo para ilustração, recreio ou tratamento médico, tinham pouca relação com uma estratégia de política externa pensada como um projeto diplomático de longo alcance.

Firmado, no Rio de Janeiro, Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a Bolívia, que, no entanto, não chegará a ser ratificado (18 jul).

Argentina, Brasil e Uruguai concluem, no Rio de Janeiro, uma Convenção Sanitária entre os três países (25 nov).

O presidente dos EUA, Grover Cleveland, que pretendia aumentar as vendas norte-americanas para o Brasil, superavitário no comércio bilateral, sugere uma união aduaneira (*Zollverein*) entre os dois países. A proposta não evolui. Como o café já entrava livre de taxas no mercado norte-americano, para o Império um acordo comercial com os EUA parecia ser economicamente desnecessário, além de politicamente arriscado se viesse a ser usado pela propaganda republicana.

- 1888** O Brasil contrai junto aos Rothschilds, em Londres, empréstimo de 6 milhões de libras para prestar apoio à produção cafeeira, prevenindo-se de dificuldades decorrentes da extinção da escravidão (abr).

A **Lei Áurea**, assinada pela princesa regente D. Isabel, decreta a **abolição da escravatura** no Brasil, sem indenização (13 maio). Cerca de 750 mil escravos são libertados, o equivalente a 10% da população negra do país. Os fazendeiros fluminenses, desprestigiados, foram os que mais perderam, uma vez que sua riqueza era medida pela posse de escravos. Grandes latifundiários, cafeicultores paulistas, lideranças civis e militares conspiram contra a monarquia, em crescente descrédito. Paralelamente, continua o fluxo de imigrantes brancos europeus direcionados às plantações de café de São Paulo. Em 1888, os italianos representaram 90% do total de imigrantes que entraram no país.

No impedimento de Antônio da Silva Prado, Rodrigo Augusto da Silva assume a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (27 jun).

O Brasil participa de Conferência de juristas em Montevideu, juntamente com cinco países sul-americanos, para tratar de assuntos de direito internacional privado (25 ago). Os tratados assinados ao final não serão aprovados pelo Brasil.

- 1889** A Tarifa João Alfredo adota tarifas móveis, ligadas à variação do câmbio (26 jan).

Formado o último gabinete do Império, liderado por Afonso Celso de Assis Figueiredo, **visconde de Ouro Preto**, com José Francisco Diana na pasta dos Negócios Estrangeiros (7 jun). Serão propostas reformas de caráter liberal para tentar aplainar o ímpeto republicano, dando mais autonomia às províncias e municípios, entre outras medidas. O Clube Militar, porém, influenciado pelas ideias positivistas de Benjamin Constant, prega a revolta contra o Império. O **positivismo** (Auguste Comte), como fórmula de modernização conservadora centrada na ação do Estado, terá grande apelo entre os militares, que atribuíam ao Exército o papel de garantir a ordem e promover o progresso.

Criada a União Inter-Parlamentar (UIP), com sede em Genebra (30 jun).

O Brasil participa da Exposição Universal de Paris, que comemora o centenário da Revolução Francesa e atrai 62 mil expositores e 32 milhões de visitantes (14 jul).

O Brasil e a Argentina firmam, em Buenos Aires, um Tratado de arbitramento para a pronta solução da questão de limites pendente na região de Palmas (7 set).

Após passeio de trem por seis semanas nos EUA, é aberta em Washington, presidida pelo secretário de Estado James Blaine, a **I Conferência Internacional Americana** (2 out). A Conferência, que prosseguirá seus trabalhos até abr 1890, discute medidas para fomentar o comércio entre os países americanos (normas alfandegárias, comunicações, harmonização de pesos e medidas, etc.), bem como a possibilidade de uma união aduaneira continental e de uma moeda de prata comum para as transações comerciais. O Brasil participa de início com uma delegação do Império, chefiada por Lafaiete Rodrigues Pereira, cujas instruções faziam reservas a certos pontos da reunião, como a adoção do arbitramento obrigatório (crítica à suposta pretensão dos EUA de ser "árbitro perpétuo" nas disputas do continente).

O Brasil realiza operação de crédito, em Londres, para a conversão de títulos da dívida externa, levantando para tanto empréstimo de 20 milhões de libras (11 out).

Baile da Ilha Fiscal, oferecido pelo imperador a oficiais do navio chileno *Almirante Cochrane* (9 nov).

Queda do Império e **proclamação da República** (15 nov). O povo assiste "bestializado" à passagem das tropas, pensando tratar-se de uma parada militar. O marechal **Deodoro da Fonseca** será o chefe do **Governo Provisório**, tendo o jornalista e político carioca Quintino Bocaiúva como primeiro ministro das Relações Exteriores da República. O Governo Provisório irá dissolver o Parlamento imperial, extinguir o Conselho de Estado e nomear interventores nas províncias. Também declara reconhecer e acatar todos os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública interna e externa, os contratos vigentes e demais obrigações legalmente estatuídas. D. Pedro II e sua família seguem exilados para a Europa (17 nov). Durante a **República da Espada** (1889-94), a disputa política principal será entre os militares positivistas, a favor de um Executivo forte e centralizador, e os segmentos liberais, que defendiam a legalidade constitucional e denunciavam o autoritarismo do governo.

Reconhecimento rápido do regime republicano pela Argentina (19 nov), Uruguai e EUA (20 nov), bem como por outros países americanos. O gesto político do reconhecimento será, em alguns casos, formalizado por decreto ou outro ato solene em data posterior, como o foi pela própria Argentina (3 dez) e pelos EUA (29 jan 1890).

Decretada a "**grande naturalização**" para todos os estrangeiros residentes no Brasil que não declarassem em seis meses o desejo de manter a nacionalidade de origem (14 dez). O ato irá gerar reclamações de diversos países.

1890 Decreto extingue o padroado e proclama a separação entre a Igreja e o Estado (7 jan). O Brasil deixa de ser um país oficialmente católico.

A Grã-Bretanha dá um ultimato a Portugal para que retire suas forças militares do território situado entre Angola e Moçambique (11 jan). Segundo o Mapa Cor-de-Rosa, Portugal esperava poder ligar suas duas colônias africanas, do Atlântico ao Índico.

A diplomacia brasileira busca assumir uma postura "republicana" de irmandade e confraternização com os países americanos e, com esse espírito idealista, o chanceler **Quintino Bocaiúva**, em missão ao Prata, assina o **Tratado de Montevidéu** (25 jan), pelo qual a Argentina e o Brasil concordam com a bipartição do território litigioso de Palmas. O Tratado, porém, enfrentará renhida oposição no Brasil e, em 1891, não será aprovado pelo Congresso brasileiro.

Reconhecimento da República brasileira pelo Marrocos (1º fev) e pela Pérsia (3 mar).

Na Alemanha, o kaiser Guilherme II força a renúncia de Bismarck (18 mar).

O republicano **Salvador de Mendonça**, cônsul em Nova York e novo chefe da delegação brasileira à I Conferência Internacional Americana, recebe instruções para seguir o "espírito americano", aceitar o arbitramento obrigatório e buscar o entendimento com os EUA. A Conferência tem poucos resultados no campo econômico, mas cria um Escritório Comercial, em Washington, e

estabelece o **Bureau Internacional das Repúblicas Americanas**, organização antecessora da OEA, com envolvimento ativo do Departamento de Estado (14 abr).

Depois de San Marino (22 fev), a França é o primeiro governo europeu a reconhecer a República (20 jun), embora tivesse pretendido subordinar seu reconhecimento à solução da questão de limites com o Brasil no Amapá.

Decreto sujeita a autorização especial do Congresso a entrada de imigrantes africanos ou asiáticos no Brasil (28 jun). Em 1890, o Rio de Janeiro era o único grande centro urbano no país, com 522 mil habitantes. Entre 1890 e 1900, a população de São Paulo passará de 64 mil para 239 mil habitantes.

Reconhecimento do regime republicano por Portugal (20 set), Suíça (26 set), Santa Sé (23 out), Itália (26 out), Alemanha (29 nov), Grã-Bretanha (3 dez), bem como por outros países da Europa. No caso britânico, o seu reconhecimento oficioso será formalizado pelo Foreign Office em 4 maio 1891.

Opondo-se ao livre-comércio defendido pelos democratas, os republicanos nos EUA fazem aprovar a Tarifa McKinley, protecionista, destinada a proteger a indústria norte-americana da competição estrangeira (1º out).

Reforma tarifária promovida por Rui Barbosa, ministro da Fazenda, de caráter protecionista, envolve cerca de 1.100 itens (11 out). A política econômica emissionista de Rui Barbosa levará ao aumento da inflação e da especulação financeira, fenômeno que passa a ser conhecido como **encilhamento**.

Promulgado o Código Criminal da República, que extingue a pena de morte em tempo de paz (11 out).

- 1891** Fracassado o ambicioso projeto de uma união aduaneira continental, os EUA buscam concluir acordos bilaterais com países latino-americanos. É assinado, em Washington, o **Tratado de Reciprocidade entre o Brasil e os EUA**, convênio aduaneiro que concede tarifas preferenciais a mercadorias norte-americanas e a produtos agrícolas brasileiros, como o açúcar, no entendimento de que o mesmo privilégio não seria estendido a terceiros (31 jan). O Tratado, conhecido por convênio Blaine-Mendonça, será muito criticado internamente por romper com a tradição do Império de não firmar acordos comerciais com as grandes potências e favorecer a entrada de produtos norte-americanos no país. Apesar da oposição, o Tratado será ratificado pelo Congresso brasileiro.

Constituição de 1891: promulgada a primeira Constituição republicana, inspirada no modelo norte-americano, criando um sistema de governo presidencialista para os Estados Unidos do Brasil (24 fev). A **estrutura federativa descentralizada** confere aos governos estaduais considerável poder de atuação: os Estados tinham sua própria Constituição, podiam eleger seus presidentes (governadores), possuir forças militares e policiais próprias, contrair empréstimos no exterior, cobrar impostos sobre as exportações e promover a imigração. À União continuaram reservados os impostos sobre as importações e a faculdade de intervir nos Estados, entre outras atribuições tradicionais de soberania, interna e externa. O artigo 88, por seu turno, proíbe pela primeira vez ao Brasil a "guerra de conquista".

Cumprindo os termos da nova Constituição, Deodoro da Fonseca é escolhido de forma indireta presidente da República, para um mandato de quatro anos, sem direito a reeleição (26 fev). Justo

Leite Chermont, ex-adido à Legação do Brasil em Washington, é nomeado ministro das Relações Exteriores.

Os EUA estendem ao açúcar antilhano (Cuba e Porto Rico) os mesmos direitos assumidos pelo Tratado de Reciprocidade com o Brasil (maio).

O Tratado de Montevideu de 1890 é rechaçado pela Câmara dos Deputados, por 142 votos contra 5, por ser considerado contrário aos interesses nacionais (10 ago).

A antiga Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros passa a denominar-se oficialmente Ministério das Relações Exteriores (30 out).

Agudiza-se a crise política. Deodoro da Fonseca dissolve o Congresso, mas é forçado a renunciar por falta de apoio (23 nov). Floriano Peixoto, vice-presidente, assume o poder, tendo como ministro das Relações Exteriores o deputado Fernando Lobo Leite Pereira (30 nov). **Governo Floriano Peixoto**. Chamado de "marechal de ferro", Floriano irá imprimir um estilo autoritário e, ao não convocar novas eleições presidenciais como determinava a Constituição (no caso de afastamento do presidente antes de se completar dois anos de mandato), gera forte oposição interna.

Falecimento de D. Pedro II, no exílio em Paris, aos 66 anos (5 dez). Seus restos mortais só serão trazidos para o Brasil em 1921.

- 1892** O deputado Inocêncio Serzedelo Corrêa assume o Ministério das Relações Exteriores (12 fev). Até o fim do governo Floriano Peixoto, como reflexo da instabilidade política interna, outros cinco chanceleres ocuparão a pasta: Antônio Francisco de Paula Sousa, Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, João Felipe Pereira, Carlos Augusto de Carvalho e Alexandre Cassiano do Nascimento. A excessiva troca de ministros dificulta a execução de uma política externa consistente.

Reconhecimento do regime republicano no Brasil pela Rússia (26 maio).

O astrônomo belga, Louis Cruls, chefia expedição ao Planalto Central encarregada de definir o melhor local para a construção da nova capital federal (jun).

Sancionada resolução legislativa que permite a livre entrada no território brasileiro de imigrantes de nacionalidade chinesa ou japonesa (5 out).

- 1893** Eclode a **Revolução Federalista**, no Rio Grande do Sul, liderada por Gaspar da Silveira Martins, contra o presidente gaúcho Júlio de Castilhos (5 fev). Os federalistas ("maragatos") também se opõem à permanência no poder de Floriano Peixoto, que, por sua vez, apoia os castilhistas ("pica-paus" ou "chimangos"). O estado de sítio e a repressão no país farão aumentar o sentimento generalizado de antiflorianismo e, nesta fase da República da Espada, a imagem da opinião pública no exterior sobre o Brasil tende a associar o país a mais uma "republiqueta sul-americana".

Escolhido para chefiar missão brasileira à China, que não chegou a ser concluída, José da Costa Azevedo, barão de Ladário, defende a imigração japonesa para o Brasil no lugar da chinesa, porque esta seria "um mal moral para o Brasil" (jul). No mesmo ano, é criada Legação de primeira classe do Brasil junto ao governo da China.

Tem início a **Revolta da Armada**, insurreição contra o governo Floriano de parte da esquadra brasileira, no Rio de Janeiro, liderada pelo almirante Custódio de Melo, a bordo do encouraçado *Aquidabã* (6 set). Navios de guerra estrangeiros fundeados na Baía de Guanabara ameaçam intervir, a pedido de Floriano, para evitar o bombardeio da capital, que por acordo com os comandantes estrangeiros passa a ser considerada Cidade Aberta, isto é, sem fortificações, não podendo atacar nem ser atacada (5 out).

A guerra no sul se alastra. Os revolucionários federalistas ocupam a Ilha do Desterro, atual Florianópolis, de onde avançam até Curitiba (30 nov). Durante a campanha, os "maragatos" recebem apoio logístico vindo da Argentina e do Uruguai, por meio do contrabando de armas e suprimentos na fronteira. As lutas continuarão até 1895.

Eduardo Prado, monarquista conservador, traz a público, em São Paulo, seu livro *A ilusão americana*, que é imediatamente apreendido pela polícia (4 dez).

Saldanha da Gama, de convicções monarquistas, assume a liderança da Revolta da Armada (7 dez) e denuncia a colocação de baterias de canhões pelo governo em pontos da cidade, em desrespeito ao acordo de 5 out.

1894 O governo Floriano, pela ação de Salvador de Mendonça em Washington, obtém o apoio dos EUA para montar uma esquadra legal, organizada por Charles Flint, que se somou à "esquadra de papelão" sob o comando de Jerônimo Gonçalves. A intervenção da frota do almirante norte-americano **Andrew Benham** (29 jan) enfraquece a posição dos revoltosos da Armada, que ainda tentam sem sucesso tomar Niterói no combate da Armação (9 fev). Sem condições de prosseguir na revolta, os insurgentes pedem asilo em duas corvetas portuguesas e seguem exilados para o Rio da Prata (11 mar). Floriano Peixoto reclama a entrega dos revoltosos, mas vários deles fogem em Montevideu, de onde se juntam aos federalistas no sul. Sentindo-se "bigodeado", **Floriano rompe relações diplomáticas com Portugal** (13 maio).

Fundada a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, que irá atuar no transporte de cargas do comércio exterior brasileiro (19 fev).

Adotada nos EUA a Tarifa Wilson-Gorman, que substitui a Tarifa McKinley de 1890 e reduz algumas taxas alfandegárias (27 ago). Ato contínuo, os EUA denunciam o Tratado de Reciprocidade de 1891 com o Brasil, por entender que o convênio pouco beneficiava o país (28 ago). O governo brasileiro também o denuncia em seguida (22 set).

O político paulista Prudente de Moraes é eleito novo presidente e assume tendo como ministro das Relações Exteriores o jurista Carlos Augusto de Carvalho (15 nov). **Governo Prudente de Moraes**. A volta do poder civil abre caminho para maior presença dos cafeicultores paulistas no processo político. Desde a crise provocada pelo encilhamento, a restauração das finanças será uma das prioridades do governo federal.

1895 Forças da Marinha britânica ocupam secretamente a Ilha da Trindade (jan).

Questão de Palmas (território das Missões): depois do rechaço brasileiro ao Tratado de Montevideu de 1890, o diferendo entre o Brasil e a Argentina é levado a arbitragem, em Washington. Os interesses argentinos serão defendidos por Estanislao Zeballos e, do lado brasileiro, por José

Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco, em substituição ao falecido barão Aguiar de Andrada. O laudo arbitral do presidente dos EUA, Grover Cleveland, dá ganho de causa ao Brasil (5 fev).

Em consequência dos bons ofícios interpostos pelo governo da Grã-Bretanha, Brasil e Portugal restabelecem relações diplomáticas (16 mar).

José Martí lidera rebelião contra o domínio colonial espanhol em Cuba (24 mar).

Após vitória na Guerra Sino-Japonesa, o Japão anexa Taiwan (17 abr).

Rechaçada pela população local tentativa de ocupação francesa do Amapá (15 maio). A valorização da borracha no mercado internacional aumenta as disputas com os franceses na região amazônica.

Em demonstração prática de sua condição de maior potência no continente americano, os EUA exigem que a Grã-Bretanha aceite a arbitragem no litígio de fronteira entre a Guiana Inglesa e a Venezuela (20 jul), o que de fato ocorrerá no ano seguinte. **Declaração Olney:** sobre a suposta prerrogativa norte-americana de mediar disputas fronteiriças, interpretando à sua maneira a Doutrina Monroe, o secretário de Estado Richard Olney afirma que os EUA são "praticamente soberanos neste continente e sua vontade é lei".

Ao tomar conhecimento da **ocupação britânica da Ilha da Trindade**, ocorrida em janeiro, o Brasil protesta contra aquele ato (22 jul). O secretário do Foreign Office, lorde Salisbury, alega que a ilha estava "abandonada" (*res nullius*) e que serviria para a amarração de um cabo telegráfico. O ministro brasileiro em Londres, João Artur de Sousa Correia, recebe instruções para reclamar a desocupação da ilha, sem condições.

Debelada a última resistência dos revolucionários federalistas, vencidos pelas forças de Júlio de Castilhos, é concluído acordo que coloca um fim à Revolução Federalista (23 ago).

Assinado, em Paris, o **Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Japão** (5 nov), com o propósito de estimular a vinda de imigrantes japoneses para o país, dentro da política de "braços para a lavoura". As respectivas missões diplomáticas em Tóquio e no Rio de Janeiro serão abertas dois anos depois.

1896 O governo brasileiro rejeita, por nota do chanceler Carlos de Carvalho (7 jan), a proposta de arbitramento feita pela Grã-Bretanha, a propósito da Ilha da Trindade, por entender que isso poderia lançar dúvida sobre o direito de soberania do Brasil. Após a mediação por parte de Portugal, o governo britânico reconhece formalmente a soberania brasileira sobre a Ilha da Trindade (3 ago). Uma vez desocupada a ilha, o governo brasileiro envia um cruzador para ali elevar um padrão provisório, que traz os dizeres: "O direito vence a força". Apesar de deixar a Trindade, a Grã-Bretanha continuará de posse de outras ilhas no Atlântico Sul: Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha, além das Malvinas, Geórgia e Sandwich do Sul.

Aprovada a **Tarifa Rodrigues Alves**, de cunho altamente protecionista, substituindo a Tarifa Rui Barbosa (20 abr). Ao mesmo tempo, piora a crise financeira com a queda nos preços internacionais do café, inflação, aumento do déficit orçamentário e perda do valor do mil-réis.

Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, general reformado e ex-deputado, assume o Ministério das Relações Exteriores (1º set).

Firmado Protocolo entre o Brasil e a Itália, referente a indenizações de reclamações apresentadas por nacionais italianos residentes no país (19 nov). Entre 1890 e 1899, cerca de 670 mil imigrantes italianos entrarão no Brasil.

Inaugurado o Teatro Amazonas, em Manaus, símbolo do *boom* do **ciclo da borracha** (31 dez). Entre 1898 e 1910, a borracha responderá por 26% do valor das exportações brasileiras (2º maior produto após o café). Nesse período, o Brasil será o único exportador no mundo de borracha natural, até começar a sofrer a concorrência do Sudeste asiático.

- 1897** O governo republicano dos EUA adota a Tarifa Dingley (31 mar) e propõe ao Brasil a assinatura de novo acordo de reciprocidade comercial. O Brasil, que era superavitário no comércio bilateral, irá recusar sob a alegação de que o país não poderia prescindir das receitas alfandegárias naquela conjuntura financeira. Os EUA eram então o maior comprador do Brasil, absorvendo 60% das exportações de café, além de borracha, cacau e outros produtos.

Tratado entre o Brasil e a França decide levar o litígio territorial no Amapá ao arbitramento do governo suíço, cuja sentença deveria ser aceita sem apelação (10 abr).

A Alemanha decide iniciar vigoroso programa de construção naval (6 jun) e passa a perseguir uma política de projeção mundial (*Weltpolitik*).

Guerra de Canudos: morte do beato messiânico Antonio Conselheiro e total destruição do arraial de Canudos, na Bahia, por tropas fortemente armadas do Exército republicano (1º out).

A Tarifa Bernardino de Campos promove revisão da tarifa do ano anterior, com vistas a aumentar a receita do governo (17 dez).

- 1898 Guerra Espanhola-Norte-Americana:** os EUA intervêm na revolta cubana pela independência e entram em guerra com a Espanha (21 abr). O Brasil se declara neutro, apesar de ceder três navios de guerra aos norte-americanos: o cruzador *Niterói*, que fazia parte da frota reunida por Charles Flint em 1894, e dois navios ainda em construção em estaleiros britânicos, vendidos aos EUA. Com a vitória na guerra, os EUA consolidam sua expansão no Pacífico e asseguram a posse do Havaí, Guam, Filipinas e Porto Rico, além do protetorado sobre Cuba.

O presidente eleito Manuel Ferraz de Campos Sales realiza viagem a países da Europa e, em Londres, mantém contatos com autoridades e representantes do mundo financeiro para a renegociação dos termos da dívida e a obtenção de um *funding loan*, por intermédio dos banqueiros Rothschilds, no valor de 10 milhões de libras (15 jun). Contraído sob a garantia da renda da alfândega do Rio de Janeiro e, se necessário, das receitas da Estrada de Ferro Central do Brasil e do serviço de abastecimento de água do Rio, o **empréstimo de consolidação** servirá para reorganizar as finanças do governo, ameaçado de insolvência.

A missão comercial de T. Worthington, enviada pela Grã-Bretanha a países da América do Sul, chega ao Brasil (31 ago).

Firmado, no Rio de Janeiro, Tratado de Limites entre o Brasil e a Argentina, que completa o estabelecimento da linha divisória na região de Palmas (6 out).

Governo Campos Sales, tendo como ministro das Relações Exteriores o diplomata Olinto de Magalhães (15 nov). Durante o mandato de Campos Sales, são reforçados os instrumentos de controle político do sistema oligárquico, colocando em prática um acordo entre o presidente da República e as oligarquias estaduais por meio da **política dos governadores**: a representação parlamentar de cada Estado correspondia ao grupo estadual dominante e, em troca, as elites regionais apoiavam o governo federal, controlando o voto nos currais eleitorais com a ajuda local dos coronéis.

- 1899** No Acre, colonos brasileiros reagem contra a instalação pela Bolívia de um posto alfandegário em Puerto Alonso, atual Porto Acre (2 jan). Forças lideradas pelo aventureiro espanhol Luiz Galvez Rodrigues de Arias, com apoio do governo do Amazonas, proclamam a independência do território acreano (14 jul). O movimento, porém, não tem êxito e seu líder é preso pelo governo boliviano. Até então, o Brasil reconhecia o território como boliviano, com base em interpretação do Tratado de Limites de 1867.

O Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, começa a funcionar efetivamente no Palácio da rua Larga, que pertencera a Francisco José da Rocha, filho do 1º barão do Itamaraty (mar). No século XX, a chancelaria brasileira passará a ser conhecida por **Itamaraty**, palavra de origem tupi que tem "pedra branca" entre suas traduções possíveis.

A canhoneira norte-americana *Wilmington*, ancorada em Manaus, parte sem licença em viagem para Iquitos, o que gera protestos do governo brasileiro (22 abr).

Assinado, pelo prazo de dez anos, Tratado de Arbitramento entre o Brasil e o Chile (18 maio), o qual, no entanto, não implica uma *entente cordiale* entre os dois países. Desde o Império, tradicionalmente o Brasil mantinha boas relações com o Chile ("amizade sem limites"). A partir da Guerra do Pacífico, a dinâmica sub-regional, antes dominada pelas questões platinas, passa a incluir cada vez mais o Chile, origem do **triângulo do ABC** na diplomacia sul-americana.

Tem lugar, nos Países Baixos, a Primeira Conferência de Paz da Haia, reunindo 26 Estados, convocada por iniciativa do czar da Rússia, Nicolau II. O Brasil não participou. Dos países da América Latina, apenas o México se faz representar na Conferência, que aprova convenções relativas à guerra terrestre e marítima e cria a **Corte Permanente de Arbitragem** (CPA), o primeiro mecanismo internacional para a resolução pacífica de controvérsias entre Estados (29 jul).

O **presidente argentino, Julio Roca, visita o Brasil**, na primeira visita oficial de um chefe de Estado estrangeiro ao país, e é recebido com grande pompa no Rio de Janeiro (8 ago). Enfrentando problemas com o Chile, a Argentina de Roca busca estabelecer uma política conciliadora em relação ao Brasil. Naquele ano, a Argentina passaria o Brasil como o principal mercado para produtos britânicos na América do Sul, posição que o Brasil desfrutava desde 1808. O PIB per capita brasileiro era então de cerca de US\$ 700, ao passo que o argentino correspondia a pouco mais de US\$ 2,700.

Aprovada por lei a **Tarifa Joaquim Murtinho**, ministro da Fazenda, que eleva direitos de importação com objetivos fiscais (22 nov). A Tarifa entrará em vigor em 1900 e orientará a política comercial do Brasil por mais de três décadas.

- 1900** Com o apoio de São Paulo à "política dos governadores" do governo federal (14 abr), consolida-se o predomínio das oligarquias regionais. Some-se a isso a **política do café-com-leite**, que envolvia o revezamento na presidência da República entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais. Será característica também da Primeira República a manipulação das eleições, com fraudes comuns, violências e baixa participação do eleitorado (o voto não era obrigatório nem secreto).

Sufocada a Revolta dos Boxers, na China, contra a dominação estrangeira (14 ago).

O **presidente Campos Sales visita a Argentina**, na primeira visita em caráter oficial de um chefe de Estado brasileiro ao exterior, em retribuição à visita de Julio Roca no ano anterior (24 out). Por meio da diplomacia gestual e protocolar, a troca de visitas evidencia o desejo mútuo por maior aproximação entre os dois países.

Questão do Amapá: levado ao arbitramento, em Berna, o litígio com a França sobre os limites da Guiana Francesa, o barão do Rio Branco obtém nova vitória para o Brasil com a decisão favorável do Conselho Federal suíço, sob a presidência de Walther Hauser (1º dez). O laudo arbitral define a fronteira no Rio Oiapoque, conforme expresso no artigo 8º do Tratado de Utrecht de 1713.

Começa a aumentar o fluxo de imigrantes sírio-libaneses para o Brasil devido à opressão do Império Otomano. Em 1900, quase 84% da população brasileira vivia no litoral (Sudeste e Nordeste).

- 1901** Arrendamento do Acre pela Bolívia ao **Bolivian Syndicate**, consórcio anglo-americano com sede em Nova York (11 jun). A chamada "concessão Aramayo", válida por 30 anos, oferece vantagens ao Bolivian Syndicate típicas das companhias privilegiadas (*chartered companies*) que existiam na África, incluindo poder de polícia no território. O Brasil e o Peru, que também reivindicava partes do território, protestam contra o arrendamento.

Theodore Roosevelt se torna presidente dos EUA (14 set). Os EUA irão forçar a aprovação da Emenda Platt à Constituição cubana, prevendo legalmente a possibilidade de intervenção norte-americana na ilha.

Aberta, na Cidade do México, a II Conferência Internacional Americana, durante a qual o representante do Brasil, José Higino Duarte Pereira, vem a falecer (22 out).

Assinado, em Londres, Tratado de arbitramento entre o Brasil e a Grã-Bretanha para a fixação dos limites entre os dois países na Guiana Inglesa (6 nov).

A firma alemã Theodor Wille & Co. alcança o primeiro lugar na lista de exportadores de café brasileiro, embarcando do Brasil mais de 500 mil sacas, posição que irá manter até a Primeira Guerra Mundial. A Alemanha era o maior mercado da Europa para o café e Hamburgo o grande centro distribuidor para outros países europeus.

- 1902** Pelo decreto Prinetti, a Itália proíbe a emigração subsidiada para o Brasil devido às difíceis condições enfrentadas pelos nacionais italianos no país (26 mar).

Pactos de Maio: Argentina e Chile firmam um Tratado de Equivalência Naval, Paz e Amizade, com o objetivo de limitar os armamentos navais e resolver suas disputas de limites na Patagônia (28 maio).

Vitória da Grã-Bretanha na Guerra dos Bôeres, na África do Sul (31 maio).

Revolução Acreana: aumenta a resistência dos seringueiros acreanos, liderados pelo gaúcho Plácido de Castro, contra o arrendamento da área pelo governo boliviano ao Bolivian Syndicate (ago). Cerca de 60 mil brasileiros já habitavam a região, atraídos pela crescente extração da borracha. No Senado e na imprensa, Rui Barbosa sustenta que a interpretação correta do Tratado de Limites de 1867 deveria ser uma linha paralela, e não a oblíqua que vinha sendo aceita pelo governo brasileiro.

Realizado na Bolsa de Nova York o I Congresso Internacional para Estudo da Produção e Consumo de Café (out). O Brasil é representado por Joaquim Francisco de Assis Brasil, que defende uma "combinação de esforços" dos países interessados em ampliar o consumo do café.

Toma posse o **Governo Rodrigues Alves** (15 nov). José Maria da Silva Paranhos Júnior, **barão do Rio Branco**, então ministro plenipotenciário em Berlim, assume o Ministério das Relações Exteriores (3 dez), cargo que ocupará até 1912. Em sua chegada, depois de haver ficado 26 anos fora do país, Rio Branco declara em discurso: "Não venho servir a um partido político; venho servir ao nosso Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado". Uma de suas primeiras medidas será a reforma do Itamaraty, por meio de diversas melhorias que darão origem à expressão popular "dinheiro haja, Sr. barão".

Intervenção naval da Alemanha, Grã-Bretanha e Itália contra a Venezuela para exigir o pagamento de dívidas (20 dez). **Doutrina Drago:** a intervenção europeia, caso típico de "diplomacia das canhoneiras", é criticada pelo chanceler argentino, Luiz Maria Drago, que condena e declara ilegal o uso da força armada a pretexto de cobrança pecuniária. O Brasil não endossa a tese argentina, compartilhando, neste caso, posição similar à dos EUA.

1903 Questão do Acre: Plácido de Castro toma a cidade de Puerto Alonso e é aclamado governador do Estado independente do Acre (24 jan). O barão do Rio Branco descarta a ideia de um arbitramento e busca uma solução política para o caso acreano. Com o Rio Amazonas fechado, o Bolivian Syndicate é afastado mediante indenização de 114 mil libras, negociada com o auxílio dos Rothschilds (28 fev). Nova interpretação é dada à oblíqua do Tratado de Limites de 1867 (a linha Leste-Oeste será o próprio paralelo 10° 20') e tropas brasileiras são deslocadas para a região conflagrada, em resposta ao envio de forças militares pelo presidente boliviano, José Manuel Pando. Um *modus vivendi* é assinado com a Bolívia para a cessação das hostilidades (21 mar) e inicia-se o entendimento diplomático.

O Panamá separa-se da Colômbia, com apoio dos EUA, que pressionavam para a construção de um canal transoceânico naquele istmo (6 nov). O Brasil realiza gestões junto à Argentina e ao Chile para o imediato reconhecimento do novo país.

As negociações entre o Brasil e a Bolívia terminam com a assinatura do **Tratado de Petrópolis** de permuta de territórios e outras compensações, pelo qual o Acre é incorporado ao Brasil, que se compromete a pagar uma indenização de 2 milhões de libras à Bolívia e construir a Ferrovia Madeira-Mamoré, a fim de facilitar o comércio boliviano pelo Rio Amazonas (17 nov). O traçado da

ferrovia de 320 km pela selva deveria ladear o curso do rio, cujas cachoeiras impediam a navegação. Também foi conferido acesso da Bolívia ao Rio Paraguai, mediante rearranjo dos limites na área do Triângulo Foianini, atual Puerto Busch. A produção acreana de látex pagaria a indenização pelo território. Ficava pendente negociar com o Peru os efeitos da nova configuração das fronteiras.

1904 Guerra civil uruguaia: o Partido Blanco, historicamente próximo da Argentina, inicia rebelião armada contra o governo dos colorados, em geral simpáticos ao Brasil (8 jan). O governo brasileiro se abstém de intervir no conflito interno uruguaio.

Formada, em Londres, a Entente Cordiale entre a Grã-Bretanha e a França (8 abr).

Preferências tarifárias aos EUA: aprovado decreto que reduz unilateralmente em 20% as tarifas de importação para a farinha de trigo e outros produtos que o Brasil adquiria dos EUA (16 abr). Outros produtos beneficiados pela redução tarifária, depois ampliada para 30%, seriam acrescentados em 1906 e 1910. A medida é justificada como compensação pela entrada livre de direitos do café brasileiro no mercado norte-americano. O Brasil importava mais de 50% de sua farinha da Argentina, que solicitou o mesmo tratamento preferencial. Rio Branco, porém, alegou que os EUA eram o maior comprador das exportações brasileiras, ao passo que a Argentina comprava muito pouco (mate, café e bananas), fato que não justificaria concessões aduaneiras ao vizinho do sul.

O Tratado de Limites entre o Brasil e o Equador define a linha Tabatinga-Apapóris como marco divisório, em área ainda disputada com o Peru (6 maio).

Questão do Pirara: encarregado da defesa brasileira no diferendo sobre a Guiana Inglesa entre o Brasil e a Grã-Bretanha, Joaquim Nabuco, ministro em Londres, prepara memória intitulada *O direito do Brasil*. Contudo, a sentença arbitral do rei da Itália, Victor Emanuel III, em Roma, alega não ser possível decidir qual o direito preponderante e divide o território contestado, cabendo ao Brasil área menor do que a reclamada pelo advogado brasileiro (6 jun). O laudo havia-se baseado na jurisprudência do Congresso de Berlim, em particular o princípio da ocupação efetiva. O Brasil perde a saída para o Atlântico pelo Rio Essequibo e a Grã-Bretanha ganha acesso às águas do Amazonas pelo Rio Branco.

Aprovado decreto sobre o programa de reaparelhamento naval da Marinha brasileira (14 jul).

Guerra civil paraguaia: eclode movimento armado da oposição liberal, com apoio argentino, para derrubar o presidente Juan Ecurra, do Partido Colorado (9 ago). Atento a não criar uma frente de conflito com a Argentina, o Brasil não mobiliza recursos para ajudar os colorados paraguaios, que serão derrotados. Para Rio Branco, as constantes revoluções na América do Sul poderiam abrir espaço para o "direito de desapropriação, pelos mais fortes, dos povos incompetentes". Assim, para favorecer a estabilidade política, a política brasileira para a região irá se pautar pelo apoio aos governos constitucionais e pela não intervenção nos assuntos internos dos países vizinhos.

Inaugurada pelo prefeito Pereira Passos, no Rio de Janeiro, a nova Avenida Central, atual Rio Branco (7 set). A urbanização e a reforma sanitária na capital federal implicavam o fechamento de cortiços no centro da cidade e a expulsão de pessoas para a periferia.

Começa a **Revolta da Vacina**, estopim de insatisfações sociais arraigadas entre os "excluídos da modernidade" (11 nov).

O presidente Roosevelt declara que os EUA detêm um "poder de polícia internacional" para intervir na continente americano (6 dez), em pronunciamento que inaugura o **Corolário Roosevelt** à Doutrina Monroe, ou seja, a política do "grande porrete" (*big stick*).

- 1905** Seguindo a política de aproximação preconizada por Rio Branco, interpretada posteriormente como uma "aliança não escrita" (Bradford Burns) com os EUA, é **elevada a Embaixada a representação do Brasil em Washington**, a primeira entre as missões diplomáticas brasileiras, sendo designado Joaquim Nabuco como embaixador (13 jan). Os EUA farão o mesmo no Rio de Janeiro, criando a primeira Embaixada norte-americana na América do Sul, chefiada por David Thompson. Em artigo no *Jornal do Comércio*, sob o pseudônimo de J. Penn, Rio Branco dirá que a amizade com os EUA é uma "barreira invencível" às intigras e manobras de países vizinhos contra o Brasil. O apoio brasileiro à Doutrina Monroe também poderia servir para dissuadir eventuais investidas imperialistas na América do Sul por parte de potências europeias.

O Brasil adere, em Roma, ao ato constitutivo do Instituto Internacional de Agricultura, instituição antecessora da FAO (7 jun).

Tem início a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ligando Bauru, no Estado de São Paulo, a Corumbá, na fronteira com a Bolívia (16 jul). A maioria das ferrovias no Brasil servia para escoar as safras de café no Sudeste, ligando as áreas produtoras aos portos de exportação, modernizados com capital estrangeiro.

Em discurso na abertura do III Congresso Científico Latino-Americano, no Rio de Janeiro, Rio Branco rebate acusações de que a política do Brasil no continente estivesse guiada por "espírito agressivo" ou ambições expansionistas (6 ago).

O Japão derrota a esquadra russa e vence a Guerra Russo-Japonesa (5 set).

Assinado, no Rio de Janeiro, Tratado de Arbitramento entre o Brasil e a Argentina, válido para um período de dez anos (7 set).

O Brasil adere à Convenção Sanitária Internacional de Washington (14 out).

Celebrado, em Buenos Aires, Convênio policial entre Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, destinado à troca de informações sobre indivíduos anarquistas (20 out).

Incidente da *Panther* entre o Brasil e a Alemanha em decorrência da violação da soberania brasileira por oficiais daquele navio que investigavam o paradeiro de um desertor alemão em Itajaí, Santa Catarina (27 nov). O governo alemão acatará os protestos brasileiros. No mesmo ano, oficiais do Exército brasileiro estavam sendo enviados à Alemanha para instrução e treinamento. A Alemanha já ocupava então o 2º lugar no comércio exterior do Brasil, tanto como comprador de café e outras matérias-primas, não muito abaixo dos EUA, quanto como fornecedor de manufaturas, suplantada neste caso apenas pela Grã-Bretanha.

Firmados, em Caracas, Protocolos relativos à demarcação das fronteiras entre o Brasil e a Venezuela, tal como estipuladas pelo Tratado de 1859 (9 dez).

A partir de gestões brasileiras junto à Santa Sé, o Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Joaquim Arcoverde, é nomeado o primeiro Cardeal da América Latina (11 dez).

- 1906** Política de **valorização do café**: diante da instabilidade dos preços e dos excedentes de produção, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais celebram o **Convênio de Taubaté** para sustentar o preço do produto no mercado internacional (26 fev). A compra dos estoques pelo governo seria financiada por meio de empréstimos estrangeiros, aplicando-se uma sobretaxa por saca exportada para pagamento desses empréstimos. Outros Estados e setores da economia não ligados ao café se queixam do Convênio (Bahia e Pernambuco exigem tratamento igual para o cacau e o açúcar).

Assinado, no Rio de Janeiro, Tratado relativo aos limites entre o Brasil e a Guiana Holandesa (atual Suriname), estabelecidos na Serra do Tumucumaque (5 maio).

Aprovado o Regulamento Rio Branco para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores (24 maio), que amplia as funções do gabinete do ministro e estabelece cinco seções, subordinadas à Diretoria-Geral: Protocolo; Negócios Políticos e Diplomáticos; Negócios Consulares; Contabilidade; e Arquivo.

O Brasil adere à Convenção Postal Universal, assinada em Roma (26 maio).

Inaugurada a **III Conferência Internacional Americana, no Rio de Janeiro**, com a presença do secretário de Estado norte-americano, Elihu Root, que fazia a primeira visita oficial ao exterior de um titular daquela pasta (23 jul). O local da Conferência recebe o nome de Palácio Monroe, em homenagem ao ex-presidente dos EUA. Em seu discurso inaugural, porém, enaltecendo a contribuição europeia à formação americana, Rio Branco aconselha estreitar as relações com "esse inexaurível viveiro de homens e fonte prodigiosa de energias fecundas que é a Europa". Entre os críticos do monroísmo estava o diplomata e historiador **Oliveira Lima**, que temia a "enfeudação do Brasil ao sistema norte-americano".

Durante a III Conferência Internacional Americana, o Brasil estabelece relações diplomáticas com Cuba (jul). No mesmo ano, é aberta Legação brasileira em Havana.

Santos Dumont realiza, em Paris, o primeiro vôo com o *14 bis*, tecnicamente um "aparelho mais pesado que o ar, impulsionado por seus próprios meios" (23 out).

O Brasil adere à Convenção Radiotelegráfica, assinada em Berlim (3 nov).

Governo Afonso Pena (15 nov). O barão do Rio Branco é reconfirmado no cargo. Pouco depois da posse do ministro da Marinha, almirante Alexandrino Faria de Alencar, é aprovado novo decreto que substitui o programa naval de 1904 e autoriza a aquisição de novos navios de guerra, incluindo três encouraçados entre os mais modernos do mundo (22 nov).

- 1907** Sancionada a lei de expulsão de estrangeiros, de autoria de Adolfo Gordo, motivada contra a ação de imigrantes anarco-sindicalistas em greves operárias (7 jan).

Morre, no Rio de Janeiro (15 jan), aos 89 anos, Joaquim Tomaz do Amaral, **visconde de Cabo Frio**, que ocupava o cargo de diretor-geral da Secretaria de Estado das Relações Exteriores desde 1865.

Doutrina Tobar: o chanceler equatoriano Carlos R. Tobar sustenta que os países americanos não deveriam reconhecer novos governos instituídos por revoltas violentas ou rupturas institucionais (15 mar).

Celebrado, em Bogotá, Tratado de Limites entre o Brasil e a Colômbia, usando como base de demarcação, entre outras, a linha Tabatinga-Apapóris (24 abr).

Enquanto a Alemanha persegue uma política de projeção mundial (*Weltpolitik*), a Grã-Bretanha, a França e Rússia formam a Tríplice Entente (31 ago). A Europa vive o período da "paz armada", agravado pelo sistema de alianças (equilíbrio de poder), os nacionalismos e as rivalidades coloniais inter-imperialistas.

Realiza-se a **Segunda Conferência de Paz da Haia**, com 44 Estados participantes. Destes, 18 eram latino-americanos, incluindo o Brasil, que enviou uma delegação chefiada por **Rui Barbosa**. Entre os temas em pauta estava a reformulação da Corte Permanente de Arbitragem (CPA), criada em 1899. Contra a proposta das grandes potências de aprovar uma representação seletiva no projetado "Tribunal de Justiça Arbitral", e em posição contrária à da delegação norte-americana, Rui defende o princípio universal da **igualdade jurídica entre os Estados**. Sustenta, em moldes liberais, o primado do direito sobre a força e a redução do arbítrio das potências mais poderosas. O projeto original de Tribunal é abandonado, mas a Conferência aprova ao final 13 convenções, que disciplinam práticas, leis e costumes na guerra terrestre e marítima, incluindo uma Convenção revista da CPA (18 out). Em seu retorno ao Brasil, Rui Barbosa recebe a alcunha de "águia da Haia".

1908 Remodelação do Exército pelo ministro da Guerra, o marechal gaúcho Hermes da Fonseca, que introduz o serviço militar obrigatório (4 jan).

O programa de 1906 para o rearmamento da Marinha brasileira, que prevê a aquisição de três **novos encouraçados**, recebe duras críticas da Argentina, que defende o princípio da "equivalência naval" entre os países sul-americanos. Em reunião ministerial secreta, o chanceler argentino, Estanislao Zeballos, sugere um plano para forçar o Brasil a reduzir seu programa naval, contemplando inclusive a ocupação do Rio de Janeiro (10 jun). Detalhes do plano aparecem na imprensa portenha e Zeballos é obrigado a renunciar (21 jun).

Os primeiros 781 imigrantes japoneses chegam ao Brasil, no porto de Santos, a bordo do cargueiro *Kasato Maru*, procedente de Kobe (18 jun).

A rebelião dos "jovens turcos" reivindica um Estado democrático no Império Otomano (6 jul).

Assinado, no Rio de Janeiro, Tratado de Comércio e Navegação Fluvial entre o Brasil e a Colômbia (21 ago).

Caso do telegrama nº 9: o ex-chanceler Zeballos denuncia o "perigo brasileiro" e faz publicar no jornal *La Prensa* versão apócrifa de telegrama sigiloso de Rio Branco à Legação em Santiago, com conteúdo supostamente hostil à Argentina (20 out). Em resposta, Rio Branco publica a versão autêntica do telegrama, acompanhada do texto cifrado com o código utilizado nas comunicações diplomáticas do Itamaraty.

1909 Firmado, em Washington, Convenção de Arbitramento entre o Brasil e os EUA (23 jan). São excluídas de eventual arbitragem as questões bilaterais de caráter jurídico que afetem os interesses vitais dos dois países ou ponham em causa interesses de terceiros. Em 1909, serão assinados pelo governo brasileiro tratados e convenções bilaterais de **arbitramento** com outros 18 países e, nos dois anos seguintes, o Brasil assinará ainda mais dez tratados de arbitramento.

Rio Branco apresenta uma minuta de Tratado de Cordial Inteligência Política e Arbitramento, **projeto do Pacto do ABC**, a ser assinado por Argentina, Brasil e Chile (21 fev). Prevê-se coordenação entre os três nos casos de "perturbação da ordem pública, insurreição política ou levante militar" em países vizinhos. O projeto de Tratado implicava uma aliança política entre os países do ABC para exercer na região uma "influência compartilhada" (Clodoaldo Bueno), na tentativa de desanuviar as tensões e manter a estabilidade na América do Sul. As negociações, no entanto, não avançam devido à persistência da rivalidade regional.

Formada a Brazilian Warrant Company, *holding* de capital britânico, voltada para os negócios do café no Brasil: plantações, armazéns, câmara de compensação, transporte e exportação (11 jun).

O vice-presidente Nilo Peçanha assume o poder após a morte de Afonso Pena (14 jun). **Governo Nilo Peçanha**. Rio Branco segue no comando do Itamaraty. Rui Barbosa, candidato da oposição à Presidência, liderará a campanha civilista.

Firmado, no Rio de Janeiro, o **Tratado de Limites e Navegação entre o Brasil e o Peru**, que completa a determinação das fronteiras bilaterais (8 set). O Brasil cede partes do Acre, mas garante a posse de 403.000 km² de território amazônico.

Firmado, no Rio de Janeiro, por iniciativa brasileira, Tratado que formaliza a concessão unilateral pelo Brasil do **condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão ao Uruguai** (30 out). O gesto tem boa acolhida naquele país, uma vez que a reivindicação uruguaia, que remonta a 1851, só se referia ao direito de navegação. Ao se dividir a Lagoa Mirim e o Jaguarão, também se estabelecia precedente que fortalecia o pleito uruguaio em sua disputa de limites com a Argentina no Rio da Prata (os argentinos defendiam à época a posse integral do estuário, reduzindo o Uruguai a uma "costa seca"). A bancada gaúcha no Congresso, por sua vez, foi contra a cessão do condomínio.

Os EUA fazem exigências de pagamento de reclamações devidas pelo governo do Chile à firma norte-americana Alsop & Co. (nov). O Brasil oferece seus bons ofícios para evitar o rompimento de relações entre os dois países.

1910 Campanha civilista do baiano Rui Barbosa contra o militar Hermes da Fonseca, que ao final vence as eleições presidenciais (1º mar).

Quando da intervenção norte-americana na Nicarágua, o Brasil não se envolve em função da "grande importância" atribuída pelos EUA à questão (jun).

Criado, por proposta do marechal Cândido Rondon, o Serviço de Proteção ao Índio (20 jul).

O presidente eleito da Argentina, Roque Sáenz Peña, de regresso da Europa, realiza visita ao Brasil a convite de Rio Branco (19-24 ago). A visita marca um momento de apaziguamento das tensões bilaterais, verificadas nos anos anteriores, dentro do espírito da conhecida frase de Sáenz Peña: "tudo

nos une, nada nos separa". Não obstante, a **corrida por armamentos navais** continua. No mesmo ano, a Argentina encomenda dos EUA dois novos encouraçados (*Moreno* e *Rivadavia*), entregues em 1915. O Chile irá firmar contrato, em 1911, para a compra de dois encouraçados da Grã-Bretanha, reduzidos a um devido à guerra na Europa e entregue somente em 1920: o *Almirante Latorre*.

O Japão formaliza mediante tratado a anexação da Coreia (29 ago).

Na IV Conferência Internacional Americana, em Buenos Aires, o Bureau criado em 1890 transforma-se em União Pan-Americana (UPA) (30 ago). O Brasil chegou a sugerir moção de "reconhecimento" e "aplausos" à Doutrina Monroe, não aprovada pela Conferência devido à oposição de alguns países latino-americanos.

O presidente eleito, marechal Hermes da Fonseca, conclui em Lisboa visita à Europa e, no dia seguinte, cai o rei Manuel II e é proclamada a República em Portugal (5 out).

Início do **Governo Hermes da Fonseca** (15 nov). O barão do Rio Branco continua à frente do Ministério das Relações Exteriores.

Revolta da Chibata: protestando contra maus-tratos, marinheiros liderados por João Cândido (o "almirante negro") controlam navios na Baía da Guanabara, incluindo os encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, de fabricação britânica, recém-entregues ao Brasil (22-25 nov).

- 1911** O presidente argentino, Sáenz Peña, envia o diplomata Ramón J. Cárcano para conversar com Rio Branco e propor que o Brasil desistisse de encomendar um terceiro encouraçado para sua Marinha (16 mar). A proposta de um "acordo de cavalheiros" não provoca reação de imediato. Somente em 1913, alegando-se dificuldades orçamentárias, o encouraçado *Rio de Janeiro*, ainda em construção pelo estaleiro britânico Armstrong, será vendido ao Império Otomano.

Criada Legação do Brasil junto ao Império Otomano, em Constantinopla (30 abr).

A **Revolução Mexicana**, a primeira revolta popular no século XX, derruba o governo de Porfirio Díaz, que é substituído por Francisco Madero (25 maio).

A Itália inicia campanha militar para conquistar a Líbia, dominada pelos otomanos (29 set).

Com a "política das salvaçãoes", o governo federal começa a realizar intervenções nos Estados para desalojar oligarquias rivais (5 nov). No mesmo ano, é concluída a modernização do porto do Rio de Janeiro, realizada pela firma britânica C.H. Walker & Co.

Lei aprovada no Brasil prevê a deportação de estrangeiros por motivos políticos (28 nov).

Fim da dinastia Manchu na China: instaurada a República de Sun Yat-sen (29 dez).

Epitácio Pessoa redige um projeto de Código de Direito Internacional Público.

- 1912** O barão do Rio Branco, aos 67 anos, morre no exercício do cargo (10 fev). Perto do fim da vida, Rio Branco havia enumerado os pontos culminantes que ele associava à sua carreira: Palmas, Amapá,

Acre, Peru e Lagoa Mirim. Lauro Severiano Müller, político catarinense, torna-se ministro das Relações Exteriores.

Em resposta a telegrama de **Lauro Müller**, que desejava conhecer a opinião do governo norte-americano sobre um levante no Paraguai para "marchar de acordo", **Domício da Gama**, embaixador em Washington, sustenta que o Brasil não deveria subordinar sua política à anuência dos EUA (3 mar).

Questão do antitruste do café: em virtude da política antitruste do governo dos EUA e das críticas de congressistas (George Norris, de Nebraska), o Departamento de Justiça daquele país abre processo judicial contra a valorização do café brasileiro (18 maio). O Itamaraty e a Embaixada em Washington procuram encontrar solução amigável para o caso. Os importadores e torradores norte-americanos compravam o grão para processamento e distribuição no varejo, entre eles Henry Sielcken, com larga experiência de negócios com o Brasil. O comércio era dominado por Nova York, que negociava 50% da produção mundial e 60% da produção de café do Brasil.

Inaugurada a **Ferrovia Madeira-Mamoré**, conforme previsto no Tratado de Petrópolis de 1903, obra levada a cabo pelo empresário norte-americano Percival Farquhar (1º set). Naquele ano, o ciclo da borracha já se encontrava em decadência na Amazônia, suplantado pela produção britânica no Sudeste asiático.

A disputa pela posse dos territórios remanescentes do Império Otomano leva à Primeira Guerra dos Balcãs entre eslavos e turcos otomanos (8 out).

Início da **Guerra do Contestado**, opondo posseiros e sem-terras a proprietários e companhias colonizadoras em região disputada entre o Paraná e Santa Catarina (22 out). Os confrontos continuam até 1916.

1913 No México, Madero é assassinado e o general Victoriano Huerta assume o poder, mas seu governo não será reconhecido pelos EUA (fev). Prosseguem os movimentos revolucionários, liderados por Pancho Villa, Venustiano Carranza e Alvaro Obregón, no norte, e por Emiliano Zapata no sul.

Por carta de Hermes da Fonseca ao presidente chinês, Yuan Shikai, o Brasil reconhece formalmente a República instaurada na China em 1911 (8 abr).

O embaixador dos EUA no Rio de Janeiro, Edwin Morgan, comunica ao Itamaraty a retirada do processo antitruste movido contra o café brasileiro, que dominava a oferta mundial do produto (18 abr). O tema voltará à agenda bilateral em 1925, com a campanha impulsionada por Herbert Hoover contra a valorização do café.

O Pacto de Ouro Fino recompõe a política do café-com-leite, fixando a alternância no poder entre mineiros e paulistas, em detrimento do Rio Grande do Sul (21 abr).

O chanceler **Lauro Müller visita os EUA** para a primeira visita oficial de um ministro das Relações Exteriores brasileiro àquele país, em retribuição à viagem ao Brasil de Elihu Root em 1906 (10 jun). A visita dura mais de um mês e inclui longa viagem pelo interior norte-americano, de Nova York a São Francisco. Em carta a Domício da Gama, o historiador Capistrano de Abreu critica opiniões

que, desde 1889, desejariam "colocar o Brasil relativamente aos EUA na relação de Portugal com a Inglaterra" (11 nov).

Segunda Guerra dos Balcãs, desta vez entre a Bulgária e seus vizinhos (29 jun-10 ago). A Sérvia, aliada da Rússia, sai fortalecida do conflito.

1914 Elevada à categoria de Embaixada a Legação do Brasil em Lisboa (11 mar).

Sedição de Juazeiro: confronto entre o governo federal e as oligarquias estaduais no Ceará, com a participação do padre Cícero Romão Batista, em reação à política salvacionista (14 mar).

Com a intervenção armada norte-americana no porto de Veracruz, o México e os EUA rompem relações diplomáticas (21 abr). A Legação brasileira na capital mexicana, chefiada por José Manoel Cardoso de Oliveira, passa a representar os interesses norte-americanos no México. Em seguida, Argentina, Brasil e Chile se oferecem como mediadores no conflito entre os dois países (25 abr) e é convocada, para tanto, a **Conferência de Niagara Falls**, no Canadá, na qual Domício da Gama, embaixador em Washington, representa o Brasil (20 maio). Huerta, enfraquecido e desprestigiado, renuncia (15 jul) e, pouco depois, Venustiano Carranza assume *de facto* o governo mexicano (21 ago).

A partir de proposta norte-americana, é assinado, em Washington, **Tratado Pacifista entre o Brasil e os EUA** para o "arranjo amigável de qualquer dificuldade que, no futuro, possa suscitar-se entre ambos" (24 jul). No mesmo dia, os EUA concluem tratados semelhantes com a Argentina e o Chile.

Em ambiente dominado pelo choque entre os blocos (Tríplice Aliança contra Tríplice Entente) e a corrida armamentista na Europa, o assassinato do arquiduque Ferdinando da Áustria, em Sarajevo (28 jun), serve de pretexto para a eclosão da **Primeira Guerra Mundial** (então chamada Grande Guerra) (3 ago). O Brasil declara oficialmente sua neutralidade no conflito (4 ago).

O Congresso brasileiro aprova moção de protesto contra a violação da neutralidade da Bélgica, atacada pelos alemães (8 ago).

Concluído o **Canal do Panamá**, ligando o Oceano Atlântico ao Pacífico (15 ago).

As tropas alemãs tomam a Bélgica, mas serão detidas no Marne (12 set).

Após longas negociações, o governo brasileiro obtém, em Londres, empréstimo de consolidação (*funding loan*) de 15 milhões de libras para evitar a moratória de pagamentos por empréstimos anteriores (out).

Governo Venceslau Brás (15 nov). Lauro Müller continua à frente do Itamaraty. Nas relações exteriores, o mandato presidencial de Venceslau Brás será marcado pelo envolvimento brasileiro na Grande Guerra na Europa.

Diante da guerra na Europa, o presidente dos EUA, Woodrow Wilson, propõe a assinatura de um **"Tratado Pan-Americano"** de solidariedade e defesa da integridade territorial dos países do continente, incluindo aí uma definição multilateral da Doutrina Monroe (dez). A ideia, contudo, não desperta o mesmo entusiasmo entre os latino-americanos.

- 1915** A Grã-Bretanha decreta o bloqueio naval à Alemanha (18 fev). Na Europa, a guerra de movimento dá lugar à guerra de trincheiras.

Fundada a Liga Brasileira pelos Aliados, presidida por Rui Barbosa (7 mar).

Execução de intelectuais armênios pelo Império Otomano, em Constantinopla (24 abr), evento seguido por assassinatos em massa e migrações forçadas de centenas de milhares de armênios.

O transatlântico britânico *Lusitania* é afundado por submarinos alemães (7 maio). A guerra submarina alemã irá afetar negativamente o comércio exterior brasileiro no Atlântico, incluindo a navegação de cabotagem, com queda nos fluxos de comércio marítimo e carência de carvão importado.

Realizada, em Washington, a **I Conferência Financeira Pan-Americana** (24-29 maio), que marca o novo predomínio financeiro dos EUA na América Latina em detrimento da Europa. Instala-se, no mesmo ano, o primeiro banco norte-americano no Brasil (The First National City Bank) e a American Chamber of Commerce for Brazil.

Lauro Müller visita a Argentina e é assinado, em Buenos Aires, pelos chanceleres de Argentina, Brasil e Chile, o Tratado para Facilitar a Solução Pacífica de Controvérsias Internacionais, conhecido por **Pacto do ABC** (25 maio). O Tratado, menos abrangente em termos de coordenação política do que o projeto de 1909, é aprovado pelos Congressos brasileiro e chileno, mas recebe críticas por se acreditar que a solidariedade pan-americana não deveria dar lugar a acordos sub-regionais, que seriam malvistas pelos demais países do continente. O Congresso argentino não ratificará o Tratado.

Em viagem aos EUA para tratamento de saúde, Lauro Müller nega que o Brasil estivesse interessado em firmar o Tratado Pan-Americano proposto por Wilson (jul).

Em comunicação a Venceslau Brás, o presidente mexicano, Venustiano Carranza, reclama da atitude demasiado pró-EUA do representante brasileiro na Cidade do México, José Manoel Cardoso de Oliveira (10 ago). O Brasil irá depois reconhecer o governo constitucionalista de Carranza, a exemplo do que haviam feito Argentina, Chile, EUA e outros países (19 out).

Entre os efeitos econômicos da Primeira Guerra Mundial, a redução na oferta de manufaturados dos fornecedores tradicionais representará um estímulo indireto à **industrialização brasileira**. De 1915 a 1920, a produção industrial no Brasil irá crescer 44%. Não obstante, a guerra também provocou queda nas importações de bens de capital, matérias-primas essenciais (sobretudo carvão) e maquinaria industrial.

- 1916** Aprovado o novo Código Civil brasileiro, que permanecerá em vigor até 2002 (1º jan).

Alemanha e França travam na frente ocidental a Batalha de Verdun, o mais longo e intenso combate da guerra (21 fev-19 dez).

Acordo Sykes-Picot: em entendimento secreto, Grã-Bretanha e França dividem entre si áreas de influência em territórios do Império Otomano no Oriente Médio (16 maio).

Rui Barbosa pronuncia discurso sobre o dever dos neutros, em Buenos Aires, condenando a "agressão organizada" da Alemanha (14 jul).

Desde o início do ano, a Grã-Bretanha adota uma "lista negra" (*statutory list*) de empresas inimigas com as quais ficava proibido comerciar. A medida tem impacto no Brasil, onde capitais alemães estavam vinculados a firmas exportadoras de café incluídas naquela lista. O Itamaraty protesta contra arbitrariedades cometidas na aplicação da lista por parte de cônsules britânicos no Brasil (9 ago). Por outro lado, competindo por posições na economia brasileira, os **EUA se tornam o maior parceiro comercial do Brasil**, superando pela primeira vez a Grã-Bretanha como principal fornecedor das importações brasileiras. Em 1916, o primeiro empréstimo em dólares no Brasil é levantado, em Nova York, pelo município de São Paulo. A transição de poder das Ilhas Britânicas para os EUA será consolidada no período entreguerras.

A vitória das tropas legalistas encerra finalmente a Guerra do Contestado (ago).

Fundada, no Rio de Janeiro, a Liga da Defesa Nacional, destinada a congregar os "sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes" (7 set).

Hipólito Yrigoyen, da União Cívica Radical, torna-se presidente argentino (12 out).

1917 O governo alemão comunica ao Brasil o bloqueio naval contra países europeus aliados (31 jan).

O monopólio britânico da comunicação por cabo submarino no Brasil, exercido pela Western Telegraph Company, é rompido com a abertura de linhas diretas entre o Brasil e os EUA (mar).

A Grã-Bretanha proíbe por decreto as importações de café, por considerá-lo produto supérfluo, medida que prejudica diretamente a economia brasileira (30 mar). Nesse contexto, o Estado de São Paulo é a favor de que o Brasil se defina logo pelos Aliados, a fim de garantir suas vendas de café e o suprimento de carvão para as ferrovias que o transportavam.

A Alemanha intensifica a guerra submarina e, após a divulgação do telegrama Zimmermann, os EUA declaram guerra aos Impérios Centrais, convidando os países neutros a fazer o mesmo (6 abr). Alguns dias depois, em função do ataque alemão ao vapor mercante *Paraná*, na costa francesa, considerado "ato hostil", o **Brasil rompe relações diplomáticas com a Alemanha** (11 abr). O ministro do Brasil em Berlim é instruído a retirar-se do país, assim como todos os cônsules brasileiros no Império alemão.

Lauro Müller, pressionado pelos pró-Aliados, que o acusavam de "germanófilo", renuncia ao cargo de ministro das Relações Exteriores (3 maio). Em entrevista à imprensa, o ex-chanceler responde a seus críticos dizendo que o Brasil não deveria sempre tomar como suas as opiniões dos EUA: "um país independente governa-se por si". Müller é substituído pelo ex-presidente Nilo Peçanha (7 maio), que adota postura simpática à beligerância.

Revogado o decreto de neutralidade brasileira na Grande Guerra (1º jun).

O governo brasileiro arresta, a título de "posse fiscal", 46 navios mercantes alemães surtos nos portos nacionais (2 jun), o que gera protesto do governo alemão.

A esquadra norte-americana do almirante William Caperton, encarregada de patrulhar o Atlântico do Sul, chega em visita ao Rio de Janeiro (4 jul). A presença dos navios norte-americanos era vista como garantia de proteção extra ao transporte marítimo em meio à guerra submarina alemã. O Brasil, que já fornecia 80% do manganês consumido pelos EUA, esperava poder aumentar as exportações de matérias-primas, suprimentos e gêneros alimentícios aos Aliados.

Após ser atingido o quarto navio brasileiro, o vapor *Macau*, o **Brasil reconhece o estado de guerra** iniciado pelo Império alemão (26 out). A contribuição do Brasil à guerra, além do fornecimento de suprimentos aos Aliados, consistirá no envio de nove aviadores à Grã-Bretanha, de uma missão médica à França (hospital em Paris), e de uma frota de seis navios, a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), que foi atingida pela gripe espanhola, atrasou-se em Dacar e não chegou a tomar parte nas hostilidades. A partir de 1917, com a entrada na Primeira Guerra Mundial, a diplomacia brasileira inicia um período de **projeção rumo à Europa**, para além do pan-americanismo tradicional, que será interrompido em 1926 após a retirada do Brasil da Liga das Nações.

Pela Declaração Balfour, a Grã-Bretanha apoia os planos sionistas de criação de um "lar nacional judeu" na região da Palestina (2 nov).

Revolução Russa: após a queda dos Romanov (czar Nicolau II), cai também o governo provisório de Alexander Kerenski, levando à vitória dos bolcheviques na Rússia, liderados por Lênin (7 nov). O Brasil não reconhece o governo comunista russo instalado em Moscou.

Sancionada a **Lei de Guerra**, que autoriza o governo brasileiro a decretar o estado de sítio e a tomar medidas de represálias contra bens e súditos inimigos (16 nov). Os alemães no Brasil ficam proibidos de qualquer comércio, transporte ou remessa de fundos para o exterior, e são cassadas as licenças de funcionamento de companhias de seguro e bancos alemães.

Firmado Convênio entre o Brasil e a França para o afretamento de 30 navios ex-alemães, de posse do Lloyd Brasileiro, pelo prazo de um ano (3 dez). A promessa francesa de comprar 2 milhões de sacas de café brasileiro havia sido decisiva para que o Brasil fretasse à França os navios ex-alemães, deixando de fazê-lo a outro país.

1918 O presidente Wilson define em 14 pontos os objetivos de guerra dos EUA e seus parâmetros para as futuras negociações de paz (8 jan).

O encarregado de negócios brasileiro em Petrogrado, Gustavo Viana Kelsch, deixa a Rússia (26 fev). Os interesses brasileiros naquele país ficarão a cargo da Legação da Noruega.

Pelo Acordo de Brest-Litovski com a Alemanha, a Rússia sai da guerra (3 mar).

Enviada missão especial britânica de Maurice de Bunsen à América Latina, inclusive o Brasil, para reorganizar o comércio prejudicado com a guerra (maio). No mesmo ano, a Grã-Bretanha decide elevar sua missão diplomática no Rio de Janeiro à categoria de Embaixada (16 set).

Impedidos de funcionar os três bancos alemães instalados no Brasil (16 out).

O kaiser Guilherme II abdica e a República é proclamada na Alemanha (8 nov). Diante do avanço aliado, a Alemanha se rende e é assinado o **armistício de Compiègne**, pondo fim à Primeira

Guerra Mundial (11 nov).

Estando gravemente enfermo o presidente eleito Rodrigues Alves, o vice-presidente **Delfim Moreira** assume interinamente a governo, tendo como ministro das Relações Exteriores o diplomata Domício da Gama, ex-embaixador em Washington (15 nov).

Proclamado o Estado da Iugoslávia, reunindo sérvios, croatas e eslovenos (4 dez).

Rui Barbosa recusa o convite de Rodrigues Alves para chefiar a delegação do Brasil na Conferência da Paz (8 dez). Epiácio Pessoa, senador pela Paraíba, é escolhido em seu lugar.

1919 Elevadas à categoria de Embaixada as Legações do Brasil em Londres (2 jan), Roma (2 jan), Vaticano (7 jan) e Paris (24 set). A decisão se dá no momento em que Grã-Bretanha, Itália e França também criam Embaixadas no Rio de Janeiro. Em função do prestígio adquirido na Europa, aliado à aproximação com os EUA, as elites oligárquicas acreditavam que a posição do Brasil no mundo pós-Versalhes era "exemplar".

Tem início, em Paris, a **Conferência da Paz**, com a participação de 32 países, incluindo o Brasil (18 jan). As grandes potências, em especial Wilson (EUA), Lloyd George (Grã-Bretanha) e Clemenceau (França), dominam as decisões da Conferência. A Alemanha, ex-inimiga, não foi autorizada a participar. Dois assuntos são de interesse direto brasileiro: receber o depósito feito na casa bancária Bleischroeder, resultante da venda do café que o Estado de São Paulo possuía estocado como garantia de dois empréstimos; e confirmar a posse dos 46 navios alemães que o Brasil havia confiscado ao romper relações com a Alemanha, em 1917.

Estabelecimento, em Moscou, da III Internacional Comunista, o **Comintern** (2 mar).

Ao vencer o candidato de oposição Rui Barbosa, Epiácio Pessoa é eleito presidente da República, mesmo estando ainda na França (13 abr). Epiácio será, na história brasileira, o único presidente eleito enquanto exercia uma missão diplomática no exterior.

Epiácio Pessoa integra o comitê de redação do **Pacto da Liga das Nações**, organização internacional destinada a promover a paz e a solução dos conflitos, cujo texto é aprovado pela Conferência (28 abr). Por solicitação de Wilson, o Brasil é expressamente indicado, pelo artigo 4º do Pacto, membro não permanente do Conselho da Liga (ou Sociedade) das Nações. A Doutrina Monroe, por sua vez, é considerada compatível com o Pacto, pelo artigo 21, com a anuência brasileira.

A caminho de volta para o Brasil, o presidente eleito Epiácio Pessoa inicia viagem a diversos países da Europa, aos EUA e ao Canadá (maio-jun).

Assinado o **Tratado de Versalhes**, composto por 440 artigos (28 jun), recebido pela Alemanha como um *Diktat*. O Pacto da Liga das Nações foi incorporado à primeira parte do Tratado. Com apoio norte-americano, o Brasil obtém resolução favorável aos seus interesses nas questões do pagamento pelos alemães do café do Estado de São Paulo (artigo 263) e da propriedade dos navios ex-alemães (artigo 297).

Enviada missão comercial à Grã-Bretanha, chefiada por Pandiá Calógeras (jul).

Governo Epitácio Pessoa (28 jul). O chanceler Domício da Gama é afastado do Ministério das Relações Exteriores, substituído depois pelo professor e advogado paulista José Manuel de Azevedo Marques (29 set).

Entra em vigor a Constituição da República de Weimar na Alemanha (11 ago).

Assinado, em Paris, contrato para a vinda de uma **missão militar francesa** ao Brasil, que será posta sob a chefia do general Maurice Gamelin (8 set). A França também eleva a Embaixada sua representação diplomática no Rio de Janeiro.

O Brasil participa da I Conferência da Organização Internacional do Trabalho (**OIT**), em Washington, cujas delegações são tripartites, incluindo representantes do governo, dos patrões e dos empregados (29 out).

1920 O governo brasileiro elabora projeto de Convênio para impedir a entrada de imigrantes "indesejáveis" nos países do Cone Sul (9 jan), mas as negociações não avançam.

Os EUA não aderem à Liga das Nações, pois o Senado norte-americano, por pressão dos republicanos pelo "retorno à normalidade" (isolacionismo), não ratifica o Tratado de Versalhes. O Brasil, representado por Gastão da Cunha, passa a ser o único país americano com assento no Conselho, cuja primeira sessão formal tem lugar em Paris (16 jan).

Restabelecidas as relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha (3 mar).

O Brasil reconhece oficialmente as independências dos Estados da Polônia, da Tchecoslováquia e da Finlândia (26 maio). Em 1920, começam a chegar ao Brasil **imigrantes eslavos** de diversos países do Leste europeu, como húngaros, iugoslavos, lituanos, romenos, tchecos e poloneses. A população brasileira era de 30,6 milhões de habitantes e havia 1,6 milhão de estrangeiros residentes no país.

Assinado contrato de concessão entre o governo brasileiro e a Itabira Iron Ore Company para a exploração de minério de ferro em Minas Gerais (29 maio). O contrato nunca foi executado integralmente.

Pelo Tratado de Sèvres, os Aliados impõem perdas territoriais ao Império Otomano (10 ago). Mustafa Kemal lidera movimento militar pela independência turca.

Após o assassinato de Carranza, no México, Obregón é eleito presidente (31 ago).

Revogado o decreto de banimento de D. Pedro II e da família imperial (3 set).

Os **reis da Bélgica**, Alberto I e Elizabeth, iniciam visita ao Brasil (19 set), onde percorrem o Rio de Janeiro, São Paulo e a região mineira em Minas Gerais. Trata-se da primeira visita oficial ao Brasil de soberanos da realeza europeia.

Aberta a I Assembleia da Liga das Nações, em Genebra (15 nov), durante a qual o Brasil é reeleito membro não permanente do Conselho. Beneficiado pela ausência de regras para a ocupação dos assentos temporários, até 1925 o Brasil será anualmente reeleito para o Conselho.

Estabelecida pela Liga das Nações a Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI), com sede na Haia (13 dez). Durante as negociações a respeito da jurisdição obrigatória da Corte, **Raul Fernandes**, delegado brasileiro, havia proposto solução de compromisso, conhecida como "cláusula facultativa", ao final incorporada ao artigo 36 do Estatuto da CPJI.

O secretário de Estado norte-americano, Bainbridge Colby, visita o Brasil, em roteiro sul-americano que inclui passagens pela Argentina e Uruguai (20 dez).

Em 1920, a agricultura ocupava quase 67% da população economicamente ativa no Brasil. No **modelo primário-exportador**, base de sustentação econômica da Primeira República, o café representava em média 60% das exportações brasileiras (outros produtos eram o açúcar, cacau, mate, fumo, algodão, borracha, couros e peles). A participação do Brasil no mercado cafeeiro mundial chegava a 65%. As firmas exportadoras estrangeiras dominavam o comércio do café embarcado nos portos de Santos e Rio de Janeiro.

1921 Sancionado decreto que regulamenta a entrada no Brasil de estrangeiros mutilados, aleijados, cegos, loucos, mendigos, portadores de moléstia incurável ou contagiosa grave, prostitutas e idosos de mais de 60 anos (6 jan).

Elevada à categoria de Embaixada a Legação do Brasil em Bruxelas (24 fev). No mesmo ano, é criada a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (dez).

Rachaduras no consenso oligárquico: o movimento da **Reação Republicana** lança como candidato presidencial de oposição o político fluminense Nilo Peçanha, que, não obstante, é derrotado pelo mineiro Artur Bernardes (1º mar).

Criadas Legações do Brasil na Polônia e na Tchecoslováquia (23 mar).

Fim da guerra civil na Rússia e início da Nova Política Econômica (NEP) de Lênin (mar).

Primeiro empréstimo contraído pelo governo federal nos EUA, por intermédio da casa Dillon, Read & Co., de Nova York, no valor de US\$ 50 milhões (maio). Durante o governo Epitácio Pessoa, o **dólar norte-americano** será adotado como padrão de conversão do mil-réis no lugar da libra esterlina. Na década de 1920, a maior parcela de dinheiro novo tomado pelo Brasil provirá dos EUA, e não da Grã-Bretanha.

O ministro do Exterior do Chile, Jorge Matte Gormaz, realiza visita ao Brasil, parte de um giro sul-americano que incluiu a Argentina e o Uruguai (maio).

Rui Barbosa é eleito juiz da CPJI (14 set), mas vem a falecer antes de tomar posse.

Depois de proposta chilena para a inclusão de Brasil e Espanha como membros permanentes do Conselho da Liga das Nações, negada pelas grandes potências, o governo brasileiro se opõe ao ingresso exclusivo da Espanha, por entender que o continente americano estava sendo discriminado naquele órgão (30 set).

O episódio das cartas falsas, atribuídas a Artur Bernardes, acirra os conflitos intra-oligárquicos iniciados com a Reação Republicana (9 out).

Investimentos norte-americanos na indústria automobilística: em 1921, a Ford Motor Company inaugura, em São Paulo, sua primeira linha de montagem de automóveis no Brasil. A General Motors também abrirá sua própria fábrica em 1925.

1922 A Conferência Naval de Washington define critérios para a limitação de armamentos navais com base em tonelagem máxima permitida (6 fev). Na Liga das Nações, o Brasil, preocupado com sua defesa naval, irá se opor à extensão dos princípios de Washington a outros países (set).

Realizada, em São Paulo, a **Semana de Arte Moderna**, movimento artístico-cultural que inaugura o modernismo no Brasil (13-17 fev).

Elevadas à categoria de Embaixada as Legações do Brasil na Cidade do México (23 mar), Santiago (12 jul) e Buenos Aires (25 out).

Influenciado pelo exemplo soviético, reúne-se o congresso de fundação do **Partido Comunista Brasileiro** (PCB), que irá filiar-se à III Internacional (25 mar).

Proposta na Conferência de Gênova a implantação de um sistema de câmbio-ouro, baseado no dólar e na libra como moedas de reserva internacionais, em substituição ao padrão-ouro vigente até a Primeira Guerra Mundial (10 abr).

A Alemanha e a Rússia normalizam suas relações pelo Tratado de Rapallo (16 abr).

Primeira manifestação do **tenentismo** com a sublevação dos **Dezoito do Forte de Copacabana** contra o fechamento do Clube Militar (5 jul). Os jovens tenentes e capitães do Exército se viam como uma vanguarda revolucionária disposta a pegar em armas para reformar o Estado e a sociedade.

Visita do presidente eleito da Argentina, Marcelo T. de Alvear, ao Brasil (31 ago).

O Brasil recebe as visitas do presidente de Portugal, Antônio José de Almeida, e do secretário de Estado norte-americano, Charles E. Hughes, para a **Exposição do Centenário da Independência**, realizada no Rio de Janeiro (7 set).

Marcha sobre Roma e ascensão do fascismo de Benito Mussolini na Itália (27 out).

Com a queda do último califa, o Império Otomano é oficialmente abolido (1º nov). Sob a liderança de Mustafa Kemal Atatürk, a Turquia inicia processo de secularização.

Assinado, em Washington, contrato para o envio de uma **missão naval norte-americana** ao Brasil, que será chefiada pelo almirante Carl Vogelgesang (6 nov).

Governo Artur Bernardes, tendo como ministro das Relações Exteriores o jornalista e político do Piauí José Félix Alves Pacheco (15 nov). O novo governo já assumirá sob estado de sítio, que continuará em vigor durante quase todo o seu quadriênio.

O chanceler **Félix Pacheco** propõe a realização de uma Conferência Preliminar, em Valparaíso, para discutir a redução dos armamentos entre os países do ABC (5 dez), mas a Argentina se manifesta contrariamente àquele encontro, por preferir tratar o assunto em foro mais amplo, com a presença dos demais países americanos.

Criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (30 dez).

1923 Desentendimentos com a Alemanha levam à ocupação do Ruhr pela França (11 jan).

Elevada à categoria de Embaixada a Legação do Brasil em Tóquio (30 abr).

A V Conferência Internacional Americana, em Santiago, é dominada pela discussão da **Tese 12 sobre redução de armamentos**, vista com reservas pelo Brasil, que fica em situação de virtual isolamento na Conferência (25 mar-3 maio). A Conferência aprova, ao final, Tratado para evitar ou prevenir conflitos entre os Estados americanos, o Pacto Gondra.

O Tratado de Lausanne anula o Tratado de Sèvres e confere reconhecimento internacional à nova República da Turquia (24 jul).

Na IV Assembleia da Liga das Nações, Eptácio Pessoa é eleito juiz da CPJI, na vaga deixada por Rui Barbosa (10 set). O Brasil postula, sem êxito, assento permanente no Conselho da Liga a partir da fórmula Brasil-Espanha.

Acordado, por troca de notas, *modus vivendi* comercial entre o Brasil e os EUA, com base no princípio de igualdade de tratamento (18 out). O governo norte-americano havia antes proposto, sem sucesso, a assinatura de um Tratado de Amizade e Comércio com o Brasil, com a adoção da cláusula de nação mais favorecida (NMF).

Nova Lei de Imprensa impõe a censura aos órgãos de comunicação (31 out).

Malgrado, por oposição britânica, o projeto de Tratado de Assistência Mútua, que implementaria um sistema de **segurança coletiva** entre seus signatários (out).

Pacto de Pedras Altas, entre os partidários de Assis Brasil e Borges de Medeiros, para a pacificação do Rio Grande do Sul (14 dez).

1924 Com a morte de Lênin (21 jan), inicia-se luta pelo poder na União Soviética, vencida por Joseph Stalin, que depois forçará Trotsky a se exilar.

Criada a Delegação Permanente do Brasil junto à Liga das Nações, sendo designado chefe **Afrânio de Melo Franco**, com o cargo de embaixador, o primeiro nessa qualidade em Genebra (13 mar). Em seguida, Raul Fernandes é enviado em missão especial a países da Europa, com o propósito de explicar e buscar apoio à candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho da Liga, baseada na tese da representação continental da América (jun).

Divulgado o relatório da missão britânica, chefiada por Edwin Samuel Montagu, com avaliações e sugestões sobre a economia brasileira (29 jun).

Revolta paulista: eclode levante tenentista em São Paulo, liderado por Isidoro Dias Lopes (5 jul). Diante das operações militares movidas contra os revoltosos, representantes do corpo diplomático estrangeiro enviam nota coletiva ao Itamaraty para pedir moderação ao governo brasileiro (26 jul).

A Alemanha consulta os países-membros do Conselho da Liga sobre sua possível entrada naquele órgão (29 set). O Brasil, como membro não permanente, responderá afirmando que não se opõe, "em tese" e "em princípio", à postulação alemã (1º dez).

A V Assembleia da Liga das Nações aprova o Protocolo de Genebra para a solução pacífica das controvérsias internacionais (2 out).

O governo uruguaio concede asilo político a oficiais e marinheiros do encouraçado *São Paulo*, rebelados contra o governo Bernardes (11 nov).

Criado, pelo Estado de São Paulo, o **Instituto de Defesa do Café**, com o intuito de transformar as operações de valorização em defesa permanente do café (19 dez). A retenção da colheita seria feita no interior, garantida pela construção de armazéns reguladores do governo, ao invés somente da compra dos estoques, mais onerosa para os cofres públicos.

1925 A Ata de Washington, entre Brasil, Colômbia e Peru, sobre interesses recíprocos em questões de limites, assegura o reconhecimento da linha Tabatinga-Apapóris como fronteira entre o Brasil e a Colômbia (4 mar).

O Brasil e o Uruguai celebram, em Montevideú, Convênio para fixar regras de conduta dos governos em casos de perturbações da ordem interna (30 mar).

Os tenentes paulistas e gaúchos se unem no Paraná para formar a **Coluna Prestes**, que atravessa o território paraguaio a fim de alcançar o Mato Grosso (26 abr).

Aprovado, em Genebra, Protocolo de proibição do emprego na guerra de gases asfixiantes, tóxicos ou similares e de meios bacteriológicos de guerra (17 jun).

O diretor da Organização Internacional do Trabalho, Albert Thomas, realiza visita de "inspeção visual" ao Brasil (jul). No mesmo ano, é aberto, em Buenos Aires, o Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista.

O Departamento de Comércio norte-americano, chefiado por Herbert Hoover, empreende vigorosa campanha contra a valorização do café brasileiro. O Departamento de Estado veta um empréstimo ao Estado de São Paulo que seria usado para esse fim (ago).

Melo Franco apresenta relatório ao Conselho da Liga sobre as minorias na Lituânia, no qual faz considerações doutrinárias sobre o conceito histórico de minoria (set).

Alemanha, Bélgica, França, Grã-Bretanha, Itália, Polônia e Tchecoslováquia assinam os **Acordos de Locarno**, estabelecendo compromissos de renúncia à guerra, respeito às fronteiras definidas pelo Tratado de Versalhes e arbitragem obrigatória (16 out). Os Acordos abrem caminho para a reinserção internacional da Alemanha, que deveria ser em seguida admitida na Liga das Nações.

Concluído *modus vivendi* comercial entre o Brasil e a Espanha (31 dez).

O coronel Percy Harrison Fawcett, oficial aposentado do Exército britânico, desaparece durante expedição ao Mato Grosso em busca de uma "civilização perdida".

- 1926** Fundado, em São Paulo, o Partido Democrático, a partir de cisão no PRP, com um programa liberal de reforma política (voto secreto e obrigatório), independência dos três poderes e fiscalização eleitoral pelo Poder Judiciário (24 fev).

Reúne-se, em Genebra, a Assembleia Extraordinária da Liga das Nações, convocada para aprovar os Acordos de Locarno (8 mar). As discussões se centram sobre disputas entre candidaturas de diversos países ao Conselho: Brasil, Espanha, Polônia e outros. Ao final, por decisão do presidente Artur Bernardes ("vencer ou não perder"), o delegado brasileiro, Afrânio de Melo Franco, comunica o **veto do Brasil ao ingresso da Alemanha na Liga das Nações**, em nome da "dignidade nacional", por não ter sido atendida sua reivindicação por um assento permanente (17 mar). Na falta de um acordo em Genebra, será constituída uma comissão de estudos sobre a composição do Conselho (10 maio).

Descontente com a posição brasileira na Liga das Nações, o Foreign Office britânico veta a concessão de um empréstimo dos Rothschilds ao Brasil, que não obstante obtém, em Nova York, novo empréstimo de US\$ 60 milhões junto à casa bancária Dillon, Read & Co. (22 maio). O episódio se situa no contexto da ascensão de Wall Street como centro financeiro mundial em substituição à City de Londres.

Por discordar da condução dos trabalhos na comissão de estudos, o governo brasileiro prepara uma exposição de motivos, com duras críticas à Liga, e notifica a **retirada do Brasil da Liga das Nações** (12 jun). Em seguida, declara extinta a Delegação Permanente junto àquela organização (15 jul). Retorno à esfera continental: o afastamento brasileiro de Genebra representa uma opção pelo isolacionismo hemisférico, a exemplo dos EUA, em detrimento do engajamento político nos assuntos europeus.

Emenda constitucional no Brasil amplia os poderes do Executivo, dando-lhe o direito de intervir nos Estados e restringindo direitos individuais (7 set).

Na VII Assembleia, é aprovado o ingresso da Alemanha na Liga das Nações (8 set).

Governo Washington Luís Pereira de Souza (15 nov), tendo o político baiano Otávio Mangabeira como ministro das Relações Exteriores. O novo governo suspende o estado de sítio, manda fechar o presídio da Ilha da Trindade e acena com um apaziguamento nas lutas partidárias e sedições militares.

Criada a Caixa de Estabilização, com a faculdade de emitir papel-moeda garantido pelos depósitos-ouro do Brasil em Londres e Nova York (18 dez).

- 1927** A Coluna Prestes, após centenas de combates e marcha de aproximadamente 25 mil km pelo interior do país, refugia-se finalmente na Bolívia (3 fev). O governo brasileiro manterá estreita vigilância aos **tenentes exilados** nos países vizinhos.

Relatório reservado do Itamaraty, preparado por Ronald de Carvalho, aponta a situação de isolamento do Brasil na América do Sul e propõe uma política de reaproximação com os países da região (4 maio). Distanciado das questões europeias, o Brasil irá procurar refazer sua rede de amizades no continente americano.

Fundada, em Porto Alegre, a Viação Aérea Rio-Grandese (Varig), como filial do Sindicato Condor, empresa de capital alemão, subsidiária da Lufthansa (7 maio).

Celebrado, no Rio de Janeiro, Tratado complementar de limites entre o Brasil e o Paraguai, definindo a linha de fronteira no trecho Rio Apa-Bahia Negra (21 maio). Na gestão Otávio Mangabeira, diversos ajustes de limites e de demarcação serão concluídos com países fronteiriços, visando à "definição completa do território nacional".

A Ford Pará Rubber Company obtém do governo paraense a concessão de 1 milhão de hectares para o desenvolvimento de um megaprojeto de plantação de seringueiras (21 jul). Conhecido como **Fordlândia**, o ambicioso projeto fracassaria anos depois.

A Lei Celerada, destinada a combater o comunismo, reforça restrições impostas pela Lei de Imprensa de 1923, incluindo o fechamento de sindicatos e associações tidas como "subversivas" (12 ago).

Assinada, em Buenos Aires, Convenção complementar de limites entre o Brasil e a Argentina (27 dez).

Lançado ao mar o primeiro submarino oceânico brasileiro (*Humaitá*), construído na Itália pelo estaleiro Odero-Terni, de Gênova.

1928 Em visita ao Rio de Janeiro, o ex-primeiro-ministro britânico Lloyd George pede o retorno do Brasil à Liga das Nações (7 jan).

A VI Conferência Internacional Americana, em Havana, discute o **princípio da não intervenção** e aprova, com o apoio do Brasil, diversas convenções e o Código Bustamante de direito internacional privado (20 fev). É também criado o Instituto Pan-Americano de Geografia e História, com sede no México. Preocupado em não suscitar divergências, o chanceler Otávio Mangabeira sustenta que o Brasil deve manter uma política de "solidariedade eficiente" com os EUA e "cordialidade perfeita" com a Argentina.

Fundado o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp, atual Fiesp), reunindo empresários como Francisco Matarazzo, Roberto Simonsen e Ermírio de Moraes (28 mar).

Luís Carlos Prestes, tenente que aderira ao comunismo, tem seus movimentos monitorados pela Embaixada brasileira em Buenos Aires (29 mar). **Diplomacia anti-revolução das oligarquias:** o governo brasileiro desenvolve intensa atividade de vigilância no exterior e o paradeiro dos tenentes exilados é objeto de dezenas de comunicações telegráficas, recebidas e expedidas, entre o Rio de Janeiro e as missões diplomáticas no Rio da Prata.

Em resposta a apelo do Conselho para que reconsiderasse sua decisão de 1926, o governo brasileiro confirma em caráter definitivo o desligamento do Brasil da Liga das Nações (9 abr), limitando-se, a partir daí, a participar de conferências promovidas pela organização "quando convidado e assim julgasse conveniente".

O Brasil participa da Conferência Econômica Internacional, em Genebra (maio).

O presidente eleito do Paraguai, José Guggiari, realiza visita ao Brasil (10 jul).

Inaugurada a primeira rodovia asfaltada do Brasil, a Rio-Petrópolis (25 ago). Interessado em investimentos no rodoviarismo, Washington Luís havia cunhado o lema "governar é abrir estradas".

Assinado, em Paris, o **Pacto Briand-Kellogg** de Renúncia à Guerra (27 ago). O Brasil, convidado pelos EUA, não adere ao Pacto por considerá-lo redundante em relação à Constituição de 1891 e à tradição pacifista do país.

Primeiro choque entre Bolívia e Paraguai pela região do Chaco (5 dez). O Brasil se mantém absolutamente neutro para não se indispor com as partes em conflito.

Documento do Departamento de Estado dos EUA (Memorando Clark) nega que haja relação entre a Doutrina Monroe e o intervencionismo no continente (17 dez).

O presidente eleito norte-americano, **Herbert Hoover**, realiza visita ao Brasil, como parte de um périplo de "boa vontade" (*goodwill tour*) pela América Latina (21 dez).

O Brasil e a Bolívia firmam, no Rio de Janeiro, Tratado de limites e comunicações ferroviárias (25 dez).

1929 Concluída, em Washington, a Conferência Internacional Americana de Conciliação e Arbitramento, que aprova Convenção sobre o assunto (5 jan). Em suas instruções, **Otávio Mangabeira** havia exortado a delegação brasileira a manter postura discreta, sem exprimir pretensão de qualquer ordem, "preferindo, ao contrário, assinalar-se pela modéstia consciente, pela desambição sincera, pelo comedimento discreto, pela austeridade polida".

O Tratado de Latrão entre a Santa Sé e o Reino da Itália reconhece a soberania do território da Cidade do Vaticano (11 fev).

Fundado, no México, o Partido Nacional Revolucionário (6 mar), futuro Partido Revolucionário Institucional (PRI).

Acordo definitivo entre o Chile e o Peru sobre a questão de Tacna e Arica (3 jun).

Depois de visitar o Uruguai e a Argentina, chega ao Rio de Janeiro a missão comercial britânica de lorde D'Abernon (15 set).

As dissidências oligárquicas de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, entre outros apoiadores, formam a **Aliança Liberal** e lançam o gaúcho Getúlio Vargas para presidente contra a candidatura paulista de Júlio Prestes (20 set).

Criados, no Itamaraty, os Serviços Econômicos e Comerciais, com o objetivo de coletar e divulgar dados pertinentes ao comércio exterior do país (24 set).

Quebra (*crack*) da Bolsa de Nova York (29 out) desencadeia profunda depressão econômica mundial que durará até 1933. O Brasil registra superprodução de café, mas as exportações do produto caem com a **Crise de 1929** e a recessão nos mercados compradores, que já não podem fornecer os empréstimos necessários à política de valorização do café. Fazendeiros vão à falência e muitos desempregados no campo migram para as cidades.

Cresce consideravelmente a penetração econômica norte-americana na década de 1920: se em 1913 os EUA possuíam US\$ 50 milhões investidos no Brasil, em 1929 esse montante era de US\$ 476 milhões.

1930 Criado, a partir do Plano Young, o Banco para Compensações Internacionais (BIS, da sigla em inglês), com sede na Basileia, Suíça, a fim de liquidar reparações de guerra alemãs (20 jan). O Brasil irá ingressar no BIS somente em 1996.

Com fraudes verificadas dos dois lados, o candidato oficial paulista **Júlio Prestes** vence Getúlio Vargas nas eleições presidenciais (1º mar).

Concluída a Conferência para a Codificação do Direito Internacional (12 abr).

Proposta da França de formação dos "Estados Unidos da Europa" (maio).

O presidente eleito Júlio Prestes visita os EUA e a Europa (jun-jul). A diplomacia presidencial na época ainda estava em sua infância e a visita tem pouco significado além do aspecto meramente protocolar.

Assassinato de João Pessoa, presidente da Paraíba, acelera as conspirações de opositores para derrubar o governo Washington Luís (26 jul).

Missão industrial inglesa de Sheffield ao Brasil e outros países sul-americanos (ago).

Inaugurado pelo presidente Washington Luís, no Itamaraty, o Anexo para Arquivo, Biblioteca e Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores (14 ago).

Golpe do general Uriburu na Argentina contra o governo Yrigoyen (6 set). **Doutrina Estrada:** contra a prática de se negar o reconhecimento de um novo governo como forma de pressão política, o chanceler mexicano, Genaro Estrada, afirma que devem ser mantidas relações contínuas com qualquer país a despeito de mudanças de governo pela força (27 set).

Revolução de 1930: inicia-se, no Rio Grande do Sul, movimento armado contra o governo (3 out). Tropas revolucionárias avançam do sul rumo à capital federal, enquanto o deputado gaúcho Lindolfo Collor é enviado a Buenos Aires para obter apoio logístico e armamentos. Os EUA despacham o cruzador *Pensacola* para a costa brasileira e decretam embargo de armas e munições para os revolucionários (22 out). Antes que ocorresse um confronto militar em Itararé, na divisa entre Paraná e São Paulo, o presidente **Washington Luís é deposto** por um golpe palaciano no Rio de

Janeiro (24 out). O novo governo divulga nota afirmando o reconhecimento dos compromissos nacionais contraídos no estrangeiro, os tratados, a dívida pública interna e externa, os contratos vigentes e demais obrigações legais (26 out). A junta militar provisória é persuadida a entregar o poder a **Getúlio Vargas**, que assume o **Governo Provisório** (3 nov) e designa o político mineiro Afrânio de Melo Franco como ministro das Relações Exteriores. A Constituição de 1891 é revogada e são nomeados interventores federais nos Estados.

Reconhecimento do novo governo pelo Peru, primeiro a fazê-lo (1º nov). São feitas gestões diplomáticas para obter o reconhecimento de diversos países e, após a posse de Vargas, também reconhecem o Governo Provisório: Chile, Bolívia, Itália, Portugal e Uruguai (6 nov); Argentina, Áustria, Equador, EUA, Grã-Bretanha, Suécia, Tchecoslováquia e México (8 nov); Bélgica, Cuba, Colômbia e Santa Sé (9 nov); Alemanha, França, Japão e Paraguai (10 nov), entre outros países. No caso dos EUA, que havia apoiado Washington Luís, o governo norte-americano comunicou ao Itamaraty que continuaria com o novo governo "as mesmas relações amigáveis que mantinha com seus predecessores".

É criado por decreto o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (26 nov). Como nenhum grupo social se apresentava como hegemônico, haverá uma acomodação de forças na política nacional. Getúlio Vargas, influenciado pelo pensamento castilhistas gaúcho, buscará reunir em torno de si uma nova coalizão político-social, tendo como eixo o reforço do poder central.

- 1931** Decretada ampla reforma administrativa do Ministério das Relações Exteriores, com vistas a fortalecer o acompanhamento dos assuntos de natureza econômica e tornar o Itamaraty "mais elástico e mais democrático" (15 jan). A **Reforma Melo Franco** do Itamaraty funde as carreiras da Secretaria de Estado com os serviços diplomático e consular.

Missão Niemeyer: alto funcionário do Banco da Inglaterra, Otto Niemeyer, é enviado em missão ao Brasil para analisar a situação financeira do país e aplicar um receituário ortodoxo de recuperação da economia (fev). O Brasil enfrenta dificuldades para honrar o pagamento de seus compromissos externos (juros e amortização da dívida pública externa) e obterá dos Rothschilds a concessão de novo empréstimo de consolidação (*funding loan*).

O governo brasileiro decide comprar o café excedente para sustentar os preços do produto no mercado internacional (11 mar). Com a compra e queima dos estoques, serão destruídas 78,2 milhões de sacas de café até 1944. Em seguida, o Brasil promove a **Conferência Internacional do Café, em São Paulo**, que aprova projeto para a criação de um Bureau Internacional do Café (16 jun). Apesar do programa de defesa do café, a renda da agricultura cafeeira cairá 56% entre 1931 e 1935.

Queda da monarquia (rei Afonso XIII) e proclamação da República na Espanha (14 abr).

Nomeado interventor em São Paulo, o tenente pernambucano João Alberto Lins de Barros é compelido a deixar o cargo (25 jul). Aumentam as críticas ao Governo Provisório de Vargas, que governa por decreto e sem uma Constituição.

Decreto autoriza revisão geral na Tarifa aduaneira de 1900 (8 set). Como parte da **nova política comercial** do Governo Provisório, serão assinados pelo Brasil, até 1933, acordos comerciais com a cláusula de nação mais favorecida (NMF) com 31 países. O objetivo principal era criar novos

mercados para aumentar as vendas de café. Esses acordos, todavia, serão denunciados em 1935.

O Japão invade a Manchúria, em ação condenada pela Liga das Nações (18 set).

A Grã-Bretanha abandona definitivamente o padrão-ouro (set). Serão formados, durante a década de 1930, blocos monetários divergentes e protecionistas.

Criada por decreto a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar (7 dez).

- 1932** Instituído o novo Código Eleitoral, que atendeu às reivindicações históricas dos liberais (voto secreto e obrigatório, criação da Justiça Eleitoral) e deu às mulheres o direito de votar (24 fev). O Brasil foi o primeiro país latino-americano a adotar o **voto feminino**.

O político e professor Antonio de Oliveira Salazar torna-se primeiro-ministro em Portugal, mantendo o poder até 1968 (5 jul).

Depois que quatro estudantes paulistas (MMDC) são mortos durante um protesto (23 maio), eclode a **Revolução Constitucionalista** em São Paulo (9 jul). Com apoio militar e civil, os revoltosos paulistas tentam, sem êxito, obter o reconhecimento norte-americano do estado de beligerância de São Paulo, bem como receber armamentos do exterior. O governo federal emprega bombardeios aéreos e desenvolve intensa atividade diplomática destinada a neutralizar a ação do movimento. Os combates se encerram com a derrota dos constitucionalistas, mas com a promessa de Vargas de convocar uma Assembleia Constituinte (4 out).

Tem início a **Guerra do Chaco** entre a Bolívia e o Paraguai, conflito agravado pela expectativa de exploração de petróleo na região em disputa (31 jul). O Brasil manterá postura de neutralidade.

Na Conferência de Ottawa, a Grã-Bretanha decide conceder tratamento preferencial a produtos do Império, abandonando assim o livre comércio (20 ago).

Fundado o reino da Arábia Saudita, com base na monarquia conservadora da Casa de Saud e no credo sunita wahhabista (23 set).

Estabelecida a **Ação Integralista Brasileira** (AIB), agremiação política de índole fascista e nacionalista, liderada por Plínio Salgado (7 out).

Criada pelo governo brasileiro a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul (5 dez).

- 1933** O líder do partido nazista, Adolf Hitler, assume o poder na Alemanha (30 jan). A **ascensão do nazifacismo** na Europa irá aprofundar a radicalização ideológica na década de 1930, com amplas repercussões para a política mundial.

Colômbia e Peru entram em choque devido a disputas territoriais em torno da região de Letícia, na Amazônia, na fronteira com o Brasil (14 fev). O caso é levado à Liga das Nações. O Brasil adota posição de neutralidade e oferece seus bons ofícios para ajudar a solucionar o conflito.

O presidente norte-americano, Franklin Delano Roosevelt, toma posse (4 mar) e começa a adotar medidas contra a recessão econômica, o chamado **New Deal**, de inspiração keynesiana. Cordell

Hull, secretário de Estado de 1933 a 1944, implementará no período a política norte-americana de "boa vizinhança" para a América Latina.

Com base no novo Código Eleitoral brasileiro, são realizadas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (3 maio).

Decreto proclama a completa neutralidade do Brasil na Guerra do Chaco (23 maio).

Criado pelo governo brasileiro o Instituto do Açúcar e do Alcool (6 jun). O Estado getulista, amparado nas Forças Armadas, no aparato burocrático e na sociedade urbana, irá fomentar a centralização, o planejamento estatal e a indústria. **Impulso à industrialização:** de 1933 a 1939, a produção industrial brasileira crescerá em média 11% ao ano. O emprego no setor secundário irá aumentar em 71% entre 1940 e 1950.

Por ocasião da visita ao Brasil do presidente argentino, general Agustín P. Justo, é assinado, no Rio de Janeiro, o **Tratado Antibélico de Não Agressão e de Conciliação** entre Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai e Uruguai, conhecido como Pacto Saavedra Lamas, em referência ao chanceler argentino, aberto à adesão "de todos os Estados" (10 out). No mesmo mês, é instalada, também no Rio, conferência diplomática de paz entre os representantes da Colômbia e do Peru, presidida pelo chanceler Melo Franco, para discutir a questão de Letícia (25 out).

A exemplo do Japão (27 mar), a Alemanha abandona a Liga das Nações (14 out). Sem a presença dos EUA e de outras grandes potências, a Liga se esvazia rapidamente.

Fundada a Viação Aérea São Paulo (VASP), cujos primeiros aviões serão bimotores britânicos (4 nov).

A VII Conferência Internacional Americana, em Montevideu, aprova a Convenção Interamericana sobre Direitos e Deveres dos Estados, que incorpora, com a aquiescência dos EUA, o **princípio da não intervenção** nos assuntos internos dos outros países (26 dez). Durante a Conferência, o Brasil anuncia sua adesão ao Pacto Briand-Kellogg de Renúncia à Guerra, atendendo aos pedidos norte-americanos.

1934 Fundada, por Armando de Sales Oliveira, a Universidade de São Paulo (12 jan), que contará no início com a colaboração de professores estrangeiros, como os franceses Claude Lévi-Strauss, Fernand Braudel, Roger Bastide, Etienne Borne, entre outros.

Afrânio de Melo Franco pede demissão do cargo, por motivos de política interna, e o político e empresário paulista José Carlos de Macedo Soares se torna ministro das Relações Exteriores (13 jan).

Oswaldo Aranha, ministro da Fazenda, elabora plano para a redução do serviço da dívida externa, conhecido por "**esquema Aranha**" (fev). Será enviada ao Brasil a missão de John Williams, do Federal Reserve Bank of New York, a fim de avaliar a política cambial brasileira.

Debates na Assembleia Constituinte a respeito do estabelecimento de cotas e **restrições à imigração japonesa** para o Brasil (fev). Será aprovada emenda ao artigo 121 que limita qualquer corrente imigratória a 2%, anualmente, sobre o total dos respectivos nacionais aqui fixados nos últimos 50 anos.

Assinado, no Rio de Janeiro, como resultado da mediação do Brasil, o Protocolo de Amizade entre Colômbia e Peru sobre a **questão de Letícia**, pelo qual os dois países reafirmam a validade do Tratado Salomón-Lozano de 1922 (24 maio). A linha Tabatinga-Apapóris continua sendo a fronteira reconhecida entre Brasil e Colômbia.

Os EUA aceitam a revogação da Emenda Platt, que previa o "direito de intervir" em Cuba (29 maio).

Criado o Conselho Federal de Comércio Exterior, vinculado à Presidência da República (20 jun).

Promulgada a **Constituição de 1934**, de caráter liberal-democrático, inspirada na República de Weimar (16 jul). O federalismo perde força. São incorporados novos capítulos sobre a segurança nacional; a ordem econômica e social; a família, a educação e a cultura (ensino primário gratuito e obrigatório). Diversos **direitos trabalhistas** são incluídos, tais como: salário mínimo (só implementado em 1940), autonomia dos sindicatos, jornada de trabalho de oito horas, proibição do trabalho infantil, descanso semanal obrigatório, férias remuneradas e indenização por dispensa sem justa causa. Além de vedar ao Brasil a guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra nação, o artigo 4º dispõe que o Brasil só declarará guerra se não couber ou malograr-se o recurso do arbitramento. No mesmo dia, **Getúlio Vargas é eleito presidente** de forma indireta pelo Congresso, com mandato até maio 1938.

Na Alemanha, Hitler torna-se comandante supremo (*Führer*) do III Reich (2 ago). A partir de 1934, o Brasil começa a aumentar os contatos com os regimes totalitários na Europa, abandonando gradualmente o isolacionismo hemisférico iniciado em 1926.

O presidente do Uruguai, Gabriel Terra, realiza visita ao Brasil (18 ago-14 set).

A União Soviética é formalmente admitida na Liga das Nações (18 set).

Início da Longa Marcha na China, liderada por Mao Tsé-Tung (16 out).

1935 Após insistência norte-americana, é assinado, em Washington, **Acordo Comercial entre o Brasil e os EUA**, o qual prevê concessões tarifárias recíprocas, com base no princípio do livre comércio, além de tratamento cambial equitativo (2 fev).

Criada a **Aliança Nacional Libertadora** (ANL), frente de esquerda da qual faz parte o PCB de Luís Carlos Prestes (30 mar), fechada pelo governo pouco depois (11 jul).

No contexto de crescente radicalização política, é promulgada a Lei de Segurança Nacional, que define crimes contra a ordem pública e social (4 abr).

Getúlio Vargas realiza viagem ao Prata, com passagem pelo Uruguai e visita bilateral à Argentina, em combinação com o início da Conferência de Paz do Chaco, em Buenos Aires (17 maio-8 jun). O chanceler Macedo Soares permanece na cidade e, juntamente com seu colega argentino, Saavedra Lamas, participa da mediação junto aos chanceleres da Bolívia e do Paraguai que resulta na assinatura do **Protocolo de Paz relativo à Guerra do Chaco** (12 jun). As hostilidades cessam, mas um tratado de paz e limites definitivo só será concluído em jul 1938.

Promovida, em Buenos Aires, Conferência Comercial Pan-Americana, que discute propostas para incrementar o comércio no hemisfério (jun).

A Itália fascista de Mussolini invade a Abissínia, atual Etiópia (3 out). O Brasil se abstém de condenar o ato e tampouco aplica as sanções propostas pela Liga das Nações contra o governo italiano.

Intentona Comunista: tentativa de tomada do poder pela ANL e o PCB, com levantes em Natal, Recife e Rio de Janeiro, fracassa e é reprimida pelo governo (27 nov). Sob a justificativa de combate ao comunismo, Vargas irá decretar o estado de sítio e aumentar a repressão política.

O governo brasileiro revê sua política comercial e decide denunciar todos os acordos comerciais que havia assinado com a cláusula de nação mais favorecida (NMF), devido à adoção de medidas protecionistas (cotas, licenças prévias, restrições cambiais) por outros países, em especial europeus, que tornavam inoperante ou prejudicial a referida cláusula (dez).

1936 O chanceler Macedo Soares submete ao Departamento de Estado norte-americano anteprojeto de um "pacto de segurança continental" (abr).

A Frente Popular, liderada por Léon Blum, vence as eleições na França (3 maio).

Elevada à categoria de Embaixada a Legação do Brasil em Berlim, gesto que será reciprocado pela Alemanha no Rio de Janeiro (19 maio).

Concluído por troca de notas, em Berlim, ***modus vivendi* comercial entre o Brasil e a Alemanha** (6 jun), com base em esquema de pagamento mediante compensação de marcos (*ASKI-mark*). As exportações de algodão brasileiro para o III Reich irão registrar grande aumento e, em contrapartida, a Alemanha irá superar os EUA como o maior fornecedor das importações brasileiras no período 1936-38. O Brasil permanecerá, até 1941, em posição de "equidistância pragmática" (Gerson Moura) entre a Alemanha e os EUA, que disputam espaço em termos de influência política e penetração econômica.

Adotadas as Incoterms, regras para termos usados no comércio internacional, tais como: FOB (*Free on Board*) e CIF (*Cost, Insurance and Freight*) (26 jun).

Início da Guerra Civil Espanhola entre franquistas e forças de esquerda (18 jul).

Missão comercial sul-africana de Alwyn Zoutendyk ao Brasil, Argentina e Uruguai, a primeira enviada pela União Sul-Africana a países sul-americanos (jul).

A alemã Olga Benário, esposa de Luís Carlos Prestes e implicada na Intentona Comunista, é expulsa do Brasil (23 set).

Pacto Anti-Comintern entre Alemanha e Japão (25 nov). A Itália adere em 1937.

O presidente norte-americano, Franklin Roosevelt, faz uma escala no Rio de Janeiro, a caminho da Argentina, e encontra-se com Getúlio Vargas (27 nov). Em pauta, a segurança continental e a posição do Brasil.

Realizada, em Buenos Aires, a Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz, que proclama a **unidade americana** e reitera o princípio da não intervenção (1º-23 dez). Em seguida, o subsecretário de Estado norte-americano, Sumner Welles, visita o Brasil para discutir a questão da concorrência comercial alemã.

1937 O Brasil adere à Convenção sobre Asilo Político, concluída em 1933 (23 fev).

A Bolívia expropria os ativos da Standard Oil Company naquele país (13 mar).

Forças japonesas invadem a China (7 jul), em guerra que irá continuar até 1945.

Em visita os EUA, **Artur de Souza Costa**, ministro da Fazenda, discute projetos de cooperação econômica e obtém a concordância norte-americana para a manutenção do comércio compensado do Brasil com a Alemanha (jul).

Encontro nacional funda a União Nacional dos Estudantes (UNE) (16 ago).

O Brasil busca obter a locação de seis contratorpedeiros dos EUA para treinamento e vigilância costeira. No entanto, há forte lobby contrário argentino em Washington e a transação não segue adiante (ago).

Respondendo interinamente pela pasta desde 26 dez 1936, o diplomata Mário de Pimentel Brandão toma posse como novo ministro das Relações Exteriores (31 ago).

A Itália ingressa no Pacto Anti-Comintern (6 nov). Convidado a aderir pela Itália e Alemanha, o Brasil declina de participar daquele pacto anticomunista.

Um plano forjado de tomada do poder pelos comunistas ("Plano Cohen") serve de pretexto para o golpe continuísta do **Estado Novo** (10 nov). Getúlio Vargas fecha o Congresso e instaura um populismo autoritário e centralizador, inspirado no corporativismo italiano. Outorgada a **Constituição de 1937**, chamada de "polaca", elaborada pelo jurista Francisco Campos. É suprimida a autonomia dos Estados e conferidos poderes ao presidente para dissolver o Congresso, as Assembleias estaduais e as Câmaras municipais, substituir governadores e nomear interventores nos Estados. São suspensas as liberdades individuais e garantias constitucionais (o governo pode estender o estado de sítio, invadir domicílios e violar a correspondência, entre outras medidas). Ainda no mesmo dia, o governo brasileiro suspende o pagamento dos serviços da dívida externa, fato que tem repercussão negativa imediata nos EUA.

Oswaldo Aranha, embaixador em Washington, pede demissão do posto, por discordar dos rumos do Estado Novo (13 nov), e retorna ao Brasil. O Itamaraty divulga circular às missões diplomáticas estrangeiras, afirmando que a transformação política por que acaba de passar o Brasil "em nada altera sua tradicional política internacional" (17 nov).

São declarados extintos, por decreto, todos os partidos políticos no Brasil, incluindo a Ação Integralista Brasileira (2 dez). Medidas antigermânicas começam a ser tomadas nos três Estados do Sul do país, onde viviam cerca de 800 mil teuto-brasileiros. Há expurgo de elementos comunistas e integralistas nas Forças Armadas, que se fortalecem como ator político no Estado Novo, com papel-chave para os generais **Eurico Gaspar Dutra** (ministro da Guerra) e Pedro Aurélio de **Góes Monteiro** (chefe de Estado-Maior do Exército). Em 1937, houve aumento de 49% no orçamento militar brasileiro. A alta cúpula militar permanecerá leal a Vargas até 1945.

1938 Circular secreta do Itamaraty orienta os postos no exterior a negar vistos a pessoas de "origem étnica semítica" (25 fev).

Concluído, no Rio de Janeiro, Tratado entre o Brasil e a Bolívia sobre Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano (25 fev). Foram previstas sondagens topográficas e geológicas para verificar as reais potencialidades das jazidas petrolíferas bolivianas. O Brasil daria preferência de compra ao petróleo que viesse a ser produzido pela Bolívia.

A Alemanha nazista proclama o *Anschluss* e anexa a Áustria (13 mar).

Oswaldo Aranha, político gaúcho e ex-embaixador em Washington, é nomeado novo ministro das Relações Exteriores (15 mar). A presença de Aranha no Itamaraty servirá para contrabalançar a correlação de forças políticas no governo, dividido entre pró-americanos e simpatizantes do nazifascismo.

Expropriação do petróleo no México pelo governo de Lázaro Cárdenas (18 mar).

O governo brasileiro assina contrato com a empresa alemã Krupp para a aquisição de material bélico (25 mar). Para os militares, o Brasil se encontrava "desarmado" em caso de guerra.

Decreto assinado por Vargas proíbe qualquer atividade política no Brasil por parte de estrangeiros, dentro de campanha nacionalista que já vinha sendo implementada na prática (18 abr). O embaixador alemão no Brasil, Karl Ritter, protesta diversas vezes contra as **medidas antigermânicas** e o cerceamento da atuação do Partido Nazista (NSDAP), que possuía escritório de representação em São Paulo.

Criado pelo governo brasileiro o Conselho Nacional do Petróleo (29 abr). **Modernização conservadora**: na lógica autoritária estado-novista, o Estado deveria organizar a nação e promover o desenvolvimento econômico, dentro da ordem, pondo fim aos conflitos sociais, às lutas partidárias e aos "excessos" da liberdade de expressão que só serviriam para "debilitar" o país.

Levante Integralista: tentativa fracassada de golpe da Ação Integralista Brasileira (AIB), cujo líder, Plínio Salgado, irá exilar-se em Lisboa (10 maio). Sob o Estado Novo, os extremos à esquerda (comunismo) e à direita (integralismo) são derrotados.

É assinado, em Buenos Aires, o Tratado de paz definitivo Bolívia-Paraguai que encerra a disputa territorial em torno do Chaco (21 jul).

Decreto-lei cria o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) (30 jul).

A repressão às atividades de propaganda político-ideológica do Partido Nazista nos Estados do Sul do país leva a **crise diplomática entre o Brasil e a Alemanha**: Karl Ritter é declarado *persona non grata* pelo governo brasileiro (21 set) e a Wilhemstrasse, o Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão, toma medida similar em relação ao embaixador brasileiro em Berlim, José Joaquim Moniz de Aragão. As relações serão normalizadas no ano seguinte.

Circular do Ministério das Relações Exteriores disciplina o regime de vistos aplicável à entrada de judeus em território nacional (27 set).

Hitler obtém, na **Conferência de Munique**, o consentimento da França e da Grã-Bretanha para incorporar os Sudetos alemães da Tchecoslováquia (29 set).

Pela Reforma Oswaldo Aranha do Ministério das Relações Exteriores são fundidas em uma só (Quadro Único) as carreiras diplomática e consular (14 out).

Novo decreto nacionaliza o ensino primário no Brasil e torna obrigatório o uso da língua portuguesa nos estabelecimentos particulares (21 nov). O governo segue uma política de brasilianização dos "quistos étnicos", em particular os alemães.

A VIII Conferência Internacional Americana, em Lima, aprova declaração de princípios sobre a solidariedade continental (24 dez).

1939 Missão Aranha: a visita do chanceler Oswaldo Aranha aos EUA resulta na conclusão, em Washington, de acordos bilaterais de crédito e cooperação econômica, com a liberação de empréstimo norte-americano no valor de US\$ 50 milhões (8 mar).

Fim da Guerra Civil Espanhola, com a vitória das forças do general Franco (28 mar).

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, Acordo Comercial entre o Brasil e a União Sul-Africana, o primeiro na história das relações bilaterais com a África do Sul (18 abr).

A Alemanha celebra com a Itália, em Berlim, o chamado **Pacto de Aço** (22 maio).

O general George Marshall, chefe do Estado-Maior norte-americano, visita o Brasil à frente de uma delegação militar (25 maio).

Por meio de nova troca de embaixadores, são normalizadas as relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha, estremecidas no ano anterior (1º jun).

O general Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, realiza visita de trabalho aos EUA (jun). Quatro meses antes, Góes Monteiro havia recebido convite de Hitler para participar de manobras militares na Alemanha.

Assinado o **Pacto Molotov-Ribbentrop** de Não Agressão entre a Alemanha e a União Soviética (23 ago). Em seguida, a invasão alemã da Polônia desencadeia a **Segunda Guerra Mundial** (1º set). O Brasil se declara neutro em relação ao conflito e emite decreto-lei sobre as regras gerais de neutralidade (5 set). O bloqueio naval britânico provocará brusca queda no comércio Brasil-Alemanha, prejudicando em particular as exportações de algodão e café.

A I Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Americanos, no Panamá, declara a neutralidade do continente na guerra recém-iniciada (3 out).

A União Soviética invade a Finlândia (30 nov) e será expulsa da Liga das Nações. O Brasil condena a agressão soviética.

Criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que será responsável pela censura e pela difusão da ideologia oficial do Estado Novo (27 dez).

1940 Apesar da existência de uma proposta da Krupp alemã para a instalação de uma siderúrgica no Brasil, a United States Steel Co. não se mostra até então interessada em realizar empreendimento semelhante no país (jan). A produção de lingotes da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, estabelecida em 1921, era insuficiente para suprir a demanda interna. Nas origens do **nacional-desenvolvimentismo** estavam três pilares econômicos: indústria de base, petróleo e siderurgia. Pensava-se que, para conquistar o progresso, o Brasil devia entrar na "era do aço".

Fundado o Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (Unidroit) (15 mar).

Tropas alemãs ocupam a França (10 maio), onde depois será formado governo colaboracionista em Vichy (22 jun). Embaixador brasileiro na França desde 1922, Luiz Martins de **Souza Dantas**, instalado em Vichy, irá conceder vistos para o Brasil, contrariando instruções do governo, a centenas de judeus e comunistas perseguidos.

Em discurso a bordo do encouraçado *Minas Gerais*, Getúlio Vargas elogia as virtudes dos regimes fortes, "com disposição viril", e critica as democracias e os "liberalismos imprevidentes" (11 jun). Vargas mantém contatos diretos com o embaixador da Alemanha no Rio de Janeiro, Curt Prüfer, que promete incrementar a cooperação econômica alemã após a guerra (21 jun). Em seguida, Vargas pronuncia novo discurso no qual reafirma a posição de **neutralidade do Brasil na guerra** (29 jun). Ambos pronunciamentos têm grande repercussão no exterior e são recebidos com surpresa em Washington e satisfação em Berlim.

A II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Americanos aprova a **Ata de Havana**, com recomendações para a defesa do hemisfério (30 jul). Acorda-se que qualquer ataque extra-hemisférico a um país americano será considerado uma agressão contra todos.

A Luftwaffe alemã lança ataques bombardeios maciços contra a Grã-Bretanha (ago).

Assinado, no Rio de Janeiro, Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Brasil e o Japão (23 set), o primeiro acordo cultural firmado pelo governo japonês com um país americano.

Concluído acordo entre o Brasil e os EUA para a construção de uma **siderúrgica em Volta Redonda**, Estado do Rio de Janeiro, com empréstimos do Eximbank, a ser controlada por uma empresa estatal brasileira, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), presidida por Guilherme Guinle (24 set). A "política de barganhas" de Vargas negocia o alinhamento do Brasil em momento de extrema polarização política.

Alemanha, Itália e Japão assinam, em Berlim, pacto de **formação do Eixo** (27 set).

A missão comercial britânica do lorde Willingdon realiza visita ao Brasil (nov).

A Marinha britânica apresa, em Lisboa, o navio brasileiro *Siqueira Campos*, carregado com armas alemãs compradas antes da guerra (20 nov). O governo brasileiro envia nota de protesto ao Foreign Office (27 nov) e ameaça em represália desapropriar firmas britânicas no Brasil. O navio é liberado em seguida (16 dez).

Assinado, em Washington, o Convênio Interamericano do Café, do qual fazem parte 14 países produtores, incluindo o Brasil, e um consumidor, os EUA (28 nov).

Criada Legação do Brasil junto ao governo do Canadá, em Ottawa (17 dez).

1941 Acordo Brasil-EUA para a instalação, no Rio de Janeiro, de uma missão do Exército norte-americano e outra de aviação militar (17 jan).

Criado o Ministério da Aeronáutica para organizar e modernizar a Força Aérea Brasileira (FAB), tendo em vista a evolução do conflito mundial (20 jan).

Vargas comunica ao embaixador norte-americano, Jefferson Caffery, que o Brasil honrará as obrigações contraídas nas reuniões interamericanas no Panamá e em Havana (28 maio). Apesar dos sinais contraditórios emitidos desde 1939, fica clara desde então a **opção do Brasil pelos Aliados**. Com o poder pessoal que lhe havia sido conferido pelo Estado Novo, Vargas se tornara o "árbitro" do sistema político. Por isso, nos momentos críticos, não costumava delegar decisões cruciais de política externa nem ao Itamaraty nem às Forças Armadas.

A Alemanha invade a União Soviética, desrespeitando o Pacto de 1939 (22 jun).

O Brasil garante aos EUA exclusividade no **fornecimento de minerais estratégicos** de uso militar (bauxita, berilo, cromita, níquel, manganês, diamantes industriais, cristais de quartzo, titânio, zircônio, columbita, minério de ferro, borracha, cobalto, tungstênio, etc.), bem como concede permissão à Panair do Brasil para construir ou remodelar oito bases aéreas no Norte-Nordeste brasileiro (23 jul).

Getúlio Vargas viaja a Assunção, onde realiza a primeira visita oficial ao Paraguai de um chefe de Estado brasileiro (1º ago). Ainda naquele ano, Peru e Equador entram em conflito armado devido a disputas fronteiriças.

O presidente Franklin Roosevelt e o primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, assinam, a bordo de um navio de guerra, a **Carta do Atlântico**, que faz referência ao "estabelecimento de um sistema mais amplo e permanente de segurança geral" no pós-guerra (14 ago).

Assinado, em Washington, acordo entre o Brasil e os EUA para o fornecimento recíproco de materiais militares e informações sobre defesa (1º out). A compra de armas norte-americanas será feita pelo *Lend & Lease*, o **Programa de Empréstimo e Arrendamento**. Até o final da guerra, o Brasil receberá cerca de US\$ 360 milhões em equipamento militar, 73% do total enviado à América Latina.

Celebrado, no Rio de Janeiro, Tratado de Comércio entre o Brasil e o Canadá (17 out).

O Brasil e a Argentina assinam um Tratado sobre Livre Intercâmbio com o propósito de estabelecer, de forma progressiva, um regime comercial "que permita chegar a uma união aduaneira", aberta à adesão dos países limítrofes (21 nov). O Tratado, todavia, não terá resultados efetivos.

Após o ataque japonês à base norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí (7 dez), os **EUA entram na guerra** ao lado dos Aliados. Vargas declara a Roosevelt a solidariedade do governo do Brasil aos EUA, "coerente com as suas tradições e compromissos na política continental".

O governo brasileiro proíbe as operações das companhias aéreas Condor (alemã) e Lati (italiana) em território nacional (28 dez).

1942 Representantes de 26 países aliados contra o Eixo assinam, em Washington, a **Declaração das Nações Unidas**, "convictos de que se acham atualmente empenhados numa luta comum contra forças selvagens e brutais que procuram subjugar o mundo" (1º jan). O Brasil irá comunicar sua adesão à Declaração em 1943.

O Japão lança grande ofensiva no Pacífico e ocupa países do Sudeste asiático (jan).

Seguindo a recomendação da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Americanos, no Rio de Janeiro, o **Brasil rompe relações diplomáticas com o Eixo** (28 jan). É criada a Junta Interamericana de Defesa (JID). Argentina e Chile permanecerão neutros naquele momento. Submarinos alemães, em retaliação contra o Brasil, atacam sistematicamente navios brasileiros no Atlântico. Em sete meses, 19 navios serão torpedeados, totalizando 740 mortes. Cresce a pressão popular por uma declaração de guerra contra a Alemanha.

Ainda no Rio de Janeiro, à margem da Reunião de Consulta interamericana, é assinado o **Protocolo de Paz entre Peru e Equador**, tendo como países-garantes Argentina, Brasil, Chile e EUA (29 jan). Mais tarde, o Equador irá afirmar que o Protocolo seria "inexecutável" na Cordilheira do Condor.

Formulado, pelo Exército norte-americano, Plano de Operações no Nordeste (fev). O Brasil resiste à ideia de ter tropas dos EUA estacionadas no país.

Artur de Souza Costa, ministro da Fazenda, visita os EUA e assina os chamados **Acordos de Washington** (3 mar). Os EUA concedem um empréstimo de US\$ 100 milhões para financiar o projeto siderúrgico brasileiro e um crédito de US\$ 200 milhões para a renovação das Forças Armadas. Trata-se do maior compromisso dos EUA com um país latino-americano durante a Segunda Guerra Mundial.

Firmado Acordo político-militar secreto entre o Brasil e os EUA para a criação de uma Comissão Mista e utilização de **bases no Nordeste**, como apoio estratégico para o *front* no norte da África e o controle do Atlântico Sul (23 maio). O Brasil pede aos EUA proteção para a Marinha mercante brasileira contra ataques alemães.

Criada por decreto-lei a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), resultado da desapropriação da Itabira Iron Ore Company, controladora da Ferrovia Vitória-Minas (1º jun). À nova empresa de capital misto caberia explorar recursos minerais, sobretudo ferro.

Vitória dos EUA contra os japoneses na batalha aeronaval de Midway (7 jun).

Criado o Banco de Crédito da Borracha (9 jul), posteriormente denominado Banco da Amazônia, a fim de estimular a produção e comercialização da borracha natural e garantir o suprimento desse insumo estratégico às forças aliadas, que haviam perdido o acesso à produção da Malásia.

Após o torpedeamento de cinco navios brasileiros em três dias, o **Brasil reconhece o estado de beligerância com a Alemanha e a Itália** (21 ago). A nota do governo brasileiro se refere aos ataques submarinos sofridos como "flagrante infração das normas do direito internacional e dos mais mezinhos princípios de humanidade".

Instalada, em Washington, a Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA (**JBUSDC**, da sigla em inglês), com a finalidade de trocar informações e coordenar a cooperação militar bilateral (25 ago). A JBUSDC irá elaborar a Recomendação nº 14 para a defesa do Nordeste contra ameaças do Eixo (nov). A aliança Brasil-EUA em tempo de guerra se torna irreversível.

Baixado o decreto nº 10.358, que declara estado de guerra em todo o território nacional (31 ago).

Promulgada a Lei de Introdução ao Código Civil (4 set), referência para o estudo do direito internacional privado no Brasil.

Vitória das forças aliadas na Batalha de El Alamein, no Egito, revertendo a tentativa alemã de controlar o acesso ao Canal de Suez (5 nov).

Missão Cooke: enviada ao Brasil pelo governo norte-americano, a "missão técnica" de Morris L. Cooke faz recomendações para o desenvolvimento da indústria brasileira e da infraestrutura (dez). Em 1942, o mil-réis, que circulava como moeda desde 1889, será substituído pelo cruzeiro.

1943 Conferência entre os líderes aliados ocidentais em Casablanca, Marrocos (23 jan).

Doutrina Aranha: em carta dirigida a Vargas, o chanceler Oswaldo Aranha expõe sua visão do pós-guerra e o papel do Brasil, definindo a linha mestra de sua política externa: "apoiar os EUA no mundo em troca do seu apoio na América do Sul" (25 jan).

O presidente Franklin Roosevelt, vindo de Casablanca, encontra-se com Getúlio Vargas, em Natal, Rio Grande do Norte, onde os EUA haviam construído uma base aérea que, por sua localização estratégica, era chamada de "trampolim da vitória" (28 jan). Na **Cúpula de Natal**, discute-se a adesão do Brasil às Nações Unidas e a contribuição brasileira ao esforço de guerra, entre outros assuntos.

Derrota alemã em Stalingrado dá início à contra-ofensiva da União Soviética na frente oriental (2 fev).

O governo brasileiro decide dar sua adesão formal à Carta do Atlântico de 1941 e à Declaração das Nações Unidas, do ano anterior (6 fev). O Brasil assinará a Declaração em solenidade no Departamento de Estado, em Washington (9 abr).

Realizam visita ao Brasil os presidentes do Paraguai, Higinio Morínigo (maio), e da Bolívia, Enrique Peñaranda (jun). Na Argentina, golpe militar derruba o presidente Ramón Castillo e encerra o predomínio político das oligarquias agrárias (6 jun). Os EUA irão reforçar a aliança com o Brasil, enquanto hostilizam crescentemente a Argentina, por sua neutralidade na guerra, sob os governos militares do Grupo de Oficiais Unidos (GOU).

Constituído, em Argel, o Comitê Francês de Libertação Nacional (3 jun), que será reconhecido pelo governo brasileiro.

Batalha de tanques de Kursk entre forças da Alemanha e da União Soviética (5 jul).

Cai o governo fascista italiano de Mussolini (25 jul). Após reconquistar a África do Norte, os Aliados invadem a Itália, onde forças alemãs opõem resistência.

O ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, visita os EUA e solicita a remessa para o Brasil de novos armamentos, em especial tanques (ago). As prioridades estratégicas dos dois países eram diferentes: enquanto os EUA tinham a defesa do Nordeste como foco, o Brasil estava mais preocupado com a percepção de uma **ameaça argentina na região Sul**.

Firmado Tratado de Amizade entre o Brasil e a China (20 ago). Em 1943, são elevadas à categoria de Embaixada as missões diplomáticas do Brasil no Canadá, China, Cuba e República Dominicana.

Na Conferência de Moscou, EUA, Grã-Bretanha e União Soviética e China reconhecem a necessidade de estabelecer "uma organização internacional geral, baseada no princípio da igualdade soberana de todos os Estados amantes da paz" (30 out).

Entra em vigor a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (10 nov). Com a adoção da legislação trabalhista e o atrelamento dos sindicatos ao governo, Vargas havia criado uma nova base de apoio entre os trabalhadores urbanos, favorecendo a ligação direta do líder carismático com as massas ("pai dos pobres"), sem a intermediação de partidos políticos ou grupos organizados.

Criada por decreto presidencial a **Força Expedicionária Brasileira (FEB)** (23 nov). O envio de forças de combate nacionais, por insistência do governo brasileiro junto aos Aliados, ligava-se à ideia de identificar o Brasil como "potência associada" no pós-guerra, com uma posição de preeminência na América Latina e importância reconhecida no mundo, na qualidade de "aliado especial" dos EUA. O envolvimento direto na guerra também reforçava o argumento de que o Brasil precisava continuar a receber suprimentos de armas dos EUA, mesmo depois da perda de importância estratégica do Nordeste, com a vitória dos Aliados na África do Norte em 1943.

É negociado pelo Brasil acordo permanente com os credores norte-americanos e britânicos relativo ao pagamento do serviço da dívida externa contraída até 1931 (24 nov).

Conferência de Teerã entre Roosevelt, Churchill e Stalin para tratar de problemas relativos à guerra. Roosevelt expõe seu plano para o pós-guerra com base na ideia dos Quatro Policiais (4 dez).

Assinada, em Lisboa, Convenção Ortográfica entre o Brasil e Portugal (29 dez).

1944 Sob intensa pressão norte-americana, a Argentina rompe relações diplomáticas com a Alemanha e o Japão (26 jan).

Os EUA solicitam ao Brasil que considere estabelecer vínculos diplomáticos formais com Moscou (3 mar).

Em Londres, o então subsecretário de Estado norte-americano, Edward Stettinius, trata com o governo da Grã-Bretanha da colaboração da FEB na Europa (abr). Os militares britânicos eram, em princípio, contrários à participação do Brasil com tropas na guerra.

Dia D: desembarque aliado na Normandia, norte da França (6 jun). A França será libertada e Charles de Gaulle se torna presidente do governo provisório francês.

Concluído Acordo de aviação militar entre o Brasil e os EUA para o uso de aeroportos brasileiros (14 jun). Os EUA também ajudarão a construir duas bases aéreas no sul do país, no Paraná e no Rio Grande do Sul.

O primeiro contingente da FEB, que terá cerca de 25 mil homens, parte para a Europa, sob o comando do general Mascarenhas de Moraes (2 jul). Na **campanha da Itália**, a FEB, integrada ao 5º Exército norte-americano, irá destacar-se na tomada de posições defensivas alemãs nos Apeninos (Monte Castelo, Montese, entre outras).

O secretário de Estado Cordell Hull convida Oswaldo Aranha para visitar Washington e discutir questões do pós-guerra (17 jul).

Com delegação chefiada pelo ministro da Fazenda, Arthur de Souza Costa, o Brasil participa da **Conferência de Bretton Woods** (New Hampshire, EUA), que cria o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD, ou Banco Mundial) (22 jul). Rechaçado o Plano Keynes, a Conferência define um novo arranjo financeiro internacional, sob a **hegemonia do dólar norte-americano** (Plano White), prevendo livre conversibilidade externa das moedas e paridades fixas definidas em ouro ou dólar.

A Sociedade dos Amigos da América, no Rio de Janeiro, é fechada pelo governo e Oswaldo Aranha pede demissão do cargo de ministro das Relações Exteriores, sendo em seguida substituído pelo diplomata Pedro Leão Velloso, que assume em caráter interino (22 ago).

A FEB ocupa Massarosa, Monte Canunale e Il Monte (16 set). A FEB conquistará outras posições na Itália nas semanas seguintes.

A **Conferência de Dumbarton Oaks**, em Washington, entre EUA, Grã-Bretanha, União Soviética e China, discute os termos da ordem internacional no pós-guerra e elabora um primeiro esboço da futura ONU (7 out). Durante a Conferência, os representantes britânico e soviético rejeitam a proposta, sugerida por Roosevelt, de incluir o Brasil como um dos membros permanentes do Conselho de Segurança.

O Brasil reconhece o governo provisório francês do general Charles de Gaulle (23 out) e estabelece relações diplomáticas com o novo governo da Itália (26 out).

Primeiro ataque frustrado da FEB a Monte Castelo (24 nov). Duas outras tentativas tampouco terão êxito.

1945 A **Conferência de Yalta**, na Crimeia, reúne os Três Grandes (Roosevelt, Churchill e Stalin), que discutem as fronteiras soviéticas e o destino dos países do Leste europeu, que passam a constituir-se em "zona de influência" da URSS. Decide-se convocar uma Conferência em São Francisco para aprovar a Carta da nova organização mundial, incluindo o poder de veto aos membros permanentes do Conselho de Segurança (4-12 fev).

O secretário de Estado norte-americano, Edward Stettinius, vindo de Yalta, encontra-se em Petrópolis com Vargas e aborda a necessidade de reconhecimento da União Soviética pelo Brasil, que não o faz desde 1917 (16 fev).

No quarto ataque, Monte Castelo é finalmente tomada pela FEB (21 fev).

Ato Adicional à Constituição de 1937 prevê a realização de eleições diretas à Presidência da República (28 fev).

A Conferência Interamericana sobre os Problemas da Guerra e da Paz, na Cidade do México, discute o fortalecimento do sistema regional interamericano ante a proposta de criação de uma nova organização mundial e aprova a **Ata de Chapultepec**, que reafirma a solidariedade continental (6 mar). É também adotada a Carta Econômica das Américas, baseada nos princípios liberais definidos em Bretton Woods.

Formalizado, em Washington, pelo chanceler Leão Velloso, o **estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética**, intermediado por Stettinius (14 mar). O anúncio oficial ocorre em seguida (2 abr). Em 1946, serão instaladas as respectivas Embaixadas em Moscou e no Rio de Janeiro.

O Brasil participa da comissão de juristas que elabora, em Washington, projeto do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (9-20 abr).

Morte de Roosevelt: o vice-presidente Harry Truman assume nos EUA (12 abr).

Vargas concede anistia a presos políticos (18 abr). **Novos partidos políticos** de caráter nacional são organizados: União Democrática Nacional (UDN, antiga oposição liberal, antigetulista); Partido Social Democrático (PSD, criado por iniciativa de Vargas com o apoio da burocracia estatal e de setores dominantes nos Estados e no campo); e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB, massas trabalhadoras urbanas pró-Vargas). O Partido Comunista do Brasil (PCB) sai da ilegalidade (22 abr).

Mussolini é executado (28 abr). Os soviéticos ocupam Berlim, Hitler se suicida e a Alemanha se rende incondicionalmente aos Aliados (8 maio). Termina a Segunda Guerra Mundial na Europa, mas a luta continua no Pacífico. Revelada a existência de campos de concentração nazistas para o extermínio em massa de judeus.

Extinção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e fim da censura (25 maio).

Declarado pelo Brasil o estado de guerra contra o Japão na Ásia (6 jun).

Decretada a Lei dos Atos Contrários à Economia Nacional, conhecida como Lei Malaia, de inspiração nacionalista e antitruste (22 jun).

A **Conferência de San Francisco** aprova a **Carta das Nações Unidas**, que o Brasil assina como membro fundador (26 jun). Na Conferência, a delegação brasileira, chefiada por Leão Velloso, havia proposto uma revisão da Carta no prazo de cinco anos, sem recurso ao veto ("emenda Velloso"). Bertha Lutz se destacou na defesa dos direitos da mulher. A nova organização internacional, com sede em Nova York, substitui a Liga das Nações, desativada em 1946. O Conselho de Segurança será constituído então por 11 membros: cinco permanentes e seis não permanentes.

Primeira sessão, em São Francisco, da Comissão Preparatória das Nações Unidas, encarregada de tomar as medidas práticas para o funcionamento da organização (27 jun). O Brasil é um dos 14 membros do conselho executivo da Comissão, que continuará seus trabalhos em Londres.

Celebrado o primeiro Acordo atômico entre o governo brasileiro e os EUA para o fornecimento de arcas monazíticas pelo Brasil (6 jul).

Primeira explosão atômica no deserto de Alamo Gordo, no Novo México (16 jul).

Termina a **Conferência de Potsdam**, em Berlim, entre Truman, Stalin e Clement Attlee (que substituiu Churchill), sobre o tratamento a ser dado à Alemanha vencida, que é dividida pelos Aliados em zonas de ocupação (2 ago). O Brasil é sondado sobre eventual interesse em enviar tropas de ocupação à Áustria, mas a proposta não avança.

Após o lançamento de bombas atômicas norte-americanas sobre as cidades de Hiroshima (6 ago) e Nagasaki (9 ago), o Japão declara sua rendição (14 ago). Fim da guerra no Pacífico.

O embaixador norte-americano no Brasil, Adolf Berle Jr., pronuncia discurso em que menciona a "marcha regular para a democracia constitucional" no país (28 set).

Entra em vigor a Carta das Nações Unidas (24 out). A partir de 1948, 24 de outubro passará a ser comemorado como o Dia da ONU.

O movimento "queremista", com apoio do PCB, defende a permanência de Vargas no poder, mas fortes pressões pela **redemocratização** do país levam ao fim do Estado Novo: **Vargas renuncia** (29 out) e José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, assume como presidente em exercício. Leão Velloso permanece no cargo de ministro das Relações Exteriores. Vargas se retira para São Borja, no Rio Grande do Sul. São convocadas eleições presidenciais.

Fundada a Organização Educacional, Científica e Cultural da ONU (Unesco), com sede em Paris (16 nov). O educador Anísio Teixeira representa o Brasil no Conselho da organização.

O general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra de Vargas, com o apoio da aliança PSD-PTB, vence as eleições presidenciais ao derrotar o brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN (2 dez.). Vargas, que havia apoiado a candidatura de Dutra, elege-se senador.

1946 Na **I Assembleia Geral da ONU**, em Londres, o Brasil é eleito membro não permanente do Conselho de Segurança (10 jan). A delegação brasileira é chefiada por Luiz Martins de Souza Dantas. A posição do Brasil nos primeiros anos da ONU será de alinhamento sem restrições ao bloco ocidental liderado pelos EUA.

Governo Dutra: o presidente eleito Eurico Gaspar Dutra assume o poder, tendo como ministro das Relações Exteriores o político e advogado João Neves da Fontoura (31 jan). Dutra irá governar com apoio conservador e, em meio à Guerra Fria, seguir viés fortemente anticomunista.

O Brasil, representado por Cyro de Freitas-Valle, assume pela primeira vez a presidência do Conselho de Segurança (17 fev).

Aprovado o regulamento do **Instituto Rio Branco**, destinado a organizar o ingresso na carreira diplomática e o aperfeiçoamento dos quadros do Itamaraty (6 mar).

O Brasil adere à Convenção de Chicago relativa à Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), com sede em Montreal (26 mar).

A Liga das Nações realiza sua última reunião formal em Genebra (18 abr).

Inaugurada, na Haia, a **Corte Internacional de Justiça** (CIJ), tribunal que substitui a extinta Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI) e que tem por função julgar diferendos de natureza jurídica entre Estados que reconhecem sua jurisdição (18 abr). O jurista brasileiro José Philadelpho de Barros Azevedo é um dos juízes eleitos da CIJ.

O justicialista **Juan Domingo Perón** torna-se presidente na Argentina (4 jun). A política externa de Perón buscará uma "terceira posição" diante da bipolaridade Leste-Oeste prevalecente na época.

O Brasil, com delegação chefiada pelo chanceler João Neves da Fontoura, é um dos 21 países a participar da Conferência de Paris sobre problemas do pós-guerra, onde será discutida em especial a situação da Itália (29 jul-15 out).

O general Dwight Eisenhower, ex-comandante das forças aliadas e herói de guerra, visita o Rio de Janeiro (13 ago). O ex-chanceler Otávio Mangabeira, líder da UDN, beija-lhe a mão.

Promulgada a **Constituição de 1946**, de cunho liberal e democrático, baseando-se em parte na Carta de 1934: República federal, independência dos três poderes, eleição direta para presidente (mandato de cinco anos sem reeleição), liberdade de opinião, voto secreto e universal, livre associação sindical e defesa da propriedade privada (18 set). Pelo novo texto constitucional, o Brasil só poderá recorrer à guerra se não couber ou se malograr o recurso ao arbitramento ou aos meios pacíficos de solução do conflito, regulados por órgão internacional de segurança, de que participe. Além disso, pelo artigo 4º, o Brasil em caso nenhum se empenhará em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outro Estado.

O Tribunal de Nuremberg condena líderes nazistas por crimes de guerra (1º out).

Concluída, em Washington, a Convenção Internacional para a Regulação da Caça à Baleia (2 dez).

Raul Fernandes, político, diplomata e advogado carioca, assume o Ministério das Relações Exteriores (7 dez).

- 1947** No contexto da **Guerra Fria** e do conflito Leste-Oeste, e com base na Doutrina Truman de contenção do comunismo (12 mar), é anunciado o **Plano Marshall** de ajuda econômica dos EUA à reconstrução da Europa (5 jun).

Inaugurada, pelos presidentes Dutra e Perón, a Ponte Internacional entre as cidades de Uruguiana e Paso de los Libres, na fronteira entre o Brasil e a Argentina (21 maio).

Independências da Índia e do Paquistão, este dividido entre a parte ocidental e o território oriental bengali (15 ago). Nehru, colaborador de Gandhi, é nomeado primeiro-ministro indiano. Há choques violentos entre hindus e muçulmanos, migrações em massa e lutas em torno da Cachemira.

Inaugurada no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, a Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente (15 ago). Como resultado, será assinado, no Rio de Janeiro, com a presença do presidente norte-americano, Harry Truman, o **Tratado Interamericano de Assistência Recíproca** (TIAR), instrumento jurídico destinado a promover a defesa hemisférica contra agressões externas (2 set). Pelo artigo 3º, um ataque armado contra um Estado americano será considerado um ataque contra todos.

Convênio constitutivo da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) (2 out).

O PCB tem seu registro eleitoral cassado e o anticomunismo prevalecente no país leva ao **rompimento de relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética** (20 out). O Itamaraty solicita que o governo dos EUA passe a representar os interesses brasileiros naquele país.

Criada Legação do Brasil junto ao governo da União Sul-Africana, em Pretória (28 out).

Com o objetivo de regular o sistema multilateral de comércio, a Conferência de Genebra adota, em caráter provisório, o **Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio**, conhecido pela sigla em inglês como **GATT** (*General Agreement on Tariffs and Trade*) (30 out). O Brasil é uma das 23 partes contratantes do GATT, que consagra os princípios da reciprocidade e não discriminação (cláusula de nação mais favorecida), da transparência, do livre acesso aos mercados e dos direitos de defesa comercial.

Com o apoio de Oswaldo Aranha, presidente da II Assembleia Geral, a ONU aprova plano para a divisão da Palestina, prevendo a criação de um Estado judeu e um Estado palestino, além de um *status* especial para Jerusalém (29 nov).

O governo adota uma política econômica monetarista e liberalizante, de câmbio livre. Em função da abertura econômica ao exterior e do aumento das importações, a balança comercial brasileira registra déficit de US\$ 55 milhões.

- 1948** Entra em vigor o Benelux, entre Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo (17 mar).

Conferência, em Havana, aprova Carta instituindo a Organização Internacional do Comércio (OIC), que, no entanto, não será ratificada pelos EUA nem pela maioria dos países signatários, jamais

entrando em vigor (24 mar). O Brasil teve uma participação na **Conferência de Havana** pautada pela defesa de medidas especiais em favor do "desenvolvimento dos países de economia jovem". O GATT será promulgado no Brasil pela Lei 313 (30 jul).

O Brasil e a Índia trocam missões diplomáticas sob a forma de Legação (6 abr).

A IX Conferência Internacional Americana aprova, em Bogotá, a Carta de criação da **Organização dos Estados Americanos** (OEA), com sede em Washington (30 abr). É também assinado o Tratado Americano de Soluções Pacíficas (Pacto de Bogotá). Durante a Conferência, ocorrem violentos distúrbios na capital colombiana, o chamado "Bogotazo" (9 abr).

Proclamado por Ben-Gurion o estabelecimento do **Estado de Israel** (14 maio). É imediatamente deflagrada a primeira Guerra Árabe-Israelense. Após vencer as forças árabes, Israel passa a ocupar 75% do território que correspondia à Palestina sob mandato britânico.

O governo Dutra envia ao Congresso o **Plano Salte** (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), o primeiro ensaio de planejamento econômico no país (19 maio). Também estava em consideração pelo Congresso o Estatuto do Petróleo, que abria ao capital estrangeiro a participação na exploração, produção e refino de petróleo no Brasil. O projeto de lei, contudo, provoca reações de grupos nacionalistas e será arquivado.

Crise internacional iniciada com o bloqueio do acesso terrestre a Berlim Ocidental (23 jun).

Começa a funcionar uma Comissão Técnica Mista Brasil-EUA, cuja finalidade consiste em analisar a economia brasileira e fazer recomendações para a promoção do desenvolvimento (ago). Resultado da **Missão Abbink**, a Comissão é chefiada, do lado norte-americano, por John Abbink, e, do lado brasileiro, por Otávio Gouvêa de Bulhões.

Divisão da península coreana entre República da Coreia (15 ago), ao sul, aliada aos EUA, e República Popular e Democrática da Coreia (RPDC), ao norte, do líder comunista Kim Il-sung (3 set). O governo Dutra irá reconhecer apenas a Coreia do Sul. Relações diplomáticas do Brasil com a Coreia do Norte serão estabelecidas em 2001.

Conferência de Annecy do GATT, que ocupa o lugar da malograda OIC (set).

Criação da Comissão Econômica para a América Latina (**Cepal**), órgão do sistema das Nações Unidas, com sede em Santiago (26 out). Sob a coordenação de Raúl Prebisch, economista argentino, a Cepal irá desenvolver reflexão voltada para os problemas do desenvolvimento latino-americano e as relações centro-periferia.

Concluído, no Rio de Janeiro, Acordo Cultural entre o Brasil e a França (6 dez).

Adotada pela ONU a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, documento marco na história da proteção internacional dos direitos humanos (10 dez).

1949 Instituído, em Moscou, o Conselho de Assistência Econômica Mútua (**Comecom**), envolvendo os países socialistas do Leste europeu (18 jan).

O presidente norte-americano, Harry Truman, anuncia programa de assistência técnica a países em áreas periféricas do globo, conhecido por **Ponto IV** (20 jan). O Brasil será incluído entre os beneficiários do programa.

Reunião da Comissão Americana de Territórios Dependentes, em Havana, discute a situação das possessões europeias no continente americano (15 mar).

Estabelecimento da **Organização do Tratado do Atlântico Norte** (OTAN), aliança militar ocidental liderada pelos EUA, com a finalidade de se contrapor ao bloco soviético (4 abr).

Instituído o Conselho da Europa, organização internacional à qual depois ficará vinculado o Tribunal Europeu de Direitos Humanos, com sede em Estrasburgo (5 maio).

O Estado de Israel é admitido na ONU, com o voto favorável do Brasil (11 maio).

O presidente **Dutra visita os EUA** (17-29 maio), na primeira visita oficial de um chefe de Estado brasileiro àquele país (a viagem de D. Pedro II aos EUA em 1876 teve caráter privado). O governo brasileiro esperava colher os benefícios de uma "relação especial" com os EUA, mas sua reivindicação por maior reciprocidade econômica e ajuda financeira substantiva ao desenvolvimento viu-se frustrada ("alinhamento sem recompensa").

Divisão da Alemanha com a criação, no lado ocidental (capitalista), da República Federal da Alemanha (RFA) (23 maio) e, na parte oriental (socialista), da República Democrática da Alemanha (RDA) (7 out).

Adotadas, com o apoio do Brasil, as quatro Convenções de Genebra sobre direito internacional humanitário, incluindo tratamento de prisioneiros de guerra (12 ago).

Criação da Escola Superior de Guerra (**ESG**), inspirada no National War College, que desenvolverá estudos com base na Doutrina de Segurança Nacional (20 ago).

A explosão da primeira bomba atômica soviética quebra o monopólio nuclear até então exercido pelos EUA (29 ago).

Na Assembleia Geral da ONU, em Nova York, o Brasil é inscrito como primeiro orador, iniciando a tradição de ser sempre o primeiro país a abrir o debate geral (21 set). O discurso é pronunciado pelo embaixador Cyro de Freitas-Valle.

Vitória de Mao Tsé-Tung na **Revolução Comunista na China** (1º out) e exílio em Taiwan de Chiang Kai-shek e seus seguidores do Kuomintang. O governo brasileiro lamenta o fato, fecha a Embaixada que havia sido transferida para Xangai e opõe-se ao reconhecimento da República Popular da China liderada por Mao.

Firmada Declaração de Amizade e Cooperação entre o Brasil e a Itália (11 out).

Criada a Agência da ONU para Assistência aos Refugiados da Palestina (Unrwa) (8 dez).

1950 Instituído, pelos países da aliança atlântica, o Comitê de Coordenação de Controle Multilateral de Exportações (**Cocom**), com o objetivo de controlar as transferências de produtos e tecnologia de emprego militar para os países do bloco comunista (1º jan).

O chanceler Raul Fernandes encaminha ao embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, Herschel Johnson, o chamado "memorando da frustração", que refletia o descontentamento com a limitada cooperação dos EUA diante dos problemas econômicos brasileiros (17 jan).

Promulgada pelo Brasil a Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas (16 fev).

O Brasil ratifica a Convenção Interamericana sobre Concessão de Direitos Políticos à Mulher, celebrada em 1948 (21 mar).

Concluída a Rodada Torquay do GATT, que obtém nova redução de tarifas alfandegárias aplicadas ao comércio de produtos industrializados (abr).

Anunciada, em Paris, a Declaração Schuman relativa à integração europeia (9 maio).

Com a invasão da Coreia do Sul por tropas norte-coreanas, tem início a **Guerra da Coreia** (25 jun). Os EUA irão obter da Assembleia Geral da ONU, mediante a Resolução "Unidos para a Paz", aprovação para o deslocamento de tropas à península coreana, comandadas pelo general MacArthur. O Brasil apoia as ações norte-americanas na Coreia.

Ao sediar pela primeira vez a **Copa do Mundo de futebol** da FIFA, o Brasil perde para o Uruguai na final por 2x1, no Maracanã (16 jul).

Fundada por Assis Chateaubriand a TV Tupi, a primeira emissora de televisão do Brasil (18 set).

Depois de haver rompido com Dutra, Getúlio Vargas retorna à política nacional e é eleito presidente da República pelo voto popular (3 out).

A China invade o Tibet (7 out) e anexa formalmente o território no ano seguinte.

A exemplo do que fizeram os EUA e outros países latino-americanos, o presidente Dutra proclama por decreto a soberania do Brasil sobre sua **plataforma continental submarina** (8 nov). Na mesma época, a companhia norte-americana Standard Oil realiza campanhas no país para obter os direitos de exploração de petróleo em território nacional.

Estabelecida a **Comissão Mista Brasil-EUA para o Desenvolvimento Econômico** (19 dez), sob a égide do Ponto IV de Truman. Resultado das gestões brasileiras em prol de maior engajamento norte-americano na promoção do desenvolvimento, a Comissão (JBUSED, da sigla em inglês) exercerá suas atividades de jul 1951 a dez 1953, aprovando 41 projetos em áreas como transporte e energia.

1951 Criado o Conselho Nacional de Pesquisas (**CNPq**), primeiro órgão governamental no Brasil voltado para ciência e tecnologia (15 jan).

Segundo Governo Vargas: início do segundo período de Getúlio Vargas no governo, após a longa experiência de 1930-45 (31 jan). João Neves da Fontoura é reconduzido ao cargo de ministro das Relações Exteriores.

Promulgada lei que estabelece o monopólio estatal e impõe severas restrições às exportações brasileiras de minerais radioativos (15 mar).

Na IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Americanos, em Washington, convocada para discutir a defesa do hemisfério contra ameaças do bloco comunista, o chanceler Neves da Fontoura defende a necessidade da promoção do desenvolvimento como a melhor forma de impedir o avanço de ideologias exógenas na América Latina (26 mar).

Em carta dirigida a Getúlio Vargas, o presidente Truman, seguido depois pelo secretário-geral da ONU, Trygve Lie, solicita ao Brasil o envio de tropas para a Guerra da Coreia (9 abr). O governo brasileiro, no entanto, rejeita maior envolvimento militar no conflito e não atende ao pedido norte-americano.

Criada Legação do Brasil junto ao governo de Israel, em Tel-Aviv (12 abr). No mesmo ano, o Brasil cria representação junto ao Império da Etiópia, com sede no Cairo.

A criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (**CECA**), com base no Memorando Monet e no Plano Schuman, lança o processo de integração na Europa Ocidental a partir do eixo Paris-Bonn (18 abr).

Adotada, em Genebra, a Convenção da ONU relativa ao Estatuto dos Refugiados (28 jul), que será complementada depois pelo Protocolo de 1967 sobre refugiados.

Firmados Tratados de Paz e Assistência Militar entre os EUA e o Japão (8 set).

Criada Embaixada do Brasil junto ao governo do Paquistão, em Islamabad (16 out).

Concluídas negociações bilaterais para a venda de manganês, urânio e areias monazíticas do Brasil aos EUA (26 dez).

O Brasil sedia, no Rio de Janeiro, o I Congresso da União Latina, organização voltada para a cooperação cultural entre Estados de língua de origem latina.

O jurista brasileiro Levi Fernandes Carneiro é eleito juiz da Corte Internacional de Justiça.

1952 Decreto regulamenta a remessa de lucros do capital estrangeiro no Brasil (3 jan).

Concluído Acordo atômico com os EUA para o fornecimento pelo Brasil de monazita, cério e terras raras (21 fev). É criada, no Itamaraty, a Comissão de Exportação de Materias Estratégicas (CEME), com a finalidade de controlar as atividades referentes ao aproveitamento da energia nuclear.

Após missão a Washington do general Góes Monteiro, no ano anterior, é concluído **Acordo de Assistência Militar entre o Brasil e os EUA** (15 mar). A execução do Acordo, sem vinculação com as reivindicações econômicas levantadas pelo lado brasileiro, consistirá basicamente no

fornecimento pelo Brasil de minerais estratégicos em troca de equipamentos e materiais usados das Forças Armadas norte-americanas.

Ratificada pelo Brasil a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, concluída em 1948 (15 abr).

Com a instalação de Embaixada em Taipé (abr), o Brasil declara que mantém relações diplomáticas com o governo nacionalista da República da China em Taiwan.

O movimento Cruzada Democrática, integrado por militares conservadores antigetulistas, vence as eleições para o Clube Militar (21 maio). O resultado mostra a debilidade do apoio a Vargas nas Forças Armadas, ao contrário do que ocorria no Estado Novo.

Criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, atual **Bndes**), por sugestão da Comissão Mista Brasil-EUA (JBUSED), a fim de centralizar a execução de programas e financiar projetos de infraestrutura (20 jun). Também surgem no mesmo ano o Instituto Brasileiro do Café, o Banco do Nordeste, a Comissão Nacional de Política Agrícola e outras autarquias.

O secretário de Estado norte-americano, Dean Acheson, visita o Brasil, em "férias de trabalho", e discute os trabalhos da JBUSED, entre outros assuntos (2-3 jul). A visita ilustra as contradições da política dos EUA para a América Latina, de alta prioridade à questão da segurança e ajuda modesta no campo econômico. Em seu segundo governo, Vargas procuraria reviver a "barganha nacionalista" da época da guerra, mas não obtém o mesmo resultado, dadas as muitas diferenças nas conjunturas externa e interna.

Porto Rico se torna oficialmente "Estado livre associado" aos EUA (25 jul).

Adotada pela Unesco a Convenção Universal sobre Direito do Autor (6 set). O Brasil adere em 1960.

1953 Aprovada, pelo Congresso brasileiro, lei que elimina restrições anteriores às transferências de lucros, juros e dividendos ao exterior (7 jan).

Elevadas à categoria de Embaixada as Legações do Brasil nos países da América Central: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua (12 jan). Será assinado, ainda, Tratado de Amizade entre o Brasil e a Nicarágua (24 set).

Na União Soviética, morre Stalin (5 mar), que será substituído por Nikita Krushev.

Ao sugerir a assinatura de um pacto econômico com o Brasil e o Chile, o presidente da Argentina, Juan Domingo Perón, afirma em carta a Vargas que "o ano 2000 nos achará unidos ou dominados" (6 mar).

O novo presidente norte-americano, o republicano Dwight Eisenhower, imprime nova orientação e extingue unilateralmente a Comissão Mista Brasil-EUA para o Desenvolvimento Econômico (JBUSED), desativada em dez (3 jun).

Vicente Rao, professor e advogado paulista, assume o Ministério das Relações Exteriores (1º jul).

O almirante **Álvaro Alberto**, presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, faz viagem à Europa (Alemanha, França) para obter cooperação técnico-científica ao desenvolvimento da política atômica brasileira, incluindo a importação de três ultracentrífugas alemãs para enriquecimento de urânio (jul).

Armistício na Guerra da Coreia cria zona desmilitarizada no paralelo 38 (27 jul).

O presidente do Peru, general Manuel Odira, realiza visita ao Brasil (ago).

Criada Legação do Brasil junto ao governo da Indonésia, em Jacarta (28 set).

Após intenso debate no país entre os segmentos "nacionalistas" e "entreguistas", a campanha "O Petróleo é Nosso" culmina com a **criação da Petrobras**, que passa a deter o monopólio da exploração do petróleo no Brasil (3 out). Vargas havia inicialmente proposto uma empresa de capital misto na qual a União teria o controle acionário, mas depois aderiu à ideia do monopólio integral sobre a pesquisa, lavra, refino e transporte (com exceção da distribuição de derivados nos postos de gasolina). Aumentará a extração nos campos petrolíferos do Recôncavo baiano.

A Instrução nº 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (**Sumoc**) encarece os produtos importados para estimular a indústria nacional (9 out).

Organizada a Comissão Mista Brasil-Alemanha de Desenvolvimento Econômico (31 out). A RFA já é o segundo país exportador para o Brasil, atrás apenas dos EUA.

Celebrado, no Rio de Janeiro, o **Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal**, com vistas a fortalecer o diálogo político bilateral (16 nov). O Tratado concede tratamento especial aos nacionais dos dois países, incluindo gozo de direitos, livre entrada e saída e estabelecimento de domicílio.

Lei adota novo regime de comércio exterior, com cinco categorias de produtos, e cria a Carteira de Comércio Exterior (Cacex) do Banco do Brasil (29 dez).

Fundado o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), por iniciativa do **Grupo Itatiaia** (intelectuais que se reuniam periodicamente para discutir as questões nacionais). O IBESP irá publicar a revista *Cadernos do Nosso Tempo* e será o precursor do ISEB, criado em 1955.

1954 Efetivado, sem a participação do Brasil, o Acordo Internacional do Açúcar (1º jan).

Decreto assinado por Vargas impõe **novas restrições ao capital estrangeiro**, limitando a 10% ao ano a remessa de lucros e dividendos ao exterior (5 jan). A lei provocou insegurança nos mercados, mas teve pouco efeito prático pela dificuldade em fiscalizar seu cumprimento.

Fundação, no Rio de Janeiro, do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (**IBRI**), primeira instituição brasileira dedicada exclusivamente ao tema (27 jan). O Instituto passa a publicar a *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI), transferida em 1993 para Brasília.

A X Conferência Internacional Americana, em Caracas, adota Convenção sobre Asilo Diplomático e aprova resolução, proposta pelos EUA, contra a "intervenção do comunismo internacional" nas Américas (28 mar).

A proposta argentina de um **novo Pacto ABC** não avança, pois Vargas encontra-se pressionado pela oposição, que o identifica com o regime peronista e o acusa de pretender estabelecer no Brasil uma "república sindicalista". Comunicado do Itamaraty nega que o presidente Vargas tenha assumido qualquer compromisso político secreto com países do continente ou fora dele (8 abr). O embaixador do Brasil em Buenos Aires, Batista Lusardo, era simpatizante do peronismo, o que também despertava suspeitas de uma "aliança secreta" entre Vargas e Perón, por afinidade ideológica e mútua simpatia.

Vargas anuncia aumento de 100% do salário mínimo (1º maio). Aumenta a **crise de confiança no governo** por parte de setores conservadores, militares e grande imprensa, receosos de uma mobilização das massas em favor de um suposto projeto continuísta de Vargas. Diante das denúncias de corrupção que chegam até o Catete, o governo é acusado de estar mergulhado em um "mar de lama".

Intervenção norte-americana na Guatemala leva à deposição do governo nacionalista do presidente Jacobo Arbenz, que desapropriara terras da United Fruit Co. (28 jun).

O governo dos EUA boicota a importação de café brasileiro em retaliação à política de preço mínimo adotada pelo Brasil (jun). O café era então responsável por 60% das exportações brasileiras.

Com o fim da Guerra da Indochina, os franceses se retiram e o Vietnã é dividido entre o norte comunista, com capital em Hanói, e o sul, em Saigon (21 jul).

Elevada à categoria de Embaixada a Legação do Brasil em Beirute, Líbano (31 jul).

Acordo atômico com os EUA para a troca de minerais do Brasil por trigo norte-americano (20 ago).

O atentado da rua Toneleros contra o deputado Carlos Lacerda, adversário político de Vargas, precipita a crise política (5 ago). Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Vargas, é acusado de ser o mandante. Udenistas e militares (Manifesto dos Generais) exigem a renúncia do presidente (22 ago). **Suicídio de Getúlio Vargas**: sem base de sustentação, Vargas se suicida com um tiro no coração no Palácio do Catete (24 ago). Manifestações populares, estimuladas pela carta-testamento de Vargas, atacam representações consulares, a Embaixada dos EUA, empresas e bancos estrangeiros. **Governo Café Filho**: o vice-presidente João Café Filho assume como presidente interino, tendo Raul Fernandes como ministro das Relações Exteriores (26 ago).

Fracassa, por oposição francesa, a Comunidade de Defesa Europeia (30 ago).

Aberta, no Rio de Janeiro, a Conferência de Ministros das Finanças dos Países Americanos (22 nov). O presidente Café Filho advoga maior cooperação econômica e a criação de um banco interamericano.

Entre 1930 e 1954, o PIB brasileiro cresceu 266% (média anual de 5,6%). Nesse período, a economia brasileira aumentou sua participação no PIB mundial de 0,75 para 1,3%.

1955 O presidente Café Filho encontra-se na fronteira com o presidente boliviano, Victor Paz Estenssoro, para a inauguração do prolongamento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil da cidade de Corumbá até Santa Cruz de la Sierra (6 jan).

Com o propósito de abrir a economia brasileira ao exterior, a **Instrução nº 113 da Sumoc** permite importações de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial ou restrição quanto aos similares produzidos no país (17 jan). A medida será utilizada nos anos seguintes para permitir maior ingresso de capital internacional durante o Plano de Metas do governo JK.

Café Filho realiza visita oficial a Portugal (22-28 mar). O Brasil apoiava os interesses portugueses no conflito com a Índia pelos territórios de Goa, Damão e Diu.

A I Conferência Afro-Asiática, em Bandung, Indonésia, reúne países do **Terceiro Mundo**, sob a liderança de Sukarno, Nehru, Tito e Nasser (24 abr). O neutralismo é uma das bandeiras da Conferência, origem do futuro Movimento dos Não Alinhados.

Constituição do **Pacto de Varsóvia** entre os países do Leste europeu, aliança militar liderada pela URSS para fazer frente à OTAN (14 maio).

Criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (**ISEB**), com a participação do professor Hélio Jaguaribe (14 jul). O ISEB irá influenciar, juntamente com o pensamento da Cepal, a elaboração da **ideologia do nacional-desenvolvimentismo** na década de 1950, bem como desenvolver trabalhos a favor de uma política externa mais nacionalista e independente.

Firmados, entre o Brasil e os EUA, Acordos sobre cooperação para usos civis da energia atômica e reconhecimento de recursos de urânio no Brasil (3 ago). Ainda em 1955, novo Acordo atômico confirma o entendimento para a troca de monazita do Brasil por trigo dos EUA (16 nov).

Estabelecimento de relações diplomáticas entre a RFA e a União Soviética (8 set).

Golpe militar na Argentina ("Revolución Libertadora") derruba o governo de Perón (19 set).

Vitória apertada do governador de Minas Gerais e candidato pela coligação PSD-PTB, Juscelino Kubitschek de Oliveira, nas eleições presidenciais, com 36% dos votos, tendo João Goulart, ex-ministro do Trabalho de Vargas, como vice-presidente (3 out).

Alegando problemas de saúde, Café Filho se afasta da Presidência (8 nov) e é substituído por Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados. Há rumores de que Juscelino Kubitschek seria impedido de assumir. Três dias depois, o general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra, lidera **"golpe preventivo"** para garantir a posse do presidente eleito (11 nov). O senador Nereu Ramos assume interinamente.

O governo brasileiro instrui suas missões diplomáticas no sentido de votarem contra a admissão da Alemanha Oriental (RDA) em organismos e conferências internacionais (14 nov).

Com o apoio decidido do Brasil, Portugal é finalmente admitido na ONU (14 dez).

1956 Viagem de Juscelino, como presidente eleito, aos EUA e Europa (jan). Em Key West, Flórida, Juscelino encontra-se com o presidente Eisenhower e solicita apoio econômico norte-americano para investimentos na indústria brasileira.

Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, tendo como ministro das Relações Exteriores o ex-chanceler e político paulista José Carlos de Macedo Soares (31 jan).

Criado o Conselho de Desenvolvimento, subordinado à Presidência da República, órgão encarregado do planejamento da política econômica do governo (1º fev). Será lançado o **Plano de Metas**, projetando "50 anos em 5", com desenvolvimentismo, internacionalização da economia, expansão da rede de transportes, dos setores de base e implantação de uma indústria automobilística, além da construção de Brasília, a nova capital federal. O programa de desenvolvimento acelerado visava a superar gargalos da economia, conforme avaliação técnica dos Grupos Executivos em cada setor prioritário: indústria automobilística (Geia), construção naval (Geicon), mecânica pesada (Geimape), transportes (Geipot) e bens de capital (Geimaq).

Na União Soviética, Nikita Krushev denuncia os crimes cometidos por Stalin no XX Congresso do PCUS e defende a coexistência pacífica Leste-Oeste (14 fev).

O Brasil restabelece relações comerciais com a Alemanha Oriental (16 mar) e pouco depois recebe uma missão comercial daquele país, chefiada por Georg Kulesa (16-17 maio).

A Tunísia se torna independente da França (20 mar). O Brasil estabelece relações diplomáticas com o novo país, abrindo Embaixada em Túnis em 1961.

Ao ensejo da revisão da dívida da Argentina, é realizada a primeira reunião do **Clube de Paris**, grupo informal de coordenação de países credores para o tratamento da dívida contraída oficialmente entre Estados (16 maio).

O presidente Juscelino comparece, no Panamá, à Conferência de Chefes de Estado Americanos comemorativa dos 130 anos do Congresso do Panamá (22 jul).

Crise de Suez: após a nacionalização do Canal de Suez pelo presidente Nasser (26 jul), forças combinadas de Israel, Grã-Bretanha e França invadem o Sinai, no Egito. Por pressão dos EUA e da URSS, a crise é contornada e a I Força de Emergência da ONU (UNEF) será enviada para fiscalizar o cessar-fogo (15 nov). Convidado, o Brasil envia um contingente de infantaria do Exército à região, conhecido por **Batalhão Suez**, que lá permanecerá até 1967, com a missão de patrulhar a linha de demarcação entre árabes e israelenses e limpar campos minados.

Criada a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), órgão responsável por regular as atividades nucleares no Brasil (10 out). No mesmo mês, é estabelecida, em Viena, a Agência Internacional de Energia Atômica (**AIEA**) (26 out).

Intervenção soviética na Hungria para reprimir insurreição anticomunista (4 nov).

A Marinha brasileira adquire da Grã-Bretanha o porta-aviões leve *Minas Gerais* (14 dez).

1957 Acordo entre o Brasil e os EUA para a instalação de uma base norte-americana de rastreamento de foguetes e mísseis na Ilha de Fernando de Noronha (19 jan). No mesmo ano, é criado o Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade, administrado pela Marinha do Brasil.

Gana se torna independente (6 mar): ganha força o processo de **descolonização na África Negra**. O Itamaraty estuda o envio de uma missão exploratória a países africanos e asiáticos.

Constituídas, em Roma, a Comunidade de Energia Atômica Europeia (Euratom) e a **Comunidade Econômica Europeia** (CEE), com vistas a um Mercado Comum Europeu abrangendo a Europa dos 6: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos (25 mar). O Brasil vê com preocupação o possível impacto do Tratado de Roma no comércio com os países europeus, considerando-o prejudicial às exportações brasileiras e contrário às regras do GATT.

O Brasil participa de Conferência em Buenos Aires, convocada pela Argentina, sobre a defesa do Atlântico Sul (maio).

O presidente de Portugal, general Francisco Higino Craveiro Lopes, chega ao Brasil em visita oficial, sob protestos anti-salazaristas (7 jun). Em declaração conjunta, o governo brasileiro mantém seu **apoio ao colonialismo português na África** (11 jun). Vozes discordantes, porém, como a de Oswaldo Aranha, pleiteiam que o Brasil deveria apoiar a independência dos países africanos.

O Brasil adere às Convenções de Genebra de 1949 sobre direito internacional humanitário (29 jun).

Reforma aduaneira promove a completa reformulação dos instrumentos da política de comércio exterior, instituindo tarifa em base *ad valorem*, de acordo com a Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas, com mais de 6 mil itens (14 ago).

Em Buenos Aires, a Conferência Econômica Interamericana, organizada pela OEA, discute formas de cooperação multilateral para o desenvolvimento (ago-set).

Ratificação pelo Brasil da Convenção sobre Asilo Diplomático de 1954 (17 set).

O Brasil e seis produtores latino-americanos de café assinam o Convênio do México, com o objetivo de deter a queda dos preços internacionais do produto (set).

Lançamento pela União Soviética do primeiro satélite artificial, o *Sputnik* (4 out).

Registram-se grandes investimentos na **indústria automobilística** no Brasil, com a ampliação e/ou instalação, no ABC paulista, de fábricas estrangeiras como a Ford, General Motors, Willys Overland, Volkswagen, Mercedes-Benz, Simca e outras. Entre 1957 e 1961, o crescimento médio do PIB brasileiro será de 8,2%, mas haverá aumento do déficit público (4% do PIB em 1957), da dívida externa e da inflação.

1958 Reúne-se, no Rio de Janeiro, a Conferência Internacional do Café, com a finalidade de coordenar as ações dos países interessados no comércio cafeeiro (jan). O Brasil passa também a integrar as negociações do Acordo Internacional do Açúcar.

Em São Paulo, a USP instala o primeiro reator nuclear da América Latina (25 jan).

O Brasil e a Bolívia assinam, em La Paz, os **Acordos do Roboré** sobre exploração de petróleo boliviano, ligações ferroviárias (Ferrovia Corumbá-Santa Cruz de la Sierra) e intercâmbio econômico (29 mar). Os acordos bilaterais causaram grande celeuma no país, criticados pelos nacionalistas e defensores da Petrobras por supostamente favorecerem empresas multinacionais. Parlamentares brasileiros se queixaram de que alguns compromissos haviam sido assumidos por notas reversais, dispensando a aprovação do Congresso. O presidente Kubitschek nomeia uma comissão de alto nível para estudar o caso.

O presidente eleito da Argentina, Arturo Frondizi, visita o Rio de Janeiro para encontro com Juscelino Kubitschek, em ensaio de aproximação entre os dois países (8-9 abr). Frondizi sugere que o Brasil e a Argentina fundem a primeira "siderurgia sul-americana".

A Conferência de Genebra sobre o Direito do Mar aprova uma Convenção sobre a Plataforma Continental (29 abr).

O vice-presidente norte-americano, Richard Nixon, em visita à América Latina, enfrenta manifestações e protestos populares em Lima e Caracas (maio).

O presidente Juscelino, em carta dirigida ao presidente Eisenhower, lança a **Operação Pan-Americana** (OPA), propondo que os EUA patrocinem um programa de ajuda ao desenvolvimento econômico e combate à pobreza na América Latina, como forma de fortalecer a democracia no hemisfério (28 maio). A carta destaca a necessidade urgente de investimentos nas "áreas economicamente atrasadas do continente", programas de assistência técnica, mecanismos "capazes de proteger os preços dos produtos de base", e recursos de organismos financeiros internacionais.

Com a crise na Argélia, Charles de Gaulle assume o poder na França (31 maio).

Juscelino discursa aos representantes diplomáticos dos países americanos no Rio de Janeiro e reafirma os fundamentos que inspiram a OPA (20 jun).

Francisco Negrão de Lima, político mineiro, assume o Ministério das Relações Exteriores (3 jul).

O secretário de Estado norte-americano, John Foster Dulles, é enviado ao Rio de Janeiro para conversar sobre a OPA com presidente Juscelino (4 ago). Os EUA reconhecem os princípios contidos na iniciativa brasileira, mas Juscelino rejeita minuta de declaração conjunta centrada na repressão ao comunismo.

Criado, junto ao Conselho da OEA, Comitê Especial para estudar a formulação de novas medidas de cooperação econômica, mais conhecido como o **Comitê dos 21**, encarregado de discutir modalidades de implementação da OPA (24 set). Em sua primeira reunião, em Washington, o Comitê exclui a possibilidade de um "Plano Marshall para a América Latina", frustrando o representante brasileiro Augusto Frederico Schmidt (17 nov).

Firmado, pelo Brasil e mais 14 países, o Convênio Latino-Americano do Café, com o objetivo de ordenar a oferta e a demanda do produto nos mercados internacionais (27 set).

O professor **Hélio Jaguaribe** lança o livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*.

1959 Vitoriosa a **Revolução Cubana** de Fidel Castro contra o governo de Fulgêncio Batista (1º jan). O Brasil reconhece o novo governo revolucionário. Cuba irá depois nacionalizar propriedades estrangeiras, declarar-se socialista e pedir apoio à União Soviética. Os EUA impõem um embargo comercial e financeiro à ilha.

Humberto Delgado, candidato da oposição à Presidência portuguesa, solicita asilo na Embaixada do Brasil em Lisboa (12 jan) e somente após longas negociações é autorizado a deixar Portugal (21 abr).

Criado, a partir de recomendação do Comitê dos 21, o **Banco Interamericano de Desenvolvimento** (BID), com sede em Washington (8 abr). O BID será responsável pela concessão de empréstimos e financiamentos a projetos de desenvolvimento e cooperação técnica na América Latina.

O embaixador Hugo Gouthier de Oliveira Gondim realiza missão especial a sete países asiáticos, a fim de estimular a expansão das relações comerciais com Irã, Tailândia, Indonésia, Singapura, Federação da Malásia, Filipinas e Hong Kong (abr-maio). Como resultado dessa missão e da **Operação Brasil-Ásia**, o Brasil estabelece relações diplomáticas com o Vietnã do Sul (4 maio), Tailândia (16 maio), Federação da Malásia (11 ago), Coreia do Sul (31 out) e, no ano seguinte, com o Ceilão, atual Sri Lanka. Ainda em 1959, o presidente da Indonésia, Sukarno, realiza visita oficial ao Brasil, a primeira de um chefe de Estado asiático ao país (18 maio).

Ao retornar de uma reunião do Comitê dos 21 em Buenos Aires, o líder cubano Fidel Castro visita o Brasil e se encontra com Juscelino Kubitschek (5 maio).

Desapropriação pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, subsidiária da empresa norte-americana Amforp (*American & Foreign Power Company*) (13 maio).

Enfrentando o aumento da inflação e do déficit público, Juscelino critica os lucros excessivos de firmas estrangeiras no país. O Brasil busca créditos externos, dependentes do aval do FMI, que defende um ajuste recessivo. Como a marcha desenvolvimentista era a marca de sua gestão, para não se ver forçado a comprometer o Plano de Metas, **Juscelino rompe com o FMI** (9 jun).

O primeiro-ministro do Japão, Shinsuke Kishi, realiza visita ao Brasil (24 jul).

Horácio Lafer, político e empresário paulista, assume o Ministério das Relações Exteriores (10 ago).

O Brasil, como maior produtor mundial, firma o primeiro **Convênio Internacional do Café**, integrado por 28 países, tanto produtores quanto consumidores, responsáveis pelo controle de 93% das exportações mundiais do produto (1º out).

O Brasil e a Argentina celebram acordos de comércio e de consultas prévias em assuntos de interesse comum (26 nov).

Decreto estabelece a Comissão de Coordenação da Execução da Política Econômica Exterior, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (28 nov).

Concluído, em Washington, o **Tratado da Antártica** (1º dez). Embora os países signatários não renunciem às suas pretensões territoriais, reconhece-se o *status* de não militarização do continente antártico. O Brasil inicialmente não acede ao Tratado, aderindo em 1975.

Missão comercial brasileira à União Soviética conclui Termo de Entendimento sobre questões de comércio e pagamentos com aquele país (9 dez). O Itamaraty esclarece que o restabelecimento de relações comerciais não significa um reatamento diplomático formal com a URSS.

Criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) (15 dez).

1960 O presidente do México, Adolfo López Mateos, realiza visita ao Brasil, a primeira em caráter oficial de um mandatário mexicano ao país (19-25 jan).

O Brasil reconhece a independência do Cameroun francês (25 jan), do Mali (25 jul), do Congo-Léopoldville (depois República Democrática do Congo) (ago), e do Cameroun britânico (19 set).

O presidente norte-americano, Dwight Eisenhower, visita o Brasil, incluindo passagem por Brasília (24-25 fev). Ocorrem protestos estudantis no Rio de Janeiro, liderados pela UNE. Após a visita, as negociações do Brasil com o FMI são retomadas, em Washington, pelo embaixador Walter Moreira Sales.

Criação pelo Tratado de Montevideu da **Associação Latino-Americana de Livre Comércio** (Alalc), com o objetivo final de constituir um mercado comum regional a partir de uma zona de livre comércio a ser implementada no prazo de 12 anos (18 fev). As negociações na Alalc serão baseadas em "listas comuns" e "listas nacionais", produto a produto, para promover reduções tarifárias, eliminar barreiras não tarifárias e liberalizar o intercâmbio comercial. As economias latino-americanas estavam de costas umas às outras: em 1960, menos de 10% de suas exportações se dirigiam aos países vizinhos.

A convite de Fidel Castro, Jânio Quadros, político paulista, viaja a Cuba (mar).

Inaugurada a **nova capital, Brasília** (a "meta-síntese" do Plano de Metas de JK), em área do Planalto Central conhecida por Quadrilátero Cruls (21 abr). Com projeto urbanístico de Lúcio Costa e arquitetura de Oscar Niemeyer, Brasília custou cerca de 2,3% do PIB para ser erguida. A transferência definitiva do governo federal irá demorar mais de uma década.

O Brasil estabelece relações diplomáticas com a Comunidade Econômica Europeia e Augusto Frederico Schmidt apresenta credenciais como embaixador junto à CEE (14 jun).

A ONU, dirigida então pelo secretário-geral Dag Hammarskjöld, envia uma Força de Emergência ao Congo ex-Belga (14 jul), da qual o Brasil participará com oficiais-aviadores da FAB.

Divergências político-ideológicas levam a ruptura entre a China e a URSS (16 jul).

O presidente Juscelino visita Portugal para assistir às solenidades do V Centenário do Infante D. Henrique e retribuir a visita do presidente português em 1957 (9 ago).

A Declaração de San José, adotada pela OEA, afirma que "o sistema interamericano é incompatível com qualquer forma de totalitarismo" (29 ago).

Ainda como resultado da OPA de Juscelino, o Comitê dos 21 da OEA adota a **Ata de Bogotá**, propondo medidas para a melhoria social e o desenvolvimento econômico na região (12 set). A Ata reconhece a "mútua dependência entre os problemas econômicos e sociais".

Criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (**OPEP**) (14 set).

O Brasil adere à Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (16 nov).

Formado o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), composto por Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua (13 dez).

Instituída, em Paris, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (**OCDE**), que reúne grupo expressivo de 20 países desenvolvidos (14 dez).

Avança o processo de descolonização e 17 países se tornam independentes na África. Nesse contexto, é aprovada, com apoio do Brasil, por Resolução da Assembleia Geral da ONU, a Declaração de Garantia de Independência dos Países Coloniais, reafirmando o princípio da autodeterminação dos povos (14 dez). O Brasil mantinha posição tradicional de apoio ao colonialismo português, mas a erosão do ocidentalismo, a primazia das considerações econômicas e o consenso internacional anticolonialista vão ensejar mudanças na orientação brasileira.

Tentativa de golpe em Addis-Abeba enquanto o imperador da Etiópia, Haile Selassie, realizava visita de Estado ao Brasil (14 dez).

1961 Os EUA, sob o governo Eisenhower, rompem as relações diplomáticas com Cuba (3 jan).

Elevadas a Embaixada as Legações do Brasil na Polônia (18 jan) e no Irã (25 jan).

Governo Jânio Quadros, tendo como ministro das Relações Exteriores o político e escritor mineiro Afonso Arinos de Melo Franco (31 jan). Jânio preconiza uma **Política Externa Independente** (PEI) e irá pedir providências ao Itamaraty para reatar relações com a URSS. Acorado desde o início da República na matriz ideológica pan-americana, o mito da "aliança especial" com os EUA havia-se esvaziado no final da década de 1950. A PEI surge como negação ao paradigma anterior, que exaltava as virtudes do alinhamento.

Aporta no Recife o navio português *Santa Maria*, sequestrado pelo capitão Henrique Galvão, opositor ao governo Salazar (2 fev). Galvão receberá asilo político no Brasil.

Jânio Quadros recebe friamente o enviado especial do governo norte-americano, Adolf Berle Jr., que havia ido a Brasília conversar sobre a questão cubana (29 fev). O Brasil se opõe a qualquer tipo de intervenção estrangeira em Cuba.

O Itamaraty estabelece grupo de trabalho para estudar a abertura de missões diplomáticas no continente africano e propor medidas para desenvolver as relações econômicas, comerciais e culturais (3 mar). O chanceler Afonso Arinos visita o Senegal para as comemorações da

independência daquele país (4 abr). Criado por decreto o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), destinado a incrementar as relações do Brasil com o mundo afro-asiático (14 abr). **Novas Embaixadas na África** serão criadas pelo Brasil em 1961: Senegal, Nigéria, Guiné, Gana, Côte d'Ivoire e Etiópia, além de Consulados na Rodésia, Congo-Léopoldville e Quênia. A Embaixada em Dacar será a primeira do Brasil na África subsaariana. O escritor negro Raymundo Souza Dantas será nomeado embaixador em Acra. O Brasil se apresenta então como ponte entre a África e o Ocidente.

Criado o Serviço de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil (Sepro), rede de escritórios no exterior para promover exportações (10 mar). Em 1961, os produtos primários ainda representavam 96% do valor total das vendas brasileiras.

São adotadas, pela Instrução 204 da Sumoc, medidas austeras de estabilização econômica, como o corte de subsídios à gasolina e ao trigo importados e a desvalorização do cruzeiro em 100% para estimular as exportações (13 mar). O plano ortodoxo do governo visava a controlar o déficit público, reduzir a inflação (31% ao ano) e saldar a dívida externa de US\$ 3,8 bilhões.

O presidente norte-americano, John Fitzgerald Kennedy, anuncia a **Aliança para o Progresso**, programa de assistência ao desenvolvimento para a América Latina (excluindo Cuba), criado em resposta à iniciativa brasileira da OPA (13 mar). Apesar das expectativas, os recursos da Aliança representarão apenas cerca de 0,2% do PIB norte-americano. No mesmo ano, será estabelecida pelos EUA a Escola das Américas, no Panamá, para treinamento de militares latino-americanos em "guerra interna e revolucionária".

Em mensagem ao Congresso (15 mar), Jânio Quadros lista entre os principais pontos de sua política externa o respeito à "posição tradicional do Brasil no mundo livre"; a ampliação dos contatos com todos os países, inclusive do mundo socialista; a expansão do comércio exterior; o "apoio decidido ao anticolonialismo"; e a luta contra o subdesenvolvimento econômico.

O Brasil restabelece relações diplomáticas com a Hungria e a Romênia (31 mar), rompidas desde a Segunda Guerra Mundial. Em seguida, o jornalista João Dantas é enviado em **missão especial à Europa Oriental** para o adensamento das relações comerciais, culturais e científicas com os países socialistas, incluindo visita à Alemanha Oriental (RDA) (abr-jun). Uma missão comercial brasileira visita Moscou (maio) e serão também criadas Legações do Brasil em Sofia, Bulgária (6 out), e Tirana, Albânia (9 nov).

Em Cuba, fracassa o ataque anticastrista na Baía dos Porcos (Playa Girón), apoiado pelos EUA (17 abr). O Brasil declara "profunda apreensão" em relação ao episódio.

Assinada a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (18 abr). A Convenção entra em vigor para o Brasil em 1965.

No **Encontro de Uruguiana**, entre o presidente Jânio Quadros e seu colega argentino Arturo Frondizi, é assinado Convênio de Amizade e Consulta entre o Brasil e a Argentina, aberto à adesão de outros países do continente (22 abr). Os dois presidentes concordam em retirar tropas estacionadas na fronteira e iniciar esforços para superar a rivalidade bilateral.

Acordo *stand-by* do Brasil com o FMI no valor de US\$ 200 milhões (18 maio). No mesmo mês, o embaixador Roberto Campos visita países da Europa Ocidental em busca de créditos dos bancos europeus.

Criação da Anistia Internacional, organização não governamental de defesa dos direitos humanos, com sede em Londres (28 maio).

Ampla reforma da estrutura administrativa do Ministério das Relações Exteriores cria divisões geográficas na Secretaria de Estado e dá outras providências (14 jul).

Crise do Muro de Berlim: a fronteira que divide a cidade é fechada pelo lado oriental (13 ago). Tanques dos EUA e da URSS chegam a ficar frente à frente no Checkpoint Charlie (27 out), mas a ameaça de enfrentamento é contornada.

A Conferência de Ministros das Finanças do Hemisfério Ocidental, em Punta del Este, adota formalmente a Carta da Aliança para o Progresso (17 ago). Em seu retorno da Conferência, Ernesto **Che Guevara**, líder revolucionário de Cuba, é condecorado em Brasília por Jânio Quadros com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, a maior comenda do governo brasileiro (19 ago).

O vice-presidente João Goulart viaja chefiando missão comercial à China (ago).

Sentindo-se esmagado por "forças terríveis", **Jânio Quadros renuncia** após sete meses no cargo (25 ago). Os militares tentam impedir a posse do vice-presidente, mas encontram a resistência da Campanha da Legalidade. É adotado o regime parlamentarista como solução de compromisso (2 set). **Governo João Goulart:** após longa viagem de retorno da China, João Goulart assume o governo, tendo Tancredo Neves como primeiro-ministro. O advogado e político carioca Francisco Clementino de San Tiago Dantas é nomeado ministro das Relações Exteriores (7 set).

Convidado a participar, o governo brasileiro envia Afonso Arinos como observador à I Conferência dos Países Não Alinhados, em Belgrado, Iugoslávia (1º-6 set). Desde então, o Brasil se mantém com o status de observador junto ao **Movimento dos Não Alinhados** (MNA).

Seguindo a dimensão neutralista assumida pela PEI, são **restabelecidas as relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética**, rompidas desde 1947 (23 nov). O governo brasileiro ressalta, no entanto, que o gesto não implica "simpatia ideológica" pelo regime soviético.

1962 Quatro ex-chanceleres (José Carlos de Macedo Soares, João Neves da Fontoura, Vicente Rao e Horácio Lafer) publicam nota a favor da exclusão de Cuba da OEA (17 jan).

O Brasil integra, em Abidjan, a Aliança dos Países Produtores de Cacau (20 jan).

A VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Americanos, em Punta del Este, decide por 14 votos pela **exclusão de Cuba da OEA** e da Junta Interamericana de Defesa, em virtude da identificação do governo cubano como marxista-leninista (31 jan). Apesar de pressões domésticas e do governo norte-americano, o Brasil, representado por **San Tiago Dantas**, defende posição conciliatória, baseada no princípio da não intervenção, e se abstém na votação final, juntamente com Argentina, Bolívia, Chile, Equador e México (chamados *outer six*). A participação brasileira em Punta del Este suscita grandes debates no país e a Política Externa Independente (PEI)

enfrenta forte oposição interna. Em plena Guerra Fria, San Tiago Dantas sustenta que a política externa deve basear-se no desenvolvimento econômico, na reforma social, na busca de novos mercados e na "consideração exclusiva do interesse nacional". O Brasil, embora pertença histórica e culturalmente ao Ocidente, "não integra blocos" (neutralismo), e preconiza maior autonomia e liberdade de atuação, sem preconceitos ideológicos (pragmatismo).

Golpe militar na Argentina derruba o governo de Arturo Frondizi (29 mar).

A Argélia obtém sua independência da França após prolongada guerra (1º jul).

O presidente **João Goulart visita os EUA** e mantém reunião com Kennedy para tentar contornar as fricções bilaterais (3-9 abr). Goulart reconhece a importância do capital estrangeiro e caracteriza as relações Brasil-EUA como "exatas, convenientes e necessárias". Mas a visita tem poucos resultados e não afasta as críticas de "antiamericanismo" atribuídas ao governo brasileiro.

Goulart visita o México (9-11 abr) e firma declaração conjunta com o presidente López Mateos, a qual reitera a "unidade de vistas" entre os dois países no campo da política externa: preservação da paz; desarmamento geral; democracia representativa; não intervenção e autodeterminação; e independência dos Estados.

Na Conferência do Desarmamento, em Genebra, o chefe da delegação brasileira, Afonso Arinos, apoia a Declaração das Oito Potências Não Alinhadas (incluindo o Brasil), que pede esforços pela proibição dos testes nucleares (26 abr).

Lei estabelece a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) (27 ago).

Após duas quedas de gabinetes, o político baiano Hermes Lima, indicado primeiro-ministro, passa a exercer cumulativamente o cargo de ministro das Relações Exteriores (24 set).

Criada a Organização Internacional do Café (OIC), com sede em Londres (28 set).

Crise dos Mísseis Cubanos: em resposta à descoberta pelos EUA de que a União Soviética estava instalando mísseis balísticos em Cuba, o presidente Kennedy ordena um bloqueio naval da ilha (22 out). Sob o risco real de desencadear uma guerra nuclear, um acordo é alcançado para a retirada dos mísseis em troca da promessa norte-americana de não invadir Cuba. Secretamente, os EUA também retiraram os mísseis Júpiter que detinham na Turquia e na Itália (28 out). **Missão Albino:** durante a crise, a pedido dos EUA, tratado em sigilo, o chefe da Casa Militar da Presidência, general Albino Silva, viaja a Havana para oferecer a Fidel Castro os bons ofícios do governo brasileiro (29 out).

Ataque de forças chinesas leva a conflito fronteiro entre Índia e China (20 out).

Apresentação da bossa nova no exterior, no Carnegie Hall de Nova York (21 nov).

O ministro da Justiça norte-americano, Robert Kennedy, encontra-se com Goulart, em Brasília, para discutir indenizações nos casos da Amforp e de subsidiária da ITT, encampadas pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (15 dez).

O Brasil conclui Acordo de Comércio com a República Popular da China (28 dez).

Criada a Comissão de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental (**Coleste**), órgão interministerial sediado no Itamaraty (dez).

1963 Lançado o Plano Trienal de Desenvolvimento, elaborado pelo economista Celso Furtado com o auxílio de uma equipe ligada à Cepal (1º jan).

Realização de plebiscito favorável ao retorno do presidencialismo no Brasil (6 jan).

"Guerra da Lagosta": apresamento pela Marinha brasileira de três barcos de pesca franceses que capturavam lagostas sem autorização nas costas do Nordeste (31 jan). A França despacha o contratorpedeiro *Tartu* àquela área e, em resposta, o Brasil mobiliza navios de guerra (22 fev). Durante o episódio, a frase "O Brasil não é um país sério", do embaixador brasileiro em Paris, Carlos Alves de Souza, será erroneamente atribuída a Charles de Gaulle.

San Tiago Dantas, agora como ministro da Fazenda, visita os EUA, a fim de obter apoio financeiro para o Plano Trienal, e assina o chamado **Acordo Bell-Dantas** com a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA (Usaid) condicionado à solução do caso Amforp e ao cumprimento das metas do FMI (25 mar).

O Brasil e a União Soviética concluem diversos acordos de comércio e pagamentos, com vistas ao aumento do intercâmbio bilateral, já duplicado desde o reatamento (20 abr). Os acordos preveem a abertura de um escritório comercial brasileiro na URSS e uma representação comercial soviética no Brasil.

Buscando aproximar-se da América Latina, o presidente **Goulart visita o Chile**, na primeira visita oficial de um chefe de Estado brasileiro àquele país (22 abr). No plano hemisférico, o governo brasileiro tenta preservar um espaço de autonomia político-econômica em contexto de crescentes pressões norte-americanas. Ao mesmo tempo, com base em identidade própria e interesses comuns, começa a amadurecer uma visão da América Latina como um conceito operacional para a política externa.

Assinada a Convenção de Viena sobre Relações Consulares (24 abr). A Convenção entra em vigor para o Brasil em 1967.

Os presidentes da Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México assinam declaração conjunta sobre a desnuclearização da América Latina, comprometendo-se a não fabricar, receber, armazenar ou testar armas nucleares (29 abr).

Criação, em Addis-Abeba, da Organização da Unidade Africana (**OUA**) (28 maio). A política africana brasileira limita-se ainda à retórica, pois o Brasil se mantém em posição dúbia em relação às "províncias ultramarinas" portuguesas e à África do Sul do *apartheid*.

O Brasil não adere à Convenção Interamericana para Facilitar o Transporte Aquático Internacional, concluída em Mar del Plata, Argentina (7 jun).

Evandro Cavalcante Lins e Silva, político e jurista piauiense, assume o Ministério das Relações Exteriores (18 jun), sendo substituído em seguida pelo embaixador **João Augusto de Araujo Castro** (22 ago).

Em Roma, à margem das cerimônias de sagração do papa Paulo VI, os presidentes João Goulart e John Kennedy discutem o pagamento dos juros da dívida externa brasileira (1º jul).

Assinado, em Moscou, Tratado de proscrição das experiências com armas nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e sob a água (5 ago).

Ratificação pelo Brasil da Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, celebrada em 1952 (13 ago).

Por discordar dos rumos do governo, frequentemente acusado de "esquerdismo", Roberto Campos, embaixador em Washington, solicita exoneração do posto, mas permanece a pedido de Goulart (4 set). Entre 1962-63, **diminuem os investimentos estrangeiros** no país e a ajuda financeira norte-americana. Embora bloqueassem recursos da Aliança para o Progresso destinados ao governo brasileiro, os EUA continuam firmando acordos com governadores de perfil anti-Jango, como Carlos Lacerda ("ilhas de sanidade administrativa").

O marechal Josip Broz Tito, presidente da Iugoslávia, realiza visita ao Brasil (set).

O chanceler Araujo Castro, na abertura da Assembleia Geral da ONU, em Nova York, pronuncia o **discurso dos três Ds** ("Desarmamento, Desenvolvimento Econômico e Descolonização"), no qual critica a corrida armamentista, condena o colonialismo e sustenta o conceito de "segurança econômica coletiva" (19 set).

Com o assassinato do presidente Kennedy, em Dallas (22 nov), o vice-presidente Lyndon Johnson assume a chefia do governo norte-americano. No Brasil, a CIA desenvolve atividades secretas de desestabilização, coordenadas pelo coronel Vernon Walters, adido militar da Embaixada norte-americana.

O Conselho de Segurança da ONU é ampliado para 15 membros, com o aumento do número de membros não permanentes de seis para dez (17 dez).

1964 Promulgada pelo presidente Goulart lei que limita a remessa de lucros para o exterior (17 jan).

Renovado, por troca de notas entre o Itamaraty e a Embaixada norte-americana, o Acordo de Assistência Militar de 1952 entre o Brasil e os EUA (30 jan).

O embaixador norte-americano, Lincoln Gordon, em relatório confidencial, descreve os militares brasileiros como "fator essencial na estratégia para conter os excessos de esquerda do governo Goulart" (4 mar).

Criada a Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre (Unficyp) para prevenir conflitos entre as comunidades greco-cipriota e turco-cipriota (4 mar).

Em reunião preparatória à I Unctad, a Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana

(**Cecla**) adota, na Argentina, a Carta de Alta Gracia, que reúne reivindicações econômicas comuns aos países da América Latina (8 mar).

Comício da Central do Brasil, em defesa das reformas de base, radicaliza o processo político (13 mar). Goulart, herdeiro do trabalhismo getulista, já não pode controlar a onda reivindicatória, o que provoca reação dos setores conservadores, como a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade (19 mar). Militares e governadores conspiram contra o governo, com apoio da grande imprensa. Goulart é visto como "subversivo" e as reformas de cunho social são taxadas de "comunistas".

Operação Brother Sam: uma força-tarefa da Marinha norte-americana é deslocada em direção à costa brasileira (31 mar). Compõem a esquadra o porta-aviões *Forrestal*, seis destróieres, um porta-helicópteros, quatro navios petroleiros e 100 toneladas de armas leves. Em caso de conflito prolongado no Brasil, o porto de Vitória seria usado para fornecer apoio às forças contrárias a Goulart. A operação será desmobilizada dias depois.

Tropas do Exército iniciam movimento militar que irá resultar em **golpe de Estado contra João Goulart** (31 mar). A Presidência é declarada "vaga" pelo Congresso enquanto Goulart ainda estava em território nacional (2 abr). O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, assume interinamente. Reconhecimento do novo governo pelos EUA, em menos de 48 horas (2 abr). Goulart segue para o exílio no Uruguai (4 abr). Pelo Ato Institucional nº 1, líderes têm seus direitos políticos cassados por dez anos (9 abr). **Governo Castelo Branco:** o general Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, toma posse como novo presidente, tendo como ministro das Relações Exteriores o embaixador Vasco Leitão da Cunha (15 abr). Início do **Regime Militar**, que durará até 1985.

Com base na Doutrina Betancourt, a Venezuela rompe relações diplomáticas com o Brasil por não reconhecer o novo governo militar instituído pela força (20 abr). O embaixador venezuelano deixa o país. No mesmo mês, nove cidadãos chineses são presos no Brasil, acusados de serem espões estrangeiros que planejavam uma revolução comunista no país, sendo deportados meses depois.

Visita ao Brasil, previamente programada, do presidente alemão, Heinrich Lübke (11 maio).

O Brasil rompe relações diplomáticas com Cuba, acusada de estar acobertando "atividades de propaganda de seus agentes" no país (13 maio). Nota do Itamaraty assinala que a decisão estaria em "perfeita consonância" com o propósito do governo brasileiro de "não admitir ação comunista no território nacional".

Fundada, em Jerusalém, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) (28 maio).

Criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), que irá executar atividades de espionagem e fichamento de suspeitos de "subversão" (13 jun).

Termina, em Genebra, a I Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, que institucionaliza o foro, conhecido pela sigla em inglês **Unctad** (16 jun). Em coordenação com o recém-criado **Grula** (Grupo Latino-Americano), o Brasil exerceu papel ativo na Conferência, na qual Araújo Castro reafirmou a necessidade de reformas no comércio internacional. À margem da I Unctad, é também criado o **Grupo dos 77** entre países em desenvolvimento interessados em coordenar posições em organismos multilaterais (15 jun). O G-77 irá obter, no GATT, a inclusão de

uma Parte IV no texto do Acordo Geral, relativa a comércio e desenvolvimento.

Assina-se acordo de empréstimo do governo norte-americano ao Brasil no valor de US\$ 50 milhões (23 jun). A reaproximação com os EUA se fortalece com a revogação de medidas do governo anterior, o pagamento pelas firmas desapropriadas e a entrada de novos recursos da Usaid e do Banco Mundial.

Castelo Branco critica o neutralismo da Política Externa Independente e define em discurso no Itamaraty (31 jul) as diretrizes da "correção de rumos" a ser imprimida à política externa, que passaria a basear-se no **alinhamento com o Ocidente** (segundo as fronteiras ideológicas do conflito Leste-Oeste), na defesa do "mundo livre", e na ação baseada nos "círculos concêntricos", a começar pelo sistema interamericano, liderado pelos EUA. Apesar do rompimento com Cuba, houve continuidade nos contatos (inclusive comércio) com a URSS e o Leste europeu.

Os ministros do Planejamento, Roberto Campos, e da Fazenda, Otávio Gouvêa de Bulhões, elaboram o Programa de Ação Econômica do Governo (**PAEG**) (13 ago). A política econômica monetarista do governo buscava reduzir o déficit público, aumentar a arrecadação tributária e controlar a inflação, tomando medidas impopulares (arrocho salarial) e contando com recursos externos.

Visitam o Brasil os presidentes do Senegal, Léopold Senghor (19-27 set), e da França, Charles de Gaulle, este último em *tour* pela América Latina (13-17 out).

Kruschev é derrubado: Leonid Brejnev assume o poder na União Soviética (14 out).

Explosão da primeira bomba atômica da República Popular da China (16 out).

Criado o Banco Central do Brasil, em substituição à extinta Sumoc (31 dez).

1965 O FMI concede crédito de US\$ 125 milhões ao Brasil (13 jan). Concluídos acordos do Brasil com a Aliança para o Progresso no valor de US\$ 23 milhões (19 jan).

Inaugurada, em Foz do Iguaçu, a Ponte da Amizade entre o Brasil e o Paraguai (27 mar).

São expulsos do país nove funcionários do escritório comercial chinês no Brasil, que haviam sido presos no ano anterior, acusados de "atividades subversivas" (18 abr).

Após sua ratificação pelo Brasil, entra em vigor para o país a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (24 abr).

Devido à crise interna na República Dominicana, os EUA enviam fuzileiros navais a Santo Domingo (28 abr). A OEA aprova a criação de uma **Força Interamericana de Paz** (FIP), cujo comando militar é entregue ao general brasileiro Hugo Panasco Alvim (24 maio). O Brasil participa da FIP com um contingente de 1.100 homens, denominado **Faibrás**. O governo brasileiro era favorável à criação de uma FIP permanente, a qual deveria ser o instrumento militar da OEA para garantir a observância de um sistema de segurança coletiva no hemisfério.

O xá do Irã, Mohamed Reza Pahlevi, realiza visita ao Brasil (4-10 maio). As relações diplomáticas

Brasil-Irã haviam sido estabelecidas em 1903.

O ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, busca asilo na Embaixada da Argélia (23 maio).

Enviada missão comercial do Brasil à África Ocidental: Cameroun, Côte d'Ivoire, Gana, Libéria, Nigéria e Senegal (maio-jun). A África do Sul, não obstante, ainda absorve 90% do comércio brasileiro com a África subsaariana.

As tarefas de promoção comercial do Brasil no exterior passam por lei à exclusiva administração do Ministério das Relações Exteriores (8 jun).

Roberto Campos, ministro do Planejamento, realiza visita à União Soviética (4 set). A primeira reunião da Comissão Mista Brasil-URSS terá lugar dois meses depois.

O presidente da Itália, Giuseppe Saragat, realiza visita ao Brasil (10-12 set).

O Brasil cede dez observadores militares à Missão de Observação da ONU na Índia e no Paquistão (Unipom) (28 set).

O Brasil reconhece a independência da República de Singapura (15 out).

Golpe militar anticomunista na Indonésia, liderado pelo general Suharto (16 out).

Após a vitória da oposição nas eleições estaduais (Guanabara e Minas Gerais), o Ato Institucional nº 2 extingue os partidos políticos existentes. Somente duas agremiações políticas serão permitidas: **ARENA** (Aliança Renovadora Nacional) e **MDB** (Movimento Democrático Brasileiro) (27 out).

A II Conferência Interamericana Extraordinária da OEA, realizada no Rio de Janeiro, aprova princípios para uma vasta reforma da organização (17-30 nov).

Estabelecido o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (**PNUD**), com sede em Nova York (22 nov).

1966 Indira Gandhi, filha de Nehru, torna-se primeira-ministra na Índia (11 jan).

Juracy Magalhães, político e militar cearense, assume o Ministério das Relações Exteriores, prometendo uma política de "fidelidade ao Ocidente" (17 jan). Ainda como embaixador em Washington, sua função anterior, Juracy Magalhães havia afirmado que "o que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil".

Pelo Ato Institucional nº 3, as eleições para governador passam a ser indiretas e os prefeitos das capitais estaduais devem ser nomeados (5 fev).

Charles de Gaulle anuncia a retirada da França da estrutura militar da OTAN (21 fev).

O Brasil assina a Convenção da ONU sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial (7 mar).

Celebrado Convênio sobre a utilização da energia nuclear para fins pacíficos entre o Brasil e Israel (11 maio). O presidente de Israel, Zalman Shazar, irá realizar visita oficial ao Brasil (18-25 jul).

O Brasil e o Paraguai firmam, em Foz do Iguaçu, a **Ata das Cataratas** (ou Ata de Iguaçu), relativa às pretensões territoriais recíprocas no Salto das Sete Quedas e ao aproveitamento comum dos recursos hidroelétricos do Rio Paraná (22 jun). A Ata é o ponto de partida da chamada "diplomacia das cachoeiras" na Bacia do Prata.

Golpe militar ("Revolución Argentina") do general Juan Carlos Onganía derruba o presidente Arturo Illia (28 jun). O Brasil reconhece o novo governo argentino (1º jul).

Avião da FAB chega a Saigon, no Vietnã do Sul, levando produtos médicos doados pelo governo brasileiro (12 set).

Criação da Guarda Vermelha: início da Revolução Cultural na China (18 ago).

Nova missão comercial do Brasil a países da África, desta vez visitando África do Sul, Moçambique, Angola, Gana e Côte d'Ivoire (set-out).

A ONU retira o mandato da África do Sul sobre o território da Namíbia (27 out).

Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e outros políticos lançam a Frente Ampla de resistência civil ao Regime Militar (28 out). No mesmo ano, o general Golbery do Couto e Silva publica seu livro *Geopolítica do Brasil*, que será bastante comentado nos meios militares.

O Brasil é eleito pela quinta vez membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, para o mandato 1967-68 (11 nov).

Missão econômica brasileira visita a Iugoslávia e a União Soviética (nov).

O Ato Institucional nº 4 define regras para aprovar uma nova Constituição (7 dez).

Recebendo frequentes críticas no campo dos direitos humanos devido à situação política no país, o Brasil não adere aos Pactos Internacionais, aprovados pela ONU, sobre Direitos Cíveis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (16 dez). A adesão brasileira terá lugar em 1992.

Criada a Comissão da ONU para o Direito Comercial Internacional (Uncitral) (17 dez).

A Venezuela, por iniciativa própria, decide restabelecer suas relações diplomáticas com o Brasil (30 dez).

1967 É criado o Conselho de Segurança Nacional (25 jan) e aprovada a **Lei de Segurança Nacional**, que reforça o poder repressor do Regime Militar (13 mar).

Aberto a assinaturas o Tratado sobre as atividades dos Estados na exploração e uso do espaço cósmico, inclusive a Lua e outros corpos celestes (27 jan).

Assinado, na Cidade do México, o **Tratado de Tlatelolco** para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe, o primeiro tratado de criação de uma zona livre de armas nucleares em região densamente povoada (14 fev). É também criado o Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe (**Opanal**), encarregado de assegurar a observância das obrigações. O Brasil assina o Tratado de Tlatelolco, que, pendente da ratificação por todos os Estados latino-americanos e de outros requisitos do artigo 28, não entrará em vigor imediatamente para o país.

A Carta da OEA é emendada pelo Protocolo de Buenos Aires (27 fev).

Decreto-lei cria a Zona Franca de Manaus para incentivar o **desenvolvimento da Amazônia** (28 fev). O milionário norte-americano Daniel K. Ludwig recebe do governo brasileiro 3,5 milhões de hectares, no Estado do Pará, para dar início ao Projeto Jari. Na mesma época, o Instituto Hudson, dos EUA, elabora plano para construir barragens e criar cinco grandes lagos na Amazônia, a fim de promover "investimentos" na região.

O ministro da Guerra, general Artur da Costa e Silva, já indicado novo presidente pelo Congresso, visita a Europa e os EUA, onde se encontra com Lyndon Johnson (fev).

Decreto dispõe que, por costume, a nova sede do Ministério das Relações Exteriores em Brasília deve se chamar Palácio Itamaraty, ao invés de Palácio dos Arcos (14 mar).

Governo Artur da Costa e Silva, tendo como ministro das Relações Exteriores o político e banqueiro mineiro José de Magalhães Pinto (15 mar). O novo governo representa a ascensão da "linha dura" nacionalista das Forças Armadas, que pretende priorizar o desenvolvimentismo. A ARENA detinha então 68% das cadeiras na Câmara e 71% no Senado.

Entra em vigor a **Constituição de 1967** (15 mar), que busca reconfigurar a ordem legal sob o Regime Militar, reforçando as funções do Executivo. Ao Conselho de Segurança Nacional são dados amplos poderes em quase todas as áreas. O artigo 7º reafirma o princípio da proibição da guerra de conquista e dispõe que os conflitos internacionais deverão ser resolvidos por negociações diretas, arbitragem e outros meios pacíficos, com a cooperação dos organismos internacionais de que o Brasil participe.

Em discurso no Palácio Itamaraty, intitulado "**Diplomacia da prosperidade**", Costa e Silva reitera seu propósito de desenvolver o Brasil e retoma em parte o ideário da Política Externa Independente dos governos Jânio e Goulart (5 abr). Em 1967, 42% das exportações brasileiras se destinam à Europa Ocidental e 33% aos EUA.

A Conferência de Punta del Este de chefes de Estado e de governo americanos celebra a cooperação continental e proclama, com a anuência dos EUA, a constituição de um "mercado comum latino-americano" no prazo máximo de 15 anos, a contar a partir de 1970 (14 abr).

Instituído, por Brasil e Portugal, o Dia da Comunidade Luso-Brasileira (22 abr).

Concluída a Rodada Kennedy do GATT, com novas reduções tarifárias (15 maio).

Vitória israelense na **Guerra dos Seis Dias** contra Egito, Jordânia e Síria (5-10 jun). Israel ocupa a península do Sinai, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia, Jerusalém oriental e as colinas de Golã. O Brasil adota posição de neutralidade no conflito. Na ONU, as delegações do Brasil e da Argentina trabalham em texto conjunto de resolução, mas em seu lugar o projeto britânico é levado a votação. Será então adotada, com voto a favor do Brasil, a Resolução 242 do Conselho de Segurança, que determina a "retirada das forças israelenses dos territórios ocupados" e estabelece bases para uma solução duradoura do conflito no Oriente Médio (22 nov).

Estabelecida a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) (14 jul).

Intensifica-se o engajamento dos EUA na **Guerra do Vietnam** e é formada a Associação das Nações do Sudeste Asiático (**Asean**), reunindo inicialmente Singapura, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia (6 ago).

Morte do guerrilheiro Ernesto Che Guevara nas montanhas da Bolívia (9 out).

Criada pelo governo brasileiro a Fundação Nacional do Índio (Funai) (5 dez).

1968 Firmado o primeiro **Acordo de Comércio entre o Brasil e a Índia** (3 fev). A aproximação bilateral será reforçada com a subsequente visita da primeira-ministra Indira Gandhi ao Brasil, quando é concluído Acordo de Cooperação Cultural entre os dois países (23 set). Ainda em 1968, o Brasil e a Índia concluem, no Rio de Janeiro, Acordo de cooperação para a utilização pacífica da energia nuclear (18 dez).

Realizada a II Unctad, em Nova Delhi, durante a qual o Brasil reafirma sua **doutrina da "segurança econômica coletiva"** (fev-mar). O chanceler Magalhães Pinto critica as "discriminações, secularmente acumuladas" no campo do comércio internacional (5 fev). É concebido o Sistema Generalizado de Preferências (SGP), com base no princípio da não reciprocidade, isto é, do tratamento diferencial e favorável aos países em desenvolvimento.

Reorganizada a Coleste, que passa a chamar-se Comissão de Comércio com a Europa Oriental (5 fev).

Criação da Corporação Andina de Fomento, com sede em Caracas (7 fev). O Brasil irá aderir à CAF em 1996.

O Brasil ratifica a Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, concluída em 1965 (27 mar).

Visitam o Brasil o primeiro-ministro da Tailândia, Kittikachern (27 abr), e o presidente do Chile, Eduardo Frei (5 set).

O Brasil se manifesta contra projeto de resolução da Assembleia Geral da ONU que condena os regimes coloniais, em particular no caso de Portugal (8 maio).

A **I Conferência Mundial de Direitos Humanos** adota a Proclamação de Teerã (13 maio). O Brasil defende na Conferência a universalidade dos direitos humanos, ao passo que internamente o tema sofre rápida deterioração.

O Exército da Nigéria ocupa Biafra, região que havia declarado sua independência (19 maio).

Protestos estudantis e manifestações populares na França e em diversos países (maio).

O Brasil estabelece relações diplomáticas com a República Democrática do Congo (21 jun) e, em seguida, com o Sudão (10 out). No mesmo ano, é instituída a Câmara de Comércio Afro-Brasileira (Afrochamber), em São Paulo.

Firmado o **Tratado de Não Proliferação Nuclear** (TNP), com duração de 25 anos a partir de sua entrada de vigor, isto é, em março de 1970 (1º jul). O Brasil não adere ao TNP por considerá-lo "injusto e discriminatório", já que seu texto restringe a disseminação horizontal da tecnologia atômica, mas não impede o crescimento vertical dos arsenais nucleares das grandes potências. Para Araújo Castro, o TNP "desarmava nações não armadas", consagrava o *status quo* e promovia uma "institucionalização da desigualdade entre os Estados".

Tropas do Pacto de Varsóvia, lideradas pela URSS, invadem a Tchecoslováquia para reprimir a Primavera de Praga (20 ago). O Brasil condena a invasão.

Salazar se afasta do governo português e é substituído por Marcelo Caetano (27 set).

A rainha da Grã-Bretanha, Elizabeth II, realiza visita ao Brasil, a primeira de caráter oficial de um membro da realeza britânica ao Brasil (nov).

Protestos populares e manifestações estudantis contra a ditadura são reprimidos pela polícia. O **Ato Institucional nº 5** fecha o Congresso, suspende a Constituição e institucionaliza o regime de exceção (13 dez). O presidente da República recebe poderes para revogar mandatos, suspender direitos políticos, intervir nos Estados e municípios, demitir funcionários públicos e decretar estado de sítio. Suspenso o *habeas-corpus* nos casos de crimes políticos contra a "segurança nacional". Seguem-se novos expurgos e cassações. Aumenta a repressão, a censura e a tortura contra presos políticos.

O Brasil passa a integrar o Codex Alimentarius, programa conjunto da FAO e da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre normas alimentares.

1969 O Brasil propõe reunião extraordinária da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (Cecla), a fim de reforçar a unidade entre os países da região (23 fev). Como resultado, será aprovado pelos chanceleres participantes da Cecla o **Consenso de Viña del Mar** (17 maio), documento que condensa as principais reivindicações latino-americanas de cooperação e que será levado ao conhecimento do presidente norte-americano, Richard Nixon.

Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai assinam, em Brasília, o **Tratado da Bacia do Prata**, destinado a promover o desenvolvimento e a integração física da região platina por meio de programas concretos de cooperação (23 abr).

Aberta a assinaturas a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, que entrará em vigor em 1980 (23 maio). O Brasil se torna Estado Parte da Convenção somente em 2009.

Criado, pelo Acordo de Cartagena, o Pacto Andino entre Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru (26 maio). A Venezuela adere em 1973 e o Chile abandona o Pacto em 1976.

O Brasil e a República Federal da Alemanha assinam Acordo Geral de Cooperação nos setores de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico (9 jun).

Conflito entre El Salvador e Honduras, conhecido por "Guerra do Futebol" (jul).

O primeiro-ministro de Portugal, Marcelo Caetano, visita o Brasil (8-12 jul).

A missão espacial Apolo 11 dos EUA conduz o primeiro homem à lua (21 jul).

Criados os Direitos Especiais de Saque (DES), novo ativo de reservas do FMI para países com "desequilíbrio fundamental" no balanço de pagamentos (28 jul).

Fundada, em São José dos Campos, a Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.), empresa estatal de capital misto (19 ago).

O presidente Costa e Silva sofre trombose cerebral e uma junta militar assume provisoriamente o governo (31 ago).

Conflito de fronteira entre a China e a União Soviética na região de Amour (ago).

O coronel Muhamar Kadhafi derruba a monarquia na Líbia e toma o poder (1º set).

Sequestrado por um grupo revolucionário de esquerda, no Rio de Janeiro, o embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick (4 set), solto três dias depois em troca de 15 prisioneiros políticos, enviados para o México.

Criada pelos países muçulmanos a Organização da Conferência Islâmica (25 set). No mês seguinte, o Itamaraty propõe a criação da Comissão de Coordenação do Comércio com os Países Árabes (**Coarabe**), voltada para o Oriente Médio, com função similar à Coleste.

A **Emenda Constitucional nº 1** altera o texto da Constituição de 1967 para adequá-lo às medidas de exceção tomadas pelo Regime Militar (17 out). O nome oficial do país passa a ser República Federativa do Brasil.

Adotado, pela primeira vez, o Regimento Interno da Secretaria de Estado (RISE), que organiza em detalhe a estrutura do Ministério das Relações Exteriores (24 out).

Primeira transmissão de uma mensagem entre dois computadores nos EUA inicia processo que dará origem à Internet (29 out).

Governo Médici: o general Emílio Garrastazu Médici, comandante do III Exército, é escolhido novo presidente, tendo como ministro das Relações Exteriores o embaixador Mário Gibson Alves Barboza (30 out). Nos "anos de chumbo" do autoritarismo, suspeitos serão presos e torturados por órgãos repressores, tais como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o

Destacamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

É aprovada, na Costa Rica, a Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecida como **Pacto de San José** (22 nov). O Brasil irá aderir à Convenção somente em 1992.

1970 Criadas Embaixadas do Brasil na Tanzânia, Uganda e Zâmbia (16 fev).

Continuam as atividades de **guerrilha urbana** com os sequestros do cônsul do Japão em São Paulo, Nobuo Okushi (11 mar), e do embaixador da Alemanha Ocidental, Ehrenfried von Holleben (11 jun). Este último será trocado dias depois por 40 presos políticos, que seguem banidos para a Argélia.

O Brasil declara unilateralmente, mediante decreto-lei, a **ampliação do mar territorial brasileiro** para 200 milhas marítimas (25 mar). A decisão do governo brasileiro, tomada a despeito de pressões contrárias dos EUA, procura reafirmar a autonomia do país em matéria de política externa. O decreto será revogado em 1993, à luz da Convenção da ONU sobre Direito do Mar.

O Dia do Diplomata passa a ser comemorado na data de nascimento do barão do Rio Branco (20 abr) e o Ministério das Relações Exteriores é transferido oficial e definitivamente do Rio de Janeiro para Brasília (21 abr).

Na Argentina, o presidente Onganía é substituído pelo general Roberto Levingston (8 jun).

O Brasil se sagra tri-campeão mundial de futebol na Copa do Mundo do México (21 jun). A propaganda oficial estimula o sentimento patriótico, adotando *slogans* como "Brasil: ame-o ou deixe-o" ou "Ninguém segura este país". Tendo Delfim Neto como ministro da Fazenda, o chamado **"milagre econômico"** eleva o crescimento do PIB a taxas médias acima de 10% ao ano entre 1970 e 1973. A doutrina da Escola Superior de Guerra (**ESG**), com ênfase no "fortalecimento do Poder Nacional", e estudos sobre geopolítica, convergem em torno do projeto de transformar o Brasil em "Grande Potência" até o ano 2000.

Na I Assembleia Geral Especial da OEA, em Washington, o Brasil se manifesta contra a concessão de asilo político a terroristas (25 jun-8 jul).

O cônsul do Brasil em Montevidéu, Aloysio Dias Gomide, é sequestrado pelo grupo guerrilheiro uruguaio Tupamaros (2 ago). O sequestro durará seis meses.

Celebrado Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Japão (22 set). A Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) terá uma larga presença no Brasil.

Iniciada a construção da **rodovia Transamazônica** (9 out). Os projetos militares de ocupação da Amazônia procuram fortalecer a capacidade de defesa da região com base no lema do Plano de Integração Nacional (PIN): "integrar para não entregar".

Sequestro do embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bücher (7 dez), que será trocado por 70 presos políticos, enviados ao Chile.

No censo de 1970, pela primeira vez a população urbana no Brasil (52 milhões) superou a rural (41 milhões), chegando à taxa de 56%.

- 1971** O chanceler Mário Gibson Barboza propõe à OEA a adoção de um instrumento jurídico continental de repressão ao terrorismo (21 jan). Naquela época, o apoio presumido do governo brasileiro a golpes militares na Bolívia e no Uruguai levanta suspeitas de existência de uma "diplomacia militar paralela".

Primeira reunião anual do Fórum Econômico Mundial em Davos, Suíça (jan).

A IV Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata aprova a Declaração de Assunção sobre o aproveitamento de rios internacionais (3 jun).

Araujo Castro, embaixador em Washington, defende a necessidade de revisão da Carta da ONU e reivindica, com base na **tese do "congelamento do poder mundial"**, maior parcela de decisão para o Brasil no sistema internacional (11 jun). Segundo ele, "nenhum país escapa a seu destino e, feliz ou infelizmente, o Brasil está condenado à grandeza". A política internacional do Brasil teria como "objetivo primordial" neutralizar os fatores externos que limitavam o seu poder nacional.

O chanceler Gibson Barboza realiza a primeira visita oficial de um ministro das Relações Exteriores brasileiro aos países da América Central (10-23 jul).

Encontro de fronteira entre Médici e o presidente da Colômbia, Misael Pastrana Borrero (7 ago).

Os EUA abandonam unilateralmente a livre conversibilidade do dólar em ouro, o que significa, na prática, o **fim do sistema de Bretton Woods** (15 ago). Em seguida, pelos acordos do Smithsonian, o dólar, cotado desde 1947 a uma taxa de US\$ 35 a onça de ouro, sofre desvalorização (18 dez).

A República Popular da China é admitida na ONU e Taiwan é obrigada a abandonar a organização (25 out). O Brasil vota contra o ingresso da RPC na ONU.

Criada a Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), com o objetivo de promover atividades no campo das relações internacionais e política externa brasileira (26 out).

Constituído, em Genebra, com a participação do Brasil, o **Grupo dos 24**, formado por alguns países do G-77, como contraponto ao Grupo dos 10 em questões monetárias internacionais (nov). O GATT, por sua vez, adota em 1971 o Sistema Generalizado de Preferências pelo prazo de dez anos.

O presidente Médici visita os EUA, com o objetivo político de assegurar o reconhecimento do novo *status* internacional do país como **potência emergente** (7-12 dez). Na ocasião, o presidente norte-americano, Richard Nixon, afirma que "para onde for o Brasil, irá o resto da América Latina". A frase gera descontentamento na América Latina e alimenta a ideia de que o Brasil estaria desempenhando papel "sub-imperialista" no continente, como "satélite privilegiado" dos EUA.

Guerra entre a Índia e o Paquistão e independência de Bangladesh (15 dez).

- 1972** O Brasil se associa aos Estatutos da Conferência da Haia sobre Direito Internacional Privado (27 jan).

O presidente Nixon chega a Pequim para visita oficial à China comunista (21 fev) e os EUA estabelecem relações diplomáticas com a RPC, inexistentes desde 1949. Começa a desfazer-se o rígido bipolarismo das primeiras décadas da Guerra Fria.

O presidente da Argentina, general Alejandro Lanusse, realiza visita ao Brasil e assina com o presidente Médici acordos bilaterais de integração física (12-15 mar).

Criada a Braspetro (Petrobras Internacional S.A.) para realizar explorações de gás e petróleo no exterior (5 abr).

O Brasil adere à Convenção para a Proibição das Armas Biológicas (CPAB), o primeiro instrumento a banir toda uma categoria de armas de destruição em massa (10 abr).

Entra em vigor a Convenção sobre a Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, no dia da chegada ao Brasil do presidente de Portugal, Américo Thomaz, como parte dos festejos do sesquicentenário da independência (22 abr). Os restos mortais de D. Pedro I são trasladados ao Brasil, gesto que deu maior apelo sentimental à então projetada "**Comunidade Luso-Brasileira**". Ainda em 1972, o primeiro-ministro Marcelo Caetano virá ao Brasil para o 7 de Setembro.

Concluído Acordo Brasil-EUA sobre a pesca de camarão no mar territorial brasileiro (9 maio).

A III Unctad, reunida em Santiago, aprova programa em favor dos países mais pobres (21 maio).

Em visita ao Brasil, que não condenava abertamente o regime do *apartheid*, o chanceler da África do Sul, Hilgard Müller, indaga sobre a resistência brasileira em elevar sua representação diplomática em Pretória ao nível de Embaixada (22 maio).

Assinado, em Moscou, o Tratado de Limitação de Armas Estratégicas entre EUA e URSS (26 maio). O **Tratado SALT-1** reconhece na prática a paridade estratégica no tocante aos armamentos nucleares. Fim da *Pax Americana* e processo de **détente entre as superpotências**.

Realizada a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente (16 jun), que resultará na criação do Programa da ONU para o Meio Ambiente (Pnuma). O Brasil adota postura crítica e defensiva na temática ambiental, vista então como contrária ao desenvolvimento.

O Brasil e os EUA assinam acordo (12 set) para a construção, pela companhia norte-americana Westinghouse, de uma **usina nuclear em Angra dos Reis**, Estado do Rio de Janeiro, futura Angra I, sem transferência de tecnologia para o país (operação de venda pelo sistema *turn-key*). No mesmo ano, começa a ser executado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Normalizadas as relações diplomáticas entre a China e o Japão (29 set).

O chanceler Gibson Barboza realiza visita a nove países da África Ocidental: Côte d'Ivoire, Togo, Benin, Zaire, Cameroun, Gabão, Nigéria, Gana e Senegal (out-nov). São firmados diversos acordos de cooperação técnica e cultural. O Egito e o Quênia serão visitados no ano seguinte. Em termos de **aproximação com a África**, considerada a "fronteira Leste" do Brasil, o Itamaraty possuía tese

contrária a de outros setores do governo que favoreciam no continente africano uma posição "lusotropicalista" pró-Portugal.

Adotada pela Unesco, em Paris, a Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural (16 nov).

1973 A Dinamarca, a Grã-Bretanha e a Irlanda ingressam na CEE (1º jan).

Sem conseguir resultados concretos após anos de envolvimento militar no país asiático, os EUA começam a sua retirada da Guerra do Vietnã (27 jan).

Buscando maior **aproximação com os países do Oriente Médio**, mas dentro do conceito de "equidistância" do Brasil em relação ao conflito árabe-israelense, o chanceler Gibson Barboza visita o Egito (28-31 jan) e, após passagem pelo Quênia, vai a Israel (4-8 fev). Logo depois, o Brasil cria Embaixada em Trípoli, na Líbia (18 abr), e estabelece relações diplomáticas plenas com a Arábia Saudita, por ocasião da visita do chanceler saudita, Omar Sakka, ao Brasil (maio).

O secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, realiza visita ao Brasil (1º mar), bem como o secretário de Estado dos EUA, William Rogers (23 maio).

Os países europeus, pelos acordos de Bruxelas, adotam taxas de câmbio flutuantes, pondo fim ao sistema de paridades fixas de Bretton Woods (11 mar).

Criada a Comissão Trilateral, foro que reúne empresários, banqueiros e políticos dos EUA, Europa e Japão (13 abr).

Tratado de Itaipu: por ocasião da visita do presidente paraguaio, Alfredo Stroessner, é assinado, em Brasília, o Tratado de Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Paraná entre o Brasil e o Paraguai para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu (26 abr). É aprovado, ainda, o Estatuto da Itaipu Binacional, empresa brasileiro-paraguaia, com igual participação de capital, responsável pela administração da futura hidrelétrica. A Argentina se opõe ao Tratado em função dos alegados efeitos de Itaipu sobre as projetadas hidrelétricas a jusante de Corpus e Yaciretá. O governo argentino defende o princípio da "consulta prévia" e leva o assunto aos foros multilaterais.

Estabelecimento da Comunidade do Caribe (**Caricom**), com o objetivo de criar um Mercado Comum entre os países caribenhos (4 jul).

Entendimentos entre o Brasil e a Bolívia para a construção de um gasoduto ligando Santa Cruz de la Sierra à refinaria de Paulínia, em São Paulo (9 jul).

Visitam o Brasil os chanceleres da Coreia do Sul, Kim Yong Shik (6 ago), e de Israel, Abba Eban (8 ago), este último em retribuição à visita de Gibson Barboza em fev.

No Chile, golpe militar do general Augusto Pinochet derruba o governo socialista de Salvador Allende (11 set). O Brasil reconhece o novo governo chileno (14 set). Serão posteriormente denunciadas ações coordenadas dos regimes militares no Cone Sul na repressão a opositores, a chamada **Operação Condor**.

Início da Rodada Tóquio do GATT (14 set). Países competitivos na indústria têxtil irão adotar o Acordo Multifibras, que estabelece cotas e divisão de mercados.

Acordo comercial entre o Brasil e a Comunidade Econômica Europeia (CEE) (18 set).

De volta do exílio, Péron é eleito presidente argentino (23 set), mas morre em 1974.

O Egito e a Síria lançam ataque surpresa contra Israel na **Guerra do Yom Kippur** (6-25 out). As hostilidades terminam sem alterações no *status quo* territorial.

Como resultado da *Ostpolitik* do governo Willy Brandt na RFA, o Brasil estabelece relações diplomáticas com a Alemanha Oriental (RDA) (22 out).

Realizada, em Paris, a primeira reunião da Cúpula Franco-Africana (13 nov).

Primeiro choque do petróleo: os países árabes da OPEP reduzem a oferta petrolífera e os preços do produto sofrem vertiginoso aumento (23 dez). A economia mundial será duramente afetada, com impacto também no Brasil, que importava 80% do petróleo que consumia. O fim do ciclo econômico expansivo irá expor as vulnerabilidades do "milagre" brasileiro.

Derrotada pelo Exército brasileiro a guerrilha rural do vale do Araguaia (25 dez).

1974 Governo Ernesto Geisel, tendo como ministro das Relações Exteriores o embaixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira (15 mar). Em seu discurso de posse, **Azeredo da Silveira** afirma que "a melhor tradição do Itamaraty é saber renovar-se", uma de suas frases mais conhecidas. O novo governo adota uma política externa definida como "**pragmatismo responsável e ecumênico**", com ênfase na promoção de interesses comerciais, na abertura de novos mercados e no desapego a principismos ideológicos próprios da Guerra Fria.

A Revolução dos Cravos derruba o governo de Marcelo Caetano e põe fim ao salazarismo em Portugal (25 abr), dando início ao processo de descolonização das províncias ultramarinas portuguesas. O Brasil é o primeiro país a reconhecer o novo governo português (27 abr).

A ONU, atendendo a reivindicação dos países do Terceiro Mundo, adota declaração e programa de ação sobre o estabelecimento de uma **Nova Ordem Econômica Internacional** (NOEI) que contemple, entre outros pontos, melhoria dos termos de intercâmbio para os países pobres, transferência de tecnologia, ajuda econômica e reformas do sistema financeiro internacional (1º maio).

Explosão da primeira bomba atômica da Índia (16 maio). No mesmo ano, é aprovada no Brasil a Política Nacional para a Exportação de Material de Emprego Militar (Pnemem), elaborada pelo Conselho de Segurança Nacional.

São elevadas à categoria de Embaixada as missões diplomáticas do Brasil na Bulgária, Hungria e Romênia (10 maio), bem como em Côte d'Ivoire, Quênia e Zaire (12 ago). Com relação ao Oriente Médio, o governo brasileiro estabelece relações diplomáticas com os seguintes países: Qatar, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Sultanato de Omã e Kuwait (jul). Em 1974, o Iraque supera a Arábia Saudita como principal supridor de petróleo cru para o Brasil.

Celebrado Acordo de Cooperação e Complementação Industrial entre o Brasil e a Bolívia, durante visita do presidente Geisel àquele país, com vistas à futura aquisição pelo Brasil de gás natural boliviano (22 maio).

Constituído o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (**Fonplata**), cuja sede será em Sucre, na Bolívia (12 jun).

O Brasil é o primeiro país do Ocidente a reconhecer a independência da República de Guiné-Bissau, onde irá criar uma missão diplomática (16 jul). O governo brasileiro adota postura abertamente a favor da independência imediata das colônias portuguesas na África.

A Turquia, em conflito com os greco-cipriotas, invade o norte do Chipre (20 jul). Uma zona tampão desmilitarizada (Linha Verde) é criada pela ONU na ilha. A "República Turca do Norte de Chipre" não é reconhecida pelo Brasil.

Descoberto por jornalistas britânicos e preso pela Justiça brasileira no Rio de Janeiro, o fugitivo inglês Ronald Biggs não é extraditado para a Grã-Bretanha devido à inexistência de tratado bilateral de extradição (jul).

O escândalo de Watergate força o presidente Richard Nixon a renunciar nos EUA (8 ago).

O **Brasil reconhece a República Popular da China** como "o único governo legal da China" e estabelece relações diplomáticas com Pequim (15 ago). Em consequência da adesão do Brasil ao princípio de "uma só China", são suspensas as relações diplomáticas com Taiwan e estabelecidas, em seu lugar, relações puramente comerciais (16 set). A RPC será admitida na ONU (26 out).

Descompressão política: Geisel promete iniciar um processo de abertura "lenta, gradual e segura" (29 ago). O general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil, é um dos homens fortes do governo.

A despeito da recessão mundial, a adoção do **II Plano Nacional de Desenvolvimento** (10 set) sinaliza a opção do Brasil pela manutenção do crescimento econômico com capitais externos, dada a grande liquidez internacional oriunda da oferta de petrodólares pelos bancos ocidentais. O intervencionismo do Estado era visível nos investimentos em obras de infraestrutura e no elevado número de empresas estatais. O II PND, todavia, não teve os resultados esperados. Houve volta da inflação, déficit comercial de US\$ 8 bilhões em 1974-75 e significativo incremento da dívida externa. Em 1968, a dívida brasileira era de US\$ 3,8 bilhões, chegou a US\$ 17 bilhões em 1974 e subiu para US\$ 50 bilhões em 1979.

O primeiro-ministro do Japão, Kakuei Tanaka, realiza visita ao Brasil (16 set) e é formada a Albrás, consórcio majoritariamente japonês para a produção de alumínio no Pará.

A Assembleia Geral da ONU reconhece a **Organização para a Libertação da Palestina** (OLP) como "único legítimo representante do povo palestino", em resolução apoiada pelo Brasil (13 nov). Tradicionalmente, o Brasil costumava votar com Portugal, Israel e África do Sul nos foros multilaterais, situação que começa a se reverter, *inter alia*, em função da aliança entre árabes e

africanos e da ameaça de que, nas vendas de petróleo, pudessem boicotar os países que apoiavam o colonialismo.

O MDB obtém vitória importante nas eleições parlamentares (15 nov), mas todos os governadores estaduais escolhidos pela via indireta em 1974 são da ARENA.

A ONU adota a Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados (12 dez).

Descoberta de petróleo na Bacia de Campos, litoral do Estado do Rio de Janeiro (16 dez). A exploração terá início em 1977, no campo de Garoupa.

1975 Assinada a primeira Convenção de Lomé entre a CEE e os países ACP (África, Caribe e Pacífico), estabelecendo preferências comerciais recíprocas (28 fev).

Celebrado Acordo Comercial entre o Brasil e a União Soviética (24 mar). O Brasil irá adquirir cinco turbinas soviéticas para a hidrelétrica de Sobradinho, na Bahia.

O diplomata Ovídio de Andrade Melo é enviado a Luanda para acompanhar o período de transição e buscar uma aproximação com Angola (mar).

Tem início a Guerra Civil Libanesa (13 abr), conflito político e sectário que irá perdurar até 1990.

Entra em vigor para o Brasil a Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas, de 1886 (20 abr).

O Exército norte-vietnamita ocupa Saigon (30 abr) e reunifica o Vietnam.

O Brasil comunica oficialmente sua adesão ao Tratado da Antártica, de 1959 (16 maio).

Constituída, pelo Tratado de Lagos, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (**Ecowas**) (28 maio).

Nicolau Ceausescu, presidente da Romênia, realiza visita ao Brasil (4-7 jun).

Concluído, em Rivera, Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Brasil e o Uruguai (12 jun).

O chanceler Azeredo da Silveira assina, em Bonn, o **Acordo Nuclear entre o Brasil e a República Federal da Alemanha** sobre cooperação para o uso pacífico daquela forma de energia, o qual prevê a instalação no Brasil, até 1990, de oito usinas nucleares com reatores a água pressurizada de 1.300 MW (27 jun). A execução do programa completo, incluindo enriquecimento de urânio através do processo de jato centrífugo (*jet nozzle*), fica a cargo de consórcio formado pela Nuclebrás e por subsidiária da Siemens. Os EUA exercerão forte pressão contrária ao Acordo.

Independência de Cabo Verde (5 jul), que contará com o reconhecimento do Brasil.

Criada a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), empresa pública vinculada ao Exército (14 jul).

Ata de Helsinki da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (1º ago).

O Brasil adere à Convenção sobre o comércio internacional de espécies da fauna e da flora selvagens em perigo de extinção, conhecida por Cites (6 ago).

Em discurso na Assembleia Geral da ONU, em Nova York, o chanceler Azeredo da Silveira manifesta o apoio do Brasil às reivindicações do Terceiro Mundo por uma Nova Ordem Econômica Internacional e apresenta propostas para modificar as regras sobre comércio internacional no GATT (1º set).

O Brasil vota na Assembleia Geral da ONU a favor da Resolução 3379, proposta pelos países árabes, que considera o **sionismo** uma forma de racismo e discriminação racial (10 nov). O governo norte-americano manifesta desaprovação ao voto brasileiro. Em outras resoluções, o Brasil apoia os direitos do povo palestino à autodeterminação e à soberania, bem como vota a favor da **condenação do *apartheid*** do governo branco na África do Sul (15 nov). Em 1975, o governo brasileiro reconhece o *status* diplomático da Delegação Permanente da Liga dos Estados Árabes no país.

Firmado, no Panamá, o Convênio Constitutivo do Sistema Econômico Latino-Americano (**SELA**), que terá sede em Caracas (17 out).

Forças do Marrocos invadem o Saara Ocidental, ex-colônia espanhola (6 nov). Haverá confrontos com a Frente Polisário, apoiada pela Argélia.

O Brasil é o primeiro país a reconhecer oficialmente a **independência de Angola**, sob o governo socialista do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), liderado por Agostinho Neto (11 nov). O gesto sinaliza a disposição do Brasil de aproximar-se da África Negra, mercado em potencial para suas exportações.

Lançamento do Programa Nacional do Alcool, o **Proálcool** (14 nov). O desenvolvimento de combustíveis alternativos buscará reduzir a dependência energética do país, sobretudo do petróleo, que representava 43% das importações brasileiras.

Realizada, em Rambouillet, na França, a primeira reunião de cúpula dos cinco países mais ricos do mundo (17 nov). Será formado futuramente o **Grupo dos 7**, composto por Canadá, EUA, França, Grã-Bretanha, Itália, Japão e RFA.

Juan Carlos torna-se rei na Espanha após a morte do general Franco (22 nov).

A Guiana Holandesa torna-se independente com o nome de Suriname (25 nov).

Geisel visita Assunção e assina com o presidente paraguaio, Alfredo Stroessner, Tratado de Amizade e Cooperação entre o Brasil e o Paraguai, qualificado como "histórico" por ambos os mandatários (4 dez).

Poucos dias após declaração de independência pela Fretilin, a Indonésia invade o Timor Leste, ex-colônia portuguesa (7 dez). A ação indonésia é condenada pela ONU, cujas resoluções contam com o apoio e o voto favorável do Brasil.

Aberta, em Paris, a Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, que inaugura o **diálogo Norte-Sul** (16 dez).

Após reconhecer sua independência, o Brasil estabelece relações diplomáticas com Moçambique, sob o governo da Frelimo de Samora Machel (31 dez). A Embaixada brasileira em Maputo, aberta no ano seguinte, será chefiada pelo embaixador Ítalo Zappa.

1976 O Brasil abre seis novas Embaixadas na África: em Alto Volta (atual Burkina Faso), Angola, Guiné Equatorial, Lesoto, Moçambique e São Tomé e Príncipe (5 jan).

O acordos de Jamaica reconhecem oficialmente o sistema de taxas flutuantes (8 jan). As finanças internacionais permanecerão, desde o colapso do sistema de Bretton Woods, sem um conjunto de regras combinadas de conduta monetária internacional e sem controle sobre os fluxos privados de capital transnacional.

Durante visita a Brasília do secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, é assinado **Memorando de Entendimento entre o Brasil e os EUA** relativo a consultas sobre assuntos de interesse mútuo, prevendo reuniões semestrais entre os dois países (21 fev). Em outra ocasião, Kissinger irá destacar o Brasil como um "país-chave no mundo ocidental", segundo a doutrina dos *key-countries*.

Acordo para a Aplicação de Salvaguardas entre Alemanha, Brasil e AIEA (26 fev).

Na questão do Saara Ocidental, em reação à ocupação do território pelo Marrocos, a Frente Polisário proclama a independência da "República Árabe Saarauí Democrática" (RASD), com um governo no exílio em Tindouf, Argélia (27 fev). O Brasil não reconhece a RASD como Estado.

Na Argentina, golpe militar do general Jorge Rafael Videla derruba Isabelita Perón, iniciando o chamado processo de "Reorganización Nacional" (24 mar).

Em viagem à Europa Ocidental, o presidente **Geisel visita a França** (26-28 abr), na primeira visita oficial de um chefe de Estado brasileiro àquele país. Em seguida, **Geisel visita a Grã-Bretanha** (4-7 maio), onde se hospeda no Palácio de Buckingham. Durante seu mandato, voltado para a **diversificação de parcerias**, Geisel significativamente não irá aos EUA, embora tivesse convite para tanto.

O Brasil adota medidas de bloqueio econômico contra o governo branco na Rodésia, conforme recomendação do Conselho de Segurança da ONU (3 jun).

Terminam em massacre manifestações em Soweto, na África do Sul (16 jun).

A Lei Falcão limita a propaganda política eleitoral no rádio e na televisão (1º jul).

O ex-presidente Juscelino Kubitschek morre em acidente de automóvel, em Resende (22 ago).

Na China, morre Mao Tsé-Tung (9 set) e o "Bando dos Quatro" é preso.

O presidente **Geisel visita o Japão** (15-20 set), na primeira visita de um chefe de Estado brasileiro àquele país. Na década de 1970, será expressivo o montante dos investimentos japoneses no Brasil, sobretudo em áreas como siderurgia (Cosipa, CSN), mineração (ferro, alumínio), usinas hidrelétricas (Furnas, Paulo Afonso), cultivo de soja (Programa de Desenvolvimento do Cerrado), portos e corredores de exportação.

Encontro de Geisel com o presidente do Peru, Francisco Morales-Bermudez Cerrutti, no Rio Amazonas (Solimões), na fronteira brasileiro-peruana (5 nov).

Firmado pela Petrobras o primeiro contrato de risco para a prospecção e exploração de petróleo por uma empresa estrangeira, a British Petroleum (9 nov).

A VIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata descarta a ideia de se criar um organismo internacional para a região (7 dez).

O primeiro-ministro de Portugal, Mário Soares, realiza visita ao Brasil (14 dez).

1977 Delegação norte-americana, chefiada pelo subsecretário de Estado Warren Christopher, visita o Brasil para discutir problemas relacionados com a não proliferação nuclear (27 fev), mas o governo brasileiro não aceita pôr em discussão a execução do Acordo Nuclear Brasil-RFA.

Em resposta às críticas norte-americanas, contidas em relatório sobre a situação dos direitos humanos no país, o **Brasil denuncia o Acordo de Assistência Militar com os EUA** de 1952, que na prática já se encontrava inoperante (11 mar). A decisão reforça tendência à busca de maior **autonomia estratégica** para o país, amparada na expectativa de desenvolvimento do tripé científico-tecnológico formado pelos setores de indústria bélica, energia nuclear e informática.

Pacote de Abril: o Congresso é fechado temporariamente e o governo decreta medidas que mudam as regras para as eleições de 1978, com o objetivo de impedir uma vitória da oposição nas urnas (13 abr). Cria-se a figura do "senador biônico", indicado pelo presidente da República.

Em discurso no Dia do Diplomata, Azeredo da Silveira argumenta em favor da ampliação do quadro de funcionários do Itamaraty (20 abr).

Divulgado laudo arbitral favorável ao Chile na disputa de soberania com a Argentina sobre o Canal de Beagle (2 maio). O governo argentino irá declarar "nula" a decisão do laudo, levando as partes a submeter o conflito, em 1978, à mediação do papa João Paulo II.

Em meio a desavenças com os EUA sobre o tema, em pronunciamento durante reunião da OEA em Granada, Azeredo da Silveira critica a "politização e o tratamento sensacionalista da questão dos direitos humanos" (jun).

Visitam o Brasil os presidentes do Uruguai, Aparício Méndez (6-8 jul), Bolívia, Hugo Banzer (12-17 ago), e Venezuela, Carlos Andrés Pérez (16-20 nov). Apesar das trocas de visitas, as exportações

brasileiras para os países sul-americanos tiveram desempenho acanhado no período: representavam apenas 9% do total das exportações em 1967, 10% em 1976 e 12% em 1982.

Divergências sobre Itaipu levam ao fechamento das fronteiras entre o Brasil e a Argentina, impedindo o tráfego de caminhões, momento crítico para as relações bilaterais (31 jul). Mais tarde, são iniciadas formalmente conversações tripartites entre Argentina, Brasil e Paraguai a respeito do aproveitamento energético do Rio Paraná, tendo em vista a disputa causada pelos possíveis efeitos de Itaipu sobre o projeto das hidrelétricas argentinas de Corpus e Yaciretá (21 set).

O vice-presidente Adalberto Pereira representa o Brasil na assinatura do Acordo Carter-Torrijos para a devolução do Canal do Panamá no ano 2000 (7 set).

O ministro do Exército, Sylvio Frota, general "linha dura", é demitido por opor-se à abertura (12 out).

A participação ativa do Brasil na Feira Internacional de Lagos (14 dez) reflete a importante parceria comercial com a Nigéria, grande exportadora de petróleo.

Têm início trabalhos preparatórios para a assinatura, no ano seguinte, de um Tratado de cooperação multilateral na Amazônia (22 dez). A política de ocupação amazônica do Brasil no Regime Militar havia gerado insegurança nos vizinhos (temor do "expansionismo brasileiro") e prevalecia até então um "cordial desinteresse recíproco" em relação aos países andinos.

1978 O Brasil acerta as condições para o fornecimento à Nuclebrás, pelo consórcio Urenco (formado pela RFA, Grã-Bretanha e Países Baixos), de urânio enriquecido que irá abastecer as usinas nucleares de Angra dos Reis (13 jan).

Visitas do presidente Geisel ao México (16-19 jan) e ao Uruguai (25-27 jan).

O presidente **Geisel visita a RFA**, acompanhado por missão empresarial, na primeira visita de um chefe de Estado brasileiro à Alemanha (6-10 mar). Geisel visita Baden-Württemberg, Berlim, Düsseldorf e Bonn, onde são assinados ajustes relativos ao Acordo Nuclear de 1975, acordos de cooperação e uma declaração conjunta.

O príncipe Charles, herdeiro do trono britânico, realiza visita ao Brasil (8-16 mar).

O presidente norte-americano, Jimmy Carter, visita o Brasil com o objetivo de aplinar divergências bilaterais na área nuclear e de direitos humanos (29-31 mar). Registra-se queda relativa do comércio entre os dois países em comparação com outros períodos históricos. Em 1941, 60% das importações do Brasil provinham dos EUA; em 1975, apenas 11%. As exportações brasileiras para os EUA, que eram 53% do total em 1944, caem para 23% em 1972 e 19% em 1979.

Assinado, em Brasília, o **Tratado de Cooperação Amazônica** (TCA), do qual farão parte Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela (3 jul). A iniciativa brasileira do TCA destinava-se a criar um marco formal que conferisse impulso político à cooperação e ao desenvolvimento dos recursos da região, salvaguardando a soberania dos Estados sobre seus territórios amazônicos. Para o Brasil, não pertencente ao Pacto Andino, o TCA também constituía

foro sub-regional de diálogo com os países andinos sobre temas comuns de integração na parte norte da América do Sul.

Entrada em vigor da Convenção Americana de Direitos Humanos, o Pacto de San José (18 jul).

Conferência da ONU adota, em Buenos Aires, plano de ação para promover a cooperação técnica entre países em desenvolvimento (12 set).

Acordo de Camp David, mediado pelo presidente Carter, pelo qual Israel se compromete a devolver a península do Sinai ao Egito (17 set). O primeiro-ministro israelense, Menachem Begin, e o presidente egípcio, Anwar Sadat, firmam tratado de paz no ano seguinte, o primeiro com um país árabe desde a criação de Israel em 1948.

O presidente da França, Giscard D'Estaing, realiza visita ao Brasil (4-6 out).

A Emenda Constitucional nº 11 revoga o AI-5 e outros Atos Institucionais (13 out). Proíbe-se a pena de morte, ressalvada a legislação penal aplicável em caso de guerra externa.

O polonês Karol Wojtyła é escolhido para ser o novo papa (16 out). João Paulo II será o primeiro papa não italiano desde 1522.

A estatal Eletrobrás compra a Light do grupo canadense Brascan (28 dez).

O embaixador José Sette Câmara é eleito juiz da Corte Internacional de Justiça.

1979 Revolução islâmica no Irã, liderada pelo aiatolá Khomeini, derruba o xá Reza Pahlevi (16 jan). Em consequência, irá eclodir o **segundo choque do petróleo**, que afetará novamente a economia brasileira, cujo crescimento era dependente do capital estrangeiro (empréstimos) e do aumento das vendas ao exterior para gerar superávits comerciais. O Brasil, que vinha buscando uma aproximação comercial com o Irã, irá reconhecer o novo governo de Teerã (fev).

Firmado, em Brasília, Tratado de Amizade e Cooperação entre o Brasil e Cabo Verde (7 fev).

Começa a vigorar o Sistema Monetário Europeu (SME), baseado em uma unidade de câmbio europeia, o ECU, embrião de uma futura moeda comum (13 mar).

Governo Figueiredo: o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), assume o governo, tendo como ministro das Relações Exteriores o embaixador Ramiro Elisio Saraiva Guerreiro (15 mar). Figueiredo promete dar continuidade à abertura iniciada por Geisel. Ganha força o movimento por uma anistia "ampla, geral e irrestrita". Ao tomar posse, Saraiva Guerreiro reafirma o **universalismo** como princípio norteador da política externa brasileira.

Na China, o governo de Deng Xiaoping inicia período de reformas econômicas (mar).

O chanceler federal da RFA, Helmut Schmidt, realiza visita ao Brasil (4-7 abr) e assina acordos bilaterais de cooperação.

Criada a Organização da ONU para o Desenvolvimento Industrial (**Unido**), com sede em Viena (8 abr).

Concluída a Rodada Tóquio do GATT, que introduz um regime preferencial (concessões sem reciprocidade) em favor dos países em desenvolvimento (12 abr).

O governo brasileiro demonstra interesse em aumentar suas compras de petróleo do Iraque e de Angola (maio). **Cresce o comércio com o Terceiro Mundo:** as exportações para países em desenvolvimento, que eram 10% do total em 1960, alcançam 30% em 1979. O Brasil se transforma em exportador de manufaturados: as exportações industriais brasileiras, que representavam 3% do total exportado em 1960, sobem para 40% em 1974 e 56% em 1979.

Margaret Thatcher torna-se primeira-ministra britânica e inicia 18 anos de governos conservadores na Grã-Bretanha (3 maio).

Após haver votado na OEA em favor da renúncia de Anastacio Somoza (22 jun), o Brasil suspende as relações diplomáticas com aquele governo na Nicarágua (25 jun), que será em seguida derrubado pelos guerrilheiros da Frente Sandinista de Libertação Nacional (17 jul).

O chefe de governo da Espanha, Adolfo Suárez González, visita o Brasil (6 ago), bem como o presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda (29-30 ago).

Sancionada a **Lei da Anistia** (28 ago), incluindo aos responsáveis por tortura e desaparecimentos de pessoas durante o Regime Militar. Exilados políticos começam a voltar do exterior. Surgem novos partidos políticos: PDS, PMDB, PP, PTB e PDT.

Celebrado Acordo de Cooperação entre o Brasil e o Peru por ocasião da visita do presidente peruano, Francisco Morales-Bermudez Cerrutti, ao Brasil (15 out).

Acordo Itaipu-Corpus: Argentina, Brasil e Paraguai assinam, na cidade de Presidente Stroessner, o Acordo tripartite sobre coordenação técnico-operativa para o aproveitamento hidrelétrico de Itaipu e Corpus, que resolve definitivamente a disputa política em relação à utilização dos recursos energéticos da bacia do Rio Paraná (19 out). São acordados pontos relativos à harmonização das barragens, vazão do rio, número de turbinas para Itaipu (18 no total) e compartilhamento de informação.

O presidente **Figueiredo visita a Venezuela** a fim de consolidar o processo de reaproximação bilateral encetado desde o rompimento de 1964-66 (6-8 nov). Trata-se da primeira visita de um presidente brasileiro àquele país. Em Caracas, Figueiredo afirma que "nossa convivência regional deve ser exemplar".

Firmado Acordo para a abertura do Escritório de Representação da Organização da ONU para Agricultura e Alimentação (FAO) em Brasília (19 nov).

Tropas da União Soviética invadem o Afeganistão (27 dez). O Brasil não endossa as sanções propostas na ONU pelos EUA contra a ação soviética.

1980 O presidente da Nuclebrás, Paulo Nogueira Batista, assina, em Bagdá, Acordo de cooperação sobre usos pacíficos da energia nuclear entre o Brasil e o Iraque (5 jan).

Realizada, em Lima, a I Reunião de Consulta entre o Brasil e o **Conselho Andino**, que estabelece um mecanismo permanente de intercâmbio de informações, consulta e coordenação (17 jan).

O presidente da República da Guiné, Ahmed Sekou Touré, visita o Brasil (4 fev).

Em meio a diversas greves no ABC paulista, é fundado, em São Paulo, o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado pelo sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva (10 fev).

A Comissão Norte-Sul, presidida por Willy Brandt, apresenta à ONU relatório com recomendações para o diálogo entre países ricos e pobres (12 fev).

O presidente Figueiredo realiza visita ao Paraguai (9-11 abr), ocasião em que devolve documentos, peças históricas paraguaias e objetos pessoais de Solano López que se encontravam no Brasil. No mês seguinte, **Figueiredo visita a Argentina** e encontra-se com o presidente Jorge Rafael Videla (14-17 maio). Desde 1935 um presidente brasileiro não visitava a Argentina. Culminando o processo de reconciliação iniciado no ano anterior com o acordo sobre Itaipu e Corpus, são assinados vários convênios e protocolos de cooperação, incluindo na área de energia nuclear para fins pacíficos, com vistas a estimular a integração econômica bilateral.

O Brasil estabelece relações diplomáticas com o novo governo do Zimbábue, ex-Rodésia (18 abr). No mesmo ano, o Brasil passa a manter relações também com Burundi e República do Congo.

Morre o marechal Josip Broz Tito, no poder na Iugoslávia desde 1945 (4 maio).

O chanceler Saraiva Guerreiro visita cinco países africanos: Angola, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue (3-11 jun).

O papa João Paulo II visita o Brasil em "missão pastoral e religiosa" (30 jun-11 jul).

O Brasil não adere ao boicote norte-americano às Olimpíadas de Moscou (19 jul).

O presidente do México, José López Portillo, visita o Brasil e são assinados acordos bilaterais de cooperação econômica, industrial, cultural e educacional (29 jul).

Criada, em Montevidéu, a **Associação Latino-Americana de Integração** (Aladi), em substituição à extinta Alalc (12 ago). Os objetivos demasiado ambiciosos da Alalc e as políticas protecionistas de substituição de importações de muitos países latino-americanos haviam emperrado o processo de integração. No Tratado de Montevidéu-1980 eliminou-se a obrigação de elaboração de "listas comuns", abandonou-se a fixação de prazos para as metas de integração e passou-se a mecanismos mais flexíveis, de cunho bilateral, para a conformação de "áreas de preferências tarifárias" por meio de Acordos de Complementação Econômica (ACEs). Naquele ano, a participação dos países da Aladi nas exportações brasileiras era de 17% do total.

O presidente argentino, Jorge Videla, visita o Brasil, em retribuição à visita de Figueiredo, consolidando os entendimentos iniciados três meses antes (19 ago).

Adotado por lei o Estatuto do Estrangeiro, que define a situação jurídica dos estrangeiros no Brasil (19 ago). Também é criado o Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

Realizada Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre Desenvolvimento (26 ago).

Saraiva Guerreiro, em conferência na Escola Superior de Guerra, afirma que a "diplomacia exige cuidadoso realismo" (5 set). Palestras anuais do ministro das Relações Exteriores na ESG eram prática comum durante os governos militares.

A cidade histórica de Ouro Preto se torna o primeiro bem cultural brasileiro inscrito na lista do patrimônio mundial da Unesco (5 set).

Concluído, em Bruxelas, Acordo-Quadro de Cooperação Comercial Brasil-CEE (18 set).

Início da **Guerra Irã-Iraque**, que irá durar até 1988 (22 set). O Brasil se mantém neutro no conflito, que irá afetar os fluxos de petróleo no Golfo Pérsico.

Figueiredo visita o Chile e encontra-se, em Santiago, com o presidente Augusto Pinochet (7-10 out). São assinados nove acordos de cooperação e uma declaração conjunta.

Adotada, em Genebra, a Convenção sobre Certas Armas Convencionais, que proíbe ou restringe o uso de armamentos considerados excessivamente danosos ou de efeitos indiscriminados (10 out).

Realizada, em Belém, a I Reunião de Chanceleres dos países do Tratado de Cooperação Amazônica (24 out). O Brasil procurava então melhorar o relacionamento com os países amazônicos e andinos.

Lançado o projeto Grande Carajás, em região amazônica rica em minérios (24 nov).

Reflexo do fim do predomínio do café no comércio exterior, cerca de 40% das exportações brasileiras foram de produtos manufaturados em 1980. De 1920 a 1980, enquanto a taxa média de crescimento do PIB foi de 6%, a indústria brasileira cresceu no mesmo período a 7,6%.

1981 A Grécia adere à Comunidade Econômica Europeia (CEE) (1º jan).

O primeiro-ministro do Canadá, Pierre Trudeau, visita o Brasil, o primeiro mandatário canadense a fazê-lo (14 jan). Figueiredo irá retribuir a visita no ano seguinte.

O Brasil estabelece relações diplomáticas com Ruanda (20 jan) e Dominica (9 fev).

João Figueiredo visita a França e é recebido, em Paris, pelo presidente Giscard D'Estaing (28-30 jan). Em 1981, Figueiredo visitará também Portugal (2-4 fev), Colômbia (10-12 mar), República Federal da Alemanha (18-25 maio) e Peru (24 jun). As visitas à Colômbia e ao Peru refletem o interesse do Brasil em buscar maior **aproximação com os países andinos**, processo iniciado com a conclusão do Tratado de Cooperação Amazônica em 1978.

O Brasil coordena negociações de paz entre Peru e Equador e reclama um cessar-fogo imediato no conflito de fronteira entre os dois países (31 jan).

O general Vernon Walters, ex-adido militar no Brasil em 1964, visita o país como enviado especial do presidente Reagan, a fim de denunciar ingerência cubana e soviética em El Salvador (23 fev). O governo brasileiro considera insuficiente a evidência apresentada a respeito.

A OEA adota em Caracas a Convenção Interamericana sobre Extradicação (25 fev). O Brasil não adere à Convenção.

Estabelecida a Comissão intergovernamental brasileiro-soviética de cooperação comercial e econômica, científica e tecnológica (16 abr).

Bomba do Riocentro: fracassa atentado no Rio de Janeiro, supostamente planejado por militares contrários à abertura política (30 abr).

Enviada missão comercial do Brasil a países do Sudeste asiático, chefiada por Paulo Tarso Flecha de Lima, a fim de incrementar os negócios com a Asean (abr).

Na França, François Mitterrand, do Partido Socialista, é eleito novo presidente (10 maio).

Realizado encontro entre os presidentes Figueiredo e Rafael Viola, da Argentina, em Paso de Los Libres, cidade fronteira vizinha a Uruguaiana (26 maio).

Ataque aéreo de Israel destrói instalações nucleares do Iraque em Osirak (7 jun). O governo brasileiro condena a ação israelense.

O Brasil se opõe à proposta, defendida pelos EUA, de estabelecer uma "Organização do Tratado do Atlântico Sul" (**OTAS**), pacto político-militar nos moldes da OTAN, envolvendo também a África do Sul e a Argentina (jul). A OTAS não passou do nível das especulações e nunca chegou a ser constituída.

Visitam o Brasil os presidentes da Venezuela, Luís Herrera Campíns (10 ago), Colômbia, Julio César Turbay Ayala (1º-2 set), e Mali, Moussa Traoré (6 out).

Lei estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, que tem entre seus objetivos a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico (31 ago).

O chanceler Saraiva Guerreiro representa o Brasil na **Cúpula Norte-Sul**, realizada em Cancún, México, que propõe o lançamento das Negociações Globais (22-23 out). No mesmo ano, o Banco Mundial adota um sistema de "graduação", pelo qual países de maior renda per capita relativa, como o Brasil, não teriam acesso a recursos daquele banco. O Brasil já era então a **oitava economia capitalista do mundo** e se incluía entre os "Países Recentemente Industrializados" (ou NICs, da sigla em inglês).

Na Polônia, o governo decreta lei marcial para conter o movimento antissoviético Solidariedade, liderado por Lech Walesa (13 dez).

1982 Enviada a primeira missão de empresários brasileiros a Cuba desde 1964 (11 jan).

Criado o Programa Antártico Brasileiro (Proantar) (12 jan). No mesmo ano, a primeira reunião da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (Conantar) irá tratar dos preparativos para uma missão brasileira àquele continente (7 out).

Saraiva Guerreiro visita o Suriname e a República da Guiana (25 jan). Em março, o chanceler brasileiro fará visita à República Popular da China.

O presidente do Equador, Osvaldo Hurtado Larrea, visita o Brasil (8-9 fev) e assina acordos de amizade e cooperação.

A "República Árabe Saaraui Democrática" é admitida como membro da Organização da Unidade Africana (22 fev). O Marrocos irá se retirar da organização em protesto.

Guerra das Malvinas: a Argentina, sob o governo do general Leopoldo Galtieri, ocupa militarmente as Ilhas Malvinas (2 abr). Em sua primeira declaração sobre o conflito, Saraiva Guerreiro recorda que o Brasil havia protestado quando da ocupação britânica das Malvinas, em 1833. A Grã-Bretanha despacha uma esquadra para retomar o território, que denomina Falkland Islands. Durante viagem do presidente Figueiredo aos EUA, o programa da visita em Washington é reduzido pelo governo brasileiro como forma de manifestar constrangimento em relação à posição pró-britânica daquele país na guerra (12 maio). O Brasil se mantém neutro, por discordar do uso da força, mas reconhece o **direito da soberania argentina** sobre as ilhas e proíbe o pouso e sobrevôo no país de aviões britânicos com destino às Malvinas. De jun 1982 a fev 1990, o Brasil representará os interesses argentinos junto à Grã-Bretanha, devido à ruptura de relações diplomáticas entre os dois países. A guerra termina com a rendição argentina às forças britânicas, que retomam as Malvinas (14 jun).

Sob a justificativa de combater guerrilhas palestinas, Israel invade o sul do Líbano (6 jun). Em Beirute, centenas de refugiados palestinos serão mortos no massacre de Sabra e Chatila (16 set.), condenado vigorosamente pelo governo brasileiro (20 set).

Visitam o Brasil o primeiro-ministro do Japão, Zenko Suzuki (12 jun), o presidente do Congo, Denis Sassou-Nguesso (6 jul), e o presidente da Guiana, Forbes Burnham, este último para a conclusão de Tratado de Amizade e Cooperação bilateral (5 out).

O aumento dos juros internacionais desde o ano anterior leva ao pedido de moratória do México (20 ago), fato que desencadeia a **crise da dívida na América Latina**. A economia brasileira sofrerá aguda recessão econômica em 1981-83, com queda do PIB e aumento da inflação. Uma missão do FMI, chefiada por Horst Struckmeyer, será enviada ao Brasil (22 nov).

O Brasil estabelece relações diplomáticas com a Birmânia, atual Mianmar (1º set).

João Figueiredo é o primeiro presidente brasileiro a discursar na ONU, na abertura da Assembleia Geral, em Nova York, ocasião em que critica e aponta as distorções do sistema financeiro internacional em detrimento dos países em desenvolvimento (27 set).

O democrata-cristão Helmut Kohl se torna chanceler federal da RFA (1º out).

Celebrado Acordo Brasil-Itália de Cooperação Econômica e Industrial (18 out). A Embraer e empresas italianas desenvolvem conjuntamente o caça supersônico AMX.

É adotada pela ONU a Carta Mundial da Natureza (28 out), baseada nos princípios da Declaração de Estocolmo de 1972.

Nas eleições diretas para governador, primeiro passo para a redemocratização do país, os partidos da oposição vencem nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, entre outros (15 nov).

A ONU aprova a Declaração de Manila sobre a resolução pacífica de controvérsias (15 nov).

O presidente norte-americano, Ronald Reagan, visita o Brasil, em retribuição à visita de Figueiredo em maio (1º-3 dez). Reagan comete famosa gafe ao propor, no Itamaraty, um brinde ao "povo da Bolívia" (sic). O governo norte-americano concede um empréstimo de US\$ 1,2 bilhão ao Brasil para enfrentar a crise da dívida externa.

Concluída em Montego Bay, Jamaica, a **Convenção da ONU sobre Direito do Mar**, que define os limites do mar territorial (12 milhas) e da zona econômica exclusiva (200 milhas), além de salvaguardar os fundos marinhos como patrimônio comum da humanidade (10 dez). Cria-se o Tribunal Internacional do Direito do Mar para solucionar controvérsias marítimas. O Brasil irá ratificar a Convenção em 12 dez 1988.

Inaugurado, no Rio de Janeiro, o Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty (dez).

1983 O navio *barão de Teffé* chega ao arquipélago das Shetlands do Sul, na primeira **missão brasileira à Antártica** (5 jan). Na Ilha Rei George, o Brasil estabelecerá uma base científica, a Estação Comandante Ferraz, e com isso será admitido como membro pleno no Conselho Consultivo do Tratado da Antártica (12 set).

Em Foz do Iguaçu, Figueiredo se encontra com o presidente da Argentina, Reynaldo Bignone, e se refere aos "momentos difíceis" enfrentados pelo país vizinho, reiterando o apoio brasileiro a um encaminhamento pacífico da questão das Malvinas (13 jan).

Tendo Delfim Neto como principal negociador da dívida externa, que já alcança mais de US\$ 70 bilhões (19% do PIB), o **governo brasileiro recorre ao FMI** e assina a primeira de uma série de cartas de intenções para cumprir com as exigências de "condicionalidade" do Fundo, cujo receituário ortodoxo prevê medidas recessivas e combate ao déficit público para o saneamento da economia (6 jan). Com uma maxidesvalorização do cruzeiro (18 fev) e subsídios às exportações, o governo busca gerar superávits na balança comercial. O Brasil irá concluir acordo *stand-by* com o FMI no valor de US\$ 5,7 bilhões (3 mar).

Criado o **Grupo de Contadora**, entre Colômbia, México, Panamá e Venezuela, para uma solução negociada dos conflitos na América Central (9 jan).

O Brasil estabelece relações diplomáticas com Belize, antiga Honduras Britânicas (1º mar).

Anunciada a Iniciativa de Defesa Estratégica do presidente Reagan (23 mar).

Missão Venturini: o ministro Danilo Venturini é enviado em missão especial ao Suriname, a fim de oferecer ao governo do tenente-coronel Desiré Bouterse linhas de crédito do Brasil (15-17 abr). O objetivo da missão era evitar o risco de eventual "cubanização" do país, caso o governo surinamês recorresse à ajuda oferecida por Cuba.

Incidente com quatro aviões líbios, retidos quando faziam escala técnica nos aeroportos de Recife e Manaus (17 abr-7 jun). Os aviões transportavam um carregamento clandestino de armas e munições, supostamente destinado à Frente Sandinista de Libertação Nacional, da Nicarágua.

Durante a visita do presidente Figueiredo ao México (26-29 abr), é assinada a Declaração de Cancún, que condena o protecionismo dos países desenvolvidos e reafirma o apoio dos dois países ao progresso do diálogo Norte-Sul.

O rei da Espanha, Juan Carlos I, realiza visita ao Brasil (16 maio), ocasião em que é firmado Acordo bilateral de cooperação para os usos pacíficos da energia nuclear.

Denunciado o escândalo das Polonetas, no qual o Brasil teria tido graves prejuízos em negociações sigilosas a respeito do pagamento de dívida da Polônia (15 ago).

Derrubada por jatos soviéticos aeronave civil coreana, a oeste da ilha de Sacalina (1º set).

Firmado Protocolo de intenções sobre comércio entre o Brasil e o Iraque (12 set). O aumento das exportações brasileiras de armamentos para o Oriente Médio impulsiona o **crescimento da indústria bélica nacional**, com destaque para a Engesa, fabricante dos carros de combate *Urutu* e *Cascavel*, a Avibrás, que exportava o lançador múltiplo de foguetes de saturação Astros 2, e a Embraer, construtora do avião de treinamento *Tucano*. Na década de 1980, o Brasil alcançará a quinta posição entre os maiores exportadores mundiais de material militar.

O governo brasileiro deplora o uso da força na intervenção em Granada, levada a cabo pelos EUA contra a "subversão cubano-soviética" (26 out).

Redemocratização na Argentina: Raúl Alfonsín, da União Cívica Radical, é eleito presidente (31 out).

Figueiredo visita a África, em périplo por cinco países: Nigéria, Senegal, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Argélia (14-21 nov). Trata-se da primeira visita de um presidente brasileiro ao continente africano. Por diferentes motivos, contudo, o roteiro da viagem se concentrou na região ocidental, não tocando a África Austral.

O chanceler Saraiva Guerreiro defende a cooperação econômica entre países em desenvolvimento ao inaugurar reunião do Grupo dos 77, no Rio de Janeiro (5 dez). A crise da dívida põe em xeque o modelo do nacional-desenvolvimentismo e o discurso crítico da diplomacia brasileira aproxima-a da posição dos países do Terceiro Mundo. A vulnerabilidade econômica afeta a política externa e Saraiva Guerreiro descreve o Brasil como um **"país sem excedentes de poder"**. O "universalismo seletivo" (Antonio Carlos Lessa) atribuído ao governo Figueiredo e a outros períodos significava um reconhecimento tácito das limitações do poder nacional, especialmente em comparação com períodos anteriores, marcados pela ideia de "potência emergente".

1984 O presidente Figueiredo viaja a Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia (7 fev). Em 1984, visitam o Brasil os presidentes do Uruguai, Gregório Álvarez (27 fev), México, Miguel de la Madrid (28 mar), Peru, Fernando Belaúnde Terry (18 jun), e Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira (2 jul).

Por ocasião da visita do secretário de Estado norte-americano, George Shultz, é assinado Memorando de Entendimento sobre Cooperação Industrial-Militar entre o Brasil e os EUA (7 fev). O documento relança oficialmente a cooperação militar bilateral, interrompida desde 1977.

O embaixador brasileiro João Clemente de Baena Soares é eleito por unanimidade secretário-geral da OEA (12 mar).

Assinada a quinta carta de intenções do Brasil junto ao FMI (15 mar). A economista chilena, Ana Maria Jul, representante do FMI, visitará o Brasil diversas vezes para monitorar o cumprimento dos acordos assinados com o Fundo. O esforço exportador resultará em **superávit comercial** recorde de US\$ 11,8 bilhões em 1984.

O presidente Figueiredo realiza visitas ao Marrocos e à Espanha (9-13 abr).

O Brasil estabelece relações diplomáticas com a República Árabe do Iêmen e a República Democrática Popular do Iêmen (8 maio).

Os presidentes da Argentina, Brasil, Colômbia e México divulgam declaração conjunta sobre o problema da dívida externa (19 maio). Pouco depois, por meio do **Consenso de Cartagena**, assinado na Colômbia, onze países da América Latina, incluindo o Brasil, declaram necessária uma ação concertada na questão da dívida externa para negociar melhores condições com os credores, incluindo uma redução das taxas cobradas (22 jun).

Campanha das **Diretas Já** para presidente da República: apesar das grandes manifestações populares a seu favor, a Emenda Dante de Oliveira é rejeitada pelo Congresso (25 abr).

Estabelecimento, por troca de notas, de mecanismo de consultas Brasil-Argentina em assuntos políticos e econômicos (14 maio).

Acompanhado por 100 empresários, o presidente Figueiredo realiza visita ao Japão, onde assina Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia (24-25 maio). Em seguida, **Figueiredo visita a China**, na primeira visita de um presidente brasileiro àquele país (27-28 maio). Em Pequim, o mandatário brasileiro destaca as "faixas de convergência" bilateral e assinala a passagem dos dez anos do reconhecimento brasileiro da RPC. A aproximação com a China resultará na assinatura de acordos bilaterais para a criação de Consulados em São Paulo e em Xangai (15 ago) e para a cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear (11 out), entre outros.

Dissidência no PDS leva à criação da Frente Liberal (3 jul), que irá unir-se ao PMDB para formar a Aliança Democrática (7 ago) e lançar candidato às eleições presidenciais do ano seguinte.

Inaugurado o Centro de Estudos Brasileiros (CEB), em Buenos Aires (3 set).

Acordo sino-britânico para a devolução de Hong Kong à China em 1997 (26 set).

É formalmente inaugurada pelos presidentes do Brasil e do Paraguai, em Foz do Iguaçu, a hidrelétrica de Itaipu, a maior do mundo, com previsão inicial de 18 turbinas geradoras (25 out).

A primeira-ministra indiana, Indira Gandhi, é assassinada por sikhs (31 out).

Realizada, em Brasília, a Assembleia Geral da OEA, que adota ao final a Carta de Brasília, com vistas ao revigoramento do papel da organização, ameaçada de declínio institucional em virtude de visões divergentes dos estados-membros sobre seus objetivos fundamentais (17 nov).

Lançado na Barreira do Inferno, no Rio Grande do Norte, o primeiro foguete totalmente fabricado no Brasil, o Sonda IV (21 nov).

Aprovada a Declaração de Cartagena para Refugiados, pela qual os países da América Latina e do Caribe propõem novas abordagens para as necessidades humanitárias de refugiados e pessoas deslocadas na região (22 nov).

Tratado de paz e amizade sela acordo entre Argentina e Chile na disputa em torno do Canal de Beagle (29 nov).

Aprovada pela ONU a Convenção contra a Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos e degradantes (10 dez). O Brasil assinará a Convenção no ano seguinte, já no governo Sarney.

Entra em vigor a nova **Lei de Informática**, que busca favorecer o desenvolvimento da indústria nacional (28 dez). A política do governo brasileiro para o setor irá gerar contencioso entre o Brasil e os EUA, que consideram a reserva de mercado brasileira uma "prática desleal de comércio".

1985 O Colégio Eleitoral elege para presidente o político mineiro **Tancredo Neves**, candidato da Aliança Democrática (PMDB-Frente Liberal), derrotando o paulista Paulo Maluf, do PDS (15 jan). Tancredo realiza viagem ao exterior como presidente eleito, mas é internado antes da posse devido a problemas de saúde.

Começa a funcionar a **usina nuclear de Angra I**, construída pela Westinghouse (17 jan). Angra II, iniciada com base no Acordo Nuclear Brasil-RFA, somente será completada em 1999, devido ao agravamento da crise da dívida, entre outros fatores.

Mikhail Gorbachev torna-se o novo secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (10 mar) e dá início a processo de reconstrução econômica (*perestroika*) e abertura (*glasnost*) do regime soviético.

Governo Sarney: o vice-presidente José Sarney (PDS) assume o governo da **Nova República**, tendo como ministro das Relações Exteriores o político e banqueiro paulista Olavo Egídio Setúbal (15 mar). Fim do Regime Militar. Após sete cirurgias, Tancredo Neves morre em seguida (21 abr). Emerge novo consenso em torno da democracia e dos direitos humanos. Começa a remoção do "entulho autoritário": serão restabelecidas as eleições diretas para todos os níveis e legalizados partidos políticos que estavam na clandestinidade (PCB e PC do B). Setúbal defende uma "diplomacia para resultados".

O Brasil manifesta na ONU seu apoio ao plano de paz do Grupo de Contadora para a crise na América Central (9 maio). Será criado depois o **Grupo de Apoio a Contadora**, composto por Argentina, Brasil, Peru e Uruguai, que confere respaldo político adicional à pacificação centro-americana (21 ago).

Após decisão do Conselho de Segurança da ONU, recomendando sanções econômicas contra o governo branco da África do Sul (26 jul), o Brasil proíbe por decreto o intercâmbio cultural, artístico e desportivo com aquele país (9 ago). O governo brasileiro condena o regime racista do *apartheid* e as intervenções sul-africanas em países vizinhos.

O Tratado de Rarotonga cria uma zona livre de armas nucleares no Pacífico Sul (6 ago).

Em sua primeira viagem oficial ao exterior, Sarney visita o Uruguai (12-14 ago).

O governo norte-americano anuncia decisão de investigar o setor de informática do Brasil e ameaça promover retaliações a propósito de direitos de propriedade intelectual, patentes de produtos farmacêuticos e "pirataria" de *software* (7 set).

O presidente Sarney abre, em Nova York, a Assembleia Geral da ONU, com discurso centrado na dívida externa dos países latino-americanos (23 set). No mesmo dia, o Brasil assina a Convenção contra a Tortura.

Pelos acordos do Hotel Plaza, os cinco países mais desenvolvidos decidem realizar uma ação concertada para a desvalorização do dólar norte-americano (25 set).

O Brasil estabelece relações diplomáticas com Botsuana, independente desde 1966 (set).

Plano Baker, proposto pelo secretário do Tesouro norte-americano, para administrar o problema da dívida externa mediante o aporte de novos recursos (9 out).

O presidente francês, François Mitterrand, realiza visita ao Brasil para o lançamento do Projeto Brasil-França de cooperação cultural, científica, técnica e tecnológica (14-18 out).

Por ocasião de visita a Brasília do primeiro-ministro chinês, Zhao Ziyang, o Brasil e a China assinam Memorando de Entendimento relativo a consultas sobre assuntos de interesse comum e Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, além de dois protocolos de cooperação (1º nov).

Inaugurada a Ponte Tancredo Neves, ligando as cidades de Foz do Iguaçu, no Brasil, e Puerto Iguazú, na Argentina (29 nov). Os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín firmam, ainda, a **Declaração de Iguaçu** sobre as relações bilaterais, incluindo integração econômica e cooperação pacífica no campo da energia nuclear, em ato que dá início a vigoroso processo de aproximação entre o Brasil e a Argentina (30 nov).

A Carta da OEA é emendada pelo Protocolo de Cartagena das Índias (5 dez) e é adotada a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura (9 dez), à qual o Brasil irá aderir no mês seguinte.

1986 Espanha e Portugal ingressam na Comunidade Econômica Europeia (CEE) (1º jan).

Roberto Costa de Abreu Sodré, político e empresário paulista, assume o Ministério das Relações Exteriores (14 fev). O novo chanceler sustenta que o Brasil, conforme suas tradições, repudiava "as atitudes unilaterais, de força e confrontação".

Movimento popular derruba o ditador Ferdinando Marcos nas Filipinas (25 fev).

Assinado, em Luxemburgo, o Ato Único Europeu para aprofundar a integração na CEE (28 fev).

Lançado o **Plano Cruzado** para conter a inflação e estabilizar a economia (28 fev). A terapia de choque inclui uma nova moeda, congelamento dos preços, câmbio fixo e desindexação (fim da correção monetária).

Concluída a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais (21 mar).

Conferência Especializada da OEA sobre o Narcotráfico, no Rio de Janeiro, decide criar a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (Cicad) e adota programa de ação antidrogas (25 abr).

Em visita a Portugal, Sarney encontra-se com o presidente português, Mário Soares, e afirma que "o Brasil não é caudatário das grandes potências" (4-9 maio). Sarney também visita Cabo Verde (10 maio) e, mais tarde, Itália e Vaticano (7-11 jul).

O Brasil se soma a outros sete países latino-americanos na Declaração do Panamá a favor da paz na América Central (7 jun).

O **Brasil reata relações diplomáticas com Cuba**, que haviam sido rompidas em 1964 (14 jul). Uma missão do Itamaraty é enviada a Havana para reabrir a Embaixada brasileira. Após o reatamento, inicia-se período de troca de visitas de alto nível e conclusão de acordos bilaterais.

O presidente Sarney realiza visita de Estado à Argentina e assina com Raúl Alfonsín, em Buenos Aires, a **Ata de Integração Brasileiro-Argentina**, que estabelece um Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) (29 jul). É firmado, ainda, o Protocolo de Cooperação Nuclear, que reafirma os propósitos pacíficos da cooperação bilateral nessa área. O Uruguai será convidado formalmente a associar-se ao Brasil e à Argentina no processo de integração no Cone Sul.

O Brasil adere ao Convênio constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, ligada ao BID (11 ago).

Assinada Ata de Cooperação Econômica entre o Brasil e o Uruguai, por ocasião da visita do presidente uruguaio Julio María Sanguinetti ao Brasil (13 ago).

O presidente Sarney visita os EUA e encontra-se com Ronald Reagan (10-11 set). Na pauta das conversações, as retaliações comerciais do governo norte-americano em razão do contencioso da informática. Para o governo brasileiro, a Lei de Informática era um "ato de soberania nacional" e não feria as normas do GATT.

Em Punta del Este, começa a **Rodada Uruguai do GATT** (20 set). O Brasil, em coalizão com a Índia no Grupo dos 10, irá se opor à discussão dos chamados "novos temas": serviços, propriedade intelectual e investimentos. O Brasil integra também o **Grupo de Cairns**, formado por 14 países exportadores de produtos agrícolas que defendem maior liberalização do comércio internacional nesse setor.

Resolução da ONU, proposta pelo Brasil, aprova a declaração da **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul** (Zopacas), com o objetivo de implementar, no longo prazo, um sistema de cooperação horizontal que assegure o uso pacífico do mar entre os Estados ribeirinhos, segundo "a comunidade de interesses e a responsabilidade primordial de todos" para com o hidroespaço atlântico (27 out).

Vitória esmagadora do PMDB nas eleições gerais para o Congresso e governos estaduais (15 nov). Dias depois, o governo anuncia o Plano Cruzado II para enfrentar a escassez de produtos e a deterioração das contas externas (21 nov). Em 1986, a dívida externa brasileira ultrapassou US\$ 101 bilhões.

Assinada a Ata de Amizade, em Brasília, durante encontro entre os presidentes da Argentina, Brasil e Uruguai (11 dez).

Criação do Grupo do Rio: chanceleres de oito países da América Latina (Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela), que integram o Grupo de Contadora e o Grupo de Apoio, decidem, no Rio de Janeiro, estabelecer um Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, que passa a ser conhecido como Grupo do Rio (18 dez).

1987 Presidida pelo deputado Ulysses Guimarães, é instalada a Assembleia Nacional Constituinte, em Brasília, com a tarefa de redigir uma nova Constituição democrática para o país (1º fev).

O presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, visita o Brasil e os dois países condenam a "ocupação ilegal" da Namíbia pela República da África do Sul (16-18 fev). O bispo negro sul-africano e Nobel da Paz, Desmond Tutu, também fará visita ao Brasil (18 maio).

O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, anuncia a interrupção do pagamento dos juros da dívida externa contraída junto a bancos privados (20 fev). A notícia causa apreensão nos círculos credores, mas a "moratória técnica" será suspensa já no final de 1987.

Acordos do Louvre, entre os países do G-7, para a estabilização do dólar (22 fev).

Adotado pelo G-7 o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (**MTCR**, da sigla em inglês), destinado a restringir transferências de tecnologia missilística (16 abr).

O Citicorp, o maior banco norte-americano e principal credor do Brasil, eleva em US\$ 3 bilhões sua reserva contra ameaças de *default* de países devedores (19 maio).

Decreto brasileiro aprova a Política Nacional para Assuntos Antárticos (3 jun).

Lançado o Plano Bresser, que, a exemplo de outros planos econômicos adotados depois, não conseguirá deter a inflação (12 jun).

O presidente Sarney, dando seguimento à sua ativa política latino-americana, visita a Argentina (15-17 jun), Peru (3 jul), México (16-20 ago) e Venezuela (15-17 out).

Anunciado oficialmente pelo presidente Sarney que o Brasil detém o domínio da **tecnologia de enriquecimento de urânio** pelo processo de ultracentrifugação (5 set). A Argentina havia sido informada previamente do anúncio brasileiro por missão especial a Buenos Aires do embaixador Rubens Ricupero.

Protocolo de Montreal sobre as substâncias que atacam a camada de ozônio (16 set).

Acordo de criação da Área de Livre Comércio EUA-Canadá (3 out).

O Brasil é eleito membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, para o biênio 1988-89, depois de permanecer quase duas décadas ausente do órgão (15 out). A prioridade brasileira era antes atribuída à participação no Conselho Econômico e Social da ONU (**Ecosoc**).

Abalo financeiro na Bolsa de Valores de Nova York e crise do dólar (19 out).

O presidente Reagan anuncia seu propósito de aplicar sanções comerciais contra o Brasil, a partir de 1º jan 1988, por causa da Lei de Informática (13 nov).

Assinado, em Lima, Tratado de institucionalização do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), cuja sede permanente será em São Paulo (16 nov).

Realizada, no México, a I Cúpula entre chefes de Estado e de governo do Grupo do Rio, que aprova o **Compromisso de Acapulco** para a Paz, o Desenvolvimento e a Democracia (29 nov). É a primeira vez que mandatários latino-americanos se articulam diretamente em torno de temas de interesse comum, em foro regional próprio, sem a presença dos EUA.

Tratado para a eliminação de mísseis intermediários entre EUA e URSS (Tratado INF), o primeiro a reduzir armas nucleares ao invés de apenas limitá-las (8 dez).

Criada pela VASP a primeira linha aérea comercial entre o Brasil e Cuba (11 dez).

O primeiro-ministro de Israel, Shimon Peres, realiza visita ao Brasil (14-16 dez). No mesmo mês, começa a Intifada, movimento de resistência palestina à ocupação israelense na Cisjordânia e Faixa de Gaza.

1988 Missão militar líbia visita o Brasil para negociar a compra de material bélico (jan). Os EUA repudiam a hipótese de venda de armamento brasileiro à Líbia.

Sarney visita o Uruguai e a Colômbia (5-9 fev) e, mais tarde, a Bolívia (1º-3 ago).

Gorbachev anuncia o início da retirada das tropas soviéticas do Afeganistão (8 fev).

Adotado, no âmbito do G-77, o Sistema Global de Preferências Comerciais entre países em desenvolvimento (**SGPC**), como reforço às relações Sul-Sul (13 abr).

Criado o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir de uma dissidência do PMDB (24 jun).

Primeiro acordo do Brasil com o FMI desde o fim do Regime Militar (1º jul). Reflexo da crise econômica, a hiperinflação supera o índice de 1.000% ao ano.

O presidente Sarney visita a China e os dois países fecham acordo para a construção em conjunto de satélites espaciais através do **programa Cbers** (*China-Brazil Earth Resources Satellite*), destinado ao monitoramento de recursos terrestres (3-8 jul).

Em função de diversos **contenciosos comerciais entre o Brasil e os EUA**, inclusive sobre patentes farmacêuticas, o Representante Comercial do governo norte-americano (USTR) anuncia, como retaliação, a aplicação contra o Brasil de sanções previstas na Seção 301 da Lei de Comércio daquele país (22 jul).

Realizada, no Rio de Janeiro, a I Reunião dos Países do Atlântico Sul, reunindo Argentina, Brasil, Uruguai e 19 países africanos (25-29 jul).

Com um cessar-fogo patrocinado pela ONU, termina a Guerra Irã-Iraque (20 ago).

Promulgada a **Constituição de 1988**, em vigência até os dias atuais, que consolida o Brasil como um Estado Democrático de Direito (5 out). Há avanços significativos em direitos humanos (a prática do racismo constitui crime "inafiançável e imprescritível"). São assegurados direitos trabalhistas, liberdade sindical e direito de greve. Na ordem econômica, o capital estrangeiro sofre restrições e o monopólio estatal do petróleo é confirmado. O artigo 4º enumera os **princípios que regem as relações internacionais do Brasil**: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e concessão de asilo político. Parágrafo único determina que o Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, "visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações".

O presidente **Sarney visita a União Soviética**, acompanhado por 120 empresários, na primeira visita de um chefe de Estado brasileiro àquele país (17-21 out). São assinados acordos comerciais, de cooperação científico-tecnológica, e declaração sobre os princípios da integração em prol da paz e da cooperação internacional.

Os EUA sobretaxam em 100% diversos produtos importados do Brasil. O governo brasileiro protesta contra a medida, contrária às normas do GATT (23 out).

O Brasil reconhece a declaração de independência da Palestina, mas não o Estado palestino proclamado em Argel (15 nov).

Assinado o Protocolo Interamericano sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, conhecido como Protocolo de San Salvador (17 nov).

Celebrado, em Buenos Aires, por Sarney e Alfonsín, o **Tratado de Integração, Cooperação e**

Desenvolvimento entre o Brasil e a Argentina, consolidando o processo de aproximação bilateral e estabelecendo mecanismos para a criação de um "espaço econômico comum" no prazo máximo de dez anos, segundo os princípios de gradualismo, flexibilidade, equilíbrio e simetria (29 nov).

Assassinado no Acre o sindicalista Chico Mendes (22 dez). A repercussão mundial põe em evidência a imagem externa negativa do Brasil como "vilão ambiental", associada a acusações de ser "mau pagador" de suas dívidas, violador de direitos de propriedade intelectual e instável economicamente.

O general brasileiro Péricles Ferreira Gomes é designado para chefiar a missão internacional de verificação da retirada de tropas cubanas de Angola (30 dez.).

1989 O presidente Sarney realiza visita a Angola e assina, em Luanda, acordos de cooperação com o presidente José Eduardo dos Santos (26-30 jan). Pouco depois, Sarney mantém encontro, em Caracas, com o líder cubano Fidel Castro (2 fev).

Golpe no Paraguai termina com o regime de 35 anos do general Alfredo Stroessner, que segue exilado para o Brasil (3 fev).

Estabelecida a União do Maghreb árabe, no norte da África (17 fev).

O presidente Sarney vai a Tóquio para os funerais do imperador Hirohito (20 fev).

Sarney é o primeiro presidente brasileiro a visitar o Suriname e a Guiana (2-4 mar). Ainda em 1989, Sarney visita o Paraguai (15 maio), Argentina (7-9 jul), Peru (10-13 out), Equador (25-26 out) e Costa Rica (26-29 out).

Plano Brady, proposto pelo secretário do Tesouro norte-americano, para solucionar o problema da dívida externa dos países em desenvolvimento mediante a redução do serviço da dívida, associada a reformas estruturais nos países devedores (10 mar). Os anos 1980 serão a "década perdida" para a América Latina, assolada pela estagnação econômica.

Assinada a Convenção de Basileia para o controle dos movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e sua eliminação (22 mar).

O governo brasileiro protesta contra discurso do diretor-executivo do Pnuma, que defendia conversão de títulos da dívida externa brasileira em programas de defesa do meio ambiente no país, operação financeira conhecida por *debt for nature swaps* (30 mar).

Lançado pelo governo brasileiro o Programa Nossa Natureza (6 abr). Em seguida, tem lugar, em Manaus, a **I Reunião de Presidentes dos Países Amazônicos**, durante a qual os mandatários dos estados-membros do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) firmam a **Declaração da Amazônia**, fortalecendo os vínculos de cooperação para o desenvolvimento e reafirmando a soberania sobre a floresta, na expectativa de que as preocupações ambientais dos países desenvolvidos se traduzam em medidas de cooperação financeira e tecnológica (6 maio).

O Brasil estabelece relações com a República Socialista do Vietnam (8 maio).

Carlos Saúl Menem é eleito presidente na Argentina (14 maio) e assume o governo em meio a

profunda crise econômica. Menem, apesar de egresso do peronismo, irá adotar uma política externa de firme aproximação com os EUA, chamada de "realismo periférico" (Carlos Escudé) ou ainda de "relações carnaís", conforme afirmou o chanceler Guido di Tella.

No Irã, morre o líder islâmico aiatolá Khomeini (3 jun), substituído por Khamenei.

O governo comunista chinês reprime com violência manifestantes pró-democracia na Praça da Paz Celestial, em Pequim (4 jun). O governo brasileiro repudia a repressão.

Aprovada pela OIT, em Genebra, Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais nos Países Independentes (7 jun). O Brasil ratificará a Convenção em 2002.

Criado, em Belgrado, durante Cúpula dos Países Não Alinhados, o Grupo dos 15 (7 set).

Na abertura da Assembleia Geral da ONU, Sarney assinala a consolidação da democracia no Brasil e condena a exploração econômica dos países pobres (25 set).

O Canadá, ausente da organização desde sua criação em 1948, ingressa na OEA (27 out).

Realizada, em São Luís do Maranhão, a **I Cúpula dos Países Lusófonos**, à qual comparecem chefes de Estado e de governo do Brasil, Portugal e países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs) (1º nov). É criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), cuja sede será em Cabo Verde.

Conferência de economistas de vários países, reunidos na capital dos EUA, chega a conclusões que ficarão conhecidas como o "**Consenso de Washington**", ou seja, defesa da adoção pelos países em desenvolvimento de políticas econômicas pautadas pela disciplina fiscal, liberalização comercial, privatizações e desregularização (7 nov).

A crise político-econômica dos regimes comunistas no Leste europeu resulta na **queda do Muro de Berlim**, evento que simboliza o **final da Guerra Fria** (9 nov). O triunfo das democracias liberais no confronto geopolítico global entre os blocos capitalista e socialista faz surgir a tese do "fim da história" (Francis Fukuyama).

Aprovada pela ONU, em Nova York, a Convenção sobre os Direitos da Criança (20 nov).

A Revolução de Veludo, liderada por Vaclav Havel, termina com o monopólio do poder pelo Partido Comunista na Tchecoslováquia (10 dez).

Fim do regime Pinochet no Chile: o democrata cristão Patricio Aylwin é eleito presidente (14 dez).

Conhecido como "caçador de marajás", Fernando Collor de Mello, ex-governador de Alagoas filiado ao minúsculo PRN, vence as primeiras eleições diretas para presidente da República desde 1960, derrotando no segundo turno o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva (17 dez).

A intervenção militar dos EUA no Panamá, contra o general Manuel Noriega, recebe a condenação do governo brasileiro (20 dez). A OEA e a ONU também deploram a ação norte-americana.

Revolução na Romênia derruba o ditador Nicolau Ceausescu, que é executado (25 dez).

1990 O presidente eleito, Fernando Collor de Mello, realiza extensa viagem ao exterior, percorrendo países vizinhos do Cone Sul, EUA, Japão, União Soviética e seis países europeus (20 jan-12 fev).

O governo sul-africano de Frederik De Klerk liberta o líder negro Nelson Mandela (11 fev) e reconhece a independência da Namíbia (21 mar). Começam a ser aprovadas medidas para o **fim do apartheid na África do Sul**. O Brasil vai estabelecer relações diplomáticas com a Namíbia e abrir Embaixada em Windhoek. Faz votos também para que a África do Sul se transforme em uma democracia multirracial "no menor prazo possível".

Em seu último compromisso externo como presidente, Sarney visita o Chile para a posse de Patricio Aylwin (10-11 mar).

Crise da indústria bélica nacional: depois de perder para os EUA a concorrência para a venda do tanque de combate *Osório* à Arábia Saudita, a Engesa pede concordata (mar). A Avibrás será obrigada a diversificar sua produção para não fechar e a Embraer, endividada, será privatizada em 1994, conseguindo se soerguer graças à boa aceitação no mercado internacional de suas aeronaves comerciais de médio porte.

Governo Fernando Collor, tendo como ministro das Relações Exteriores o jurista e professor José Francisco Rezek (15 mar). A ministra da Economia, Zélia Cardoso, anuncia **plano econômico heterodoxo** contra a inflação: volta do cruzeiro como moeda nacional, bloqueio por 18 meses dos ativos financeiros e depósitos de poupança, e congelamento de preços e salários. O plano gera crise de liquidez e recessão. O PIB em 1990 sofrerá queda de 4,3%.

Reunião, em Budapeste, entre os chanceleres do Grupo do Rio e dos países do Leste europeu sobre o processo de transição política naqueles países (12 abr).

Criado por lei o Programa Nacional de Desestatização (12 abr), no quadro de outras reformas do Estado orientadas ao mercado, como a extinção de órgãos e empresas estatais, e as **privatizações** na siderurgia (Usiminas), petroquímica (Álcalis), transportes (Mafersa) e indústria de fertilizantes.

O presidente da República Popular da China, Yang Shangkun, visita o Brasil (18 maio).

Realizada, em Kuala Lumpur, Malásia, a primeira **Cúpula do Grupo dos 15**, reunindo Argélia, Argentina, Brasil, Egito, Índia, Indonésia, Iugoslávia, Jamaica, Malásia, México, Nigéria, Peru, Senegal, Venezuela e Zimbábue (3 jun). O G-15 se destina a promover maior cooperação Sul-Sul, atuando ainda como foro de consulta e coordenação política de grupo selecionado de países em desenvolvimento.

O presidente norte-americano, George Bush, lança a **Iniciativa para as Américas**, com vistas a criar uma zona de livre comércio "do Alasca à Terra do Fogo" (27 jun). A iniciativa dos EUA será posteriormente desdobrada na Cúpula das Américas, que dará a partida às discussões sobre a ALCA a partir de 1994.

Os presidentes Collor e Menem assinam a **Ata de Buenos Aires** (6 jul), pela qual o Brasil e a Argentina decidem conformar um mercado comum bilateral até 31 dez 1994. É celebrado no mesmo

dia Tratado para o Estabelecimento de um Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas. Os dois países assinarão depois, no âmbito da Aladi, um Acordo de Complementação Econômica (ACE-14) referente ao programa de liberalização comercial (20 dez).

O Exército do Iraque invade o Kuwait (2 ago). O governo brasileiro condena a ação iraquiana e apoia decisão do Conselho de Segurança da ONU de impor sanções econômicas contra o governo de Saddam Hussein (7 ago). **Missão Flecha de Lima:** com o agravamento das tensões, missão especial ao Iraque do embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima negocia com sucesso a retirada de 450 brasileiros impedidos de deixar aquele país.

Extinta a Secretaria Especial de Informática (SEI), existente desde 1979, que tinha entre suas funções gerenciar a política de reserva de mercado para a indústria de informática nacional (12 set).

O presidente Collor fecha um poço que serviria para testes nucleares em área de treinamento militar na Serra do Cachimbo, no Pará (18 set).

Collor realiza visitas aos EUA, para participar da Assembleia Geral da ONU (22-30 set), à Tchecoslováquia (1º out), e ao Japão (10-14 nov). A nova política externa, identificada com a **"modernidade"**, pretende descaracterizar o perfil "terceiro-mundista" atribuído ao país e preconiza a aproximação do Brasil com o Primeiro-Mundo, no contexto do chamado "Consenso de Washington", favorável a políticas liberalizantes de **abertura econômica ao exterior** e desestatização. No GATT, o Brasil, interessado nas negociações agrícolas, já admite discutir os "novos temas", aproximando-se à posição dos EUA.

Reunificação da Alemanha, dividida desde a Segunda Guerra Mundial, cuja capital volta a ser Berlim (3 out). A data passa a ser o Dia da Unidade Alemã (*Deutsche Einheit*).

O presidente do México, Carlos Salinas de Gortari, realiza visita ao Brasil (9 out).

Assinada, em Foz do Iguaçu, **Declaração sobre Política Nuclear Comum** entre o Brasil e a Argentina, que cria sistema compartilhado de contabilidade e controle de materiais nucleares (28 nov).

Em visita a Brasília, o presidente norte-americano, George Bush, promete garantir a transferência de alta tecnologia ao Brasil (3 dez). Bush também discute com Collor a questão da dívida externa, a liberalização das regras do comércio mundial e a retomada de investimentos dos EUA no país.

Celebrado Convênio para o funcionamento da sede acadêmica da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) no Brasil (3 dez).

O líder sindical do Solidariedade, Lech Walesa, torna-se presidente da Polônia (9 dez).

Os países lusófonos assinam, em Lisboa, o **Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa** (16 dez), resultado de longas negociações, o qual unificaria o idioma quando ratificado por todas as partes contratantes.

1991 Iniciada a operação "Tempestade no Deserto", com o bombardeio maciço contra alvos iraquianos (17 jan). A Embaixada do Brasil em Bagdá havia sido fechada dias antes (11 jan). A **Primeira**

Guerra do Golfo termina com a vitória da coalizão multinacional liderada pelos EUA contra o Iraque, que é forçado a se retirar do Kuwait (28 fev). O presidente Bush cunha a expressão "nova ordem mundial". O Brasil assinala que sua posição era de respeito às resoluções do Conselho de Segurança sobre a crise no Golfo Pérsico.

Collor é o primeiro presidente brasileiro a viajar à Antártica, onde visita a Estação Comandante Ferraz (19-25 fev).

Celebrado o **Tratado de Assunção**, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, para a constituição de um Mercado Comum do Sul, o **Mercosul**, que implica livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, uma tarifa externa comum, e coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais (26 mar). O Tratado incorpora os mecanismos anteriormente acordados entre o Brasil e a Argentina, adotando como estrutura o Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão supremo intergovernamental, e o Grupo Mercado Comum (GMC), órgão executivo e coordenador dos dez subgrupos de trabalho. O comércio regional intra-zona no Mercosul irá crescer cerca de 312% entre 1991-97.

Adotado, pelo governo Menem na Argentina, o Plano Cavallo de estabilização econômica (1º abr).

O presidente Collor realiza visitas à Espanha (16 maio), Suécia e Noruega (5-7 jun), EUA (18-19 jun), África Austral (8-15 set), Itália e Áustria (10-13 dez).

Acordo de cessar-fogo em Angola, após 16 anos de guerra civil (31 maio). No mesmo ano, também chega ao fim a Guerra Civil Libanesa, que assolava o país desde 1975.

Concluído o **Acordo 4+1**, relativo a comércio e investimentos, entre os EUA e os países do Mercosul, conhecido por Acordo do Jardim das Rosas (*Rose Garden Agreement*) (19 jun).

Aprovado o fim da reserva brasileira de mercado para a informática, sob a justificativa de que essa política teria resultado em atraso tecnológico e preços altos ao consumidor (25 jun). Dando sequência às medidas de abertura econômica no Brasil, a tarifa média de importação, que era de 41% em 1988, cai para 25% em 1991 (chegará a 13% em 1995).

Fim do Pacto de Varsóvia (1º jul). Tentativa frustrada de golpe na URSS (21 ago).

Por meio de Acordo Comercial, o Brasil acerta novas compras de petróleo do Irã, que passa a ser o primeiro fornecedor para o país, com 180 mil barris/dia (9 jul).

Por iniciativa da Espanha e do México, à qual se somou o Brasil, realiza-se, em Guadalajara, a **I Cúpula Ibero-Americana** (18-19 jul). O novo foro reúne chefes de Estado e de governo de 21 países: 19 latino-americanos, incluindo Cuba, além de Espanha e Portugal. Na mesma oportunidade, o Brasil e a Argentina firmam o **Acordo de Guadalajara** para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear (18 jul). O Acordo estabelece também a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (**Abacc**).

A Missão de Observadores da ONU em El Salvador (Onusal) inicia suas atividades (26 jul). O Brasil enviará um efetivo de 60 militares àquele país.

Tratado de Redução de Armas Estratégicas (Start I) entre EUA e URSS para cortes em seus arsenais nucleares (31 jul).

Ex-Repúblicas soviéticas se declaram independentes, incluindo os três países bálticos: Estônia, Letônia e Lituânia (20 ago). O Brasil reconhece a independência dos novos Estados (4 set).

O presidente do Paraguai, Andrés Rodríguez, visita oficialmente o Brasil para reunião de trabalho com Collor (26-27 ago).

Argentina, Brasil e Chile firmam o **Compromisso de Mendoza**, renunciando ao uso, produção, aquisição ou transferência de armas químicas ou biológicas (5 set).

Tratado entre Chile e México para constituir uma zona de livre comércio (22 set). O **Grupo dos 3**, formado por Colômbia, México e Venezuela, também inicia negociações para maior liberalização comercial entre seus membros.

Incorporado ao Tratado da Antártica o Protocolo de Madri relativo a proteção ambiental (3 out).

Croácia e Eslovênia se separam da Iugoslávia, que entra em guerra civil (8 out). O Brasil enviará observadores militares à Força de Proteção da ONU naquele país (Unprofor).

Concluídos os Acordos de Paris sobre a questão do Camboja (23 out).

O chanceler federal alemão, Helmut Kohl, em visita ao Brasil, anuncia a concessão de linha de crédito de 250 milhões de marcos para a proteção da Amazônia (24 out).

Inaugurada, em Madri, Conferência de Paz para o Oriente Médio (30 out). O Brasil apoia a iniciativa. Como parte das negociações palestino-israelenses, a Assembleia Geral da ONU revoga a Resolução 3379, de 1975, que havia considerado o sionismo uma forma de racismo (16 dez).

Massacre de civis por tropas indonésias no cemitério de Dili, Timor Leste (12 nov).

Os países do Mercosul firmam Acordo de Complementação Econômica (ACE-18) no âmbito da Aladi (29 nov).

Assinado, em Viena, **Acordo Quadripartite para a aplicação de salvaguardas nucleares** entre o Brasil, a Argentina, a Abacc e a AIEA (13 dez). O governo brasileiro busca sinalizar seu comprometimento com a não proliferação nuclear, mesmo fora do marco do TNP. O Brasil também apresenta proposta, na Comissão de Desarmamento da ONU, referente à elaboração de regras para o intercâmbio internacional de tecnologias sensíveis.

Realizada, em Brasília, a primeira Cúpula do Mercosul, durante a qual os quatro presidentes dos países-membros aprovam Sistema de Solução de Controvérsias, conhecido como **Protocolo de Brasília**, que estabelece três mecanismos extrajudiciários de solução: negociação, conciliação e arbitragem (17 dez). Para o Brasil, o Mercosul daria a base regional necessária para viabilizar uma inserção competitiva no mundo.

Criada pela Declaração de Alma Ata a Comunidade de Estados Independentes (**CEI**) entre onze Repúblicas ex-soviéticas (21 dez). Com a **dissolução da União Soviética**, Bóris Yeltsin assume o poder na Rússia (25 dez). O Brasil toma nota de que a Rússia se tornara Estado sucessor da URSS, inclusive na ONU (26 dez). O desaparecimento do antigo bloco socialista desfez a clivagem Leste-Oeste típica da Guerra Fria. Ao mesmo tempo, a divisão Norte-Sul se torna menos rígida diante do esfacelamento do conceito de Terceiro Mundo e da diferenciação crescente entre os países em desenvolvimento, que competem entre si por mercados, capital e tecnologia.

1992 O Brasil adere aos Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que haviam sido adotados pela ONU em 1966 (24 jan). A decisão reflete nova postura diplomática brasileira nos temas globais, sobretudo nas áreas de **direitos humanos e meio ambiente**, em contraste com o Regime Militar, com maior transparência e diálogo do governo com a sociedade civil organizada.

Acordo entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional, sob inspiração do Plano Brady, para o reescalonamento da dívida externa brasileira (29 jan). O FMI irá liberar em seis parcelas um empréstimo de US\$ 2 bilhões ao Brasil. Um acordo permanente será concluído em abr 1994.

Assinado o **Tratado de Maastricht** de constituição da União Europeia (7 fev). A nova entidade substitui e aprofunda a CEE, a partir de 1º nov 1993, com vistas ao desenvolvimento de uma política externa e de segurança comum. Prevê-se, ainda, a adoção de uma moeda única europeia, em 1999, depois denominada euro.

Realizada, em Manaus, a II Reunião de Presidentes dos Países Amazônicos (10-11 fev), ocasião em que se reafirma o direito dos países amazônicos a "utilizar seus próprios recursos para assegurar seu bem-estar e progresso", respeitada a proteção ao meio ambiente. Pouco depois, é homologada pelo governo brasileiro a reserva indígena dos Yanomami, no Estado de Roraima (25 maio).

A Embaixada israelense em Buenos Aires é destruída por carro-bomba em atentado reivindicado pela organização Jihad Islâmica, que mantinha vínculos com o Hezbollah e o Irã (17 mar).

O ministério de Collor renuncia coletivamente devido a acusações de corrupção contra o governo (30 mar). O chamado "esquema PC" envolve o empresário Paulo César Farias, tesoureiro de campanha de Collor. O professor e cientista político paulista **Celso Lafer** assume o Ministério das Relações Exteriores, sustentando que a tarefa da diplomacia seria a de "traduzir as necessidades internas em possibilidades externas" (13 abr).

Os comunistas perdem o poder na Albânia, tradicional baluarte socialista (6 abr).

O presidente peruano, Alberto Fujimori, dá um "autogolpe", com respaldo das classes militares (7 abr). Em protesto, o governo brasileiro suspende por tempo indeterminado projetos bilaterais em andamento com o Peru.

Concluído Acordo de cooperação inter-institucional entre o Mercosul e a Comissão das Comunidades Europeias (29 maio).

Vinte anos depois da Conferência de Estocolmo, é realizada a **Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro**, chamada Cúpula da Terra, com a presença de

103 chefes de Estado e de governo (3-14 jun). Firma-se o conceito de "desenvolvimento sustentável", assim como o princípio das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas". São aprovados os seguintes documentos: Declaração do Rio, Agenda 21, Convenção sobre Mudança do Clima, Convenção sobre Diversidade Biológica e Declaração de Princípios sobre Florestas. As decisões emanadas da Conferência serão acompanhadas pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU (CDS) e por reuniões das partes signatárias das Convenções.

Realiza-se, em Madri, a II Cúpula Ibero-Americana, que consolida a criação do novo foro político, com reuniões anuais de chefes de Estado e de governo (23-24 jul).

Constituída, em Windhoek, na Namíbia, a **Comunidade de Desenvolvimento da África Austral** (SADC, da sigla em inglês), com a participação da África do Sul e de 13 outros países da região (17 ago). Passada a bonança iniciada na década de 1970, a política africana do Brasil entra em fase de declínio. Diminui o número de diplomatas lotados em Embaixadas em postos africanos. As exportações para a África, que representavam quase 7% do total exportado pelo Brasil no período 1979-84, caem para apenas 2,8% em 1990-91.

Manifestações populares ("cara-pintadas") em todo o país pedem a saída de Collor (25 ago).

Como complemento à Agenda para a Paz do secretário-geral da ONU, Boutros-Ghali, o Brasil propõe o lançamento da "Agenda para o Desenvolvimento" (21 set).

O Brasil anuncia, em Washington, sua adesão formal à Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San José, concluída em 1969 (25 set).

A Mongólia declara que seu território será uma zona livre de armas nucleares (25 set).

Em meio a denúncias de corrupção, a Câmara dos Deputados abre **processo de impeachment do presidente Collor**, que é afastado do cargo (29 set). O vice-presidente Itamar Franco assume, tendo o sociólogo e senador Fernando Henrique Cardoso como ministro das Relações Exteriores (5 out).

Ação policial resulta na morte de 111 detentos na penitenciária de Carandiru, em São Paulo (2 out), massacre que põe a nu as deficiências brasileiras na área de direitos humanos.

Os países do Mercosul aprovam o **Cronograma de Las Leñas**, que define prazos para o cumprimento dos compromissos fixados no Tratado de Assunção (14 out).

Acordo de Blair House entre os EUA e a CEE em torno das negociações agrícolas na Rodada Uruguai do GATT (20 nov). O chanceler Fernando Henrique assinala que o Brasil, como um *global trader*, continua a defender a "conclusão satisfatória" das negociações comerciais do GATT.

Itamar Franco visita Dacar, no Senegal, para a terceira Cúpula do G-15 (21-23 nov).

Por ocasião da Cúpula do Grupo do Rio, em Buenos Aires, Itamar Franco lança a **Iniciativa Amazônica**, pela qual o Brasil propõe a negociação de acordos de livre comércio com outros países sul-americanos, em especial do Grupo Andino (2 dez).

Mikhail Gorbachev, ex-líder da União Soviética, visita o Brasil (6-10 dez).

A Carta da OEA é emendada pelo Protocolo de Washington (14 dez).

Estabelecida a Missão de Paz da ONU para Moçambique (Onumoz) (16 dez). O Brasil colaborará com a Onumoz enviando observadores militares e eleitorais, além de uma companhia de infantaria do Exército.

Por 76 votos a 3, o Senado confirma o impeachment do presidente Collor (29 dez). Mesmo renunciando ao cargo horas antes, Collor perde seus direitos políticos por oito anos. Início do **Governo Itamar Franco**. Fernando Henrique Cardoso continua como ministro das Relações Exteriores. Ao dirigir-se à nação, Itamar Franco afirma que abrir as fronteiras à competição internacional não significava "renunciar à soberania" (30 dez).

O Brasil adere, em Nova York, ao novo Acordo Internacional do Açúcar (30 dez).

1993 Europa "sem fronteiras": entra em vigor o Mercado Comum Europeu (1º jan).

A Tchecoslováquia é dividida entre a República Tcheca e a Eslováquia (1º jan).

O Brasil assume, pela sétima vez desde 1946, assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU (1º jan). No biênio 1993-94, o Brasil irá tomar parte ativa nas discussões sobre a reforma e ampliação do Conselho.

Novo Tratado de Redução de Armas Estratégicas (Start II) entre os EUA e a Rússia (3 jan).

Definidos por lei o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental do Brasil, nos termos da Convenção da ONU sobre Direito do Mar, de 1982 (4 jan). É revogado o decreto que, em 1970, havia fixado em 200 milhas o mar territorial brasileiro.

Concluída a Convenção para a Proibição das Armas Químicas (CPAQ), à qual adere o Brasil por considerá-la "abrangente, não discriminatória e verificável" (13 jan).

Lançado, em Cabo Canaveral, na Flórida, o primeiro satélite brasileiro para coleta de dados, o SCD-1 (9 fev).

Na presença dos presidentes Itamar Franco e Jaime Paz Samora, em Cochabamba, é assinado contrato comercial regulando a compra de **gás natural boliviano** pelo Brasil (17 fev). Serão iniciadas obras para a construção do futuro Gasoduto Bolívia-Brasil, inaugurado em 1999.

Criado Tribunal internacional para julgar crimes de guerra na ex-Iugoslávia (22 fev).

Plebiscito sobre a forma e o sistema de governo no Brasil decide pela manutenção da República e do presidencialismo no país (21 abr).

Referendo confere a independência à Eritreia, separando-a da Etiópia (27 abr).

Com a saída de Fernando Henrique Cardoso para a Ministério da Fazenda, o embaixador Celso Amorim assume o Ministério das Relações Exteriores (21 maio).

A Carta da OEA é novamente emendada, desta vez pelo Protocolo de Manágua (10 jun).

O embaixador Gilberto Saboia preside o comitê de redação da declaração final da **II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos**, em Viena, que consagra a universalidade e a indivisibilidade de todos os direitos humanos e seu tratamento global (25 jun).

Realizada, no Itamaraty, a primeira reunião do grupo de trabalho encarregado de examinar a participação do Brasil em operações de paz da ONU (12 jul).

O Brasil sedia, em Salvador, a III Cúpula Ibero-Americana (15-16 jul), que debate como tema central o desenvolvimento, com ênfase no aspecto social.

Inaugurada, em São Paulo, a sede permanente do Parlamento Latino-Americano (17 jul). O **Parlatino** é um organismo regional, unicameral, integrado por representantes eleitos dos parlamentos nacionais da América Latina.

O Brasil ratifica o Estatuto do Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (Unidroit) (2 ago).

Assinados os **Acordos de Oslo** relativos ao processo de paz palestino-israelense, que incluem uma declaração de princípios, o mútuo reconhecimento entre Israel e a OLP, e a criação da Autoridade Nacional Palestina (20 ago). Ainda em 1993, será aberta, em Brasília, representação da Delegação Especial Palestina no Brasil (9 dez).

Criada, por iniciativa do Brasil, a Associação dos Países Produtores de Café (APPC), que aprova plano de retenção da oferta mundial do produto (24 set).

Em discurso na Assembleia Geral da ONU, o chanceler Celso Amorim critica os conceitos de "dever de ingerência" e "boa governança" (27 set). À luz dos avanços alcançados na descolonização, Amorim atualiza o discurso dos três Ds de Araujo Castro, de 1963, fazendo referência à nova tríade da agenda internacional: "Democracia, Desenvolvimento e Desarmamento", desdobradas nas áreas de direitos humanos, meio ambiente e segurança internacional.

Na Cúpula do Grupo do Rio, em Santiago, o Brasil anuncia proposta para o futuro estabelecimento de uma **"Área de Livre Comércio Sul-Americana"** (Alcsa, ou Safta em inglês), que absorve e amplia a Iniciativa Amazônica do ano anterior (15-16 out). A sugestão brasileira, que busca aproximar comercialmente o Mercosul, Grupo Andino e Chile, é feita menos de três meses antes de ser efetivado o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta). A perspectiva de se criar no futuro um espaço econômico sul-americano, com identidade própria, levará Amorim a afirmar que se estaria iniciando a "construção política da América do Sul".

A ONU aprova novo embargo contra o regime dos opositores do ex-presidente do Haiti, Jean-Bertrand Aristide, deposto em 1991 (19 out).

Realizada, em Seattle, a **I Cúpula da APEC** (Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico), foro que reúne economias asiáticas e americanas da orla do Pacífico com vistas à liberalização e facilitação do comércio e investimentos (20 nov).

Em seguimento às visitas do ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Qian Qichen (mar), e do vice-primeiro-ministro Zhou Rongji (maio-jun), é oficializada a **parceria estratégica Brasil-China** durante a visita do presidente Jiang Zemin ao Brasil (23 nov).

1994 Entra em vigor o **Acordo de Livre Comércio da América do Norte** (Nafta), do qual fazem parte o Canadá, os EUA e o México (1º jan). No mesmo dia, eclode movimento rebelde zapatista em Chiapas, no México.

Aprovado o Protocolo de Colônia para a promoção e proteção recíproca de investimentos no Mercosul (17 jan).

A criação da Agência Espacial Brasileira (AEB) (10 fev), subordinada à Presidência da República, reafirma o controle civil sobre a Missão Espacial Completa Brasileira, baseada no desenvolvimento próprio de um Veículo Lançador de Satélites (VLS).

O I Encontro dos Chanceleres dos Países de Língua Portuguesa, em Brasília, discute a possibilidade de institucionalização de uma comunidade lusófona (10 fev).

Concluído, em Windhoek, Acordo de Cooperação Naval entre o Brasil e a Namíbia, prevendo assistência brasileira ao desenvolvimento da Marinha daquele país (4 mar).

Por ocasião de visita à China, o chanceler Celso Amorim preside, em Pequim, a I Reunião de Chefes de Postos do Brasil na Ásia e Oceania (2 abr).

Genocídio em Ruanda: a despeito da presença de forças da ONU no país, hutus massacram centenas de milhares de tutsis ruandeses (6 abr-4 jul).

Fim da Rodada Uruguai e criação, pela Ata de Marrakesh, no Marrocos, da **Organização Mundial do Comércio** (OMC), que irá substituir, a partir de 1995, o GATT-1947 (15 abr). Além do escopo tradicional sobre comércio de bens (GATT-1994), a OMC passa a zelar, entre outros, por Acordos sobre Agricultura, medidas de investimentos relacionados ao comércio (TRIMs), comércio de serviços (GATS) e aspectos dos direitos de propriedade intelectual (TRIPS), além de contar com um Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) e um Mecanismo de Exame de Políticas Comerciais (TPRM). O Brasil é um dos membros fundadores da OMC.

Nelson Mandela é eleito presidente na África do Sul (29 abr). A ONU suspende o embargo de armas e outras sanções ao país, que é admitido naquela organização.

Concluído, em bases permanentes, **acordo entre o Brasil e o FMI** para a reestruturação global da dívida externa brasileira (abr). A adesão definitiva do Brasil ao Plano Brady encerra o ciclo da chamada "crise da dívida".

Após a ratificação do texto modificado do Tratado, é anunciada, na Cidade do México, a **adesão do Brasil ao Tratado de Tlatelolco** (30 maio) e ao Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe (Opanal). Com a subsequente assinatura e ratificação também por Cuba, o Tratado passará a vigorar plenamente em toda sua zona de aplicação em 2002.

Atentado contra a Associação Mutual Israelista Argentina (AMIA), em Buenos Aires (18 jul).

O Brasil sedia, em Belém, a Assembleia Geral da OEA, que aprova a Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, conhecida por **Convenção de Belém do Pará** (9 jun).

Durante a IV Cúpula Ibero-Americana, em Cartagena das Índias, o presidente Itamar Franco defende uma "política de mão estendida e não de isolamento político e econômico" em relação a Cuba (14-15 jun).

Após sucessivas medidas para reduzir o déficit público e conter a inflação, sem resultados satisfatórios, é implementado o **Plano Real** de estabilização econômica, com nova moeda (1º jul). Prevê-se uma transição monetária gradual, com a criação da URV (unidade real de valor) como indexador provisório até a adoção do real, com paridade de 1x1 em relação ao dólar (âncora cambial).

A Rússia, envolvida com o movimento separatista da Chechênia, participa pela primeira vez de reunião formal do G-7, que se converte, na prática, em **G-8** (10 jul).

Firmado Convênio constitutivo da Associação de Estados do Caribe (24 jul).

Em virtude do recurso ao Capítulo VII da Carta da ONU, relativo a medidas coercitivas, o Brasil se abstém na votação do Conselho de Segurança que autoriza intervenção no Haiti para a restauração da democracia naquele país (31 jul).

O chanceler Celso Amorim realiza visita à Austrália e Nova Zelândia, a primeira de um ministro das Relações Exteriores brasileiro à Oceania (21-24 ago).

Realizada a Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento (5-13 set).

O Brasil sedia, em Brasília, a III Reunião da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, que marca o ingresso da África do Sul na Zopacas (22 set).

Na Assembleia Geral da ONU, o Brasil apresenta proposta de convocação de uma Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento (26 set).

Graças ao sucesso do Plano Real, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, aliado ao Partido da Frente Liberal (PFL), vence no primeiro turno as eleições presidenciais (3 out).

Acordo entre EUA e Coreia do Norte sobre a questão nuclear (21 out).

Após a independência do Palau, o Conselho de Tutela da ONU é formalmente desativado (1º nov).

Assinado em Lusaca, Zâmbia, acordo de paz em Angola para pôr fim ao conflito entre o governo de José Eduardo dos Santos e a Unita de Jonas Savimbi (21 nov).

Realizada, em Miami, a **I Cúpula das Américas**, com a participação de 34 chefes de Estado e de governo de todo o continente americano, exceto Cuba (9-11 dez). O encontro proclama, entre

outros pontos, o objetivo de negociar, até 2005, a constituição de uma **Área de Livre Comércio das Américas** (ALCA). A Declaração de Princípios de Miami afirma que é elemento essencial para a prosperidade "o comércio sem barreiras, sem subsídios, sem práticas desleais e com fluxo crescente de investimentos produtivos".

Aprovado o **Protocolo de Ouro Preto**, sobre aspectos institucionais do Mercosul, que modifica parcialmente o Tratado de Assunção e confere personalidade jurídica internacional ao Mercosul, o qual permanece como agrupamento de natureza intergovernamental, com processo decisório fundado na regra do consenso (17 dez).

Crise financeira no México (desvalorização do peso) afeta as economias latino-americanas (20 dez).

Portaria do Ministério da Educação institui o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) (26 dez).

1995 Governo Fernando Henrique Cardoso, tendo como ministro das Relações Exteriores o embaixador Luiz Felipe Lampreia (1º jan). Ao tomar posse, Lampreia destaca a democracia e a "liberdade econômica com preocupação social" como as duas forças que guiavam o mundo pós-Guerra Fria.

Entrada em vigor da **União Aduaneira do Mercosul**, com a adoção da Tarifa Externa Comum (TEC) (1º jan). Permanecem válidas, porém, listas nacionais de exclusão para produtos sensíveis, a serem definitivamente eliminadas entre 2001 e 2006, ao final do período de transição para uma união aduaneira completa.

A Áustria, a Finlândia e a Suécia ingressam na União Europeia (1º jan).

Nova Lei de Biossegurança estabelece diretrizes para monitorar atividades ligadas à biotecnologia (5 jan).

Estabelecida a III Missão de Verificação da ONU em Angola (8 fev). O Brasil chegará a enviar 1.300 soldados para a Unavem-III, a maior força militar fora do país desde a Segunda Guerra Mundial.

Peru e Equador entram em choque por uma área de fronteira no Vale do Cenepa, na Cordilheira do Condor (26 jan). Como coordenador dos países-garantes do Protocolo de 1942, o Brasil patrocina a **Declaração de Paz do Itamaraty**, assinada em Brasília, com vistas a uma solução pacífica do conflito pela demarcação de 78 km da fronteira disputada (17 fev). Um general brasileiro chefiará a Missão de Observadores Militares no Equador e Peru (Momep).

Dando início a amplo ciclo de **diplomacia presidencial**, o presidente Fernando Henrique realiza visitas ao Chile (1-4 mar), EUA (17-22 abr), Venezuela (3-6 jul), Portugal (19-22 jul), Bélgica e União Europeia (13-18 set), Alemanha (18-21 set), China e Macau (12-17 dez), e Malásia (17-19 dez).

Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social em Copenhague (5-12 mar).

A Conferência de revisão do Tratado de Não Proliferação Nuclear, em Nova York, decide prorrogar a validade do TNP por tempo indeterminado (11 maio).

Realizada, em Denver, a I Reunião dos Ministros Responsáveis por Comércio do Hemisfério para a preparação das negociações sobre a ALCA (30 jun).

Guerra na Bósnia e Herzegovina: assassinato por militares sérvios de milhares de bósnios muçulmanos no massacre de Srebrenica (11-25 jul). Serão depois negociados, nos EUA, os Acordos de Dayton para pôr fim à guerra (21 nov).

O Brasil anuncia, pela **Declaração de São José dos Campos**, que não tenciona produzir, adquirir ou transferir mísseis militares de longo alcance (18 ago). Em seguida, o Brasil adere à Convenção sobre Certas Armas Convencionais (3 out) e ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), agrupamento informal de países para coordenação de controles de exportação na área missilística (27 out).

O embaixador brasileiro **Rubens Ricupero** torna-se secretário-geral da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) (15 set).

Em Nova York, o presidente Fernando Henrique participa de encontro especial de chefes de Estado e de governo para a comemoração dos 50 anos da ONU (24 out).

O presidente da Ucrânia, Leonid Kutchma, visita o Brasil e é assinado Tratado de Amizade e Cooperação entre os dois países (25 out).

Plebiscito decide manter, por estreita margem, o Québec parte do Canadá (31 out).

Lançado, pelo Banco Central, programa de estímulo à reestruturação e ao fortalecimento do sistema financeiro nacional (Proer) (3 nov).

Comemorado o Centenário do Tratado de Amizade entre Brasil e Japão (5 nov). Os brasileiros vivendo no Japão (*dekaseguis*) já são em número de 190 mil. No total, chega a mais de 1,3 milhão o número de emigrantes brasileiros no exterior.

Durante visita do presidente Fernando Henrique à China, os dois países decidem expandir o programa de satélites Cbers (11-15 dez). O Brasil declara apoio à entrada da China na OMC.

O Tratado de Bangkok cria uma zona livre de armas nucleares no Sudeste asiático (15 dez).

Assinado, em Madri, **Acordo-Quadro de Cooperação Inter-Regional entre o Mercosul e a União Europeia** (15 dez). A UE é o principal parceiro comercial dos países do Mercosul. O artigo 4º do Acordo prevê a implementação de um programa de liberalização progressiva dos fluxos comerciais recíprocos.

O Acordo de Wassenaar substitui o extinto Comitê de Coordenação de Controle Multilateral de Exportações (Cocom) como novo regime para o controle das transferências de armas convencionais e de bens e tecnologias de duplo uso (19 dez). O Brasil irá manter-se afastado do Acordo.

Entra em vigor para o Brasil a Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional, de 1975, conhecida como Convenção do Panamá (27 dez).

1996 Realizam visita ao Brasil os presidentes do Suriname, Rinaldo Venetiaan (8 jan), do Chile, Eduardo Frei (25 mar), e da Venezuela, Rafael Caldera (20 maio).

O presidente Fernando Henrique realiza visitas à Índia (24-27 jan), México (18-20 fev), Japão (12-15 mar), Argentina (17-19 abr), França (26-30 maio), Angola (24-25 nov) e África do Sul (25-28 nov).

Realizado, em Bangkok, o I Encontro Ásia-Europa, conhecido por ASEM (2 mar).

O Brasil assina a Convenção Interamericana contra a Corrupção (29 mar).

Aprovada pelo Congresso nova **Lei sobre Propriedade Intelectual** (ou Lei das Patentes), que inclui o reconhecimento de patentes para produtos e processos farmacêuticos, químicos e alimentícios, além do mecanismo do *pipeline* (10 abr).

O Tratado de Pelindaba cria uma zona livre de armas nucleares na África (11 abr), mas o texto só entrará em vigor em 2009.

O Brasil adere ao **Grupo de Supridores Nucleares** (GSN), regime informal de países que visa ao controle das exportações de tecnologias e bens na área nuclear (23 abr). A adesão a regimes internacionais de desarmamento e não proliferação culminará com o ingresso do Brasil no TNP em 1998.

O chanceler Lampreia visita países do Sudeste asiático e, em Singapura, preside a I Reunião de Chefes de Postos do Brasil na Asean (24 abr).

Testes de mísseis chineses contra Taiwan levam a crise diplomática entre China e EUA (abr).

Assinado, em San Luis, Argentina, durante Cúpula do Mercosul, **Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Chile**, que passa a ser membro-associado do agrupamento regional (25 jun). É aprovada, ainda, Declaração Presidencial sobre o Compromisso Democrático dos países do Mercosul, que está na origem da **cláusula democrática** adotada com o Protocolo de Ushuaia, em 1998.

Reunião de Cúpula, em Lisboa, entre sete países lusófonos (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe), constitui oficialmente a **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa** (CPLP), que abrange "um espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma comum" (17 jul).

Lançado o programa "Brasil em Ação" do governo federal para a execução de projetos com base em eixos nacionais de integração e desenvolvimento (12 ago). Na economia, o governo FHC toma medidas liberalizantes de desregulamentação dos mercados e extinção de monopólios estatais nas áreas de siderurgia, energia e telecomunicações.

Visitas ao Brasil do primeiro-ministro do Japão, Ryutaro Hashimoto (24-26 ago), do presidente da República da Coreia, Kim Young-sam (10-12 set), do chanceler federal da Alemanha, Helmut Kohl (17 set), e do presidente da República Tcheca, Vaclav Havel (18 set), entre outras.

Aprovada Resolução da ONU, proposta pelo Brasil, sobre "O Hemisfério Sul e Áreas Adjacentes Livres de Armas Nucleares", pela qual é reconhecido o estatuto de desnuclearização para fins militares de quase todo o Hemisfério Sul. A Assembleia Geral da ONU aprova, ainda, o **Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares** (CTBT, da sigla em inglês), que é assinado pelo Brasil (24 set).

O ex-chanceler Francisco Rezek é eleito juiz da Corte Internacional de Justiça e torna-se o quarto representante brasileiro a ocupar esse posto na Haia (6 nov).

O governo brasileiro adota documento de Política de Defesa Nacional, enumerando princípios, objetivos e diretrizes de atuação na área de defesa (7 nov).

Criado, no Itamaraty, o Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD), vinculado à Fundação Alexandre de Gusmão (13 nov).

A I Conferência Ministerial da OMC, em Singapura, declara que, a propósito da chamada "**cláusula social**", a OIT é o foro competente para tratar de padrões trabalhistas (13 dez). Na Conferência, o Brasil decide não aderir de imediato ao Acordo sobre Tecnologia de Informação (ITA), rubricado por 28 países, cujo objetivo é promover a liberalização do comércio internacional naquele setor.

Firmados, em Fortaleza, entendimentos visando à conformação de uma **Área de Livre Comércio entre o Mercosul e a Bolívia**, que também se torna membro-associado do Mercosul (17 dez). É assinado no mesmo dia Acordo Sede para o funcionamento em Montevideu da Secretaria Administrativa do Mercosul. Em 1996, 28% das exportações brasileiras se destinaram à União Europeia, 22% ao Nafta e 21% a países da América do Sul, sendo 15% ao Mercosul.

1997 Entrada em vigor do Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais (1º jan).

Visitas do presidente Fernando Henrique à Itália (11-13 fev), Vaticano (14 fev), Canadá (21-24 abr), Uruguai (5-6 maio) e Grã-Bretanha (2-5 dez), entre outras.

Na China, morre o líder Deng Xiaoping (19 fev), que é sucedido por Jiang Zemin.

Missão do embaixador Ivan Cannabrava à Indonésia inclui viagem ao Timor Leste, na primeira visita oficial de alto funcionário brasileiro àquele território (2-7 mar).

Assinado contrato entre o governo brasileiro e a empresa norte-americana Raytheon para o fornecimento de radares e equipamentos destinados ao Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), que entrará em operação em 2002 (7 mar).

Visitas ao Brasil dos presidentes da França, Jacques Chirac (11-14 mar), e da Hungria, Arpad Göncz (2-4 abr), do presidente de governo da Espanha, José María Aznar (16-20 abr), do imperador Akihito do Japão (31 maio-9 jun), e do papa João Paulo II (25 set-2 out), entre outras. Desde janeiro de 1995, 26 chefes de Estado e oito chefes de governo visitaram o Brasil.

O Brasil ingressa no Banco para Compensações Internacionais (BIS), com sede na Basileia, Suíça (19 mar).

Realizado leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), uma das maiores mineradoras do mundo (6 maio). O setor de telecomunicações, incluindo a Telebrás e as empresas telefônicas estaduais, passará às mãos da iniciativa privada no ano seguinte. Novas montadoras de automóveis estrangeiras começam a se instalar no Brasil, entre elas a Honda, Mercedes Benz, Toyota e Renault.

Sediada, em Belo Horizonte, a III Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio do Hemisfério, que consolida os **princípios para a negociação da ALCA**: decisões por consenso; empreendimento único (*single undertaking*); compatibilidade com a OMC; e coexistência da ALCA com acordos bilaterais e sub-regionais de integração e de livre comércio mais amplos ou profundos (16 maio).

O embaixador brasileiro José Mauricio Bustani é nomeado diretor-geral da Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ), com sede na Haia (23 maio).

Emenda constitucional permite a reeleição, por um único período subsequente, do presidente da República, governadores e prefeitos (4 jun.).

Depois de aderir à maioria dos regimes de não proliferação existentes, o governo brasileiro decide que irá assinar o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). O presidente da República solicita ao Congresso autorização para esse fim (20 jun).

O Brasil, juntamente com a África do Sul, a Alemanha e Singapura, apresenta, em Nova York, uma **Iniciativa Conjunta sobre Meio Ambiente**, durante a Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre o tema (23 jun).

O Pacto Andino é modificado pelo Protocolo de Sucre e passa a se chamar **Comunidade Andina** (CAN), com sede em Lima, formada por Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela (25 jun).

Hong Kong retorna à soberania chinesa e se transforma em Região Administrativa Especial, segundo o princípio de "um país, dois sistemas" (1º jul).

Tem início, na Tailândia, a **crise financeira asiática**, que se estende inicialmente ao Sudeste da Ásia, atingindo sobretudo Filipinas, Indonésia e Malásia (2 jul). Na sequência, ataque especulativo ao dólar de Hong Kong provoca queda nas Bolsas em todo o mundo (27 out). A extrema volatilidade dos capitais internacionais gera apreensão nos mercados. O Brasil adota medidas para evitar a desvalorização do real. A Coreia do Sul irá recorrer ao FMI (dez).

Os EUA anunciam que são favoráveis ao ingresso de três países em desenvolvimento, além de Alemanha e Japão, como membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (18 jul), e levantam o embargo de vendas de armas sofisticadas para a América Latina, existente desde 1977 (2 ago). Em seguida, a secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, declara que os EUA irão conceder o *status* de aliado extra-OTAN à Argentina e o presidente Carlos Menem manifesta restrições a eventual concessão de assento permanente ao Brasil no Conselho de Segurança (ago).

A **Lei do Petróleo** decreta o fim do monopólio estatal exercido desde 1953 pela Petrobras na exploração e refinamento do petróleo e do gás natural (6 ago). Não obstante, a Petrobras continua sendo uma empresa com participação acionária majoritária do Estado.

O Tratado de Amsterdã introduz emendas aos tratados constitutivos da União Europeia, incluindo o voto por maioria qualificada no Conselho Europeu (2 out).

O presidente norte-americano, Bill Clinton, realiza visita ao Brasil, em périplo que inclui a Venezuela e a Argentina (13 out). Entre os produtos brasileiros que sofrem **barreiras protecionistas dos EUA** estão o suco de laranja, álcool, têxteis e aço.

Não tem êxito o primeiro teste do Veículo Lançador de Satélites brasileiro (VLS-1), realizado na base aeroespacial de Alcântara, no Maranhão (2 nov).

O Brasil assina a Convenção interamericana contra a fabricação e o tráfico ilícitos de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais correlatos (14 nov). Pouco depois, juntamente com cerca de 100 países, o Brasil adere, em conclusão ao Processo de Ottawa, à Convenção de Eliminação de Minas Terrestres Antipessoal (4 dez).

Aprovado o **Protocolo de Quioto sobre Mudança do Clima**, que estabelece metas quantitativas e compulsórias de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa (10 dez). O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) é adotado a partir de sugestão do Brasil.

1998 Realizam visita ao Brasil os primeiros-ministros do Canadá, Jean Chrétien (15 jan), da Itália, Romano Prodi (3-4 mar), e dos Países Baixos, Wim Kok (24 nov), bem como o presidente da Índia, K. Narayanan (3-8 maio), entre outros.

O Brasil adere à Associação dos Países Produtores de Estanho (ATPC) (17 fev).

Acordo de paz na Irlanda do Norte (Ulster) entre católicos e protestantes (10 abr).

Firmado, em Buenos Aires, Acordo-Quadro para a criação de uma zona de livre comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina (CAN), que estabelece, como etapa prévia, a negociação de um acordo de preferências tarifárias fixas entre os dois agrupamentos sub-regionais (16 abr).

Realizada, em Santiago, a **II Cúpula das Américas** (19 abr). Ao Brasil caberá a copresidência do processo negociador da ALCA, juntamente com os EUA, na etapa conclusiva de 2002 em diante. O tema irá suscitar grande debate político no Brasil entre defensores e opositores da ALCA, estes últimos acusando os EUA de empreenderem um "projeto de anexação" das economias latino-americanas.

O Brasil é retirado da Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA (1º maio). Com essa medida, o governo norte-americano sinaliza que não considera mais o Brasil "suspeito" de não respeitar a propriedade intelectual.

O Brasil denuncia o Memorando de Entendimento de cooperação para usos pacíficos da energia nuclear que possuía com a Índia (18 maio), depois de realizados testes nucleares por aquele país e o Paquistão.

O presidente Fernando Henrique participa, em Genebra, das comemorações do cinquentenário do sistema multilateral de comércio, no contexto da II Conferência Ministerial da OMC (19 maio).

O presidente Suharto, da Indonésia, renuncia após 32 anos no poder (21 maio).

Em visita a Havana do chanceler Lampreia, é criado Mecanismo Permanente de Informação e Consultas Políticas Brasil-Cuba (27 maio). Durante sua estada, Lampreia se encontra com dissidente opositor ao governo cubano, pondo em relevo a questão dos direitos humanos na ilha.

Em viagem aos EUA, Fernando Henrique encontra-se com o presidente Clinton, em Camp David, e anuncia, em Nova York, a criação da Secretaria Nacional Antidrogas, durante Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre o tema (8 jun).

Criada a Coalizão da Nova Agenda, grupo de países que defendem o desarmamento nuclear global, do qual faz parte o Brasil (9 jun).

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, realiza visita ao Brasil (12-13 jul). Em apoio ao processo de reforma, o Brasil se coloca pronto a aceitar as responsabilidades inerentes a um membro permanente do Conselho de Segurança, caso seja chamado para tanto pela comunidade internacional.

Aprovado, com apoio do Brasil, o Estatuto de Roma, que prevê o estabelecimento do **Tribunal Penal Internacional** (TPI) para o julgamento de crimes de guerra, de genocídio e crimes contra a humanidade (17 jul). O Estatuto entrará em vigor em 1º jul 2002.

O presidente da África do Sul, Nelson Mandela, visita o Brasil (20-22 jul) e comparece à Cúpula do Mercosul, na Argentina, onde é assinado o **Protocolo de Ushuaia** sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile, o qual institui a cláusula democrática do Mercosul (24 jul). O bloco passa também a constituir uma Zona de Paz.

A Rússia desvaloriza o rublo e decreta uma moratória dos pagamentos externos (17 ago). O fenômeno da **globalização financeira** faz aumentar a desconfiança dos investidores internacionais em relação aos "países emergentes", que tentam evitar a fuga de capitais aumentando suas taxas de juros. Desde o fim de Bretton Woods, em 1971, o sistema financeiro internacional permanece sem regras que disciplinem o capital privado transnacional. A instabilidade atinge especialmente os países em desenvolvimento que optaram por uma inserção aberta na economia mundial.

Em cerimônia em Washington, é feita a entrega do instrumento de **adesão do Brasil ao Tratado de Não Proliferação Nuclear** (TNP), cuja abrangência já inclui a quase totalidade dos países, com 185 membros (18 set). A decisão reverte a política do Brasil de manter-se afastado do TNP desde sua conclusão, em 1968. Simbolicamente, a diplomacia brasileira no governo FHC passa da "autonomia pela distância", característica da política externa durante a Guerra Fria, para uma "autonomia pela participação" (Gelson Fonseca Jr.).

Fernando Henrique Cardoso é reeleito para novo mandato presidencial (4 out).

Por ocasião da Cúpula Ibero-Americana, na cidade do Porto, o presidente Fernando Henrique defende a adoção de um imposto internacional de 0,5% sobre os fluxos de capital de curto prazo, cujos recursos arrecadados seriam utilizados tanto como fundo de estabilização para países em dificuldades financeiras quanto em programas de combate à pobreza no mundo (18 out).

Israel e a Autoridade Nacional Palestina assinam, em Wye Plantation, EUA, acordo de paz sobre os territórios ocupados na Cisjordânia (23 out). O Brasil defende a criação de um Estado palestino e o direito de Israel à segurança.

Os presidentes peruano, Alberto Fujimori, e equatoriano, Jamil Mahuad, assinam, em Brasília, o **Acordo de Paz Peru-Ecuador**, que põe fim ao conflito sobre a fronteira não demarcada na Cordilheira do Condor (26 out). O acordo, coordenado pelo Brasil, cria uma zona desmilitarizada e dois parques ecológicos na região.

Para combater guerrilheiros na área de fronteira, a força aérea da Colômbia usa pista de pouso em território brasileiro, o que gera protestos do Brasil (3 nov).

Criado o Comitê Nacional para os Refugiados (**Conare**), órgão de deliberação coletiva responsável pela política brasileira em matéria de refúgio (6 nov).

O Brasil, pressionado pela crise econômica internacional, assina acordo com o FMI para a obtenção de um pacote de ajuda financeira de US\$ 41,5 bilhões (13 nov).

O governo britânico autoriza a abertura de processo de extradição para a Espanha do ex-presidente chileno, Augusto Pinochet, detido em Londres (9 dez). Os presidentes do Mercosul, no Rio de Janeiro, divulgam declaração condenando a aplicação extraterritorial de leis nacionais.

O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, recebe o Prêmio de Direitos Humanos da ONU (10 dez).

Os EUA bombardeiam o Iraque, acusado de não colaborar com inspetores de desarmamento das Nações Unidas (16 dez).

1999 Visitam o Brasil os presidentes do México, Ernesto Zedillo Ponce de León (27 abr), Zimbábue, Robert Mugabe (16-17 set), e Namíbia, Sam Nujoma (26-29 set), bem como os primeiros-ministros da Tailândia, Chuan Leekpai (30 maio), Guiné-Bissau, Francisco José Fadul (6-9 set), e Coreia do Sul, Kim Jong-pil (11-16 dez).

O Brasil assume a presidência do Conselho de Segurança da ONU pelo mês de janeiro (4 jan).

Desvalorização do real frente ao dólar: o Banco Central muda a política cambial brasileira e deixa de intervir no mercado (13 jan). O câmbio irá flutuar pela primeira vez desde o início do Plano Real em 1994.

Em encontro na fronteira Corumbá-Puerto Suárez, os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Hugo Banzer inauguram o primeiro trecho do **Gasoduto Bolívia-Brasil** (Gasbol) (9 fev). Há décadas objeto de entendimentos bilaterais para sua construção, o gasoduto era então o maior projeto de integração energética da América do Sul, concebido para suprir o Brasil de gás natural boliviano através de um sistema interligado de ductos com 3.150 km de extensão.

Guerra do Kosovo: tropas sérvias são acusadas de "limpeza étnica" contra albaneses kosovares e, em virtude do conflito, forças da OTAN lançam bombardeios contra a Iugoslávia de Slobodan Milosevic (24 mar). O Brasil sustenta que compete exclusivamente ao Conselho de Segurança

autorizar ou não o uso da força. Pressionado, Milosevic concorda em retirar suas tropas do Kosovo. É adotada pelo Conselho, com voto a favor brasileiro, a Resolução 1244, que colocou o território sob monitoramento internacional e adiou a questão do estatuto político do Kosovo (10 jun).

O presidente do Paraguai, Raúl Cubas Grau, renuncia e é sucedido por Luiz González Macchi (28 mar). O Brasil concede asilo político a Cubas Grau.

O presidente Fernando Henrique visita a Alemanha (15 abr), o principal parceiro econômico do Brasil na Europa, com um comércio bilateral de quase US\$ 7,5 bilhões e investimentos no Brasil superiores a US\$ 10 bilhões.

Os EUA incluem novamente o Brasil na lista de observação da Seção 301 da Lei de Comércio norte-americana, alegando deficiência na proteção de direitos de propriedade intelectual (30 abr).

O Brasil assina, na Guatemala, duas novas Convenções interamericanas: uma sobre transparência nas aquisições de armas convencionais e outra sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência (7 jun).

Criado oficialmente o Ministério da Defesa (10 jun). Os antigos Ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica se transformam em Comandos subordinados ao ministro da Defesa.

Realizada, no Rio de Janeiro, a **I Cúpula América Latina e Caribe-União Europeia** (28-29 jun). Em encontro à margem, os líderes do Mercosul e Chile e da UE decidem lançar negociações para a liberalização comercial entre as duas regiões e o futuro estabelecimento de um "Acordo de Associação Inter-Regional". Para tanto, será posteriormente criado um Comitê de Negociações Birregionais Mercosul-UE (CNB) (24 nov).

Concluído, no âmbito da Aladi, Acordo de Complementação Econômica (ACE-39) entre o Brasil e a Comunidade Andina (16 ago).

Em consulta popular supervisionada pela ONU, o **Timor Leste** se declara independente da Indonésia (30 ago). O Brasil repudia os atos de violência de milícias pró-Indonésia contra o povo timorense. Força internacional de paz (Interfet), liderada pela Austrália, intervém para restaurar a ordem (o Brasil contribui com um pelotão da polícia do Exército). Será criada a Administração Transitória da ONU no Timor Leste (Untaet), sob a liderança do brasileiro Sérgio Vieira de Mello, visando a preparar o país para a independência plena (25 out).

O governo federal envia ao Congresso o Plano Plurianual 2000-03, chamado de "Avança Brasil" (31 ago). A previsão de grandes investimentos na Amazônia é criticada por entidades ambientalistas.

O professor brasileiro Antônio Augusto Cançado Trindade é eleito para a presidência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (17 set).

Criado o **Grupo dos 20 financeiro**, foro ampliado de diálogo informal entre ministros das Finanças e presidentes de Bancos Centrais de países do G-7 e de países em desenvolvimento selecionados para discussão de temas ligados à estabilidade financeira internacional (25 set).

Lançado em Taiyuan, interior da China, o primeiro satélite sino-brasileiro de recursos terrestres, o

Cbers-1 (14 out).

Fernando de la Rúa, da União Cívica Radical, é eleito presidente da Argentina (24 out).

O presidente Fernando Henrique visita Cuba para a Cúpula Ibero-Americana e encontra-se com Fidel Castro, em Havana (13-16 nov).

Juntamente com líderes europeus e dos EUA, o presidente Fernando Henrique participa em Florença de reunião sobre Governança Progressiva para o Século XXI (20-21 nov).

Inaugurado, em Luanda, o Centro de Formação Profissional Angola-Brasil (30 nov).

Em meio a protestos de manifestantes anti-globalização, a III Conferência Ministerial da OMC, em Seattle, termina em fiasco e é adiado o lançamento da Rodada do Milênio (3 dez).

Portugal retorna Macau à soberania da República Popular da China (20 dez).

A jurisdição sobre o Canal do Panamá passa formalmente dos EUA ao Panamá (31 dez).

2000 Visitam o Brasil os presidentes da Bolívia, Hugo Banzer (15-17 mar), Chile, Ricardo Lagos (12-14 jul), Romênia, Emil Constantinescu (23-27 jul), e Indonésia, Abdurrahman Wahid (28-29 set), além do rei da Espanha, Juan Carlos I (9-15 jul) e do primeiro-ministro de Singapura, Goh Chok Tong (11 set).

O Brasil assina o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (7 fev), que será ratificado pelo país em 12 jun 2002.

Visita do presidente Fernando Henrique a Portugal inicia as comemorações dos **500 anos da viagem de Pedro Álvares Cabral** (7-9 mar). Pouco depois, é assinado, em Porto Seguro, novo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre o Brasil e Portugal, atualizando o Tratado de 1953 (22 abr). O Brasil é, no ano 2000, o principal destino dos investimentos portugueses no exterior.

Reunião de chanceleres, em Caracas, decide criar uma organização permanente para o Tratado de Cooperação Amazônia (TCA) (6 abr).

Assinado Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-EUA para utilização da base de lançamentos espaciais de Alcântara (8 abr). O Congresso brasileiro, no entanto, fará forte oposição à aprovação do Acordo por considerá-lo atentatório à soberania nacional.

Aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal, que visa a controlar gastos da União, governos estaduais e municípios (4 maio).

Condenado pela justiça do Paraguai e acusado de conspiração golpista, o general paraguaio Lino Oviedo é preso em Foz do Iguaçu (12 jun).

Encontro entre os presidentes das Coreias do Sul e do Norte abre caminho para o degelo na península coreana (14 jun).

O vice-presidente Marco Maciel visita Moscou para a I Reunião da Comissão de Alto Nível Brasil-Rússia (22 jun). É adotado um plano de ações conjuntas entre os dois países.

Vicente Fox Quesada é eleito presidente do México, interrompendo 71 anos de hegemonia política do PRI (2 jul). O presidente Fernando Henrique irá comparecer à cerimônia de posse (1º dez).

Divulgado o Relatório Brahimi sobre as operações de manutenção da paz da ONU (21 ago).

Realizada em Brasília, por iniciativa brasileira, a **I Reunião de Presidentes da América do Sul** (31 ago-1º set), congregando pela primeira vez todos os líderes sul-americanos. São discutidos, entre outros, temas políticos, comerciais e de integração física por meio de doze eixos de integração e desenvolvimento. Uma cláusula democrática é adotada para a América do Sul como um todo. É lançada, ainda, a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (**IIRSA**), com o objetivo de implementar projetos nas áreas de energia, transportes e telecomunicações. Será criada uma Secretaria da IIRSA, com sede em Buenos Aires.

A Cúpula do Milênio, em Nova York, discute o papel da ONU no século XXI e lança os **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio** (ODM), com oito metas de desenvolvimento a serem cumpridas até 2015 (8 set).

Formalmente inaugurado, no Rio de Janeiro, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), concebido para promover estudos e debates sobre a política externa brasileira (18 set).

A Marinha brasileira adquire da França o porta-aviões *São Paulo* (26 set).

O governo de Slobodan Milosevic é deposto na Iugoslávia (5 out).

Estabelecido pelo Ecosoc o **Foro das Nações Unidas sobre Florestas** (18 out), que dará continuidade aos trabalhos do Painel Intergovernamental sobre Florestas (1995-97) e do Foro Intergovernamental sobre Florestas (1997-2000).

Inauguração pelo presidente Fernando Henrique da Embaixada do Brasil em Berlim (5 out). Pouco depois, o presidente brasileiro visita a Espanha, país que já é então o maior investidor europeu no Brasil (25-27 out).

Realizada, em Brasília, a III Reunião do Comitê de Negociações Birregionais Mercosul-UE (7-10 nov). As discussões giram em torno das listas de ofertas de liberalização de produtos trocadas pelos dois lados.

Abertura do Escritório de Representação do Itamaraty em São Paulo (7 dez), seguindo tendência de criação de escritórios similares em diversos Estados brasileiros.

Proclamada a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, pela qual os povos da Europa prometem compartilhar "um futuro de paz, assentado em valores comuns" (7 dez).

O republicano George W. Bush é eleito presidente dos EUA (13 dez).

Por ocasião de visita ao Brasil do presidente sul-africano, Thabo Mbeki, é assinado, em Florianópolis, durante Cúpula do Mercosul, **Acordo-Quadro Mercosul-África do Sul** (15 dez). O Acordo define o marco institucional para a futura negociação de uma área de livre comércio entre o Mercosul e aquele país.

2001 Realizam visita ao Brasil os presidentes da China, Jiang Zemin (11 abr), de Moçambique, Joaquim Chissano (20 jun), da Eslováquia, Rudolf Schuster (6-11 jun), do Panamá, Mireya Moscoso (19-22 ago), e os primeiros-ministros da França, Lionel Jospin (5-7 abr), da Irlanda, Bertie Ahern (17-22 jul), e da Nova Zelândia, Helen Clark (16-21 nov).

Por razões de caráter pessoal, o chanceler Lampreia deixa o cargo (10 jan), sendo substituído pelo professor Celso Lafer como novo ministro das Relações Exteriores (29 jan). Lampreia define a política externa do governo FHC como uma **"convergência crítica"** em relação ao conjunto dos valores, compromissos e práticas que orientam as relações entre os Estados, ou seja, o Brasil se desfaz de suas "hipotecas" e adere ao *mainstream* internacional, mas guarda uma postura crítica no que tange às distorções e assimetrias ainda existentes no sistema ("autonomia pela integração").

Em viagem à Ásia, o presidente Fernando Henrique visita a Coreia do Sul, Timor Leste e Indonésia (17-23 jan). Em Panmunjon, na fronteira das duas Coreias, FHC prega "a paz e a reconciliação entre todos os coreanos" (19 jan). Pouco depois, o **Brasil estabelece relações diplomáticas com a Coreia do Norte** (RPDC), governada pelo líder supremo Kim Jong-il (9 mar).

Primeira reunião anual do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, que critica a globalização do livre mercado e sustenta que "um outro mundo é possível" (25-30 jan).

O Canadá proíbe a entrada de carne bovina brasileira naquele país (2 fev), decisão que aumenta a tensão nas relações bilaterais, já afetadas pelo prolongado **contencioso na OMC** entre a Embraer e a empresa canadense Bombardier sobre subsídios e financiamentos para venda de aeronaves. Em 2001, a Embraer foi a maior exportadora brasileira, dado o sucesso internacional de seus aviões nas rotas regionais.

Assinado o Tratado de Nice, que modifica tratados anteriores da União Europeia, adaptando suas instituições ao processo de alargamento, incluindo o sistema de votação (26 fev).

O Brasil adere ao Protocolo Opcional à Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (13 mar).

Realizada, em Santiago, a I Reunião de Chanceleres do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste, denominado **Focalal** (29-30 mar).

Em visita ao Brasil, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, propõe a adesão da Venezuela ao Mercosul (3 abr). No mesmo ano, é inaugurada linha de transmissão elétrica entre o Brasil e a Venezuela (13 ago).

O diretor do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais do Itamaraty (IPRI), embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, é afastado do cargo por fazer declarações contra a ALCA (12 abr).

Realizada em Québec, Canadá, a **III Cúpula das Américas** (20-22 abr). Os 34 países do hemisfério que negociam a ALCA respondem por 50% do comércio exterior brasileiro e 70% das exportações brasileiras de manufaturados para o mundo. O Brasil resiste à ideia de negociar obrigações novas nos setores de serviços, investimentos, propriedade intelectual e compras governamentais, sem contrapartida satisfatória em termos de acesso a mercado e eliminação de barreiras não tarifárias e subsídios agrícolas nos EUA. Para o governo brasileiro, a ALCA é "opção, não destino".

Os EUA retiram da OMC queixa contra a legislação brasileira na área de patentes de medicamentos (25 jun).

Visita ao Brasil do Comissário de Comércio Exterior da União Europeia, Pascal Lamy, para discutir as **negociações comerciais Mercosul-UE** (8-11 jul). Os países do Mercosul conferem prioridade à liberalização da agricultura, mas o tema depende de mudanças na Política Agrícola Comum (PAC) da UE, objeto de aceras controvérsias também na OMC.

Tem lugar em La Paz, em nível de chanceleres, a I Reunião sobre o **Diálogo Político Comunidade Andina-Mercosul e Chile** (17 jul).

O Brasil apresenta, na Comissão Internacional da Baleia (CIB), proposta de criação de um santuário para a proteção de baleias no Atlântico Sul (25 jul).

O primeiro-ministro da Grã-Bretanha, Tony Blair, realiza a primeira visita de cunho bilateral de um chefe de governo britânico ao Brasil (30 jul-1º ago). O Plano de Ação Conjunta entre os dois países é revisto e atualizado.

Criada a Agência Brasileiro-Argentina de Aplicações da Energia Nuclear (14 ago).

Conferência de Durban, na África do Sul, contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata (31 ago-7 set).

Aprovada pela OEA, em Lima, a **Carta Democrática Interamericana**, que prevê uma cláusula democrática hemisférica (11 set). Pelo artigo 19, a ruptura da ordem democrática ou uma alteração da ordem constitucional que a afete gravemente em um Estado americano constitui um "obstáculo insuperável" à participação desse Estado nas atividades da OEA.

Atentados terroristas nos EUA, atribuídos à organização islâmica extremista Al-Qaeda, derrubam as duas torres gêmeas do World Trade Center em Nova York e atingem o Pentágono em Washington (11 set). Há indignação mundial. O presidente Bush promete uma guerra sem tréguas contra o terror. O Brasil condena os "atos de terrorismo insano". Será convocado pela OEA, a pedido do Brasil, o órgão de consulta do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), a fim de avaliar a segurança hemisférica após os atentados (21 set).

Coalizão liderada pelos EUA ataca o Afeganistão (7 out) e em pouco mais de um mês força a **queda do regime do Talibã**, que concedia abrigo a Osama bin Laden, líder da Al-Qaeda. A rápida vitória põe a nu a esmagadora superioridade militar dos EUA, a única superpotência do planeta.

Dirigindo-se aos formandos do Instituto Rio Branco, no Itamaraty, FHC cita José Guilherme Merquior, que havia buscado definir a variante civilizatória prevalecente no Brasil como "um outro

Ocidente" (10 out). O chanceler Celso Lafer, por sua vez, se refere com frequência a uma política de "**moderação construtiva**" da diplomacia brasileira, fundada no apelo à razão e ao diálogo.

Em discurso na Assembleia Nacional francesa, Fernando Henrique Cardoso diz que as instituições de governança global originárias da Guerra Fria estão desatualizadas e preconiza um "novo contrato internacional" (30 out). Pouco depois, o presidente brasileiro comparece à abertura da Assembleia Geral da ONU e volta a defender uma "globalização solidária" (10 nov).

Declaração da IV Conferência Ministerial da OMC em Doha, Qatar (9-13 nov), defendida pelo Brasil, autoriza a quebra de patentes de medicamentos em situações de emergência em saúde pública, como no caso de epidemias de HIV/AIDS. É também aprovado o ingresso da China na OMC e lançada a **Agenda de Doha para o Desenvolvimento**. O prazo para a conclusão das negociações da Rodada Doha, estipulado para 1º jan 2005, não será cumprido.

Crise política na Argentina provoca a renúncia do presidente Fernando de la Rúa (20 dez), substituído duas semanas depois por Eduardo Duhalde.

2002 O euro, a moeda única europeia, começa a circular em doze países da União Europeia (1º jan).

O presidente Fernando Henrique visita a Rússia e a Ucrânia (13-17 jan) e pouco depois visita a Suécia, Polônia e Eslováquia (21-27 fev). O governo russo declara apoio ao ingresso do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU (14 jan).

O presidente Bush acusa o Iraque, Irã e Coreia do Norte de formar um "eixo do mal" (29 jan).

Em visita a Brasília, o chanceler federal da Alemanha, Gerhard Schröder, também manifesta apoio ao Brasil no Conselho de Segurança e é assinado Acordo sobre cooperação financeira para a execução de projetos de preservação das florestas tropicais (14 fev).

Aprovado o **Protocolo de Olivos** para a Solução de Controvérsias no Mercosul, que substitui o Protocolo de Brasília de 1991 (18 fev). É criado um Tribunal Arbitral Permanente de Revisão, com sede em Assunção.

Tem lugar, em Cancún, a primeira Reunião Ministerial dos Países Megadiversos Afins, grupo sobre biodiversidade do qual faz parte o Brasil (18 fev).

O Brasil condena atos de violência das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e apoia o governo Andrés Pastrana (25 fev).

Sessão inaugural, em Bruxelas, da Convenção sobre o Futuro da Europa, encarregada de redigir uma Constituição para a União Europeia (28 fev).

Pouco após a morte do chefe da Unita, Jonas Savimbi (22 fev), o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, visita o Brasil para tratar do processo de pacificação naquele país (1º mar).

Durante visita de Estado do presidente Fernando Henrique ao Chile (17-20 mar), discute-se o aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica (ACE-35) entre os dois países.

Conferência da ONU sobre Financiamento para o Desenvolvimento em Monterrey, no México (18-22 mar).

A Liga dos Estados Árabes endossa plano de paz abrangente para o conflito no Oriente Médio (27 mar). O cerne da **Iniciativa Árabe de Paz** seria a plena normalização das relações com Israel em troca da retirada israelense dos territórios ocupados, do estabelecimento de um Estado palestino independente e de uma solução justa para a questão dos refugiados palestinos.

Tentativa de golpe na Venezuela contra o presidente Hugo Chávez (12-14 abr). Com ativo engajamento brasileiro, os países do Grupo do Rio condenam a interrupção da ordem constitucional. Para FHC, "o continente é democrático e não aceita regimes de força".

Caso da OPAQ: por pressão direta dos EUA, o embaixador José Bustani é afastado do cargo de diretor-geral da Organização para a Proibição das Armas Químicas, por suposta "má administração" (22 abr). O Itamaraty nega as versões de "alegada falta de empenho" na defesa de Bustani, que acusou os EUA de pretendem dar um golpe no sistema multilateral.

Visitam o Brasil os presidentes da Armênia, Robert Kotcharian (6-8 maio), e do Gabão, Omar Bongo (16-21 set), entre outras autoridades.

Lançado o segundo Programa Nacional de Direitos Humanos (13 maio). No mesmo dia, é publicado decreto que institui o Programa Nacional de Ações Afirmativas.

Nova Lei Agrícola dos EUA aprova subsídios à produção naquele país (13 maio).

Criado o Conselho Rússia-OTAN (15 maio). Ainda em 2002, será aprovado, em Praga, o ingresso na OTAN de sete países da Europa Oriental (22 nov).

A II Cúpula América Latina e Caribe-União Europeia, em Madri (16-18 maio), debate a conformação da "associação estratégica" entre as duas regiões.

Celso Lafer comparece à **independência do Timor Leste** (20 maio), que se tornará o oitavo país-membro da CPLP durante a IV Cúpula da Comunidade, em Brasília (31 jul-1º ago), com a presença do presidente timorense, Xanana Gusmão.

O Brasil assina a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, adotada pela OEA em Barbados (3 jun).

Dissipada ameaça de guerra entre Índia e Paquistão, ambos possuidores de armas nucleares (10 jun).

O candidato Luiz Inácio Lula da Silva divulga uma Carta ao Povo Brasileiro, destinada a tranquilizar empresários e investidores preocupados com a hipótese de vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais (22 jun).

Transferência de sede da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro para Joanesburgo (25 jun).

Por ocasião de visita do presidente mexicano, Vicente Fox, é assinado em Brasília Acordo de preferências tarifárias fixas entre o Brasil e o México (ACE-53), visando a aumentar o comércio bilateral e impulsionar as negociações de livre comércio Mercosul-México (3 jul). Em seguida, Fox irá a Buenos Aires para participar de Cúpula do Mercosul (4-5 jul).

A Organização da Unidade Africana (OUA) passa a chamar-se **União Africana**, com sede em Adis Abeba, Etiópia (10 jul).

Realizada Reunião Ministerial Mercosul-União Europeia, no Rio de Janeiro (23 jul).

O brasileiro Sérgio Vieira de Mello é designado Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos (23 jul).

O Brasil se torna o 77º país a ratificar o Protocolo de Quioto sobre Mudança do Clima (23 jul).

Entra em operação o Sistema de Vigilância da Amazônia (**Sivam**) (25 jul). O sistema substitui a ideia de presença física (pressuposto do projeto Calha Norte) para a de controle à distância da região amazônica, com base na inteligência e na informação.

A **II Reunião de Presidentes da América do Sul**, em Guayaquil, Equador (26-27 jul), estuda fórmulas para aprofundar a integração física sul-americana, incluindo financiamentos do BID, do Bndes, da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata).

Aprovado pelo Congresso norte-americano mandato ao Executivo dos EUA (*Trade Promotion Authority*, também chamado de *fast track*) para a negociação de acordos comerciais (1º ago). Logo depois, o Brasil e os EUA assumem a copresidência do processo de negociações da ALCA (1º nov).

I Reunião da Comissão Mista Brasil-África do Sul, em Brasília (5-7 ago).

O ministro da Fazenda, Pedro Malam, fecha acordo em regime de *stand-by* com o Fundo Monetário Internacional, em Washington, no valor de US\$ 30 bilhões (8 ago).

Rio+10: concluída, em Joanesburgo, a **Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável**, que passa em revista a implementação dos compromissos emanados da Conferência Rio-1992, em especial a Agenda 21 (4 set). A Declaração de Joanesburgo estabelece que o desenvolvimento sustentável se baseia em três pilares interdependentes: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental.

Em visita a Brasília do presidente argentino, Eduardo Duhalde, Brasil e Argentina reafirmam sua "aliança estratégica" e o compromisso com o Mercosul (26 set).

Atentado em Bali, Indonésia, atribuído a redes terroristas no Sudeste asiático (12 out). O governo brasileiro nega que existam grupos terroristas atuando na região da **Tríplice Fronteira**, entre Argentina, Brasil e Paraguai (8 nov).

Firmado, em Paris, Acordo de cooperação entre o Brasil e a França para usos pacíficos da energia nuclear (25 out).

O ex-metalúrgico e líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), vence as eleições presidenciais, derrotando o candidato do PSDB, José Serra (27 out). O presidente eleito fará visitas a Argentina, Chile, EUA e México (2-3 e 10-11 dez).

Inaugurado, em Berlim, o primeiro Centro de Promoção Comercial Conjunta do Mercosul no exterior (28 nov).

Assinado Acordo de Sede para o funcionamento, em Brasília, da Secretaria Permanente da **Organização do Tratado de Cooperação Amazônia** (OTCA) (13 dez). A nova organização tem por objetivo fortalecer a cooperação sub-regional e promover políticas concertadas para alcançar o desenvolvimento sustentável dos países amazônicos.

2003 Governo Luiz Inácio Lula da Silva, tendo como ministro das Relações Exteriores o embaixador Celso Amorim (1º jan). A política externa "ativa e ativa" dará **prioridade à América do Sul** e, como reflexo dessa orientação, entre janeiro e agosto todos os presidentes sul-americanos visitam o Brasil. Será também criada no Itamaraty uma Subsecretaria-Geral da América do Sul (21 jun).

Visitam o Brasil o primeiro-ministro da Malásia, Mahatir Mohamad (17-18 mar), a rainha Beatrix dos Países Baixos (24-29 mar), o presidente do Conselho de Ministros do Líbano, Rafik Hariri (7-11 jun), os presidentes de Burkina Faso, Blaise Compaoré (3 set), Ucrânia, Leonid Kutchma (20-23 out), Finlândia, Tarja Halonen (31 out), e República Dominicana, Hipólito Mejía (17-18 nov), bem como o rei Harald V e a rainha Sonja da Noruega (7 -11 out), e o presidente de governo da Espanha, José María Aznar (29-30 out).

O Brasil promove a criação do Grupo de Amigos do secretário-geral da OEA para a Venezuela, que busca ajudar na resolução da crise política naquele país (15 jan).

O presidente Lula participa do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (24 jan) e em seguida vai ao Fórum Econômico Mundial em Davos, Suíça (26 jan).

Instalado o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (13 fev).

Segunda Guerra do Golfo: os EUA e alguns aliados, sem autorização expressa da ONU, invadem o Iraque, ação militar que irá provocar a queda do regime de Saddam Hussein em 21 dias (20 mar-9 abr). Saddam será capturado meses depois (13 dez). Os EUA são acusados de unilateralismo e "ambições imperiais". A acusação de existência de armas de destruição em massa no Iraque nunca se comprovou de fato. O Brasil se manifesta contra a guerra, defendendo o respeito às normas internacionais e o fortalecimento do multilateralismo.

Criada Embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe (18 mar).

Fundado, em Buenos Aires, o Instituto Social Brasileiro-Argentino (11 abr).

Aprovada, em Genebra, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (21 maio), cujas negociações haviam sido presididas pelo Brasil.

Néstor Kirchner, do Partido Justicialista, toma posse como presidente na Argentina (25 maio).

Durante diálogo ampliado à margem da Cúpula do G-8 em Evian, França, o presidente Lula sugere taxar o comércio de armas para ajudar a combater a fome no mundo (1º jun).

O Brasil e a África do Sul assinam, na Cidade do Cabo, Acordo de cooperação na área de defesa (4 jun). Em seguida, por ocasião de reunião trilateral em Brasília dos chanceleres dos três países, é criado o **Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul** (IBAS), a fim de promover consultas políticas regulares em temas de interesse mútuo (6 jun).

Concluído, em Miami, Tratado de Livre Comércio entre o Chile e os EUA (6 jun).

Instituído por lei o programa **Fome Zero** de acesso à alimentação e combate à pobreza (13 jun). Nos anos seguintes, o programa será exportado pelo Brasil a diversos países em desenvolvimento em iniciativas de cooperação Sul-Sul.

Em Assunção, o presidente Lula apresenta proposta do Brasil para a consolidação da união aduaneira do Mercosul, o **Objetivo 2006**, incluindo um programa de base para o mercado comum (18 jun). Logo depois, em encontro em Washington, os presidentes Lula e George W. Bush tratam das negociações da ALCA (20 jun).

Em visita a países do Oriente Médio, o chanceler Amorim lança a ideia de realizar um encontro de cúpula entre líderes da América do Sul e da Liga dos Estados Árabes, organismo do qual o Brasil se torna observador em 2003 (25 jun).

Depois de haver estado em Berlim e Paris (27-28 jan), o presidente Lula retorna à Europa para visitas a Lisboa, Londres e Madri (10-16 jul). A exemplo da França (abr), a Grã-Bretanha declara apoiar a entrada do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU (14 jul). A China também reiterará oficialmente seu apoio ao Brasil (6 nov).

Criada a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo, destinada a formular diretrizes e articular as ações interministeriais na área externa (6 ago).

Designado representante especial da ONU no Iraque, o brasileiro **Sérgio Vieira de Mello** morre em atentado terrorista em Bagdá (19 ago).

Na base de Alcântara, explosão no solo destrói o terceiro protótipo do Veículo Lançador de Satélites (VLS-1), no mais grave acidente da história do programa espacial brasileiro (22 ago).

Por ocasião de visita do presidente Lula a Lima, é assinado **Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Peru**, que se torna no mesmo ano membro-associado daquele agrupamento regional (25 ago). Em 2002, as exportações do Peru aos países do Mercosul totalizaram US\$ 212 milhões, ao passo que as importações ficaram em US\$ 1,1 bilhão.

Na V Conferência Ministerial da OMC, em Cancún (10-14 set), o Brasil lidera a formação de grupo de países em desenvolvimento (G-22, depois **G-20 comercial**) para pressionar pelo fim dos subsídios agrícolas e das barreiras ao comércio da UE e EUA.

Em discurso na Assembleia Geral da ONU, em Nova York, o presidente Lula propõe a criação de um Comitê Mundial de Combate à Fome (23 set) e, em seguida, visita o México (25 set) e Cuba (26 set).

Durante visita de Estado à Argentina, o presidente Lula assina com seu colega argentino, Néstor Kirchner, declaração intitulada **Consenso de Buenos Aires**, concebida como um contraponto ao chamado "Consenso de Washington" (16 out).

Criado pelo governo federal o programa Bolsa Família, que unifica programas sociais de transferência de renda (20 out).

Manifestações populares derrubam o presidente Lozada na Bolívia (17 out). Celso Amorim visita o país para expressar apoio político ao novo governo (26 out).

Eleito pela nona vez membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU (23 out), o Brasil é então o estado-membro que mais vezes exerceu mandatos eletivos naquele órgão desde 1946.

A Conferência Especial sobre Segurança da OEA, na Cidade do México, adota a Declaração de Segurança nas Américas, baseada em enfoque multidimensional que inclui referência a "novas ameaças" no âmbito hemisférico (27-28 out).

O presidente **Lula visita a África** para relançar a cooperação com cinco países daquele continente: São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul (2-8 nov). No mês seguinte, **Lula visita o Oriente Médio** e realiza périplo por cinco países árabes: Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito e Líbia (3-10 dez). Trata-se da primeira visita de um chefe de Estado brasileiro à região desde a última viagem de D. Pedro II ao Oriente Próximo em 1876.

É aprovada, na Cúpula Ibero-Americana, em Santa Cruz de la Sierra, proposta de criação de uma Secretaria-Geral permanente, a partir das conclusões de relatório coordenado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (15 nov).

A Declaração Ministerial de Miami delinea os contornos de uma ALCA flexível, na qual um "conjunto comum e equilibrado", aplicável a todos os países, coexistiria com acordos mais profundos para os países que assim o desejarem (20 nov).

Realizado, em Brasília, o I Encontro de Parlamentares Negros das Américas e do Caribe (21-23 nov).

O Brasil adere à Convenção da ONU contra a Corrupção, aberta a assinaturas em Mérida, México (9 dez).

Sediada, em Brasília, Reunião Ministerial do G-20 comercial destinada a coordenar posições no âmbito da Rodada Doha da OMC, em especial a liberalização do comércio agrícola (11-12 dez). O presidente Lula sugere a constituição de uma área de livre comércio entre os países do G-20.

Durante Cúpula do Mercosul, em Montevideu, é assinado **Acordo de Complementação Econômica entre o Mercosul e Colômbia, Equador e Venezuela** (16 dez). O Acordo será a base para uma zona de livre comércio entre o Mercosul e os países da Comunidade Andina. No

mesmo dia, o ex-presidente argentino Eduardo Duhalde assume o cargo de presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul.

2004 Com base no princípio da reciprocidade, são adotados no Brasil procedimentos de controle para a entrada de cidadãos dos EUA em território nacional (1º jan).

A Cúpula Extraordinária das Américas, em Monterrey, aprova a Declaração de Nuevo León (13 jan).

Reunião, em Genebra, entre os presidentes Lula, Jacques Chirac (França) e Ricardo Lagos (Chile), bem como o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, para discutir a criação de um fundo mundial de combate à fome e à pobreza (20 jan).

O presidente **Lula visita a Índia** (25-28 jan), ocasião em que é celebrado, em Nova Delhi, Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e aquele país asiático (25 jan).

Visitam o Brasil, entre outros, os presidentes do Líbano, Emile Lahoud (16-23 fev), Colômbia, Álvaro Uribe (21-22 jun), Namíbia, Sam Nujoma (20-22 jun), Moçambique, Joaquim Chissano (1º-3 set), dois primeiros-ministros de Portugal, José Manuel Durão Barroso (6-9 mar) e Pedro Santana Lopes (6-9 set), e os primeiros-ministros da Tailândia, Thaksin Shinawatra (15-16 jun), e Japão, Junichiro Koizumi (14-16 set).

Lula viaja a Caracas para participar de Cúpula do G-15 (27-28 fev).

Em meio a grave convulsão interna, o presidente do Haiti, Jean-Bertrand Aristide, deixa o país (29 fev). No mesmo dia, a ONU autoriza o envio de uma Força Multinacional Interina para restaurar a ordem no Haiti. Por meio da Resolução 1542, o Conselho de Segurança cria a **Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti** (Minustah) (30 abr). Pouco depois, parte para Porto Príncipe o primeiro contingente brasileiro que participará da Minustah (28 maio). As tropas brasileiras somarão 1.200 efetivos e o comando militar da Missão ficará a cargo do general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira.

Primeira reunião da Comissão Mista Trilateral do IBAS, em Nova Delhi, entre Índia, Brasil e África do Sul (4-5 mar).

Atentados terroristas em estações de trem em Madri (11 mar) e em escola em Beslan, na Rússia (3 set).

No Rio de Janeiro, os presidentes Lula e Kirchner assinam a **Ata de Copacabana**, que estabelece um intercâmbio mais estreito entre diplomatas, Embaixadas e Consulados do Brasil e da Argentina (16 mar). No mesmo ano, restrições argentinas à importação de produtos eletrodomésticos brasileiros serão chamadas de "a guerra das geladeiras".

Encontro na fronteira Brasil-Uruguai dos chanceleres Celso Amorim e Didier Opertti, que trocam os instrumentos de ratificação do Acordo para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços (14 abr).

Em visita à Guatemala, Amorim participa de reunião dos chanceleres do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e discute uma aproximação daquele bloco com o Mercosul (23 abr).

Alargamento da União Europeia, que com o ingresso de dez novos países do Leste europeu, passa a ter 25 estados-membros e uma população total de 455 milhões (1º maio). Será aprovado, em Bruxelas, o texto da primeira Constituição da UE (18 jun).

Inaugurada, em Berlim, a primeira Mostra Institucional do Mercosul, com o objetivo de divulgar a imagem do bloco e promover o comércio (13 maio).

O governo brasileiro decide abrir Escritório de Representação em Ramalah, na Cisjordânia, junto à Autoridade Nacional Palestina (14 maio).

Acompanhado de diversos ministros, governadores e 400 empresários, o presidente **Lula visita a China**, que já é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil (22-26 maio). É instituída a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Em Xangai, Lula reivindica uma "nova geografia do comércio mundial". Em seguida, participa da III Cúpula União Europeia-América Latina e Caribe, em Guadalajara, México (28 maio).

Concluído Acordo de Livre Comércio entre os países da América Central e os EUA, denominado Cafta (28 maio).

Em reunião do G-90, em Georgetown, Celso Amorim, como coordenador do G-20 comercial, defende maior convergência na OMC entre os países em desenvolvimento (3 jun).

O Brasil sedia a **XI Conferência Geral da Unctad**, que adota os documentos intitulados "Consenso de São Paulo" e "Espírito de São Paulo", abordando os vínculos entre comércio, negociações globais e desenvolvimento (13-18 jun).

Realizada, em São Paulo, a Macro-Rodada de Negócios Brasil-América do Sul, com a finalidade de divulgar o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI) do governo brasileiro (23-24 jun).

O Brasil promove encontro de alto nível com investidores em Nova York, com a presença do presidente Lula e ministros de seu governo (23 jun).

Toma posse o governo interino no Iraque (28 jun). O Brasil é a favor do exercício pleno da soberania pelo povo iraquiano, com maior envolvimento da ONU.

Em visita de trabalho ao Brasil, o presidente mexicano, Vicente Fox, manifesta o interesse do México em tornar-se Estado associado do Mercosul (7 jul) e segue para Puerto Iguazú, Argentina, a fim de participar de Cúpula do Mercosul (7-8 jul).

Visitas do presidente Lula a São Tomé e Príncipe (26-27 jul), Gabão (27-28 jul) e Cabo Verde (29 jul). Em 2004, o Brasil irá perdoar as dívidas de Bolívia, Moçambique, Gabão e Cabo Verde.

O Brasil apoia o embargo da venda de armas à região de Darfur, no Sudão, e reitera a necessidade de cumprimento do cessar-fogo para proteger a população local das milícias dos *janjawids* (30 jul).

Referendo na Venezuela ratifica o mandato do presidente Hugo Chávez (15 ago).

Após encontrar-se com mandatários caribenhos e centro-americanos na República Dominicana (17 ago), Lula visita as tropas brasileiras da Minustah em Porto Príncipe e assiste ao "jogo da paz" entre as seleções de futebol do Brasil e do Haiti (18 ago). Segundo Celso Amorim, o **princípio da "não indiferença"** guiaria a política de "solidariedade ativa" do Brasil, que, sempre que chamado, não permaneceria indiferente diante de situações de crise política e social em outros países.

Visitas do presidente Lula ao Chile (22-24 ago) e ao Equador (24-25 ago).

Painéis da OMC dão ganho de causa ao Brasil em contenciosos com os EUA sobre o algodão e com a UE sobre subsídios à exportação de açúcar (8 set).

Realizada em Nova York, por iniciativa do presidente Lula, Reunião de Líderes Mundiais para promover a **Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza** (20 set). São analisados mecanismos inovadores de financiamento com vistas à implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio. Na abertura da Assembleia Geral da ONU, Lula critica "a lógica que drena o mundo da escassez para irrigar o do privilégio" (21 set). **Criação do G-4:** ainda em Nova York, Alemanha, Brasil, Índia e Japão, candidatos a assentos permanentes, decidem formar o G-4, concedendo-se apoio mútuo na reforma do Conselho de Segurança (21 set).

Anunciada a abertura de novos Consulados do Brasil em Atlanta, Beirute, Iquitos (Peru), Puerto Ayacucho (Venezuela) e em cidade do Japão (29 set).

O secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, visita o Brasil (4-6 out). Na pauta, reforma da ONU, Haiti e programa nuclear brasileiro.

Protocolizados na Aladi os acordos ACE-58 (Mercosul-Peru) e ACE-59 (Mercosul-Colômbia, Equador e Venezuela) (18 out). Esses instrumentos conformariam, na prática, um **Acordo de Livre Comércio Mercosul-Comunidade Andina**, com vistas a um processo de desgravação tarifária progressiva entre os países dos dois blocos comerciais.

O Brasil é eleito para novo mandato de três anos no Ecosoc (28 out).

O republicano George W. Bush é reeleito presidente nos EUA (3 nov).

A Cúpula do Grupo do Rio, no Rio de Janeiro, discute a situação no Haiti, preconizando o engajamento regional na reconciliação política e na reconstrução econômica e social daquele país caribenho (4-5 nov).

Morre, em Paris, o líder palestino Yasser Arafat (11 nov). O governo brasileiro reafirma seu apoio à criação de um Estado palestino "livre e soberano".

Durante visita do presidente chinês Hu Jintao, o Brasil reconhece o **status de economia de mercado da China** (11-16 nov). Segue-se uma série de visitas de mandatários, todas também em novembro: os presidentes da Coreia do Sul, Roh Moo-Hyun (16-18), do Vietnã, Tran Duc Luong (16-17), e da Rússia, Vladimir Putin (21-23), o primeiro-ministro do Canadá, Paul Martin (22-23), o rei do Marrocos, Mohammed VI (25-29), e o presidente do Paquistão, Pervez Musharraf (27-30). A visita de Putin é a primeira de um chefe de Estado russo ao Brasil.

Missão da AIEA visita a fábrica de enriquecimento de urânio em Resende para definir as salvaguardas aplicáveis àquela instalação comercial (16 nov).

Depois de participar da Cúpula Ibero-Americana em São José (19-20 nov), Celso Amorim visita Barbados, membro da Caricom (21 nov).

O Brasil solicita ingresso na Organização Internacional para as Migrações (OIM) (24 nov).

Comemorado, pela primeira vez, o Dia da Amizade Argentino-Brasileira, data de adoção da Declaração de Iguaçu de 1985 (30 nov).

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) vence a concorrência internacional para explorar as reservas de carvão de Moatize, em Moçambique (nov).

Divulgado o relatório do Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança, com propostas para uma reformulação abrangente da ONU (2 dez).

Lançamento da **Comunidade Sul-Americana de Nações** (CASA) durante a III Reunião de Presidentes da América do Sul, em Cusco (8 dez). O novo bloco, integrado por 12 países, é concebido como um projeto comum que deverá evoluir mediante o fortalecimento do diálogo político e da integração econômica e de infraestrutura no espaço sul-americano.

Firmado, em Belo Horizonte, Acordo de comércio preferencial entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (SACU) (16 dez). Em seguida, na Cúpula de Ouro Preto, é formalizada a adesão de Colômbia, Equador e Venezuela como Estados associados ao Mercosul (17 dez).

Maremoto causa a morte de milhares de pessoas no Sul e Sudeste da Ásia (26 dez).

Emenda à Constituição estabelece que os tratados sobre direitos humanos que forem aprovados por três quintos dos votos, nas duas Casas do Congresso Nacional, serão equivalentes às emendas constitucionais. O Brasil também reconhece a jurisdição do Tribunal Penal Internacional (30 dez).

2005 Realizada no Itamaraty, em Brasília, a I Reunião de Chefes de Postos do Brasil no exterior (6 jan).

Visitam o Brasil os presidentes da Bulgária, Gueórgui Parvánov (11 jan), Uruguai, Tabaré Vázquez (1º abr), Chile, Ricardo Lagos (18 abr), Angola, José Eduardo dos Santos (2 maio), Honduras, Ricardo Maduro (4 maio), República do Congo, Denis Sassou Nguesso (13 jun), Botsuana, Festus Mogae (24 jul), Gâmbia, Yahya Jammeh (9 ago), São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes (18 ago), e Cabo Verde, Pedro Pires (3 out), além do presidente de governo da Espanha, José Luis Zapatero (23 jan), e dos primeiros-ministros de Belize, Said Musa (6 jun), e Jamaica, Percival Patterson (2 nov).

O chanceler Celso Amorim visita cinco países africanos: Cabo Verde, Guiné-Bissau, Senegal, Nigéria e Cameroun (14-18 jan).

O presidente Lula visita a Colômbia para encontro de fronteira com o presidente Álvaro Uribe, em Letícia (19 jan).

O brasileiro João José Vasconcellos Júnior, engenheiro da construtora Odebrecht, é sequestrado e morto no Iraque (19 jan). Seus restos mortais só serão encontrados em jun 2007.

O presidente Lula participa do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (26-27 jan) e do Fórum Econômico Mundial em Davos (28-29 jan), onde é assinado programa de cofinanciamento entre o Brasil e o Banco Mundial para assistência ao Haiti.

Criada embaixada do Brasil em Iaundê (10 fev). Em 2005, também serão criadas embaixadas em Dar-es-Salam, Doha, Belmopan, Zagreb, Cartum, Malabo, Cotonou, Nassau, Lomé e Colombo.

O governo brasileiro condena o assassinato do ex-primeiro-ministro do Líbano, Rafik Hariri (14 fev). Milhares de libaneses protestam acusando envolvimento sírio. Em consequência, a Síria anuncia a retirada de suas tropas do Líbano (30 abr).

O presidente Lula visita Caracas e assina com o presidente Hugo Chávez declaração para implementar a **aliança estratégica Brasil-Venezuela** (14 fev). Lula visita a Guiana e também o Suriname, onde participa da 16ª Cúpula da Comunidade do Caribe, em Paramaribo (15 fev).

O chanceler Amorim visita a Jordânia, Palestina, Síria, Arábia Saudita, Omã, Qatar, Kuwait, Tunísia e Argélia, com o objetivo de aprofundar as relações entre o Brasil e o mundo árabe (17-26 fev).

Criado, pelo Exército Brasileiro, Centro de Instrução de Operações de Paz, com vistas a treinar militares e pessoal civil para missões de manutenção da paz da ONU (23 fev). Sediado no Rio de Janeiro, será renomeado em 2010 para Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (**Ccopab**).

O presidente Lula assiste à posse do presidente uruguaio, Tabaré Vázquez (1º mar). Argentina e Uruguai divergem quanto à instalação de uma fábrica de celulose no Rio Uruguai ("papeleras"), diferendo bilateral que irá se arrastar até 2010.

O Brasil assume por um mês a presidência rotativa do Conselho de Segurança da ONU (1º mar).

A Câmara dos Deputados aprova nova Lei de Biossegurança, que regulamenta pesquisas com células-tronco no Brasil (2 mar).

Contenciosos na OMC: órgão de apelação da OMC confirma decisão do painel que condenou os subsídios dos EUA à produção e exportação de algodão (3 mar). No mesmo mês, outro painel da OMC dá ganho de causa ao Brasil em contencioso com a União Europeia sobre carne de frango (24 mar).

Celso Amorim visita o Quênia, Etiópia, Moçambique e África do Sul (3-12 mar). Amorim irá também a Nova Delhi para reunião ministerial do G-20 da OMC (19 mar) e a Argel para a Cúpula da Liga dos Estados Árabes (23 mar), cujo secretário-geral, Amre Moussa, visitará o Brasil (3-5 abr).

O Brasil estabelece relações diplomáticas com Comores, Estado insular da África oriental (25 mar).

O presidente Lula viaja à Venezuela para manter encontro de trabalho, em Ciudad Guyana, com os presidentes da Colômbia, Espanha e Venezuela (29 mar).

Lula vai a Roma para assistir aos funerais do papa João Paulo II, no Vaticano (8 abr). O novo papa, Bento XVI, será escolhido pouco depois.

Lula visita cinco países africanos: Cameroun, Nigéria, Gana, Guiné-Bissau e Senegal (10-14 abr). A visita inclui homenagem à comunidade Tabom de descendentes de escravos brasileiros em Gana. Na ilha de Gorée, no Senegal, Lula pede perdão aos africanos pelo sofrimento imposto pela escravidão.

I Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Comunidade Sul-Americana de Nações, em Brasília (19 abr).

O governo brasileiro concede asilo diplomático ao ex-presidente do Equador, Lucio Gutiérrez, que se refugiou na embaixada do Brasil em Quito (20 abr). Gutiérrez irá depois renunciar ao status de asilado territorial no Brasil.

Visita ao Brasil da secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice (26 abr).

Órgão de Apelação da OMC confirma condenação aos subsídios da União Europeia à exportação de açúcar (28 abr).

Realizada, em Brasília, a **I Cúpula América do Sul-Países Árabes** (ASPA) (10-11 maio). É adotada a Declaração de Brasília e assinado acordo de cooperação econômica entre Mercosul e Conselho de Cooperação do Golfo. Será organizado, em São Paulo, encontro empresarial Brasil-Países Árabes. O presidente da Argélia, Abdelaziz Bouteflika, faz visita bilateral ao Brasil (12 maio).

Em viagem à Ásia, o presidente Lula visita a Coreia do Sul e o Japão (24-27 maio).

O chanceler Amorim visita Israel e é recebido, em Tel Aviv, pelo primeiro-ministro Ariel Sharon (28-30 maio). É concluído Memorando de Entendimento para o estabelecimento de consultas bilaterais entre Brasil e Israel.

Denúncia de esquema de corrupção conhecido como "mensalão" gera crise política no Brasil (6 jun).

O presidente da Bolívia, Carlos Mesa, renuncia (6 jun). O assessor especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, chega a La Paz em missão de observação (9 jun). Eduardo Rodríguez Veltzé assumirá a presidência boliviana.

Na Cúpula do Mercosul, em Assunção, é criado o **Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul** (Focem), com vistas a reduzir as assimetrias dentro do bloco (20 jun).

O G-4 tabula o projeto de resolução L.64 da Assembleia Geral da ONU, em Nova York, propondo ampliar o Conselho de Segurança para 25 membros (6 jul). A proposta, porém, enfrenta fortes resistências e não será levada a voto.

Lula visita o Reino Unido para participar do diálogo ampliado da Cúpula do G-8 em Gleneagles, Escócia, juntamente com líderes da África do Sul, China, Índia e México (7 jul). Lula também visita a França e participa, em Paris, das comemorações da Data Nacional francesa (14 jul).

Os Estados do Mercosul se tornam associados à Comunidade Andina (7 jul).

Atentados da Al-Qaeda em Londres matam 56 pessoas (7 jul). Pouco depois, o brasileiro Jean Charles de Menezes é assassinado a tiros pela polícia britânica, em estação de metrô, confundido com um terrorista (22 jul). O governo brasileiro se declara "chocado e perplexo". Celso Amorim pede esclarecimentos ao secretário do Exterior britânico, Jack Straw. Uma Comissão Independente de Queixas contra a Polícia (IPCC) é criada para investigar o caso.

O governo dos EUA aplica medidas antidumping sobre as importações de suco de laranja do Brasil (19 ago).

O furacão Katrina atinge os EUA e causa devastação em Nova Orleans (29 ago).

Visita ao Brasil do presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo, que participa, em Brasília, das comemorações da Independência (7 set).

O presidente Lula visita o Peru para o lançamento, em Puerto Maldonado, da pedra fundamental da **Rodovia Interoceânica**, com o objetivo de ligar o Brasil aos portos marítimos peruanos de Ilo, Matarani e San Juan (8 set). Também conhecida como Estrada do Pacífico, a rodovia, que entrará em operação em 2010, será o primeiro eixo multimodal Atlântico-Pacífico da América do Sul.

Lula visita a Guatemala, onde participa da Cúpula do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) (13 set).

Por ocasião do 60º aniversário das Nações Unidas, o presidente Lula participa, em Nova York, do Debate de Alto Nível sobre Financiamento ao Desenvolvimento, incluindo reuniões especiais do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral sobre as Metas do Milênio (14-15 set).

Realizada, em Brasília, a **I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações** (30 set). São aprovadas declarações sobre a convergência dos processos integracionistas na América do Sul e sobre integração em infraestrutura, além de uma Agenda Prioritária em oito áreas de ação.

Após a descoberta de foco de febre aftosa no Mato Grosso do Sul (10 out), diversos países decretam embargo à importação de carne bovina brasileira.

O presidente Lula participa da Cimeira Brasil-Portugal, no Porto (13 out). Em seguida, visita a Espanha, Itália e Rússia (14-18 out). Em Moscou, são firmados acordos de cooperação espacial, incluindo a modernização do Veículo Lançador de Satélites (VLS-1) e envio de um cosmonauta brasileiro ao espaço.

Enviada a primeira missão empresarial brasileira ao Cazaquistão (20 out). O Brasil abrirá embaixada em Astana no ano seguinte.

Referendo, previsto no Estatuto do Desarmamento, rejeita a proibição do comércio de armas de fogo e munição no Brasil (23 out).

Realizada a IV Cúpula das Américas, em Mar del Plata (4-5 nov). Na volta, o presidente dos EUA, George W. Bush, visita Brasília para reunião com Lula (6 nov).

Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, em Túnis, com vistas a diminuir a exclusão digital entre países ricos e pobres (16-18 nov).

Comemorados 20 anos da Declaração de Iguazu, que lançou o processo de integração Brasil-Argentina (30 nov). Em Puerto Iguazú, Lula e Kirchner assinam acordos de cooperação, com as presenças de José Sarney e Raúl Alfonsín.

Na Cúpula do Mercosul, em Montevidéu, decide-se promover o ingresso da Venezuela como membro pleno do bloco (9 dez). É criada Comissão Estratégica de Reflexão sobre o processo de integração sul-americana. Argentina, Brasil e Venezuela concluem Memorando de Entendimento sobre Interconexão Gasífera, projeto depois batizado de "**Grande Gasoduto do Sul**", que deveria ligar os três países por meio de um gasoduto de milhares de quilômetros de extensão. A ambiciosa proposta, porém, não evoluiu devido aos altos custos e dificuldades de execução.

Em Hong Kong, na Conferência Ministerial da OMC, acorda-se que os subsídios às exportações agrícolas deverão ser eliminados até 2013 (13 dez).

Lançada por Brasil e Venezuela, no porto de Suape, Pernambuco, a pedra inaugural da refinaria binacional Abreu e Lima (16 dez).

O governo brasileiro quita sua dívida com o FMI (27 dez). Também será quitada, no ano seguinte, a dívida com o Clube de Paris.

2006 Morre no Haiti o general brasileiro Urano Teixeira Bacellar, comandante militar da Minustah (7 jan).

O governo dos EUA encerra investigação contra o Brasil, que condicionava o Sistema Geral de Preferências a temas de propriedade intelectual (13 jan).

Em visita ao Brasil do presidente da Argentina, Néstor Kirchner, os dois países estabelecem um sistema de consulta e coordenação bilateral, com encontros presidenciais a cada seis meses (18 jan). Será depois concluído, em Buenos Aires, **Mecanismo de Adaptação Competitiva** entre Brasil e Argentina para proteger a indústria de aumentos bruscos de importações (1º fev).

Os presidentes Lula e Alejandro Toledo inauguram, no Acre, a Ponte da Integração entre Brasil e Peru (21 jan). Lula depois visita a Bolívia para a posse do presidente Evo Morales, em La Paz (22 jan).

Lula visita a Argélia, Benin, Botsuana e África do Sul, onde participa da Cúpula da Governança Progressista, em Pretória (8-12 fev).

Reconhecimento da vitória de René Préval nas eleições presidenciais no Haiti, com o apoio do Brasil e de outros países (16 fev).

O Brasil estabelece relações diplomáticas com Fiji (16 fev) e Tuvalu (12 maio).

Visita ao Brasil do primeiro-ministro da República Tcheca, Jiri Paroubek (3 mar), e dos presidentes da Guatemala, Oscar Berger (13 mar), Honduras, José Manuel Zelaya (3 abr), Colômbia, Álvaro Uribe (25 abr), França, Jacques Chirac (24 maio), Gana, John Kufuor (10 jul), e Peru, Alan García (9 nov).

Em visita de Estado ao Reino Unido (6-9 mar), o presidente Lula e o primeiro-ministro Tony Blair se declaram a favor de uma reunião de líderes para desbloquear as **negociações da Rodada Doha na OMC**.

Lula visita o Chile (11 mar) para a posse da presidente Michelle Bachelet, que virá ao Brasil no mês seguinte.

O Brasil sedia, em Curitiba, a III Reunião das Partes (MOP-3) no Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (13-17 mar) e a VIII Conferência das Partes (COP-8) na Convenção sobre Diversidade Biológica (20-31 mar), a maior conferência ambiental no Brasil desde 1992. Decide-se negociar, até 2010, um regime internacional sobre repartição de benefícios decorrente do acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos faz sessões em Brasília, primeira vez que um tribunal internacional funciona no Brasil (28-31 mar).

Viaja à Estação Espacial Internacional, a bordo de nave russa, o primeiro cosmonauta brasileiro, Marcos Cesar Pontes (30 mar).

Reunião ministerial informal sobre a Rodada Doha, no Rio de Janeiro (1º abr).

Com a entrada em operação da plataforma P-50, a maior da Petrobras, o Brasil atinge a autossuficiência na produção de petróleo (21 abr).

Assinado Memorando de Entendimento entre Brasil e Gana para a instalação, em Acra, de escritório regional da Embrapa na África (26 abr).

Concluído, em Havana, por Bolívia, Cuba e Venezuela, acordo para um tratado de comércio no âmbito da Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) (29 abril).

Decretada pelo presidente Evo Morales a **nacionalização do petróleo e do gás na Bolívia** (1º maio). A medida repercute fortemente no Brasil e o governo brasileiro divulga nota afirmando que "agirá com firmeza e tranquilidade em todos os foros" para preservar os interesses da Petrobras, que teve ativos expropriados no país vizinho. Em Puerto Iguazú, Lula se reúne com os presidentes da Argentina, Bolívia e Venezuela, que se limitam a reafirmar o compromisso com a integração energética na América do Sul (4 maio). Políticos de oposição no Brasil acusam o governo de ter uma posição fraca no caso e condenam a dependência brasileira do gás boliviano.

Inaugurado, em Resende, Estado do Rio de Janeiro, módulo da fábrica de enriquecimento de urânio para abastecer as usinas nucleares de Angra I e II (5 maio).

Criadas embaixadas do Brasil em Lusaca e Conacri (8 maio), assim como em Gaborone (19 jun).

O Brasil é eleito para o Conselho de Direitos Humanos da ONU por um período de dois anos (9 maio). O Brasil também será membro da Comissão de Construção da Paz, criada para auxiliar países em situações pós-conflito.

Lula visita a Áustria e participa, em Viena, da IV Cúpula América Latina e Caribe-União Europeia (11-13 maio). É realizada reunião ministerial Mercosul-UE. O presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, visitará o Brasil (1º jun).

O Brasil reconhece a independência da República de Montenegro, separada da Sérvia (2 jun).

Escolhido o padrão japonês ISDB-T como base para a TV digital no Brasil, que irá divulgar o sistema junto a outros países sul-americanos (29 jun).

Assinado, em Caracas, o **Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul** (4 jul). A Venezuela assume as obrigações do Tratado de Assunção e dos Protocolos de Ouro Preto e Olivos. Estipulado o prazo de quatro anos para que adote a Tarifa Externa Comum e o acervo normativo do Mercosul. O bloco passa a ter mais de 250 milhões de habitantes, uma área de 12,7 milhões de km², PIB superior a US\$ 1 trilhão e comércio global acima de US\$ 300 bilhões.

O Brasil sedia, em Salvador, a II Conferência Internacional de Intelectuais da África e da Diáspora (12-14 jul).

Guerra do Líbano: em conflito com o grupo Hezbollah, as Forças de Defesa de Israel iniciam operação militar e bombardeiam cidades em território libanês (12 jul). O Brasil condena fortemente os ataques a alvos civis e inicia-se **operação de retirada de brasileiros** do Líbano. O chanceler Amorim viajará duas vezes a Adana, na Turquia, e visitará Beirute um dia após o cessar-fogo (15 ago). No total, cerca de 3 mil brasileiros serão retirados da zona de guerra.

O presidente Lula visita a Rússia para participar, em São Petersburgo, do diálogo ampliado da Cúpula do G-8 com países em desenvolvimento (15-17 jul).

Em meio a crise no setor de aviação, a companhia aérea Varig é arrematada em leilão (20 jul).

O presidente Lula participa da Cúpula do Mercosul, em Córdoba, Argentina (21 jul).

Realizada, em Brasília, a Conferência Regional das Américas sobre avanços no plano da ação de Durban contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias correlatas (26-28 jul).

Fidel Castro se afasta do governo de Cuba por motivo de saúde e transfere poderes a seu irmão, Raúl Castro (31 jul).

Anunciada a criação de um Centro Regional de Inteligência em Foz do Iguaçu, com funcionários brasileiros, argentinos e paraguaios (15 ago).

Firmado contrato para a compra de 100 aviões da Embraer pela empresa aérea chinesa Hainan (30 ago).

Estabelecida a empresa binacional Brasil-Ucrânia "Alcantara Cyclone Space", com o objetivo de lançar foguetes da base de Alcântara, Maranhão (4 set).

O Tratado de Semipalatinsk cria uma zona livre de armas nucleares na Ásia Central (8 set).

Parte dos esforços para relançar as negociações da Rodada Doha, é organizada, no Rio de Janeiro, **Reunião de Alto Nível do G-20 comercial**, com a participação de países em desenvolvimento, EUA, UE e o diretor-geral da OMC (9-10 set).

Visita bilateral ao Brasil do primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, a primeira desde 1968 (11 set). Singh participa em Brasília, juntamente com os presidentes Lula e Thabo Mbeki, da África do Sul, da **I Cúpula do IBAS**, que reforça a concertação política e a cooperação trilateral (13 set). O IBAS é apresentado como foro de diálogo entre três grandes países em desenvolvimento, oriundos de continentes distintos, com sociedades multiculturais, multiétnicas e democráticas.

Em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, Lula deplora que o combate à fome não seja uma prioridade internacional e questiona os subsídios que distorcem o comércio, "pesados grilhões que imobilizam o progresso e relegam os países pobres ao atraso" (19 set).

Lançada a Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra o HIV/AIDS, malária e tuberculose (**Unitaid**), com apoio do Brasil e outros países (20 set).

Avião da companhia aérea Gol e jato particular colidem no ar em Mato Grosso (29 set).

O Brasil condena teste nuclear levado a cabo pela Coreia do Norte (9 out).

O presidente Lula é reeleito no segundo turno, com 58 milhões de votos (28 out).

Inaugurada em Ciudad Guyana, Venezuela, a segunda ponte sobre o Rio Orinoco (13 nov).

O Brasil apresenta em Nairóbi, na Conferência das Partes na Convenção sobre Mudança do Clima (COP-12), proposta de incentivos positivos para redução de emissões por desmatamento em países em desenvolvimento (15 nov).

O embaixador brasileiro Gilberto Saboia é eleito membro da Comissão de Direito Internacional da ONU (16 nov).

Assinado, em Santiago, acordo de isenção de vistos de turista e habilitação de documentos de identidade para viagens entre países sul-americanos (24 nov).

Realizada em Abuja, Nigéria, a **I Cúpula América do Sul-África (ASA)**, com a presença do presidente Lula e líderes de 66 países das duas regiões (30 nov-1º dez). É aprovado um plano de ação para incrementar a cooperação Sul-Sul e estabelecer novas parcerias comerciais.

A II Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações, em Cochabamba, decide criar uma Comissão de Altos Funcionários para o fortalecimento institucional da CASA (9 dez).

Cerimônia, em Brasília, de constituição do **Parlamento do Mercosul**, cuja sede será em Montevideu (14 dez). Até a adoção de novos critérios em 2010, cada país do Mercosul será representado por 18 parlamentares, escolhidos entre membros dos parlamentos nacionais. Na Cúpula do Mercosul, em Brasília, é estabelecido mecanismo de diálogo Mercosul-Rússia (15 dez).

Aprovada lei que institui novo regime jurídico dos servidores do serviço exterior brasileiro (29 dez). Em 2006, para expandir o quadro de funcionários, são criadas 400 novas vagas para diplomatas no Itamaraty.

Condenado à força, o ex-presidente Saddam Hussein é executado no Iraque (30 dez).

2007 Em seu discurso de posse no segundo mandato, o presidente Lula afirma que o Brasil fez do entorno sul-americano "o centro de nossa política externa" (1º jan).

Lula visita o Equador para a posse do presidente Rafael Correa, em Quito (15 jan).

Concluído acordo de liberalização comercial entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo, por ocasião de Cúpula do Mercosul, no Rio de Janeiro (19 jan).

No Fórum Econômico Mundial, em Davos, Lula declara que, sem avanços nas negociações da Rodada Doha, a OMC perderá credibilidade (26 jan).

O Brasil e a Bolívia chegam a acordo sobre o preço do gás boliviano durante visita do presidente Evo Morales a Brasília (14 fev).

Em visita do presidente Lula ao Uruguai, são concluídos acordos de investimentos brasileiros em indústria têxtil, autopeças, mineração e energia (26 fev). Lula visitará o Paraguai para concluir acordos de cooperação bilateral (21 maio). Durante Cúpula do Mercosul, em Assunção, é anunciada flexibilização das regras de origem para produtos dos sócios menores do bloco (29 jun).

O presidente da Comissão da União Africana, Alpha Konaré, visita o Brasil (25 fev), assim como os presidentes do Equador, Rafael Correa (4 abr), Senegal, Abdoulaye Wade (16 maio), Panamá, Martín Torrijos (25 maio), Letônia, Vaira Vike-Freiberga (10 jun), República Dominicana, Leonel Fernández (16 jun), Benin, Boni Yayi (15 ago), Moçambique, Armando Guebuza (6 set), Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev (27 set), Guiné-Bissau, João Bernardo Nino Vieira (11 nov), El Salvador, Elías Antonio Saca (5 dez), e os primeiros-ministros da Itália, Romano Prodi (27 mar), e Dinamarca, Anders Fogh Rasmussen (25 abr), entre outros.

No Haiti, operação da Minustah, comandada por batalhão brasileiro, leva à pacificação do reduto rebelde em Cité Soleil, Porto Príncipe (1º mar).

Lançado na ONU, por África do Sul, Brasil, China, EUA, Índia e Comissão Europeia, o **Fórum Internacional de Biocombustíveis**, com a finalidade de desenvolver sua produção em escala mundial (2 mar). O Brasil é o principal exportador mundial de álcool combustível.

O presidente dos EUA, George W. Bush, inicia viagem de seis dias à América Latina, incluindo passagens por Brasil, Uruguai, Colômbia, Guatemala e México (6 mar). Em São Paulo, Lula e Bush firmam Memorando de Entendimento sobre cooperação em biocombustíveis (9 mar). Ainda no

mesmo mês, **Lula visita Camp David** para novo encontro com Bush (31 mar). É criado um Fórum de CEOs Brasil-EUA. Os dois países decidem cooperar para combater a malária em São Tomé e Príncipe e fortalecer o Legislativo na Guiné-Bissau.

O ex-ativista italiano Cesare Battisti é detido no Rio de Janeiro (18 mar). A Itália solicita a sua extradição para cumprir pena de prisão perpétua pelo homicídio de quatro pessoas.

Celso Amorim visita Jacarta para participar de reunião ministerial do G-33, grupo da OMC que defende proteção à agricultura familiar (20 mar). Em Nova Delhi, Amorim manterá encontros bilaterais e participará de reuniões com ministros de Comércio sobre a Rodada Doha (12 abr).

Primeiro encontro da Comissão Binacional Brasil-México, em Brasília (28 mar).

Enviada missão de observadores do Brasil à eleição presidencial no Timor Leste, a primeira desde a independência daquele país, em 2002 (5 abr).

Realizada na Ilha Margarita, Venezuela, a primeira **Cúpula Energética** da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) (17 abr). É descartada a criação de uma "OPEP do gás". Os presidentes decidem renomear a Comunidade, que passa a chamar-se União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

Lula visita o Chile (26 abr) e vai à Argentina para reunião de trabalho com o presidente Néstor Kirchner (27 abr). Em 2007, a China ultrapassa a Argentina e se torna o segundo maior fornecedor de importações para o Brasil (EUA continuam em primeiro lugar).

Aprovado pelo governo brasileiro o licenciamento compulsório do medicamento Efavirenz, usado contra o HIV/AIDS (4 maio). Na Assembleia Mundial de Saúde, em Genebra, Amorim defende a medida e reafirma os compromissos do Brasil em matéria de propriedade intelectual (15 maio).

Instalado em Stormont, na Irlanda do Norte, governo compartilhado entre líderes católicos e protestantes (8 maio).

Celso Amorim visita o Canadá, onde o Brasil passou a ser o quarto maior investidor estrangeiro após a compra pela Vale da mineradora canadense Inco (9 maio). No mesmo mês, o grupo brasileiro JBS-Friboi, produtor e exportador de carne bovina, compra a empresa norte-americana Swift (30 maio).

Durante missão pastoral do papa Bento XVI, o primeiro santo nascido no Brasil, Frei Galvão, é canonizado em São Paulo (11 maio).

Criado o Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (Protrindade), no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (15 maio).

O risco-Brasil atinge 139 pontos, menor patamar histórico até então (22 maio).

Visita ao Brasil de missão do Cotton-4, países africanos a favor da redução dos subsídios ao algodão nos países mais desenvolvidos (24 maio).

O presidente Lula realiza visita de Estado à Índia (3-5 jun), onde recebe o Prêmio Nehru e mantém encontro com o primeiro-ministro Manmohan Singh. É criado um Fórum de CEOs para expandir os negócios e chegar à meta de US\$ 10 bilhões de comércio bilateral até 2010.

Na Alemanha, a Cúpula do G-8 lança o **Processo de Heiligendamm** para um diálogo mais estruturado com África do Sul, Brasil, China, Índia e México (8 jun). Lula defende maior participação do G-5 na preparação das reuniões do G-8.

Criado pelo Conselho de Direitos Humanos mecanismo de revisão periódica universal para avaliar a situação dos direitos humanos em todos os estados-membros da ONU (18 jun).

Reunião ministerial do G-4 da OMC em Potsdam, Alemanha, termina sem acordo sobre a Rodada Doha (21 jun). A principal reivindicação do G-20 comercial continua sendo a redução dos subsídios agrícolas dos países ricos.

O embaixador brasileiro Sérgio de Queiroz Duarte é nomeado alto representante do secretário-geral das Nações Unidas para desarmamento (2 jul).

Visita do presidente Lula a Portugal para a I Cúpula Brasil-União Europeia, em Lisboa (4 jul). É formalizada, a partir de iniciativa europeia, a **parceria estratégica Brasil-UE**. Em seguida, Lula vai a Bruxelas e participa de conferência internacional sobre biocombustíveis (5 jul).

Acidente com avião da companhia aérea TAM em Congonhas, São Paulo (17 jul).

Lula visita o México, Honduras, Nicarágua, Jamaica e Panamá (6-10 ago). No mês seguinte, faz giro por países nórdicos: Finlândia, Suécia, Dinamarca e Noruega (10-15 set).

Realizada, em Brasília, a III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (Focalal) (23 ago).

Durante reunião ministerial sobre meio ambiente, no Rio de Janeiro, o Brasil declara apoio a medidas de fortalecimento da governança ambiental (3 set). Em Nova York, na Assembleia Geral da ONU, o presidente Lula propõe uma nova Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 2012 e oferece o Rio de Janeiro como sede (25 set).

Lançado de Taiyuan, China, o satélite sino-brasileiro de recursos terrestres Cbers-2B (18 set).

Chega ao Brasil o primeiro grupo de cerca de 100 refugiados palestinos, vítimas da violência sectária no Iraque (21 set).

Reunião no Palácio do Planalto com os embaixadores brasileiros na América do Sul analisa a implementação de acordos e compromissos assumidos desde 2003 (11 out). O comércio do Brasil com os países sul-americanos cresceu de US\$ 15 bilhões, em 2002, para US\$ 50 bilhões em 2007.

Em sua sétima viagem ao continente africano, Lula visita Burkina Faso, Congo-Brazzaville, África do Sul e Angola (15-18 out). Em Pretória, na II Cúpula do IBAS, Lula sugere um acordo de livre-comércio Índia-Mercosul-SACU (17 out).

Promovida pelo Instituto Rio Branco, em Brasília, a I Reunião das Academias Diplomáticas do Mercosul (24 out).

Lula visita a Suíça e, em Zurique, a FIFA confirma que o Brasil sediará a Copa do Mundo de futebol de 2014 (30 out).

Em discurso sobre a diplomacia multilateral do Brasil, em homenagem a Rui Barbosa, Celso Amorim afirma que "o Brasil não é um país pequeno" e, por isso mesmo, "não tem e não pode ter uma política externa de país pequeno" (5 nov).

Anunciada a primeira de uma série de descobertas de grandes **reservas de petróleo na camada de pré-sal**, na Bacia de Santos (9 nov). As reservas teriam potencial para colocar o Brasil entre os maiores produtores mundiais de petróleo.

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, realiza visita de trabalho ao Brasil (11-13 nov).

Cristina Kirchner, presidente eleita da Argentina, visita o Brasil (19 nov). Os dois países irão depois instituir novo mecanismo de cooperação e coordenação bilateral.

A convite do governo norte-americano, o Brasil participa em Annapolis, EUA, de Conferência de Paz sobre o Oriente Médio (27 nov).

Segundo relatório do PNUD, o Brasil passa a integrar o grupo de países de alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (27 nov).

Na Conferência das Partes na Convenção sobre Mudança do Clima (COP-13), em Bali, Indonésia (3-12 dez), o Brasil afirma estar pronto para reduzir emissões de uma forma "mensurável, verificável e aberta a revisão universal periódica". É lançado Fundo para Proteção e Conservação da Amazônia Brasileira.

Assinada, em Buenos Aires, ata de fundação do Banco do Sul (9 dez). Lula visita a Venezuela, Bolívia e Uruguai (13-18 dez). Em La Paz, é lançado o **Corredor Interoceânico Brasil-Bolívia-Chile**. Em Montevideu, na Cúpula do Mercosul, é concluído Acordo de Livre Comércio com Israel, o primeiro do gênero com parceiro extrarregional (18 dez).

Celebrado o **Tratado de Lisboa** da União Europeia, que emenda tratados anteriores e incorpora mudanças nas votações por maioria qualificada (13 dez). A reformulação inclui os postos de presidente do Conselho Europeu e de alto representante da UE para política externa e segurança. A Carta dos Direitos Fundamentais se torna legalmente vinculante.

O Brasil é escolhido pela Comissão de Construção da Paz da ONU como coordenador dos trabalhos relativos à Guiné-Bissau (19 dez).

Atentado no Paquistão mata a ex-primeira-ministra Benazir Bhutto (27 dez). O governo brasileiro reitera seu repúdio ao terrorismo e à violência política.

2008 Lula visita a Guatemala e Cuba (14-15 jan). Raúl Castro será confirmado, pouco depois, como sucessor de Fidel Castro à frente do governo cubano (24 fev).

Abertas, em Brasília, as comemorações do centenário da imigração japonesa no Brasil (17 jan).

O presidente do Timor Leste, José Ramos Horta, visita o Brasil (30 jan). Também ocorrem visitas dos presidentes da Guiné Equatorial, Teodoro Nguema Mbasogo (14 fev), Lituânia, Valdas Adamkus (15 jul), Costa Rica, Oscar Arias (30 jul), e Peru, Alan García (18 set), além do presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso (17 mar), do presidente de governo da Espanha, José Luis Zapatero (15 maio), dos primeiros-ministros da Finlândia, Matti Vanhanen (12 maio), e Trinidad e Tobago, Patrick Manning (23 jul), e do rei da Jordânia, Abdullah II (23 out).

Amorim viaja à Arábia Saudita, Síria, Jordânia e Ramalah, na Palestina, além de Israel (9-14 fev), seguido de Vietnam e Singapura (27-29 fev).

Encontro de fronteira na Guiana Francesa entre os presidentes Lula e Nicolas Sarkozy, da França (12 fev).

O Brasil não reconhece a independência do Kosovo, que unilateralmente se declarou um Estado separado da Sérvia (17 fev).

Lula viaja à Antártica, onde visita a Estação Comandante Ferraz, base científica brasileira (17 fev). Em passagem por Buenos Aires, Lula mantém reunião trilateral com seus colegas da Argentina, Cristina Kirchner, e da Bolívia, Evo Morales (23 fev).

Incursão militar da Colômbia em território equatoriano, que resulta na morte de um dos líderes das FARC, gera crise diplomática entre os dois países (1º mar). O Brasil condena a violação da integridade territorial do Equador.

O governo brasileiro protesta contra episódios de denegação de entrada de brasileiros em aeroportos da Espanha (6 mar).

Visita do presidente de Portugal, Antônio Cavaco Silva, para as comemorações dos 200 anos da chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro (7 mar).

Assinado, em Brasília, durante visita da secretária de Estado Condoleezza Rice, plano de ação conjunta Brasil-EUA contra a discriminação racial (13 mar).

No Recife, os presidentes Lula e Chávez visitam as obras da refinaria Abreu e Lima, a ser operada pela Petrobras e PDVSA (26 mar).

Visita ao Brasil do presidente da Eslovênia, Danilo Türk, que ocupa a presidência de turno da União Europeia (2 abr).

Realizada reunião do Conselho Executivo da Unitaid, em Brasília (2-3 abr).

Lula visita os Países Baixos e a República Tcheca (10-12 abr). Pouco depois, vai a Gana para participar da XII Unctad (20 abr). Cerca de 55% das exportações brasileiras são dirigidas a países em desenvolvimento.

Argentina, Brasil e Colômbia, do Grupo de Países Amigos da Bolívia, reiteram apoio ao diálogo democrático naquele país (5 maio).

Durante visita ao Brasil da chanceler federal da Alemanha, Angela Merkel, é firmado acordo bilateral sobre cooperação no setor energético (14 maio).

Realizada a V Cúpula América Latina e Caribe-União Europeia, em Lima (16 maio).

Tem lugar em Ecaterimburgo, Rússia, a primeira reunião de ministros das Relações Exteriores do **BRICS** (16 maio). O grupo, formado então por Brasil, Rússia, Índia e China, representa 20% da superfície terrestre e quase metade da população mundial. Suas economias somadas equivalem a cerca de 15% do PIB mundial.

Em reunião extraordinária da União de Nações Sul-Americanas, em Brasília, os presidentes assinam o **Tratado Constitutivo da Unasul**, que confere personalidade jurídica internacional à União, estabelece um Conselho de chefes de Estado e de governo, um Conselho de ministros das Relações Exteriores, um Conselho de delegados e uma secretaria permanente, a ser instalada em Quito (23 maio). Cochabamba, na Bolívia, foi designada a sede do Parlamento Sul-Americano. O Tratado entrou em vigor em 2011.

Lula visita o Haiti e El Salvador, onde se encontra com presidentes do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) (28-29 maio).

Em conferência internacional sobre segurança alimentar na FAO, em Roma, Lula afirma que "muitos dos dedos apontados contra a energia limpa dos biocombustíveis estão sujos de óleo e de carvão" (3 jun).

Celso Amorim participa em Liubliana, Eslovênia, de reunião do diálogo de alto nível Brasil-União Europeia (6 jun). Logo depois, Amorim visita a Argélia, Marrocos, Tunísia e Cabo Verde (22-27 jun).

O Parlamento Europeu aprova a Diretiva de Retorno sobre assuntos migratórios e deportação de imigrantes ilegais (18 jun).

Realizada Cúpula do Mercosul em San Miguel de Tucumán, Argentina (1º jul). Em visita a Buenos Aires, Lula será acompanhado por missão de 300 empresários brasileiros, a maior já realizada à Argentina (4 ago).

A senadora Ingrid Betancourt, sequestrada pelas FARC, é libertada juntamente com outros reféns na Colômbia (2 jul).

Por ocasião da Cúpula do G-8 em Toyako, no Japão, o presidente Lula mantém reunião com líderes das grandes economias sobre mudança do clima (9 jul). Em seguida, Lula visita o Vietnã, Timor Leste e Indonésia (10-12 jul).

O Itamaraty promove, no Rio de Janeiro, a I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior (18 jul).

Em Riberalta, Bolívia, Lula assina acordo de financiamento do Bndes para a construção da rodovia "Hacia el Norte" (18 jul). Em Letícia, Colômbia, Lula mantém encontro com os presidentes Álvaro Uribe e Alan García (20 jul).

Negociações em Genebra para tentar fechar a Rodada Doha fracassam em virtude de desentendimentos entre EUA e Índia (21-30 jul). Posteriormente, o governo brasileiro sofrerá críticas internas por haver apostado nas negociações multilaterais da OMC em detrimento da conclusão de acordos comerciais bilaterais com outros países.

Guerra entre a Geórgia e a Rússia, que apoia a independência dos territórios autônomos da Abcásia e Ossétia do Sul (7-12 ago). O Brasil não reconhece os dois enclaves como Estados independentes.

Em visita à China para a Olimpíada de Pequim, Lula promove a candidatura do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 (8 ago).

Em Assunção, Lula assiste à posse do presidente do Paraguai, Fernando Lugo (15 ago), que irá a Brasília conversar sobre o preço da energia de Itaipu (17 set).

Em viagem à Oceania, o chanceler Amorim visita a Austrália e Nova Zelândia (26-29 ago).

A presidente argentina, Cristina Kirchner, visita Brasília no dia da Independência (7 set). No mês seguinte, começará a funcionar o sistema de pagamentos em moeda local no comércio Brasil-Argentina, com o objetivo de reduzir e/ou eliminar a intermediação do dólar.

Reunião extraordinária da Unasul, em Santiago, discute a crise interna na Bolívia e cria grupo de trabalho para acompanhar o assunto (15 set).

O Brasil saúda acordo político entre o presidente Mugabe e a oposição no Zimbábue (15 set). Amorim visitará o país no mês seguinte.

Falência do banco norte-americano Lehman Brothers (15 set) provoca a maior queda na história da bolsa de Nova York e desencadeia **crise financeira mundial**. Em discurso na Assembleia Geral da ONU, Lula critica a especulação e afirma que "o ônus da cobiça desenfreada de alguns não pode recair impunemente sobre os ombros de todos" (23 set). O Congresso dos EUA aprova pacote de ajuda de US\$ 700 bilhões ao sistema financeiro (3 out). Reunião extraordinária do Mercosul, em Brasília, aborda a crise e discute ações para minimizar seus impactos negativos na região (27 out).

O governo equatoriano embarga bens da construtora Odebrecht (23 set), que será depois expulsa do Equador.

Criada Embaixada do Brasil em Baku, República do Azerbaijão (25 set).

Promulgado no Brasil o **Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**, que padroniza a escrita nos países lusófonos (29 set).

Instituído o Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo (6 out).

Encontro de chanceleres preparatório à Cúpula América Latina-Caribe e reunião do mecanismo de consulta Brasil-SICA, no Rio de Janeiro (6-7 out).

Após passagem pela Espanha, o presidente Lula viaja à Índia para a III Cúpula do IBAS, em Nova Delhi (15 out). Lula faz escala em Maputo e inaugura o primeiro escritório no exterior da Fundação Oswaldo Cruz (17 out).

Lula vai a El Salvador para a Cúpula Ibero-Americana e visita Cuba (29-31 out). No Irã, Amorim é recebido pelo presidente Mahmoud Ahmadinejad (2 nov).

O candidato democrata Barack Obama é eleito presidente nos EUA, primeiro negro a ocupar a Casa Branca (4 nov).

Com votação recorde, o professor Antônio Augusto Cançado Trindade é eleito juiz da Corte Internacional de Justiça (6 nov).

Como presidente do **G-20 financeiro** em 2008, o Brasil sedia reunião de ministros da Fazenda e presidentes de Bancos Centrais, em São Paulo (8-9 nov). Lula participa da **Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Global**, em Washington, que aprova princípios e medidas para uma nova arquitetura financeira internacional (15 nov). Discute-se a reforma das instituições de Bretton Woods, incluindo maior representação e poder de voto aos países emergentes no FMI e no Banco Mundial. A partir deste ano, o G-20 passa a se reunir em nível de chefes de Estado e de governo. Seus membros representam cerca de 85% do comércio mundial, 90% do PIB e 2/3 da população do planeta.

Lula visita a Itália (10-12 nov) e o Vaticano, onde assina acordo com a Santa Sé sobre o estatuto jurídico da Igreja Católica no Brasil (13 nov).

Organizada, em São Paulo, Conferência Internacional sobre Biocombustíveis para examinar o futuro das fontes de energia renovável (17-21 nov).

Parte a primeira expedição científica brasileira ao interior da Antártica (20 nov). Os cientistas chegarão até o Monte Johns, ponto extremo da expedição.

Em resposta a decisão do Equador de recorrer à arbitragem internacional para questionar empréstimo do Bndes, o Itamaraty convoca o embaixador do Brasil em Quito para consultas (21 nov).

Visitam o Brasil os presidentes da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono (18 nov), e Coreia do Sul, Lee Myung-bak (19 nov), bem como o primeiro-ministro de Singapura, Lee Hsien Loong (25 nov).

Realizada, em Brasília, a primeira Reunião Ministerial Mercosul-Asean (24 nov).

Durante visita ao Brasil do presidente da Rússia, Dmitri Medvedev, é assinado acordo bilateral de cooperação técnico-militar (26 nov). O Brasil irá adquirir 12 helicópteros de combate russos.

Atentados terroristas assolam a cidade de Mumbai, na Índia (26 nov).

Concluída, em Doha, a Conferência de seguimento do Consenso de Monterrey sobre financiamento do desenvolvimento (2 dez).

Além da Cúpula do Mercosul, o Brasil sedia na Costa do Sauípe, na Bahia, Cúpulas extraordinárias da Unasul e do Grupo do Rio, que passa a contar com a participação de Cuba. É criado o Conselho Sul-Americano de Defesa. Na sequência, realiza-se a **I Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento** (CALC), com o objetivo de discutir maior convergência entre os mecanismos regionais e sub-regionais de integração (15-17 dez). A CALC é a primeira cúpula de todos os 33 países latino-americanos e caribenhos, sem a presença dos EUA ou de potências europeias. Em visita de Raúl Castro a Brasília, Lula defende a volta de Cuba à OEA (18 dez).

Lançada a Estratégia Nacional de Defesa, que estabelece diretrizes e ações para reorganizar as Forças Armadas brasileiras (18 dez).

Realizada a II Cúpula Brasil-União Europeia, no Rio de Janeiro, com a presença do presidente da França, Nicolas Sarkozy, na qualidade de presidente do Conselho da UE, assim como do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso (22 dez). Sarkozy defende um assento permanente para o Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Israel lança **ofensiva militar na Faixa de Gaza** (27 dez). O governo brasileiro deplora a "reação desproporcional" israelense voltada contra o grupo palestino Hamas.

2009 Após incursão terrestre de Israel em Gaza, o Brasil pede o fim das hostilidades (3 jan). Uma aeronave da FAB é enviada à região com ajuda humanitária à população atingida. O chanceler Celso Amorim visita o Oriente Médio para tratar do conflito com lideranças árabes e israelenses (11-13 jan).

Na fronteira com a Bolívia, os presidentes Lula e Evo Morales inauguram trechos rodoviários do Corredor Interoceânico lançado em 2007 (15 jan).

Os presidentes Lula e Hugo Chávez se reúnem em Maracaibo no quadro do mecanismo, iniciado em 2007, de encontros presidenciais trimestrais (16 jan). O intercâmbio comercial Brasil-Venezuela totaliza US\$ 5,6 bilhões.

Caso Cesare Battisti: o ministro da Justiça, Tarso Genro, concede refúgio ao ex-ativista italiano e, em protesto, o governo italiano chama para consultas seu embaixador em Brasília (27 jan). O caso é levado ao Supremo Tribunal Federal, que votará a favor da extradição de Battisti à Itália, pendente de decisão final do presidente da República (18 nov).

O Brasil presta assistência na operação de libertação de seis reféns sequestrados pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) (5 fev). No mesmo mês, o presidente colombiano, Álvaro Uribe, realiza visita de Estado ao Brasil (16-17 fev).

Inaugurado armazém humanitário no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, para tornar mais eficiente a entrega de ajuda em casos de emergência (2 mar).

O presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Nino Vieira, é assassinado, vítima de atentado (2 mar).

O Tribunal Penal Internacional emite ordem de prisão contra o presidente do Sudão, Omar al Bashir, acusado de crimes de guerra em Darfur (4 mar).

Em visita de trabalho aos EUA, Lula se encontra pela primeira vez com o presidente Obama, em Washington (14-16 mar). Pouco depois, durante a Cúpula dos líderes do G-20 financeiro, em Londres, destinada a reforçar o papel do grupo como foro de coordenação para acompanhar a economia mundial, Obama chama Lula de "o cara" (2 abr).

A II Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), em Doha, trata da consolidação da estrutura do mecanismo e passa em revista ações de cooperação Sul-Sul (31 mar).

Conferência de Revisão de Durban sobre Discriminação Racial, em Genebra (20-24 abr).

O presidente do Paraguai, Fernando Lugo, visita Brasília para tratar das reivindicações paraguaias em relação à cessão de energia de Itaipu (7-8 maio).

A caminho da Ásia, Lula passa por Riade e se encontra com o rei Abdullah Bin Abdulaziz al Saud, na primeira visita de um chefe de Estado brasileiro à Arábia Saudita, maior sócio comercial do Brasil no Oriente Médio (16-17 maio). Em seguida, faz visita de Estado à China a convite do presidente Hu Jintao (18-20 maio). Em 2009, pela primeira vez, a **China supera os EUA como o maior parceiro comercial do Brasil**. Na volta, Lula visita a Turquia para encontros em Istambul e Ancara (21-22 maio).

O voo 447 da Air France cai no Atlântico após partir do Rio de Janeiro com destino a Paris (1º jun).

Em viagem à América Central, Lula visita El Salvador, Guatemala e Costa Rica (1º-3 jun).

Depois de 47 anos, durante Assembleia Geral em San Pedro Sula, Honduras, os estados-membros da organização decidem pela **revogação da resolução que excluiu Cuba da OEA** em 1962 (3 jun). O retorno cubano fica dependente, porém, de processo de diálogo a ser iniciado por Havana.

Tem lugar a **I Cúpula do BRICS** na cidade russa de Ecaterimburgo, reunindo Brasil, Rússia, Índia e China (16 jun). Os líderes dos quatro países enfatizam o papel central do G-20 para a solução da crise econômica global, afirmam seu compromisso com a reforma das instituições financeiras internacionais e decidem manter reuniões periódicas para discutir temas da conjuntura mundial. O acrônimo que designa o agrupamento havia sido originalmente formulado em 2001 por relatório da agência Goldman Sachs. Após a Cúpula, Lula visita o Cazaquistão (17 jun).

Em Honduras, o presidente José Manuel Zelaya é detido e obrigado a deixar o país (28 jun). O governo brasileiro condena "de forma veemente" o ocorrido. Zelaya virá a Brasília para encontro com o presidente Lula, que defende a recondução do mandatário hondurenho a suas funções, de modo incondicional (12 ago).

Lula visita a Líbia para participar, como convidado de honra, da Cúpula da União Africana em Sirte (1º jul). Criada em 2002, com sede em Adis Abeba, a UA substituiu a antiga Organização da Unidade Africana (OUA).

Aberta Embaixada brasileira em Pyongyang, na Coreia do Norte (6 jul). O Brasil passa a ser então o único país latino-americano com Embaixadas residentes nas duas Coreias.

Adotada pela CPLP, em Cabo Verde, a Declaração da Praia sobre a projeção da língua portuguesa no mundo (20 jul).

O ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Avigdor Lieberman, encontra-se com o chanceler Amorim em Brasília (22 jul). No mesmo ano, o presidente Shimon Peres fará visita oficial ao Brasil, a primeira de um chefe de Estado israelense desde 1966 (10-15 nov).

Em Assunção, os presidentes Lula e Fernando Lugo divulgam declaração conjunta prometendo construir "uma nova etapa na relação bilateral" (25 jul). Concluídas as **negociações sobre Itaipu**, os dois países trocam notas reversais que estabelecem novo valor a ser pago pelo Brasil para a compra de energia elétrica do Paraguai, que passa de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões anuais (1º set). Críticos no Brasil desaprovam o acordo e apontam "afinidades ideológicas" que justificariam a concessão ao país vizinho.

Criado o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), órgão da Unasul que assume a agenda da antiga Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) (10 ago).

O Brasil pede a abertura de painel na OMC sobre medidas antidumping norte-americanas contra o suco de laranja brasileiro (19 ago).

Cúpula extraordinária da Unasul, em Bariloche, discute a presença de militares estrangeiros em bases na Colômbia (28 ago).

Por ocasião da visita do presidente da França, Nicolas Sarkozy, convidado às comemorações da Independência, Lula anuncia a intenção do Brasil de adquirir 36 caças Rafale para a FAB (7 set). Prossegue, contudo, a disputa entre as empresas de aviação concorrentes.

Inaugurada ponte sobre o Rio Tacutu na fronteira entre o Brasil e a Guiana (14 set).

Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Butão (21 set).

Caso Zelaya: após voltar secretamente a Honduras, o presidente destituído José Manuel Zelaya se abriga na embaixada do Brasil em Tegucigalpa, gerando crise diplomática entre os dois países (21 set). Em seu discurso na Assembleia Geral da ONU, Lula pede a restituição imediata de Zelaya à presidência hondurenha (23 set). O chanceler Amorim, em sessão urgente do Conselho de Segurança, convocada a pedido do Brasil, alerta para ameaças à inviolabilidade da missão diplomática brasileira (25 set). Apesar da realização de eleições gerais em Honduras (29 nov), o impasse perdura e Zelaya permanecerá quatro meses na embaixada.

O Brasil deposita junto à ONU o instrumento de ratificação da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 1969, com reserva aos artigos 25 e 66 (25 set).

Realizada a II Cúpula América do Sul-África (ASA), na Ilha Margarita, Venezuela (26-27 set).

Em Copenhague, o Comitê Olímpico Internacional (COI) escolhe o Rio de Janeiro como cidade-sede das Olimpíadas de 2016 (2 out).

Em visita à Suécia, Lula participa da III Cúpula Brasil-União Europeia, em Estocolmo (6 out).

Os presidentes Lula e Cristina Kirchner criam Comissão Ministerial Brasil-Argentina para estabelecer canal de diálogo em temas econômicos, comerciais e financeiros (18 nov).

Na primeira visita de um presidente iraniano ao Brasil, Mahmoud **Ahmadinejad é recebido por Lula** em Brasília (23 nov). Ambos discutem as perspectivas das relações bilaterais e o andamento das negociações entre o Irã e o grupo P5+1 a respeito do programa nuclear iraniano.

Os líderes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) se reúnem em Manaus para concertar uma posição comum sobre mudança do clima (26 nov). Do mesmo modo, os ministros do Meio Ambiente de Brasil, África do Sul, Índia e China (BASIC) coordenam posições para a COP-15 e defendem mais recursos dos países desenvolvidos para financiar ações nos países em desenvolvimento (28 nov). Criado em 2007 como uma coalizão informal de diálogo, o grupo **BASIC** irá manter reuniões periódicas sobre as negociações no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Unfccc).

Conferência de Alto Nível da ONU sobre Cooperação Sul-Sul em Nairobi (1º-3 dez).

Visitas do presidente Lula à Ucrânia (2 dez) e Alemanha (3-4 dez).

Acordo entre países em desenvolvimento define modalidades de acesso a mercados, no contexto da Rodada São Paulo do Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC) (2 dez).

O Brasil se torna membro especial da Corporação Andina de Fomento (CAF) (8 dez).

A Conferência de Copenhague sobre mudança do clima (**COP-15**) não chega a um acordo com força legal para substituir o Protocolo de Quioto de 1997, reduzir as emissões de gases do efeito estufa e conter o aumento da temperatura do planeta (16-18 dez). Nas negociações, o Brasil adianta compromisso de redução voluntária de suas emissões de 36,1% a 38,9%, na projeção até 2020, além de diminuição do desmatamento da Amazônia em 80% até 2020.

Visitam o Brasil os presidentes da Namíbia, Hifikepunye Pohamba (9-12 fev), Uruguai, Tabaré Vázquez (10 mar), Senegal, Abdoulaye Wade (24-27 maio), Uzbequistão, Islam Karimov (27-29 maio), Filipinas, Gloria M. Arroyo (22-25 jun), Moçambique, Armando Guebuza (20-23 jul), Nigéria, Umaru Yar'Adua (29 jul), Chile, Michelle Bachelet (30 jul), México, Felipe Calderón (15-17 ago), Serra Leoa, Ernest Bai Koroma (18-22 ago), El Salvador, Mauricio Funes (9-10 set), Malawi, Bingu Wa Mutharika (16-17 set), África do Sul, Jacob Zuma (8-9 out), Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas (19 nov), e República Tcheca, Václav Klaus (22-26 nov), assim como os primeiros-ministros dos Países Baixos, Jan Peter Balkenende (2-4 mar), São Tomé e Príncipe, Rafael Branco (9-13 mar), e Reino Unido, Gordon Brown (26 mar).

2010 O Brasil inicia seu 10º mandato como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU para o biênio 2010-11 (1º jan). Os mandatos anteriores do Brasil haviam sido em 1946-47, 1951-52, 1954-55, 1963-64, 1967-68, 1988-89, 1993-94, 1998-99 e 2004-05.

Terremoto no Haiti de magnitude 7.3 resulta em milhares de mortos e danos generalizados no país (12 jan). Soldados brasileiros a serviço da Minustah prestam socorro de emergência à população. Entre as vítimas estão Zilda Arns, da Pastoral da Criança, e altos funcionários da ONU. O chanceler Amorim visita Porto Príncipe para acompanhar a entrega de assistência humanitária (23 jan).

O ex-presidente de Honduras, José Manuel Zelaya, recebe salvo-conduto e deixa a embaixada do Brasil em Tegucigalpa, viajando para a República Dominicana (27 jan).

Iniciada ofensiva militar das forças internacionais no Afeganistão contra o Talibã (12 fev).

Sediada em Cancún, México, a II Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), que decide criar a **Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos** (Celac), a partir da fusão da CALC e do Grupo do Rio (23 fev).

Após visita ao México, Lula viaja a Cuba, onde percorre as obras do Porto de Mariel, que contam com financiamento brasileiro do Bndes (24-25 fev). Em seguida, vai ao Haiti, sobrevoa áreas atingidas pelo terremoto e trata com o presidente René Préval da assistência internacional para a reconstrução do país (25 fev). Conclui seu périplo com passagem por El Salvador (26 fev).

A secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, reúne-se com Amorim, em Brasília, e os dois países instituem um Diálogo de Parceria Global em nível ministerial (3 mar). No dia seguinte, o Itamaraty divulga nota contestando as "avaliações unilaterais" de relatório do Departamento de Estado sobre tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e crimes financeiros.

Em reunião ministerial em Brasília, o Grupo dos Países Megadiversos Afins, formado por 17 países em desenvolvimento, coordena posições nas negociações no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (12 mar).

Durante **visita de Lula a Israel, Palestina e Jordânia**, além da agenda bilateral em cada um dos locais visitados, são discutidos os cenários políticos no Oriente Médio à luz de eventual contribuição do Brasil ao processo de paz (15-18 mar). Em Israel, onde fez a primeira visita de um mandatário brasileiro em caráter oficial, Lula se encontra com o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, e discursa no Parlamento (Knesset), em Jerusalém (15 mar).

Acordo entre os EUA e a Rússia, denominado Novo Start, para o controle de armamentos nucleares (8 abr).

Após período de expansão das representações diplomáticas desde 2003, segundo portaria do Itamaraty, o **Brasil soma 216 postos no exterior**, sendo destes 132 Embaixadas (9 abr). O governo será criticado por abrir muitas representações em países pequenos e de reduzida importância para o Brasil.

Convocada pelo presidente Obama, em Washington, a I Cúpula sobre Segurança Física Nuclear, cujo objetivo é tornar mais seguras as instalações nucleares e seus materiais (12-13 abr). À margem da Cúpula, Brasil e EUA celebram Acordo de Defesa para cooperação na área militar (12 abr). Ainda na capital norte-americana, Lula e o primeiro-ministro Silvio Berlusconi firmam ato estabelecendo

uma parceria estratégica Brasil-Itália (12 abr). Pouco depois, Berlusconi também visitará o Brasil (29 jun).

O Brasil sedia, em Brasília, a IV Cúpula do IBAS em Brasília (15 abr), seguida da II Cúpula do BRICS (16 abr). Paralelamente são realizados fóruns empresariais e encontros acadêmicos e setoriais. O primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, e o presidente da China, Hu Jintao, também fazem visitas bilaterais no mesmo período. O Brasil e a China adotam Plano de Ação Conjunta para orientar as relações até 2014 (16 abr).

Estabelecimento de relações diplomáticas do Brasil com o Principado de Mônaco (14 abr), a República Centro-Africana (27 abr), e as Ilhas Marshall (29 jul).

O Itamaraty organiza, em Brasília, seminário internacional sobre as novas estruturas de governança global (22 abr).

Celebrada, em Brasília, a **I Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe** (Caricom), durante a qual o Brasil assume o compromisso de aderir, como membro regional, ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (26 abr). São examinados projetos de cooperação nas áreas de saúde, agricultura, educação, formação profissional, turismo e meio ambiente.

Intensificam-se as conversações sobre a possibilidade de novas sanções do Conselho de Segurança contra o **programa nuclear do Irã**. O ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia, Ahmet Davutoglu, trata do tema em Brasília (16 abr), assim como Amorim em Istambul, Moscou e Teerã (24-27 abr). Em carta a Lula, o presidente Obama comenta os pontos que considera essenciais para um acordo com o Irã (20 abr). Em visita à Rússia, Lula calcula em 99% as chances de um acordo, ao passo que o Presidente Dmitri Medvedev avalia em 30% (14 maio). Depois de passar pelo Qatar, já no Irã, Lula, o primeiro-ministro da Turquia, Recep Erdogan, e o presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, fecham os termos da **Declaração de Teerã**, que propõe solução negociada para a questão nuclear (17 maio). O Irã aceita depositar 1.200 quilos de urânio levemente enriquecido (LEU) na Turquia, entre outras medidas de construção de confiança a serem detalhadas com a AIEA e o Grupo de Viena. Menos de 24 horas depois, os países do P5+1 apresentam, em Nova York, projeto de resolução do Conselho de Segurança para impor nova rodada de sanções ao Irã. A Resolução 1929 será aprovada por 12 votos a favor, dois contra (Brasil e Turquia) e uma abstenção (Líbano) (9 jun). Trata-se do primeiro voto negativo do Brasil a uma resolução aprovada pelo Conselho. Em sua explicação de voto, a representante permanente do Brasil na ONU, Maria Luiza Ribeiro Viotti, lamenta a oportunidade desperdiçada para um engajamento construtivo com o Irã.

Realizado, no Rio de Janeiro, o III Fórum Mundial da Aliança de Civilizações, iniciativa da ONU para aproximar as culturas e promover o conhecimento recíproco (27-29 maio).

Conferência de Revisão do Estatuto de Roma aprova, em Campala, Uganda, a tipificação do **crime de agressão**, a fim de torná-lo passível de condenação pelo Tribunal Penal Internacional (11 jun). A "proposta ABS", apresentada por Argentina, Brasil e Suíça, ajudou a construir o consenso.

Instituído o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior, órgão de interlocução com as comunidades brasileiras residentes em outros países (15 jun).

Promoção póstuma a embaixador do poeta e diplomata Vinicius de Moraes (21 jun).

Na Ilha do Sal, Cabo Verde, tem lugar a I Cúpula entre o Brasil e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Cedeao) (3 jul). Na sequência, Lula faz novo périplo africano, desta vez incluindo Guiné Equatorial, Quênia, Tanzânia, Zâmbia e África do Sul (4-9 jul).

IV Cúpula Brasil-União Europeia, em Brasília, a primeira após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa (14 jul).

Concluído, em San Juan, Argentina, Acordo de Livre Comércio Mercosul-Egito (2 ago).

Reunião extraordinária da Unasul condena tentativa de golpe de Estado no Equador (1º out).

Índia, Brasil e África do Sul saúdam o fato de que, em 2011, os três países do IBAS estarão representados no Conselho de Segurança como membros não permanentes (15 out).

Definida a composição do Parlamento do Mercosul segundo critérios de representação cidadã e "proporcionalidade atenuada" (18 out).

Dilma Rousseff, do PT, torna-se a primeira mulher eleita presidente da República no Brasil (31 out).

Em resposta a uma solicitação do presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, o **Brasil reconhece o Estado da Palestina** nas fronteiras existentes em 1967 (3 dez). Outros países sul-americanos farão o mesmo nos meses seguintes. O governo brasileiro já reconhecia, desde 1975, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) como legítima representante do povo palestino.

Durante Cúpula do Mercosul em Foz do Iguaçu, é aprovado plano de ação para um Estatuto da Cidadania do bloco e concluídas iniciativas de cooperação com Austrália, Emirados Árabes Unidos, Palestina, Síria e Turquia (16 dez).

A Lei de Introdução ao Código Civil (LICC), de 1942, passa a se denominar Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) (30 dez).

No último dia de seu governo, o presidente Lula nega a extradição do ex-ativista Cesare Battisti, sob a alegação de que seu retorno à Itália poderia ensejar perseguição política (31 dez). O governo italiano contesta a decisão.

Visitam o Brasil o emir do Qatar, xeque Hamad Bin Khalifa Al Thani (20 jan), os presidentes de Belarus, Alexander Lukashenko (22 mar), Libéria, Ellen Johnson-Sirleaf (7-10 abr), Mali, Amadou Toumani Touré (6-9 abr), Chile, Sebastián Piñera (8-9 abr), Líbano, Michel Sleiman (21-26 abr), Peru, Alan García (16 jun), Angola, José Eduardo dos Santos (23 jun), Síria, Bashar Al-Assad (30 jun-2 jul), Nicarágua, Daniel Ortega (27 jul), Cameroun, Paul Biya (4-5 ago), Guiné-Bissau, Malam Bacai Sanhá (25-26 ago), e Zâmbia, Rupiah Bwezani Banda (15-18 nov), bem como os primeiros-ministros da Jamaica, Bruce Golding (26 abr), Turquia, Recep Erdogan (26-29 maio), e Kuaite, xeque Nasser Al-Mohammed Al-Ahmed Al-Jaber Al-Sabah (20-25 jul).

2011 Governo Dilma Rousseff, tendo o embaixador Antonio de Aguiar Patriota como ministro das Relações Exteriores (1º jan).

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães é designado para exercer o cargo de alto representante-geral do Mercosul, que cumpre funções de articulação política e representação das posições comuns do bloco (19 jan).

Crises e revoltas na Tunísia, Egito e Iêmen deflagram a **Primavera Árabe**. O governo brasileiro expressa expectativa de que as reivindicações das populações árabes sejam encaminhadas "em ambiente pacífico e sem interferências externas" (28 jan). O presidente egípcio Hosni Mubarak renuncia após 30 anos no poder (11 fev).

Em sua primeira viagem ao exterior, a presidente Dilma Rousseff realiza visita de trabalho à Argentina (31 jan). É lançado Fórum de Empresários para aproximar as comunidades de negócio dos dois países. O Brasil é o principal destino das exportações argentinas e o principal fornecedor daquele país. Mais de 80% do intercâmbio comercial (cerca de US\$ 33 bilhões no total) é composto por bens industrializados.

Entra em vigor o novo Acordo Internacional do Café entre a maioria dos países exportadores e importadores do produto (2 fev).

Durante a presidência brasileira do Conselho de Segurança, é organizado debate temático sobre a **interdependência entre segurança e desenvolvimento** no tratamento das situações de conflito e pós-conflito (11 fev).

O Brasil assume o comando da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil), primeira vez em que tal comando é exercido por um país não membro da OTAN (15 fev). A Marinha brasileira enviará uma fragata para ser a nau-capitânia da frota.

Realizada a III Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), em Lima (16 fev).

Deteriora-se a situação na Líbia e brasileiros são evacuados do país. O Conselho de Segurança aprova por unanimidade a Resolução 1970, condenando a violenta repressão do governo de Muamar Kadhafi contra os revoltosos, concentrados em Bengazi (26 fev). Pouco depois, por 10 votos a favor e cinco abstenções (Alemanha, Brasil, China, Índia e Rússia), o Conselho adota a Resolução 1973, que estabelece uma zona de exclusão aérea e autoriza o emprego de "todos os meios necessários" para a proteção de civis (17 mar). A **intervenção internacional na Líbia**, liderada por uma coalizão militar da OTAN, resultará na derrubada do governo líbio por tropas rebeldes do Conselho Nacional de Transição (23 ago). Kadhafi será depois morto em Sirte (20 out).

Na Síria, após repressão do governo contra protestos populares, tem início rebelião armada para derrubar o presidente Bashar al-Assad (15 mar). O governo brasileiro manifesta preocupação com a escalada de violência e reitera seu repúdio ao uso da força contra manifestantes (25 abr). Uma missão diplomática do IBAS vai a Damasco para tentar abrir um processo de diálogo (10 ago.). A **Guerra Civil Síria** irá mesclar antigos conflitos sectários e religiosos e interesses geopolíticos internacionais.

Em périplo pela América do Sul, o presidente dos EUA, Barack Obama, realiza visita de Estado ao Brasil e manifesta seu "apreço" à aspiração brasileira de tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança (19 mar). Os EUA são o maior investidor estrangeiro no Brasil e o segundo maior importador de produtos brasileiros, atrás da China.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA solicita medidas para garantir os direitos dos povos indígenas e pede que seja suspensa a construção da **usina hidrelétrica de Belo Monte**, no Pará (5 abr). O governo brasileiro considera as solicitações da CIDH "precipitadas e injustificáveis" e retira seu representante junto à OEA em Washington.

Em visita bilateral à China, a presidente Rousseff se encontra com o presidente chinês, Hu Jintao, e são firmados diversos acordos de cooperação (12 abr). Em seguida, na cidade chinesa de Sanya, participa da III Cúpula do BRICS, que marcou o ingresso da África do Sul (14 abr). Os cinco países do BRICS representam 27% do PIB mundial em termos de paridade de poder de compra, 42% da população mundial e 26% da área terrestre do planeta.

Em operação conduzida sigilosamente pelos EUA, o líder da Al-Qaeda, Osama bin Laden, é morto em Abbottabad, no Paquistão (2 maio).

Acordo de reconciliação entre as facções palestinas do Fatah e do Hamas (4 maio).

Proposta da Comissão Europeia para modificar o Sistema Geral de Preferências europeu é vista com preocupação pelo Brasil em virtude da ameaça de ser excluído daquele regime (10 maio).

Os países do Mercosul saúdam a assinatura de acordo, em Cartagena, para o retorno do ex-presidente José Manuel Zelaya a Honduras (22 maio).

O Supremo Tribunal Federal volta a julgar o caso Cesare Battisti e rejeita em definitivo o pedido de extradição à Itália (8 jun).

Anunciada, em Londres, doação brasileira de US\$ 20 milhões para a Aliança Global para Vacinas e Imunização (13 jun).

O secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, realiza visita ao Brasil (16-17 jun). Na pauta, desenvolvimento sustentável, combate à fome e à pobreza, segurança e reforma da governança global.

O Brasil obtém decisão favorável do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC no contencioso contra os EUA acerca de medidas antidumping aplicadas sobre a importação de suco de laranja brasileiro (17 jun).

O Grupo de Supridores Nucleares passa a reconhecer o Acordo Quadripartite de 1991, assinado por Brasil, Argentina, Abacc e AIEA, como critério alternativo ao Protocolo Adicional aos acordos de salvaguardas da AIEA (24 jun).

O professor José Graziano da Silva é eleito, em Roma, diretor-geral da FAO para o período 2012-15 (26 jun). Graziano será reeleito ao cargo em 2015.

Adotado, em Assunção, o Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (29 jun).

Independência do Sudão do Sul (9 jul), que irá tornar-se o 193º estado-membro das Nações Unidas. O Brasil estabelece relações diplomáticas com o novo país no mesmo dia.

O Brasil integra a Parceria para um Governo Aberto, fórum de participação voluntária para fortalecer políticas nacionais de transparência e combate à corrupção (20 set).

Em Nova York, a presidente Dilma Rousseff é a primeira mulher, desde a fundação da ONU, a proferir o discurso de abertura da Assembleia Geral (21 set). Na ocasião, fazendo contraponto com a "responsabilidade de proteger", lança o **conceito de "responsabilidade ao proteger"**, segundo o qual a força só deve ser usada como último recurso, de forma responsável e proporcional, sempre autorizada pelo Conselho de Segurança, não devendo causar dano maior do que aquele que deseja evitar. Advoga, ainda, a necessidade de monitoramento da implementação das resoluções que autorizem intervenções militares.

Realizada a V Cúpula Brasil-União Europeia, em Bruxelas (3-4 out). Como bloco, a União Europeia é o principal parceiro comercial do Brasil, com mais de US\$ 82 bilhões de intercâmbio.

Filha de pai búlgaro, Rousseff faz a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro à Bulgária (5 out). Em seguida, visita a Turquia (7 out).

Patrono da diplomacia brasileira, José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco, é incluído no Livro dos Heróis da Pátria (11 out).

Após participar da V Cúpula do IBAS na África do Sul, Rousseff também visita Moçambique e Angola (18-20 out).

A Palestina é admitida como membro pleno da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em Paris (31 out).

Encontro ibero-americano, em Salvador, em comemoração ao Ano Internacional dos Afrodescendentes (19 nov). No Brasil, 97 milhões de pessoas (50,7% da população) declaram ter ascendência africana.

A III Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos, em Caracas, dá início ao funcionamento da Celac (2-3 dez).

Assinado o **Protocolo de Montevideu sobre Compromisso com a Democracia** (20 dez), que atualiza o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, de 1998. O novo Protocolo (**Ushuaia II**) contém mecanismos adicionais de intermediação e de sanção para os casos de ruptura ou de ameaça de ruptura da ordem democrática. É também concluído Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a Palestina.

Visitam o Brasil os primeiros-ministros de Timor-Leste, Xanana Gusmão (2-5 mar), Suécia, Fredrik Reinfeldt (16-18 maio), Canadá, Stephen Harper (7-9 ago), Fiji, Josaia V. Bainimarama (28-30 set), e Tanzânia, Mizengo Peter Pinda (4-10 out), assim como os presidentes da Argentina, Cristina Kirchner (29 jul), e Ucrânia, Viktor Yanukovich (23-25 out), entre outros.

2012 O brasileiro Bráulio Ferreira de Souza Dias é escolhido como secretário-executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica (20 jan).

Em Cuba, Rousseff confere apoio ao projeto de ampliação do Porto de Mariel, obra executada por empresa brasileira (30-31 jan). Em seguida, no Haiti, visita o batalhão brasileiro da Minustah (1º fev). O Brasil sustenta que eventual retirada da Missão da ONU seja gradual, a fim de preservar os ganhos conquistados na estabilização haitiana.

O chanceler Antonio Patriota participa na ONU de debate organizado pelo Brasil sobre a "responsabilidade ao proteger" (21 fev).

Incêndio destrói a Estação Comandante Ferraz, base científica brasileira na Antártica (25 fev).

Suspenso o processo licitatório de compra de aviões A-29 Super Tucano pela Força Aérea dos EUA (1º mar).

A presidente Rousseff participa de feira internacional de tecnologia em Hannover, onde se encontra com a chanceler federal da Alemanha, Angela Merkel (5 mar).

Após a IV Cúpula do BRICS, em Nova Delhi, Rousseff realiza visita bilateral à Índia (30-31 mar). O intercâmbio comercial Brasil-Índia subiu de US\$ 1 bilhão em 2003 para US\$ 9 bilhões em 2011.

Ao final de visita da mandatária brasileira, em Washington, os presidentes Obama e Rousseff divulgam comunicado conjunto manifestando satisfação com a "parceria construtiva e equilibrada, baseada nos valores comuns e confiança mútua que existem entre os dois países, as duas maiores democracias e economias das Américas" (9 abr). Pouco depois, o Brasil sedia, em Brasília, a I Conferência anual de alto nível da **Parceria para um Governo Aberto**, evento copresidido pelos governos do Brasil e dos EUA (17-18 abr).

O chanceler Patriota visita a Mauritânia, na primeira visita de um ministro das Relações Exteriores brasileiro ao país (25-26 abr).

Em comunicado emitido após reunião ministerial em Paramaribo, os 14 países da Comunidade do Caribe (Caricom) declaram seu apoio à candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (4 maio).

Criada a **Aliança do Pacífico**, bloco comercial formado por Chile, Colômbia, México e Peru, a fim de promover o livre comércio com "uma orientação clara em direção à Ásia" (6 jun). A Costa Rica se incorpora ao grupo em 2013. Em contraste, críticos do Mercosul no Brasil acusam o agrupamento mercosulino de haver perdido seu foco econômico original e estar acometido de "paralisia" em função de interesses mais políticos do que comerciais.

Caso Roger Pinto: opositor ao governo do presidente Evo Morales, o senador boliviano Roger Pinto Molina, alegando perseguição política, solicita asilo na embaixada do Brasil em La Paz (8 jun). O governo brasileiro concede o asilo, mas, por falta de salvo-conduto das autoridades locais, o senador permanece em quarto improvisado na embaixada à espera de solução para o caso.

Ameaçado de extradição para os EUA por vazamento de informações sigilosas, Julian Assange, fundador do Wikileaks, refugia-se na embaixada do Equador em Londres (19 jun).

Rio+20: tem lugar, no Rio de Janeiro, nova sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de avaliar o progresso e as lacunas na implementação das decisões ambientais adotadas desde a realização da Conferência Rio-1992 (20-22 jun). O Brasil defende o equilíbrio entre os pilares ambiental, econômico e social do desenvolvimento sustentável. É adotado o documento "O Futuro que Queremos", que reafirma princípios ambientais como o das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas".

À margem da Rio+20, por ocasião da vinda do primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, o Brasil e a China decidem elevar as relações bilaterais ao nível de "parceria estratégica global" (21 jun). Em 2012, a China se torna o principal fornecedor de produtos importados pelo Brasil.

É iniciado pelo Congresso paraguaio processo de impedimento do presidente Fernando Lugo (21 jun). Os chanceleres dos países da Unasul viajam ao Paraguai e, em comunicado, consideram que poderia haver uma ameaça de ruptura à ordem democrática, "ao não se respeitar o devido processo legal". Lugo é destituído em pouco mais de 24 horas e o vice-presidente Federico Franco assume o poder (22 jun). O governo brasileiro condena o "rito sumário" utilizado e retira seu embaixador de Assunção. Em reunião em Mendonza, os presidentes da Argentina, do Brasil e do Uruguai, aplicando o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático, decidem pela **suspensão do Paraguai do Mercosul** e, ato contínuo, ratificam o ingresso da Venezuela (29 jun). No mês seguinte, Cúpula extraordinária dos chefes de Estado do bloco, em Brasília, formaliza a **entrada da Venezuela como membro do Mercosul** (31 jul). A decisão, polêmica, será rejeitada pelo Paraguai.

Iniciado o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), que inclui projeto de construção do primeiro submarino brasileiro com propulsão nuclear (6 jul).

Guerra Civil Síria: grupo de ação de Genebra propõe as bases para um futuro acordo político na Síria (30 jun). Não obstante, Rússia e China vetam pela terceira vez projeto de resolução do Conselho de Segurança proposto por países ocidentais (19 jul). O governo brasileiro condena as violações de direitos humanos, pede o fim de violência e exorta as partes a uma solução pacífica, conduzida pelos próprios sírios. Funcionários da embaixada do Brasil em Damasco são transferidos para Beirute. Processo independente de investigação dos crimes ocorridos é conduzido pela Comissão Internacional de Inquérito para a Síria, coordenada pelo professor Paulo Sérgio Pinheiro.

A Rússia ingressa como membro da OMC após 19 anos de negociações (22 ago).

O governo brasileiro concede incentivos fiscais a diversos setores da indústria brasileira para aumentar sua competitividade, como o programa Inovar-Auto (17 set). A União Europeia e o Japão irão questionar as medidas na OMC.

Por ocasião de reunião ministerial em Nova York, os países do G-4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão) pedem um Conselho de Segurança reformado, "a fim de melhor refletir as realidades geopolíticas atuais" (25 set).

Após o encerramento dos Jogos Olímpicos de Londres de 2012, o primeiro-ministro do Reino Unido, David Cameron, visita o Brasil e discute formas de cooperação em matéria de megaeventos esportivos, tendo em vista os Jogos de 2016 no Rio de Janeiro (27 set).

Tendo como pano de fundo a Primavera Árabe, a III Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), em Lima, busca renovar a cooperação entre as duas regiões (2 out).

Em Phnom Penh, Camboja, o Brasil adere ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (17 nov).

Rousseff visita a Espanha, então o segundo maior investidor direto no Brasil (19 nov).

Os países do Mercosul (17 nov) e do IBAS (21 nov) condenam a violência entre Israel e a Palestina e expressam preocupação pelo uso desproporcional e excessivo da força em Gaza. No mesmo mês, com voto a favor do Brasil, a Assembleia Geral reconhece a Palestina como "Estado observador não membro" das Nações Unidas (29 nov).

Adotada, em Fortaleza, declaração de princípios do Mercosul sobre proteção internacional dos refugiados (23 nov).

O Brasil sedia Cúpula do Mercosul, em Brasília, e organiza em paralelo uma Cúpula Social e um Fórum Empresarial (7 dez). Na ocasião, sem participação paraguaia, é assinado **Protocolo de Adesão da Bolívia ao Mercosul**, pelo qual o governo boliviano se compromete a adotar gradualmente o acervo normativo do bloco, em até quatro anos a partir da entrada em vigor do Protocolo. O mesmo texto será firmado de novo em 2015 para obter o endosso paraguaio.

Visitas da presidente Rousseff à França (11-12 dez) e à Rússia (13-14 dez), onde mantém encontros com os presidentes François Hollande e Vladimir Putin respectivamente.

A Coreia do Norte lança um foguete de longo alcance e recebe críticas internacionais (12 dez).

Visitam o Brasil os primeiros-ministros da Finlândia, Jyrki Katainen (12-16 fev), e Geórgia, Nika Gilauri (13-19 abr), além dos presidentes do Benin, Boni Yayi (22-24 mar), e Irlanda, Michael D. Higgins (7-11 out), e do rei da Espanha, Juan Carlos I (4 jun), entre outros.

2013 Tropas francesas intervêm no Mali, a pedido do governo de Bamako, para combater grupos jihadistas no norte do país (11 jan).

VI Cúpula Brasil-União Europeia, em Brasília, com a participação dos presidentes do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso (24 jan). Em seguida, tem lugar, em Santiago, a **I Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos** (Celac), coincidindo com a realização da I Cúpula entre a Celac e a União Europeia, durante a qual é adotado plano de ação de diálogo e cooperação birregional (28 jan).

A III Cúpula América do Sul-África (ASA), realizada em Malabo, Guiné Equatorial, decide organizar foro conjunto para o desenvolvimento econômico e comercial (22 fev). No dia seguinte, Rousseff visita a Nigéria, país mais populoso da África e principal parceiro comercial do Brasil no continente, com US\$ 9 bilhões de intercâmbio (23 fev).

Falecimento, na Venezuela, do presidente Hugo Chávez, que será substituído pelo vice-presidente Nicolás Maduro (5 mar).

Os primeiros-ministros da Nova Zelândia, John Key (11 mar), e Macedônia, Nikola Gruevski (21-25 abr), visitam o Brasil.

Missa no Vaticano inaugura o pontificado do papa Francisco, de nacionalidade argentina (19 mar). O novo papa visitará o Rio de Janeiro para a Jornada Mundial da Juventude (23-28 jul).

Na V Cúpula do BRICS, em Durban, África do Sul, os cinco líderes do agrupamento decidem iniciar negociações para criar um novo banco de desenvolvimento (27 mar).

Adotado pela Assembleia Geral da ONU, com voto brasileiro a favor, o **Tratado sobre o Comércio de Armas** (ATT, da sigla em inglês), primeiro instrumento internacional a regular as transferências de armas convencionais (2 abr). O Brasil firma o Tratado no dia em que é aberto a assinaturas (3 jun).

Criada a Brigada de Intervenção da ONU na República Democrática do Congo, autorizada a realizar operações ofensivas no terreno (28 mar). O general brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz é escolhido comandante militar da Monusco, integrada por mais de 23 mil militares de 20 países.

O presidente do Egito, Mohamed Morsi, faz a primeira visita de um chefe de Estado egípcio ao Brasil (8-9 maio). Empresas brasileiras manifestam interesse em investimentos no Egito, maior mercado consumidor do mundo árabe.

O embaixador brasileiro **Roberto Azevêdo** é escolhido diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), após vencer disputa com o candidato mexicano (7 maio).

Comemorado, em Adis Abeba, o jubileu de ouro da União Africana, com a presença da presidente Rousseff (25 maio). O Brasil soma 37 embaixadas no continente africano. O intercâmbio comercial Brasil-África cresceu de US\$ 5 bilhões em 2002 para US\$ 26,5 bilhões em 2012.

O vice-presidente dos EUA, Joe Biden, visita Brasília para se encontrar com Rousseff (31 maio).

Após diversas gestões bilaterais, são libertados na Bolívia sete de doze brasileiros detidos em Oruro, acusados da morte de um torcedor durante partida de futebol (6 jun). Os demais serão soltos em agosto.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa elogia a formação de um governo inclusivo na Guiné-Bissau (7 jun).

Vazados pelo ex-analista Edward Snowden documentos secretos de inteligência da Agência de Segurança Nacional (NSA) dos EUA (6 jun). Procurado pelo governo norte-americano, Snowden foge de Hong Kong para Moscou, onde depois receberá asilo da Rússia.

O clérigo moderado Hassan Rohani vence as eleições presidenciais no Irã (15 jun).

De cunho apartidário, **manifestações populares de junho** ocorrem por todo o país, paralelamente à Copa das Confederações de futebol, com críticas à corrupção e à má qualidade dos serviços públicos. O Palácio Itamaraty, em Brasília, é depredado e ameaçado de invasão por manifestantes (20 jun).

Encerrada, na OMC, a sexta revisão da política comercial do Brasil, exercício periódico de avaliação das políticas executadas pelos membros da organização (26 jun).

O Brasil participa, como observador, de Cúpula africana em Iaundê para tratar de combate à pirataria e a ilícitos marítimos no Golfo da Guiné (26 jun).

O governo brasileiro reafirma convite permanente a todos os titulares de mandatos especiais do Conselho de Direitos Humanos da ONU para visitar o país (5 jul).

Com base nos documentos vazados da Agência de Segurança Nacional (NSA), é revelada **espionagem norte-americana de autoridades brasileiras**, incluindo a presidente Rousseff, que decide suspender visita de Estado marcada para outubro em Washington (7 jul). A Petrobras também havia sido alvo de monitoramento. O Brasil exige explicações para o incidente, que afeta a relação bilateral. O secretário de Estado, John Kerry, realizará visita a Brasília para tratar da questão (13 ago). O vice-presidente Joe Biden também mantém contatos com Rousseff para aliviar as tensões.

O Itamaraty divulga nota sobre o perdão da dívida de países africanos, salientando que a análise de cada caso é realizada pelo Comitê de Avaliação de Créditos no Exterior, no qual têm assento diversos ministérios e órgãos federais (6 ago).

Com a posse do novo presidente do Paraguai, Horacio Cartes, inicia-se processo de normalização das relações com o país vizinho, abaladas desde a queda de Lugo no ano anterior (15 ago). Novo embaixador brasileiro é designado para Assunção. No mês seguinte, Cartes faz visita de Estado ao Brasil (30 set). Será, ainda, inaugurada linha de transmissão elétrica de 500 kV entre Itaipu e Villa Hayes, obra financiada pelo Focem (29 out).

O Brasil qualifica de "ato hediondo" ataque com armas químicas em Ghouta, na Síria, que resultou na morte de centenas de civis (21 ago). Na iminência de uma intervenção internacional, após acordo entre os EUA e a Rússia, o governo da Síria aceita destruir seus estoques e aderir à Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas (14 set).

Desembarcam no Brasil os primeiros médicos cubanos que vão integrar o programa Mais Médicos (24 ago).

O senador boliviano Roger Pinto Molina, que se encontrava asilado há 452 dias na Embaixada brasileira em La Paz, é conduzido secretamente de carro até a fronteira pelo diplomata Eduardo Saboia e entra no Brasil por Corumbá, seguindo para Brasília de avião (24 ago). O episódio provoca **crise nas relações com a Bolívia**. O chanceler Antonio Patriota deixa o cargo e é substituído pelo embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado como novo ministro das Relações Exteriores (28 ago).

Na **Declaração de Paramaribo**, Cúpula da Unasul destaca que a unidade da América do Sul deve ser estabelecida "de forma gradual e flexível, dentro de uma estrutura de cooperação, solidariedade e respeito pelo pluralismo" (30 ago).

À margem da Cúpula do G-20 em São Petersburgo, os líderes do BRICS manifestam preocupação com a estagnação do processo de reforma das quotas e governança do FMI (5 set).

Sessão do Conselho Internacional do Café, em Belo Horizonte, celebra os 50 anos da Organização Internacional do Café (12 set).

O Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) aprova a Resolução Normativa n. 17, que facilita a emissão de vistos de caráter humanitário a pessoas afetadas pelo conflito armado na Síria (20 set).

Ataques terroristas em Nairóbi por militantes do grupo Al-Shabaab da Somália (21 set).

Em discurso na ONU, a presidente Rousseff condena as ações de espionagem dos EUA no Brasil, afirmando que "imiscuir-se dessa forma na vida de outros países fere o direito internacional e afronta os princípios que devem reger as relações entre eles" (24 set). O embaixador do Canadá em Brasília também será convocado ao Itamaraty para explicar denúncia envolvendo órgão de inteligência canadense (7 out). Ainda na ONU, o Brasil e a Alemanha apresentam projeto de resolução acerca do **direito à privacidade na era digital**, que será aprovado por consenso pela Assembleia Geral (18 dez). O texto afirma que os mesmos direitos que as pessoas possuem fora da rede (*offline*) devem ser protegidos em rede (*online*).

Aprovada a Declaração de Brasília sobre Trabalho Infantil para sua futura erradicação (10 out).

O embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares é eleito secretário-geral do Organismo para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e Caribe (Opanal) (7 nov).

Falecimento de Nelson Mandela (5 dez). Rousseff e outros ex-presidentes brasileiros participam, em Joanesburgo, das exéquias do líder sul-africano (10 dez).

A Conferência Ministerial da OMC, em Bali, tenta pôr fim à paralisa da Rodada Doha e encomenda programa de trabalho para a retomada das negociações (7 dez).

Após mais de doze anos de negociações, e a despeito da visita do presidente francês François Hollande (12-13 dez), o governo brasileiro anuncia a **compra de 36 caças Gripen NG da Suécia**, no valor de US\$ 5,4 bilhões, incluindo cooperação industrial e transferência de tecnologia (18 dez). O contrato será firmado no ano seguinte.

2014 Conferência internacional sobre a Síria, em Montreux, busca abrir canal de diálogo entre as partes envolvidas no conflito (22 jan).

A presidente Rousseff visita a sede da Federação Internacional de Futebol (FIFA), em Zurique (23 jan), e participa da reunião anual do Fórum Econômico Mundial de Davos (24 jan).

O Brasil é eleito presidente da Comissão de Consolidação da Paz da ONU (29 jan).

À margem da II Cúpula da Celac, em Havana, Brasil, Argentina e Uruguai assinam memorandos de entendimento bilaterais para o intercâmbio de documentação sobre graves violações aos direitos humanos, ocorridas durante as ditaduras nos três países (29 jan). Também será concluído

instrumento semelhante com o Chile, durante visita ao Brasil da presidente Michelle Bachelet (12 jun).

Crise na Ucrânia: cai o governo do presidente Viktor Yanukovich, após meses de protestos de rua pró-Occidente em Kiev (22 fev). Referendo na Crimeia aprova a anexação do território pela Rússia (16 mar). Em retaliação, EUA e União Europeia aplicam sanções contra Moscou. O Brasil se abstém em resolução da Assembleia Geral da ONU sobre a integridade territorial da Ucrânia (27 mar). Em meio a conflitos separatistas no leste ucraniano, majoritariamente pró-Rússia, o voo MH 17 da Malaysia Airlines é derrubado ao sobrevoar a região (17 jul). Acirrando o clima de "nova Guerra Fria", a Rússia é excluída do G-8, que volta a funcionar apenas como G-7.

Preocupados com as **tensões políticas na Venezuela**, os chanceleres da Unasul resolvem designar comissão para acompanhar a situação naquele país (12 mar). A comissão visita Caracas e condena "qualquer tentativa de ruptura da ordem democrática" (26 mar). Brasil, Colômbia e Equador participarão como garantes da mesa de diálogo entre o governo e a oposição venezuelana (15 e 24 abr e 19 maio).

Deflagrada pela Polícia Federal a primeira fase da operação Lava Jato, destinada a apurar casos de corrupção (17 mar).

Estudantes nigerianas são sequestradas pelo grupo terrorista Boko Haram, em Chibok (14 abr).

Quarto veto da Rússia e da China a projeto de resolução do Conselho de Segurança sobre a Síria (22 maio). Depois de dominar diversas áreas no interior da Síria, forças do "Estado Islâmico do Iraque e Levante" (também conhecido por Daesh) tomam Mosul, no Iraque (10 jun). Usando táticas de violência, terrorismo e propaganda, o território sob controle do autointitulado "**Estado Islâmico**" se estende a áreas da Síria e do Iraque, reforçando a percepção de que estaria superada a lógica do Acordo Sykes-Picot de 1916 sobre as fronteiras na região.

Abertura da **Copa do Mundo de futebol**, evento da FIFA sediado no Brasil pela segunda vez (12 jun). Durante a competição, a seleção brasileira sofre derrota de 7x1 para a Alemanha na semifinal (8 jul). A chanceler federal alemã, Angela Merkel, visita o Brasil (15 jun). A Alemanha é o principal parceiro comercial do Brasil na Europa, com intercâmbio bilateral de US\$ 21,7 bilhões. Também vêm ao Brasil durante a Copa do Mundo os presidentes de Angola, José Eduardo dos Santos (16 jun), e Colômbia, Juan Manuel Santos (19 jun), entre outros.

O Brasil sedia a **VI Cúpula do BRICS, em Fortaleza** (15 jul). É assinado acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento, a fim de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. O Banco, cuja sede será em Xangai, terá capital inicial autorizado de US\$ 100 bilhões. É também criado Arranjo Contingente de Reservas do BRICS para ajudar os países a se contraporem a pressões por liquidez de curto prazo. Durante suas estadas no Brasil, o presidente da Rússia, Vladimir Putin (14 jul), o primeiro-ministro da Índia, Shri Narendra Modi (16 jul), e o presidente da China, Xi Jinping (17 jul), realizam visitas bilaterais. Em Brasília, realiza-se reunião BRICS-América do Sul (16 jul) e o mandatário chinês se reúne com líderes latino-americanos e caribenhos para inaugurar o Foro Celac-China (17 jul).

Nova escalada da violência entre Israel e Palestina na Faixa de Gaza. O governo brasileiro faz chamado a um cessar-fogo imediato, condena o uso desproporcional da força por Israel e convoca seu

embaixador em Tel Aviv para consultas em Brasília (23 jul). Ao lamentar a decisão, porta-voz da chancelaria israelense chama o Brasil de "anão diplomático".

Brasil e França instauram um regime especial transfronteiriço entre Oiapoque e St. Georges de l'Oyapock, na Guiana Francesa, para o intercâmbio de bens de subsistência (30 jul).

Diante da deterioração das condições de segurança na Líbia, a embaixada do Brasil em Trípoli é transferida temporariamente para Túnis (30 jul). Desde a queda de Kadhafi em 2011, o poder é disputado por diferentes facções na Líbia, que permanece sem um governo funcional.

Visita a Brasília do primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, acompanhado de delegação empresarial (1º ago). O Japão é o sexto parceiro comercial do Brasil no mundo, com intercâmbio de US\$ 15 bilhões.

Por ocasião da **Cúpula do Clima**, organizada pela ONU em Nova York, grupo de países firma declaração propondo metas voluntárias para reduzir o desmatamento (23 set). O Brasil vê dificuldades no texto e não adere à declaração. Em seu discurso, Rousseff defende que os países desenvolvidos devem ter maiores responsabilidades no combate ao aquecimento global. EUA e China, os dois maiores poluentes, chegarão a acordo comum para controlar emissões (11 nov).

Encerrado o **contencioso do algodão com os EUA**, disputa iniciada pelo Brasil em 2002 na OMC contra os subsídios domésticos concedidos aos produtores norte-americanos (1º out). Os EUA se comprometem a efetuar ajustes no programa de crédito e garantia à exportação, além de pagamento adicional de US\$ 300 milhões, entre outras medidas.

A presidente Dilma Rousseff é reeleita para um segundo mandato (26 out).

O chanceler Luiz Alberto Figueiredo participa, em Cartagena das Índias, de reunião entre o Mercosul e os países da Aliança do Pacífico para troca de informações sobre os respectivos processos de integração (1º nov).

O governo brasileiro realiza doação de R\$ 25 milhões a agências da ONU para combate ao vírus do Ebola e apoio aos países da África Ocidental mais afetados pela doença (3 dez).

A Conferência regional **Cartagena+30**, em Brasília, por ocasião do aniversário da Declaração de Cartagena para Refugiados, aprova o Plano de Ação do Brasil com estratégias de integração local, reassentamento e assistência a refugiados na região (3 dez). O Brasil será admitido no Comitê Consultivo da Agência da ONU para Assistência aos Refugiados da Palestina (Unrwa) (12 dez).

Os governos de Cuba e dos EUA anunciam tratativas para a normalização das relações bilaterais, com vistas a eliminar um resquício da Guerra Fria na região (17 dez).

2015 Posse presidencial de Dilma Rousseff, tendo como ministro das Relações Exteriores o embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira (1º jan). Seu primeiro encontro multilateral como chanceler será a I Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Foro Celac-China, em Pequim (8-9 jan).

Atentado terrorista contra a sede da revista "Charlie Hebdo", em Paris (7 jan).

Apesar dos pedidos de clemência da presidente Rousseff, o brasileiro Marco Archer, condenado à morte por tráfico de drogas, é executado na Indonésia (17 jan). Um segundo brasileiro, Rodrigo Gularte, também sofrerá a pena capital (29 abr), provocando atrito nas relações Brasil-Indonésia.

Rousseff participa da III Cúpula da Celac, em São José, Costa Rica (28-29 jan). A Celac estabelece mecanismos de diálogo com a Rússia e a Índia. O comércio do Brasil com os países da Celac corresponde a 18,5% das trocas brasileiras com o mundo.

Reunião da **Comissão de Chanceleres da Unasul**, em Montevideu, discute a situação na Venezuela (9 fev). Composta pelos chanceleres do Brasil, Colômbia (María Ángela Holguín), e Equador (Ricardo Patiño), a Comissão visita Caracas no mês seguinte para reuniões com o presidente Nicolás Maduro e os partidos de oposição que integram a Mesa de Unidade Democrática (6 mar). A opção eleitoral é apontada como o caminho para equacionar as diferenças políticas naquele país.

Denúncias de corrupção na Petrobras, investigadas pela operação Lava Jato, provocam a saída de diretores da empresa (2 fev).

Primeiro voo teste do KC-390, o maior avião de transporte militar fabricado pela Embraer (3 fev).

O Brasil copatrocina, em Genebra, declaração inter-regional do CDH sobre os direitos humanos de cristãos e outras minorias no Oriente Médio (13 mar).

Ao entrar a guerra da Síria em seu quinto ano, o governo brasileiro deplora as perdas humanas e a destruição naquele país, reiterando não haver solução militar para o conflito (18 mar).

Diante do avanço dos rebeldes xiitas houthis, forças lideradas pela Arábia Saudita intervêm no Iêmen, agravando a crise no país (25 mar).

O chanceler Mauro Vieira realiza giro pela África e visita Gana, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola (28 mar-2 abr). No mesmo ano, visitará também a República Democrática do Congo, Cameroun, Cabo Verde e Senegal (29 ago-2 set).

A Palestina adere ao Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (2 abr).

A presidente da Coreia do Sul, Park Geun-hye (24-25 abr), e o presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez (21 maio), visitam o Brasil, além de outras autoridades.

Firmado, em Bamako, acordo de paz e reconciliação entre as forças políticas do Mali (15 maio).

O primeiro-ministro da China, Li Keqiang, visita o Brasil e discute projetos de cooperação bilateral nas áreas de comércio, investimentos, finanças, agricultura, energia e transportes (18-21 maio). O Plano de Ação Conjunta é atualizado até 2021. Desde 2009, a China é o principal parceiro comercial do Brasil, totalizando um intercâmbio de quase US\$ 78 bilhões em 2014. Atendendo a convite chinês, o Brasil se torna membro fundador do **Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura** (AIIB, na sigla em inglês), com sede em Pequim (29 jun).

Em visita de Estado ao México, Rousseff mantém encontro com o presidente Enrique Peña Nieto e faz pronunciamento no Congresso mexicano (26-27 maio). Os dois países assinam Acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI) e decidem aprofundar o Acordo de Complementação Econômica (ACE-53) para ampliar o universo tarifário beneficiado com preferências. Acordam também o **reconhecimento mútuo da cachaça e da tequila** como designações próprias e produtos típicos originários do Brasil e do México.

Concluído, em Paris, **Acordo de Cooperação entre o Brasil e a OCDE** (3 jun). Desde 2007, o Brasil desenvolvia uma parceria de "engajamento ampliado" com a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico. O novo Acordo institucionaliza a participação brasileira nos foros da OCDE e estabelece mecanismos para definir linhas de trabalho futuras.

A Turquia chama para consultas seu embaixador em Brasília, após a adoção no Senado de moção de solidariedade ao povo armênio pelo "centenário da campanha de extermínio de sua população" (9 jun).

A presidente Rousseff viaja a Bruxelas para a II Cúpula Celac-UE (10-11 jun). Pouco depois, a **visita de Rousseff aos EUA**, passando por Nova York, Washington e São Francisco, marca a superação do mal-estar causado pelo escândalo de espionagem revelado em 2013 (28 jun-1º jul). Rousseff declara estar satisfeita com o compromisso do presidente Obama de que "os países amigos não serão espionados". Os dois presidentes lançam iniciativa conjunta sobre mudança do clima para ampliar a cooperação bilateral sobre uso da terra e energia limpa (30 jun).

O Brasil adere à Convenção Interamericana sobre os Direitos das Pessoas Idosas (15 jun).

Restabelecimento de relações diplomáticas entre Cuba e EUA, rompidas desde 1961 (20 jul).

Adotada pelo Conselho de Direitos Humanos resolução de iniciativa do Brasil sobre a incompatibilidade entre democracia e racismo (2 jul).

A VII Cúpula do BRICS em Ufá, Rússia, adota estratégia para uma parceria econômica em áreas prioritárias (8-9 jul). Em seu retorno, Rousseff visita a Itália (10-11 jul).

Alcançado, em Viena, **acordo sobre o programa nuclear iraniano** entre o Irã e o grupo P5+1 (Alemanha, China, EUA, França, Reino Unido e Rússia), com a facilitação da União Europeia (14 jul). Em troca do levantamento das sanções, o Irã concorda em eliminar estoques de urânio enriquecido e reduzir o número de centrífugas que possui, entre outros compromissos. O Brasil saúda o acordo e recorda os esforços diplomáticos para normalizar as relações com o Irã por meio da Declaração de Teerã de 2010.

Subscrita a Agenda de Ação de Adis Abeba sobre financiamento ao desenvolvimento (15 jul).

Por exigência do Paraguai, que não havia participado do ato firmado em 2012, é concluído, em Brasília, novo Protocolo de Adesão da Bolívia ao Mercosul (17 jul). São também assinados acordos de associação do bloco com a Guiana e o Suriname.

Intensifica-se a **crise global dos refugiados**, com o afluxo em massa de pessoas à Europa, em travessias pelo Mediterrâneo e pelos Bálcãs, fugindo das zonas de conflito no Oriente Médio e

África do Norte (ago). Países europeus adotam medidas de controle de imigrantes. O Acnur estima em 60 milhões o número de deslocados no mundo, a maioria em países em desenvolvimento.

A chanceler federal da Alemanha, Angela Merkel, acompanhada de sete ministros e cinco vice-ministros, visita o Brasil para a primeira edição do mecanismo de consultas de alto nível entre os dois países (20 ago).

Estabelecidas relações diplomáticas entre o Brasil e as Ilhas Cook (21 ago).

Os chanceleres do Brasil e da Argentina são enviados a Caracas para tratar das tensões na fronteira entre Colômbia e Venezuela (5 set).

À margem da Assembleia Geral da ONU, Rousseff participa de Cúpula do G-4, que assinala preocupação com a falta de progresso substantivo nas negociações intergovernamentais sobre a reforma do Conselho de Segurança (26 set). Ainda em Nova York, por ocasião da Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável, a ONU adota a **Agenda 2030**, definindo 17 **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS) e 169 metas em seu plano de ação global para superar a pobreza e promover o desenvolvimento econômico com proteção ambiental, ampliando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) adotados no ano 2000 (27 set).

Após sete anos de negociações, é estabelecida a **Parceria Transpacífico** (TPP, na sigla em inglês), acordo de livre-comércio entre doze países da Ásia-Pacífico e das Américas (5 out). Paralelamente, prosseguem negociações entre os EUA e a União Europeia para concluir uma Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP).

Visita de Estado da presidente Rousseff à Colômbia (9 out), seguida no mesmo mês por viagens à Suécia e Finlândia (18-20 out).

O príncipe e a princesa Akishino visitam o Brasil para os 120 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países (28 out-8 nov). Após passagem pelo Vietnã, Rousseff também visitará o Japão (3-4 dez). O Brasil abriga a maior comunidade japonesa no exterior e é o principal sócio comercial do Japão na América Latina.

Primeiro encontro desde 1949 entre os líderes da China e de Taiwan, em Singapura (4 nov).

Rompimento de barragem em Mariana, Minas Gerais, provoca vazamento de rejeitos que atingem o Rio Doce, um dos maiores desastres ambientais do país (5 nov).

A IV Cúpula América do Sul-Países Árabes, em Riade, marca os dez anos da ASPA (9-11 nov).

Atentados terroristas em Paris causam dezenas de vítimas (13 nov). Em retaliação, a França lança ataques aéreos contra Raqqa, cidade controlada pelo "Estado Islâmico" na Síria.

A Cúpula do G-20 financeiro em Antália, Turquia, discute estratégias abrangentes de crescimento para elevar o PIB coletivo do grupo (15-16 nov).

Após doze anos de governos kirchneristas, toma posse o novo presidente da Argentina, Mauricio Macri (10 dez).

Ao final da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas (COP-21), é concluído o **Acordo de Paris sobre Mudança do Clima**, com o objetivo de limitar o aquecimento global a até 2 graus centígrados em relação aos níveis pré-industriais (12 dez). O governo brasileiro considera o acordo "um marco global justo, ambicioso, equilibrado e duradouro" para apoiar os esforços contra a mudança do clima. Em sua pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (**iNDC**, na sigla em inglês), o Brasil se compromete a reduzir em 37% as emissões de gases de efeito estufa até 2025, tendo como base o ano de 2005, e em 43% até 2030.

Acordo político para a formação de um governo de unidade nacional na Líbia (17 dez).

O Conselho de Segurança adota a Resolução 2254, a favor de uma solução política para o conflito na Síria, por meio de negociações entre governo e oposição, com a exclusão de grupos considerados terroristas (18 dez).

Constituição da Comunidade da Asean entre os países do Sudeste asiático (31 dez).

2016 O novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa passa a ser obrigatório no Brasil (1º jan).

Tem lugar a IV Cúpula da Celac, em Quito, com a participação dos 33 países da região (27 jan).

A OMS reconhece o surto de Zika como emergência pública de interesse internacional (1º fev).

Visitam o Brasil os presidentes da Bulgária, Rosen Plevneliev (1º-3 fev), Bolívia, Evo Morales (2 fev), Confederação Suíça, Johann Schneider-Ammann (4-7 ago), e Armênia, Serzh Sargsyan (11-15 ago), entre outras autoridades.

Em Londres, o chanceler Mauro Vieira participa da Conferência Internacional de Apoio à Síria e Região e anuncia contribuição financeira ao Acnur para assistência a refugiados (4 fev). Pouco depois, a União Europeia e a Turquia chegam a acordo para controle dos fluxos migratórios e devolução de refugiados (18 mar).

O patriarca Cirilo I visita o Brasil, na primeira visita de um líder da Igreja Ortodoxa Russa à América Latina (19-21 fev).

O ex-presidente Lula é conduzido pela Polícia Federal para prestar depoimento, em São Paulo, sobre suspeitas de envolvimento em esquema de desvios da Petrobras (4 mar).

Criado grupo de amigos no Brasil em apoio ao processo de paz na Colômbia (15 mar).

Publicada a Lei n. 13.260, que tipifica o crime de terrorismo no Brasil (16 mar).

O presidente dos EUA, Barack Obama, visita Cuba e se encontra com Raúl Castro para selar a reaproximação bilateral (21 mar). Fidel Castro morre no mesmo ano (25 nov).

Ratificado pelo Brasil o Acordo sobre Facilitação de Comércio, o primeiro acordo multilateral adotado pela OMC desde sua criação em 1995 (29 mar).

Entra em vigor o Acordo de Preferências Comerciais entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (SACU) (1º abr).

Anunciado, em Bruxelas, novo cronograma para o processo negociador do Acordo de Associação Birregional Mercosul-União Europeia, prevendo troca de ofertas de acesso a mercados entre os dois blocos (8 abr).

Assinado pelo Brasil e mais 174 países o Acordo de Paris sobre Mudança do Clima (22 abr), durante cerimônia na sede da ONU, em Nova York.

Aberto **processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff**, que é afastada do cargo pela Câmara dos Deputados (12 maio). O vice-presidente Michel Temer assume o governo interinamente e aponta o senador José Serra como ministro das Relações Exteriores. Por nota, o Itamaraty repudia declarações do secretário-geral da Unasul e de governos da região que se opõem à saída de Rousseff (13 maio). Em seu discurso de posse, **José Serra** anuncia novas diretrizes para a política externa e declara que a diplomacia voltará a estar "a serviço do Brasil como um todo e não mais das conveniências e preferências ideológicas de um partido político e de seus aliados no exterior". Promete, ainda, retirar o Itamaraty de sua "penúria de recursos" (18 maio).

Realizada, em Istambul, a Cúpula Humanitária Mundial, com base na "Agenda para a Humanidade" do secretário-geral da ONU (23-24 maio).

Em sua primeira viagem ao exterior, Serra visita Cabo Verde (28 maio). Pouco depois, participa de reunião ministerial da OCDE, em Paris, onde também se reúne com ministros responsáveis por comércio internacional de membros da OMC (1º-2 jun).

O governo brasileiro afirma ter sido "um erro" falta de referência aos vínculos históricos do povo judeu com Jerusalém, em decisão da Unesco sobre o patrimônio cultural nos territórios palestinos ocupados (9 jun).

Os chanceleres de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai lamentam atos de violência ocorridos em Caracas e fazem um chamado ao diálogo na Venezuela (12 jun). Dois dias depois, o opositor venezuelano Henrique Capriles é recebido no Itamaraty, em Brasília.

Concluído, em Havana, **acordo de paz na Colômbia** entre o governo Juan Manuel Santos e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), com o objetivo de encerrar meio século de hostilidades (24 ago). A cerimônia de assinatura se dá em Cartagena (26 set), mas referendo rejeita o acordo por estreita margem (2 out), cujos termos têm de ser renegociados.

Em referendo chamado **Brexit**, o Reino Unido decide que irá deixar a União Europeia (23 jun).

A Unesco inscreve a Pampulha, em Belo Horizonte, na lista do patrimônio mundial, 20º sítio brasileiro a alcançar tal reconhecimento (17 jul).

Anunciada a abertura do mercado norte-americano à carne bovina "in natura" brasileira (28 jul).

O Uruguai declara encerrada sua presidência pro-tempore do Mercosul (29 jul), mas a Venezuela é impedida de assumir a direção rotativa do bloco devido à oposição de Argentina, Brasil e Paraguai.

Para contornar a **crise institucional no Mercosul**, os sócios fundadores decidem criar uma presidência colegiada do bloco até 1º dez (13 set). A Venezuela será depois suspensa do Mercosul por não haver cumprido a normativa estabelecida em seu Protocolo de Adesão, de 2006 (2 dez).

A secretaria-executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex) é transferida ao Itamaraty (5 ago), que também incorpora em sua estrutura a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX). Apesar de ser a sétima economia mundial em tamanho do PIB, o Brasil é apenas o 25º maior exportador no mundo.

Abertura dos **Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro**, primeira vez em que o evento é sediado por um país da América do Sul (5 ago).

Quinze países da OEA, incluindo o Brasil, instam progressos na realização de referendo revogatório na Venezuela sobre a permanência ou não do presidente Maduro no cargo (11 ago). Os chanceleres da Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai e Peru depois lamentam por nota o adiamento do referendo para 2017 (29 set).

Entra em vigor a Convenção sobre a eliminação da exigência de legalização de documentos públicos estrangeiros, conhecida como Convenção da Apostila, que simplifica a tramitação de documentos entre o Brasil e os demais signatários (14 ago).

O Brasil aceita convite para aderir como membro permanente do Clube de Paris, que reúne países credores interessados em coordenar ações para reestruturar dívidas e obter pagamentos atrasados de países devedores (25 ago).

Concluindo o processo de impeachment, por 61 votos a 20, o Senado destitui a presidente Rousseff, que, todavia, mantém seus direitos políticos (31 ago). Início do **Governo Michel Temer**. José Serra segue como chanceler. Venezuela, Bolívia e Equador retiram seus representantes diplomáticos em Brasília. Em resposta, o governo brasileiro chama para consultas seus embaixadores em Caracas, La Paz e Quito.

Em sua primeira viagem internacional, Temer vai à China para participar de seminário empresarial em Xangai (2 set) e comparecer à Cúpula do G-20 em Hangzhou (4-5 set). A agenda do G-20, inicialmente concentrada no gerenciamento de crises financeiras, expandiu-se para incluir temas de concertação macroeconômica entre seus membros, que representam cerca de 72% do comércio mundial, 85% do PIB e 2/3 da população do planeta.

O governo brasileiro repudia teste nuclear da Coreia do Norte e declara "inaceitável" que arsenais atômicos continuem a desempenhar papel importante em doutrinas militares (9 set).

Reunião de alto nível da ONU sobre grandes movimentos de refugiados e migrantes, em Nova York (19 set). Ao discursar na Assembleia Geral, Temer afirma que existe um "retorno da xenofobia" e dos "nacionalismos exacerbados" (20 set). No mesmo dia, o Brasil anuncia novos compromissos de acolhimento de refugiados no país.

Temer visita a Argentina e o Paraguai para encontros com os presidentes Mauricio Macri e Horacio Cartes respectivamente (3 out).

O português António Guterres é escolhido como secretário-geral das Nações Unidas (10 out). Guterres será o convidado de honra da Cúpula da CPLP, realizada em Brasília (31 out-1º nov).

Temer participa da VIII Cúpula do BRICS em Goa, Índia, seguida de visita ao Japão (17 out).

O Brasil é eleito para o Conselho de Direitos Humanos da ONU, mandato 2017-2019 (28 out).

Por iniciativa do Brasil e outros cinco países, a Assembleia Geral da ONU adota resolução que convoca uma conferência internacional em 2017 para negociar um tratado de proibição das armas nucleares (28 out).

Iniciado processo de diálogo, mediado pelo Vaticano, entre governo e oposição na Venezuela. O Brasil cobra a "liberação imediata" de presos políticos naquele país (1º nov).

O republicano Donald Trump é eleito presidente dos EUA, derrotando a candidata democrata Hillary Clinton (8 nov).

Relatório da OMC condena programas brasileiros de política industrial, incluindo o Inovar-Auto, e solicita a revisão de incentivos fiscais questionados por União Europeia e Japão (11 nov).

Em reunião do Cone Sul sobre segurança nas fronteiras, em Brasília, Temer propõe uma "transnacionalidade operativa", a fim de que os países vizinhos atuem de forma integrada no combate aos crimes fronteiriços (16 nov).

Cai na Colômbia avião boliviano que transportava a equipe de futebol da Chapecoense (29 nov).

Promulgada emenda constitucional que limita os gastos do governo por 20 anos (15 dez).

Resolução do Conselho de Segurança da ONU condena os assentamentos israelenses em territórios palestinos (23 dez). Os EUA optam pela abstenção.

Após a retomada de Alepo pelas forças de Bashar al-Assad, com apoio russo, é iniciada uma trégua nacional na Síria (30 dez).

* * *

ÍNDICE REMISSIVO

- 11 de setembro (2001), atentados terroristas nos
EUA, 203
- Abacc (Agência Brasileiro-Argentina de
Contabilidade e Controle de Materiais
Nucleares), 183, 237
- Abaeté, visconde de (Antônio Paulino Limpo de
Abreu), 48, 53, 58
- Abbas, Mahmoud, 232, 235
- Abbink, John, 126
- ABC, Pacto do, 91, 95
- Abe, Shinzo, 246
- Aberdeen, Lei (1845), 53, 56, 59, 68
- Abertura dos portos às nações amigas (1808), 31
- Abrantes, marquês de (Miguel Calmon du Pin e
Almeida), 45, 53, 63
- Acapulco, Compromisso de (1987), 177
- ACE (Acordo de Complementação Econômica),
166, 182, 184, 199, 204, 206, 209, 248
- ACFI (Acordo de cooperação e facilitação de
investimentos), 248
- Acheson, Dean, 130
- Acnur (Alto Comissariado da ONU para
Refugiados), 249, 250
- Acre, questão do (1903), 85, 86, 91
- Açúcar, 12, 15, 17, 18, 27, 79, 80
- AEB (Agência Espacial Brasileira), 189
- Afeganistão, 165, 177, 203, 233
- África do Sul, 86, 115, 125, 143, 147, 148, 155,
158, 160, 161, 168, 174, 181, 186, 189, 190, 193,
195, 197, 202, 203, 206, 208, 209, 210, 214, 215,
217, 220, 221, 223, 232, 235, 237, 238, 242
- Afrodescendentes, 238
- Agenda 2030, 249
- Agenda 21, 186, 206
- Agostinho Neto, 160
- Agricultura, Acordo sobre (1994, OMC), 189
- Aguirre, Atanasio, 64
- Ahmadinejad, Mahmoud, 228, 232, 234
- AI-5 (Ato Institucional número 5, 1968), 151
- AIB (Ação Integralista Brasileira), 114
- AIEA (Agência Internacional de Energia
Atômica), 134, 161, 184, 213, 234, 237
- Aix-la-Chapelle, Tratado de (1748), 23
- Ajuda humanitária, 229
- Alabama, caso do (1871), 69
- Aladi (Associação Latino-Americana de
Integração), 166, 182, 184, 199, 212
- Alalc (Associação Latino-Americana de Livre
Comércio), 138, 166
- Al-Assad, Bashar, 236, 253
- Albânia, 140, 185
- ALCA (Área de Livre Comércio das Américas),
181, 191, 192, 195, 196, 202, 203, 206, 208
- Alcácer-Quibir, Batalha de (1578), 13
- Alcântara, base aeroespacial de, 196, 200, 208
- Alcsa (Área de Livre Comércio Sul-Americana),
188
- Alemanha, 13, 69, 70, 73, 74, 76, 78, 79, 83, 85,
86, 88, 90, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104,
108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117,
118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 131, 133, 134,
135, 140, 152, 153, 157, 159, 161, 163, 167, 182,
191, 193, 195, 199, 204, 212, 223, 226, 232, 236,
239, 240, 244, 245, 248, 249
- Alfonsín, Raúl, 171, 174, 175, 178
- Algodão, 26, 44, 47, 51, 100, 112, 115, 212, 214,
222, 246
- Aliança de Civilizações, 234
- Aliança do Pacífico, 239, 246
- Aliança para o Progresso, 140, 141, 146
- Alinhamento sem recompensa, 127
- Al-Qaeda, 203, 216, 237
- Al-Shabaab, 244
- Alto Volta. *Consulte* Burkina Faso
- Álvaro Alberto, almirante, 131
- Alvear, Marcelo T. de, 101
- Alves Branco, Tarifa (1844), 52, 60
- Amapá, questão do, 21, 76, 79, 82, 83, 85
- Amazonas, abertura à navegação internacional do
Rio (1866), 66
- Amazonas, Rio, 10, 12, 16, 20, 28, 57, 58, 86, 162
- Amazônia, 12, 14, 15, 59, 71, 93, 109, 119, 149,
153, 163, 184, 194, 199, 200, 206, 207, 224, 232
- Amazônia, Declaração da (1989), 179

- América Central, 39, 43, 45, 50, 130, 154, 170, 174, 175, 211, 230
- América do Sul, 10, 23, 40, 56, 64, 83, 84, 105, 194, 198, 201, 206, 207, 208, 211, 213, 215, 216, 218, 220, 223
- América do Sul, I Reunião de Presidentes da (2000), 201
- América Latina, 55, 84, 89, 95, 97, 106, 110, 117, 120, 126, 129, 130, 135, 136, 137, 140, 143, 146, 149, 151, 154, 169, 172, 176, 178, 180, 188, 189, 195, 199, 202, 205, 211
- Américas, Cúpulas das. *Consulte* ALCA
- Américas, I Cúpula das (1994), 190
- Amforp (American & Foreign Power Company), 137, 142, 143
- Amorim, Celso, 187, 188, 189, 190, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 222, 224, 226, 229
- Anchieta, padre José de, 12
- Ancón, Tratado de (1883), 75
- Andino, Pacto, 166, 186, 188, 195, *Consulte também* CAN (Comunidade Andina)
- Anglo-Holandesas, Guerras, 18, 19
- Angola, 12, 17, 18, 20, 38, 78, 148, 159, 160, 161, 165, 166, 179, 183, 190, 191, 193, 200, 204, 209, 213, 223, 235, 238, 245, 247
- Angra dos Reis, usina nuclear de, 155, 163, 173
- Anhanguera (Bartolomeu Bueno da Silva), 22
- Anistia Internacional, 141
- Annan, Kofi, 197, 210
- Antártica, 13, 159, 170, 183, 184, 225, 228, 239
- Antártica, Tratado da (1959), 138
- Anti-Comintern, Pacto (1936), 112, 113
- Apartheid*, 160, 181
- APEC (Foro de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico), 188
- APEX (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), 252
- Apostila, Convenção da, 252
- Árabes, Liga dos Estados, 208
- Arábia Saudita, 109, 156, 157, 181, 214, 225, 230, 247
- Aracati, marquês de (João Carlos Augusto Oyenhausen), 43, 44, 45
- Arafat, Yasser, 212
- Araguaia, guerrilha do, 157
- Aramayo, concessão, 85
- Aranha, Oswaldo, 110, 113, 114, 115, 121, 125
- Araujo Castro, João Augusto de, 144, 145, 154
- Arbenz, Jacobo, 132
- Arbitramento, 55, 63, 77, 78, 82, 83, 85, 86, 91, 111, 124
- Arcoverde, cardeal Joaquim, 89
- Argélia, 136, 142, 153, 171, 181, 214, 215, 217, 226
- Argentina, 35, 44, 45, 47, 48, 52, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 118, 120, 121, 124, 125, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 145, 148, 150, 151, 153, 155, 156, 161, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 190, 193, 195, 196, 197, 200, 203, 204, 206, 207, 209, 210, 211, 214, 217, 218, 219, 222, 224, 225, 226, 227, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 244, 249, 251, 252
- Aristide, Jean-Bertrand, 188, 210
- Armada, Revolta da (1893-94), 81
- Armas biológicas, 155
- Armas convencionais, 167, 192
- Armas nucleares, 143, 144, 149, 174, 177, 186, 189, 192, 193, 194, 205, 220, 253
- Armas químicas, 184, 187, 195, 205, 243
- Armênia, 205, 250
- Arranjo Contingente de Reservas do BRICS, 245
- Arte Moderna, Semana de (1922), 101
- Artigas, José Gervasio, 33, 34, 35, 37
- ASA (Cúpula América do Sul-África, 220
- ASA (Cúpula América do Sul-África), 231, 241
- Asean (Associação das Nações do Sudeste asiático), 250
- Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático), 150, 168, 193, 228
- ASEM (Encontro Ásia-Europa), 193
- Ásia-Pacífico, 188
- Asilo diplomático, 132, 135
- ASPA (Cúpula América do Sul-Países Árabes), 215, 230, 236, 241, 249
- Assange, Julian, 239
- Assembleia da Liga das Nações, 99, 102, 103
- Assembleia Geral da ONU, 124, 139, 144, 158, 160, 167, 174, 180, 182, 184, 188, 190, 194, 195, 197, 223, 231, 241, 242, 249, 253
- Assis Brasil, Joaquim Francisco de, 86
- Assis Figueiredo, Tarifa (1879), 73
- Assistência Militar, Acordo Brasil-EUA de (1952),

- 129, 144, 162
 Assunção, Tratado de (1991), 183, 186, 191
 Ata de Integração Brasileiro-Argentina (1986), 175
 Atlântico Sul, Zona de Paz e Cooperação do (Zopacas), 176, 190
 Augsburg, Paz religiosa de (1555), 13
 Áurea, Lei (1888), 77
 Austrália, 27, 190, 227
 Áustria, 21, 23, 27, 29, 34, 40, 42, 43, 48, 61, 70, 73, 74, 94, 108, 114, 183, 191, 219
 Autodeterminação dos povos, princípio da, 139, 178
 Avança Brasil, programa, 199
 Azambuja, Joaquim Nascentes de, 66
 Azerbaijão, 227
 Azevêdo, Roberto, 242
 Aznar, José María, 194, 207
 Bachelet, Michelle, 218, 232, 245
 Bacia do Prata, Tratado da (1969), 151, 154
 Badajoz, Tratado de (1801), 28, 29
 Baena Soares, João Clemente de, 172
 Bahrein, 157
 Baía de Guanabara, ocupação francesa da (1555-67), 13
 Baker, Plano, 174
 Bálticos, Países, 184
 Ban Ki-moon, 237
 Banco Alemão Brasileiro, 70
 Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura, 247
 Banco Mundial, 121, 146, 168, 214, 228
 Banda Oriental, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 43
 Bandeiras, 16
 Bangkok, Tratado de (1995), 192
 Bangladesh, 154
 Banque Brésilienne-Française, 70
 Banzer, Hugo, 162, 198, 200
 Barbacena, marquês de (Felisberto Caldeira Brant Pontes), 38, 48, 49
 Barbados, 205, 213
 Barbosa, Rui, 79, 90, 91, 95, 96, 98, 100, 102, 224
 Barbosa, Tarifa Rui (1890), 79
 Barboza, Mário Gibson, 152, 154, 155, 156
 Barca, conde da (António de Araújo de Azevedo), 31, 35
 Barganhas, política de, 116
 Barreiras não tarifárias, 138, 191, 196, 203
 BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China), 232
 Basileia, Convenção de (1989), 179
 Batista, Paulo Nogueira, 166
 Beagle, Canal de, 173
 Belarus, 235
 Belém do Pará, Convenção de (1994), 190
 Belgas, visita dos reis (1920), 99
 Bélgica, 47, 63, 75, 94, 99, 103, 108, 125, 135, 191
 Belisário de Souza, Tarifa (1887), 76
 Belize, 170, 213
 Bell-Dantas, Acordo (1963), 143
 Bellegarde, Pedro de Alcântara, 56
 Benário, Olga, 112
 Benelux, 125
 Benham, almirante Andrew, 81
 Benin, 155, 217, 221, 241, *Consulte também* Daomé
 Beresford, general William, 32
 Berle Jr., Adolf, 123, 139
 Berlim, Conferência de (1884-85), 75
 Berlusconi, Silvio, 233, 234
 Bernardes, Artur, 101, 104
 Bernardino de Campos, Tarifa (1897), 83
 Betancourt, Doutrina, 145
 Betancourt, Ingrid, 226
 Bhutto, Benazir, 224
 BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), 137, 175, 206
 Biden, Joe, 242, 243
 Biggs, Ronald, 158
 Bin Laden, Osama, 203, 237
 Biocombustíveis, 221, 228
 Biossegurança, Lei de, 191, 214
 BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento). *Consulte* Banco Mundial
 BIS (Banco para Compensações Internacionais), 107, 194
 Bismarck, Otto von, 69, 73, 78
 Blaine, James, 74, 77, 79
 Blair House, Acordo de (1992), 186
 Blair, Tony, 203, 218
 Bloqueio Continental (1806), 30
 Bndes (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), 130, 206, 227, 228
 Bocaíuva, Quintino, 78
 Bogotá, Ata de (1960), 139
 Bogotazo (1948), 126
 Boko Haram, 245
 Bolívar, Simón, 36, 43, 45

- Bolívia, 12, 41, 49, 66, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 84, 85, 86, 88, 104, 106, 108, 109, 111, 113, 114, 120, 136, 141, 143, 150, 151, 152, 154, 156, 158, 162, 163, 170, 172, 177, 187, 194, 195, 197, 198, 200, 209, 211, 215, 217, 218, 221, 224, 225, 226, 227, 229, 241, 242, 243, 248, 250, 252
 Bolivian Syndicate, 85, 86
 Bombardier, 202
 Bonaparte, Napoleão, 28, 29, 33
 Bonifácio de Andrada e Silva, José, 38
 Borracha, 71, 74, 83, 86, 93
 Borracha, Banco de Crédito da (Banco da Amazônia), 119
 Bósnia, 192
 Botsuana, 213, 217
 Boutros-Ghali, Boutros, 186
 Brady, Plano, 179, 185, 189
 Bragança, duque de, 16
 Brandão, Mário de Pimentel, 113
 Brandt, Willy, 157, 166
 Brás, Venceslau, 94
 Brasil em Ação, programa, 193
 Brasil Holandês, 16, 17
 Brasil, Reino Unido a Portugal e Algarves (1815), 34
 Brasília, inauguração da nova capital (1960), 138
 Brasília, Protocolo de (1991), 184
 Braspetro, 155
 Brazilian and Portuguese Bank, 63
 Brazilian Warrant Company, 91
 Brejnev, Leonid, 146
 Brest-Litovski, Acordo de (1918), 97
 Bretton Woods, Conferência de (1944), 121
 Bretton Woods, instituições de, 122, 154, 156, 161, 228
 Brexit, 251
 Briand-Kellogg, Pacto de Renúncia à Guerra (1928), 106, 110
 BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), 226, 230, 234, 237, 239, 242, 244, 245, 248, 253
 Brizola, Leonel, 137, 142
 Buenos Aires, Ata de (1990), 181
 Buenos Aires, Consenso de (2003), 209
 Bula *Inter Coetera* (1493), 10
 Bulgária, 94, 140, 157, 213, 238, 250
 Bulhões, Otávio Gouvêa de, 126, 146
 Bunsen, Maurice de, 97
 Burkina Faso, 161, 207, 223
 Bush sênior, George, 181, 182, 183
 Bush, George W., 201, 203, 208, 212, 217, 221
 Bustamante, Código (1928), 105
 Bustani, José Mauricio, 195, 205
 Butão, 231
 Cabo Frio, visconde de (Joaquim Tomaz do Amaral), 89
 Cabo Verde, 10, 159, 164, 171, 175, 193, 211, 213, 226, 231, 235, 247, 251
 Cabral, Pedro Álvares, 10
 Cacau, Aliança dos Países Produtores de, 141
 Cacex (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil), 131
 Cachoeira, visconde da (Luiz José de Carvalho e Melo), 40
 Cádiz, Revolução de (1820), 36
 Caetano, Marcelo, 151, 152, 155
 CAF (Corporação Andina de Fomento), 150, 206, 232
 Café, 47, 51, 62, 69, 70, 72, 74, 76, 77, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 96, 97, 98, 100, 103, 107, 108, 109, 115, 117, 130, 132, 133, 135, 136, 142, 167, 236, 244
 Café Filho, João, 132, 133
 Café, Associação dos Países Produtores de (APPC), 188
 Café, Convênio Internacional do (1959), 137
 Caffery, Jefferson, 117
 Cafta (Acordo de Livre Comércio EUA-América Central), 211
 Caïena, 20, 21, 32, 36
 Cairns, Grupo de, 176
 Cairu, 2º barão de (Bento da Silva Lisboa), 46, 54
 Cairu, visconde de (José da Silva Lisboa), 31
 Caldera, Rafael, 193
 Calógeras, Pandiá, 98
 Calvo, Doutrina, 67
 Camboja, 184, 241
 Cameron, David, 240
 Cameroun, 138, 147, 155, 213, 215, 235, 247
 Camex (Câmara de Comércio Exterior), 252
 Camp David, Acordo de (1978), 164
 Campos Sales, Manuel Ferraz de, 83, 84, 85
 Campos, Francisco, 113
 Campos, Roberto, 141, 144, 146, 147
 CAN (Comunidade Andina), 195, 196, 199, 203, 209, 212, 216

- Canadá, 25, 68, 94, 98, 117, 118, 120, 160, 167, 177, 180, 189, 192, 194, 196, 202, 203, 212, 222, 238, 244
 Cannabrava, Ivan, 194
 Canning, George, 31, 41
 Canudos, Guerra de (1897), 83
 Capitanias hereditárias, 11, 12
 Capriles, Henrique, 251
 Carajás, projeto Grande, 167
 Carandiru, massacre do (1992), 186
 Cárcano, Ramón J., 92
 Cárdenas, Lázaro, 114
 Cardoso de Oliveira, José Manoel, 94, 95
 Cardoso, Fernando Henrique, 186, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 209
 Cardoso, Zélia, 181
 Caricom (Comunidade do Caribe), 156, 213, 234, 239
 Carlos V, 11
 Carlota Joaquina, 31
 Carreira do Brasil, 17, 18
 Carta Democrática Interamericana (2001), 203
 Carta do Atlântico (1941), 117
 Carta Econômica das Américas (1945), 122
 Cartagena, Acordo de. *Consulte* Andino, Pacto
 Cartagena, Consenso de (1984), 172
 Carter, Jimmy, 163
 Cartes, Horacio, 243, 252
 Carvalho, Carlos Augusto de, 80, 81, 82
 Carvalho, Ronald de, 105
 Castelo Branco, Humberto de Alencar, 145, 146
 Castlereagh, lorde, 34
 Castro, Fidel, 137, 138, 142, 179, 200, 219, 224, 250
 Castro, Raúl, 219, 224, 229, 250
 Cataratas, Ata das (1966), 148
 Cateau-Cambrésis, Paz de (1559), 13
 Cavaco Silva, Antônio, 225
 Cavalcante, visconde de (Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque), 72
 Cavendish, Thomas, 14
 Caxias, duque de (Luís Alves de Lima e Silva), 51, 57, 65, 66, 67
 Cazaquistão, 216, 221
 Cbers, programa de satélites Brasil-China, 178, 192, 200, 223
 Ccopab (Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil), 214
 Ceauescu, Nicolau, 159, 181
 Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais), 201
 CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço), 129
 Cecla (Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana), 151
 CEE (Comunidade Econômica Europeia), 135, 138, 156, 167, 175, 185, 186, *Consulte também* União Europeia
 CEI (Comunidade de Estados Independentes), 185
 Celac (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos), 233, 238, 241, 244, 245, 246, 247, 248, 250
 Celpe-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros), 191
 Centenário da Independência, Exposição do (1922), 101
 Centro-Africana, República, 234
 Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), 126, 143
 Cerqueira, Dionísio Evangelista de Castro, 83
 Cerro Corá (1870), 68
 Cesare Battisti, caso, 222, 229, 235, 237
 Cevallos, Pedro de, 25, 26
 Chaco, Guerra do (1932-35), 109, 110, 111, 114
 Chapultepec, Ata de (1945), 122
 Chávez, Hugo, 202, 205, 211, 214, 229, 241
 CHDD (Centro de História e Documentação Diplomática), 194
 Che Guevara, Ernesto, 141, 150
 Chechênia, 190
 Chermont, Justo Leite, 80
 Chibata, Revolta da (1910), 92
 Chile, 32, 35, 36, 37, 39, 43, 45, 49, 60, 64, 65, 70, 72, 73, 75, 84, 86, 88, 91, 92, 94, 95, 100, 106, 108, 110, 118, 130, 141, 143, 150, 152, 153, 156, 162, 167, 173, 180, 184, 188, 191, 193, 196, 197, 199, 200, 203, 204, 207, 208, 210, 212, 213, 218, 222, 224, 232, 235, 239, 245, 251, 252
 China, 17, 51, 52, 61, 73, 74, 75, 80, 85, 92, 93, 111, 113, 120, 121, 127, 128, 130, 138, 141, 142, 146, 148, 152, 154, 155, 158, 162, 164, 169, 172, 174, 178, 181, 189, 191, 192, 193, 194, 199, 200, 202, 204, 208, 211, 212, 215, 221, 222, 223, 226, 227, 230, 232, 234, 236, 237, 240, 245, 246, 247,

- 248, 249, 252
 Chinha, Ilhas, 64
 Chipre, 144, 158
 Chiquitos, província de, 41
 Chirac, Jacques, 194, 210
 Chissano, Joaquim, 202
 Chrétien, Jean, 196
 Christie, Questão (1861-63), 62, 63
 Christie, William Dougal, 62
 Christopher, Warren, 162
 Churchill, Winston, 117, 122, 123
 CIA (Agência Central de Inteligência dos EUA), 144
 CIB (Comissão Internacional da Baleia), 124, 203
 Cicad (Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas), 175
 Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), 105
 Cisjordânia, 177, 198
 Cisplatina, Guerra (1825-28), 42, 43, 44
 Cisplatina, Província, 37, 38, 39, 40, 41
 Cites (Convenção sobre o comércio internacional de espécies da fauna e da flora selvagens em perigo de extinção), 160
 Citicorp, 176
 Clark, Memorando (1928), 106
 Cláusula democrática, 193, 201
 Cláusula social, 194
 Cleveland, Grover, 76, 82
 Clima, Convenção sobre Mudança do (1992), 186, 196
 Clinton, Bill, 196, 197
 Clinton, Hillary, 233, 253
 Clube de Paris, 134, 217, 252
 CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), 142
 Coalizão da Nova Agenda, 197
 Coarabe (Comissão de Coordenação do Comércio com os Países Árabes), 152
 Cochrane, lorde Thomas, 39, 40
 Cocom (Comitê de Coordenação de Controle Multilateral de Exportações), 128, 192
 Codex Alimentarius, 151
 Código Civil, 95, 119, 235
 Código Comercial (1850), 56
 COI (Comitê Olímpico Internacional), 232
 Colby, Bainbridge, 100
 Coleste (Comissão de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental), 143, 150, 152
 Collor de Mello, Fernando, 180, 181, 182, 183, 186
 Colômbia, 32, 35, 36, 43, 45, 58, 66, 86, 90, 103, 108, 109, 110, 111, 152, 154, 163, 167, 168, 170, 172, 176, 177, 184, 195, 198, 209, 210, 212, 213, 214, 218, 221, 225, 226, 227, 229, 231, 239, 245, 247, 249, 250, 251, 253
 Colombo, Cristóvão, 10
 Colônia do Sacramento, 20, 21, 22, 23, 24, 25
 Colônia, Protocolo de (1994), 189
 Comecom (Conselho de Assistência Econômica Mútua), 126
 Comércio de Armas, Tratado sobre (2013), 242
 Comércio exterior, 88, 107, 131, 135
 Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, 128
 Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, 119
 Comitê de Negociações Birregionais Mercosul-UE, 199, 201
 Comitê dos 21, 136, 137, 139
 Comores, 214
 Companhia das Índias Ocidentais (WIC), 15, 16
 Companhia das Índias Orientais (VOC), 14
 Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), 116
 Comunidade Sul-Americana de Nações (2004), 213
 Comunista, III Internacional, 98, 101
 Conantar (Comissão Nacional para Assuntos Antárticos), 169
 Conare (Comitê Nacional para os Refugiados), 198, 244
 Concerto Europeu, 37
 Conciliação, Ministério da, 58
 Condor, Operação, 156
 Confederação do Equador (1824), 40
 Conferência da Paz (1919), 98
 Conferência Internacional Americana, 77, 78, 85, 89, 92, 102, 105, 106, 110, 115, 126, 132
 Congelamento do poder mundial, tese do, 154
 Congo, 12, 75, 138, 151
 Congo, República Democrática do, 138, 151, 242, 247
 Congo, República do, 213
 Conselho da Liga das Nações, 98, 100, 102, 103
 Conselho de Direitos Humanos da ONU, 219,

- 223, 243, 247, 248, 253
 Conselho de Estado, 39, 47, 51, 56
 Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior, 234
 Conselho de Segurança da ONU, 121, 123, 124, 144, 148, 149, 150, 161, 174, 177, 182, 187, 190, 195, 198, 199, 204, 208, 209, 212, 214, 216, 229, 231, 232, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 245, 249, 250
 Conselho de Segurança Nacional, 148, 157
 Conselho Ultramarino, 17, 23
 Consenso de Monterrey, 229
 Constitucionalista, Revolução (1932), 109
 Contadora, Grupo de, 170, 174, 176
 Contribuição Nacionalmente Determinada (iNDC), 250
 Cooke, Morris L., 119
 Copacabana, Ata de (2004), 210
 Coreia do Norte, 126, 190, 202, 204, 220, 231, 241, 252
 Coreia do Sul, 126, 128, 137, 156, 193, 195, 198, 200, 202, 212, 215, 228, 247
 Coreia, Guerra da (1950-53), 128, 129, 131
 Corolário Roosevelt, 88
 Corpo Diplomático Brasileiro, primeira organização do (1851), 57
 Corrêa, Inocêncio Serzedelo, 80
 Correa, Rafael, 221
 Correia da Câmara, Antonio Manuel, 38
 Corrupção, Convenção da ONU contra a (2003), 209
 Corte Internacional de Justiça (CIJ), 124, 129, 164, 194
 Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI), 100, 124
 Cortes de Tomar, 14
 Cortés, Hernán, 11
 Cosiplan (Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento), 231
 Costa e Silva, Artur da, 149, 152
 Costa Rica, 50, 130, 139, 153, 179, 225, 230, 239, 247
 Côte d'Ivoire, 140, 147, 148, 155, 157
 Cotegipe, barão de (João Maurício Wanderley), 60, 67, 69, 71, 73, 75
 Cotegipe-Loizaga, Tratado (1872), 69, 73
 Cotton-4, 222
 Coutinho, Francisco de Sousa, 17
 Couto e Silva, Golbery do, 148, 158
 CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), 189, 193, 205
 Craveiro Lopes, Francisco Higino, 135
 Cravos, Revolução dos (1974), 157
 Crimeia, Guerra da (1854-56), 37, 58, 59
 Crise de 1929, 107
 Croácia, 184
 Cromwell, Oliver, 18, 19
 Cruels, Louis, 80, 138
 Cruz Vermelha, Comitê Internacional da, 63
 Cruzado, Plano, 175
 Cruzeiro do Sul, Ordem Nacional do, 109, 141
 CTBT (Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares), 194
 Cuba, 67, 80, 82, 83, 89, 108, 111, 120, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 145, 146, 168, 171, 175, 177, 183, 189, 190, 197, 200, 209, 218, 219, 224, 228, 229, 230, 233, 239, 246, 248, 250
 Cubana, Revolução (1959), 137
 Cubas Grau, Raul, 199
 Cunani (Amapá), 76
 Cunha, Vasco Leitão da, 145
 Cúpula América do Sul-Países Árabes (2005), 215
 Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (2008), 229, 233
 Cúpula da Terra (1992), 185
 Custódio de Melo, 81
 D. João VI, 37, 38, 41, 42
 D. Pedro I, 40, 41, 42, 46, 155
 D. Pedro II, 51, 61, 62, 65, 69, 71, 73, 75, 76, 78, 99
 D'Abernon, lorde, 106
 Dantas, João, 140
 Dantas, Raymundo de Souza, 140
 Daomé, 28, *Consulte também* Benin
 Darfur, 211, 230
 Darwin, Charles, 46
 DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), 114
 Davos. *Consulte* Fórum Econômico Mundial
 Davutoglu, Ahmet, 234
 De Gaulle, Charles, 121, 136, 146, 147
 De Klerk, Frederik, 181
 Defesa Nacional, Liga da (1916), 96
 Defesa Nacional, Política de (1996), 194
 Dekasseguis, brasileiros no Japão, 192
 Delfim Neto, Antonio, 153, 170

- Delgado, caso Humberto (1959), 137
- Democracia, 123, 136, 142, 173, 180, 190, 248
- DES (Direitos Especiais de Saque do FMI), 152
- Desarmamento, Conferência do, 142
- Descolonização, 135, 139, 144, 157
- Desenvolvimentismo, 134, 149, 171
- Desenvolvimento sustentável, 186, 206, 207, 237, 240, 245
- Desenvolvimento Sustentável, Comissão da ONU sobre, 186
- Détente* entre as superpotências, 155
- Dezembrada (1868), 67
- Di Tella, Guido, 180
- Dias Pais, Fernão, 20
- Díaz, Porfirio, 72, 92
- Dillon, Read & Co., casa bancária, 100, 104
- Dinamarca, 44, 49, 156, 221, 223
- Dingley, Tarifa (1897), 83
- DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), 116
- Diplomacia anti-revolução das oligarquias, 105
- Diplomacia da prosperidade, 149
- Diplomacia das cachoeiras, 148
- Diplomacia dos patacões, 57
- Diplomacia militar paralela, 154
- Diplomacia presidencial, 107, 191
- Diplomata, Dia do (20 abr.), 153, 162
- Direito do Mar, Convenção da ONU sobre (1982), 170
- Direito dos Tratados, Convenção de Viena sobre (1969), 151
- Direito internacional, 72, 77, 105, 119, 127, 135
- Direitos do Homem e do Cidadão, Declaração dos (1789), 27
- Direitos Humanos, Conferência de Teerã sobre (1968), 150
- Direitos Humanos, Conferência de Viena sobre (1993), 188
- Direitos Humanos, Convenção Americana de (Pacto de San José), 153, 164, 186
- Direitos Humanos, Declaração Universal dos (1948), 126
- Discurso dos três Ds (1963), 144
- Diversidade Biológica, Convenção sobre (1992), 186
- Dívida externa, 78, 110, 113, 120, 170, 174, 176, 179, 185
- DNOG (Divisão Naval em Operações de Guerra), 97
- Doha, Agenda para o Desenvolvimento (OMC, 2001), 204
- Dólar, 101, 121, 154, 174, 176, 177, 195
- Dominica, 167
- Dominicana, República, 120, 146, 207, 212, 221, 233
- Drago, Doutrina, 86
- Duarte da Costa, 12
- Duarte, Sérgio, 223
- Duclerc, Jean François, 22
- Duguay-Trouin, René, 22
- Duhalde, Eduardo, 204, 206, 210
- Dulles, John Foster, 136
- Dumbarton Oaks, Conferência de (1944), 121
- Durão Barroso, José Manuel, 210, 219, 225, 229, 241
- Dutra, Eurico Gaspar, 120, 123, 124, 127, 128
- Ebola, vírus, 246
- Ecaterimburgo, 226, 230
- Ecosoc (Conselho Econômico e Social da ONU), 177, 201, 212
- Ecowas (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), 159
- Efeito estufa, 196, 232, 250
- Egito, 28, 69, 74, 119, 134, 150, 155, 156, 157, 164, 181, 209, 235, 236, 242
- Eisenhower, Dwight, 124, 130, 134, 136, 138, 139
- Eixo, formação do (1940), 116
- El Pardo, Tratado de (1761), 24
- El Salvador, 50, 130, 139, 152, 183, 221, 226, 228, 230, 232, 233
- Elbrick, Charles Burke, 152
- Elizabeth II, 151
- Ellis, Henry, 51, 52
- Embraer, 152, 170, 171, 181, 202, 219, 247
- Embrapa, 218
- Emirados Árabes Unidos, 157, 209
- Empréstimos, 32, 40, 41, 57, 58, 63, 65, 66, 77, 78, 83, 94, 103, 104, 108, 115, 146, 170
- Energia nuclear, 166, 174, 183
- English Bank of Rio de Janeiro, 63
- Equador, 12, 16, 34, 45, 54, 58, 60, 87, 108, 117, 118, 141, 143, 152, 163, 167, 169, 179, 191, 195, 198, 206, 209, 212, 213, 215, 221, 225, 227, 228, 235, 239, 245, 247, 252
- Erdogan, Recep, 234, 235
- Eritreia, 187

- Escócia, 21
- Escola das Américas, Panamá, 140
- Escravidão, abolição da, 25, 45, 47, 65, 75, 77
- Escudé, Carlos, 180
- ESG (Escola Superior de Guerra), 127, 153, 167
- Eslováquia, 187, 202, 204
- Eslovênia, 184, 225, 226
- Espanha, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 47, 48, 64, 65, 67, 70, 83, 100, 102, 104, 108, 160, 165, 171, 172, 174, 183, 194, 198, 200, 201, 207, 213, 214, 216, 225, 228, 241
- Espanhola, Guerra Civil (1936-39), 112, 115
- Espanhola-Norte-Americana, Guerra (1898), 83
- Estação Comandante Ferraz, 170, 183, 225, 239
- Estação Espacial Internacional, 218
- Estácio de Sá, 13
- Estado Islâmico do Iraque e Levante (Daesh), 245
- Estado Novo, 113
- Estanho, Associação dos Países Produtores de, 196
- Estatuto de Roma. *Consulte* TPI (Tribunal Penal Internacional), *Consulte também* TPI (Tribunal Penal Internacional)
- Estenssoro, Victor Paz, 133
- Estrada de Ferro D. Pedro II, 61
- Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, 88, 133
- Estrada, Doutrina, 107
- Estratégia Nacional de Defesa, 229
- Etiópia, 112, 139, 140, 187, 214
- EUA (Estados Unidos da América), 26, 27, 28, 29, 33, 35, 36, 38, 40, 42, 43, 45, 50, 54, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 168, 169, 171, 172, 173, 175, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 233, 236, 237, 239, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 253
- Euratom (Comunidade de Energia Atômica Europeia), 135
- Euro, 185, 204
- Euzébio de Queirós, Lei (1850), 56
- Exposição Universal de Paris (1889), 77
- Facilitação de comércio, 250
- Faibrás (Força Brasileira na República Dominicana), 146
- FAO (Organização da ONU para Agricultura e Alimentação), 88, 151, 165, 226, 237
- FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), 204, 225, 226, 229, 251
- Farquhar, Percival, 93
- Farroupilha, Revolução (1835-45), 48, 49, 50, 51, 52, 53
- Fast track* (Autoridade para Promoção do Comércio, EUA), 206
- Fawcett, coronel Percy H., 104
- FEB (Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial), 120, 121
- Febre aftosa, 216
- Federalista, Revolução (1892-95), 80, 81, 82
- Feijó, Diogo Antonio, 46, 48
- Fernandes, Raul, 100, 102, 125, 128, 132
- Fernando VII, 31, 32, 33, 39, 47
- Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), 105
- FIFA (Federação Internacional de Futebol), 128, 224, 244, 245
- Figueiredo Machado, Luiz Alberto, 243, 246
- Figueiredo, João Batista de Oliveira, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172
- Fiji, 217, 238
- Filipe II, 13, 14
- Filipinas, 11, 13, 23, 83, 137, 150, 175, 195, 232
- Finlândia, 99, 116, 191, 207, 223, 225, 241, 249
- FIP (Força Interamericana de Paz), 146
- First National City Bank, 95
- Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), 182
- Flecha de Lima, Paulo Tarso, 168, 182
- Flint, Charles, 81
- Flores, Venancio, 63, 64, 65
- Florestas, Foro das Nações Unidas sobre, 201
- Florida, Congresso de (1825), 41
- Fluxos de capital, imposto sobre, 197
- FMI (Fundo Monetário Internacional), 121, 137, 138, 141, 143, 146, 152, 169, 170, 172, 178, 185, 189, 195, 198, 206, 217, 228

- Focalal (Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste), 202, 223
- Focem (Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul), 215, 243
- Fome, ação contra a, 208, 209, 210, 212, 220
- Fonplata (Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata), 158, 206
- Fonseca, Deodoro da, 78, 79, 80
- Fonseca, Hermes da, 92
- Fontainebleau, Tratado de (1807), 30
- Fontoura, João Neves da, 124, 129
- Força Aérea Brasileira, 117
- Foreign Office britânico, 30, 31, 41, 52, 82, 104, 117
- Forte de São José do Rio Negro, 19
- Forte do Presépio, 15
- Fórum Econômico Mundial, Davos, 154, 207, 214, 221, 244
- Fórum Social Mundial, Porto Alegre, 202, 207
- Fox Quesada, Vicente, 201, 206, 211
- França, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 42, 44, 45, 50, 52, 53, 58, 63, 67, 68, 69, 71, 73, 74, 76, 79, 83, 85, 87, 90, 95, 97, 98, 99, 102, 103, 107, 108, 112, 115, 116, 121, 126, 131, 134, 135, 136, 142, 143, 146, 147, 151, 160, 161, 164, 167, 168, 174, 193, 194, 201, 202, 206, 208, 210, 215, 218, 225, 229, 231, 241, 246, 248, 249
- Francesa, Revolução (1789), 27, 28, 34, 77
- Franco, Itamar, 186, 187, 190
- Franco-Prussiana, Guerra (1870-71), 68
- Frei Galvão, 222
- Frei, Eduardo, 150, 193
- Freitas-Valle, Cyro de, 124, 127
- Fronidzi, Arturo, 136, 140
- Fujimori, Alberto, 185, 198
- Funag (Fundação Alexandre de Gusmão), 154, 194
- Funai (Fundação Nacional do Índio), 150
- Funaro, Dilson, 176
- Funding loan* de 1898, 83
- Furtado, Celso, 143
- Gabão, 155, 205, 211
- Galvão, Henrique, 139
- Galvez, Rodrigues de Arias Luiz, 84
- Gama, Domício da, 93, 94, 98, 99
- Gâmbia, 213
- Gamelin, general Maurice, 99
- Gana, 135, 140, 147, 148, 155, 215, 218, 225, 247
- Gandhi, Indira, 147, 150, 173
- García, Alan, 218, 225, 227, 235
- Garcia, Marco Aurélio, 215
- Gasoduto Bolívia-Brasil, 187, 198
- Gastão de Orléans, conde d'Eu, 67
- GATS (Acordo Geral de Comércio de Serviços, OMC), 189
- GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), 125, 126, 128, 145, 149, 154, 157, 160, 165, 175, 176, 178, 182, 186, 189
- Gaza, Faixa de, 150, 177, 229, 241, 245
- Geisel, Ernesto, 157, 158, 160, 161, 162, 163
- Geopolítica, 148, 153
- Geórgia, 227, 241
- Giscard D'Estaing, 164, 167
- Gloriosa, Revolução (1688), 20
- Gobineau, conde de, 67
- Góes Monteiro, general, 115, 129
- Goldman Sachs, 230
- Golfo, Conselho de Cooperação do, 215, 221
- Golfo, Primeira Guerra do (1991), 183
- Golfo, Segunda Guerra do (2003), 207
- Gomes, Carlos, 68
- Gomide, Aloysio Dias, 153
- Gonçalo Coelho, 10
- Gondra, Pacto (1923), 102
- Gonneville, Binot Paulmier de, 11
- Gorbachev, Mikhail, 173, 177, 186
- Gordo, Adolfo, 89
- Gordon, Lincoln, 144
- Gordon, Robert, 42, 44
- Goulart, João, 141, 142, 143, 144, 145, 149
- Governança progressiva, 200
- Grã-Bretanha, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 73, 76, 79, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 90, 95, 96, 97, 98, 100, 103, 108, 109, 115, 116, 120, 121, 134, 151, 156, 158, 160, 161, 169, 194, 203, 208
- Granada, 171
- Grande Gasoduto do Sul, 217
- Graziano da Silva, José, 237
- Great Western of Brazil, ferrovia, 74
- Grécia, 167
- Gregori, José, 198
- Gripen NG, caças, 244

- Grotius, Hugo, 16
- Grupo de Supridores Nucleares, 193, 237
- Grupo dos 10, 154, 176
- Grupo dos 15, 180, 181, 186, 210
- Grupo dos 20 financeiro, 199, 228, 230, 244, 249, 252
- Grupo dos 20 na OMC, 208, 209, 211, 214, 220
- Grupo dos 24, 154
- Grupo dos 3, 184
- Grupo dos 4, 212
- Grupo dos 7, 160, 176, 190, 199, 245
- Grupo dos 77, 145, 171
- Grupo dos 8, 190, 208, 215, 219, 223, 226, 245
- Guadalajara, Acordo de (1991), 183
- Guadalupe-Hidalgo, Tratado de (1848), 55
- Guairá, província de, 16
- Guaranítica, Guerra (1754-56), 24
- Guararapes, Batalha dos (1648), 18
- Guatemala, 50, 130, 132, 139, 199, 210, 216, 218, 221, 224
- Guerra da lagosta (1963), 143
- Guerra das Laranjas (1801), 28
- Guerra de conquista, proibição constitucional da, 79, 111, 124, 149
- Guerra Fantástica (1762), 24
- Guerra Fria, 124, 125, 142, 155, 157, 180, 185, 197, 204, 245, 246
- Guerra Grande (1839-51), 50, 63
- Guerra Mundial, Primeira (1914-18), 94, 98
- Guerra Mundial, Segunda (1939-45), 115, 118, 121, 122, 123
- Guerra Peninsular (1808-14), 31
- Guerreiro, Ramiro Saraiva, 164, 167, 168, 169, 171
- Guiana Francesa, 22, 29, 59, 85, 225, 246
- Guiana, República da, 82, 85, 87, 163, 169, 179, 214
- Guido, Tomás, 52, 56
- Guimarães, Samuel Pinheiro, 202, 236
- Guiné Equatorial, 161, 225, 235, 241
- Guiné-Bissau, 158, 171, 172, 193, 198, 213, 215, 221, 222, 224, 229, 235, 242
- Gusmão, Alexandre de, 23
- Guterres, António, 253
- Habsburgos, 13, 18, 19, 42
- Haia, Primeira Conferência da Paz (1899), 84
- Haia, Primeiro Tratado da (1641), 17
- Haia, Segunda Conferência da Paz (1907), 90
- Haia, Segundo Tratado da (1661), 19
- Haiti, 29, 63, 188, 210, 212, 214, 217, 221, 226, 233, 239
- Hamas, 229, 237
- Hammar skjöld, Dag, 138
- Hanseáticas, Cidades, 49
- Hariri, Rafik, 207, 214
- Hause, Walther, 85
- Havana, Ata de (1940), 116
- Havana, Conferência de (1948), 126
- Havel, Vaclav, 180, 193
- Hawkins, William, 11
- Hayes, Rutherford, 72
- Hemisfério Sul, livre de armas nucleares (Resolução da ONU), 194
- Heróis da Pátria, Livro dos, 238
- Heyn, Pieter, 16
- Hezbollah, 185, 219
- Hiroshima, bomba atômica sobre (1945), 123
- Hitler, Adolf, 109, 115, 122
- HIV/AIDS, 204, 220, 222
- Holanda. *Consulte* Países Baixos
- Holandesa, Guiana, 89, 160
- Holguín, María Ángela, 247
- Hollande, François, 241, 244
- Holleben, Ehrenfried von, 153
- Honduras, 50, 130, 139, 152, 213, 218, 223, 230, 231, 233, 237
- Hong Kong, 51, 172, 195
- Hoover, Herbert, 103, 106
- Hotel Plaza, acordos do (1985), 174
- Hu Jintao, 212, 230, 234, 237
- Hudson, Instituto, 149
- Hughes, Charles E., 101
- Hull, Cordell, 110
- Humaitá, fortaleza de, 66, 67
- Humboldt, Alexander von, 28
- Hungria, 70, 73, 74, 134, 140, 157, 194
- Hussein, Saddam, 182, 207, 221
- IBAS (Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul), 208, 210, 220, 223, 228, 234, 235, 236, 238, 241
- Ibero-Americanas, Cúpulas, 183, 186, 188, 190, 197, 209
- IBRI (Instituto Brasileiro de Relações Internacionais), 131
- Iêmen, 172, 236, 247
- Iguaçu, Declaração de (1985), 174

- Igualdade jurídica entre os Estados, princípio da, 90
- IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), 49
- IIRSA (Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), 201, 231
- Ilha Fiscal, baile da (1889), 78
- Ilha-Brasil, mito da, 18
- Ilhas Cook, 249
- Ilhas Marshall, 234
- Imigrantes, 54, 59, 73, 76, 79, 80, 82, 83, 85, 89, 90, 99
- Impeachment, 186, 187, 251, 252
- Inconfidência Mineira (1789), 27
- Incoterms, 112
- iNDC (Contribuição Nacionalmente Determinada), 250
- Independência do Brasil, reconhecimento da, 38, 40, 41, 48
- Índia, 10, 17, 18, 19, 21, 24, 25, 55, 60, 61, 125, 126, 133, 142, 147, 150, 154, 157, 176, 181, 193, 196, 205, 208, 210, 212, 215, 220, 221, 223, 226, 227, 228, 230, 232, 234, 235, 236, 239, 240, 245, 253
- Índice de Desenvolvimento Humano, 224
- Indonésia, 131, 133, 137, 147, 150, 161, 181, 194, 195, 197, 199, 200, 202, 206, 224, 226, 228, 247
- Industrial, Revolução, 25, 49
- Informática, Lei de (1984), 173, 175, 177
- Inglaterra, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 71, 108, *Consulte também* Grã-Bretanha
- Inhambupe, visconde de (Antônio Luiz Pereira da Cunha), 42
- Iniciativa Amazônica (1992), 186, 188
- Iniciativa para as Américas (1990), 181
- Inovar-Auto, 240, 253
- Inquisição, 12, 32
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 49
- Instituto Rio Branco, 124, 224
- Instituto Social Brasileiro-Argentino, 207
- Intentona Comunista (1935), 112
- Interoceânica, Rodovia, 216
- Intifada, 177
- Investimentos, 73, 134, 135, 136, 144, 149, 162, 176, 183, 188, 189
- Iperoig, Paz de (1563), 13
- IPRI (Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais), 202
- Irã, 137, 139, 146, 164, 167, 178, 180, 183, 185, 204, 228, 232, 234, 242, 248
- Iraque, 157, 165, 166, 167, 168, 171, 178, 182, 198, 204, 207, 208, 211, 214, 221, 223, 245
- Irlanda, 28, 156, 196, 202, 222, 241
- ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), 133
- Islâmica, Organização da Conferência, 152
- Israel, 126, 127, 129, 134, 148, 150, 156, 157, 158, 164, 168, 169, 177, 188, 198, 205, 215, 219, 224, 225, 229, 231, 233, 241, 245
- Itabaiana, visconde de (Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa), 42
- Itabira Iron Ore Company, 99
- Itaboraí, Tarifa (1869), 68
- Itaboraí, visconde de (Joaquim José Rodrigues Torres), 55, 67
- Itaipu, usina hidrelétrica de, 156, 163, 165, 166, 173, 227, 230, 231, 243
- Itália, 62, 63, 68, 70, 72, 74, 79, 83, 85, 86, 87, 92, 98, 101, 103, 105, 106, 108, 112, 113, 115, 116, 119, 120, 121, 124, 127, 135, 142, 147, 160, 170, 175, 183, 194, 196, 216, 221, 222, 228, 229, 234, 235, 237, 248
- Itamaracá, barão de (Antonio Peregrino Maciel Monteiro), 49
- Itamaraty, 84, 86, 91, 93, 94, 96, 103, 105, 107, 108, 113, 114, 124, 125, 138, 139, 143, 144, 149, 152, 155, 157, 170, 188, 201, 202, 207, 213, 226, 228
- Itamaraty, 2º barão de (Francisco José da Rocha), 84
- Itamaraty, Declaração de Paz do (1995), 191
- Itatiaia, Grupo, 131
- Iugoslávia, 98, 141, 144, 148, 166, 181, 184, 187
- J. Penn, pseudônimo, 88
- Jaceguai, barão de (Artur Silveira da Mota), 73
- Jacques, Cristóvão, 11
- Jaguaribe, Hélio, 136
- Jamaica, 170, 181, 213, 223, 235
- Jamaica, acordos de (1976), 161
- Japão, 12, 67, 82, 88, 92, 108, 109, 110, 112, 116, 118, 121, 122, 123, 129, 137, 153, 155, 156, 158, 160, 162, 169, 172, 181, 182, 192, 193, 194, 195, 196, 210, 212, 215, 226, 240, 246, 249, 253
- Japurá, barão de (Miguel Maria Lisboa), 58
- Jardim das Rosas, Acordo do (1991), 183
- Jari, Projeto, 149

- Jefferson, Thomas, 27
 JICA (Agência Japonesa de Cooperação Internacional), 153
 JID (Junta Interamericana de Defesa), 118
 João Alfredo, Tarifa (1889), 77
 Joaquim Murtinho, Tarifa (1900), 85
 Jogos Olímpicos, 227, 240, 252
 Johnson, Lyndon, 144, 149
 Jordânia, 150, 214, 225, 233
 Juan Carlos, rei, 160, 171, 200
 Juiz conservador da nação inglesa, 32, 42, 53
 Kadhafi, Muamar, 152, 236
 KC-390, avião de transporte, 247
 Kelsch, Gustavo Viana, 97
 Kennedy, John F., 140, 142, 144
 Kennedy, Robert, 142
 Kerry, John, 243
 Keynes, Plano, 121
 Khomeini, aiatolá, 164, 180
 Kim Il-sung, 126
 Kim Jong-il, 202
 Ki-moon, Ban, 224
 Kirchner, Cristina, 224, 225, 227, 232, 238
 Kirchner, Néstor, 207, 209, 210, 217, 222
 Kissinger, Henry, 161
 Kohl, Helmut, 169, 184, 193
 Kosovo, 198, 225
 Krupp, companhia alemã, 114, 116
 Krushev, Nikita, 130, 134, 146
 Krusenstern, expedição russa de (1803), 29
 Kuaite, 235
 Kubitschek, Juscelino, 133, 134
 Kulessa, Georg, 134
 Kutchma, Leonid, 192, 207
 Kuwait, 157, 182, 183, 214
 La Paz de Ayacucho, Tratado de (1867), 66
 La Ravardière, senhor de (Daniel de La Touche), 15
 Lacerda, Carlos, 132, 148
 Ladário, barão de (José da Costa Azevedo), 80
 Lafer, Celso, 175, 185, 202, 204, 205
 Lafer, Horácio, 137
 Lagoa Mirim, condomínio da (1909), 91
 Lagos, Ricardo, 200, 210
 Laguna, barão de. *Consulte* Lecor, general Carlos Frederico
 Laguna, Retirada da (1867), 66
 Lamas, Andrés, 57
 Lampreia, Luiz Felipe, 191, 193, 197, 202
 Lamy, Pascal, 203
 Langsdorff, expedição do barão de (1825), 41
 Las Leñas, Cronograma de (1992), 186
 Lava Jato, operação, 245, 247
 Lavalleja, Juan Antonio, 41
 Leal, Felipe José Pereira, 59, 61
 Lecor, general Carlos Frederico (barão de Laguna), 35, 36, 37
 Lehman Brothers, 227
 Lemos, Gaspar de, 10
Lend & Lease (Programa de Empréstimo e Arrendamento dos EUA), 117
 Lênin, Vladimir Ilyich, 97, 100, 102
 Lepanto, Batalha de (1571), 13
 Lesoto, 161
 Leste europeu, 99, 126, 133, 180, 181
 Leste-Oeste, conflito, 125, 146
 Letícia, questão de (1933-34), 109, 110, 111
 Letônia, 184, 221
 Li Keqiang, 247
 Líbano, 132, 169, 207, 209, 210, 214, 219, 234, 235
 Libéria, 54, 56, 147, 235
 Líbia, 92, 152, 156, 177, 209, 230, 236, 246, 250
 Libra esterlina, 71, 101
 Lieberman, Avigdor, 231
 Liga das Nações, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 109, 110, 116
 Liga das Nações, Delegação Permanente do Brasil (1924), 102
 Liga de Augsburg, 20, 21
 Lima, Conferência de (1847), 54
 Lima, Francisco Negrão de, 136
 Lima, Hermes, 142
 Limites, questões de, 17, 23, 26, 51, 52, 55, 57, 59, 69, 71, 77, 79, 85, 89, 103, 105
 Lincoln, Abraham, 65
 Língua Portuguesa, Acordo Ortográfico, 182, 227, 250
 Língua Portuguesa, Instituto Internacional da, 180
 Linhares, conde de (Rodrigo de Souza Coutinho), 31
 Liniers, Santiago de, 30
 Lino Oviedo, general, 200
 Lins e Silva, Evandro Cavalcante, 144
 Lisboa, Cortes de, 37
 Lisboa, Tratado de (2007), 224

- Livre comércio, acordos de, 138, 177, 188, 189, 191, 193, 194, 208, 211, 212, 224, 235, 238
 Lloyd Brasileiro, 97
 Lloyd George, 98, 105
 Locarno, Acordos de (1925), 103, 104
 Lomé, Convenção de, 159
 London and Brazilian Bank, 62
 Lopes Neto, Felipe, 66, 75
 López Mateos, Adolfo, 138, 142
 López, Carlos Antonio, 50, 51, 59
 López, Francisco Solano, 62, 64, 65, 67, 68, 166
 Lucros, remessa de, 129, 131, 144
 Ludwig, Daniel K., 149
 Lugo, Fernando, 227, 230, 231, 240
 Luís XIV, 19, 21, 22
 Lula da Silva, Luiz Inácio, 166, 180, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 250
 Lutz, Bertha, 123
 Luxemburgo, 125, 135
 Maastricht, Tratado de (1992), 185
 Macau, 36, 97, 191, 200
 Macedo Soares, José Carlos de, 110, 111, 112, 134
 Macedo Soares, Luiz Filipe de, 244
 Machel, Samora, 161
 Maciel, Marco, 201
 Macri, Mauricio, 249, 252
 Madeira-Mamoré, ferrovia, 86, 93
 Madeiras Tropicais, Acordo Internacional sobre (1997), 194
 Madri, Tratado de (1750), 23, 24, 26
 Maduro, Nicolás, 241, 247
 Magalhães, Fernão de, 11
 Magalhães, Juracy, 147
 Magalhães, Olinto de, 84
 Maghreb, União do, 179
 Mahatir Mohamad, 207
 Maia e Barbalho, José Joaquim, 27
 Maioridade, Declaração da (1840), 50
 Mais Médicos, programa, 243
 Malásia, 71, 119, 137, 150, 181, 191, 195, 207
 Malauí, 232
 Mali, 138, 168, 235, 241, 247
 Malvinas, Guerra das (1982), 169
 Manaus, Zona Franca de, 149
 Mandela, Nelson, 181, 189, 197, 244
 Mangabeira, Otávio, 104, 105, 106, 124
 Manifesto aos Governos e Nações Amigas (1822), 38
 Manifesto Republicano (1870), 69
 Mao Tsé-Tung, 111, 127, 162
 Mapa das Cortes, 23
 Mar territorial, 153, 155, 170, 187
 Maranguape, visconde de (Caetano Maria Lopes Gama), 50, 60
 Maranhão, Estado do (Brasil Colônia), 15
 Maranhão, ocupação francesa do (1612-15), 15
 Maria da Glória, 42, 44, 46
 Mariana, desastre ambiental, 249
 Mariel, Porto de, 233, 239
 Mármol, José, 63
 Marrakesh, Ata de (1994), 189
 Marrocos, 119, 160, 172, 189, 212, 226
 Marshall, Plano, 125
 Martim Garcia, Ilha de, 59
 Mascarenhas de Moraes, general, 121
 Mato Grosso, 22, 41, 59, 60, 64
 Mauá, barão e visconde de (Irineu Evangelista de Sousa), 57, 58, 60, 61, 62, 71
 Mauritânia, 239
 Maury, tenente Matthew Fontaine, 57
 Maximiliano, arquiduque Ferdinando, 61, 63, 66
 Mbeki, Thabo, 202, 220
 Mbororé, Batalha de (1641), 16
 MCCA (Mercado Comum Centro-Americano), 139
 Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, 196
 Médici, Emílio Garrastazu, 152, 154, 155
 Medvedev, Dmitri, 228, 234
 Megadiversos Afins, Grupo dos Países, 204, 233
 Meio Ambiente e Desenvolvimento, Conferência do Rio de Janeiro sobre (1992), 185
 Meio Ambiente, Conferência de Estocolmo sobre (1972), 155
 Mello, Sérgio Vieira de, 199, 206, 208
 Melo Franco, Afonso Arinos de, 139, 141, 142
 Melo Franco, Afrânio de, 102, 104, 108, 110
 Mem de Sá, 13
 Mendes, Chico, 179
 Mendonça, Salvador de, 78, 81
 Mendoza, Compromisso de (1991), 184
 Menem, Carlos Saúl, 179, 180, 181, 195
 Menezes, Jean Charles de, 216
 Mercosul, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204,

- 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 219, 221, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 246, 248, 251
- Mercosul, compromisso democrático dos países do (1996), 193
- Mercosul, Objetivo 2006, 208
- Mercosul, Parlamento do, 221
- Mercosul, Secretaria Administrativa do, 194
- Merkel, Angela, 226, 239, 245, 249
- Merquior, José Guilherme, 203
- Metas de Desenvolvimento do Milênio, 212
- Methuen, Tratado de (1703), 21, 32
- Metternich, Klemens von, 34, 37
- Mexicana, Revolução (1911), 92
- México, 11, 37, 39, 41, 43, 45, 47, 48, 54, 55, 60, 63, 66, 72, 84, 85, 93, 94, 95, 99, 101, 105, 106, 108, 110, 114, 122, 123, 135, 138, 141, 142, 143, 149, 152, 153, 163, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 176, 177, 181, 182, 183, 184, 189, 191, 193, 198, 201, 205, 206, 207, 209, 211, 215, 221, 222, 223, 232, 233, 239, 248, 252
- Mianmar, 169
- Milênio, Cúpula do (2000), 201
- Militares, questões (Brasil Império), 75, 76
- Milosevic, Slobodan, 198, 201
- Minas Terrestres Antipessoal, Convenção de Eliminação de (1997), 196
- Ministério das Relações Exteriores, transferência para Brasília (1970), 153
- Minustah (Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti), 210, 217, 221, 233, 239
- Missão artística francesa (1816), 34
- Missão militar francesa (1919), 99
- Missão naval norte-americana (1922), 101
- Mísseis cubanos, crise dos (1962), 142
- Mitre, Bartolomé, 62, 65, 66, 70
- Mitterrand, François, 168, 174
- Moçambique, 12, 78, 148, 161, 166, 187, 193, 202, 209, 210, 211, 213, 214, 221, 232, 238, 247
- Modi, Shri Narendra, 245
- Molotov-Ribbentrop, Pacto (1939), 115
- Momep (Missão de Observadores Militares no Equador e Peru), 191
- Mônaco, 234
- Mongólia, 186
- Moniz de Aragão, José Joaquim, 115
- Monroe, Doutrina, 40, 43, 88, 92, 98
- Montagu, Edwin Samuel, 102
- Monte Caseros, Batalha de (1852), 57
- Monte Castelo, tomada de. *Consulte* FEB
- Montenegro, República de, 219
- Montevideu, Tratado de (1890, questão de Palmas), 78, 81
- Montevideu, Tratado de (1960, Alalé), 138
- Montevideu, Tratado de (1980, Aladi), 166
- Montreal, Protocolo de (1987), 177
- Monusco (Missão da ONU na República Democrática do Congo), 242
- Morales, Evo, 217, 218, 221, 225, 229, 239, 250
- Moreira, Delfim, 98
- Morgan, Edwin, 93
- Morsi, Mohamed, 242
- MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), 160
- MTCR (Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis), 176, 192
- Mubarak, Hosni, 236
- Mudança do clima, 220, 224
- Mudança do Clima, 250, 251
- Mugabe, Robert, 198, 227
- Mulher, direitos da, 128, 144
- Müller, Lauro Severiano, 93, 94, 95, 96
- Multilateralismo, 207
- Muro de Berlim, 180
- Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty, 170
- Mussolini, Benito, 101, 112, 120, 122
- Nabuco de Araújo, Lei (1854), 58
- Nabuco, Joaquim, 73, 75, 87, 88
- Nação mais favorecida, cláusula da, 102, 112, 125
- Nações Unidas, Declaração das (1942), 118, 119
- Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), 188, 189, 194
- Namíbia, 148, 181, 186, 189, 198, 209, 210, 232
- Não Alinhados, Movimento dos, 133, 141, 180
- Não intervenção, princípio da, 105, 110, 113, 141, 142, 178
- Não Proliferação Nuclear, Tratado de, 151, 191, 195, 197
- Narayanan, K., 196
- Nassau, Johan Maurits van, 16, 17
- Natal, Cúpula de (1943), 119
- Naturalização de estrangeiros, 78
- Natureza, Carta Mundial da (1982), 170
- Netanyahu, Benjamin, 233
- Neutralismo, 133, 142, 146
- Neves, Tancredo, 141, 173, 174

- New York Exchange, 74
 Niagara Falls, Conferência de (1914), 94
 Nicarágua, 50, 91, 130, 139, 165, 171, 223, 235
 Nicolau II, czar, 84, 97
 Niemeyer, Otto, 108
 Nigéria, 12, 140, 147, 151, 155, 163, 171, 181, 213, 215, 216, 220, 232, 241
 Niterói, Hermenegildo Frederico, 54, 56
 Nixon, Richard, 136, 151, 154, 155, 158
 NMF. *Consulte* Nação mais favorecida, cláusula da
 Nordeste, ocupação holandesa do (1630-54), 16, 17, 18
 Nordeste, Plano de Operações no (1942), 118
 Norte-Sul, diálogo, 161, 166, 168, 171
 Noruega, 97, 183, 207, 223
 Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), 157, 160
 Nova Zelândia, 190, 202, 227, 242
 Nove chineses, caso dos (1964), 145
 Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, 245
 NSA (Agência de Segurança Nacional dos EUA), 242, 243
 Nuclear, Acordo Brasil-RFA (1975), 159, 162, 163, 173
 Nuclear, Declaração sobre Política Comum
 Brasil-Argentina (1990), 182
 Nuclebrás, 159, 163, 166
 Nuremberg, Tribunal de (1946), 124
 OACI (Organização da Aviação Civil Internacional), 124
 Obama, Barack, 228, 230, 233, 234, 236, 239, 248, 250
 Obasanjo, Olusegun, 216
 OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), 139, 248, 251
 Oceania, 189, 190
 Odebrecht, 214, 227
 ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio), 201, 249
 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), 249
 OEA (Organização dos Estados Americanos), 79, 126, 135, 136, 139, 141, 146, 147, 149, 153, 154, 168, 172, 173, 174, 175, 180, 187, 188, 190, 203, 205, 207, 209, 229, 230, 237, 252
 Oiapoque, 246
 Oiapoque, Rio, 21, 22, 48, 85
 OIC (Organização Internacional do Café), 142
 OIT (Organização Internacional do Trabalho), 99, 180, 194
 Okushi, Nobuo, 153
 Olinda, marquês de (Pedro de Araújo Lima), 49, 55
 Oliveira, Pedro Ferreira de, 59
 Olivos, Protocolo de (2002), 204
 OLP (Organização para a Libertação da Palestina), 145, 158, 188, 235
 Omã, 157, 214
 OMC (Organização Mundial do Comércio), 189, 192, 194, 195, 196, 200, 202, 203, 204, 208, 209, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 231, 237, 240, 242, 243, 244, 246, 250, 251, 253
 OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual), 150
 OMS (Organização Mundial de Saúde), 151
 ONU (Organização das Nações Unidas), 119, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 133, 134, 138, 139, 144, 145, 147, 148, 150, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 173, 174, 176, 177, 178, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 197, 198, 199, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 220, 221, 223, 224, 227, 229, 231, 232, 233, 234, 238, 239, 242, 243, 244, 245, 246, 249, 251, 252, 253
 Onumoz (Missão de Paz da ONU para Moçambique), 187
 Onusal (Missão de Observadores da ONU em El Salvador), 183
 Opanal (Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe), 149, 244
 OPAQ (Organização para a Proibição das Armas Químicas), 195, 205
 OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde), 125
 OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), 139, 157
 Operação Brasil-Ásia (1959), 137
 Operação Pan-Americana (OPA, 1958), 136, 139, 140
 Ordenações Filipinas, 14
 Orellana, Francisco de, 12
 Oribe, Manuel, 50, 52, 57
 Oriente Médio, 95, 150, 152, 156, 157, 164, 171, 184, 205, 208, 209, 224, 229, 230, 233, 247, 248

- Ortega, Daniel, 235
- OSC (Órgão de Solução de Controvérsias da OMC), 189
- Oslo, Acordos de (1993), 188
- Oswaldo Cruz, Fundação, 228
- OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), 127, 133, 147, 168, 195, 198, 205, 236
- OTAS (“Organização do Tratado do Atlântico Sul”), 168
- OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica), 200, 207, 232
- Otomano, Império, 45, 58, 59, 60, 85, 90, 92, 93, 95, 99, 101, *Consulte também* Turquia
- OUA (Organização da Unidade Africana), 143, 206
- Ouro Preto, Protocolo de (1994), 191
- Ouro Preto, visconde de (Afonso Celso de Assis Figueiredo), 77
- Oxenford, Edward, 40
- PAC (Política Agrícola Comum da UE), 203
- Pacheco, José Félix Alves, 101
- Pacífico, Guerra do (1879-83), 72, 73, 75
- Pacto de Família (1761), 24
- Padrão-ouro, 71, 101, 109
- Padres matemáticos, missão dos (1729), 22
- Padroado, 70, 78
- PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), 146
- Países Baixos, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 42, 45, 84, 135, 163, 196, 207, 225, 232
- Palestina, 69, 97, 125, 126, 127, 145, 178, 188, 198, 211, 214, 225, 232, 233, 235, 238, 241, 245, 246, 247, *Consulte também* OLP
- Palmas, questão de (1895), 75, 77, 78, 81, 84
- Palmela, conde de (Pedro de Sousa Holstein), 34, 37
- Palmerston, lorde, 50
- PALOPs (Países africanos de língua oficial portuguesa), 180
- Panamá, 43, 86, 94, 116, 117, 134, 160, 163, 170, 175, 176, 180, 200, 202, 221, 223
- Panamá, Congresso do (1826), 43
- Pan-Americana, União. *Consulte* Conferência Internacional Americana e OEA
- Panther*, incidente da (1905), 88
- Papa Bento XVI, 215, 222
- Papa Francisco, 242
- Papa João Paulo II, 164, 166, 194
- Paquistão, 125, 129, 147, 154, 196, 205, 212, 224, 237
- Paraguai, 12, 26, 32, 37, 46, 50, 51, 53, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 87, 93, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 114, 117, 120, 146, 148, 151, 156, 160, 163, 165, 166, 173, 179, 183, 199, 200, 206, 221, 227, 230, 231, 240, 243, 248, 251, 252
- Paraguai, Guerra do (1864-70), 64, 65, 66, 67, 68
- Paraná, marquês de (Honório Hermeto Carneiro Leão), 52, 57, 58
- Paranaguá, visconde de (Francisco Vilela Barbosa), 41
- Paranhos Júnior, José Maria da Silva. *Consulte* Rio Branco, barão do
- Parceria para um Governo Aberto, 238, 239
- Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TIP), 249
- Parceria Transpacifico (TPP), 249
- Paris, Tratado de (1763), 25
- Parlamento Europeu, 226
- Parlatino (Parlamento Latino-Americano), 177, 188
- Passo do Rosário, Batalha de (ou Ituzzaingó) (1827), 43
- Patentes, Lei das. *Consulte* Propriedade intelectual
- Patiño, Ricardo, 247
- Patriota, Antonio de Aguiar, 235, 239, 243
- Pau-brasil, 10, 14, 27, 32
- Pavón, Batalha de (1862), 62
- Pax Americana*, 155
- Pax Britannica*, 49
- PCB (Partido Comunista Brasileiro), 101, 111, 112, 122, 123, 125, 173
- Pearl Harbor, ataque a (1941), 118
- Peçanha, Nilo, 91, 96
- Peixoto, Floriano, 80, 81
- Pelindaba, Tratado de (1996), 193
- Peña Nieto, Enrique, 248
- Pena, Afonso, 73, 89, 91
- Penedo, barão de (Francisco Inácio de Carvalho Moreira), 63, 70
- Peninsular, Guerra (1808-14), 31
- Pereira, Duarte Pacheco, 10
- Pereira, Fernando Lobo Leite, 80
- Pereira, Lafaiete Rodrigues, 75, 77
- Peres, Shimon, 177, 231
- Pernambucana, Revolução (1817), 35

- Perón, Juan Domingo, 124, 130, 132, 133
- Peru, 12, 35, 37, 41, 43, 49, 51, 57, 60, 64, 66, 68, 70, 71, 72, 75, 85, 87, 91, 93, 103, 106, 108, 109, 110, 111, 117, 118, 131, 152, 162, 163, 165, 167, 172, 174, 176, 177, 179, 181, 185, 191, 195, 198, 208, 212, 216, 217, 218, 225, 235, 239, 252
- Peru-Ecuador, Protocolo de Paz do Rio de Janeiro (1942), 118
- Pessoa, Epitácio, 92, 98, 99, 102
- Petrobras, 131, 136, 155, 162, 195, 218, 225, 243, 247, 250
- Petróleo, choques do, 157, 164
- Petróleo, Lei do (1997), 195
- Petrópolis, Tratado de (1903), 86, 93
- Pimenta Bueno, José Antonio (marquês de São Vicente), 53, 55, 68
- Pinheiro, Paulo Sérgio, 240
- Pinochet, Augusto, 156, 166, 167, 198
- Pinto, José de Magalhães, 149
- Pinzón, Vicente Yañez, 10
- Pirara, questão do (1904), 48, 51, 85, 87
- Pirineus, Paz dos (1659), 19
- Pizarro, Francisco, 12
- Plácido de Castro, 86
- Plano de Metas (1956), 137, 138
- Plano de Metas (1956), 134
- Plataforma continental, 128, 136
- Platt, Emenda, 85, 111
- PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), 155, 158
- Pnemem (Política Nacional para a Exportação de Material de Emprego Militar), 157
- PNUD (Programa da ONU para o Desenvolvimento), 147
- Pnuma (Programa da ONU para o Meio Ambiente), 155, 179
- Poder Moderador, 40
- Polignac, Memorando (1823), 39
- Política Externa Independente (PEI), 139, 141, 146, 149
- Polonetas, escândalo das (1983), 171
- Polônia, 99, 100, 103, 104, 115, 139, 168, 171, 204
- Pombal, marquês de (Sebastião José de Carvalho e Melo), 24, 25, 26
- Poncho Verde, Paz de (1845), 53
- Ponte da Amizade Brasil-Paraguai, 146
- Ponte Ribeiro, Duarte da, 51, 57
- Pontes, Marcos Cesar, 218
- Ponto IV, programa, 127, 128
- Porto Rico, 80, 83, 130
- Porto, Revolução do (1820), 37
- Portugal, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 48, 50, 54, 63, 64, 70, 79, 81, 82, 92, 101, 108, 109, 120, 131, 133, 135, 137, 138, 149, 152, 155, 156, 157, 162, 167, 174, 175, 180, 183, 191, 193, 200, 210, 216, 223, 225
- Potência emergente, Brasil como, 154
- Potsdam, Conferência de (1945), 123
- Povos indígenas e tribais, Convenção sobre os (1989), 180
- Powell, Colin, 212
- Prado, Eduardo, 81
- Pragmatismo responsável, 157
- Praieira, Revolução (1848), 55
- Preferências comerciais, 251
- Pré-sal, reservas de petróleo, 224
- Prestes, Coluna (1925-27), 103, 104
- Prestes, Júlio, 107
- Prestes, Luís Carlos, 111, 112
- Préval, René, 217, 233
- Primavera Árabe, 236, 241
- Primeiro Reinado, 38
- Prince of Wales*, navio. Consulte Christie, Questão Proálcool, 160
- Propriedade intelectual, 174, 176, 189, 193
- Prosub (Programa de Desenvolvimento de Submarinos), 240
- Proteção de civis, 236
- Protecionismo, 52, 54, 79, 112, 166, 171, 196
- Províncias Unidas do Rio da Prata, 35, 41, 44, Consulte também Argentina
- Prudente de Moraes, 81
- Prússia, 21, 27, 34, 42, 43, 49, 61
- Punta del Este, Conferência de (1962), 141
- Putín, Vladimir, 212, 241, 245
- Qatar, 157, 204, 214, 234, 235
- Quadros, Jânio, 136, 138, 139, 140, 141
- Québec, 192, 203
- Queluz, marquês de (João Severiano Maciel da Costa), 32, 43
- Quênia, 155, 156, 157, 214, 235
- Quinquênio Liberal, 52
- Quioto, Protocolo sobre Mudança do Clima (1997), 196, 206, 232

- Quitandinha, Conferência do Hotel. *Consulte* TIAR
- Racismo, 160, 178, 184, 203, 219, 248
- Raguet, Condý, 40, 43
- Ramos Horta, José, 225
- Rao, Vicente, 130
- Raposo Tavares, Antônio, 17
- Rarotonga, Tratado de (1985), 174
- Raytheon, empresa norte-americana, 194
- RDA (República Democrática da Alemanha), 127, 133, 140, 157
- Reagan, Ronald, 168, 170, 175, 177
- Real, Plano, 190, 198
- Rebelo, José Silvestre, 40
- Reciprocidade, Tratado Brasil-EUA de (1891), 79, 80, 81
- Refinaria Abreu e Lima, 225
- Refugiados, 129, 169, 173, 205, 223, 241, 246, 248, 250, 252
- Refugiados palestinos, 169, 205, 223
- Regência, 31, 46, 47, 48, 49, 69
- Regime Militar (1964-85), 145, 148, 149, 152, 163, 165, 173, 178, 185
- Regresso conservador (Brasil Império), 49
- Reino Unido, 14, 37, 215, 218, 232, 240, 248, 251
- Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. *Consulte* Grã-Bretanha
- Relações internacionais do Brasil, princípios que regem as (Constituição de 1988), 178
- Religiosa, Questão (1873), 70
- República, reconhecimento da, 78, 79, 80
- Responsabilidade ao proteger, 238, 239
- Responsabilidade de proteger, 238
- Restauração portuguesa (1640), 16
- Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Americanos, 116, 118, 129, 141
- Revolução de 1930, 107
- Reza Pahlevi, xá, 146, 164
- Rezek, José Francisco, 181, 194
- RFA (República Federal da Alemanha), 127, 131, 133, 157, 160, 162, 163, 164, 169
- Riachuelo, Batalha de (1865), 65
- Ribeiro, José de Araújo, 52
- Rice, Condoleezza, 215, 225
- Ricupero, Rubens, 177, 192
- Rio Branco, barão do (José Maria da Silva Paranhos Júnior), 72, 82, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 153
- Rio Branco, Tarifa (1874), 71, 74
- Rio Branco, visconde do (José Maria da Silva Paranhos), 59, 60, 61, 64, 67, 69, 71
- Rio de Janeiro, capital do Brasil (1763), 25
- Rio Maior, missão do conde de (1823), 39
- Rio, Grupo do, 176, 177, 181, 186, 188, 212
- Rio+10 (2002), 206
- Rio+20 (2012), 240
- Ritter, Karl, 114, 115
- Rivadavia, Bernardino, 43
- Rivera, Fructuoso, 45, 50, 52
- Roboré, Acordos do (1958), 136
- Roca, Julio, 84, 85
- Rodada Doha, 204, 209, 218, 220, 221, 222, 223, 227, 244
- Rodada Uruguai, 176, 186, 189
- Rodrigues Alves, Francisco de Paula, 86, 98
- Rodrigues Alves, Tarifa (1896), 82
- Rodríguez de Francia, José Gaspar, 32, 50
- Roger Pinto, caso, 239, 243
- Rohani, Hassan, 242
- Romênia, 140, 157, 159, 181
- Roosevelt, Franklin, 109, 113, 117, 119
- Roosevelt, Theodore, 85
- Root, Elihu, 89, 93
- Rosas, Juan Manuel de, 45, 50, 53, 55, 56, 57
- Rothschild & Sons, casa bancária, 40, 59, 63, 65, 77, 83, 86, 104, 108
- Rousseff, Dilma, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 251, 252
- Rúa, Fernando de la, 200, 204
- Ruanda, 167
- Russa, Revolução (1917), 97
- Rússia, 29, 33, 34, 58, 59, 66, 70, 71, 73, 76, 80, 84, 90, 94, 97, 100, 101, 185, 187, 190, 197, 201, 204, 205, 210, 212, 216, 219, 221, 226, 227, 228, 230, 233, 234, 236, 240, 241, 242, 243, 245, 248, *Consulte também* União Soviética
- Russo-Japonesa, Guerra (1905), 88
- Sá e Albuquerque, Antonio Coelho de, 62, 66
- Saara Ocidental, 160, 161
- Saavedra Lamas, Pacto (1933), 110
- Saboia, Eduardo, 243
- Saboia, Gilberto, 188, 220
- Sacro Império Romano, 11, 18
- SACU (União Aduaneira da África Austral), 213, 223, 251
- SADC (Comunidade de Desenvolvimento da

- África Austral), 186
 Sáenz Peña, Roque, 91, 92
 Salazar, Antonio de Oliveira, 109, 139, 151
 Saldanha da Gama, 81
 Sales, Walter Moreira, 138
 Salisbury, lorde, 82
 SALT-1 (Tratado de Limitação de Armas
 Estratégicas EUA-URSS), 155
 Salte, Plano, 126
 Salvador, capital do Brasil (1549), 12
 San Francisco, Conferência de (1945), 123
 San Marino, 79
 San Martín, José de, 36
 San Salvador, Protocolo de (1988), 178
 San Tiago Dantas, Francisco Clementino de, 141,
 142, 143
 Sanguinetti, Julio María, 175
 Santa Aliança, 34, 36, 40, 43
 Santa Sé, 70, 79, 89, 108, 228, *Consulte também*
 Vaticano
 Santo Amaro, marquês de (José Egídio Álvares de
 Almeida), 41, 45
 Santo Ildefonso, Tratado de (1777), 26, 29, 55
 Santos Cruz, Carlos Alberto, 242
 Santos Dumont, 89
 Santos, José Eduardo dos, 179, 190, 204, 213,
 235, 245
 Santos, Juan Manuel, 23, 38, 62, 89, 90, 100, 224,
 242, 245, 251
 São José dos Campos, Declaração de (1995), 192
 São Paulo Railway, ferrovia, 61
 São Paulo, Consenso de (2004), 211
 São Paulo, Espírito de (2004), 211
 São Tomé e Príncipe, 17, 161, 193, 207, 209, 211,
 213, 222, 232, 247
 São Vicente, marquês de. *Consulte* Pimenta Bueno,
 José Antonio
 Saragoça, Tratado de (1529), 11
 Saraiva, José Antônio, 64, 65
 Saraiva, Tarifa (1881), 74
 Saraiva-Cotegipe, Lei dos sexagenários (1885), 75
 Sarkozy, Nicolas, 225
 Sarmiento, Domingo Faustino, 67, 70
 Sarney, José, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180
 Saud, Abdullah Bin Abdulaziz al, 230
 Savimbi, Jonas, 190, 204
 SCD-1, satélite brasileiro, 187
 Schmidt, Augusto Frederico, 136, 138
 Schomburgk, Robert H., 48
 Schröder, Gerhard, 204
 Seção 301, Lei de Comércio norte-americana, 178,
 196, 199
 Secessão, Guerra de (1861-65), 62, 65
 Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e
 da Guerra, criação da (1808), 23, 31
 Segundo Reinado, 50, 57
 Segurança coletiva, 102, 146
 Segurança econômica coletiva, doutrina da, 144,
 150
 Segurança Nacional, Lei de (1967), 148
 SEI (Secretaria Especial de Informática), 182
 SELA (Sistema Econômico Latino-Americano),
 160
 Selassie, Haile, 139
 Semipalatinsk, Tratado de (2006), 220
 Senegal, 73, 139, 146, 147, 155, 171, 181, 186,
 213, 215, 221, 232, 247
 Sepetiba, visconde de (Aureliano de Souza e
 Oliveira Coutinho), 47, 50
 Serra Leoa, 36, 46, 232
 Serra, José, 207, 251, 252
 Sese Seko, Mobutu, 176
 Sete Anos, Guerra dos (1756-63), 24, 25
 Sete Povos das Missões, 20, 23, 24
 Setúbal, Olavo, 173
 SGPC (Sistema Global de Preferências
 Comerciais), 177, 232
 Shultz, George, 172
 SICA (Sistema de Integração Centro-Americana),
 210, 216, 226, 228
 Siderúrgica Belgo-Mineira, companhia, 100
 Silva Ferraz, Tarifa (1860), 61
 Silva, general Albino, 142
 Silveira, Antonio Francisco Azeredo da, 157, 159,
 160
 Singapura, 61, 137, 147, 150, 193, 194, 195, 200,
 225, 228, 249
 Singh, Manmohan, 220, 223, 234
 Sinimbú, visconde de (João Lins Vieira Cansanção
 de Sinimbú), 52, 61
 Sionismo, 160, 184
 Siqueira Campos, incidente do navio (1940), 117
 Síria, 150, 157, 209, 214, 225, 235, 236, 240, 243,
 244, 245, 247, 249, 250
 Síria, Guerra Civil, 236, 240
 Sistema dos tratados, 44, 53

- Sistema Generalizado de Preferências, 150, 154
 Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), 194, 206
 Snowden, Edward, 242
 Soares, Mário, 162, 175
 Sociedade Promotora de Imigração, 76
 Sodré, Roberto de Abreu, 175
 Solís, Juan Díaz de, 11
 Somália, 244
 Somoza, Anastacio, 165
 Sonda IV, 173
 Sosa-Tejedor, Tratado (1875), 71
 Sousa Correia, João Artur de, 82
 Souza Dantas, Luiz Martins de, 116, 124
 Souza Franco, Tarifa (1857), 60
 Souza, Tomé de, 12
 Sri Lanka, 137
 Stalin, Joseph, 102, 122, 123, 130, 134
 Standard Oil Company, 113, 128
 Start I (Tratado de Redução de Armas Estratégicas EUA-URSS), 184
 Start II, 187
 Start, Novo (2010), 233
 Stettinius, Edward, 121, 122
 Strangford, lorde, 30, 33
 Stroessner, Alfredo, 156, 160, 165, 179
 Stuart, Charles, 41, 42
 Subsídios ao comércio, 140, 191, 202, 203, 205, 208
 Substituição Competitiva de Importações, Programa de, 211
 Sucessão da Espanha, Guerra de (1701-13), 21, 22
 Suco de laranja, 196, 216, 231, 237
 Sudão, 151, 211
 Sudão do Sul, 237
 Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), 138
 Suécia, 33, 42, 108, 183, 191, 204, 223, 232, 238, 244, 249
 Suez, Batalhão (1956), 134
 Suharto, 147, 197
 Suíça, 34, 36, 42, 79, 107, 153, 154, 194, 207, 224, 234, 250
 Sukarno, 133, 137
 Sul-Sul, relações, 177, 181, 208, 220, 230, 232
 Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), 131, 133, 140, 146
 Super Tucano, aviões, 239
 Suriname, 89, 160, 163, 169, 171, 179, 193, 214, 248
 Sykes-Picot, Acordo (1916), 95, 245
 Tabaco, Convenção-Quadro para o Controle do (2003), 207
 Tabatinga-Apapóris, linha, 57, 87, 90, 103, 111
 Tacna e Arica, questão de, 75, 106
 Tailândia, 137, 150, 195, 198, 210
 Taiwan, 82, 127, 130, 154, 158, 193
 Talibã, 203, 233
 Talleyrand, Charles Maurice de, 34
 Tamandaré, marquês de (Joaquim Marques Lisboa), 64
 Tamoios, Confederação dos, 13
 Tanzânia, 153, 166, 235, 238
 Tarifa aduaneira de 1900, 108
 Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC), 191
 Taubaté, Convênio de (1906), 89
 TCA (Tratado de Cooperação Amazônica), 163, 167, 179
 Tcheca, República, 187, 218, 225, 232
 Tchecoslováquia, 99, 100, 103, 108, 115, 151, 180, 182, 187
 Tecnologia de Informação, Acordo sobre (1996), 194
 Teerã, Declaração de (2010), 234
 Teixeira, Pedro, 16
 Telégrafo, 71
 Telegrama nº 9, caso do (1908), 90
 Temer, Michel, 251, 252, 253
 Tenentismo, 101, 103, 104
 Terceiro Mundo, 133, 160, 171
 Terrorismo, 154, 178, 203, 224, 245, 250
 Terrorismo, Convenção Interamericana contra o (2002), 205
 Tese 12 sobre redução de armamentos (1923), 102
 Thatcher, Margaret, 165
 Thornton, Edward, 65
 TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), 125, 203
 Tibet, 128
 Timor Leste, 161, 184, 194, 199, 202, 205, 222, 225, 226
 Timor-Leste, 238
 Tiradentes (Joaquim José da Silva Xavier), 27
 Tito, Josip Broz, 133, 144, 166
 Tlatelolco, Tratado de (1967), 149, 189
 TNP. *Consulte* Não Proliferação Nuclear, Tratado

- de
Togo, 155
- Tordesilhas, Tratado de (1494), 10, 11, 13, 16, 23
- Tortura, Convenção contra a (1984), 173, 174
- TPI (Tribunal Penal Internacional), 197, 200, 213, 230, 234, 247
- TPRM (Mecanismo de Exame de Políticas Comerciais da OMC), 189
- Trabalho infantil, 244
- Tráfico de escravos, 30, 32, 50, 53
- Transamazônica, rodovia, 153
- Tratado Constitutivo da Unasul (2008), 226
- Três Imperadores, Liga dos, 70, 73
- Trienal, Plano, 143
- Trilateral, Comissão, 156
- TRIMs (Acordo sobre Medidas de Investimentos Relacionados ao Comércio, OMC), 189
- Trindade, Antônio Augusto Cançado, 199, 228
- Trindade, Ilha da, 26, 81, 82
- Trindade, ocupação britânica da Ilha da (1895), 82
- Trinidad e Tobago, 225
- Trinta Anos, Guerra dos (1618-48), 15, 18
- Tríplice Aliança, Tratado da (1865), 65, 70
- Tríplice Fronteira, região da, 206
- TRIPs (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, OMC), 189
- Trousdale, William, 58, 59
- Trudeau, Pierre, 167
- Truman, Harry, 122, 123, 125, 127, 129
- Trump, Donald, 253
- Tucumán, Congresso de (1816), 35
- Tunísia, 73, 134, 214, 226, 236
- Turquia, 60, 101, 102, 142, 158, 219, 230, 234, 235, 238, 248, 249, 250
- Tuvalu, 217
- TV digital, 219
- Ucrânia, 192, 204, 207, 220, 232, 238, 245
- UIP (União Inter-Parlamentar), 77
- UIT (União Internacional das Telecomunicações), 72
- Unasul (União de Nações Sul-Americanas), 222, 226, 227, 229, 231, 235, 240, 243, 245, 247, 251
- Unavem-III (Terceira Missão de Verificação da ONU em Angola), 191
- Unctad (Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento), 145, 150, 155, 192, 211
- UNE (União Nacional dos Estudantes), 113, 138
- Unesco (Organização Educacional, Científica e Cultural da ONU), 123, 130, 156, 167, 238, 251
- Unfccc (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima), 232
- União aduaneira, 77, 118, 191
- União Africana, 206, 221, 230, 242
- União Europeia, 185, 191, 192, 194, 196, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 211, 214, 215, 219, 223, 224, 225, 226, 229, 232, 235, 238, 240, 241, 245, 248, 249, 250, 251, 253
- União Ibérica (1580-1640), 14, 16
- União Latina, 129
- União Soviética, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 125, 127, 130, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 141, 143, 146, 147, 148, 151, 152, 155, 159, 165, 173, 177, 178, 181, 183, 184, 185, 186, *Consulte também* Rússia
- União Sul-Africana. *Consulte* África do Sul
- Unido (Organização da ONU para o Desenvolvimento Industrial), 165
- Unifil (Força Interina das Nações Unidas no Líbano), 236
- Unilateralismo, 207
- Unita (União Nacional para a Independência Total de Angola), 190, 204
- Unitaid (Central para Compra de Medicamentos), 220, 225
- Universalismo, 164, 171
- Universidade de São Paulo, 110
- Unrwa (Agência da ONU para Assistência aos Refugiados da Palestina), 127, 246
- Untaet (Administração Transitória da ONU no Timor Leste), 199
- UPU (União Postal Universal), 72
- Urânio, tecnologia de enriquecimento de, 131, 133, 159, 163, 177
- Urenco, consórcio, 163
- Uribe, Álvaro, 210, 213, 218, 227, 229
- Urquiza, Justo José, 56, 57, 58, 64
- URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). *Consulte* União Soviética
- Uruguai, 29, 43, 44, 45, 49, 50, 52, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 72, 76, 78, 81, 88, 91, 100, 103, 106, 108, 110, 111, 112, 128, 145, 151, 154, 159, 162, 163, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 183, 186, 189, 194, 210, 213, 214, 221, 224, 232, 240, 244, 247, 251
- Uruguai, visconde do (Paulino José Soares de

- Souza), 55, 59
- Uruguaiana, Encontro de (1961), 140
- Usaid (Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA), 143, 146
- Ushuaia I, Protocolo de (1998), 197
- Ushuaia II, Protocolo de Montevideu (2011), 238
- USTR (Representante Comercial dos EUA), 178
- Uti possidetis*, 23, 29, 55, 57
- Utrecht, Tratado de (1713), 22, 36, 85
- Uzbequistão, 232
- Valentín Gómez, 39
- Valparaíso, proposta de Conferência Preliminar em (1922), 102
- Van Rompuy, Herman, 241
- Vargas, Getúlio, 106, 108, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 129, 131, 132
- Varig, companhia aérea, 105, 219
- Varnhagen, Francisco Adolfo, 59, 72
- Varsóvia, Pacto de, 133, 151, 183
- Vasco da Gama, 10
- Vasconcelos, Tarifa Bernardo Pereira de (1828), 44
- Vassalos, Jornada dos (1625), 15
- Vaticano, 175, 194, 215, 228, *Consulte também* Santa Sé, *Consulte também* Santa Sé
- Vázquez, Tabaré, 213, 214, 232, 247
- Veículo Lançador de Satélites (VLS), 189, 196, 208
- Velloso, Pedro Leão, 121, 123
- Venetiaan, Runaldo, 193
- Venezuela, 32, 35, 45, 54, 58, 61, 82, 86, 88, 145, 148, 152, 162, 163, 165, 168, 170, 176, 177, 181, 184, 191, 193, 195, 196, 202, 205, 207, 209, 211, 212, 213, 214, 217, 218, 219, 220, 222, 224, 229, 231, 240, 241, 245, 247, 249, 251, 252, 253
- Ventre Livre, Lei do (1871), 69
- Venturini, Danilo, 171
- Vergueiro, Nicolau, 54
- Versalhes, Tratado de (1919), 98, 99, 103
- Vespúcio, Américo, 10
- Vice-Reinado do Rio da Prata, 26, 32, 45
- Victor Emanuel III, 87
- Videla, Jorge Rafael, 161, 166
- Vieira, Mauro, 246, 247, 250
- Vieira, padre Antonio, 17
- Viena, Congresso de (1815), 33, 34, 36
- Vietnam, 132, 137, 148, 150, 156, 159, 179, 212, 225, 226, 249
- Vietnam, Guerra do, 150, 156
- Vila Bela, barão de (Domingos de Souza Leão), 72
- Vilafrancada, golpe (1823), 39
- Villa Unión, Protocolo de (1865), 64
- Villegaignon, Nicolas Duran de, 13
- Viña del Mar, Consenso de (1969), 151
- Vinicius de Moraes, 234
- Viotti, Maria Luiza Ribeiro, 234
- Vogelgesang, almirante Carl, 101
- Volta Redonda, siderúrgica de, 116
- Voluntários da Pátria, corpo de combatentes, 64
- Waldheim, Kurt, 156
- Walesa, Lech, 168, 182
- Walters, Vernon, 144, 168
- Washington Luís Pereira de Souza, 104, 106, 107
- Washington, Acordos de (1942), 118
- Washington, Consenso de, 180, 182, 209
- Washington, George, 27, 28
- Wassenaar, Acordo de, 192
- Waterloo, Batalha de (1815), 34
- Webb, James Watson, 62, 68
- Welles, Sumner, 113
- Western Telegraph Company, 96
- Westfália, Paz de (1648), 18
- Westinghouse, companhia norte-americana, 155, 173
- Westminster, Tratado de (1654), 18, 19
- Whitehall, Tratado de (1661), 19
- Wickham, Henry, 71
- Wikileaks, 239
- Williams, John, 110
- Willingdon, lorde, 117
- Wilmington, incidente da (1899), 84
- Wilson, Woodrow, 97, 98
- Wise, Henry, 54
- World Trade Center. *Consulte* 11 de setembro
- Worthington, missão comercial britânica (1898), 83
- Xanana Gusmão, 205, 238
- Xangai, 75, 127, 172
- Xi Jinping, 245
- Xiaoping, Deng, 164, 194
- Yalta, Conferência de (1945), 122
- Yanomami, reserva indígena dos, 185
- Yanukovych, Viktor, 238, 245
- Yeltsin, Bóris, 185
- Yrigoyen, Hipólito, 96, 107
- Zacarias de Góis e Vasconcelos, 62

- Zaire, 155, 157, 176
Zâmbia, 153, 165, 166, 190, 235
Zapatero, José Luis, 213, 225
Zeballos, Estanislao, 81, 90
Zelaya, José Manuel, 218, 230, 231, 233, 237
Zemin, Jiang, 189, 194, 202
Zika, vírus, 250
Zilda Arns, 233
Zimbábue, 166, 181, 198, 227
Zimmermann, telegrama, 96
Zollverein, união aduaneira germânica, 47, 53
Zopacas. *Consulte* Atlântico Sul, Zona de Paz e
Cooperação
Zoutendyk, Alwyn, 112
Zuma, Jacob, 232
Zumbi, 21

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Dunshee de. *Rio Branco e a política exterior do Brasil (1902-1912)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, 2 v.
- ABREU, Alzira Alves, et al. (org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 2001, 5 v.
- ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial & Caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1998.
- ABREU, Marcelo de Paiva. *O Brasil e a economia mundial (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992.
- _____. A dívida pública externa do Brasil, 1824-1931. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE-USP, vol. 15, nº 2, maio-agosto 1985, p. 167-189.
- ACCIOLY, Hildebrando. Rui Barbosa na Segunda Conferência da Haia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol. CCXXXVII, out./dez. 1957, p. 164-176.
- _____. *O reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1938.
- _____. *Atos internacionais vigentes no Brasil*. Rio de Janeiro: Pongetti Editores, 1937, 2 v.
- ACIOLY, Luciana & CINTRA, Marcos Antonio M. (orgs.). *Inserção internacional brasileira: temas de política externa*. Brasília: IPEA, Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro, Livro 3, vol. 1, 2010.
- AFONSO ARINOS, Filho. *Diplomacia independente: um legado de Afonso Arinos*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- AGUIAR, Manuel Pinto. *A abertura dos portos, Cairu e os ingleses*. Salvador, Progresso, 1960.
- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira, 1930-1990*. São Paulo: Cultura Editores Associados, Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996-2000, 4 v. Crescimento, modernização e política externa (vol. I); Diplomacia para o desenvolvimento (vol. II); O desafio geoestratégico (vol. III); Prioridades, atores e políticas (vol. IV).
- ALEIXO, José Carlos Brandi. *O Brasil e o Congresso Anfictônico do Panamá*. Brasília: MRE, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.
- _____. Fundamentos e linhas gerais da política externa do Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, vol. 1, n. 1, mar. 1989, p. 7-43.
- _____. *O Brasil e a América Central*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1993.
- ALLEN, J. Michael & ALLEN, James B. *World history from 1500*. New York: HarperCollins, 1990.
- ALLES, Leonardo Miguel. *A política externa do governo Lula: da não intervenção à não indiferença*. Curitiba: Appris, 2012.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Nunca antes na diplomacia: a política externa brasileira em tempos não convencionais*. Curitiba: Editora Appris, 2014.
- _____. *Relações internacionais e política externa do Brasil: a diplomacia brasileira no contexto da globalização*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- _____. Uma política externa engajada: a diplomacia do Governo Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 47, vol. 1, 2004, p. 162-184.
- _____. *Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. *Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo/Brasília: Senac/FUNAG, 2001.
- _____. *O estudo das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Unimarco Editora, 1999.
- _____. *O Brasil e o multilateralismo econômico*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.
- _____. *Dos descobrimentos à globalização: relações internacionais e política externa do Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.
- _____. Estrutura institucional das relações econômicas internacionais do Brasil: acordos e organizações multilaterais de 1815 a 1997. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 19, n. 2, jul.-dez. 1997, p. 307-401.
- _____. Cronologia da integração latino-americana no contexto do sistema econômico internacional. *Boletim de Integração Latino-Americana*. Brasília, MRE, n. 16, jan.-abr. 1995, p. 144-150.
- _____. Estudos de relações internacionais do Brasil: etapas da produção historiográfica brasileira, 1927-1992. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, ano 36, n. 1, 1993, p. 11-36.
- _____. *O Mercosul no contexto regional e internacional*. São Paulo: Edições Aduaneiras, 1993.
- ALMINO, João & CARDIM, Carlos Henrique (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC Edições/FUNAG, 2002.

- ALMOND, Mark, *et al.* *The Times atlas of European history*. London: Times Books, 1994.
- AL-SAFI, Mansour Saleh. *Arábia Saudita: política externa e aspectos de suas relações com o Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1993.
- ALSINA Jr., João Paulo Soares. *Rio-Branco, grande estratégia e o poder naval*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.
- AMADO, Rodrigo (org.). *Araújo Castro*. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- AMORIM, Celso. *Teerã, Ramalá e Doha: memórias da política externa ativa e altiva*. São Paulo: Benvirá, 2015.
- _____. *Breves narrativas diplomáticas*. São Paulo: Benvirá, 2013.
- _____. *Conversas com jovens diplomatas*. São Paulo: Benvirá, 2011.
- _____. Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: vol. 53, Número Especial, 2010, p. 214-240.
- _____. O Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. *Política Externa*. São Paulo: vol. 3, n. 4, mar. 1995, p. 3-15.
- AMORIM Neto, Octavio. *De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
- ANDERSON, M. S. *The origins of the modern European state system, 1494-1618*. London: Longman, 1998.
- ANGLIN, Jay Pascal & HAMBLIN, William J. *World history to 1648*. New York: HarperCollins, 1993.
- ANJOS, João Alfredo dos. *José Bonifácio, primeiro Chanceler do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2007.
- ARAÚJO, João Hermes Pereira de, *et al.* *Três ensaios sobre diplomacia brasileira*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1989.
- ARAÚJO JORGE, A. G. de. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal, 1999.
- ARRAES, Virgílio Caixeta. A República insegura: a disputa entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela posse da Ilha da Trindade (1895-1896). *Cena Internacional*. Ano 2, n. 1, junho 2000, www.relnet.com.br, acesso em 25/10/2009.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros, 1800-1808*. Bauru: EDUSC, 2008.
- ATKINS, G. Pope. *Handbook of research on the international relations of Latin America and the Caribbean*. Boulder, Colorado: Westview Press, 2001.
- _____. *Encyclopedia of the inter-American system*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1997.
- BARMAN, Roderick J. *Brazil: the forging of a nation, 1798-1852*. Stanford, California: Stanford University Press, 1988.
- BARRACLOUGH, Geoffrey (ed.). *The Times Atlas of World History*. London: Hammond, 1994.
- BARBOSA, Rubens Antonio & ALMEIDA, Paulo Roberto de (orgs.). *Relações Brasil-Estados Unidos: assimetrias e convergências*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.
- BARBOZA, Mário Gibson. *Na diplomacia o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- BARRETO, Fernando de Mello. *A política externa após a redemocratização*. Brasília: FUNAG, 2012, Tomos I (1985-2002) e II (2003-2010).
- _____. *Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil, 1964-1985*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- _____. *Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil, 1912 a 1964*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. *O intervencionismo do Império brasileiro no Rio da Prata: da ação contra Rosas e Oribe à Tríplice Aliança*. Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade de Brasília, 2011.
- BARROS, Alexandre de S. C. A formulação e implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os novos atores. In: MUÑOZ, Heraldo & TULCHIN, Joseph (orgs.). *A América Latina e a política mundial*. São Paulo: Ed. Convívio, 1986, p. 29-42.
- BARROS, Jayme de. *A política exterior do Brasil (1930-1942)*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943.
- BATH, Sérgio. *Cinco tratados históricos (1494-1895)*. Brasília: MRE, Instituto Rio Branco, 1980.
- BATISTA, Paulo Nogueira. A política externa de Collor: modernização ou retrocesso?. *Política Externa*. São Paulo, vol. 1, n. 4, mar. 1993, p. 106-135.
- BAYLIS, John & SMITH, Steve (eds.). *The globalization of world politics: an introduction to international relations*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- BECKER, Berta & EGLER, Cláudio. *Brasil: uma nova potência regional na economia mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.
- BELO, José Maria. *História da República, 1889-1954: síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1972.
- BENNASSAR, Bartolomé & MARIN, Richard. *Histoire du Brésil, 1500-2000*. Paris: Fayard, 2000.
- BENTLEY, Jerry H. & ZIEGLER, Herbert F. *Traditions and encounters: a global perspective on the past*. Boston: McGraw-Hill, 2000.
- BETHELL, Leslie. Britain and Latin America in historical perspective. In: BULMER-THOMAS, Victor (ed.). *Britain and Latin America: a changing relationship*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 1-24.
- _____. *The abolition of the Brazilian slave trade: Britain, Brazil and the slave trade question, 1807-1869*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa*, vol. 3. O Brasil na balança do Império (1697-1808). Lisboa: Temas e Debates, 1998.

- BEZERRA, Gustavo Henrique Marques. *Da revolução ao reatamento: a política externa brasileira e a questão cubana (1959-1986)*. Brasília: FUNAG, 2012.
- BIKER, Julio Firmino Judice. *Suplemento à Coleção dos tratados, convenções, contratos e atos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potências desde 1640 até o presente*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872-1879, diversos volumes.
- BLACK, Jeremy. *The rise of the European powers, 1679-1793*. London: Edward Arnold, 1990.
- BOAVENTURA, Tomás de Aquino Silveira. *A política externa brasileira na concepção do Visconde do Rio Branco*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1986.
- BOERSNER, Demetrio. *Relaciones internacionales de América Latina: breve história*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1990.
- BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto (org.). *Textos políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, SEEP, 2003, 10 v.
- BONIFACE, Pascal (ed.). *Atlas des relations internationales*. Paris: Hatier, 1997.
- BOTELHO, A. Roberto de Arruda. *Le Brésil et ses relations extérieures*. Paris: Editions Mazarines, 1935.
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- BRAGA, Cláudio da Costa. *A guerra da lagosta*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2004.
- BRANCATO, Sandra (org.). *Arquivo diplomático do reconhecimento da República*. Brasília/Porto Alegre: MRE/PUC-RS, 1989, 2 v.
- BRANDÃO, Fernando de Castro. *História diplomática de Portugal: uma cronologia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de política exterior do Brasil*. Brasília: Departamento de Comunicações e Documentação, anos de 1974-1987 e 1991-2016.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. *O Conselho de Estado e a política externa do Império: consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros*. Brasília: FUNAG, volumes referentes aos anos de 1858 a 1889.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. *Obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: FUNAG, 2012, 12 v.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. *Repertório de política externa – posições do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2007.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. *Cronologia da política externa do Governo Lula (2003-2006)*. Brasília: FUNAG, 2007.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. *O G-4 e as Nações Unidas: textos, comunicados e documentos*. Brasília: FUNAG, 2007.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. *O G-20 e a OMC: textos, comunicados e documentos*. Brasília: FUNAG, 2007.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. *Relações diplomáticas Brasil-Venezuela, 1859-1997: documentos oficiais*. Brasília: FUNAG, 1998.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. *Política externa em tempos de mudança: a gestão do Ministro Fernando Henrique Cardoso no Itamaraty*. Brasília: FUNAG, 1994.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. *A inserção internacional do Brasil: a gestão do Ministro Celso Lafer no Itamaraty*. Brasília: FUNAG, 1993.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. *Ministros de Estado e Secretários Gerais das Relações Exteriores*. Brasília: Subsecretaria-Geral de Administração e de Comunicações, 1988.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- _____. *Falas do Trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889, acompanhados dos respectivos votos de graça*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. *Arquivo diplomático da Independência*. Edição fac-similada da edição de 1922. Brasília: Serviço Gráfico do Senado Federal, 1972, 6 v.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. *Missões diplomáticas e repartições consulares: criação, transformação e extinção*. Rio de Janeiro: Seção de Publicações, 1968.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. *Guerra da Europa - Documentos diplomáticos - Atitude do Brasil, 1918*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, diversos anos.
- BRIDGE, F. R. & BULLEN, Roger. *The great powers and the European states system, 1815-1914*. London: Longman, 1993.
- BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu – de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- _____. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. Brasília: FUNAG/Ed. UNESP, 1995.
- _____. *A competição alemã no Brasil no início do século XX: o incidente da Panther*. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, ano 38, n. 1, 1995, p. 64-74.
- _____. *Comportamento da economia e política exterior do Brasil (1905-1907)*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1977.
- BULL, Hedley & WATSON, Adam (eds.). *The expansion of international society*. Oxford: Clarendon Press, 1988.
- BURGES, Sean W. *Brazilian foreign policy after the Cold War*. Gainesville: University Press of Florida, 2009.**

- BURNS, E. Bradford. *A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC Edições/FUNAG, 2003.
- BUZAN, Barry & LITTLE, Richard. *International systems in world history: remaking the study of international relations*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- CALDAS, Ricardo Wahrendorff. *A política externa do governo Kubitschek*. Brasília: Thesaurus, 1996.
- CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *A política exterior do Império*. Brasília: FUNAG, 1989, 3 v.
- CALVERT, Peter, et al. *Treaties and alliances of the world*. London: John Harper Publishing, 2002.
- CAMARGO, Fernando da Silva. *Britânicos no Prata: caminhos da hegemonia*. Passo Fundo: Ediupf, 1996.
- CAMPOS, Raul Adalberto de. *Legislação internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929, 2 v.
- _____. *Relações diplomáticas do Brasil de 1808 a 1912*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1913.
- CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, vol. 48, n. 1, 2005, p. 178-213.
- CANNABRAVA, Ivan. O Brasil e as operações de manutenção da paz. *Política Externa*. São Paulo, vol. 5, n. 3, dez. 1996-1997, p. 93-107.
- CARDIM, Carlos Henrique & ALMINO, João (org.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Brasília: EMC Edições, 2002.
- CARR, Edward Hallett. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Brasília: Ed. UnB, 1981.
- CARRIÉ, René Albrecht-. *Storia diplomatica d'Europa (1815-1968)*. Roma: Editori Laterza, 1978.
- CARVALHO, Affonso de. *Rio Branco: sua vida, sua obra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.
- CARVALHO, Carlos Delgado de. *História diplomática do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de (org.). *A construção nacional, 1830-1889*. História do Brasil nação: 1808-2010 (direção de Lília Moritz Schwarcz), vol. 2. Rio de Janeiro: Fundación Mapfre/Editora Objetiva, 2012.
- _____. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *A construção da ordem & Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume Dumará, 1996.
- CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. "O tempo é o senhor da razão"? A política externa do governo Collor, vinte anos depois. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2014.
- _____. Multilateralismo na política externa brasileira (1889-1964): um ensaio. *Revista de Economia e Relações Internacionais*. São Paulo, vol. 9, n. 17, 2010, p. 43-57.
- CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira & CASTRO, Francisco Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty, 1808-2008*. Brasília: FUNAG, 2009, 2 v.
- _____. As relações oficiais russo-soviéticas com o Brasil (1808-1961). *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, ano 36, n. 2, 1993, p. 101-118.
- CASTRO, José Ferreira Borges de. *Coleção dos tratados, convenções, contratos e atos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potências desde 1640 até o presente*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856-1858, 8 v.
- CASTRO, Therezinha de. *História documental do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.
- _____. *História da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Capemi Editora, 1982.
- CEPALUNI, Gabriel & VIGEVANI, Tulio. *Brazilian foreign policy in changing times: the quest for autonomy from Sarney to Lula*. Idaho Falls: Lexington Books, 2012.
- CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2015, 5ª edição.
- _____. & SARAIVA, José Flávio Sombra (orgs.). *O crescimento das relações internacionais do Brasil*. Brasília: IBRI, 2005.
- _____. A política exterior de Cardoso a Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 46, vol. 1, 2003, p. 5-11.
- _____. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 45, vol. 1, 2002, p. 5-35.
- _____. & MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000*. Brasília: Ed. UnB, 2000.
- _____. & RAPOPORT, Mario (orgs.). *História do Cone Sul*. Brasília, Ed. UnB/Editora Revan, 1998.
- _____. (org.) *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Ed. UnB, 1994.
- _____. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília: Ed. UnB, Instituto Italiano di Cultura, 1992.
- _____. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Brasília, Ed. UnB, Coleção Temas Brasileiros, 1981.
- _____. Os primeiros passos da diplomacia brasileira. *Relações Internacionais*. Brasília, ano 1, n. 3, set./dez. 1978, p. 43-62.
- CHAPMAN, Tim. *The Congress of Vienna: origins, processes and results*. London: Routledge, 1998.
- CHEIBUB, Zairo Borges. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 28, n. 1, 1985, p. 113-131.
- _____. *Bibliografia brasileira de Relações Internacionais e política externa*. Rio de Janeiro: MRE, IUPERJ, mimeo 1981.
- CHEVALIER, François. *L'Amérique latine de l'indépendance a nos jours*. Paris: Presses Universitaires de France, 1977.

- COLLIARD, C. A. & MANIN, A. (org.). *Droit international et histoire diplomatique*: documents choisis. Paris: Éditions Montchrestien, 1971, 3 v.
- CONCA, Ken. *Manufacturing insecurity*: the rise and fall of Brazil's military-industrial complex. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1997.
- CONDURU, Guilherme Frazão. O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, ano 41, nº 2, 1998, p.59-82.
- CONRAD, Robert. *Tumbeiros*: o tráfico de escravos para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CORREIA, Luiz Felipe de Seixas. *A repercussão do Tratado de Tordesilhas na formação do Brasil*. Brasília: FUNAG, Cadernos do IPRI nº 17, 1994.
- CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo*: política externa e projeto nacional. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- CÔRTEZ, Octávio Henrique Dias Garcia. *A política externa do governo Sarney*: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia. Brasília: FUNAG, 2010.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/FUNAG, 2006, 2 v.
- CORVISIER, André. *História moderna*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- COSTA, Gino F. *The foreign policy of Brazil towards her South American neighbours during the Geisel and Figueiredo administrations*. PhD Dissertation, University of Cambridge, 1987.
- COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*. São Paulo: Gráfica Record Editora, 1968.
- COSTA, Sergio Corrêa da. *A diplomacia do marechal*: intervenção estrangeira na revolta da Armada. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.
- COSTA E SILVA, Alberto da (org.). *Crise colonial e independência, 1808-1830*. História do Brasil nação: 1808-2010 (direção de Lília Moritz Schwartz), vol. 1. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre/Editora Objetiva, 2011.
- _____. *Um rio chamado Atlântico*: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- _____. *As relações entre o Brasil e a África Negra, de 1822 à 1ª Guerra Mundial*. Luanda: Ministério da Cultura, Museu Nacional da Escravatura, 1996.
- COUTO, Jorge. *A construção do Brasil*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1998.
- CRAVO, Arnaldo Abílio Godoy Barreira. *A política internacional da Revolução, 1964-1985*. São Paulo: A. A. G. Cravo, 2003.
- CRYSTAL, David (ed.). *The Cambridge Encyclopedia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em alto-mar*: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- DALLARI, Pedro. *Constituição e relações exteriores*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1994.
- DANESE, Sérgio França. *A escola da liderança*: ensaios sobre a política externa e a inserção internacional do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- _____. *Diplomacia presidencial*: história e crítica. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- _____. (org.). *Ensaio de história diplomática do Brasil (1930-1986)*. Brasília: FUNAG, Cadernos do IPRI, n. 2, 1989.
- DANTAS, Fábio Lafaiete. *Origens das relações entre o Brasil e a China*: a missão especial de 1879. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1986.
- DANTAS, San Tiago. *Política externa independente*. Brasília: FUNAG, 2011, edição atualizada.
- DAVIS, Harold E. et al. *Latin American diplomatic history*: an introduction. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1977.
- DECUADRA, Daniel Rótulo. *Geopolítica, política externa e pensamento militar brasileiros em relação ao Atlântico Sul (1964-1990)*. Dissertação de Mestrado, IRI/PUC-RJ, 1991.
- DEFARGES, Philippe M. *Relations internationales*: 1. Questions régionales. Paris: Éditions du Seuil, 1994.
- _____. *Relations internationales*: 2. Questions mondiales. Paris: Éditions du Seuil, 1994.
- DE FIORE, Elizabeth & DE FIORE, Ottaviano (eds.). *A presença britânica no Brasil, 1808-1914*. São Paulo: Editora Pau Brasil, 1987.
- DENT, David W. *The legacy of the Monroe Doctrine*: a reference guide to U.S. involvement in Latin America and the Caribbean. Westport: Greenwood Press, 1999.
- DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- DORATIOTO, Francisco. *Relações Brasil-Paraguai*: afastamento, tensões e reaproximação, 1889-1954. Brasília: FUNAG, 2012.
- _____. *Maldita guerra*: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. As políticas da Argentina e do Brasil em relação à disputa boliviano-paraguaia pelo Chaco (1926-1938). Trabalho apresentado no IV Seminário de História Argentina-Brasil, Rio de Janeiro, 22 nov. 1999, mimeo.
- _____. *As relações entre o Brasil e o Paraguai (1889-1930)*: do afastamento pragmático à reaproximação cautelosa. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 1997, 2 v.
- _____. *As relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai (1822-1889)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1989.

- DORIA, Pedro. *1565 - Enquanto o Brasil nascia: a aventura de portugueses, franceses, índios e negros na fundação do país*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- DULCI, Tereza Maria Spyer. *As conferências pan-americanas (1889 a 1928): identidades, união aduaneira e arbitragem*. São Paulo: Alameda, 2013.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Histoire diplomatique de 1919 à nos jours*. Paris: Dalloz, 1993.
- _____. *Tout empire périt: théorie des relations internationales*. Paris: Armand Colin, 1992.
- DUTRA, Francis A. *A guide to the history of Brazil, 1500-1822: the literature in English*. Santa Barbara: California, ABC-Clio, 1980.
- EICHENGREEN, Barry. *Globalizing capital: a history of the international monetary system*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- ELTIS, David & RICHARDSON, David (orgs.). *Atlas of the transatlantic slave trade*. New Haven: Yale University Press, 2010.
- ESCUDE, Carlos & CISNEROS, Andrés. *Historia de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano/CARI, 2000, 14 v.
- FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, FDE, 1994 (Série Didática 1).
- FENWICK, Charles G. *A Organização dos Estados Americanos: o sistema regional interamericano*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1965.
- FERREIRA, Fábio. *O general Lecor, os voluntários reais, e os conflitos pela independência do Brasil na Cisplatina (1822-1824)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2012.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- FERREIRA, Olavo Leonel. *500 anos de História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.
- FERRO, Marc. *Histoire des colonisations: des conquêtes aux indépendances (XIIIe-XXe siècle)*. Paris: Éditions du Seuil, 1994.
- FITZGIBBON, Russell H. *Brazil: a chronology and fact book, 1488-1973*. Dobbs Ferry, New York: Oceana Publications, 1974.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina (1777)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
- FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
- FONSECA Jr., Gelson. *Constantes e variações: a diplomacia multilateral do Brasil*. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2015.
- _____. Anotações sobre as condições do sistema internacional no limiar do século XXI: a distribuição dos polos de poder e a inserção internacional do Brasil. *Política Externa*, vol. 7, n. 4, 1999, p. 36-57.
- _____. & CASTRO, Sérgio H. Nabuco de (orgs.). *Temas de política externa brasileira II*. Brasília/São Paulo: IPRI/Paz e Terra, 1994, 2 v.
- _____. & LEÃO, Valdemar Carneiro (orgs.). *Temas de política externa brasileira*. Brasília/São Paulo: IPRI/Editora Ática, 1989.
- FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. *O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas*. Brasília: MRE, Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.
- FORSTER, Maria Theresa Diniz. *Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil: o legado de um pioneiro e sua relevância para a diplomacia brasileira*. Brasília: FUNAG, 2011.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, 3 v.
- FRAGOSO, José Manuel. *A história diplomática de Portugal*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1997.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho & HUE, Sheila. *Piratas no Brasil: as incríveis histórias dos ladrões dos mares que pilharam nosso litoral*. São Paulo: Globolivros, 2014.
- FRANCHINI Neto, Helio. *Independência e morte: política e guerra na emancipação do Brasil (1821-1823)*. Universidade de Brasília, Tese de Doutorado, 2015.
- FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Documentos da política externa independente*. Brasília: FUNAG/CHDD, 2008, 2 v.
- FREITAS, Caio de. *George Canning e o Brasil: influência da diplomacia inglesa na formação brasileira*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1958, 2 v.
- FRITSCH, Winston. *External constraints on economic policy in Brazil, 1889-1930*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1988.
- FROTA, Luciana S. de Aragão e. *Brasil-Argentina: divergências e convergências*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1991.
- FRY, Plantagenet Somerset. *História do mundo*. São Paulo: Livros e Livros, 1996.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1959.
- FURTADO, Milton Braga. *Síntese da economia brasileira*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- GADELHA, Regina Maria A. F. (org.). *Mercosul a Unasul: avanços do processo de integração*. São Paulo: EDUC/Fapesp, 2014.
- GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas*. São Paulo: Ed. Símbolo, 1977.
- GARCIA, Eugênio Vargas. *O sexto membro permanente: o Brasil e a criação da ONU*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- _____. (org.). *Diplomacia brasileira e política externa - documentos históricos, 1493-2008*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008. Prefácio de Rubens Ricupero.
- _____. El significado del panamericanismo en la política exterior de Brasil (1889-1961). *Diplomacia*. Chile, Academia Diplomática Andrés Bello, n° 112, julho-setembro 2007, p. 56-65.
- _____. ¿Imperio informal? La política británica hacia América Latina en el siglo XIX. *Foro Internacional*. El Colegio de México, 184, vol. XLVI, n° 2, abr.-jun. de 2006, p. 353-385.

- _____. *Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/FUNAG, 2006.
- _____. Antirevolutionary diplomacy in oligarchic Brazil, 1919–30. *Journal of Latin American Studies*. Cambridge, Reino Unido, vol. 36, parte 4, novembro 2004, p. 771-796.
- _____. A diplomacia dos armamentos em Santiago: O Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 23, nº 46, 2003, p. 173-200.
- _____. “I have no thought of returning to Rio...” Revendo as notas do Sr. Christie sobre o Brasil. *Cadernos do CHDD*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática/FUNAG, Ano 1, nº 1, 2002, p. 119-134.
- _____. Estados Unidos e Grã-Bretanha no Brasil: transição de poder no entreguerras. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, IRI/PUC-Rio, vol. 24, nº 1, janeiro/junho 2002, p. 41-71.
- _____. *Anglo-American rivalry in Brazil: the case of the 1920s*. Working Paper Series, CBS-14-2000, Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2000.
- _____. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): vencer ou não perder*. Porto Alegre/Brasília: Editora da Universidade (UFRGS)/FUNAG, 2000. Prefácio de Celso Lafer.
- _____. O Brasil e o Leste asiático: apontamentos para uma análise histórica. In: MENEZES, Albene (org.), *História em movimento: temas e perguntas*. Brasília, Ed. Thesaurus, 1999, p. 235-248.
- _____. Questões estratégicas e de segurança internacional: a marca do tempo e a força histórica da mudança. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 41, Especial 40 Anos, 1998, p. 99-120.
- _____. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, ano 40, nº 1, 1997, p.18-40.
- _____. Aspectos da vertente internacional do pensamento político de Rui Barbosa. *Textos de História*. Brasília, vol. 4, nº 1, 1996, p. 103-124.
- _____. A candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho da Liga das Nações. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, ano 37, nº 1, 1994, p. 5-23.
- GARCIA, Fernando Cacciatore de. *Fronteira iluminada: história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul, a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.
- GEHRE, Thiago. *América do Sul: a ideia brasileira em marcha*. Curitiba: Juruá, 2009.
- GIAMBIAGI, Fabio, et al. (org.). *Economia brasileira contemporânea (1945-2010)*. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
- GIFFIN, Donald W. *The normal years: Brazilian-American relations, 1930-1939*. PhD Dissertation, Vanderbilt University, 1962.
- GIRAULT, René. *Diplomatie européenne - nations et impérialismes, 1871-1914*. Paris: Masson, Armand Colin, 1995.
- _____. & FRANK, Robert. *Turbulente Europe et nouveaux mondes, 1914-1941*. Paris: Masson, 1995.
- _____. et al. *La loi des géants, 1941-1964*. Paris: Masson, 1993.
- GÓES, Synésio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GOLIN, Tau. *A fronteira: os tratados de limites Brasil-Uruguai-Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata*. Vol. 2. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- _____. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Vol. 1. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- GOMES, Angela de Castro (org.). *Olhando para dentro, 1930-1964*. História do Brasil nação: 1808-2010 (direção de Lília Moritz Schwarcz), vol. 4. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre/Editora Objetiva, 2013.
- GOMES, Laurentino. 1822. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.
- _____. 1808. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.
- GRAHAM, Richard. *Britain and the onset of modernisation in Brazil, 1850-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.
- GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial, vol. III, 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- _____. *O Brasil imperial, vol. II, 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- _____. *O Brasil imperial, vol. I, 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- GRUN, Bernard. *The timetables of history: a horizontal linkage of people and events*. New York: Simon & Schuster, 1991.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992.
- GUIMARÃES, Argeu. *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1938.
- HAINES, Gerald K. *The Americanization of Brazil: a study of US Cold War diplomacy in the Third World, 1945-1954*. Wilmington: SR Books, 1989.
- HARTMANN, Frederick H. (ed.). *Basic documents of international relations*. Westport: Greenwood Press, 1985.
- HANWU, Zhang. *China-Brasil: relações bilaterais no período de 1974 a 1990*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1991.
- HAYWOOD, John, et al. *Cassell's atlas of world history*. London: Cassell & Co., 2001.
- HEYNEMANN, Cláudia. *As relações Brasil-EUA, 1974-1985: cronologia*. Rio de Janeiro: PUC, Instituto de Relações

- Internacionais, Textos n. 7, 1988.
- HILL, Lawrence F. *Diplomatic relations between the United States and Brazil*. Durham: Duke University Press, 1932.
- HILLIER, Tim. *Sourcebook on public international law*. London: Cavendish Publishing, 1998.
- HILTON, Stanley E. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- _____. *Brazil and the Soviet challenge, 1917-1947*. Austin: University of Texas Press, 1991.
- _____. Afrânio de Melo Franco e a diplomacia brasileira, 1917-1943. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 29, n° 113/114, 1986, p.15-46.
- _____. The Argentine factor in twentieth-century Brazilian foreign policy strategy. *Political Science Quarterly*. Washington, vol. 100, n. 1, Spring 1985, p. 27-51.
- _____. Brazil and the post-Versailles world: elite images and foreign policy strategy, 1919-1929. *Journal of Latin American Studies*. Cambridge, n° 12, part II, November 1980, p. 341-364.
- _____. *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- _____. *O Brasil e as grandes potências: os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1939)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- HIRST, Mônica. *Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- _____. *The United States and Brazil: a long road of unmet expectations*. Nova York: Routledge, 2005.
- _____. *O pragmatismo impossível: a política externa do segundo governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1990.
- HOBBSBOWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- _____. *A era dos impérios: 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de & FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, diversos anos, 10 v.
- HOLDEN, Robert H. & ZOLOV, Eric. *Latin America and the United States: a documentary history*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- HOLLERMAN, Leon. *Japan's economic strategy in Brazil: challenge for the United States*. Lexington, Massachusetts: Lexington Books, 1988.
- HOLMES, Richard (ed.). *The Oxford companion to military history*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- HORNE, Gerald. *O sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- HUGILL, Peter J. *World trade since 1431: geography, technology, and capitalism*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.
- HURRELL, Andrew J. *The quest for autonomy: the evolution of Brazil's role in the international system, 1964-1985*. Brasília: FUNAG, 2013.
- INMAN, Samuel Guy. *Inter-American conferences, 1826-1954: history and problems*. Washington, DC: University Press of Washington, 1965.
- IZECKSOHN, Vitor. O processo de formação dos Estados no Rio da Prata: comércio, navegação e guerra, 1810-1864. *Cadernos do CHDD*. Rio de Janeiro, ano IV, número especial, 2006, p. 89-106.
- JAGUARIBE, Hélio. *O novo cenário internacional: conjunto de estudos*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- JENKS, Carl Major. *The structure of diplomacy: an analysis of Brazilian foreign relations in the twentieth century*. PhD Dissertation, Duke University, 1979.
- JOFFILY, Bernardo (org.). *Istoé Brasil, 500 anos: atlas histórico*. São Paulo: Editora Três, 1998.
- JORGE, A. G. de Araújo. *Introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- KÄMPF, Martin Normann. *Ilha da Trindade: a ocupação britânica e o reconhecimento da soberania brasileira (1895-1896)*. Brasília: FUNAG, 2016.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.
- KHATLAB, Roberto. *As viagens de D. Pedro II: Oriente e África do Norte, 1871 e 1876*. São Paulo: Benvirá, 2015.
- KINDER, Hermann & HILGEMANN, Werner. *Atlas histórico mundial II: de la Revolución Francesa a nuestros días*. Madrid: Ediciones Istmo, 1990.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Touchstone, Simon & Schuster, 1994.
- KNIGHT, Alan. Britain and Latin America. In: PORTER, Andrew (ed.). *The Oxford history of the British Empire*, vol. III, The nineteenth century. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 122-145.
- KNUTSEN, Torbjorn L. *A history of international relations theory*. Manchester: Manchester University Press, 1997.
- LAFER, Celso. *Mudam-se os tempos: diplomacia brasileira, 2001-2002*. Brasília: FUNAG, 2002, 2 v.
- _____. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

- _____. *O Brasil e a crise mundial: paz, poder e política externa*. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- _____. *Paradoxos e possibilidades: estudos sobre a ordem mundial e sobre a política exterior do Brasil num sistema internacional em transformação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. *Aposta em Teerã: o acordo nuclear entre Brasil, Turquia e Irã*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- _____. *Diplomacia brasileira: palavras, contextos e razões*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a carreira da Índia*. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 2000.
- LEÃO, Valdemar Carneiro. *A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934): contornos diplomáticos*. Brasília: FUNAG, IPRI, 1990.
- LEACOCK, Ruth. *Requiem for revolution: the United States and Brazil, 1961-1969*. Kent, Ohio: Kent State University Press, 1990.
- LEITE, Alfredo Carlos Teixeira. *O tráfico negreiro e a diplomacia britânica*. Caxias do Sul: EDUCS, 1998.
- LESSA, Antonio Carlos (org.). *Emerging Brazil under Lula: an assessment on International Relations (2003-2010)*. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: vol. 53, Número Especial, 2010, diversos artigos.
- _____. Os vértices marginais de vocações universais: as relações entre a França e o Brasil de 1945 aos nossos dias. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, ano 43, nº 2, 2000, p.28-58.
- _____. *A parceria bloqueada: as relações entre França e Brasil, 1945-2000*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2000.
- _____. et al. Cronologia das relações internacionais contemporâneas e da política exterior do Brasil, de 1945 aos nossos dias. *Cena Internacional*, ano 2, nº 1, junho/2000, www.relnet.com.br, acesso em 5/12/2009.
- _____. A guerra da lagosta e outras guerras: conflito e cooperação nas relações França-Brasil (1960-1964). *Cena Internacional*, ano 1, nº 1, 1999, www.relnet.com.br, acesso em 12/1/2010.
- LIGIÉRO, Luiz Fernando. *Políticas semelhantes em momentos diferentes: exame e comparação entre a Política Externa Independente (1961-1964) e o Pragmatismo Responsável (1977-1979)*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2000.
- LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Pan-americanismo*. Brasília: Senado Federal, 1980.
- _____. *O reconhecimento do Império (1822-1827)*. Rio de Janeiro: Garnier, 1902.
- LIMA, Maria Regina Soares de. *The political economy of Brazilian foreign policy: nuclear energy, trade and Itaipu*. Brasília: FUNAG, 2013.
- _____. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 48, n. 1, 2005, p. 24-59.
- _____. & CHEIBUB, Zairo B. *Relações internacionais e política externa brasileira: debate intelectual e produção acadêmica*. Rio de Janeiro: MRE/IUPERJ, mimeo 1983.
- LIMA, Sérgio Eduardo Moreira & COUTINHO, Maria do Carmo Strozzi (orgs.). *Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri*. Brasília: FUNAG, 2016.
- LINO, Élide Maria Loureiro. *A lei Aberdeen (1845) e suas repercussões no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1987.
- LINS, Álvaro. *Rio Branco: biografia pessoal e história política*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, FUNAG, 1996.
- LIVERMORE, Seward W. Battleship diplomacy in South America, 1905-1925. *The Journal of Modern History*, Chicago, vol. 16, nº 1, March 1944, p. 31-48.
- LLOYD, T. O. *The British Empire, 1558-1995*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- LOBO, Hélio. *O pan-americanismo e o Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1939.
- LOHBAUER, Christian. *Brasil-Alemanha, 1964-1999: fases de uma parceria*. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung/Edusp, 2000.
- LOWE, John. *The Concert of Europe: international relations, 1814-70*. London: Hodder & Stoughton, 1990.
- LOWE, Norman. *Guía ilustrada de la historia moderna*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- LUARD, Evan (org.). *Basic texts in international relations: the evolution of ideas about international society*. London: Macmillan, 1992.
- LYRA Jr., Américo Alves de. *O Brasil na América: a história das relações internacionais brasileira durante o período de transição entre o Império e a República*. Curitiba: Juruá, 2014.
- LYRA, Heitor. *Efemérides luso-brasileiras, 1807/1970*. Lisboa: Granelo, 1971.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil, bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os negros americanos: as origens de uma controvérsia internacional*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Ed. UNESP, Ed. Moderna, 1997.
- _____. *O mundo contemporâneo*. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
- MALAFAIA, Eurico de Ataíde. *Antônio de Araújo de Azevedo, conde da Barca, diplomata e estadista, 1787-1817: análise histórica da época e da personalidade*. Lisboa, s/ed., 2002.

- MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Bóris (org.). *História geral da civilização brasileira* (vol. 11). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p.53-106.
- MANCHESTER, Alan K. *British preeminence in Brazil: its rise and decline*. New York: Octagon Books, 1972.
- MARQUES, Maria Eduarda Castro M. (org.). *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Porto Alegre: Relume Dumará, Biblioteca Nacional, 1995.
- MARTINEZ, Pedro Soares. *História diplomática de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1985.
- MARTINS, Carlos Estevam, A evolução da política externa brasileira na década 1964-74. *Cadernos CEBRAP*, n. 12, São Paulo, 1974.
- _____. Brasil-Estados Unidos dos 60 aos 70. *Cadernos CEBRAP*, n. 9, São Paulo, 1972.
- MARTINS, Hélio Leôncio. *A revolta da Armada*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.
- MATTOSO, Katia de Queirós, et al. *Le Brésil, l'Europe et les équilibres internationaux, XVIe – XXe siècles*. Paris: Centre d'études sur le Brésil, Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1999.
- MAURO, Frédéric (org.). *O império luso-brasileiro, 1620-1750*. Nova história da expansão portuguesa, vol. VII. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.
- MAXWELL, Kenneth. *Conflicts & conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808*. Nova York: Routledge, 2004.
- McCANN JR., Frank D. *A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.
- _____. Brazilian foreign relations in the twentieth century. In: SELCHER, Wayne (ed.). *Brazil in the international system: the rise of a middle power*. Boulder: Westview Press, 1981.
- McKAY, Derek & SCOTT, H. M. *The rise of the great powers, 1648-1815*. London: Longman, 1991.
- McNEILL, William H. *The rise of the West: a history of the human community*. 2nd Edition, Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- MEDEIROS, Antonio Paulo Cachapuz de (org.). *Pareceres dos consultores jurídicos do Itamaraty*. Brasília: Senado Federal, 2002, diversos volumes.
- MEIRA PENNA, J. O. de. *Política externa: segurança e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Agir, 1967.
- MEISLER, Stanley. *United Nations: the first fifty years*. New York: Atlantic Monthly Press, 1995.
- MELLO, Arnaldo Vieira de. *Bolívar, o Brasil e os nossos vizinhos do Prata* (da questão de Chiquitos à Guerra da Cisplatina). Rio de Janeiro: s/ed., 1963.
- MELLO, Afonso de Toledo Bandeira de. *Política comercial do Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Estatística, 1933.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- MELLO, Flávia de Campos. *Regionalismo e inserção internacional: continuidade e transformação da política externa brasileira dos anos 90*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo: 2000.
- MELLO, Rubens Ferreira de. *Textos de direito internacional e de história diplomática de 1815 a 1949*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho Editor, 1950.
- MENCK, José Theodoro Mascarenhas. *A questão do Rio Pirara (1829-1904)*. Brasília: FUNAG, 2009.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *D. João VI e o Império no Brasil: a independência e a missão Rio Maior*. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox, 1984.
- MENDONÇA, Renato. *Um diplomata na corte da Inglaterra: o Barão de Penedo e sua época*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1968.
- _____. *História da política exterior do Brasil (1500-1825)*. México: Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 1945.
- MENDONÇA, Salvador de. *A situação internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1913.
- MENEZES, Adolpho J. Bezerra de. *Ásia, África e a política independente do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- _____. *O Brasil e o mundo ágio-africano*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1960.
- MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980*. Campinas: Papirus, 1987.
- MENZ, Maximiliano M. *Entre impérios: formação do Rio Grande na crise do sistema colonial português (1777-1822)*. São Paulo: Alameda, 2009.
- MILLER, Rory. *Britain and Latin America in the nineteenth and twentieth centuries*. London: Longman, 1993.
- MILZA, Pierre. *As relações internacionais de 1918 a 1939*. Lisboa: Edições 70, 1998.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *Do discurso triunfalista ao pragmatismo ecumênico: geopolítica e política externa brasileira pós-64*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1985.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- _____. *As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: da Triplíce Aliança ao Mercosul*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- _____. *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização*. São Paulo: Editora SENAC, 1998, 2 v. Presença dos EUA no Brasil (vol. I); Rivalidade emergente (vol. II).

- _____. *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil: as relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949-1994)*. São Paulo: Ensaio, Ed. UnB, 1994.
- _____. *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. São Paulo: Ensaio/Ed. UnB, 1993.
- MONTEIRO, Tobias. *O Presidente Campos Salles na Europa*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, Edusp, 1983.
- MOURA, Gérson. *Relações exteriores do Brasil, 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: FUNAG, 2012.
- _____. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- _____. Avanços e recuos: a política exterior de JK. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1991, p. 23-43.
- _____. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. *A revolução de 1817 e a história do Brasil: um estudo de história diplomática*. Brasília: FUNAG, 2009.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 2 v.
- NAZARIO, Olga. *Pragmatism in Brazilian foreign policy: the Geisel years, 1974-1979*. PhD Dissertation, University of Miami, 1983.
- NELSON, William Neal. *Status and prestige as a factor in Brazilian foreign policy, 1905-1908*. The Louisiana State University, PhD Dissertation, 1981.
- NERÉ, Jacques. *História contemporânea*. São Paulo: Difel, 1981.
- NEUMANN, Eduardo Santos & GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs.). *O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das & MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de & LESSA, Antonio Carlos (orgs.). *Parcerias estratégicas do Brasil: Os significados e as experiências tradicionais*, vol. 1; *A dimensão multilateral e as parcerias emergentes*, vol. 2. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- _____. & LESSA, Antonio Carlos. *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo/Brasília: Editora Saraiva/Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2006, 2 v.
- _____. *Política externa brasileira*. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.
- OLIVEIRA, José Manuel Cardoso de. *Atos diplomáticos do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1997, 2 v.
- OLIVEIRA, José Teixeira (org.). *Dicionário brasileiro de datas históricas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada, 1992.
- OLIVEIRA, Luís Valente de & RICUPERO, Rubens (orgs.). *A abertura dos portos*. São Paulo: Editora SENAC, 2007.
- OSIANDER, Andreas. *The state system of Europe, 1640-1990: peacemaking and the conditions of international stability*. Oxford: Clarendon Press, 1994.
- PALACIOS, Guillermo. *Intimidades, conflictos y reconciliaciones: México y Brasil, 1822-1993*. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 2001.
- PALM, Paulo Roberto. *A abertura do rio Amazonas à navegação internacional e o Parlamento brasileiro*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1984.
- PANTALEÃO, Olga. O reconhecimento do Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História geral da civilização brasileira* (vol. 3). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, p. 331-378.
- PANTOJA, Selma & SARAIVA, José Flávio Sombra (orgs.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- PANTZ, Dominique. *Institutions & politiques commerciales internationales: du GATT à l'OMC*. Paris: Armand Colin, 1998.
- PATRIOTA, Antonio de Aguiar. *Política externa brasileira: discursos, artigos e entrevistas (2011-2012)*. Brasília: FUNAG, 2013.
- PECEQUILLO, Cristina S. & CARMO, Corival Alves do. *O Brasil e a América do Sul: relações regionais e globais*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.
- _____. *As relações Brasil-Estados Unidos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- PEDONE, Luiz, et al. *A política externa brasileira na era Lula: um balanço*. Rio de Janeiro: Apicuri Editora, 2011.
- PEDREIRA, Jorge. & COSTA, Fernando Does. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- PENNA FILHO, Pio. *Parceria africana: as relações Brasil-África do Sul*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- _____. *África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000)*. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, ano 44, nº 1, 2001, p.69-93.
- _____. *Do pragmatismo consciente à parceria estratégica: as relações Brasil-África do Sul (1918-2000)*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2001.
- PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *Relações exteriores do Brasil III (1964-1990): do regime militar à "Nova República"*. Petrópolis: Vozes, 2010.

- _____. *A política externa do Governo Sarney: a Nova República diante do reordenamento internacional (1985-1990)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- PEREIRA, Gabriel Terra. *A diplomacia da americanização de Salvador de Mendonça (1889-1898)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- PEREIRA, Juan Carlos (org.). *Historia de las relaciones internacionales contemporáneas*. Barcelona: Ariel Historia, 2001.
- PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.
- PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964)*. Brasília: FUNAG, 2013, 3 v.
- PINHEIRO, Leticia. *Política externa brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- _____. Brasil, Portugal e descolonização africana (1946-60). *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 9, jan.-jun. 1989, p. 91-111.
- _____. Cronologia 1930-1945 (Brasil-Relações Internacionais). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1983.
- PINTO, Antonio Pereira. *Apontamentos para o direito internacional ou Coleção completa dos Tratados celebrados pelo Brasil com diferentes nações estrangeiras*. Rio de Janeiro: F. L. Pinto & Cia Livheiros-Editores, 1864-69, 4 v.
- PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, Col. Brasileira, 1979.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2002.
- RAFFAELLI, Marcelo. *A Monarquia e a República: aspectos das relações entre Brasil e Estados Unidos durante o Império*. Rio de Janeiro: FUNAG/CHDD, 2006.
- RAMIREZ, Ezekiel S. *As relações entre a Áustria e o Brasil (1815-1889)*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1968.
- RAMOS, Fábio Pestana. *No tempo das especiarias: o império da pimenta e do açúcar*. São Paulo: Contexto, 2004.
- RANGEL, Vicente Marotta (org.). *Direito e relações internacionais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- REBELO, Aldo, et al. *Política externa do Brasil para o século XXI (Seminário)*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *O Pacto ABC: as relações Brasil-Argentina na década de 1950*. Passo Fundo: Ediupf, 1996.
- REICHEL, Heloisa J. & GUTFREIND, Ieda. *As raízes históricas do Mercosul: a região platina colonial*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1998.
- REIS, Daniel Aarão (org.). *Modernização, ditadura e democracia, 1964-2010*. História do Brasil nação: 1808-2010 (direção de Lília Moritz Schwarcz), vol. 5. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre/Editora Objetiva, 2014.
- REIS, Liana Maria & BOTELHO, Angela Vianna. *Dicionário histórico Brasil: Colônia e Império*. Belo Horizonte: Editora Dimensão, 1998.
- REIS, Arthur Cêzar Ferreira. Os tratados de limites. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História geral da civilização brasileira* (vol. 1). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, p. 363-379.
- _____. A ocupação de Caiena. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História geral da civilização brasileira* (vol. 3). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, p. 278-299.
- _____. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- RÉMOND, René. *O século XX: de 1914 aos nossos dias*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1974.
- _____. *O século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1974.
- RENOUVIN, Pierre (org.). *Histoire des relations internationales*. Paris: Hachette, 1994, 3 v.
- REZENDE, Cyro. *História econômica geral*. São Paulo: Ed. Contexto, 1997.
- RICUPERO, Rubens. *Rio Branco – O Brasil no mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto/Petrobras, 2000.
- _____. *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica*. Brasília: FUNAG, 1995.
- _____. *Visões do Brasil: ensaios sobre a história e a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- RIO BRANCO, Barão do (José Maria da Silva Paranhos Júnior). *Esboço da História do Brasil*. Brasília: FUNAG, IPRI, 1992.
- ROCHA, Regina da Cunha. *Parlamento brasileiro e política exterior na República (1889-1930)*. Curitiba: Juruá, 2010.
- RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil: 1800-1850*. São Paulo: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.
- RODRIGUES, José Honório & SEITENFUS, Ricardo. *Uma história diplomática do Brasil (1531-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- _____. The foundations of Brazil's foreign policy. *International Affairs*. London: July 1962, p. 324-338.
- ROMERO, Marcos. *História da organização administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores: 1808-1951*. Rio de Janeiro: MRE, 1951.
- ROSENBERG, Emily S. Anglo-American economic rivalry in Brazil during World War I. *Diplomatic History*, vol. 2, n° 2, 1978, p. 131-152.
- ROSS, Graham. *The great powers and the decline of the European states system, 1914-1945*. London: Longman, 1991.

- RUSSELL-WOOD, A. J. R. *The Portuguese empire, 1415-1808: a world on the move*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.
- SALGADO, Edmundo Hernández-Vela. *Dicionário de política internacional*. México: Editorial Porrúa, 2002, 2 v.
- SANTOS, Guilherme de Paula Costa. *No calidoscópio da diplomacia: formação da monarquia constitucional e reconhecimento da independência e do Império do Brasil, 1822-1827*. Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 2015.
- SANTOS, Luis Claudio Villafañe G. *O evangelho do Barão: Rio Branco e a identidade brasileira*. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.
- _____. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- _____. *O Império e as Repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia (1822-1889)*. Curitiba: Editora da UFPR, 2003.
- SANTOS, Norma Breda dos (org.). *Brasil e Israel: diplomacia e sociedades*. Brasília: Ed. UnB, 2000.
- _____. *Le Brésil et la Société des Nations (1920-1926)*. Thèse de Doctorat, Université de Genève, Institut Universitaire de Hautes Études Internationales, 1996.
- SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *África parceira do Brasil Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- _____. (org.). *Relações internacionais contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização (de 1815 aos nossos dias)*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- _____. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Ed. UnB, 1996.
- SARAIVA, José Hermano. *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1993.
- SARAIVA, Miriam Gomes. *Encontros e desencontros: o lugar da Argentina na política externa brasileira*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- _____. A opção europeia e o projeto de Brasil potência emergente. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, ano 6, n. 11, jan.-jun. 1990, p. 95-117.
- SARDENBERG, Ronaldo Motta. *O Brasil e as Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 2013.
- _____. A política externa do Brasil nas últimas duas décadas. In: *Curso de Introdução às Relações Internacionais*. Brasília: Ed. UnB, v. VI, 1983, p. 63-80.
- SÁVIO, Domingos. *Os belgas na fronteira oeste do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2009.
- SCENNA, Miguel Ángel. *Argentina-Brasil: cuatro siglos de rivalidad*. Buenos Aires: Ediciones La Bastilla, 1975.
- SCHILLING, Paulo. *O expansionismo brasileiro: a geopolítica do General Golbery e a diplomacia do Itamaraty*. São Paulo: Global Editora, 1981.
- SCHNEIDER, Ronald M. *Brazil: foreign policy of a future world power*. Boulder: Westview Press, 1976.
- SCHOULTZ, Lars. *Beneath the United States: a history of U.S. policy toward Latin America*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles: empire, monarchy, and the Portuguese royal court in Rio de Janeiro: 1808-1821*. Nova York: Routledge, 2001.
- SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *A abertura para o mundo, 1889-1930*. História do Brasil nação: 1808-2010 (direção de Lília Moritz Schwarcz), vol. 3. Rio de Janeiro: Fundación Mapfre/Editora Objetiva, 2012.
- SECKINGER, Ron. *The Brazilian monarchy and the South American republics, 1822-1831: diplomacy and state building*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1984.
- SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Barueri: Ed. Manole, 2003.
- SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe de (org.). *O Brasil nas Nações Unidas (1946-2011)*. Brasília: FUNAG, 2012.
- SELCHE, Wayne (org.). *Brazil in the international system: the rise of a middle power*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1981.
- _____. *Brazil's multilateral relations: between first and third worlds*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1978.
- _____. *The Afro-Asian dimension in Brazilian foreign policy, 1956-1968*. PhD Dissertation, University of Florida, 1970.
- SENNES, Ricardo. *As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SERRANO, Ma. Guadalupe Huerta & ÁLVAREZ, Miguel Casado. *Relaciones diplomáticas México-Brasil, 1822-1959 – Guía documental*. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1994.
- SERRÃO, Joel Justino Batista. *Cronologia geral da história de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.
- SIBECK, Gary Page. *Brazil's independent foreign policy*. PhD Dissertation, University of Southern California, 1971.
- SILVA, Alberto da Costa e. *As relações entre o Brasil e a África Negra, de 1822 à 1ª. Guerra Mundial*. Luanda: Ministério da Cultura, Museu Nacional da Escravatura, 1996.
- SILVA, Alexandra de Mello e. *A política externa de JK: operação pan-americana*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1992.
- SILVA, André Luiz Reis. *Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso*. Curitiba: Juruá, 2009.

- SILVA, José Luiz Werneck da & GONÇALVES, Williams. *Relações exteriores do Brasil I (1808-1930): a política externa do sistema agroexportador*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. *As duas faces da moeda: a política externa do Brasil monárquico (1831-1876)*. Rio de Janeiro: Universidade Aberta, 1990.
- SILVA, Márcia Maro da. *Independência de Angola*. Brasília: FUNAG, 2007.
- SILVA, Raul Mendes & BRIGAGÃO, Clóvis (orgs.). *História das relações internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.
- SILVEIRA, Helder Gordim da. *Argentina x Brasil: a questão do Chaco Boreal*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.
- SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930). In: FAUSTO, Bóris (org.). *História geral da civilização brasileira* (vol. 8). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p.347-390.
- SMITH, Joseph. *Unequal giants: diplomatic relations between the United States and Brazil, 1889-1930*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1991.
- _____. *Illusions of conflict: Anglo-American diplomacy toward Latin America, 1865-1896*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1979.
- SOARES, Álvaro Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.
- _____. *Um grande desafio diplomático no século passado: navegação e limites na Amazônia*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1971.
- _____. *O gigante e o rio: ação de Mauá no Uruguai e na Argentina (1851-1878)*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, Edição do autor, 1957.
- _____. *Diplomacia do Império no Rio da Prata (até 1865)*. Rio de Janeiro: Brand, 1955.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1998.
- _____. *As razões da independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- SOUTO, Cíntia Vieira. *A diplomacia do interesse nacional: a política externa do Governo Médiçi*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SOUZA, José Antonio Soares de. O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História geral da civilização brasileira* (vol. 5). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 113-134.
- _____. *A missão Bellegarde ao Paraguai (1849-1852)*. Rio de Janeiro: MRE, 1968, 3 v.
- _____. *Honório Hermeto no Rio da Prata: missão especial de 1851-52*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1959.
- _____. *Um diplomata do Império: Barão da Ponte Ribeiro*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1952.
- _____. *A vida do Visconde do Uruguai: Paulino José Soares de Souza*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1944.
- SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.
- _____. *Equivocal engagement: Kissinger, Silveira and the politics of US-Brazil relations (1969-1983)*. Dphil Dissertation, St Cross College, University of Oxford, 2007.
- STEARNS, Peter N. *World history in brief: major patterns of change and continuity*. London: Longman Pub Group, 2001.
- _____. (ed.) *The encyclopaedia of world history*. New York: Houghton Mifflin Company, 2001.
- STELLA, Roseli S. *O domínio espanhol no Brasil durante a Monarquia dos Filipes, 1580-1640*. São Paulo: Unibero, 2000.
- STORRS, Keith Larry. *Brazil's independent foreign policy, 1961-1964: background, tenets, linkage to domestic politics, and aftermath*. PhD Dissertation, Cornell University, 1973.
- STRUM, Daniel. *O comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2012.
- SWEENEY, Jerry K., et al. *America and the world, 1776-1998: a handbook of United States diplomatic history*. Prospect Heights, Illinois: Waveland Press, 2000.
- THORSTENSEN, Vera. OMC: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. São Paulo: Aduaneiras, 2001.
- TRAGER, James. *The people's chronology: a year-by-year record of human events from prehistory to the present*. New York: Henry Holt, 1994.
- TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. *Repertório da prática brasileira do direito internacional público*. Brasília: MRE, Fundação Alexandre de Gusmão, 1984, 5 v.
- TOCANTIS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. Brasília: Senado Federal, 2001, 2 v.
- TONELLI, Nicélio César. A dimensão da ocupação britânica da ilha brasileira de Trindade (1895-1896). *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, ano 38, n. 2, 1995, p. 112-132.
- TOPIK, Steven. *Comércio e canhoneiras: Brasil e Estados Unidos na era dos impérios (1889-1897)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- TORRES, Miguel Gustavo de Paiva. *O visconde do Uruguai e sua atuação diplomática para a consolidação da política externa do Império*. Brasília: FUNAG, 2011.
- TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TRUYOL Y SERRA, Antonio. *Historia do direito internacional publico*. Lisboa: Instituto Superior de Novas Profissoes, 1996.
- VAISSE, Maurice. *As relações internacionais desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 1996.

- VALE, Brian. *A war betwixt Englishmen: Brazil against Argentina on the River Plate, 1825-1830*. London: I. B. Tauris, 2000.
- _____. *Independence or death! British sailors and Brazilian Independence, 1822-1825*. London: I. B. Tauris, 1996.
- VALLA, Victor Vincent. *A penetração norte-americana na economia brasileira (1898-1928)*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- VALLADÃO, Alfredo. *Brasil e Chile na época do Império: amizade sem exemplo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.
- VARGAS, Everton Vieira. Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, ano 40, nº 1, 1997, p.41-74.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da independência do Brasil*. Brasília: INL, 1972.
- VIANA, Hélio. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- VIANA Filho, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal, FUNAG, 1996.
- VIEGAS Filho, José. *Diplomacia do Brasil: de Tordesilhas aos nossos dias*. Belo Horizonte: Fórum, 2015.
- VIGEVANI, Tullo. *O contencioso Brasil x Estados Unidos da informática: uma análise sobre formulação da política exterior*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, Edusp, 1995.
- VIGNALI, Heber Arbuett. *Lecciones de historia de las relaciones internacionales*. Montevideu: Fundación de Cultura Universitaria, 1993, 2 v.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: O império luso-brasileiro e os Brasís*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. As relações Brasil-Estados Unidos durante a Primeira República. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. 378/9, abr./jun. 1993, p. 280-294.
- _____. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1990.
- _____. A diplomacia brasileira e a Revolução Mexicana, 1913-1915. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 327, abr./jun. 1980, p. 19-81.
- VISENTINI, Paulo G. Fagundes. *A relação Brasil-África: prestígio, cooperação ou negócios?* Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.
- _____. *A projeção internacional do Brasil, 1930-2012*. Rio de Janeiro: Campus, 2013.
- _____. *Relações exteriores do Brasil III (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- _____. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1998.
- _____. A política externa brasileira em sua fase multilateral: cronologia 1961-1994. *Cadernos de Ciência Política*, n. 4, UFRS, Porto Alegre, 1997.
- _____. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964)*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- WATSON, Adam. *The evolution of international society: a comparative historical analysis*. London: Routledge, 1992.
- WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José C. de M. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1994.
- WEIS, Warren Michael. *Cold warriors & coups d'Etat: Brazilian-American relations, 1945-1964*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1993.
- WRIGHT, Antônia Fernanda P. de Almeida. Brasil-Estados Unidos, 1831-1889. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História geral da civilização brasileira* (vol. 6). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 153-170.
- _____. *Desafio americano à preponderância britânica no Brasil: 1808-1850*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1972.
- WROBEL, Paulo S. Cronologia das relações Brasil-Reino Unido. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Desafios: Reino Unido e Brasil*. Brasília: IPRI, FUNAG, 1998, p. 121-136.
- _____. A diplomacia nuclear brasileira: a não-proliferação e o Tratado de Tlatelolco. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 15, n. 1, jan.-jun. 1993, p. 27-56.
- YAMAMURA, Roberto Jimmy Hideki. O estabelecimento das relações Brasil-Japão no século XIX. *Textos de História*. Brasília, vol. 4, n. 1, 1996, p. 125-148.

Outras fontes utilizadas

Além da literatura especializada nas áreas de relações internacionais e política externa brasileira, foram consultados jornais, revistas e periódicos diversos, documentos e fontes governamentais, teses e dissertações, cronologias publicadas ou de domínio público, bancos de dados e outros repositórios de informação, assim como grande variedade de páginas na Internet que permitissem verificar e/ou confirmar, de forma plenamente confiável, as datas e fatos compilados nesta obra.